

Universidade Federal da Bahia

Reitor
Heonir Rocha

Instituto de Letras

Diretor
Evelina Hoisel

Vice-Diretor
Iracema Luiza de Souza

Apoio:

Pró-Reitoria de Planejamento e Administração da UFBA

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFBA

Fundação Casa de Jorge Amado

O Corpo Editorial da revista Estudos Lingüísticos e Literários interfere apenas nos aspectos técnicos de formatação dos artigos.

Estudos Lingüísticos e Literários, n. 25-26, Salvador, Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, Universidade Federal da Bahia, janeiro-dezembro 2000, 420 p.
20,0 x 26,0 cm.

1. Letras - Periódicos I. Mestrado em Letras,
Universidade Federal da Bahia.

CDU 8 (05)

ISSN 0102-5465

ESTUDOS

Lingüísticos e Literários

Número 25/26, janeiro/dezembro de 2000



Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística
Universidade Federal da Bahia

ESTUDOS

Linguísticos e Literários

Número 25/26, janeiro/dezembro de 2000

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

Universidade Federal da Bahia

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

Coordenador do PPGLL
Elizabeth Reis Teixeira

Editor
Evelina Hoisel

Co-Editor
Célia Marques Telles

Conselho Editorial
Celina de Araújo Scheinowitz (UFBA/UEFS)
Décio Torres Cruz (UFBA/PPGLL)
Ilza Maria de Oliveira Ribeiro (UNIFACS)
Jacques Salah (UFBA/PPGLL)
Lígia Guimarães Telles (UFBA/PPGLL)
Lizir Arcanjo Alves (UCSAL)
Luiz Antonio Marcuschi (UFPE)
Maria Tereza Abelha (UEFS)
Myriam Fraga (FCJA)
Regina Zilbermann (PUCRS)
Rosa Virgínia Mattos e Silva (UFBA/PPGLL)
Serafina Maria de Souza Pondé (UFBA/PPGLL)
Sílvia Rita Magalhães de Olinda (UEFS)
Sumaia Sahade Araújo (UNIFACS)

Revisão técnica
Hilda Maria Ferreira Conceição

Supervisão de revisão
Cássia Lopes

Digitação e revisão do texto
Alicia Duhá Lose/Jane Lemos

Apoio técnico-administrativo
Robélia Alves Cabral

Projeto Gráfico / Editoração
Humberto Vellame / Bete Capinan



INSTITUTO DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Rua Barão de Geremoabo, 147
Campus de Ondina, CEP 40.170-290, Salvador, Bahia, Brasil
Telefone: (071) 263-6256, 263-6212
Fax: (071) 263-6208, 263-6256
e-mail: pglletba@ufba.br

Sumário

Apresentação	7
Perfil dos cursos de letras <i>Célia Marques Telles, Denise Chaves de Menezes Scheyerl, Elizabeth Reis Teixeira</i> <i>Eneida Leal Cunha</i>	13
As letras às pulgas (Mas às traças, nunca!) <i>Eneida Leal Cunha</i>	30
Discursos	
Antigas navegações, antigas chamadas, antigas letras <i>Cláudio Veiga</i>	33
Memórias de alegria <i>Judith Grossmann</i>	41
Como terei chegado até aqui? – eu próprio me pergunto <i>Luiz Angélico da Costa</i>	51
Mulheres fortes e valorosas <i>Maria Luígia Magnavita Galeffi</i>	65
Um pouco da história da lexicografia românica <i>Nilton Vasco da Gama</i>	71
Um perfil <i>Raymond van der Haegen</i>	83
Conferências	
Mudanças lingüísticas e crítica textual <i>Célia Marques Telles</i>	91
Camilo: desatino romântico e consciência crítica <i>Cid Seixas</i>	121
O discurso do outro na literatura pós-colonial caribenha de língua inglesa <i>Décio Torres Cruz</i>	141
As cartas de Gabriele Malagrida e o olhar sobre o Brasil do século XVIII <i>Elizabeth Hazin</i>	167
A literatura brasileira em cenários transnacionais <i>Eneida Leal Cunha</i>	189
Novos rumos: e a teoria da literatura? <i>Evelina Hoisel</i>	215
“Le bleu des mousses”: <i>Lautréamont écorché vif</i> <i>Jacques Salah</i>	233
Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas revisitados <i>Rosa Virgínia Mattos e Silva</i>	251
Trabalhando com textos que depõem a favor do feminismo <i>The Lady of Shalott</i> de Lord Tennyson e <i>The Story of an Hour</i> de Kate Chopin <i>Sílvia Maria Guerra Anastácio</i>	285

Artigos

<i>Esplêndidos amores: fantasias de um poeta de quinze anos</i> <i>Celina Scheinowitz</i>	313
Duas vertentes da pesquisa em língua portuguesa no Instituto de Letras: dialectologia e sociolingüística <i>Jacyra Andrade Mota</i> <i>Suzana Alice Marcelino Cardoso</i>	329
Seguindo as pistas no labirinto de <i>Le chastel périlleux</i> <i>João Antonio de Santana Neto</i>	353
Memória cultural e construção do cânone literário brasileiro <i>Luiz Roberto Cairo</i>	379
Os dialetos e a língua: fragmentos de possíveis interpretações da literatura contemporânea italiana <i>Silvia La Regina</i>	393
Livros e revistas	409

Apresentação

No ano 2000 o Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia completou trinta anos de criado. Nesta oportunidade o programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, através da sua revista, dedica os números 25 e 26 à comemoração da efeméride. Percalços à parte, o Instituto de Letras tem sede própria desde 1991, após ter funcionado durante vinte e seis anos no velho prédio do Instituto Normal, depois Faculdade de Filosofia, sede da cultura humanística por mais de meio lustro. Muito duros foram os dias passados no salão de leitura da Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa, cinco longos anos que tiveram como maior lucro o aprendizado da convivência sem paredes e a construção – de apenas uma parte – do atual prédio. Nessa direção republica-se o artigo de Eneida Leal Cunha, *As Letras às pulgas (Mas às traças, nunca!)*, retrato de uma das intempéries que afetaram as Letras nesses trinta anos.

Com este número inaugura-se uma nova fase da revista *Estudos Lingüísticos e Literários*, após dezesseis anos de vida ininterrupta, passando por fases mais prósperas e menos prósperas, mas sempre trazendo à luz contribuições dos pesquisadores que se dedicam ao estudo nas mais diversas vertentes, quer nos estudos lingüísticos, quer nos estudos literários.

Congrega-se nestes números um documento que traça o perfil dos cursos de Letras, tanto na Graduação, como na Pós-Graduação, percorrendo os trinta anos de existência do Instituto, assinado por quatro diferentes docentes, *O Perfil dos Cursos de Letras*. Seguem-se três partes onde são incluídos os discursos dos Professores Eméritos da Universidade Federal da Bahia, pertencentes ao corpo docente do Instituto de Letras, remanescentes do Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia. Esses representam o pensamento da geração anterior, alguns deles forjados dentro da própria Faculdade de Filosofia. O último dos discursos é o proferido pelo Professor Raymond van der Haegen, *Um Perfil*, no qual, em brevíssimas palavras ele traça a sua trajetória no Brasil e na Bahia. No rol dos discursos dos Professores Eméritos, deixa-se apenas de incluir aquele do Prof. Dr. Hélio Simões, em virtude de não existir cópia do mesmo nos arquivos.

Na seqüência são transcritas as conferências apresentadas no último concurso para Professor Titular, traçando-se, desse modo, as vertentes que dirigem os estudos desenvolvidos pelos docentes hoje atuantes e, na sua grande maioria, formados pela geração anterior. Uma terceira parte engloba artigos de professores hoje atuantes na Universidade Federal da Bahia e em outras instituições da Bahia e do Brasil, todos ex-alunos quer do Curso de Graduação em Letras, quer da Pós-Graduação em Letras.

Em *Antigas navegações, antigas chamas, antigas letras*, Cláudio Veiga, Professor Titular de Língua e Literatura Francesas, faz considerações sobre três figuras exemplares de intermediários que surgiram ao longo da sua trajetória: *um francês que veio à Bahia, um francês que não veio à Bahia, um baiano que foi à França*. O francês que veio à Bahia é Raymond van der Haegen, primeiro professor de Francês da Faculdade de Filosofia. Pelo seu ensino objetivo e pelo seu empenho em conseguir bolsas, exerceu o papel de intermediário da língua, da literatura e da civilização francesas. Assim como ele, outro francês permanecendo na França se empenhou em divulgar em sua terra a nossa literatura. Trata-se de Philéas Lebesgue, principal divulgador, na França, na primeira metade do século XX, das literaturas em língua portuguesa. O baiano que foi à França é Caetano de Moura, contemporâneo e simpatizante da Revolução dos Alfaiates que na sua longa vivência francesa se engajou como médico militar no exército napoleônico. O seu papel de intermediário se manifestou na tradução de livros de ficção. Traduziu romancistas franceses e versões francesas de famosos ficcionistas de língua inglesa. Como intermediário, Caetano de Moura, natural da Bahia, condignamente se coloca ao lado de Philéas Lebesgue e de Raymond van der Haegen.

Judith Grossmann, Professora Titular de Teoria da Literatura, em *Memórias de alegria*, traça o percurso de um professor da área de Letras, na sua relação com a língua e a literatura. Tece, ainda, considerações sobre a vocação e o ensino e apresenta uma proposta de um projeto educacional.

O terceiro discurso, *Como terei chegado até aqui? – eu próprio me pergunto*, é de Luiz Angélico da Costa, Professor Titular de Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa. Nele se faz um relato analítico e indagativo das motivações que levam alguém a seguir tão apaixonadamente a carreira do magistério superior – sobretudo no que concerne às atividades de sala de aula – a ponto de descuidar-se de outras obrigações pessoais e até mesmo daquelas outras atribuições profissionais de natureza acadêmica, como a pesquisa desinteressada e a produção de textos. A busca de uma resposta para esta auto-indagação é feita através de uma franca reflexão sobre o possível real significado dos anos de convivência acadêmica com os estudantes, sempre com o objetivo de formar pelo menos seguidores, discípulos, se possível – sendo estes ideologicamente vistos como aqueles que devem não apenas ombrear-se com, mas também, de preferência, ultrapassar o “mestre”, o que, em princípio, deve ser o mais puro e mais nobre ideal da educação. A conclusão a que se chega é a de que a justificativa para a concessão do título de

emérito a um, dentre tantos outros profissionais de educação que poderiam merecê-lo, está na razão direta da maior proporção de autodedicação e amor à causa que se verifica entre os que detêm o honroso título universitário.

Segue-se o de Maria Luigia Magnavita Galeffi, Professora Titular de Língua e Literatura Italianas, *Mulheres fortes e valorosas*, no qual se faz um retrospecto sobre a ação das mulheres, fortes e valorosas, no campo intelectual. Examina-se a figura da mulher como inspiradora dos poetas no *trecento* italiano: Beatrice, Laura e Fiammetta; depois nos poetas dos séculos XVI, XVII e XVIII. Finalmente, lembra-se que a força e a influência da mulher em várias circunstâncias históricas são determinadoras de um novo modo de pensar e de viver.

Em *Um Pouco da história da lexicografia românica*, Nilton Vasco da Gama, Professor Adjunto da matéria Filologia Românica, dá uma aula magistral – como a ela se referiu o Magnífico Reitor Dr. Felipe Serpa. Após um rápido esboço sobre como se tem focado a lexicografia em parte dos cursos de Filologia Românica, tecem-se algumas considerações a respeito de uma das mais controvertidas figuras no campo da lexicografia no século XVII: Gilles Ménage. Desse modo, traça-se um breve esboço da história da lexicografia francesa e comentam-se algumas das *etimologias justas*, das *etimologias parcialmente justas*, das *falsas etimologias* e das *etimologias obscuras* propostas por G. Ménage no seu *Dictionnaire étymologique* ou *Origines de la Langue Française*.

A série de conferências abre-se com o texto de Célia Marques Telles, *Mudanças lingüísticas e crítica textual*. Nele, a partir da definição de E. Auerbach de que a Filologia é o conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do homem e das obras de arte compostas nessa linguagem, mostra-se que a Filologia tem um sentido muito amplo e compreende atividades muito diferentes. Mesmo sendo uma das mais antigas formas da Filologia, a mais nobre e mais autêntica para muitos eruditos é a edição crítica de textos. E nada mais moderno na concepção do que é Filologia. Lembra que nessa perspectiva dois caminhos parecem correr em paralelo, mas se entrecruzam todo o tempo. Se a Filologia se ocupa com a linguagem do homem, portanto, com a sua forma de expressão corrente, viva, variável, ocupa-se, também, com as obras de arte (os textos literários) plasmadas nessa linguagem. Os dois objetivos e as duas metodologias são interdependentes. Nessa perspectiva mostrar-se-á, com exemplos, como a análise dos fatos de língua contribui para o melhor tratamento dado ao texto crítico. Por outro lado, o conhecimento da técnica da edição crítica de textos é um auxiliar sem limites para o estudo dos fatos lingüísticos ligados à *scripta* dos textos.

Segue-se a conferência de Cid Seixas intitulada *Camilo: desatino romântico e consciência crítica*. Mostra-se como a utopia de um olhar desarmado na leitura de *Amor de perdição*, de Camilo Castelo Branco, conduz o leitor crítico a trocar a primazia dos instrumentos de análise utilizados na contemporaneidade pelo exercício de trânsito entre a alteridade temporal e a realidade do texto. Essa alteridade é buscada no ato de desvestir o olhar contemporâneo de seus conceitos e pressu-

postos em favor do vislumbre de olhos do tempo revisitado. Ressalta-se que a mais romântica das novelas camilianas é vista como antecipação realista, saltando do confronto ao ultrapasado. Evidencia-se que metonímia, deslocamento e caricatura são recursos de uma construção fraturada pelo oscilar entre o rigor iluminista e a fluência da emotividade popular.

Décio Torres Cruz, em *O Discurso do Outro na literatura pós-colonial caribenha de língua inglesa*, fala sobre a obra de um dos mais importantes poetas caribenhos, Derek Walcott, através de uma leitura crítica, em uma tentativa de aproximação de teorias do discurso pós-colonial com uma abordagem histórico-biográfica-psicanalítica. Enfocam-se alguns poemas selecionados na obra *Collected Poems: 1948-1984*, concentrando-se na análise do poema *Crusoe's journal* que resume a temática básica da sua obra: um "eu" dividido entre duas culturas distintas, preso, em um fosso abismal, na própria linguagem que o constitui.

Segue-se o trabalho de Elizabeth Hazin, *As Cartas de Gabriele Malagrida e o olhar sobre o Brasil do século XVIII*. Nele se fala da importância da pesquisa em arquivos para uma compreensão mais aprofundada da literatura brasileira, através do estudo realizado no Arquivo Jesuítico de Roma e centrado em Gabriele Malagrida, jesuíta e missionário. O jesuíta esteve durante trinta anos nas missões do Brasil, entretanto, na leitura de trabalhos biográficos sobre Malagrida – onde são observados grande quantidade de nomes de pessoas e de lugares que são familiares porque estão vinculados ao próprio nordeste brasileiro – fica-se com a impressão de que a memória dos acontecimentos se perdeu. Centrado na questão do arquivo e na análise de uma das cartas escritas pelo missionário, o trabalho termina trazendo de volta para os brasileiros a memória de um de seus missionários mais importantes, além de revelar detalhes da vida dos índios, dos colonos e da Igreja, no Brasil do século XVIII.

A Literatura brasileira em cenários transnacionais é o título da conferência de Eneida Leal Cunha. Dividido em três partes, o texto trata inicialmente das inquietações sofridas pelo jovem Antonio Candido durante o concurso para a cadeira de Literatura Brasileira, na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. A partir do diálogo entre Antonio Candido e Mario de Andrade – por ocasião do concurso –, a conferência desenvolve uma avaliação do percurso da historiografia literária entre nós (no Brasil), tendo como cerne a questão da nacionalidade política e literária. Como contraponto, finaliza-se analisando imagens contemporâneas da Nação, produzidas fora do âmbito da literatura.

Em *Novos rumos: e a Teoria da Literatura?* Evelina Hoisel procura compreender a situação da Teoria da Literatura no contexto da episteme contemporânea, as reflexões desenvolvidas nesta conferência delinham o percurso da disciplina no âmbito dos estudos literários e seus entrecruzamentos com outros campos do saber.

Jacques Salah, em *"Le Bleu des mousses": Lautréamont écorché vif*, busca evidenciar, a partir de incorreções críticas, biográficas e de tradução, de que maneira truncada ou deturpada os *Cantos de Maldoror*, do Conde de Lautréamont,

estão sendo colocados ao alcance dos leitores brasileiros. Ressalta-se que a imagem do "esfolado vivo", obsessivamente reiterativa na obra de Ducasse, permite que se caracterizem metaforicamente os erros referidos.

Na conferência de Rosa Virgínia Mattos e Silva, *Uma Compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas revisitados*, discutem-se alguns problemas que caracterizam a história do português brasileiro. Parte-se da realidade sociolingüística da atualidade, com o objetivo de compreendê-la, identificando fatores sócio-históricos do passado que podem clarear a interpretação do presente.

A última conferência, *Trabalhando com textos que depõem a favor do feminismo: "The Lady of Shalott" de Lord Tennyson e "The Story of an hour" de Kate Chopin*, é de Sílvia Maria Guerra Anastácio. Nele propõe-se fazer uma análise de personagens femininas do século XIX, na literatura inglesa, que constituem um depoimento a favor do feminismo. Trata-se de um estudo interdisciplinar em literatura comparada, baseado em um conto de Lord Tennyson e em um poema de Kate Chopin. Utiliza-se, além disso, um recorte no campo das artes plásticas, com o objetivo de caracterizar a figura feminina em uma reflexão semiótica para uma melhor compreensão do tema analisado.

Por sua vez, a série de artigos inicia-se com o de Celina Scheinowitz, *Esplêndidos amores: fantasias de um poeta de quinze anos*, que se trata de estudos do sentimento amoroso de Rimbaud a partir de doze poemas reunidos no *Cahier de Douai*, em cinco momentos: a partida em caminhada solitária ou num passeio partilhado pela presença feminina, um encontro amoroso real, à encenação da mulher no registro shakespeariano bem como no registro mitológico e o riso como expressão do sentido amoroso feminino e respostas ao cômico.

Jacyra Andrade Mota e Suzana Alice Marcelino Cardoso, em *Duas vertentes da pesquisa em língua portuguesa no Instituto de Letras: dialectologia e sociolingüística*, apresentam um histórico da pesquisa na área de Língua Portuguesa, no tocante a duas de suas vertentes, a Dialectologia e a Sociolingüística, no momento em que se comemoram os trinta anos do Instituto de Letras. É dada uma visão dos projetos desenvolvidos e são destacadas as principais publicações, informando-se a participação dos bolsistas nos diversos projetos que vêm sendo desenvolvidos.

Em *Seguindo as pistas no labirinto de "Le Chastel périlleux"* João Antonio de Santana Neto busca seguir as pistas possíveis sobre a autoria, a propósito das obras do mesmo autor e acerca das fontes de *Le Chastel périlleux*. Aborda, ainda, a questão da tradução ou da versão do francês para o português.

No artigo *Memória cultural e construção do cânone literário brasileiro* Luiz Roberto Cairo mostra que, na primeira metade do século XIX, os críticos brasileiros criaram o cânone da história da literatura brasileira, influenciados pelas idéias da crítica romântica européia que contribuíram para a construção da identidade nacional desta literatura. Este cânone continua vivo, apesar das diferentes leituras e releituras, às vezes, a ele opostas, que os críticos contemporâneos vêm

propondo. Isto é explicado pelo fato de que, em se tratando de cânone literário, cada período busca redefini-lo em função da tradição que melhor se adeque ao horizonte de perspectivas de quem, no presente, o seleciona. Trata-se de três possibilidades de interpretação advindas do discurso dos críticos realistas brasileiros que permanecem na memória crítica contemporânea.

Finalmente, Silvia La Regina, em *Os dialetos e a língua: fragmentos de possíveis interpretações da literatura contemporânea italiana*, apresenta a interferência da língua padrão/dialetos na literatura italiana contemporânea e nas implicações culturais e políticas desta estratégia autoral.

Espera-se com esse número ter oferecido um panorama histórico do pensamento que norteia o perfil das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Instituto de Letras.

Em seguida apresenta-se a relação dos livros e das revistas doados ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, alguns através de intercâmbio com a revista *Estudos Linguísticos e Literários*, recebidos nos anos de 1999 e 2000.

Célia Marques Telles

O perfil dos cursos de letras

Célia Marques Telles

Denise Chaves de Menezes Scheyerl

Elizabeth Reis Teixeira

Eneida Leal Cunha

Universidade Federal da Bahia

1 Introdução

Os Cursos de Letras da Universidade Federal da Bahia são os mais antigos existentes no Estado. Nas duas últimas décadas inúmeros outros cursos na mesma área foram criados, em nível público, com o incremento do ensino superior pelo governo estadual, e em nível privado, com a proliferação, muito recente, de faculdades e universidades particulares.

O quadro largo da situação educacional baiana e de aspectos seus que se articulam com a área de Letras é o seguinte:

1. Os indicadores da situação educacional no Estado da Bahia apontam, até meados desta década, a quinta mais baixa relação entre número de habitantes e matrículas em ensino superior, no país; inversamente à tendência detectada no centro-sul do Brasil. Na Bahia, como no Nordeste em geral, as instituições públicas são responsáveis por cerca de 70% dessas matrículas; também são dos mais baixos do cenário nacional os indicadores relativos à alfabetização e à conclusão de primeiro e segundo graus.
2. O movimento de abertura de novos cursos superiores pela iniciativa privada evidencia que o curso de Letras tende a ser um dos primeiros criados, em parte pela pressão da significativa demanda de profissionais do ensino da língua materna, em parte pela equivocada convicção geral acerca dos exíguos – e pouco custosos – recursos materiais e humanos necessários para seu funcionamento.

A UFBA, única universidade federal do estado, continua sendo a alternativa de formação em nível superior reconhecidamente mais qualificada e mais procurada. Além disso, é responsável por quase 100% dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* disponíveis nos largos limites territoriais do estado. Sobre isso, constata-se, pelo menos na Bahia, que a universidade federal é o núcleo de irradiação das diretrizes que balizam tanto o ensino de segundo grau (planejado e oferecido tendo como parâmetro as exigências dos seus programas de vestibular), quanto o ensino superior na área, alimentado por profissionais oriundos da UFBA e reprodutores, nas grandes linhas, de sua grade curricular.

Com esse cenário como pano de fundo, a missão dos cursos está delineada: os Cursos de Letras são responsáveis, primordialmente, pela formação qualificada de profissionais do ensino da língua portuguesa, das literaturas vernáculas e pelo ensino de línguas estrangeiras, modernas e clássicas, aí incluídas as suas literaturas e culturas.

Essa formação do profissional das Letras é orientada pelos seguintes pressupostos:

1. O ensino deve ser público, gratuito e de qualidade;
2. A indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão é o primeiro pré-requisito para assegurar a qualidade desejada;
3. A sintonia contínua com os paradigmas contemporâneos, que orientam a produção e atualização do conhecimento, e com as circunstâncias socioeconômicas e culturais do espaço em que está inserido, constitui o segundo pré-requisito dessa qualidade;
4. A formação profissional qualificada pressupõe, incontornavelmente, o pleno exercício da crítica – tanto no plano da elaboração intelectual quanto no da atuação social;
5. Para o profissional das Letras, imerso que está no domínio do simbólico e da cultura, a atenção e respeito permanente à diversidade das vivências e das suas representações, a democratização do saber e das oportunidades são requisitos indispensáveis.
6. Tais pressupostos devem se refletir e, de fato, se refletem nos conteúdos e métodos das disciplinas que organizam os objetos de conhecimento dos cursos de Letras na UFBA e, simultaneamente, estão expressos no saber que, através dos projetos de investigação desenvolvidos, docentes e discentes cooperativamente produzem em atividades complementares de ensino, pesquisa e extensão.

2 Histórico

2.1 Os Cursos de Letras no Brasil

O estudo institucionalizado das Letras no Brasil esteve, nas suas origens, atrelado às Faculdades de Filosofia a partir de 1934, quando foi criada a primeira delas em São Paulo.

Sabe-se que seu corpo docente inicial foi constituído não só de autodidatas nas Letras, em geral bacharéis em Direito, como também de professores europeus, cuja presença norteou todo um desenvolvimento inspirado na cultura científica do velho continente em nosso país.

Com a fixação dos currículos mínimos através do Parecer nº 283/62 do Conselho Federal de Educação, essa inspiração científica européia foi dando lugar à recepção de teorias americanas, as quais muito marcaram as pesquisas brasileiras da área nos anos 60.

Uma nova política para as Letras só começou a ser melhor delineada e estimulada após os Pareceres 977/65 e 77/69 do Conselho Federal de Educação, visando à vinculação do ensino à pesquisa.

2.2 Os Cursos de Letras na UFBA

A história do Curso de Letras na Universidade Federal da Bahia também trilhou caminhos semelhantes.

Com a criação, em 16 de maio de 1941, da Faculdade de Filosofia da Bahia, por iniciativa da Liga de Educação Cívica e autorizado o seu funcionamento pelo Decreto 10664 de 20.10.1942, foram implantados os Cursos de Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas.

Em 21 de novembro de 1944 o governo federal promulgou o Decreto 17206, através do qual reconheceu a Faculdade de Filosofia da Bahia. Os primeiros seis bacharéis colaram grau em 5 de dezembro de 1945. A primeira turma de licenciandos constituiu-se de três diplomados que colaram grau em 14 de dezembro de 1946, já vinculada, portanto, à Universidade Federal da Bahia, criada em 8 de abril de 1946 pelo Decreto 9155.

As habilitações então existentes correspondem àquelas ainda hoje em dia oferecidas nos três Cursos. Foram autorizadas pelo Parecer nº 283/62, aprovado em 19 de outubro de 1962. O Quadro 1 apresenta lado a lado as habilitações iniciais e as atuais habilitações oferecidas nos Cursos de Letras.

Habilitações iniciais	Habilitações atuais
Português e Literaturas de Língua Portuguesa	Curso 401 – Letras Vernáculas
Língua Estrangeira Clássica com a respectiva Literatura	Curso 403 – Letras Clássicas
Língua Estrangeira Moderna com a respectiva Literatura	Curso 403 – Língua Estrangeira
Português e Língua Estrangeira Clássica com as respectivas Literaturas	Curso 402 – Letras Vernáculas com uma Língua Estrangeira Clássica
Português e Língua Estrangeira Moderna com as respectivas Literaturas	Curso 402 – Letras Vernáculas com uma Língua Estrangeira Moderna

Quadro 1 – Diferentes habilitações nos Cursos de Letras

Com o desmembramento do Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia da Bahia, pelo Decreto nº 62241 de 8 de fevereiro de 1968, foi estruturada uma unidade exclusivamente dedicada ao estudo das Letras. As cadeiras que integravam o antigo Departamento de Letras passaram a compor os cinco Departamentos

mentos que constituíram, inicialmente, o Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

Sediado, desde a sua criação, no prédio onde funcionava a Faculdade de Filosofia – inicialmente junto à Escola de Ciências Contábeis, à Praça da Piedade, mais tarde e até 1986, à Avenida Joana Angélica, 183 – possui hoje sede própria, no Campus Universitário da Federação (Ondina) à Rua Barão de Geremoabo, 147.

3 O projeto acadêmico de Letras

O primeiro Catálogo da Universidade Federal da Bahia traz as primeiras informações tornadas públicas sobre os Cursos de Letras. Essas informações refletem o que hoje se chama o *Projeto Pedagógico* para os Cursos de Letras. Apresentam-se, de modo sucinto, a estrutura e a organização dos cursos, as disciplinas e os programas lecionados, os títulos e os diplomas concedidos, além de dados relativos à população escolar, ao movimento de matrícula, ao número de alunos inscritos nos exames de seleção e dos diplomados nas várias especialidades¹.

Nele, a propósito dos Cursos de Letras, se pode ler:

Recentemente, por reforma parcial do Regimento Interno da Faculdade, deliberou-se substituir, progressivamente, os Cursos de Letras Clássicas, de Letras Neo-Latinas [sic] e de Letras Anglo-Germânicas pelos seguintes cursos de licenciatura:

1. Curso de Licenciatura em Letras Vernáculas;
2. Curso de Licenciatura em Letras Vernáculas e uma Língua Clássica;
3. Curso de Licenciatura em Letras Vernáculas e uma Língua Moderna.

O Regimento Interno prevê ainda a criação de cursos de pós-graduação, de aperfeiçoamento, de especialização e de extensão.

No ano de 1966 funcionava ainda a quarta série dos Cursos de Letras Clássicas, de Letras Neolatinas e de Letras Anglo-Germânicas³. Esses Cursos, com duração de quatro anos, titulavam bacharéis e professores secundários⁴. Os cursos de Licenciatura em Letras Vernáculas, de Licenciatura em Letras Vernáculas e uma Língua Clássica e de Licenciatura em Letras Vernáculas e uma Língua Moderna, também com a duração de quatro anos, preparavam professores secundários⁵.

O *Catálogo 1966* informa ainda quem eram os Professores Catedráticos, os Professores Regentes das Cátedras e o Pessoal Docente Auxiliar⁶. As doze

¹ Cf. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Catálogo Geral 1966*. Salvador: UFBA, 1966. p. 9. Publicações da Universidade Federal da Bahia.

² Cf. id., *ibid.*, p. 169.

³ Cf. id., *ibid.*, p. 175.

⁴ Cf. id., *ibid.*, p. 174, 175, 177. Uma observação, à p. 177, afirma: "Os antigos cursos de licenciatura, para os alunos que se destinam ao exercício do magistério secundário, têm o mesmo currículo dos cursos de bacharelado, à exceção da 4ª série. Esta consta de uma parte geral comum a todos os cursos de licenciatura, e de mais duas disciplinas, podendo ambas ser da própria especialidade, ou ambas pedagógicas, ou uma da especialidade e outra de caráter pedagógico, de acordo com a relação que se segue."

⁵ Cf. id., *ibid.*, p. 178-9.

⁶ Cf. id., *ibid.*, p. 185-8.

diferentes cátedras, Língua e Literatura Latina, Língua e Literatura Grega, Filologia e Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira, Filologia Românica, Língua e Literatura Francesa, Língua e Literatura Italiana, Língua e Literatura Espanhola, Literaturas Hispano-americanas, Língua e Literatura Inglesa, Língua e Literatura Alemã,⁷ eram acrescidas das matérias Teoria da Literatura e a de Linguística, criadas recentemente e subordinadas a departamentos, não a cátedras⁸.

Do exame do conteúdo descritivo de cada uma dessas cátedras ou matérias, depreende-se:

1. que se ensinavam aos futuros profissionais conhecimentos da vida política e social e econômica dos romanos, sem que fossem esquecidos os dados culturais e específicos da beleza estética que se ostentam nas obras-primas da literatura latina⁹.
2. que se proporcionava aos alunos o conhecimento direto do inestimável legado literário da Grécia clássica, através do domínio da língua em que foi veiculado¹⁰.
3. que se fazia o estudo sincrônico e diacrônico da língua portuguesa: do português arcaico ao atual, dando-se ênfase às pesquisas dialetais¹¹.
4. que se dava ao estudante de letras brasileiro um conhecimento fundamental da literatura portuguesa, em síntese nos seus vários períodos e aprofundada em análises monográficas de figuras e obras representativas de cada época¹².
5. que se visava fornecer ao aluno um panorama do nascimento, evolução da literatura brasileira, numa perspectiva histórico-social, estudando-se, em cursos monográficos, um gênero, um movimento ou um autor¹³.
6. que se tinha em vista o estudo da história e desenvolvimento da Filologia Românica, fornecendo ao aluno uma visão, o quanto possível global e completa, das línguas, literaturas, pensamento e vida (cultura material e espiritual) dos povos falantes das línguas neolatinas nos diferentes países da România¹⁴.
7. que no ensino das línguas estrangeiras modernas buscava-se quer o ensino da língua instrumental (assegurando ao aluno um acesso fácil e seguro à bibliografia em língua estrangeira), quer o ensino fundamental da língua estrangeira preparando professores de nível secundário ou especialistas nos cursos de bacharelado¹⁵.

⁷ Cf. id., *ibid.*

⁸ Cf. id., *ibid.*, p. 189.

⁹ Cf. id., *ibid.*, p. 185-6.

¹⁰ Cf. id., *ibid.*, p. 186.

¹¹ Cf. id., *ibid.*

¹² Cf. id., *ibid.*

¹³ Cf. id., *ibid.*

¹⁴ Cf. id., *ibid.*, p. 187.

¹⁵ Cf. id., *ibid.*

8. que no ensino de Teoria da Literatura, ainda em fase experimental quer por força da sua falta de tradição, quer pela natureza jovem da disciplina, analisam-se e discutem-se alguns problemas-chave da disciplina, do ponto de vista teórico e com aplicação prática à Literatura Brasileira¹⁶.
9. que se faz o estudo da estrutura e das condições de funcionamento das línguas (lingüística sincrônica) e de sua evolução, examinando as causas e tipos principais de evolução lingüística (lingüística diacrônica)¹⁷.

A reforma universitária implantada a partir de 1968 foi consolidada a partir de 1970 e pode ser vista sinteticamente nos catálogos a partir de 1971. Dentre as idéias básicas quatro delas são pertinentes às reestruturações dos cursos oferecidos, entre eles os de Letras:

1. A *reformulação* da cultura didática mediante a organização de mecanismos de ingresso que possam não apenas utilizar racionalmente as vagas oferecidas, mas também possibilitar ao estudante uma opção menos precoce.
2. A *articulação* orgânica entre os vários níveis e planos de estudo: do ciclo básico ao de formação profissional e à pós-graduação.
3. A *flexibilidade* dos currículos mediante utilização do sistema de créditos.
4. A *diversificação* de currículos de modo a possibilitar a formação em novas especialidades surgidas como imperativas da industrialização e do desenvolvimento.
5. Finalmente, o *incentivo* à pesquisa e às vocações científicas que não se enquadrassem nas carreiras exclusivamente profissionais¹⁸.

Esses cinco objetivos norteiam o projeto acadêmico dos cursos de Letras vigentes a partir de 1970: *Licenciatura e Bacharelado em Letras Vernáculas, Licenciatura e Bacharelado em Letras Vernáculas e uma Língua Estrangeira e Licenciatura e Bacharelado em Letras Vernáculas e uma Língua Clássica*¹⁹. Em 1973, a esses três cursos, acrescenta-se um novo, o de *Língua Estrangeira*.²⁰

¹⁶ Cf. id., *ibid.*, p. 189.

¹⁷ Cf. id., *ibid.*

¹⁸ Cf. CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1971. Salvador: UFBA, 1971. p. 17; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1972. Salvador: UFBA, 1971. p. 19; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1973. Salvador: Superintendência Acadêmica da UFBA, 1973. p. 28; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1974. Salvador: Superintendência Acadêmica da UFBA, 1974. p. 30-1; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1975. Salvador: Superintendência Acadêmica da UFBA, 1975. p. 28; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1976. Salvador: Superintendência Acadêmica da UFBA, 1976. p. 34; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1977. Salvador: Superintendência Acadêmica da UFBA, 1977. p. 34.

¹⁹ Cf. CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1971..., p. 30, 32; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1972..., p. 40-2.

²⁰ Cf. CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1973..., p. 47, 50; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1974..., p. 49, 51; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1975..., p. 53, 57; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1976..., p. 54, 58; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1977..., p. 62, 64; UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Catálogo geral de cursos de graduação*. Salvador: Superintendência Acadêmica, 1984/1985. p. 16, 18.

A partir de 1984, uma reestruturação dos Cursos de Letras extingue o *Bacharelado em Letras Vernáculas e uma Língua Estrangeira*, mantém um *Bacharelado em Letras Clássicas* e unifica as modalidades dentro do *Curso de Letras Vernáculas e uma Língua Estrangeira (moderna ou clássica)*.²¹ Esses cursos de graduação habilitam tanto à obtenção do grau acadêmico como ao exercício profissional²².

A perspectiva dos Cursos de Letras é a formação integral da personalidade dos alunos, preparando-os para o exercício de atividades técnico-científicas e profissionais (professores do ensino de primeiro e segundo grau, pesquisadores na ciência da linguagem – estudos lingüísticos ou literários –, tradutores ou intérpretes, proporcionando-lhes oportunidade para a educação continuada (Mestrado ou Doutorado). Por outro lado, ao inserir o profissional no processo de desenvolvimento da região, realiza o estudo sistemático de seus problemas (no âmbito da língua, da literatura e da cultura) e contribui para a formação de quadros científicos e técnicos ao nível das necessidades regionais²³.

Os Cursos dividem-se em Primeiro Ciclo, o ciclo básico, que busca corrigir as falhas na formação intelectual do aluno evidenciadas pelo concurso vestibular; orientar para a escolha da carreira; ampliar os conhecimentos básicos necessários a um ou mais princípios profissionais; propiciar elementos de cultura geral²⁴. O Currículo Pleno para os Cursos de Letras, assim como a relação de todas as disciplinas alocadas nos cinco Departamentos, vem publicado no *Catálogo Geral da Universidade Federal da Bahia 1971*²⁵, no *Catálogo Geral da Universidade Federal da Bahia 1972*²⁶, no *Catálogo Geral da Universidade Federal da Bahia*

²¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Catálogo geral de cursos de graduação*. ... 1984/1985. p. 249-305.

²² Cf. CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1971. Salvador: UFBA, 1971. p. 23; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1972. Salvador: UFBA, 1971. p. 31; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1973..., p. 41; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1974..., p. 43; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1975..., p. 45; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1976..., p. 47; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1977..., p. 55; UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Catálogo geral de cursos de graduação*. ... 1984/1985. p. 11.

²³ Nessa perspectiva o projeto dos Cursos de Letras acha-se inserido entre as finalidades da Universidade Federal da Bahia. Cf. CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1972..., p. 20-1; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1973..., p. 30; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1974..., p. 32; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1975..., p. 34-5; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1976..., p. 37; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1977..., p. 38; UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Catálogo geral de cursos de graduação*. ... 1984/1985. p. 7.

²⁴ Cf. CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1971... p. 31; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1972... p. 41; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1973..., p. 48; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1974..., p. 50; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1975..., p. 54; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1976..., p. 57; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1977..., p. 63; UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Catálogo geral de cursos de graduação*. ... 1984/1985. p. 17.

²⁵ Cf. CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1971..., p. 119-21 e 256-78.

²⁶ Cf. CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1972..., p. 142-4 e 336-60.

1973²⁷, no *Catálogo Geral da Universidade Federal da Bahia 1974*²⁸, no *Catálogo Geral da Universidade Federal da Bahia 1975*²⁹, no *Catálogo Geral da Universidade Federal da Bahia 1976*³⁰, no *Catálogo Geral da Universidade Federal da Bahia 1977*³¹, no *Catálogo Geral da Universidade Federal da Bahia* para os anos 1984/1985³². As bases legais do Curso de Letras são o *Parecer CFE n. 283/62* e a *Resolução anexa de 19.10.62*. O Bacharelado em Letras é regulamentado, ainda, pelo *Parecer 202/70* da Câmara de Ensino de Graduação da UFBA.

Os Cursos de Letras, grosso modo, oferecem duas habilitações: a *Licenciatura* e o *Bacharelado*. Na primeira delas, a *Licenciatura*, as metas a serem alcançadas em cada um dos três cursos são:

1. *Curso de Vernáculos*: habilita o profissional apenas para o ensino de Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental e no Ensino Médio;
2. *Curso de Vernáculos e uma Língua Estrangeira (moderna ou clássica)*: habilita o profissional tanto para o ensino de Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, como para o de Língua Estrangeira (moderna ou clássica) e respectivas literaturas no Ensino Fundamental e no Ensino Médio;
3. *Curso de Língua Estrangeira*: habilita o profissional apenas para o ensino de Língua Estrangeira (moderna ou clássica) e respectivas literaturas no Ensino Fundamental e no Ensino Médio³³.

O Bacharelado, habilitação hoje oferecida em apenas dois dos três cursos, destina-se ao profissional cujo perfil não seja o exercício do magistério. Esse profissional pode atuar como: tradutor, intérprete, redator, revisor, pessoal de apoio administrativo em área bilíngüe³⁴.

Por outro lado, o profissional da área de Letras, quer habilitado em Licenciatura, quer em Bacharelado, pode atuar no Magistério Superior³⁵.

Os profissionais preparados pelos Cursos de Letras são: o professor de línguas, o tradutor e o intérprete, ainda que nessas duas outras vertentes ele também seja, primordialmente, professor. Desse modo, o projeto pedagógico busca oferecer ao futuro profissional um profundo conhecimento dos idiomas que irá lecionar e das técnicas mais modernas de ensino em uso. Na perspectiva de formar o tradutor, em especial no Bacharelado em Língua Estrangeira, procura possibilitar ao

²⁷ Cf. CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1973...., p. 156-9 e 405-36.

²⁸ Cf. CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1974...., p. 147-51 e 338-58.

²⁹ Cf. CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1975...., p. 165-70 e 357-79.

³⁰ Cf. CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1976...., p. 165-70 e 359-82.

³¹ Cf. CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1977...., p. 163-8 e 363-88.

³² UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Catálogo geral de cursos de graduação*. ... 1984/1985. p. 249-305.

³³ Cf. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Cursos de Graduação: catálogo geral 1986/1987*. Salvador: Superintendência Acadêmica, 1988. p. 250, 254, 258, 263, 267, 271, 276, 282, 288, 193, 298, 303.

³⁴ Cf. id., p. 308, 316, 321, 327, 333, 338, 343.

³⁵ Cf. id., p. 250, 254, 258, 263, 267, 271, 276, 282, 288, 193, 298, 303, 308, 316, 321, 327, 333, 338, 343.

futuro profissional um bom conhecimento de, pelo menos, dois idiomas complementados pelos conhecimentos especializados de termos técnicos a fim de que possa ao lado dos conhecimentos culturais desempenhar a profissão. A formação do intérprete – em maior grau também no curso de Bacharelado em Língua Estrangeira – pretende dar um conhecimento profundo dos idiomas a fim de que o futuro profissional possa desempenhar bem as suas funções, aguçando a sua capacidade auditiva, ensinando-lhe um extenso vocabulário tanto para que possa exprimir-se, como para que possa dar o exato significado do que é transmitido. Esses três perfis profissionais são a meta dos Cursos de Letras³⁶.

4 A Pós-Graduação em Letras

Autorizado a funcionar pela Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal da Bahia através do Parecer nº 17/76, o Curso de Mestrado em Letras teve início em 1976, com três áreas de concentração: Língua Portuguesa, Lingüística e Teoria da Literatura. Em 1983 o CML foi credenciado pelo Conselho Federal de Educação, de acordo com o Parecer nº 416/83, que permitiu o seu funcionamento pleno, com reconhecimento para todo o território nacional. Em julho de 1988, o CML apresentou relatório ao CFE com vistas ao seu recredenciamento, obtendo-o em março de 1990, através do Parecer nº 307/90.

O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA (PPGLL) compreende, a partir de 20 de dezembro de 1995, dois cursos de pós-graduação “*stricto sensu*”, DOUTORADO EM LETRAS (CDL) e MESTRADO EM LETRAS (CML), dois cursos de pós-graduação “*lato sensu*”, curso de ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA E LITERATURAS VERNÁCULAS (CEV) e curso de ESPECIALIZAÇÃO EM TRADUÇÃO (CET), e um projeto de aperfeiçoamento de caráter interdisciplinar, o PROJETO DE HABILITAÇÃO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA E PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA (PHP).

Após ter implantado uma reestruturação desde 1992, o CML conseguiu alcançar o conceito **B** (biênio 1993-1994). Ao consolidar-se o Plano de Recuperação apresentado em 1992, – após a obtenção do conceito **C** relativo ao biênio 1991-1992, – o CML foi avaliado novamente com **B** (biênio 1994-1995).

A reestruturação do Curso de Mestrado em Letras e a recomendação do Curso de Doutorado em Letras foram aprovadas pelo GTC da CAPES em 3 de novembro de 1997 (Of. CAA/GTC/090). Na avaliação 1996/1997 o Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística (cursos de Doutorado e de Mestrado) obteve conceito 4 (quatro).

³⁶ Cf. CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1973...., p. 156; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1974...., p. 147; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1975...., p. 165; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1976...., p. 165; CATÁLOGO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 1977...., p. 163; UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Catálogo geral de cursos de graduação*. ... 1984/1985. p. 249.

A reestruturação do CML foi projetada na direção de uma revisão da disciplinaridade tradicional e institucionalizada e propõe novas áreas estreitamente vinculadas às atividades de pesquisa mais sedimentadas e produtivas, desenvolvidas pelo corpo docente do Programa. Nessa perspectiva criou-se uma nova linha de estudos lingüísticos, até então pouco explorada pelo CML, a da Lingüística Aplicada, enfocando tanto o ensino de L2 (Língua Estrangeira ou Língua Portuguesa), como os problemas relativos à tradução. Um primeiro resultado do desenvolvimento dessa linha pode ser visto no Projeto de Habilitação em Língua Estrangeira e Proficiência em Língua Portuguesa, no qual, a partir de 1998, já atuaram docentes egressos do Mestrado em Letras, dentro da linha de Lingüística Aplicada.

O tempo de duração dos cursos acha-se regulamentado pelo Regimento Interno do Programa (Art. 16, Par. 3, e 20, Par. 3): MESTRADO, cinco semestres, DOUTORADO, oito semestres. É permitida, uma vez atendidas as normas específicas, a transferência do Curso de Mestrado para o Curso de Doutorado. Nesse caso, o discente já deve ter cumprido toda a creditação do curso de partida (tendo obtido média geral de aprovação igual ou superior a nove), achar-se com o trabalho final concluído ou bastante adiantado, além de ter o seu pedido recomendado pelo Professor Orientador.

A grade curricular do CDL, assim como a do CML, exige o cumprimento de 12 créditos e 180 horas-aula em disciplinas obrigatórias e 9 créditos e 135 horas-aula em disciplinas optativas além de atividades, três para o CDL (Art. 21 do RI) e duas para o CML (Art. 16 do RI). Em 1999 foi implantada uma quarta atividade, exclusiva para os alunos bolsistas (CAPES-DS ou CNPq) dos dois cursos: o Estágio Docente.

Em 1999 foi aprovada uma reestruturação dos cursos de Doutorado e de Mestrado em Letras. Sem alterar essencialmente a grade curricular dos dois níveis de curso, haverá uma única entrada para a Pós-Graduação em Letras. No quarto semestre do curso o aluno, cumprida a creditação inicial (21 créditos), submeter-se-á ao Exame de Qualificação – apresentando Projeto de Tese, partes essenciais da futura tese e Memorial descritivo. A aprovação no Exame de Qualificação, considerados os três trabalhos apresentados, permitirá ao aluno prosseguir no Curso de Doutorado em Letras. Se o aluno tiver apenas a sua dissertação aprovada obterá o título de mestre (Mestrado Acadêmico). Uma vez no Curso de Doutorado, o aluno deverá cumprir mais 6 (seis) créditos em disciplinas ligadas ao seu Projeto de Tese. Desse modo, todos os alunos ingressam na Pós-Graduação no mesmo nível, passando ao Curso de Doutorado somente após a aprovação plena no Exame de Qualificação. Essa alteração passa a vigorar a partir dos alunos ingressos no ano 2000.

Das disciplinas e atividades que integram a grade curricular do Curso de Mestrado em Letras ou do Curso de Doutorado em Letras, apenas uma disciplina de caráter obrigatório é comum aos dois cursos (LET669 Metodologia da Pesquisa). Para o Curso de Mestrado são exigidas mais duas disciplinas obrigatórias, uma

comum a todas as três áreas (específica a cada um dos domínios (áreas 1 e 2, LET664 Seminários Avançados I, e área 3, LET665 Seminários Avançados II), outra específica a cada uma das áreas (área 1 LET668 Teorias e Métodos da Lingüística Histórica, área 2 LET601 Teoria Lingüística, área 3 LET663 A Representação Literária). Para o Curso de Doutorado em Letras, exige-se o cumprimento de uma disciplina obrigatória específica a cada um dos domínios (áreas 1 e 2, LET678 Seminários Avançados III e área 3, LET679 Seminários Avançados IV), além de mais três créditos em qualquer disciplina relativa ao tema da dissertação ou da tese. Com exceção apenas de duas disciplinas (LET670 Projeto Individual de Estudos I, CML, e LET680 Projeto Individual de Estudos II, CDL), todas as optativas são comuns aos dois cursos. Quanto às atividades, duas delas (LET790 Pesquisa Orientada e LET791 Tirocínio Docente) são comuns aos dois cursos; a atividade LET793 Exame de Qualificação é restrita ao Doutorado.

Entre as exigências do Programa, ressalta-se aquela relativa à presença de um professor de outra IES em cada uma das Bancas Examinadoras (dissertação, tese, exame de qualificação) até mesmo de monografia de Curso de Especialização (Res. PPGL 03/96). Mantém-se a defesa de dissertação como requisito para concessão do título de Mestre, sobretudo porque ficou evidenciado, nos últimos anos, que a precisão de uma data para a referida defesa é um limite para o cumprimento dos prazos mínimos na conclusão dos cursos. Por outro lado, o cumprimento do disposto no Art. 44 das NCCPG e nos Art. 15 §3º e 21 §3º do RI do PPGL tem levado ao encurtamento do prazo médio de conclusão dos cursos.

Desde 1995 as linhas de pesquisa que integram as três áreas dos cursos de pós-graduação “*stricto sensu*” acham-se distribuídas como se segue. Em 2001 a situação dos projetos em andamento é a seguinte: Área 1 LINGÜÍSTICA HISTÓRICA (Linha 1 “Constituição Histórica do Português”, com 3 projetos em andamento; Linha 2 “Mudanças Lingüísticas na România”, com 2 projetos em andamento; Linha 3 “Diversidade Lingüística no Brasil”, com 5 projetos em andamento); Área 2 LINGÜÍSTICA APLICADA (Linha 4 “Aquisição e Ensino do Português”, com 4 projetos em andamento; Linha 5 “Ensino-aprendizagem de Língua Estrangeira e Tradução”, com 3 projetos em andamento); Área 3 TEORIAS E CRÍTICA DA LITERATURA E DA CULTURA (Linha 6 “Documentos da Memória Cultural”, com 12 projetos em andamento; Linha 7 “Crítica Textual”, com 7 projetos em andamento; Linha 8 “Representação e Leitura”, com 3 projetos em andamento).

4.1 A relação entre a Graduação e a Pós-Graduação

A Pós-Graduação em Letras não se acha totalmente afastada dos projetos acadêmicos dos cursos de Graduação em Letras, pois a estruturação básica das linhas de pesquisa remonta à divisão que caracteriza as duas grandes áreas de concentração nos cursos (Estudos Lingüísticos e Estudos Literários). Na direção dessas duas vertentes os dois níveis de cursos (Graduação e Pós-Graduação) acham-

se perfeitamente integrados: enquanto as Licenciaturas concentram-se em estudar uma língua ou a sua literatura, os Bacharelados prendem-se a um enfoque mais amplo, não estritamente ligado a uma língua ou sua literatura, mas aos Estudos Lingüísticos ou aos Estudos Literários. Propõe-se para os cursos de Bacharelado um estágio em pesquisa, sob a orientação de um professor-pesquisador, o que, pelo lado acadêmico, encaminhará diretamente o estudante para uma linha de pesquisa da pós-graduação.

A relação entre a Graduação e a Pós-Graduação em Letras vem sendo efetuada pelo PPGLL na tentativa de seguir seis estratégias: 1) tomar a “Iniciação Científica” e o “Programa Especial de Treinamento” como principais articuladores entre a graduação e a pós-graduação; 2) buscar, quer na melhoria dos currículos dos cursos de graduação, quer através de programas de integração (PROIN, PROCES), uma especialização precoce nos estudantes de graduação; 3) reavaliar e reestruturar a organização da pós-graduação e da graduação; 4) incentivar a produção intelectual dos estudantes de graduação; 5) comprometer-se com a melhoria do ensino de graduação; 6) estabelecer uma monitoria de pós-graduação, permitindo e facilitando aos mestrandos e doutorandos o contato com os estudantes de graduação, quer como professores de disciplinas de graduação, quer como instrutores nos projetos de pesquisa.

No Projeto ligado ao Programa de Capacitação para o Ensino Superior (PROCES/UFBA/CAPES) o mestrando ocupa-se, aplicando a sua experiência na pós-graduação, em estudar com grupos de alunos de graduação o processo de criação literária e oficinas literárias, sendo, ainda, o bolsista encarregado de monitorar uma das disciplinas oferecidas para a graduação em Letras.

Os cursos de graduação em Letras, na UFBA e fora dela, servem como material de trabalho para os alunos do curso de Mestrado em Letras – e do Doutorado em Letras – no desempenho da atividade LET791 Tirocínio Docente (estágio) ou – se bolsista – na atividade LET794 Estágio Docente. A atuação do aluno se verifica dentro de uma disciplina que apresente conteúdo ligado ou próximo ao desenvolvimento do seu trabalho, devendo aplicar os seus conhecimentos no ensino de Graduação. Por outro lado, segundo as Normas Complementares para Cursos de Pós-Graduação da UFBA, os alunos dos cursos de pós-graduação podem freqüentar regularmente (sem obtenção de créditos) disciplinas dos cursos de graduação, a critério dos Professores Orientadores.

Com a integração entre a Graduação e a Pós-Graduação, acredita-se que se esteja cumprindo um dos primeiros objetivos da Pós-Graduação em Letras: aproveitar o profissional proveniente da sua própria graduação para o ensino especializado e para a pesquisa, além de melhorar a capacitação do mercado docente externo à IES.

A organização estrutural entre a Pós-Graduação em Letras e os cursos de Graduação em Letras orienta-se a partir de duas metas: 1) a existência de interesses comuns nas áreas de concentração para as quais convergem os cursos de gra-

duação (Língua/Estudos Lingüísticos, Literatura/Estudos Literários) e os de pós-graduação (Lingüística Histórica, Lingüística Teórica e Lingüística Aplicada e Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura); 2) a integração dos dois níveis de curso (graduação e pós-graduação) dentro das linhas de pesquisa, com atuação dos alunos de graduação nos projetos de pesquisa, através dos bolsistas de Iniciação Científica, do Grupo PET ou do Projeto de Monitoria.

4.2 A avaliação interna nos cursos de Pós-Graduação

Existe um programa de avaliação do curso feita pelos discentes no que tange às disciplinas oferecidas. O discente informa – declarando o seu nome, ou não – a sua avaliação do desempenho do docente a partir de 19 parâmetros, podendo, ainda, assinalar aspectos não incluídos no questionário. A análise é feita pela técnica de amostragem, a partir de uma pontuação de 0 a 10, considerando os 19 parâmetros. O resultado é examinado sob dois ângulos: avaliação das disciplinas Seminários Avançados, em especial a I e a II, a aceitação e o desempenho do professor na ótica do estudante de Pós-Graduação. As respostas, ainda que não identificadas, servem também para traçar o perfil do aluno da Pós-Graduação.

Os itens para avaliação do desempenho docente são os que se seguem: “1) Apresenta e discute com os alunos o planejamento das atividades a serem desenvolvidas ao longo do semestre; 2) Demonstra ter conhecimento da matéria que leciona; 3) Consegue que os alunos se interessem pela matéria; 4) Transmite o assunto com clareza; 5) Comparece às aulas com assiduidade; 6) É pontual; 7) Utiliza todo o horário previsto para a disciplina; 8) Torna evidente(s) o(s) objetivo(s) da cada aula; 9) Demonstra interesse de que os alunos aprendam realmente; 10) Estimula a capacidade de crítica dos alunos; 11) Discute as questões levantadas pelos alunos em sala; 12) Dialoga com os alunos quando há algum impasse ou problema a resolver; 13) Coloca-se disponível à orientação extraclasse e orienta, quando solicitado; 14) Recomenda bibliografia adequada à disciplina; 15) Busca alternativas, diante das deficiências da Universidade, para realizar um trabalho de bom nível; 16) Adota instrumentos de avaliação adequados à disciplina; 17) Estabelece um grau de dificuldade nas provas correspondente ao que foi ensinado; 18) Comenta com os alunos os resultados das avaliações, indicando as deficiências a serem superadas; 19) Mostra a relação da disciplina com outras disciplinas do Curso; 20) Indica a utilidade da disciplina para o exercício profissional.”

4.3 A Pós-Graduação *lato sensu*

O PROJETO DE HABILITAÇÃO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA E PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA tem por objetivo atender à demanda dos cursos de pós-graduação da UFBA (e de outras IES que o solicitarem), pro-

cedendo ao exame de habilitação em Língua Estrangeira (Alemão, Espanhol, Francês, Inglês e Italiano) e ao exame de proficiência de Língua Portuguesa (L2). Ainda que opere preferencialmente para as provas de seleção, atende às solicitações de exame de proficiência em Língua Portuguesa em qualquer período do ano. Oferecem-se regularmente em todos os semestres letivos um curso de LET571 Inglês Instrumental e outro de LET684 Francês Instrumental, que atendem à demanda da Pós-Graduação na UFBA e às necessidades de formação dos estudantes da Graduação em Letras, alunos de IC, que se preparam para fazer a seleção, além de atualizarem o conhecimento dos alunos do CML e do CDL na sua capacitação de leitura e compreensão da língua estrangeira. É oferecido também um curso de Italiano Instrumental.

5 A atividade de pesquisa

O desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Letras encontra apoio, desde as suas origens, nas atividades de pesquisa a que se dedica o corpo docente dos Cursos de Letras.

Em todo esse tempo consolidaram-se, desde a época da Faculdade de Filosofia, dois Grupos de Pesquisa, tão antigo um quanto o outro. São o núcleo inicial da pesquisa em Língua Portuguesa e o núcleo de Filologia Românica. Com a criação do Instituto de Letras, 30 anos atrás, novos núcleos de pesquisa delinearam-se, a saber: o de Lingüística, o de Teoria da Literatura, o de Literatura Brasileira, aqueles voltados para o ensino de Língua Estrangeira e para a tradução.

Em 1995 – momento da reestruturação do Curso de Mestrado em Letras e implantação do Curso de Doutorado em Letras – todos os projetos de pesquisa existentes nos quatro Departamentos do Instituto de Letras foram revistos e distribuídos em nove linhas de pesquisa.

Essas nove linhas de pesquisa representam o resultado da análise da situação de linhas de pesquisa e de projetos de pesquisa existentes até 1995. Todo o trabalho de pesquisa do corpo docente dos Cursos de Letras acha-se diretamente vinculado à sua atividade no ensino de graduação e de pós-graduação e tem sido o maior documento da vocação dos Cursos de Letras na Universidade Federal da Bahia.

Desde os primórdios desenvolveu-se uma intensa atividade de pesquisa ligada à lingüística histórica (em Língua Portuguesa e em Filologia Românica), à lingüística teórica (descritiva, em Lingüística), à lingüística aplicada (nas línguas estrangeiras), aos estudos teóricos da literatura (em Teoria da Literatura) e aos estudos culturais (em Literatura Brasileira e, mais recentemente, nas línguas estrangeiras).

Esse quadro reflete-se hoje nas nove linhas de pesquisa existentes: a) três ligadas à Lingüística Histórica – Constituição Histórica do Português, Mudanças Lingüísticas na România, Diversidade Lingüística no Brasil; b) três ligadas à Lin-

güística Teórica e à Lingüística Aplicada – Estudos em Teoria Lingüística, Aquisição e Ensino do Português e Lingüística Aplicada; c) três ligadas aos estudos teóricos em Literatura e aos Estudos Culturais – Documentos da Memória Cultural, Crítica Textual e Representação Literária.

Essas nove linhas de pesquisa definem o perfil dos cursos de pós-graduação, totalmente estruturados a partir dessas vocações na pesquisa.

6 Atividade de extensão

A atividade de Extensão no Instituto de Letras é marcada pelo fato de abrigar sistematicamente alguns eventos, sendo, ainda, órgão promotor de outros.

Uma atividade de extensão continuada são os Cursos de Língua Inglesa, de Língua Francesa e de Língua Espanhola oferecidos à comunidade interna e externa à UFBA. Além de terem o cunho de utilidade comunitária, destacam-se internamente como campo de aplicação de pesquisas ligadas ao ensino de Língua Instrumental.

7 Conclusão

Do exposto pode ser observado que o perfil dos Cursos de Letras caracteriza-se por uma simbiose entre ensino de Graduação, ensino de Pós-Graduação, atividades de pesquisa e atividades de extensão.

1. A Graduação em Letras – desde a consolidação das propostas dos cursos – previa uma ampliação do seu campo de ação no âmbito universitário, na direção da pesquisa e, por conseguinte, dos cursos de pós-graduação.
2. A pesquisa na área de Letras na Universidade Federal da Bahia tem sido marcada, desde os primórdios, em duas direções, ainda que uma se tenha destacado antes da outra: os estudos em lingüística histórica e os estudos culturais. Pouco a pouco, com a introdução dos estudos de lingüística teórica e com a maior sistematização e uso da lingüística aplicada, ampliaram-se as vocações nessa direção.
3. Os projetos de extensão caracterizam-se pela integração dos docentes e discentes de Graduação e Pós-Graduação, assim como pelas ligações com a atividade de pesquisa.

As Letras às pulgas (Mas às traças, nunca!)

No princípio era o caos. E do caos às pulgas e ao BHC. Esta a síntese do prédio onde está instalado o Instituto de Letras da UFBA. E como na UFBA, muitas vezes circula o silêncio que acomoda sua população, vamos ao relato dos antecedentes.

O velho prédio da Joana Angélica tem dossiê antigo. Na década de 40 a Escola Normal saiu de lá por falta de condições e dimensões toleráveis à formação das suas normalistas. No espaço desocupado instalou-se a nascente Faculdade de Filosofia evidenciando que, por aqui, existem misteriosas metamorfoses, e a dialética velho/novo é surpreendente. A Faculdade de Filosofia foi crescendo e incorporando novos cursos (chegaram a 13). Para tão intenso uso não houve a correspondente conservação, pois afinal não é só de hoje a escassez de dinheiro para certas áreas da Universidade. Com a Reforma levantaram asas os últimos cursos e as LETRAS permaneceram na Joana Angélica com um curioso problema nas mãos: a surpresa de ter herdado (para as suas dimensões na época) um imenso latifúndio e o mal-estar de aos poucos e parcos remendos não impediram que episódios alertadores acontecessem. Em 69, por exemplo, uma tarde de chuva e vento arrancou e fez desabar parte do telhado, lançando em pânico na Joana Angélica professores, alunos e funcionários agarrados (como sempre) aos poucos livros que conseguiram arrebatar correndo sob um trovão que descia atrás de si: as enormes telhas de eternit rolavam pelas escadas com ruidos de fim de mundo. Tempos depois a imensa clarabóia que ilumina o 2º andar desabou sem vento, e o estilhaçar dos vidros pelas escadas fez um barulho de cortar corações e alguns — felizmente poucos — pedaços de epiderme. Daí aos nossos dias têm sido frequentes os episódios que animam o trabalho e o lazer das LETRAS com peculiaríssimas conversas:

"Mudamos de sala porque a professora está de muletas, quebrou o tornozelo descendo a escada sem luz..."

"A de Literatura também. Enganchou no tapete rasgado da escada do prédio velho e foi parar no saguão". (LETRAS conserva esfarrapados requintes!)

"Sabe quantos quilos perdi no semestre sem elevador? Trabalhar no 5º andar tem as suas vantagens..."

"Professora, a senhora tem uma



caneta? A minha caiu e desapareceu num desses buracos do assoalho".

"Esta Chefe de Departamento tem sorte! Tinha acabado de sair do elevador quando o fundo soltou e caiu lá embaixo. Chegou a gritar com o estrondo nas costas!"

"É impossível controlar a histeria dessas alunas! Interrompem a aula cada vez que um rato atravessa a sala..."

"A Escolaridade não funciona esta semana. Foi desativada por causa das pulgas".

"O semestre começou ótimo! Vamos vencer a apatia. Tinha acabado de entrar na sala, o pé da cadeira escorregou numa fresta e cai com as pernas para cima diante de 30 alunos. Tivemos quinze minutos de gargalhadas que integraram definitivamente a turma!"

"Sai da frente pessoa! Esses alunos que vêm correndo estão cheios de pulgas!"

"A Diretoria manda avisar que os sanitários do prédio velho estão interditados, e a Secretaria e a sala 18 também. As vigas do lado direito estão podres. É bom não passar por perto até a Prefeitura do Campus vir escorar o teto".

"Você tem aspirina? Hoje esqueci de trazer, e com esse cheiro a dor de cabeça não vou suportar uma segunda aula".

"Espere, meu filho. Quando o caminhão acabar de passar você continua a leitura do seu trabalho. Pelo que consegui ouvir está bem interessante!".

"Todo mundo na sala tem guarda-chuva? Então podemos continuar".

Assim estavam as LETRAS.

Nos últimos dias 20 e 23 de setembro, depois de uma investida mais radical dos membros mais esfuziantes da sua comunidade — AS PULGAS — providenciou-se a sua dedotização. Não sem antes assegurar à SUCAM, que as pulgas da Universidade são também federais, e nesta esfera de competência deveriam ser exterminadas. À SUCAM, por sua vez, não faltaram boa vontade e BHC. Para além do Instituto, o bairro de Nazaré foi atingido em sua religiosidade — a igreja ao lado não rezou a missa dominical, em seu comércio — frequentadores de bares, lanchonetes e UNIMAR debandaram com o cheiro ativo do BHC, na sua vida cultural (intensa) — escolas e Academia Baiana de Letras tornaram-se irrespiráveis, e até no trânsito, com pedestres e motoristas circulando com os narizes tapados sem saber, coitados, que é pela epiderme que o BHC nos invade com mais veemência.

Suspensas as aulas e fechado o Instituto, a comunidade de LETRAS pediu asilo ao auditório do PAF e lá decidiu — como lhe compete — transferir as aulas para escolas próximas, aguardar que num prazo de trinta dias a administração da Universidade promova uma rigorosa limpeza do prédio, além de consertos mais urgentes, e principalmente, decidiu trabalhar em torno de duas certezas: o prédio da Joana Angélica não tem condição alguma de continuar abrigando as LETRAS e a partir de março de 1986, e é do esforço conjunto, organizado e competente que depende a instalação do Instituto em um novo prédio.

Afinal, mesmo tendo sido sacudidas pelas pulgas, as LETRAS não estão às traças. E a comunidade sai da despulicização com plena consciência profissional e política de sua razão de ser, dos seus direitos e da extensa tarefa que tem pela frente.

Eneida Leal Cunha*

(* Professora de Literatura Brasileira, ingressou na UFBA, e no velho prédio da Joana Angélica em 1961, na 1ª série do Colégio de Aplicação. E lá continuou aparentemente incólume, até 19 de setembro de 1985.

Discursos

Antigas navegações, antigas chamadas, antigas letras

Cláudio Veiga

Universidade Federal da Bahia

Resumo

Considerações sobre três figuras exemplares de intermediários que surgiram ao longo da trajetória de Cláudio de Andrade Veiga: *um francês que veio à Bahia, um francês que não veio à Bahia, um baiano que foi à França*. O francês que veio à Bahia é Raymond van der Haegen, primeiro professor de Francês da Faculdade de Filosofia. Pelo seu ensino objetivo e pelo seu empenho em conseguir bolsas, exerceu o papel de intermediário da língua, da literatura e da civilização francesas. Assim como ele, outro francês permanecendo na França se empenhou em divulgar em sua terra a nossa literatura. Trata-se de Philéas Lebesgue, principal divulgador, na França, na primeira metade do século XX, das literaturas em língua portuguesa. O baiano que foi à França é Caetano de Moura, contemporâneo e simpatizante da Revolução dos Alfaiates que na sua longa vivência francesa se engajou como médico militar no exército napoleônico. O seu papel de intermediário se manifestou na tradução de livros de ficção. Traduziu romancistas franceses e versões francesas de famosos ficcionistas de língua inglesa. Como intermediário, Caetano de Moura, natural da Bahia, condignamente se coloca ao lado de Philéas Lebesgue e de Raymond van der Haegen.

Résumé

Réflexions concernant trois figures exemplaires d'intermédiaires qui surgirent au long de la trajectoire de Cláudio de Andrade Veiga: *un Français qui vint à Bahia, un Français qui ne vint pas à Bahia, un Bahianais qui alla en France*. Le Français qui vint à Bahia, c'est Raymond van der Haegen, le premier professeur de français de la Faculté de Philosophie. Grâce à son enseignement objectif et à son effort pour obtenir des bourses d'études, il a joué le rôle d'intermédiaire de la langue, de la littérature et de la civilisation françaises. Tout comme lui, un autre Français, demeurant en France, s'efforça de diffuser notre littérature dans son pays. Il s'agit de Philéas Lebesgue, principal divulgateur, en France, dans la première moitié du XX^{ème} siècle, des littératures de langue portugaise. Le Bahianais qui se rendit en France, qui c'est Caetano de Moura, contemporain de la Révolution des Tailleurs et son sympathisant qui, au cours de son long séjour en France, s'est engagé comme médecin militaire dans l'armée napoléonienne. Son rôle d'intermédiaire se manifesta dans la traduction de livres de fiction. Il traduisit des romanciers français et des versions françaises de célèbres romanciers de langue anglaise. Comme intermédiaire, Caetano de Moura, originaire de Bahia, est placé avec justice aux côtés de Philéas Lebesgue et de Raymond van der Haegen.

Não é de estranhar que um antigo aluno de Letras se demore um pouco mais no dicionário para averiguar o roteiro de uma palavra. Assim verificamos que uma embarcação era considerada “emérita” quando deixava de navegar. Era também “emérita” a fogueira quando seu fogo já estava extinto. E “emérito” era o militar reformado. Em vista de antigas navegações, antigas chamas, antigas lutas, o adjetivo “emérito” se tornou elogioso, cabendo-me bondosamente, neste momento, o título de Professor Emérito.

Agradeço sincera e profundamente, no cinquentenário da Universidade Federal da Bahia, o título honorífico que Sua Magnificência o Reitor Luiz Felipe Serpa acaba de conceder-me e estendo os meus agradecimentos ao diretor Aurélio Lacerda e demais colegas do Instituto de Letras que propuseram a honraria. Um agradecimento particular ao professor Jacques Salah, companheiro mais jovem de jornada, generoso prefaciador de um de meus livros e intérprete de nosso Instituto de Letras.

Depois de percorrido o meu caminho na Universidade, se volver o olhar para um passado que parece recente, mas que já se aproxima de meio século, devo deter-me em 1947 quando ingressei na antiga Faculdade de Filosofia. O escudo concebido para a jovem instituição é o atual escudo trifoliado da Universidade Federal da Bahia. Desenhado primeiramente para a escola de Isaías Alves, refletia em três folhas ou rebentos as três seções da nova instituição – *Filosofia, Ciências e Letras*. Subdividindo-se o curso de Letras em três departamentos, optei pelas Letras Neolatinas, dedicando-me à língua e à literatura francesas. Fui, assim, encaminhado para aquele terreno que, segundo a terminologia da literatura comparada, é ocupado pelos intermediários, isto é, aqueles que ajudam a promover intercâmbios culturais internacionais, trabalhando na divulgação de línguas, literaturas e civilizações estrangeiras.

Em vez de deter-me na modesta militância pessoal, seria preferível lembrar figuras exemplares de intermediários que surgiram ao longo de minha caminhada: *um francês que veio à Bahia, um francês que não veio à Bahia, um baiano que foi à França.*

I. O professor Raymond van der Haegen é o francês que veio à Bahia aqui chegando em 1946, para lecionar na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em seus cursos, os seus alunos, o que é de costume na França, liam intensivamente os grandes autores. Esta prática, tradicional no ensino francês, se harmoniza com as observações do mestre Afrânio Coutinho:

Em lugar de encher o tempo dos alunos em leituras teóricas, deve-se obrigá-los a ler as próprias obras dos autores. Em vez de uma biografia ou trabalho crítico, ou de uma discussão teórica, o que importa no aprendizado literário é a leitura dos textos dos grandes escritores.

Com quatro décadas de antecedência, e conforme a prática do ensino em sua pátria, van der Haegen fez com que seus alunos lessem grandes autores franceses. Facilitou-lhes a tarefa importando da França exemplares dos conhecidos *Classiques Vaubourdolle* e particularmente dos *Classiques Larousse* que, na contracapa, anunciavam com orgulho: “Esta coleção cujo êxito não cessa de crescer nas universidades, liceus, colégios etc., compreende atualmente mais de 160 volumes.”

O primeiro autor a ser lido foi Rabelais. Os dois volumes dos *Classiques Larousse* permitiram conhecer razoavelmente as aventuras dos heróis Gargantua e Pantagruel e de comparsas como frère Jean des Entommeures e Panurge. Evidentemente os estudos de Bakhtin, que só seriam traduzidos em francês vinte anos mais tarde, ajudam a conhecer melhor Rabelais, mas nada dispensa a leitura mesma do autor.

No segundo semestre de 1947, van der Haegen leu com os alunos os *Ensaio*s de Montaigne, na mesma coleção. No ano seguinte foi a vez de Pascal e das peças de Corneille e Racine *Le Cid* e *Phèdre*, cada uma delas com as marcas exemplares dos dois dramaturgos. Depois foi a descoberta da sutil preciosidade do teatro de Marivaux, cuja peça *Le Jeu de l'Amour et du Hasard* foi lida com maior interesse.

Sob sua orientação seriam abordados outros textos importantes da literatura francesa. Não atingiria o seu ensinamento a crítica formulada por Afrânio Coutinho: “Um dos graves defeitos do ensino superior brasileiro decorre da incapacidade para a leitura.”

Passando pela Bahia, em 1949, o especialista em Rabelais, Lucien Lefevre, o professor Raymond van der Haegen fez com que um de seus alunos lesse e comentasse, um tanto bisonhamente, trecho da poesia de Victor Hugo – *Booz endormi*. Evidentemente não ouviu o visitante um sofisticado comentário como recomendam conhecidos manuais de *explication de texte*. Mas não saiu decepcionado e falou com o professor van der Haegen sobre a concessão de bolsa de estudos a egressos do curso de Letras. Com efeito, o mestre complementou o seu ensinamento conseguindo bolsas de estudos na França para muitos de seus alunos.

Pelo seu ensino objetivo e por seu empenho em conseguir bolsas, o Professor Raymond van der Haegen exerceu eficientemente, entre nós, o papel de intermediário da língua, da literatura e da civilização francesas. Acrescente-se que sua ação também se fez sentir na operosa e sempre lembrada Casa da França.

II. Assim como o professor Raymond van der Haegen serviu de intermediário, tornando mais conhecidas, entre nós, as letras de sua pátria, outro francês, permanecendo na França, se empenhou em divulgar em sua terra a nossa literatura. Trata-se de Philéas Lebesgue, principal divulgador, na França, na primeira metade do século XX, das literaturas em língua portuguesa. Esteve cordial e estreitamente relacionado com eminentes representantes da literatura portuguesa como Teófilo Braga e Eugênio de Castro. No Brasil, sem exagero, de norte a sul, nossos escritores, com maior ou menor assiduidade, entraram em contato com o providencial intermediário. Inveterados leitores da literatura francesa, os nossos escritores também desejavam ser lidos na França. São reveladoras estas linhas de Coelho Neto endereçadas, em 1907, a Lebesgue:

Grande será a minha alegria quando vir o meu pensamento vencer a fronteira da língua portuguesa, caminhando livremente em francês, língua desembarçada, que é como a luz que vai a todos os confins da terra. A nossa imaginação move-se cativa na zona alumiada por uma candeia, a musa da França que voa ao grande sol, no espaço amplo.

A missiva de nosso escritor foi lida por Lebesgue em sua pequena propriedade rural, norte da França. Era, na verdade, Lebesgue um pequeno proprietário da Picardia: preparava o solo, plantava, colhia, guardava no celeiro, cuidava de animais de tração e de máquinas agrícolas. Este bom semeador era também um escritor que, sem poder figurar entre os grandes representantes da literatura francesa, ocupa um muito honroso lugar entre os *mineiros*. Sua volumosa produção, escrita normalmente entre as dez da noite e duas da madrugada, compreende ensaística, ficção, poesia.

Chamou Lebesgue a atenção de nossos escritores porque, na importante revista parisiense *Mercur de France*, fazia recensão da literatura portuguesa e da literatura brasileira. Nesse mister, trabalhou desde os fins do século passado até o segundo pós-guerra.

Suas páginas do *Mercur de France* atraíram, de pronto, os nossos escritores. Assim como, em nossos dias, os autores nacionais anseiam uma pequena guarida nos grandes jornais do eixo Rio-São Paulo, parecia uma consagração figurar naquelas colunas da famosa revista.

Em sua pequena propriedade, na Picardia, Lebesgue recebia copiosa correspondência e considerável quantidade de livros de autores brasileiros, de Coelho Neto a Guilherme de Almeida e de Afrânio Peixoto a Mário de Andrade. Merece especial destaque o relacionamento da intelectualidade da Bahia com o prestigioso brasilianista. Lebesgue foi membro correspondente de três entidades culturais desta cidade: o Instituto Geográfico e Histórico, o Grêmio Literário e a Academia de Letras.

Mas não foi somente como cronista de uma revista parisiense que Lebesgue divulgou a nossa literatura. Agiu também como tradutor. Traduziu avulsamente algumas poesias como “A Mosca Azul”, de Machado de Assis, trechos de Guilher-

me de Almeida e Manuel Bandeira. Como tradutor, distinguiu-se por haver passado para o francês romancistas nossos como Alencar, Coelho Neto e Xavier Marques. Graças a Lebesgue, foram vertidos para o francês *Iracema*, *Jana e Joel*, *O Rei Negro*. Também traduziu uma coletânea de contos de Coelho Neto. A correspondência trocada entre nossos escritores e Lebesgue e seu colaborador, Gahisto, revela quanto foi cordial e, por vezes, comovente aquele relacionamento. A tradução do idílio de *Jana e Joel* começou quando, em 1914, o invasor alemão atacava localidades onde residiam Lebesgue e Gahisto: o norte da França e a região parisiense.

Em correspondência endereçada a Xavier Marques, Lebesgue resume os seus propósitos:

Gostaria de fazer bem melhor, revelar integralmente aos franceses os verdadeiros tesouros de sua jovem literatura.

III. O baiano que foi à França é Caetano Moura, contemporâneo e simpatizante da Revolução dos Alfaiates, movimento que, eclodindo nesta cidade, em 1798, se inspirou em parte na França revolucionária.

Caetano Moura desembarcou em terras francesas, em 1803, e morreria em Paris em 1860. Dessa longa vivência francesa, com pequeno interregno em Portugal, lembremos apenas a aventura napoleônica em que o baiano se engajou como médico militar.

Instalou-se em Paris em 1807, momento que, embora não marcasse o apogeu de Napoleão, foi o mais venturoso de seu governo. Foi o período em que se iniciou a construção de monumentos como o Arco do Triunfo, o Templo da Glória, atualmente Igreja da Madalena, a coluna da Praça Vendôme, cujos baixos-relevos foram fundidos com o bronze de canhões alemães e austríacos tomados na batalha de Austerlitz. Naquele clima de euforia e vitória, Caetano Moura viu muitas vezes o artesão de tantas guerras triunfais e de tanta prosperidade. Esteve mais perto de Napoleão quando se engajou, em 1809, na Legião Portuguesa, para lutar contra os austríacos. Seus companheiros de farda recrutados em Portugal se empolgaram com a figura do Imperador e, no trovão das vozes que o aplaudiam exclamando: *Vive l'Empereur!*, com seu sotaque estavam as vozes dos portugueses e, entre estas, a do baiano Caetano Moura. Antes da batalha de Wagram travada em face de Viena, Napoleão, no apresto de seus soldados, passou em revista as tropas portuguesas, ocasião em que o legionário baiano pôde contemplar o imperador de perto e mais demoradamente.

De volta a Paris, depois da vitoriosa batalha de Wagram, a Legião Portuguesa teve uma recepção festiva. Foi quando, formados os portugueses na praça do Carrossel, junto ao palácio das Tulherias, Caetano Moura, autorizado pelos superiores, disse algumas palavras ao imperador. A última vez que o viu, foi durante os Cem Dias, em 1814, em Grenoble. Quando, em 1840, os despojos de Napoleão

voltaram a Paris, dirigiu-se à Igreja dos Inválidos para reverenciar as cinzas do antigo comandante. Em 1846, publicou uma *História de Napoleão Bonaparte*. Para Caetano Moura, Napoleão não foi um simples tema literário, mas uma lembrança intimamente ligada aos momentos mais exaltantes de sua existência.

Havendo-se adaptado à vida francesa, Caetano Moura não se tornou um *déraciné*, não cortou os laços que o prendiam à terra natal. Na maioria de seus livros, mais de trinta, costumava frisar no frontispício – *natural da Bahia*. Foi o primeiro editor do *Cancioneiro de Dom Diniz*, escreveu uma *História do Brasil*, e sobretudo escreveu *Harmonias da Criação*, dedicado “especialmente para a mocidade brasileira e portuguesa”. Mas é particularmente em suas traduções que se revelou um importante intermediário. Traduziu livros de literatura infanto-juvenil, de medicina, geografia e religião. Traduziu as *Máximas* de La Rochefoucauld. Mas, acima de tudo, o seu papel de intermediário se manifestou na tradução de livros de ficção. Traduziu romancistas franceses e traduziu versões francesas de famosos ficcionistas de língua inglesa. Bem antes do aparecimento de *O Guarani*, de Alencar, traduziu dois romances indianistas franceses, *Os Incas*, de Marmontel, *Os Natchez*, de Chateaubriand, e *O Último dos Moicanos*, ou melhor, *O Derradeiro Moicano*, de Fenimore Cooper. Traduziu vários romances históricos de Walter Scott.

Como intermediário, Caetano Moura, natural da Bahia, condignamente se coloca ao lado de Philéas Lebesgue e Raymond van der Haegen.

Que nesta generosa cerimônia me seja permitido concluir, citando uma máxima de La Rochefoucauld, traduzida assim por Caetano Moura:

O louvor que se nos dá serve a fortalecer-nos na virtude, e os que têm por alvo o engenho e a beleza inspiram o desejo de aumentá-los ainda mais.

Nesta cerimônia, agradeço, sensibilizado, este fraternal louvor que me faz saudosamente lembrar antigas lutas, antigas navegações, antigas chamadas.

Memórias de alegria

Judith Grossmann

Universidade Federal da Bahia

Memórias do percurso de um professor da área de Letras, na sua relação com a língua e a literatura. Considerações sobre a vocação e o ensino. Proposta de um projeto educacional.

Mémoires du parcours d'un professeur de Lettres et de ses relations avec la langue et la littérature. Considérations sur la vocation et l'enseignement. Proposition d'un projet d'éducation.

Resumo

Résumé

Toda revisitação exige um tal esforço de vontade que muitos, propositalmente, escolhem não fazê-la, perdendo assim súbitas e inesperadas alegrias que brotam de fontes por demais profundas e que somente por este ato podem ser atingidas. O momento, antes assustador, se faz em repentino oásis.

Falar de nós mesmos é quase sempre embaraçoso, exceto por uma via indireta, que, como máscara, ainda mais nos revela. Assim, ao receber o título de Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia, quero, antes de mais nada, homenagear todos os colegas, estudantes e funcionários do Instituto de Letras desta Universidade, sem cuja companhia minha existência cotidiana de professora nem sequer haveria existido.

Durante muitos anos acostumei-me a ouvir a minha própria voz falando aos meus alunos. Hoje, quando penso na indescritível felicidade gerada dia após dia, semana após semana, mês após mês, ano após ano, por um fato aparentemente tão simples, por uma ação que tantas vezes se faz banal, mal posso acreditar que eu, por alguma razão misteriosa, e cujo mistério somente aumenta quanto mais se o analisa, haja sido aquinhoada com o dom de receber o retorno que recebi e que ainda recebo, até mesmo quando alguém, de olhos brilhantes, em meio a uma multidão, exclama... Professora... Sim, centenas e centenas de respostas foram dadas às minhas interpelações, provas foram realizadas, textos foram escritos, monografias, teses... e tudo são memórias de alegria. Por estranho que possa parecer, nunca houve tristeza. Era como uma festa em curso, um banquete de idéias e de sentimentos, havia no ar uma estranha vibração e muitas vezes era até preciso conter os que se excediam, dedicando-se de tal forma à tarefa que tinham pela frente e que os tornava de tal maneira felizes que de tudo o mais se esqueceriam.

Havia um enorme crescimento que não apenas em palavras, em laudas, poderia ser medido. Pode tudo isto ter acontecido?, é o que me pergunto, mal acreditando. Poder-se-ia ousar tanto?, e quem?, eu? Para ser sincera, de mim não o esperaria. E, no entanto, houve. De onde vinha tal novel pedagogia?, pois é este o nome do que seria difícil descrever. Lembro-me apenas de que em minha colação de grau da Licenciatura em Letras pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Bra-

sil, hoje Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Teatro Municipal, orei para que viesse a ser uma boa professora. Certamente foi isso. Pois quem se lembra de fazer tal pedido em plena formatura, em meio a discursos de Mattoso Câmara e de Cleonice Berardinelli, não poderia deixar de ser atendida.

Onde está tudo isso, eis o que é importante interrogar agora. Em que se converteu? Em pó? Em ouro? Em pessoas, na verdade. E estas pessoas estão espalhadas pelo mundo inteiro, fazendo o mesmo que fazia eu, ensinando, confiando que tal pedagogia... ia eu dizer demiurgia... é possível na transmissão do saber, um saber ao qual ainda não aludi especificamente, ao mesmo tempo o da literatura e aquele que é transmitido pela literatura.

Esta a lição. Um vento soprou, sementes foram espalhadas, campos foram arados, pães se multiplicaram, peixes se fizeram em bravos cardumes. Uma polinização houve. Eu permaneci guardada neles e eles permaneceram guardados em mim. Somos parentes, pertencemos a um tronco, somos uma genealogia, por pouco uma raça.

Tudo isto aconteceu porque vivíamos em poesia, queríamos que a vida mesmo, e viver no nosso caso era falar, escrever, ler, pensar, sentir, fosse ela, e nós, uma obra de arte. Queríamos ser autores, isto é, donos do nosso próprio destino. E os livros nos ajudavam neste exercício de liberdade, apontando sempre para os livros que nós próprios poderíamos escrever. De cada episódio eu me lembro, e se aqui apareço parada, não posso me esquecer de quanto caminhei. As forças aparecem é na hora, antes somos pura fragilidade, e depois mal podemos acreditar. A hora... isto é tudo. Nestas coisas é preciso tocar como num cristal, apenas que este cristal, contrariando as aparências, tem a consistência de um diamante. Os acontecidos são muitos e não caberia no momento narrá-los. Apenas recolho alguma coisa que eu costumava dizer... não, não é preciso reprová-los, basta que se os transforme em estudantes aprováveis. E súbita uma revelação... em pleno Shopping Barra... Professora... graças à senhora eu posso ser hoje uma pessoa feliz... E disse outra... Professora, a senhora é um deslumbre... Céus, onde fora ela encontrar tal palavra, em que recôndito invisível alforje, embornal, bolsa, pochete, mochila, a buscara, e para mim? Na verdade, era ela aquela que era o deslumbre... Esta felicidade, este deslumbre, sim, pode ser descrito, e se chama a verdadeira aquisição da linguagem através da contemplação da realização máxima da língua que é a literatura, a língua levada ao seu ilimite, ao seu horizonte máximo de liberdade, língua-criação, língua-poesia, língua-linguagem, nascedouro, olho-d'água.

Ah, sim, agora posso dizer, agora conheço o segredo. Não existe tormento maior do que o de não possuir uma linguagem. Estar fora da linguagem é estar num calabouço, porque o que não se expressa não existe ainda e o silêncio somente significa quando tudo já foi dito. Pois então era esta a alegria, a dos infantes que descortinavam um campo inteiro de possibilidades inesgotáveis e que, por mais que vivessem, poderiam ará-lo a vida inteira. E haveria sempre mais. E poderiam passá-lo adiante. E nunca faltaria trabalho.

Trabalho, é esta a palavra. É este o legado. E havendo trabalho, nunca haverá a fome. Porque justamente a fome maior é de trabalho. E com trabalho sequer chegará a existir a fome. A cidade prosperará. A nação. E somente haverá – todos. Esta a utopia, aqui, agora, um paraíso na terra mesmo, com trabalho pleno de significado, um trabalho já livrado da maldição original, porque gerações e gerações de homens já vaguearam pela terra em busca deste maná, não caído do céu, mas aqui plantado.

Foi assim que ano após ano coloquei este novo Édipo, que ora configuro, a meu serviço e a serviço do próprio, pois este é o único caminho para nos livrarmos daquela estrada arcaica na qual dois homens se defrontam e um deles morre. Pelo contrário, os dois devem viver e participar de todas as primícias da terra, dos alimentos colhidos, tanto o pão do corpo quanto o pão do espírito, que no nosso caso era e é o dos frutos de uma arte a que se dá o nome de literatura.

Dentro deste ato verdadeiramente litúrgico de transmissão do que a grandeza do homem foi capaz de criar, é que se torna possível o banquete de Laio e de Édipo, este ágape que durante todo o meu tempo de serviço na Universidade Federal da Bahia procurei servir todas as manhãs, para que à noite se pudesse dizer, o dia aconteceu, houve. Entrem, eu dizia, eu abri as portas para vocês, e me lembro de que gostava de esperar as novas turmas provenientes do Vestibular nos portões de ferro do velho prédio de Nazaré. Eu achava mesmo que esta era uma de minhas funções, a mais importante, talvez. E eu era apenas a anfitriã. Organizava cardápios, ou, se preferirem, programas, das riquezas que encontrava estocadas. A literatura brasileira, a língua portuguesa-brasileira, pois de um ponto de apoio arquimédico precisamos para começar, de algumas naus, de algumas caravelas, ainda mais nós, marítimos, que todos os dias podemos banhar nossos olhos e nossas palmas nas águas do Oceano Atlântico. É este o campo a ser amanhado cada manhã, que teve início com a carta de Pero Vaz de Caminha, e no qual, de fato, gracioso, cheio de graça, plantado, de tudo deu e ainda dá, porque, a cada despertar, um escritor brasileiro, com sol ou com chuva, senta-se à sua mesa de trabalho e faz o seu gesto de escrita, usando de um lápis ou de um computador, a depender do seu gosto pessoal e daquilo que o cerceie menos no seu ato de levar a mão à testa e proteger a fonte da qual todas as obras promanam.

Uma literatura que gerou um Jorge de Lima (1893-1953), cujo centenário de nascimento se completou no ano passado, e de quem tive a sorte de ser aluna na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, e de quem jamais deixarei de ser aluna, e por quem prometo ser eternamente edipianizada, porque sem Édipo jamais daremos um passo adiante, uma literatura que produziu uma Cecília Meireles (1901-1964), cujos trinta anos de ausência se completam agora em 9 de novembro de 1994, é sem qualquer dúvida uma literatura de primeira categoria, que com destaque se coloca na imensa construção da literatura universal.

Quando contemplo o grande exemplo das obras destes grandes poetas brasileiros, coisa que faço com os livros diante dos olhos, proeza já bastante difícil,

pois os doeí quase todos, embora astuciosamente haja reservado os destes à Biblioteca do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, onde se constituem na Coleção Judith Grossmann, ou sem livros, ato já bastante fácil, pela convivência que com ambos tenho, em *shoppings*, aeroportos, ruas, avenidas, cidades, cada vez mais me assombro com as maravilhas que puderam fazer com a língua de Camões e de Fernando Pessoa, como a sovaram, a malharam, a ductilizaram, a renovaram, de modo que a mim me parece uma língua inteiramente nova, inacreditável, depurada numa forja invisível, apta a absolver um inédito Prometeu, não a ser castigado, mas a ser galardoado por um furto sagrado e necessário que irmana e não divide doadores e herdeiros.

É, dizia eu aos meus estudantes, e ainda lhes digo, pois todas as manhãs virtualmente com eles me sento, já agora para o meu frugal desjejum, é a inveja o sentimento mais nobre que podemos experimentar em nossas leituras quando elas nos convidam a esta inveja, a esta altura salutar, que deve permear como bom tempero o recém-companheirismo de Laio e de Édipo, que nem Freud em toda a sua glória foi capaz de vislumbrar, ainda menos, com toda a razão, Lacan, inveja que nos poderá fazer afirmar com inabalável convicção, sim, escreverei ainda melhores livros do que estes.

Livros, aqui se fala de livros como de pepitas de ouro, mas de que falam os livros?, as obras literárias?, falam da vida como uma obra de arte e de beleza, e é este o valor e a serventia dos livros, semáforos, setas, o momento também do apagamento e da revelação em que se fecham e se dissolvem, devolvendo-nos a vibração tão imortal quanto a deles, a da vida, maior ou menor, ilimitada. É esta fulguração da vida na literatura, este revêrbero, que faz mesmo da literatura cada vez mais literatura, cada vez mais literária, é isto que vitaliza simultaneamente a literatura e a vida, que faz com que a vida não possa passar sem a literatura para ser mais vida, e tudo então é literatura, e o resto é silêncio, antiliteratura, antividia.

Assim é que não se pode escapar ao literário, e quanto mais literário, melhor, neste sentido específico que descrevo, e o literário de hoje não é certamente o de ontem, nem o de amanhã, e por fim toda a poesia é literária, e ainda mais que todas a de João Cabral de Melo Neto, e no grande incêndio da Estação Botafogo vão surgindo a cada vez obras que buscam tensionar de uma nova forma as relações entre poesia e vida. Pois bem, eu reafirmava em minha refeição matutina, a literatura brasileira é azul. Nós viveremos.

Porque eu quero falar da grandeza e não apenas da miséria do homem, da grandeza da nacionalidade, e é neste celeiro que teremos de buscar os elementos para construir novas expressões desta grandeza, aspiro a ser um testemunho vivo de que a incomparável beleza do sim é possível em meio à negatividade,

é tão belo como um sim
numa sala negativa.

(João Cabral de Melo Neto. *Morte e vida severina*)

Eu quero falar é “da gã”, “da coragem” (João Guimarães Rosa. *Grande sertão: veredas*). E sem a literatura brasileira digo-lhes que é impossível construir a

nacionalidade, achar finalmente a Ilha com que os descobridores se defrontaram e que ninguém encontrou, exceto Jorge de Lima na *Invenção de Orfeu*, ou mesmo o Rio que avistaram e que está igualmente por ser encontrado.

Porque lhes digo que acabando de chegar deste Rio, em minha permanente vida de peregrim entre Corinto e Tebas, e que nem sei mais o que é de Corinto e o que é de Tebas, vi crianças dormindo nas calçadas em cima dos bueiros de ventilação das caixas dos volts da Light, acolhendo-se, noite adentro, no seu hálito maternal, e interrogando-me por que razão tal era necessário, concluí da tremenda urgência de se construir a cidadania brasileira, de transformar estes enteados em desenteados, e como um ser que decidisse à noite abrir o bico e cantar, urdi em fração de segundo um projeto cujo título mágico é educação, ou de como serão educadas as crianças brasileiras.

As crianças brasileiras começarão a ser educadas pelo fato de serem bem-nascidas. Como começa Manuel Bandeira: “Sou bem-nascido”. Com bem-nascidas não se quer dizer ricas, mas ricas de bem-chegança, de planejamento. Não o controle, mas o planejamento. Rodeadas de pais, de país, de creches, que permitam aos seus pais e mães trabalharem e trazerem, cada vez mais, mais comida e informação para casa. Isto é, elas já nascerão cidadãs. Os meios? Os habituais. Vastas campanhas para mudar o comportamento, que depois, por si mesmo, mudará a mentalidade e os sentimentos.

Assim nascidas, estas crianças nascerão nutridas, nutridas de nutrientes e de afetos, fornecidos por quem melhor pode aleitá-las de amor, seus pais, reduzindo ao mínimo a intervenção externa. Elas irão crescer também abastecidas por instruções que virão dos especialistas de saúde sobre o valor concreto da higiene e das vacinas, e da atenção dos pais, minimizando os efeitos negativos da negligência e do descaso. Sim, elas nascerão cidadãs. Nenhum poeta, nenhum filósofo, nenhum cientista, nenhum valioso ser ficará perdido da cidade pelo desprezo e pela incúria. As ruas ficarão reservadas para os eventuais passeios.

Por fim, um dia, elas, na idade dita adequada pelos educadores, chegarão sorridentes à escola, depois de haverem fincado, com choros e risos, uma bandeira, legítimas descendentes dos bandeirantes que são, num lar. Delas, o único uniforme exigido será o desta forte nutrição do amor. À sua espera, estarão os professores, e é destes professores que é preciso falar. Deles emanará o saber, do qual estarão ávidos os seus alunos, e que não será apenas um saber de conteúdo, embora este forme o seu núcleo. Um saber de princípios, modos, maneiras, que brotará de uma ética e de uma sensibilidade que se alargarão do individual ao nacional, ao universal. Professores que através de uma formação, uma recompensa justa, uma vocação, serão detentores de uma estrutura de vida, possibilitada por estes três fatores, que lhes confira o que de sólido se possa transmitir e doar.

Na escola, será chegada a hora de re-aprender a falar. Falar se aprende falando. Então haverá aulas de conversação em língua materna. Com falar não se quer dizer meramente produzir sons, mas idéias e sentimentos. Uma real utilização

de conceitos elaborados pelos melhores cérebros da grande fornalha do século XX, democraticamente ao alcance de todos e dentro do sistema escolar. Com esta ex-posição será aprendida a transparência, que também em casa e na escola se aprende. Neste ambiente, à frente de todos e à frente do seu professor, que será o guia da transparência, ficará alicerçada a noção de que diante do outro se deverá mostrar direito e avesso.

Assim se chegará a um registro de linguagem, subjetivo e objetivo, que será da posse de todos. Assim se chegará naturalmente ao escrever, que fluirá de criaturas plenamente articuladas, dotadas de espaços do falar. Com escrever não se quer significar simplesmente traçar caracteres e palavras. Quer-se significar dar forma a pensamentos e afetos, sem os quais a escrita não seria necessária. Quer-se significar aproximações do saber e do ser através da linguagem, aproximações e não circunscrições, já que saber e ser são permanentemente tanto limites quanto ultrapassagens.

Tudo isto se passará no atualmente chamado curso primário, a ser transformado em universidade da infância, quando os seres verdadeiramente se formam. Estas ainda crianças, ao fim deste período, loquazes e de fato alfabetizadas, uma vez que o emudecimento e o analfabetismo sinonimizados se constituem num problema universal, já crianças-autoras e leitoras atentas do outro, estarão preparadas para converter em investimentos de alta segurança aqueles destinados ao ensino do segundo e do terceiro graus, cidadãs que serão, com carteira de identidade de primeira classe. Ao fim desta aventura pelos diversos níveis de ensino, se dará sua entrada no mundo, com cérebros e corações aptos a produzirem grandes obras. E com toda a certeza outras crianças, que acolherão com a mesma amabilidade com que foram acolhidas. Porque para ser amável é preciso ter sido amado.

Tudo isto relanceei na noite velocíssima, porque são certamente pensamentos vivos, mas não idos, cuja eficácia durante anos e anos proclamei e me proponho a continuar a proclamar. E tudo se resume num propósito – como construir uma cidadania? O que soa como uma verdade consabida, justamente é preciso asseverá-la a cada vez, construí-la a partir da criança-cidadã, e como continuidade, do adolescente-cidadão, do jovem-cidadão, pela educação. É preciso ser radical e começar, até mesmo etimologicamente, pela raiz. Enraizar a cidadania, naturalizá-la, mimá-la, niná-la, animá-la, desde a criança brasileira.

Das fibras do meu coração nativo, enraizado, que a mim, como habitante da cidade e cidadã brasileira, foi dada a oportunidade de domar o meu selvagem coração, digo-lhes que somente existem duas profissões possíveis, a de poeta e a de professor, e que tanto as fundi quanto fundi Corinto e Tebas, que quando se busca o poeta se vislumbra o professor e quando se busca o professor se divisa o poeta, mas ambos se mostram e se demonstram, pontualmente atendendo às duas solicitações. E digo-lhes que se aqui retornasse mil vezes, não haveria outra opção para mim, e que longe daqui, em alguma indistinguível Colona, terei imorredouras saudades dos dias que terei passado no exercício destas funções.

Professor sou e serei para sempre. A isto se costuma chamar de vocação. E para tanto o mínimo que se exige é que se deseje sê-lo, uma enteléquia. Pois que assim seja, bem ao gosto de uma pedagogia que adquiri o direito de chamar de minha.

Abraço a todos os colegas e demais presentes, e ficamos todos nós a dever ao Professor Cid Seixas a inesquecível aula magna de generosidade que nos deu a partir do momento mesmo em que ideou a concessão do título que ora me conferem. Reafirmo que tudo o que declarei é a mais pura expressão da verdade e já pondo pela primeira vez a serviço desta verdade o título com que me agraciam, eu, Judith Grossmann, Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia, dou fé.

Como terei chegado até aqui? — eu próprio me pergunto

Luiz Angélico da Costa

Universidade Federal da Bahia

Resumo

Este discurso de aceitação e agradecimento pelo título de Professor Emérito pretende ser um relato analítico e indagativo das motivações que levam alguém a seguir tão apaixonadamente a carreira do magistério superior — sobretudo no que concerne às atividades de sala de aula — a ponto de descuidar-se de outras obrigações pessoais e até mesmo daquelas outras atribuições profissionais de natureza acadêmica, como a pesquisa desinteressada e a produção de textos. A busca de uma resposta para esta auto-indagação é feita através de uma franca reflexão sobre o possível real significado dos anos de convivência acadêmica com os estudantes, sempre com o objetivo de formar pelo menos seguidores, discípulos, se possível, — sendo estes ideologicamente vistos como aqueles que devem não apenas ombrear-se com, mas também, de preferência, ultrapassar o “mestre”, o que, em princípio, deve ser o mais puro e mais nobre ideal da educação. A conclusão a que se chega é a de que a justificativa para a concessão do título de emérito a um, dentre tantos outros profissionais de educação que poderiam merecê-lo, está na razão direta da maior proporção de autodedicação e amor à causa que se verifica entre os que detêm o honroso título universitário.

Abstract

This speech of acceptance and thanks for the title of Professor Emeritus is meant to be an analytical inquiring account of the motivations that lead one to following so passionately the professorial career — mainly concerning its classroom activities — to the point of overlooking one's other personal affairs and even those other professional obligations of an academic nature, such as disinterested researching and the production of texts. The search for an answer to this self inquiring is attempted through a candid reflection over the possible real meaning of the years of association with the students, always aiming at making followers at least, disciples, if possible — the latter being ideologically regarded as the ones who must not only catch up with the “master”, but also, preferably, surpass the master, which in principle must be the purest and noblest ideal of education. The conclusion reached is that the justification for the awarding of the title of emeritus to one among so many other deserving professionals of education is in direct ratio to the greater proportion of self-devotion and love to the cause that can be verified among those who hold the honorable university title.

Que privilégio e que alegria, querido amigo e colega Nilton Vasco da Gama, Professor Emérito desta Universidade, ser oficialmente reconhecido como um de seus pares!

Que distinção pertencer a este quadro de honra de tantos ilustres professores do nosso Instituto de Letras, da nossa antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e de outras unidades das outras áreas da Universidade Federal da Bahia!

Como terei chegado até aqui? – não de imaginar alguns dos que me ouvem neste instante e eu próprio me pergunto.

Pragmaticamente, eu poderia responder-me: acaso não cumpri todas as regras e deveres dos vários estágios por que passei em minha carreira profissional? Então? Mas então assim também o fizeram e fazem vários e muitos dos colegas que me acompanharam ao longo dos anos na tarefa de construir e fazer perdurar esta Universidade. Por outro lado, um tanto imodestamente, mas com sinceridade, eu poderia também responder a mim mesmo: talvez eu tenha feito, talvez tenhamos feito um pouco mais do que os bons colegas em geral. E daí? Daí é que, acredito, fomos, somos, os Professores Eméritos, desta e de quaisquer outras universidades – guardadas as devidas proporções e circunstâncias –, somos como que epítomes, como que símbolos de todos os que trabalharam e trabalham com competência, com justo senso do dever, com dedicação e – talvez aqui se encontre uma pequena diferença – com um pouco mais de amor pela causa do ensino em geral e desta Universidade em particular. Deste ponto de vista, sinto-me mais confortável e consigo divisar o merecimento que me atribui a minha querida Universidade, conduzida pela generosidade do gesto do Prof. Dr. Vasco da Gama, ao propor a concessão do título ao meu nome à Congregação do Instituto de Letras, à qual, reconhecido, agradeço, nominalmente na pessoa de seu Presidente – nosso ilustre e entusiasta Diretor (de tempo integralíssimo), o Professor Aurélio Gonçalves de Lacerda. E, como este, em princípio, deve ser um discurso de agradecimento pela outorga do título de Professor Emérito, estendo-o naturalmente ao Conselho Universitário, que o aprovou, e ao Magnífico Reitor Prof. Luiz Felipe Perret Serpa, que ao passá-lo concretamente às minhas mãos, o fez com a graça (valha a polissemia da palavra *graça*) de um Luiz para outro Luiz.

Concluído este preâmbulo, eu poderia me dar por satisfeito com a resposta a mim mesmo. Mas que dizer dos que me ouvem? Todos por certo levariam daqui a frustração de uma resposta incompleta – por mais que os pudesse alegrar a brevidade excepcional de um discurso formal para uma ocasião solene. Eu, por certo, lhes ficaria devendo muito, como muito ficaria a dever a mim mesmo, desde quando, ao escrever, ao elaborar qualquer texto, se busca o seu autor primordialmente comunicar-se com os seus possíveis leitores ou ouvintes, busca antes, sem que o pressinta, comunicar-se consigo mesmo. Não foi à toa que a ficcionista norte-americana Flannery O'Connor¹ definiu o ato de escrever como um ato de autodescoberta. No caso do professor, até por definição – como aquele que professa – tem por primeiro intento pôr em prática, para desse modo testar, estudos, conhecimentos, conceitos, crenças e até confissões. Seu objetivo maior, em verdade, é convencer, e pelo convencimento, fazer certo proselitismo e, mais do que simplesmente o bom aluno (o que já é muito bom), ganhar o discípulo. Tomado assim um tanto periféricamente, poderá este parecer o velho ideal do *magister dixit*. Mas a ideologia aqui subjacente é a do encontro de projetos e objetivos e, naturalmente, de gerações. Há sempre uma forma de mandar, (de comandar, diríamos melhor), que é mais doce e convincente do que vãs solicitações ou mascaradas súplicas. A palavra vazia insistentemente convidativa pode levar no mínimo à irritação; a palavra de comando, se informada de ternura, abrandando o coração e pode até operar milagres. Creio que por esta, entre outras razões, sempre me fascinou e continua a fascinar-me a sala de aula – às vezes ao ponto extremo de prejudicar o convívio familiar e com os amigos, além de prejudicar outros misteres igualmente importantes da profissão, tais como a pesquisa e a produção escrita. Verdade, todavia, é que, de certo modo, tudo começa na sala de aula e para lá deve direcionar-se. É lá onde mais tenho aprendido – inclusive com os erros dos alunos. Lá tenho aprendido a reconhecer e a corrigir os meus próprios erros. Lá foi onde aprendi (e não me canso de ensinar) que a dúvida, acompanhada de permanente e criteriosa autovigilância, é uma das primeiras qualidades do bom professor. E eu sempre quis ser um bom professor. Terei conseguido alcançar este desiderato? – pergunto-me. O honroso título que acabo de receber me diz, oficialmente, que sim. Mas estou sempre querendo ser melhor. E recuso-me a dizer que *fui*. Quando muito, contento-me em admitir que *posso vir a ser – o que quero, entretanto é ser – hoje, agora e sempre*. Por isso, o maior galardão deste título é que ele me reintegra, de direito e de fato, no quadro docente desta Universidade, após quatro anos de aposentadoria – durante os quais muitas vezes ouvi, como se música das esferas fossem, colegas ou alunos carinhosamente gracejarem: “Você é o mais ativo dos professores ‘inativos’ da União”, livrando-me assim daquela maldição de “inativo”, que afortunadamente já não mais aparece em nosso contracheque, sob a rubrica de “situação

¹ Flannery O'CONNOR. On Writing Stories. In: Raymond CARVER. *Fires*. New York: Random House, 1984. p. 16.

do servidor”. Assim sendo, aposentado, sim, mas inativo, jamais. Por esta razão, amanhã e depois de amanhã, e depois e depois, e no dia seguinte, quero estar novamente na sala de aula talvez na tentativa de fazer sempre um novo discípulo – o seguidor – que, pelo ideal da educação, deve sempre ser tão bom ou de preferência melhor do que o mestre. Ambicioso demais? Um tanto pretensioso? Estou certo de que não. Os fatos muitas vezes têm comprovado o materializar-se dessa idealização pedagógica.

Falo em tese, é verdade, mas há exemplos notáveis na história da nossa e de outras universidades, – há belíssimas realizações desse sonho da educação entre os meus eminentes pares: aqui mesmo, no nosso Instituto de Letras, fruto sazoadado da inesquecível *Alma Mater* – a nossa antiga Faculdade de Filosofia, do saudoso Thales de Azevedo e de outros grandes vultos que em seu nome aqui reverencio.

Falo em tese, mas falo também de modo muito particular, falo de um mestre que, como outros, em nosso Instituto de Letras, soube (e ainda sabe) fazer seus seguidores: falo do Professor Emérito Nilton Vasco da Gama, que acaba de engrandecer o meu título com sua saudação nesta solenidade.

Falo em tese e não falo de mim mesmo, senão indiretamente: pois o que quero de veras é falar dos muitos e queridos colegas – ex-alunos, em sua maioria (majoritariamente ex-alunas) – que deram tanto de seu talento, de sua graça e de sua dedicação à causa do ensino em geral, e do Instituto de Letras, em especial, em todos os seus quatro Departamentos, embora não de entender todos, com uma menção especial para os do meu Departamento, o de Letras Germânicas. Falo desses colegas, sem lhes citar os nomes – porque são tantos –, na certeza, porém, de que cada um deles bem sabe que está incluso nesta referência altamente elogiosa e cheia de gratidão, porque eles me fizeram chegar até aqui. Para todos esses ex-alunos, colegas de hoje, amigos de sempre, esta homenagem, de coração, com o meu muito obrigado, de coração.

Passo agora a lhes contar, com fatos, (alguns de certo teor anedótico, outros de muita afetividade), um pouco de minha *estória* (sem *h*, parodiando a Língua inglesa) dentro da *história* (com *h* etimológico inicial) da Universidade Federal da Bahia. Faço uma breve narrativa da minha carreira docente, provavelmente com as naturais distorções de percurso e a essencial ficcionalização de toda leitura subjetiva – como sempre há de ser a de quem quer que fale de si mesmo. Senão, vejamos.

O ano é 1957. Sou jovem Bacharel e Licenciado em Letras Anglo-Germânicas pela Universidade da Bahia. Em 1950, ainda como concluinte do Curso de Letras Anglo-Germânicas, havia sido indicado pelo Professor da Cadeira de Língua e Literatura Inglesa da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia para lecionar a matéria *Inglês* na 1ª série do então recém-criado Curso de Jornalismo. Estou formado há seis/sete anos, sou Professor de Ensino Secundário, aprovado em concurso, trabalhando pelas manhãs no Instituto Normal da Bahia e, à tarde, iniciando-me (desde 1955) no Ensino Superior na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Salvador, à qual prestei minha colaboração até o ano de 1963, em

valiosos anos de tirocínio docente. São os tempos da figura mítica do inesquecível e saudoso Irmão Gonzaga. No meu *curriculum vitae*, até então, o fato proeminente é ter feito um sólido Curso de Especialização na Universidade de Michigan, a querida “the maize and the blue” de Ann Arbor, ainda hoje famosa e preponderante no ensino de inglês como língua estrangeira, como 2ª língua, em especial para os falantes de línguas românicas. Lá estudara com o lingüista Charles Fries – autor da mais lúcida e viável proposta de racionalização do estudo da gramática de língua inglesa em qualquer tempo; acompanhara o trabalho de seu seguidor, o Professor Robert Lado, posteriormente muito conhecido, aqui no Brasil, pelo uso de seus livros da *The Lado Series*. De quebra, trago na bagagem acadêmica estudos de concentração maior como *Phonemics*, com o Dr. Kenneth Pike, e diversos seminários de Literatura Norte-Americana, em curso de verão na mesma Universidade de Michigan.

O ano é 1957; o local é o gabinete de trabalho do Diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, Dr. Isaias Alves de Almeida – no pavilhão lateral à esquerda, ao fundo do prédio da Av. Joana Angélica, 183, bairro de Nazaré, nesta Cidade do Salvador. Estou sendo levado a conversar com Isaias Alves pelo legendário Professor de Inglês do Colégio da Bahia e da Faculdade de Filosofia, Manuel Peixoto, catedrático de Língua Inglesa e Literatura Inglesa. A Literatura dos Estados Unidos acaba de ser incorporada àquela cátedra e Manuel Peixoto deseja um assistente para ensinar aquela matéria. (Isaias Alves tinha sido, já havia muito tempo, e só por alguns meses, meu Professor de Psicologia Educacional no Curso Pedagógico do Instituto que hoje tem seu nome). Em 57, apresento-me como ex-aluno do casal Irene e Peter Baker (primeiros professores de Inglês da Universidade), do próprio Manuel Peixoto e, por duas vezes, de Gabriela Leal de Sá Pereira: seu aluno de Alemão na Faculdade, onde, certa vez, em aula vespertina, ela dissera aos meus colegas de turma: “Deixem o rapaz cochilar um pouquinho; ele trabalha muito, dando aulas pela manhã e à noite.” Sim: Gabriela Leal de Sá Pereira, a mesma que docemente (e benditamente) tirânica me reprovara em Inglês no meu primeiro ano de estudo da matéria – no ginásio do ICEIA, melhor dizendo, no grande Instituto Normal da Bahia daqueles tempos. (Professora Gabriela, neste momento, beijo-lhe, em memória, os belos e universalmente elogiados cabelos brancos que lhe emolduravam o rosto ainda muito moço e expressivo).

Volto àquele encontro com Isaias. A despeito dos títulos e referências que lhe apresento, Isaias não me conhece muito bem. Entretanto, o prestígio de Peixoto junto ao Diretor da Faculdade e as referências de Gabriela (que me examinara no concurso mediante o qual ingressei no Ensino Secundário) fazem com que eu saia daquele gabinete com uma Portaria de “Assistente Voluntário”. Estava assim iniciada a minha carreira de trabalho anticonstitucional gratuito e de amor por esta Universidade.

Na condição acima aludida, trabalhei 3 anos e meio. A cada ano que passava, sentia-me mais estimado pelo Dr. Isaias. Algumas vezes conversávamos sobre fonética inglesa – assunto de sua tese de concurso (*Da Fonética Inglesa*), no

começo de sua carreira de professor secundário. Ele se mostrava interessado no que lhe contava do curso de *Phonemics* – “a technique for reducing languages to writing” – do Professor Kenneth Pike. Os alunos respondiam muito satisfatoriamente, às vezes até com entusiasmo pelas minhas aulas – ministradas sempre com entusiasmo e cuidado na preparação, particularmente da pronúncia. No entanto, nada – nem sequer os elogios do leitor americano (Professor Joseph Satterwhite, Ph.D. in Modern American Novel, que assistira às minhas primeiras aulas nesta Universidade sobre *Death of a Salesman – A morte do caixeiro viajante*, de Arthur Miller), nada parecia suficiente para que o paciente e perseverante Prof. Manuel Peixoto conseguisse do Magnífico Reitor Edgard Santos o meu primeiro contrato remunerado. No final de cada ano, funcionava contra mim a crônica falta de verbas.

Apesar de tudo, porém, não tenho queixas palpáveis de Edgard Santos – nem então, nem agora. Ele estava criando, de modo irreversível, uma respeitável Universidade pública e gratuita – que hoje, mais do que nunca, queremos todos, a começar pelo Magnífico Reitor Felipe Serpa, que continue irreversivelmente pública, gratuita e respeitada – e não apenas respeitável. Como poderia eu, então, guardar quaisquer ressentimentos – sentimentos menores? Além disso, determinada vez, ao voltar ao gabinete do fundador desta Universidade, ofereceu-me ele um leitorado de Literatura Brasileira na África. Confesso que nem cheguei a ser tentado pela oportunidade da extraordinária experiência que teria sido ser “leitor brasileiro” em país estrangeiro. Os argumentos de que o meu “inglês maravilhoso” (segundo Edgard Santos) seria fator fundamental para meu êxito além-mar jamais poderiam convencer a quem, como eu, já tinha anos de extensiva e intensiva leitura de e sobre autores norte-americanos e conhecimento apenas razoável dos autores nacionais e, principalmente, da bibliografia sobre os mesmos. Senti na época como se estivesse praticando uma traição para com os serviços que me havia prestado o Instituto de Ponte Nova (na Chapada Diamantina, Bahia, onde eu iniciara a carreira como professor de Francês, mas passara dois anos lendo intensivamente autores de Língua Inglesa, principalmente norte-americanos) e para com os serviços que me havia prestado a Biblioteca da Associação Cultural Brasil-Estados Unidos, que tanto ajudou na formação inicial deste professor – que fui dos primeiros docentes brasileiros da nossa operosa instituição binacional, que fui seu Diretor de Cursos logo após a minha especialização na Universidade de Michigan. A esta instituição e ao Instituto de Estudos Norte-Americanos (extinto com a reforma universitária de 69), Magnífico Reitor, devemos eu e a Universidade Federal da Bahia muito da formação deste seu Professor.

Voltando a falar do caminho por mim trilhado a partir da magnífica gestão de Edgard Santos, não posso esquecer que a vida em sua marcha também inexorável havia de fazer com que, anos mais tarde – por deliciosa ironia de situação –, fosse precisamente o Magnífico Reitor Professor Dr. Roberto Figueira Santos que viesse a designar-me para reger interinamente a cátedra de Manuel Peixoto, após sua aposentadoria em 1967. O Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia

havia indicado meu nome para reger a cadeira de Língua e Literatura Inglesa da Universidade, e o Conselho Departamental e a Congregação da Faculdade haviam aprovado a indicação, mas era necessária a autorização expressa do reitor, decisão que o Professor Roberto Santos veio a tomar, através da Portaria 289, de 18 de setembro de 67, *sponte sua*, sem que eu lhe tivesse feito pessoalmente qualquer apelo nesse sentido, eu que tantas solicitações fizera ao Dr. Edgard Santos. Exerci então, de fato e de direito, essa regência até a Reforma Universitária, em 1969. Em novembro de 1968, em meio às grandes turbulências e transformações nacionais e internacionais, consegui realizar o meu Concurso para Livre Docência (já inscrito desde 1966), recebendo das mãos tranqüilas e amigas do Diretor da Faculdade de Filosofia de então – o saudoso Professor Joaquim Batista Neves, outro grande nome desta Universidade – os títulos de Docente Livre e de Doutor em Letras, respectivamente em janeiro e fevereiro de 69. Em 14 de novembro de 1971 sou aprovado em Concurso para provimento no cargo de Professor Titular e nomeado em 3 de dezembro do mesmo ano – em vaga decorrente da aposentadoria da Professora Guiomar de Carvalho Florence, que fora minha professora no Curso Pedagógico e na Licenciatura da Faculdade de Filosofia. Encerram-se desse modo os trâmites oficiais de minha formação na carreira universitária.

Do “Assistente Voluntário” em 1957 para “Auxiliar de Ensino” em meados de 1960, quando passo a “perceber por folha interna”, até 1962, quando me torno “Instrutor de Ensino Superior” e assino o meu primeiro contrato com a Universidade, “para prestar serviços na Faculdade de Filosofia” – tendo, para tanto, que passar por uma prova de capacitação docente que inclui apresentação de títulos e prova escrita perante o Conselho Departamental da Faculdade de Filosofia, estende-se um quinquênio de laboriosa e apaixonada entrega ao estudo e ao ensino da língua inglesa e suas respectivas literaturas (sempre mais a americana do que a britânica). A par com isso, há um ônus a pagar: o bilingüismo implica necessariamente alguma forma de biculturalismo e a negociação entre a necessidade de quase total imersão na cultura da língua estrangeira de que se quer ser bom professor não pode deixar de afastar um pouco esse professor de sua própria cultura – se não em afeto e lealdade (qualitativamente, portanto), pelo menos, quantitativamente. Eu, particularmente, estive sempre querendo acertar o passo com o desenvolvimento da língua-cultura nacional. E, num olhar retrospectivo, vejo como às vezes fiquei à margem de alguns envolvimentos do meu tempo e da minha tribo, por assim dizer. Mas creio ter cumprido o meu dever naquilo que me propus: fazer com que me vissem sempre, segundo o aforismo latino, como “hominem unus libri”. É a sensação que tenho, e à qual procuro ajustar-me ainda hoje, quando velhos conhecidos ainda me saúdam (de boa-fé, reconheço) como “o homem da língua inglesa” – eu que sempre tive e tenho bem fundo dentro de mim a consciência de meu país e de minha gente. Mas essa é outra história.

A década de 60 é de crescimento profissional e de valiosas recordações – à exceção de algumas mágoas silenciadas relativamente aos anos difíceis de 64 a 68,

quando a visão caolha de alguns às vezes interpretava erroneamente determinado posicionamento acadêmico meu, a partir de sua própria festividade política. Respondi-lhes então com um poema, só recentemente publicado. Mas essa também é outra história. (E talvez, no fundo – como poderia pensar a ficcionista citada neste discurso –, eu tenha querido responder a mim mesmo).

Os anos 79 e 80 foram de intensa atividade acadêmica e profissional em diferentes universidades brasileiras, onde e quando comecei a estabelecer contatos que me renderam os dividendos que venho recolhendo até hoje: bons colegas, confrades e amigos; permanente intercâmbio com outras instituições universitárias; numerosos trabalhos apresentados em encontros, seminários e congressos: vários publicados, outros ainda inéditos – em razão das naturais dificuldades de publicação e, principalmente, em conseqüência do meu sempre maior envolvimento com a sala de aula do que com a mesa de trabalho. É possível que a partir de agora eu próprio me conceda o direito de equilibrar o tempo entre as duas atividades. Na realidade, do fim da década de 70 para a metade da década de 80 a divisão do meu tempo de trabalho era por 3, pois foi durante esse período que exerci também constante atividade administrativa – como a de Vice-Coordenador e Coordenador do Mestrado em Letras, Presidente da Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa e Diretor do Instituto de Letras durante o operoso Reitorado do inesquecível Prof. Dr. Luiz Fernando Seixas de Macedo Costa, havendo sido também, por dois períodos consecutivos, Chefe do Departamento de Letras Germânicas, imediatamente após a sua instituição, em razão da reforma universitária.

Nestes últimos dez anos (incluídos aí os 4 de aposentadoria, de 1992 até a presente data) – passo a interessar-me cada vez mais pelos estudos tradutológicos e pela prática da tradução. O desejo de ensinar tradução veio por conseqüência. Havia muito tempo já era eu cultor apaixonado desta forma de intercomunicação cultural e artística. Traduzira poemas e peças de teatro – principalmente nos tempos de amador teatral (como se encontra, aliás, registrado no livro da dramaturga Aninha Franco)². Mas o amor maior pela sala de aula me afasta dessa outra atividade fascinante – o trabalho teatral. E descubro, afinal, que a aula de tradução é a atividade por excelência para o professor de língua estrangeira que deseje comunicar-se mais efetivamente com sua classe. A resposta é maravilhosamente instantânea: os alunos dialogam de fato com o professor; descobrem novas e velhas potencialidades em si mesmos. Estou convicto de que em nenhuma outra atividade docente pode o professor de língua estrangeira melhor comprovar veracidade da assertiva de que ensino e aprendizagem são realmente um processo integrado. Aqui, creiam-me, posso, sem falsa modéstia, falar de cátedra. Por quase duas décadas, ensinei duas disciplinas de Tradução no Curso de Graduação em Letras e guardo dessa atividade as mais gratas recordações e os resultados mais concretos. Até hoje tenho comigo bons trabalhos de alguns desses alunos, na esperança de um dia poder

² Aninha FRANCO. *História do teatro através da Imprensa*. Salvador: FCJA, 1994.

publicá-los. Dois ou três já foram publicados, e notem bem: estou falando de alunos de Curso de Graduação.

Surgiu assim o desejo de ver funcionando em nosso Instituto de Letras uma nova modalidade de curso: *Bacharelado com opção para Tradução*. O Departamento de Letras Germânicas já tivera um projeto coletivo de pesquisa intitulado “Fundamentação teórico-prática da tradução” e um Núcleo de Tradução, em convênio com o Centro de Estudos Baianos, durante a gestão da Professora Dra. Zilma Parente de Barros. O Dr. Cláudio Veiga, professor Emérito desta Universidade e tradutor consagrado, como todos sabem, em mais de uma ocasião havia discutido o assunto comigo e até rascunhara uma minuta de projeto para um Curso de Tradução, em nível de graduação, no nosso Instituto. Mas o tempo passou sem que tivéssemos tido a possibilidade de concretizar um desejo de muitos colegas e, para mim, um sonho que continuo a acalentar.

Chegamos ao ano de 1990. A professora Suzana Helena Longo Sampaio, então Diretora do Instituto de Letras, baixa uma portaria histórica, designando uma Comissão “para estudar a possibilidade de implantação de um Curso de Tradutor e Intérprete na Graduação em Letras”. Essa Comissão também faz história. Somos os professores Celeste Aída Galeão (representando Língua Alemã), Maria Eunice Victal e Castro (representando Língua Espanhola), Mônica de Sousa Almeida (representando Língua Francesa), Maria Antonieta Ferreira Gomes (representando Língua Inglesa), Mauro Porru (representando Língua Italiana), Sumaia Sahade (representando a matéria Lingüística) e, na presidência, este que lhes fala. Na ausência da professora Celeste Aída Galeão (por motivo de viagem à Alemanha), integra provisoriamente a Comissão a Professora Maria Vitória Alves de Oliveira. Mais tarde, afastados para curso de doutoramento, o Professor Mauro Porru (na UFRJ) e a Professora Mônica Almeida (na USP) são substituídos respectivamente pela Professora Eliana Lorens e pela Professora Maria Leonor Abreu. Logo na primeira reunião, solicitamos à Diretora a designação de um Representante de Língua Portuguesa, e uma nova portaria designa a Professora Terezinha Barreto para esse fim. Temos todo o apoio da Diretora, inclusive com a colocação ao nosso dispor de farto material referente a outros poucos centros universitários que já possuem um curso para a formação de tradutores. Logo de início chegamos a um consenso: deve ser um curso só de tradução, visto como estamos de acordo em que a formação de intérprete exige capacitação diferente, de dificuldade inicialmente maior, devendo ficar para estágio futuro – como ocorre em alguns cursos. Decidimos também que é preciso mais, muito mais do que o simples estudo e adaptação dos projetos e programas dos cursos similares já existentes no país. É preciso o diálogo, a aproximação, o contato pessoal com profissionais que já tenham passado pela experiência que estamos enfrentando. E assim decidimos realizar, e realizamos o nosso *I Seminário de Ensino-Aprendizagem de Tradução*, em 1991. Absoluto sucesso. Os contatos necessários são estabelecidos, e convictos de que não poderíamos fazer funcionar um Curso de Tradutor na graduação sem dispor de um cor-

po docente especializado, partimos para a criação de um *Curso de Especialização em Tradução*, com, entre outros, o objetivo de capacitar docentes para aquela função. Recebemos professores visitantes do Curso de Especialização em Tradução da Universidade de São Paulo, da UNICAMP, e da PUC-Rio, especialmente para as disciplinas “Teoria da Tradução” e “Lingüística e Tradução”, sendo as demais disciplinas, em sua maior parte, ministradas por colegas da UFBA, alguns já aposentados. É a primeira turma de um curso eventual, aprovado devidamente pela Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa, cobrindo o período 1992-1993. Durante o Curso, realizamos o *II Seminário de Ensino-Aprendizagem de Tradução* (mais uma vez com o apoio da Fundação Casa de Jorge Amado, do Conselho Britânico, do USIS e da Associação Cultural Brasil-Estados Unidos e do B.C.L.E. da Embaixada da França). Esse Seminário se destaca de eventos congêneres pelo fato de estar inserido no cronograma do Curso: uma semana de estudos, aberta como atividade de extensão para participantes da comunidade e de outros estados brasileiros. Novos contatos importantes (inclusive de caráter internacional, como no I Seminário) são estabelecidos. Os alunos travam conhecimento pessoal com nomes bem conhecidos de autores da bibliografia do Curso, que, por esta e outras razões, alcança o êxito esperado. Estamos também ganhando reconhecimento de outros centros de estudos tradutológicos e de prática de tradução.

Em 1994, realizamos o *III Seminário de Ensino-Aprendizagem de Tradução* juntamente com o *V Encontro Nacional de Tradutores*, patrocinados respectivamente pelo nosso Instituto de Letras e pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução (ABRAPT), sediada na USP. O nome do nosso Curso e o do Seminário agora atravessam fronteiras. Especialistas em tradução, tradutores profissionais e amadores e professores e estudantes de tradução de diferentes países da Europa e das Américas vêm a Salvador em agosto de 94 e procuram manter contato conosco durante e após o evento. Vencemos plenamente.

De julho 95 a agosto 96, tivemos a 2ª turma do C.E.T./UFBA. Os alunos têm agora o prazo até 30 de novembro para entregarem suas monografias de conclusão do Curso, as quais devem ser julgadas por uma comissão de três especialistas, devendo ser aprovadas por pelo menos dois dos três examinadores, um dos quais, necessariamente, não deve pertencer à UFBA.

O C.E.T./UFBA é agora um curso de caráter permanente dentro da estrutura geral do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, que tem a coordenação da Professora Dra. Célia Marques Telles. Para tanto, reformulamos em parte o projeto inicial e o pusemos em prática com a devida aprovação da Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa. O *IV Seminário de Ensino-Aprendizagem de Tradução* realizou-se este ano, de 27 a 31 de maio, dentro do cronograma do Curso, como de praxe. No penúltimo dia do Seminário, ocorreu o lançamento do nosso livro *Limites da Traduzibilidade*, com trabalhos do Seminário. No próximo mês de outubro, de 21 a 25, realiza-se em Fortaleza, em co-patrocínio da Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução (ABRAPT) e da Universi-

dade Federal do Ceará, o *VI Encontro Nacional de Tradutores*, ocasião em que virão a público os trabalhos do Encontro realizado aqui na UFBA em 1994, conjuntamente com o nosso III Seminário.

Esperamos conseguir recursos para publicar em breve, numa só edição, os trabalhos do II e do IV Seminários do nosso C.E.T./UFBA.

O C.E.T. é hoje auspiciosa realidade, repetidas vezes consultado por outras universidades, desejosas de conhecer o nosso modelo e pormenores de sua aplicação. Resta-nos agora conseguir maior apoio das agências de fomento como CNPq ou FINEP. É mais auspicioso ainda será conseguirmos a atenção da iniciativa privada – com vista a formas de parceria, entre as quais a troca de experiências, como, por exemplo, através de assessoria técnica da parte da empresa e a possibilidade de estágio remunerado para os alunos do Curso, em troca de serviços de tradução que poderiam ser prestados por esses mesmos alunos (com a orientação dos professores) durante o período de aulas de cada turma, que é de dois semestres letivos. Enquanto essa possibilidade não se concretiza, todavia, gostaríamos de acenar para a realização de parceria semelhante entre o nosso Curso e as diferentes áreas de saber que não a de Letras, dentro de nossa própria Universidade Federal da Bahia. Solicito assim, de público, ao Magnífico Reitor Luiz Felipe Serpa, que considere a possibilidade de intermediar ou pelo menos de dar o seu aval a essa parceria endógena.

Antes de concluir, para dar maior suporte e divulgação ao nosso *Curso de Especialização em Tradução*, descrevo, em breves palavras, sua estrutura e condições de funcionamento. O C.E.T. compreende 8 disciplinas e uma Monografia de Conclusão do Curso – como pré-requisito indispensável para a obtenção do Certificado de Especialização em Tradução. As disciplinas estão agrupadas em quatro categorias:

1) **Disciplina do chamado TRONCO COMUM**, a saber: “Língua Portuguesa” (90 horas), “Linguística e Tradução” (60 horas), “Teoria da Tradução” (60 horas) e “Metodologia da Pesquisa e do Ensino em Letras” (60 horas). São quatro disciplinas obrigatórias, em comum, para todos os alunos do curso – independentemente da língua estrangeira escolhida para seus estudos de concentração maior.

2) **Disciplina da concentração maior**, num total de 150 horas de prática de tradução de uma das cinco línguas lecionadas no Instituto de Letras, v.g., Alemão, Espanhol, Francês, Inglês ou Italiano, denominadas essas disciplinas “Tradução Comentada I” (de assuntos das outras áreas da UFBA que não a de Letras) e “Tradução Comentada II” (de assuntos exclusivos da área de Letras).

3) **Disciplina de concentração menor**, denominada “Cotejo de textos bilíngües”, (escolhida também dentre aquelas cinco línguas supramencionadas, contanto que não seja a mesma língua da concentração maior do estudante), num total de 60 horas.

4) **Disciplinas Optativas** (de 45 horas), dentre as quais, como criação original do nosso Curso, figura a disciplina “Tradução e Recriação” – ministrada, em

conjunto, por um professor de cada uma daquelas cinco línguas – compreendendo o estudo de uma obra de um ficcionista brasileiro em cotejo com suas versões em cada uma das cinco línguas estrangeiras.

O texto escolhido para a primeira experiência de ensino desta disciplina foi *A morte e a morte de Quincas Berro D'Água* de Jorge Amado – em homenagem aos 80 anos do autor.

Cada estudante precisa cursar apenas uma disciplina optativa, podendo, entretanto, fazer três ou quatro das oferecidas durante o período de duração de cada turma, que é de dois semestres. A maioria dos estudantes tem geralmente tomado um mínimo de duas optativas, recaindo a escolha quase sempre em “Tradução e Recriação” e “Literatura Comparada” ou “Tradução e Recriação” e “Língua Latina”.

Como palavra final, gostaria de ressaltar o sentido de trabalho em conjunto, de cooperação, de permuta de experiências e de alegre coleguismo que o *Curso de Especialização em Tradução* despertou e vem reforçando em nosso Instituto de Letras. Por isso, sinto-me muito feliz em concluir este meu discurso falando desta atividade e agradecendo a todos os colegas que me estimularam a permanecer à frente deste projeto todos estes anos, após a minha aposentadoria. De modo especial, agradeço ao senhor Diretor Professor Aurélio Lacerda, que, como seu antecessor Professora Suzana Sampaio, vestiu a camisa da tradução; à Professora Dr.^a Célia Marques Telles, Coordenadora da Pós-Graduação, que generosamente perfilhou o nosso Curso e deu-lhe morada permanente no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística; à Professora Terezinha Barreto, Vice-Coordenadora do Colegiado da 1ª turma do C.E.T./UFBA e atual Representante do Curso no Colegiado da Pós-Graduação em Letras e Linguística; à Professora Denise Scheyerl, (também ex-aluna) que prestou inestimável apoio à realização do nosso IV Seminário e que (carinhosamente, acredito) continua a chamar-me de “professor” – apesar de sermos colegas há bastante tempo. Por fim, a todos os colegas que têm participado das Comissões Organizadoras dos vários seminários, com a ajuda de alunos e outros professores, aos quais também agradeço muito calorosamente.

Enfim! Aquela que de certo modo poderia tornar-se uma espécie de festa, de cerimônia de despedida, eu a vejo e sinto e recebo neste instante como uma festa de alegria pelo retorno – não do filho pródigo (porque nunca deixei de estar com vocês, com você, UFBA) –, mas retorno de alegrias e esperanças agora mais legítimas do que nunca. Afinal, amanhã e depois de amanhã, e depois e depois, e no dia seguinte, quero estar novamente na sala de aula, com o entusiasmo e a inspiração de sempre, até quando Deus quiser, feliz com esta minha nova condição: de *Professor Emérito* da Universidade Federal da Bahia – título que, se minimamente me envaidece, sumamente me orgulha. Obrigado, Magnífico Reitor. Obrigado a todos.

Mulheres fortes e valorosas

Maria Luigia Magnavita Galeffi

Universidade Federal da Bahia

Resumo

Retrospecto sobre a ação das mulheres, fortes e valorosas, no campo intelectual. Examina-se a figura da mulher como inspiradora dos poetas no *trecento* italiano: Beatrice, Laura e Fiammetta; depois nos poetas dos séculos XVI, XVII e XVIII. Finalmente, lembra-se que a força e a influência da mulher em várias circunstâncias históricas são determinadoras de um novo modo de pensar e de viver.

Résumé

Rétrospective de l'action des femmes fortes et valeureuses dans le domaine intellectuel. Une étude de la figure de la femme comme inspiratrice des poètes du *trecento* italien: Beatrice, Laura et Fiammetta, ainsi que des poètes des XVI^e, XVII^e et XVIII^{ème} siècles. Considérations finales concernant le fait que la force et l'influence de la femme dans diverses circonstances historiques sont déterminantes quant à une nouvelle manière de penser et de vivre.

Sendo eu hoje homenageada com o honroso título de professor emérito, quero agradecer às pessoas que para isto trabalharam no que foi e, na realidade, ainda é o meu Departamento. Posso dizer com satisfação que lutei muito, tanto na fundação da nossa Universidade quanto na criação, desenvolvimento e brilho do nosso Departamento de Letras Românicas. Um trabalho que fiz com prazer e seria capaz, se fosse necessário, de enfrentar de novo obstáculos e dificuldades para chegar ao ponto em que hoje chegamos. A maior parte de nosso Departamento é constituída de mulheres que considero fortes e valorosas por terem enfrentado as circunstâncias adversas que a vida nos põe na frente e por terem vencido brilhantemente, mostrando o valor do assim chamado “sexo frágil” também no campo intelectual.

O que seria a vida para os homens sem nosso constante apoio, sem a nossa compreensão e, sobretudo, sem a inspiração que a eles vem de nós?

Já diziam os franceses diante dos atos bons ou maus, sublimes ou vergonhosos de alguém: “cherchez la femme”.

E é esta uma verdade fundamental da vida. Homens de valor científico, filosófico, literário tiveram e têm suas inspiradoras, que constantemente os impelem a produzir para elas e, raramente, contra elas. Haverá sempre os misóginos, cuspidos veneno contra as mulheres. Sinal de que uma grande desilusão está na base de seu desprezo.

Em todos os tempos a mulher foi sempre a maior inspiradora dos poetas. Basta lembrar a literatura dos gregos e romanos que é aquela à qual temos mais facilmente acesso. Mas em qualquer parte do mundo onde haja poetas a mulher está em primeiro plano, pois é ela que completa o homem e transforma em sonho (raras vezes em pesadelo) a realidade. Não há poesia sem sonhos, sem desejo, sem aspirações e, vamos dizer também, sem revolta, sem ódio. As frustrações dos poetas se transformam muitas vezes em blasfêmias e estados d’alma tenebrosos que mostram até o fundo o desespero da revolta, da insatisfação, de algo desejado e sonhado que não foi possível obter.

A mulher não aparece então como anjo, mas como demônio, como ser perverso e não benfazejo.

Na literatura italiana do século XIII a mulher é considerada um ser angelical, “scala al fattore” (escada para o criador) e guia a Deus seus admiradores.

Eles suspiram por elas e é este o máximo sinal de amor. Não há contatos, só olhares por parte dos que a amam e tocar de leve a mão desejada é alcançar o céu.

Podíamos considerar este período da literatura como a época em que o suspiro dominou e se expressou em queixas e desejos celestiais.

A “Vita Nuova” de Dante nos fala do desejo dos homens em relação à mulher amada. Desejo tímido, espiritual, que se concentra nos olhos para não perder um movimento sequer daquele corpo desejado só no subconsciente, pois não era lícito manifestar os anseios da posse na sua realidade. Pelo menos é o que transparece nos versos daquela época. Aquilo que há atrás das rimas tão elevadas pode ser interpretado pelo coração de cada leitor, pelo clima de uma época em que os sentimentos para serem expressos passavam pelo crivo de uma religião estandardizada, não chegando à tona na sua espontaneidade primordial.

Na literatura italiana do séc. XIII a mulher é um anjo. “E par che sia una cosa venuta – di cielo in terra a miracol mostrare” (E parece que seja uma coisa vinda do céu à terra para mostrar um milagre). Tudo nela faz lembrar o céu, e faz com que o coração se eleve para Deus, seu criador. E contemplá-la na sua humildade e simplicidade tão pura e elevada é a plena felicidade. “Mostrasi si piacente a chi la mira che dá per gli occhi una dolcezza al cuore che intender non la può chi non la prova” (Mostrase tão agradável a quem a olha que através dos olhos dá uma doçura no coração que não pode entender quem não a prova). Os sentimentos que ela desperta nos homens são sobretudo a ternura e a doçura. A alma como que se aplaca no bater do coração, apressado sim, mas capaz de se manter no peito, embora ofegante.

Com Petrarca a expressão poética do amor se humaniza. Ele sofre, mas também se rejubila amando. Descreve o objeto de seus suspiros em sua forma real: uma mulher de cabelos de ouro, de porte altivo, de olhar fascinante.

Já é o suficiente para imaginar sua beleza sempre exaltada e cantada em todos os tons de que é capaz um poeta que passou à posteridade como “o cantor de Laura”.

No século XIV encontramos Giovanni Boccaccio com sua humanidade plena de homem que ama sem dar demasiada importância aos anseios espirituais. Sua *Fiammetta* é uma mulher de carne e osso, cheia de encantos e de tentações, que age instintivamente e atrai pela sua espontaneidade e ardor incontidos. Já o nome escolhido pelo poeta é emblemático. Ela é realmente uma chama ardente e não certamente espiritual. É tentadora, insinuante e sabe dominar o coração de seu admirador através de sua graça. Sabe também, com uma maneira toda especial, prendê-lo a si e fazer com que ele não enxergue nenhuma outra mulher a não ser ela. É faceira nos seus apelos, embora aparentemente disfarce este seu modo de agir, segundo as regras do amor que dominavam naquela época.

Nos séculos XV e XVI os poetas não deixam de derramar nos versos suas mágoas amorosas nas quais dominam as queixas, as dúvidas, os breves momentos

de encanto e de sonhos. Há sempre uma inspiradora nas grandes obras literárias. Às vezes o amor chega a transformar-se em desamor pelas desilusões sofridas, mas no fundo é sempre o desejo de ser amado que domina e freqüentemente este amor não é correspondido.

Não haveria a poesia verdadeira e profunda sem as dúvidas, sem o tormento, sem o desespero. Poucas vezes os versos cantam o amor correspondido e nestas raras vezes são breves incisivos como se quisessem não deixar dúvidas.

O coração humano precisa, na realidade, desabafar seus sentimentos, mas o tom mais freqüente é o melancólico e triste.

Há, na verdade, o tom da alegria em alguns, mas são minoria.

O poeta sabe mais freqüentemente expressar a dor do que a alegria. Não quero dizer com isto que as literaturas pequem por excesso de tristeza, mas o sentimento do sofrimento fala mais alto no coração do homem e, portanto, é mais facilmente traduzido em poesia.

Poetas como Ariosto e Tasso têm suas inspiradoras, embora a maneira de amá-las e cantá-las seja tão diferente entre os dois. O primeiro sabe amar com serenidade, o segundo com tormento, mas são justamente seus sentimentos tão contrários que constituem e determinam a beleza da literatura italiana.

No século XVII nos deparamos com a figura impecavelmente elegante de Giovan Battista Marino, o mágico da palavra rebuscada e das metáforas, a ponto de mobilizar as várias literaturas européias que, sem dúvida, sofreram a sua influência. O marinismo espalhou-se do Sul ao Norte do velho continente, tomando vários nomes. A mulher é cantada por ele de maneira elegante e essencialmente literária. Mario Sansone, na sua “Storia della letteratura italiana”, nos diz sobre Marino: “Ele foi, sobretudo, um construtor de ritmos e de imagens com uma riqueza de linguagem, de musicalidade e de cores... mas deixa frio o coração do leitor” (p. 470).

A riqueza de imagens é, sem dúvida, uma grande atração e, por isso, é reverenciada e considerada pelos que menos pensam como uma indispensável qualidade, mas o que vale mesmo é o conteúdo, muito frágil em geral no marinismo.

No século XVIII, na Itália, surgem grandes poetas cujo ideal é a unificação da pátria, dividida em muitos estados, movimento este que evoluiu no século XIX, com conseqüências bem definidas pelos patriotas. A Itália era, naquela época, dividida fisicamente entre vários soberanos; era, portanto, natural que o desejo dos que realmente amavam o solo em que tinham nascido fosse a unificação. Os patriotas desejam uma Itália unida, com um governo central, de início a monarquia. O grande estadista Camilo Benso, Conde de Cavour, como bom político que sabia ver o futuro de sua pátria, assim dizia: “A monarquia nos une, a república nos dividiria”. Na verdade, ele compreendia a força daquela forma de governo naquele determinado momento histórico.

Mulheres inteligentes foram, naquela época, as grandes conselheiras dos homens políticos que souberam então seguir as sugestões sensatas de suas inspiradoras e muitas vezes companheiras.

A Itália ia se formando como nação e a voz feminina muito influenciou na sua unificação: mães, esposas, noivas tomavam parte nas discussões familiares, expressando seu pensamento político em favor da unificação de sua pátria dividida entre vários estados. De todos, os mais visados e detestados eram aqueles governados pelos austríacos. Surgiram, portanto, as guerras pela independência do solo italiano.

As mulheres lutaram com sua inteligência e não com sua força física para a unificação da península. Elas educavam seus filhos a libertar-se dos estrangeiros que ocupavam como donos o solo que devia pertencer aos seus legítimos moradores. Elas lhes formavam a mente à liberdade e ao patriotismo.

A elas se devem as guerras pela independência da terra em que viviam oprimidas pelos usurpadores que se consideravam os verdadeiros proprietários de tudo. A elas foi confiada a tarefa de formar a nova pátria e o novo modo de viver em liberdade.

A força e a influência da mulher em várias circunstâncias históricas são determinadoras de um novo modo de pensar e de viver. Sobretudo porque a mulher é mãe carinhosa e esposa que ama e se doa com a alma, com o corpo, com o coração e com o seu amoroso sacrifício. Talvez por ter vivido muito, penso assim. Seguirão os jovens este caminho ou o materialismo crescente em nossos dias tomará conta dos sentimentos dos que iniciam sua vida de adultos? São eles conscientes e desejosos de um mundo melhor? Eu, mulher, esposa e mãe, desejo este mundo melhor, não perfeito, é lógico, mas na verdade menos egoísta.

Um pouco da história da lexicografia românica

Nilton Vasco da Gama

Universidade Federal da Bahia

Após um rápido esboço sobre como se tem focado a lexicografia em parte dos cursos de Filologia Românica, tecem-se algumas considerações a respeito de uma das mais controversas figuras no campo da lexicografia no século XVII: Gilles Ménage. Desse modo, traça-se um breve esboço da história da lexicografia francesa e comentam-se algumas das *etimologias justas*, das *etimologias parcialmente justas*, das *falsas etimologias* e das *etimologias obscuras* propostas por G. Ménage no seu *Dictionnaire étymologique* ou *Origines de la Langue Française*.

Après avoir fait une esquisse à propos de ce qu'on étudie sur la lexicographie dans les cours de Philologie Romane, on fait quelques considérations sur une des plus controversées personnalités au champ de la lexicographie au XVII^e siècle: Gilles Ménage. Pour cela on fait une esquisse de l'histoire de la lexicographie française en étudiant des *étymologies justes*, des *étymologies partiellement justes*, de *fausses étymologies* et des *étymologies obscures* telles que celles qui sont proposées par G. Ménage dans son *Dictionnaire étymologique* ou *Origines de la Langue Française*.

Nos Cursos de Filologia Românica da Graduação em Letras, ao tratar-se da lexicografia, os dicionários etimológicos, impreterivelmente, são abordados no momento permitido pelos programas. Em primeiro lugar, o *Etymologisches Wörterbuch der romanischen Sprachen* de F. Diez¹, e, logo após, o *REW*, i. e., o *Romanisches etymologisches Wörterbuch*² de Meyer-Lübke, base da etimologia românica, cujos primeiros fascículos apareceram em 1911; em 1920 tinha-se a obra completa; e a terceira edição revista, publicada em 1935. Para a etimologia francesa, o Bloch-Wartburg, com o seu *Dictionnaire étymologique de la langue française*³, a partir da sexta edição; Albert Dauzat⁴, E. Gamillscheg com o *Etymologisches Wörterbuch der französischen Sprache*⁵, J. Picoche⁶, Alain Rey com o *Dictionnaire historique de la langue française* (preparado sob sua direção)⁷ e, como obra máxima, o *FEW: Französisches etymologisches Wörterbuch*⁸ de Walther von Wartburg, considerado o mais importante dicionário etimológico do francês, que traça a história de todas as famílias de palavras galo-românicas com todos os sentidos e seus derivados, da origem até o francês moderno⁹. Podia-se, de passagem, fazer referências discretas ao dicionário de Jean Nicot, o *Trésor de*

¹ Cf. Friedrich DIEZ. *Etymologisches Wörterbuch der romanischen Sprachen*. 4. Ausgabe. Mit einem Anhang von August Scheler. Bonn: Adolph Marcus, 1878.

² Cf. W. MEYER-LÜBKE. *Romanisches etymologisches Wörterbuch*. 3. vollständig neubearbeitete Auflage. Heidelberg: Carl Winters, 1935.

³ Cf. Oscar BLOCH, Walther von WARTBURG. *Dictionnaire étymologique de la langue française*. 5. éd. rev. et augm. par Walther von Wartburg. Paris: PUF, 1968.

⁴ Cf. Albert DAUZAT. *Dictionnaire étymologique de la langue française*. Avec un suppl. lexicologique et un suppl. chronologique. 7. éd. rev. et augm. Paris: Larousse, 1947; Albert DAUZAT, Jean DUBOIS, Henri MITTERAND. *Nouveau dictionnaire étymologique et historique*. 7. éd. rev. et cor. Paris: Larousse, 1964.

⁵ Cf. E. GAMILLSCHEG. *Étymologisches Wörterbuch der französischen Sprache*. 2. ed. Heidelberg: 1969.

⁶ Cf. Jacqueline PICOCHÉ. *Dictionnaire étymologique du français*. Nouv. éd. Paris: Robert, 1990.

⁷ Cf. Alain REY (dir.). *Dictionnaire historique de la langue française*. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1992.

⁸ Cf. Walther von WARTBURG. *Französisches etymologisches Wörterbuch; eine darstellung des gallo-romanisches sprachschatzes*. Basel: Zbinden Druck und Verlag AG.

⁹ Entre os trabalhos de menor porte, podem ser citados os dicionários de Emmanuèle BAUMGARTES e Philippe MÉNARD (*Dictionnaire étymologique et historique de la langue française*. Paris: Le Livre de Poche, 1996), o de Raymond JACQUENOD (*Nouveau dictionnaire étymologique; l'origine de 20000 mots français*. Allier (Belgique): Marabout, 1996) antecedido pelo de Jean MATHIEU-ROSAY (*Dictionnaire étymologique Marabout*. Allier (Belgique): Marabout, 1985).

la langue françoise..., o primeiro dicionário da *língua francesa*, e ao valor histórico da obra etimológica de Ménage, *filólogo* do século XVII, século em que uma das ocupações dos “salões”, quer *mundanos* quer *eruditos*, era *etimologizar*, o que se fazia, aliás, com muita seriedade, notadamente a partir do latim e do grego. Não é demais lembrar que as principais obras relativas à etimologia *antes* desse século eram na sua maioria escritas em latim.

Sabe-se, por outro lado, que durante os séculos XVII e XVIII abundam as etimologias anedóticas, baseadas em personagens fictícios, acontecimentos apócrifos e situações imaginárias¹⁰.

A etimologia foi, de fato, durante muito tempo considerada como a distração das pessoas cultas. J. Marouzeau escreveu ainda em 1950, em *La Linguistique ou science du langage*¹¹, que a etimologia é um pouco a distração da Lingüística e os menos cautelosos não resistem ao prazer de entregar-se a ela. E acrescenta ser um prazer perigoso, porque expõe a muitos erros¹².

Se o dicionário de Jean Nicot (1606) é o primeiro dicionário da *língua francesa*, – o *Trésor de la langue françoise...* – ainda no século XVII tivemos a aparição do primeiro dicionário etimológico, com a publicação das *Origines de la langue françoise*¹³ de Gilles Ménage.

Antes de considerar os erros e fantasias de Ménage, é necessário lembrar ter ele herdado teorias e práticas errôneas, ligadas de maneira quase orgânica, que só podiam levá-lo a resultados falsos.

Eram elas principalmente

- a prioridade atribuída à semântica;
- a concepção errônea das mudanças fonéticas operadas segundo manipulações livres e universais;
- o desconhecimento da distinção rigorosa entre as *heranças* e os *empréstimos*.

Não se há de negar, entretanto, que representam premissas pouco científicas à luz da lingüística moderna. Ressalte-se que na época de Ménage, assim como no século XVI, o “verdadeiro” sentido de uma palavra era aquele que estava mais próximo do seu equivalente latino ou grego, e não se pode condenar Ménage de não ter efetuado *datações* ou *cronologias relativas* ou observado as “*soi-disant*” *leis fonéticas*. Ménage não possuía os meios para efetuar essas datações e análises, que só foram realmente usadas a partir do fim do século XIX.

Também não se pode censurar Ménage de não ter estabelecido a teoria de distinção fundamental entre *empréstimos* e *heranças*. Convém não esquecer que lhe faltavam os *conhecimentos fonéticos necessários* para distinguir e demonstrar com todo rigor, sobretudo no vasto domínio das línguas românicas, as diferentes

¹⁰ Cf., por exemplo, P. GUIRAUD. *L'Étymologie*. Paris: PUF, 1967.

¹¹ Cf. Jules MAROUZEAU. *La Linguistique ou science du langage*. Paris: Paul Geuthner, 1950.

¹² Cf. id. *ibid.*

¹³ Cf. Gilles MÉNAGE. *Origines de la langue françoise*, 1650.

modalidades das filiações, *partindo do latim para os domínios do francês, italiano ou espanhol*. Ménage não dispunha, portanto, dos recursos para distinguir as *heranças* (paralelas às três línguas) dos *empréstimos* do francês para o italiano ou para o espanhol, e do italiano para o francês. Numerosos, aliás, são os empréstimos “tratados” como se fossem palavras oriundas do latim.

Nascido em agosto de 1613 em Angers, sudoeste de Paris, de uma das famílias mais importantes e mais antigas da cidade, Gilles Ménage recebeu uma educação refinada. Dotado de memória prodigiosa, aprendeu o grego e o latim através da simples leitura dos autores antigos, sem o auxílio de gramáticas. Seu conhecimento do *francês antigo* é aprofundado pelo estudo de arquivos e de textos jurídicos variados. Mais tarde aprendeu o *italiano* e o *espanhol* e rudimentos de outras línguas européias, como o inglês e o alemão. Ao instalar-se em Paris, estudou o hebraico. Após os estudos de Direito, advogou pela primeira vez com a idade de dezenove anos em Angers, em 1632, e no mesmo ano foi recebido, em Paris, como advogado do Parlamento. Por tradição familiar, herdou do pai, Guillaume Ménage, o cargo de advogado do rei.

Gilles Ménage foi, sem dúvida, conhecido por seus contemporâneos, em primeiro lugar como advogado, depois, como abade; não por vocação, mas pela necessidade de usufruir dos benefícios obtidos, sobretudo depois da morte do pai.

De início ligado à Maison de Gondí, para estudar os arquivos da família de Paul de Gondí, o futuro Cardeal de Retz, Gilles Ménage obtém o cargo dignatário de Deão de Saint-Pierre d'Angers e do Priorado de Montdidier. Fez criar uma pensão sobre duas abadias e foi, assim, forçado a entrar definitivamente no caminho eclesiástico, para conservar as vantagens adquiridas. Recebeu o subdiaconato em novembro de 1648.

Nesta ocasião despontou para ele a vida mundana, ao travar conhecimento com pessoas do “beau monde” que gozavam já de grande reputação no mundo das “belles lettres” e participou das reuniões em círculos restritos, onde se rivalizavam pesquisa de linguagem e “*finesse d'esprit*”. Graças a amigos de sua família relacionou-se com Bautru, Bignon e o presidente Lamoignon, através de quem chegou até Madame de Rambouillet. Por indicação do Duque de Montausier, disputando com Bossuet e Huet, assumiu o preceptorado do Delfim. Foi acolhido com respeito e admiração por Mademoiselle Scudéry, assim como em todos os círculos de eruditos pela sua inteligência e erudição.

O próprio Ménage criou, em sua casa, segundo a moda da época, reuniões eruditas que se realizavam às quartas-feiras, suas *Mercuriais*, que pelo renome alcançado, tinham entre seus convidados eruditos de toda a França, da Itália ou de outros países.

Notável era a relação privilegiada de Ménage com a Academia Florentina da Crusca, tornando-se um membro eminente da mesma. Participou, também, das célebres “*assembléias do Gabinete*” dos irmãos Pierre e Jacques du Puy, aos quais testemunhou um vivo reconhecimento.

O número de escritores e eruditos de quem Ménage conservou a estima e a amizade durante sua vida era muito importante; basta citarem-se Balzac, Bautru, Bigot, Huet, Furetière entre outros, ocupando lugar à parte F. Guyet, nascido em 1575, em Angêrs, como Ménage. Ligados por uma amizade profunda, sabe-se que Ménage deve a Guyet, desde a juventude, sua paixão pela etimologia, prestando-lhe homenagem no *Avertissement* das *Origines de la langue françoise*¹⁴.

À morte de Guyet, Ménage adquiriu sua biblioteca que comportava um grande número de obras anotadas do próprio punho de Guyet, que consagrava sua vida a anotar suas reflexões à margem das obras que possuía, não havendo publicado praticamente nada. Era a Ménage que se dirigiam os eruditos desejosos de editar textos antigos, neles inserindo as notas de Guyet.

Ao bom êxito de Ménage, entretanto, sobrevieram reveses. Seus inimigos foram numerosos e as difamações por eles engendradas serviram largamente de comentários a pequenos espíritos, malévolos, nos menores círculos parisienses. Mas a principal origem delas foi incontestavelmente Jean de Chapelain, cujo ciúme doentio e dissimulado serviu de prelúdio à sua traição. Após ter conseguido impedir Ménage de ingressar na Academia Francesa, se constituiu no mais ferrenho de seus adversários, uma vez que usou o pretexto da sua antiga amizade para disseminar, sempre de modo insidioso, calúnias sobretudo no caso da *Elegia* a Mazarino, em 1660. Ménage foi acusado de, através de um verso da peça, ter pretendido ofender o Parlamento, por isso se vê abandonado pela maioria dos seus amigos. Embora o descrédito que atingiu Ménage neste momento pareça ter sido menos importante do que se poderia crer, o “dano moral” foi muito pesado em conseqüências, nos últimos anos de sua vida, e para a posteridade.

Para muitos eruditos Ménage se identifica com o pedante colocado ridiculamente em cena por Molière em sua peça *Femmes savantes*¹⁵, com o nome de *Vadius*. Fato lamentável e considerado injusto por alguns. Seus versos, na verdade, não tinham o valor que ele julgava e nos “salões” se comportava como homem galante¹⁶. Preceptor de Madame de Sévigné e de Madame de Lafayette, fora de veras muito estimado pelas mesmas.

Pelos estudos, formação, cultura e a solidez dos trabalhos, Ménage ocupa um lugar à parte em seu século. Admirado por alguns, desacreditado por outros, nossa própria época só consagrou trabalhos menores e limitados àquele que P. Bayle não hesitava em cognominar o “Varrão do século XVII”¹⁷.

Kurt Baldinger, no artigo *L'Étymologie hier et aujourd'hui*, publicado no *Cahiers de l'Association Internationale des Études Françaises*¹⁸, considera Ménage o grande filólogo do século XVII, embora critique as suas etimologias.

¹⁴ Cf. Gilles MÉNAGE, op. cit., *Avertissement*.

¹⁵ Cf. MOLIÈRE. *Femmes savantes*...

¹⁶ Esses aspectos, aliás, foram bem estudados por SAMFIRESCO em *Ménage, polemiste, philologue, poète*. Paris, 1902.

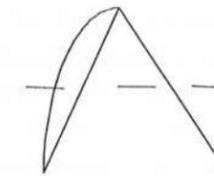
¹⁷ Cf. P. BAYLE. *Dictionnaire historique et critique*, v.3, 1720. p. 1970.

¹⁸ Cf. Kurt BALDINGER. L. 'Étymologie hier et aujourd'hui'. *Cahiers de l'Association Internationale des Études Françaises*, Paris, n. 11, p. 233-64, mai 1959.

Vejam-se, por exemplo, algumas dessas críticas:

- latim VERNA significa ‘serviteur né à la maison’. De VERNA fez-se VERNACUS: porque o diminutivo VERNACULUS não nos permite duvidar que não se tenha dito VERNACUS. E, como de VERNA fez-se VERNACUS, fez-se do mesmo modo de VERNULA, VERNULACUS. E de VERNULACA, feminino de VERNULACUS, fez-se, em seguida, VERNULACAIUS. De VERNULACAIUS passou-se a LACAIUS pela supressão das duas primeiras sílabas. E de LACAIUS, fez-se o fr. *laquay*, como de MAIUS, *may*, e de GAÏUS, *gay*.
- Ainda de Ménage, em suas *Origines de la langue françoise* (1650), é a evolução: FABBA > FABARIUS > *FABRICOTUS > FARICOTUS > *HARICOTUS > fr. *haricot*.

Para compreender a maneira de proceder de Gilles Ménage é necessário recorrer a um esquema inteiramente moderno, ao triângulo de Ogden e Richards, retomado por Ullmann:



Cada palavra se compõe de um nome (al. *Wortkörper*) e de uma significação (ou sentido, al. *Bedeutung*) que liga o nome ao conceito (al. *Begriff*). Neste esquema, tudo está em evolução: o nome, a significação e o conceito e a coisa. O problema etimológico é de ligar determinado nome a outro no plano sincrônico e sobretudo no plano diacrônico. Ménage tem consciência da dualidade do signo lingüístico – afirma Baldinger: sabe que a palavra se compõe de um *corpo* e de uma *alma*, do nome e da significação. Mas para sustentar sua etimologia ele se fundamenta unicamente na significação que ele crê mais estável do que a forma fonética. Por exemplo: a significação de *laquais* é muito mais próxima da do latim VERNA, um deve derivar do outro, ainda que do lado do nome as duas palavras nada tenham de comum.

O que conta é a *semântica*: ela domina a fonética que se curva a ela através de todas as espécies de forças. No plano da *forma*, toda evolução é justificada *por corte* ou *supressão de sílabas*, através de *adjunções de sílabas* ou simplesmente *por corrupção*. Como, por exemplo:

- *maigue de lait*, ‘petit lait’, por corrupção, vem de *maigre de lait*;
- *larigot* vem de FISTULA, passando por FISTULARIS, FISTULARICUS, LARICUS (supressão de sílabas), LARICOTUS, *larigot*.

Em resumo, ele parte do sentido para justificar em seguida a evolução da forma.

No começo do século, em 1901, Antoine Thomas, neogramático, para quem as chamadas leis fonéticas eram absolutas, escreveu no prefácio das suas *Mélanges d'étymologie française*¹⁹ que o inimigo, isto é, o erro na pesquisa etimológica, nos pressiona de todas as partes. Para dele escapar temos dois guias muito preciosos que representam os olhos da etimologia: a *fonética* e a *semântica*. E, mais adiante, a propósito de *haricot / faba*, diz-nos: “dans la maison de Ménage c'est la sémantique qui est dame et maîtresse, et la phonétique n'est que le souffre-douleur”²⁰.

Ménage sabia a fundo o latim e o grego. O italiano e o espanhol lhe eram familiares. Ele estudava o francês antigo e as maneiras de falar dialetais. Suas etimologias testemunham freqüentemente a extensão de seus conhecimentos.

Gustavo Gröber, professor da Universidade de Strasbourg, comparou palavra por palavra da obra de F. Diez, o *Etymologisches Wörterbuch der romanischen Sprachen*, com o dicionário de Ménage, através das duas primeiras letras do alfabeto e verificou que Diez seguira Ménage setenta e duas vezes em cem.

Diante destes números, tem-se o direito de concluir com G. Gröber, no *Grundriss der romanischen Philologie*²¹, que o desdém que se tem por Ménage resulta sobretudo de ignorância. Encontra-se a mesma opinião no Mestre F. Brunot.

Para aquilatar ainda as *qualidades* e as *insuficiências* das etimologias de Gilles Ménage devemos enfatizar, mais uma vez, o estado pré-científico da prática etimológica no século XVII, assim como os resultados que a ciência etimológica moderna alcançou com a *história da palavra* de Wartburg, a partir de 1960.

Só um estudo pormenorizado de todas as etimologias propostas por Ménage – afirma Leroy-Turcan – pode autorizar um leitor moderno a manifestar sobre seus métodos um julgamento de valor, porém fundando-se em um *corpus* de estudo coerente. De fato, as apreciações prematuras e superficiais sofridas, até o presente, por Ménage etimologista repousavam quase sempre na escolha arbitrária de suas etimologias mais extravagantes, fantasistas, que oferecem uma imagem completamente deformada e parcial do conjunto dos verbetes do *Dicionário*. É muito fácil ridicularizarem-se as ingenuidades e dislates de um autor do qual não se leu a obra por inteiro.

Um estudo geral das etimologias propostas por Ménage, resultante da escolha de lexias às quais tenha sido dado um étimo fantasista, ou escolha arbitrária, resulta, sem dúvida, em idéia inexata de uma obra densa, algumas vezes desordenada, sim, mas cuja riqueza não se revela por si mesma, porém se manifesta pouco a pouco por meio de comparações efetuadas de um verbe com outro ou até das edições de 1694 e 1750, da análise objetiva das numerosas dificuldades encontradas por Ménage e com freqüência por ele resolvidas.

¹⁹ Cf. Antoine THOMAS. *Mélanges d'étymologie française*. ZRPh, Tübingen, v. 28, p. 344, 1901.

²⁰ Traduzindo: “na casa de Ménage é a semântica que é dama e senhora, e a fonética é apenas o bode espiatório”.

²¹ Cf. G. GRÖBER. *Geschichte der romanischen Philologie*. In: id. *Grundriss der romanischen Philologie*. Strasbourg: Trübner, 1888. v. 1, p. 25.

Leroy-Turcan opina, ainda, que para apreciar o valor do *Dictionnaire étymologique* ou *Origines de la langue française* é preciso lê-lo *in extenso*, como um romance difícil, por assim dizer. Esta leitura permite observar que o número das fantasias etimológicas do *Dictionnaire*, acompanhadas de imperfeições formais, de negligências de redação, de ingenuidades linguísticas são largamente contrabalançadas pela grande quantidade de suas pesquisas, análises lexicológicas, comparações filológicas e de resultados, a rigor, científicos.

Em virtude da proporção e complexidade do material tratado por Ménage no *Dictionnaire*, escolhemos, no momento, alguns exemplos extraídos de um *corpus* determinado, ou seja, alguns verbetes da letra **B**, considerados menos heterogêneos do que os da letra **A**.

Neste breve exame do *corpus*, numa pequenina amostragem, aliás, como exige a ocasião, procuramos cotejar alguns étimos de Ménage com aqueles respectivos de Wartburg no *FEW* (*Französisches etymologisches Wörterbuch*)²² ou no Bloch-Wartburg (*Dictionnaire étymologique de la langue française*)²³ confirmando-se, então, os principais erros de uma época, as teorias e práticas errôneas no século XVII, como a visão da semântica e a ausência da fonética, a impossibilidade de discernir a *herança* do *empréstimo*, mas, por outro lado, destacando-se as *etimologias justas*, as *etimologias parcialmente justas*, as *falsas etimologias* e as *etimologias obscuras* do que representa, por outro lado, os disparates e as fantasias.

Das *etimologias justas* escolheram-se, por exemplo:

- De *blafard*, começa Ménage por lembrar dois étimos gregos, o de Nicot que qualifica de ‘ridicule’ e o de Guyet, a respeito do qual ele silencia, enunciando de maneira peremptória: “os alemães dizem *bleichfarb* para dizer ‘de couleur de plomb’. O *FEW*²⁴ dá a forma do médio-alto-alemão *bleichvar* ‘blême’, ‘blafard’. O *TLF*²⁵ o considera um empréstimo, com assimilação regressiva da primeira vogal, ao médio-alto-alemão *bleichvar*.
- Como define Ménage, *baculer* ‘c’est frapper à coup de bâton’, de *BACULARE*. A definição confunde-se com a do *FEW*²⁶ e não devemos censurar Ménage por não ter indicado que os golpes eram aplicados na parte posterior, pois é preciso distinguir dois verbos *basculer*²⁷, um propriamente francês, formado por composição com o substantivo *cul*, e o outro saído diretamente da forma *BACULARE* do latim medieval. Vejamos ainda que o *FEW* informa existir ao lado do verbo *baculer*, um latim medieval *BACULARE*, formado de *BACULUS* ‘bâton’, e que significa

²² Cf. op. cit.

²³ Cf. op. cit.

²⁴ Cf. op. cit., v. 1, p. 405-6; REY, *Historique...*, s.v.; TLF, v. 4, s.v.

²⁵ TLF, v. 4, s.v.

²⁶ Cf. op. cit., v. 2, p. 1518.

²⁷ Cf. TLF, v. 4, s.v.; REY, *Historique...*, s.v.

‘donner des coups’ que é próximo do francês *baculer* ‘frapper le derrière de quelqu’un pour le punir’.

- Com razão Ménage tira *berser-bersauder* do francês antigo e do francês médio *berser*, com o sentido de ‘caçar’, do latim bárbaro, isto é, medieval, *BERSARE*. No *FEW*²⁸ remonta-se ao verbo do velho-baixo-frâncico **birson* ‘caçar’. Não consta do *TLF*. Para o verbo *bersauder*, Ménage não dá explicação clara, mas, – de uma longa citação das suas *Origini della lingua italiana*, na qual ele liga o verbo *bersauder* ao verbo *berser*, a partir do adjetivo do francês médio *bersaut* ‘que se caça (a propósito de um animal)’ e do substantivo *bersault* ‘carne de animal caçado a flechadas’, – pode deduzir-se que *bersauder* foi formado no francês médio ‘ferir com flechadas’²⁹. Nem o *Dictionnaire générale de la langue française* de Hazfeld-Darmesteter³⁰, nem o *Dictionnaire universel* de Antoine Furetière³¹ registram a forma.
- Ménage assim define *boute-selle*: ‘som de trompeta que avisa os cavaleiros para se prepararem para montar o cavalo’ e o analisa como um composto do verbo *bouter* e no nome da sela, o que é correto³². Consta do *Dictionnaire françois...*³³ de P. Richelet (1680), do *Dictionnaire universel*³⁴ de Antoine Furetière, do *Dictionnaire générale de la langue française* de Hazfeld-Darmesteter³⁵.
- Ménage viu a derivação francesa de *bluet* a partir do adjetivo *bleu*; para esta palavra ele só dá os dois sentidos, de “fleur” (chamada também *aubifoin*) e de ‘petits livrets recouverts de papier bleu’³⁶.
- *Berge*, espécie de pequena barca, do latim *BARCA*, que em francês antigo resultou na palavra *barge* “navire” ou “chaloupe d’un navire”; este termo designa em francês moderno uma “barque” com fundo chato e vela redonda. A origem do latim *BARCA* não é certa³⁷.

Para as *etimologias parcialmente justas* vale citar, entre outras, *bedon-bedondaine*, *bay*, *benneau-bennel*, *bricon*, *brosse-brossaille*.

As *etimologias falsas* representam os resultados negativos das *Origines de la langue française*.

²⁸ Cf. op. cit., v. 1, p. 376-7, e sobretudo, v. 15, p. 116.

²⁹ Cf. op. cit. v. 15, p. 116.

³⁰ Cf. Adolphe HAZFELD, Arsène DARMESTETER. *Dictionnaire générale de la langue française du commencement du XVII^e siècle jusqu’à nos jours*. 9. éd. Paris: Delagrave, 1932.

³¹ Cf. Antoine FURETIÈRE. *Dictionnaire universel*. 1690.

³² Cf. Walther von WARTBURG, *Französisches etymologisches Wörterbuch*, v. 15, p. 226.

³³ Cf. op. cit., v. 1, 1680, s.v.

³⁴ Cf. op. cit.

³⁵ Cf. op. cit.

³⁶ Cf. Walther von WARTBURG. *Französisches etymologisches Wörterbuch*, v. 1, p. 399 e 400, e sobretudo v. 15, p. 148 e 150.

³⁷ Cf. id. *ibid.* v. 1, p. 251.

- O artigo que redigiu para o adjetivo de cor *blanc*, por exemplo, tem sido muitas vezes explorado para ridicularizar sua capacidade de etimologista, ao cometer erros grosseiros nas falsas reconstruções, elucubrações, ginásticas etimológicas onde se cruzam a fantasia total e a fantasia relativa.
- O mesmo ocorreu com *blond*, colocada, aliás, ainda hoje no rol das etimologias obscuras³⁸. Na tentativa de encontrar o étimo de *blond*, Ménage é condescendente com a opinião de Guyet, como o fora na palavra *blafard*, que, através de acrobática e fantasiosa reconstrução, a partir do latim *ALBUS*, teria chegado a *albidus*, *blidus*, *blodus*, *blondus*; Ménage, no mesmo verbete, partindo de *bladum* ‘blé’, depois *blaudum*, *blodum*, *blondum*, confessa-se inspirado em Guyet e, também, na idéia de Caseneuve, finalmente justifica de maneira fantasista: ‘le blé est de couleur blonde’.

Na mesma rubrica, *falsas etimologias*, salientam-se: *barboter*, *barbouiller*, *bastardeau*, *bédane*, *bègue*, *babine* – cujo étimo busca na tradução latina da palavra *lèvre* ‘lábio’ (neutro plural de *LABIUM*) e do pretense diminutivo *labina* (não atestado em Du Cange³⁹ que só mencionava *labina* designando um ‘éboulement’), explicando a passagem ao francês pela mudança de **-l-** em **-b-**⁴⁰.

- A respeito de *babouin*, Ménage forjou um étimo *BABUS*, com a significação de “petit enfant”, que não se encontra em Du Cange, nem em Forcellini⁴¹. Para Wartburg, a base de *babouin* é onomatopéica, *bab*⁴². A partir do sentido de ‘lábios’, observa-se uma extensão da designação das “bochechas”, depois de ‘rosto’, ‘face’; a palavra *babouin* tendo designado ‘figura grotesca’, depois, por extensão semântica, ‘un gamin mal tenu’, ‘un épouvantail’, enfim, pela passagem da conotação de ‘feiura’ àquela de ‘nescidade’ e ‘parvoíce’, *babouin* é aplicado a um “tolo”.
- Variante do francês antigo *bourbeter*, derivado de *bourbe*, do gaulês **borva*⁴³ ou *borvo*⁴⁴, Ménage pensa que *barboter* repousa sobre uma onomatopéia, conseqüência do ruído que fazem *les cannes* quando procuram na mistura da terra e água (lodo) o que comer. Cita, em seguida, Nicot, ao registrar ‘barboter de froid et de peur’.

As *etimologias obscuras* de Ménage nem sempre apresentam solução definitiva, quer em Wartburg no *FEW* (*Französisches etymologisches Wörterbuch*),

³⁸ Cf. P. GUIRAUD. *Dictionnaire des étymologies obscures...*

³⁹ Cf. Charles du Fresne DU CANGE. *Glossarium mediae et infimae latinitatis...* Editio nova aucta a Leopold Favre. Niort: L. Favre, 1882-1888. 10v.

⁴⁰ A palavra pertence à família apresentada em *babel* (consulte-se o *FEW*, v. 1, p. 192).

⁴¹ Cf. Aegidii FORCELLINI. *Totius latinitatis lexicon...* in hac editione post tertiam auctam et emendatam a Iosepho Furlanetto... Prati: Aldine Edente, 1871.

⁴² Cf. Walther von WARTBURG. *Französisches etymologisches Wörterbuch...*, v. 1, p. 192.

⁴³ Segundo J. PICOCHÉ, op. cit., p. 77.

⁴⁴ Cf. Walther von WARTBURG. *Französisches etymologisches Wörterbuch...*, v. 1, p. 422 et seq.

quer em Guiraud (*Dictionnaire des étymologies obscures*). Assim, os étimos das palavras *bagage*, *bahu*, *balise*, *balai*, *baraque*, *baliverne* entre outras formas são mencionadas por Wartburg e Guiraud como “desconhecidas”, “obscuras”, “duvidosas” ou acompanhadas de um “provavelmente”, “talvez”, até de um simples condicional hipotético.

G. Gröber estabeleceu, como foi visto, uma estimativa das etimologias de F. Diez em relação a Ménage. Leroy-Turcan, – em um total de 412 etimologias, no *corpus* da letra **B** do *Dictionnaire de la langue française*, – determinou 187 etimologias corretas (45,5%), 106 etimologias parcialmente corretas (25,5%), 89 etimologias falsas (21,7%), 30 etimologias falsas, mas recuperáveis, (7,3%). Na verdade, os dados estatísticos estabelecidos pelos romanistas que estudaram o *Dictionnaire* variam segundo o *corpus*, isto é, se a escolha das formas for arbitrária, o resultado é outro. Com equilíbrio e cheio de cautela, Pierre Guiraud, no pequeno livro *L'Étymologie*⁴⁵, lembra que seria cruel e sem glória sobrecarregar de sarcasmos o bom filólogo; não sabemos – diz ele – o que a posteridade reserva a nossas próprias conjecturas. Ménage, afinal de contas, estabeleceu o princípio muito justo, e em seu tempo original, das mudanças fonéticas; se **as** construiu em termos ingênuos, é que quase nada podia ser diferente na época. Acrescente-se ainda que muitas de suas etimologias são bastante pertinentes.

As opiniões a respeito de Ménage como etimologista e filólogo são pertinentes. F. Diez, que deu base férrea a quase toda Romanística, dois séculos depois de Ménage considera-o o iniciador dos estudos etimológicos na França e na Itália, promotor da etimologia românica, teve o mérito de “formular o princípio da gramática histórica” e pressentiu paralelamente a gramática comparada.

Pertinentes são as palavras de Dumonceaux, no artigo *Ménage est-il un philologue?*, em 1979⁴⁶, considerando-o um romanista ‘*avant la lettre*’... um filólogo e mesmo um daqueles que abriram caminho à filologia, em suma, um iniciador.

Leroy-Turcan, ao final da sua tese, escreve, a propósito do *Dictionnaire étymologique* de Ménage, **não** ser o referido dicionário um montão de fantasias etimológicas: na prática como na teoria, Ménage foi o **primeiro** a provar que a *etimologia* era uma *arte difícil*, fundada sobre princípios que fazem dela em verdade “uma matéria pluridisciplinar, com vocação de ciência”.

⁴⁵ Cf. op. cit.

⁴⁶ Cf. DUMONCEAUX. *Ménage est-il un philologue?*...

Resumo

Résumé

Um perfil

Raymond van der Haegen

Universidade Federal da Bahia

Resumo da trajetória de vida, ressaltando a ação durante a Segunda Guerra Mundial e a vinda para o Brasil como Adido Cultural. A seguir, fala do seu contato com o Prof. Isaías Alves e do seu ingresso no ensino universitário. Agradece, então, ao povo baiano e, em especial, à companhia dos professores de francês no Instituto de Letras e à Universidade Federal da Bahia que o acolheu e o homenageia.

Résumé de sa vie mettant l'accent sur son action pendant la Deuxième Guerre Mondiale et son arrivée au Brésil comme Attaché Culturel. Il évoque ensuite son premier contact avec le Prof. Isaías Alves et son entrée dans la carrière universitaire. Il remercie enfin, et tout spécialement, l'hommage que lui rendent les professeurs de français de l'Institut des Lettres et de l'Université Fédérale de Bahia qui l'a accueilli.

Nasci em 8 de junho de 1919, o que significa que fui concebido no último semestre de 1918, em plena evacuação das tropas alemãs do solo francês, ocupado desde 1914, após um enorme esforço de guerra e grandes sacrifícios.

Os efeitos de guerra marcaram a minha infância. Lembro de meu pai me levando para passear nos Champs-Élysées entre os 4 e 5 anos de idade, ocasiões em que eu via sobreviventes mutilados da 1ª Guerra. Mais de 2 milhões de homens entre 20 e 40 anos tinham morrido na guerra, sem contar as centenas de milhares de mutilados e inválidos que se viam pelas ruas em Paris. De cada 3 homens que foram à guerra, 2 voltaram mutilados e 1 morreu.

Cresci durante os duros anos da recessão do pós-guerra e da ascensão do fascismo na Europa.

Minha juventude coincidiu com a 2ª Guerra Mundial, da qual participei. Iniciei minha participação na guerra, no pelotão de alunos oficiais. Íamos formar um reduto na Bretanha, mas não houve condições e tivemos de atravessar as linhas alemãs à noite em direção a Condom, uma região ainda não ocupada pelos Alemães. Depois do armistício assinado pelo Maréchal Pétain em junho de 1940, fui voluntário para a Indochina. Quando me disseram que não havia mais necessidade de voluntários, pois os japoneses já haviam ocupado a Indochina, me candidatei para lutar na Tunísia. Iniciei o meu serviço no deserto africano como tenente de infantaria. Lembro que, em uma noite, fui encarregado pelo major comandante do batalhão de ir buscar gasolina de um avião inglês abatido em território inimigo, para abastecer os carros da gendarmerie (a polícia do exército). Meu companheiro de missão era o 1º sargento, o sujeito mais corpulento, a jamanta do batalhão. Levamos tubos grossos e tonéis para sugar a gasolina do tanque do avião. Carregamos os tonéis em cavalos, com os quais penetramos as linhas inimigas em silêncio. Ao chegar ao avião, o sargento tentou várias vezes sugar o combustível, sem sucesso. Eu, então, fui substituí-lo. Aspirei com todas as minhas forças e fui surpreendido

com a velocidade com que a gasolina chegou. Me engasguei; com os pulmões cheios de gasolina, sufocado, sem poder respirar e sem poder fazer barulho. Felizmente, um ou dois minutos depois a gasolina tinha se evaporado e voltei a respirar. Concluímos a missão com sucesso. O mesmo sargento foi pego pela gendarmérie no domingo seguinte passeando em um carro de turismo com a família dentro.

Durante todo este tempo, ainda com as lembranças dos mutilados de guerra de minha infância na mente, acreditava que acabaria morrendo alvejado com uma rajada de metralhadora alemã na barriga. Ao final de meu serviço, em 1942, voltei à vida civil em Paris. Dois anos depois, em 1944, na libertação de Paris, passei por um derradeiro susto, ao cruzar com um ônibus de soldados alemães em retirada, que apontaram suas armas em minha direção por intermináveis minutos, enquanto eu mantinha minhas mãos no guidon da minha bicicleta, imóvel. Quando entendi que não ia morrer no campo de batalha, ao contrário, parecia que tinha o que os árabes chamam de “Barank”, isto é, a proteção de Deus, de Alah, comecei a pensar que seria melhor se dedicasse o resto da minha vida às relações culturais. E foi o que fiz, aqui na Bahia, ao longo do último meio século.

Deixando para trás a Europa arrasada do pós-guerra, embarquei em 1945, no primeiro navio que saiu da França para o Brasil. Era um velho cargueiro, chamado Oregon, que foi transformado em transatlântico, no qual havia 80 quartos individuais para as senhoras e os homens dividiam beliches no porão. Chegamos após uma travessia de 17 dias, durante a qual vimos apenas a Ilha do Sal e um magnífico tubarão, que devia ter os seus 5 a 6 metros de comprimento, e que acompanhou o navio por algumas horas, provavelmente na expectativa de que algum dos passageiros caísse ao mar.

A primeira coisa que vi em nossa chegada ao Rio de Janeiro foi um preto numa barcaça, remando perto do porto. E o Brasil se me assemelhou imediatamente com um país essencial de mestiços. Esta característica do país me chamou a atenção, pois é fato que a maioria dos países que tiveram uma história colonial trata de apagar os vestígios da miscigenação, às vezes, de maneira violenta como por exemplo no Vietnã, ou tem história de sectarismo marcante e separação étnica, como os EUA e a África do Sul. Em outros países os mestiços têm um *status* diferente e não se sentem bem, como por exemplo na África Ocidental Francesa, que conheci anos mais tarde, ao passar uns 15 dias em Dakar. No Brasil, os mestiços se sentem em casa. Isto é importante e marcante.

Vim de avião do Rio até Salvador, num DC-3 que era obrigado a fazer escalas para abastecimento em Canavieiras e Caravelas. A Bahia, naquele tempo, me parecia uma cidade relativamente isolada na costa atlântica, em que os bairros não tinham comunicação entre si. O primeiro contato com a Universidade foi com o Prof. Isaias Alves, diretor, à época, do Instituto de Filosofia, Letras e Ciências. Todos dizíamos que a Bahia tinha levado 400 anos para fazer e que iria duplicar a população em 10 anos. Ela, na verdade, foi uma das cidades que mais cresceram no Brasil, passando de 2,5 milhões de habitantes 50 anos depois. Tive o prazer de

assistir e participar deste período. Como não imagino que um adido cultural possa fazer outra coisa que não ensinar, dediquei-me ao ensino desde aquela época até recentemente.

Gostaria de agradecer ao público baiano, às autoridades, notadamente, as universitárias, por terem me dado a possibilidade de dedicar-me às relações culturais em mais de 5 décadas de Bahia, particularmente o Magnífico Reitor da Universidade Federal da Bahia, que sempre me apoiou; e os diretores, que sempre me apoiaram. Agradeço também a todos os amigos, ex-colegas e ex-alunos aqui presentes, pela homenagem, em particular a D. Iracema, D. Raimunda Bedasee, e D. Takiko Nascimento, que propuseram meu nome para o título de Professor Emérito, e aos Profs. Maria José Passos, Joselice Macedo, Maria Luisa Guimarães, Aldaisa Schwebel e Cláudio Veiga, sempre atentos a tudo o que me favorece. Por fim, agradeço à participação ativa do jornal *A Tarde*, cujo diretor geral, Dr. Edivaldo Boaventura, publicou um artigo muito elogioso chamado “Parabéns van der Haegen”.

Conferências

Résumé

Resumo

Mudanças lingüísticas e crítica textual*

Célia Marques Telles

Universidade Federal da Bahia

Resumo

A Filologia, afirma E. Auerbach, é o conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do homem e das obras de arte compostas nessa linguagem. Tem um sentido muito amplo e compreende atividades muito diferentes. Uma das mais antigas formas da Filologia, a mais nobre e mais autêntica para muitos eruditos é a edição crítica de textos. Nada mais moderno na concepção do que é Filologia. E nessa perspectiva dois caminhos parecem correr em paralelo, mas se entrecruzam todo o tempo. A Filologia ocupa-se com a linguagem do homem, portanto, com a sua forma de expressão corrente, viva, variável. Ocupa-se também com as obras de arte (os textos literários) plasmados nessa linguagem. Os dois objetivos e as duas metodologias são interdependentes. Nessa perspectiva mostrar-se-á, com exemplos, como a análise dos fatos de língua contribui para o melhor tratamento dado ao texto crítico. Por outro lado, o conhecimento da técnica da edição crítica de textos é um auxiliar sem limites para o estudo dos fatos lingüísticos ligados à scripta dos textos.

Résumé

La Philologie, affirme E. Auerbach, c'est l'ensemble des activités qui s'occupent méthodiquement du langage de l'homme et des oeuvres d'art composées dans ce langage. Elle a un sens très étendu et comprend des activités très différentes. Une des formes les plus anciennes de la Philologie, la plus noble et plus authentique pour de nombreux érudits est l'édition critique des textes. Rien de plus moderne dans la conception de la Philologie. Et c'est dans cette perspective que deux chemins semblent aller parallèlement, alors qu'ils s'entrecroisent constamment. La Philologie s'occupe du langage de l'homme et par conséquent de sa forme d'expression courante, vivante, variable. Elle s'occupe aussi des oeuvres d'art (les textes littéraires) élaborées dans ce langage. Les deux objectifs et les deux méthodologies sont interdépendants. Dans cette perspective, nous montrerons, à l'aide d'exemples, comment l'analyse des faits de langue contribue à un meilleur traitement du texte critique. D'autre part, la connaissance de la technique de l'édition critique des textes est un auxiliaire illimité pour l'étude des faits linguistiques liés à l'écriture des textes.

* Os resultados alcançados neste trabalho só foram possíveis graças à generosidade do mestre Prof. Dr. Nilton Vasco da Gama que nos franqueou o total acesso à sua biblioteca, permitindo a consulta a dicionários, como o *FEW*, a edições críticas, algumas delas verdadeiras raridades, além de outros livros e artigos dificilmente encontrados no Brasil. Isto, sem contar os preciosos e oportunos conselhos na utilização deste ou daquele material ilustrativo.

Parece-me oportuno, antes de mais nada, lembrar o que diz o primeiro físico da Universidade de Coimbra, Pedro Nunes, em seu *Tratado da Sphera*¹, a propósito da linguagem da ciência.

Diz ho bem aventurado doutor sancto Agustinho no decimo quinto liuro q escreueo da trindade muito escrarecido & muito excelente Principe: que os cõceptos & pela mesma razam a sciencia nam tẽ propia lingoagem. Porque sciencia nam he outra cousa senão hum conheçimẽto habituado no endendimento: o qual se acquirio per demonstraçãõ: e demonstraçãõ he aquelle discurso que nos faz saber. E poys a voz não serue de mais que de explicarmos nossos conceptos per ella: manifestamente se segue que a sciencia não tem lingoagem: e que per qualquer que seja se pode dar a entender. E por tanto se algũa ora dizemos isto sam termos de sciencia: ou não sabemos ou não oulhamos o que falamos. A sciencia não trata das cousas que sam somente ymaginarias falsas ou imposiueis mas das certas e verdadeiras: as quacs todas tem nome em qualquer lingoagem por muito barbara q seja. Que certo he q os primeiros scriptores em qualqr sciencia não forã buscar nomes fora de sua lingoagẽ materna pera os porem as cousas de que tratauão. E poys de hũa lingoagem em outra se pode tirar qualqr scriptura que não seja de sciências sem se estranhar: nam sey entender dõde veo tamanho receo de treladar na lingoagem vulgar outra qualquer obra de sciência: se não que os letrados quiserão encarecer isto por lhes parecer que desta sorte acrecentauão mais em sua authoridade. E porque ho bem quãto mais comũ e vniversal: tanto he mays excelente. (...)².

O trecho “E poys a voz não serue de mais que de explicarmos nossos conceptos per ella: manifestamente se segue que a sciencia não tem lingoagem: e que per qualquer que seja se pode dar a entender.” parece encaixar-se perfeitamente no processo de “fazer-se o texto”: a expressão do pensamento e o uso da língua, construindo o texto com o uso de uma “linguagem”.

Esse é o processo que está na base da investigação filológica.

¹ Cf. Pedro NUNES. *Tratado da Sphera*. In: id. *Obras*. Nova ed. rev. e anot. por uma Comissão de Sócios da Academia das Ciências. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa/Academia das Ciências de Lisboa, 1940. v. 1.

² Cf. id., *ibid.*, v. 1, p. 3.

1 O Método Filológico

A Filologia, afirma E. Auerbach³, é o conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do homem e das obras de arte compostas nessa linguagem. Tem um sentido muito amplo e compreende atividades muito diferentes. Uma das mais antigas formas da Filologia, a mais nobre e mais autêntica para muitos eruditos é a edição crítica de textos. Nada mais moderno na concepção do que é Filologia. E nessa direção dois caminhos parecem correr em paralelo, mas se entrecruzam todo o tempo. A Filologia ocupa-se com a linguagem do homem, portanto, com a sua forma de expressão corrente, viva, variável. Ocupa-se também com as obras de arte (os textos literários) plasmadas nessa linguagem. Os dois objetivos e as duas metodologias são interdependentes. Nessa perspectiva mostrar-se-á, com exemplos, como a análise dos fatos de língua contribui para o melhor tratamento dado ao texto crítico. Por outro lado, o conhecimento da técnica da edição crítica de textos é um auxiliar sem limites para o estudo dos fatos lingüísticos ligados à *scripta* dos textos.

Há quase dois anos passados, ao participar de uma mesa-redonda em homenagem ao Prof. Dr. Sílvia Elia⁴, enumeravam-se os aspectos que caracterizam a interface entre a mudança lingüística e a crítica textual. Nessa perspectiva, procurou-se mostrar como se pode definir o método filológico, que é, por excelência, hermenêutico.

Carolina Michaëlis de Vasconcelos⁵, lembrando Francisco Adolpho Coelho, assinalava que o estudo filológico tem de compreender algumas etapas. Na sua essência são as mesmas com que se depara o filólogo na atualidade:

- 1) o estudo da língua,
- 2) o estudo da métrica,
- 3) o estudo das alusões históricas,
- 4) os estudos dos autores, das particularidades biográficas, retiradas em especial da documentação sobre ele,
- 5) o estudo das relações entre a sua obra e as demais representações literárias,
- 6) a história dos manuscritos,
- 7) a determinação da autenticidade dos testemunhos,
- 8) a restituição do “texto do autor”,
- 9) a determinação do valor literário e histórico do texto.

³ Cf. ERICH AUERBACH. *Introduction aux études de philologie romane*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1949. p. 9: “...est l'ensemble des activités qui s'occupent méthodiquement du langage de l'homme, et des oeuvres d'art composées dans ce langage. (...) a un sens très large, et comprend des activités fort différentes. Une de ses plus anciennes formes, (...), la plus noble et la plus authentique, c'est l'édition critique des textes.” Traduzindo: “...é o conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do homem e das obras de arte compostas nessa linguagem. (...) tem um sentido muito amplo e compreende atividades muito diferentes. Uma das suas mais antigas formas, (...), a mais nobre e mais autêntica, é a edição crítica de textos.”

⁴ Cf. CÉLIA MARQUES TELLES. *Mudança lingüística e crítica textual*. In: JORNADA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO NORDESTE, 17. Fortaleza, 31.08-03.09.1999. Participação na mesa-redonda “Os Estudos de Filologia Românica no Brasil”.

⁵ Cf. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS. *Lições de filologia portuguesa; segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 12/13, seguidas das “Lições práticas de português arcaico”*. Lisboa: Revista de Portugal, 1946. p. 143.

Essas nove etapas apontadas no trabalho de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, na realidade, constituem três grupos de objetivos: o primeiro deles, *o estudo da língua* é o objetivo precípua da Lingüística; os de número dois a cinco, da Ciência da Literatura, resumidos no nono, *a determinação do valor literário e histórico do texto*; os de número seis a oito, da Crítica Textual. Com isto retorna-se ao que afirma E. Auerbach ao iniciar a primeira parte da sua *Introduction aux études de Philologie Romane*⁶: a Filologia é o conjunto das atividades que se ocupam metodicamente da linguagem do homem e das obras de arte compostas nessa linguagem.

A restituição do “texto do autor” implica, evidentemente, no retorno ao estudo da língua do texto: a língua é a base do texto, a fala do autor. Não seria inoportuno, portanto, repetir com Ernst Robert Curtius que só na palavra fala o espírito a sua própria língua. Só com a palavra poética conquista toda a liberdade, acima do conceito, da doutrina, da lei. É protegido, mas também esvaziado e alienado pelas técnicas de transmissão da gramática, da retórica, das “artes liberais”, da escola. Essas técnicas não são em si mesmas um objetivo e a continuidade também não o é. São expedientes da memória. Nessa repousa a consciência da pessoa, da sua identidade em todas as mudanças. A tradição literária é o meio pelo qual o espírito europeu se afirmou através de milênios. A reminiscência (Mnemosina), segundo o mito grego, é a mãe das musas. A cultura, diz Viatcheslav Ivanov, é a reminiscência da consagração dos pais...⁷.

Tome-se, então, um conceito de *filologia*, como o que se pode ver no *Dizionario di linguistica e di filologia, metrica, retorica*, dirigido por Gian Luigi Beccaria⁸, no qual se retoma a definição de *filologia* do dicionário de Felice-Duro, mostrando que a filologia é ciência e disciplina dedicada a indagar e a definir uma cultura e uma civilização literária, antiga ou moderna, através do estudo dos textos literários e dos documentos de língua, reconstituindo-lhe a forma original e individualizando seus aspectos e suas características lingüísticas e culturais⁹.

Comenta, a seguir, que a definição mostra a dificuldade de sintetizar todos os aspectos de uma disciplina, eminentemente histórica, que recorre a vários procedimentos e metodologias, e que sempre foi aberta a toda a gama das línguas e literaturas. Dificuldade esta que corresponde a dificuldades operacionais, pois pode dizer-se que a filologia utiliza a lingüística para estudar os textos e a lingüística usa os textos para descrever a língua¹⁰.

⁶ Cf. E. AUERBACH, op. cit., loc. cit.

⁷ Cf. ERNST ROBERT CURTIUS. *Literatura européia e idade média latina*. Trad. de Teodoro Cabral, com a colab. de Paulo Rónai. Rio de Janeiro: INL, 1957. cap. 18, p. 412.

⁸ Cf. GIAN LUIGI BECCARIA (dir.). *Dizionario di linguistica e di filologia, metrica, retorica*. Reimp. Torino: Einaudi, 1996. s.v. *filologia*.

⁹ Cf. id., ibid.: “Scienza e disciplina intesa a indagare e definire una cultura e una civiltà letteraria, antica o moderna, attraverso lo studio dei testi letterari e dei documenti di lingua, ricostituendoli nella forma originale e individuandone gli aspetti e i caratteri linguistici e culturali.” Traduzindo: “Ciência e disciplina dedicada a indagar e a definir uma cultura e uma civilização literária, antiga ou moderna, através do estudo dos textos literários e dos documentos de língua, reconstituindo-lhe a forma original e individualizando seus aspectos e suas características lingüísticas e culturais”.

¹⁰ Cf. id., ibid.: “La definizione mostra la difficoltà di sintetizzare tutti gli aspetti di una disciplina, eminentemente storica, che ricorre a vari procedimenti e metodologie, e che è stata via estesa a tutta la

Nessa definição acha-se bem clara a dupla vertente metodológica da Filologia que se tentará exemplificar na seqüência dessa exposição, com exemplos da Filologia Românica. Nesse sentido entende-se como objeto da Filologia Românica o estudo, preponderantemente histórico e comparado, das línguas e literaturas românicas ou neolatinas¹¹.

O campo de abrangência do método filológico não se restringe, entretanto, à aplicação do método histórico comparativo, pois, como assinala Carlo Tagliavini, a descrição sincrônica de uma fala qualquer do domínio neolatino, ainda que sem perspectiva histórica, fará parte da lingüística românica, como toda monografia sobre um autor que escreveu em uma língua neolatina poderá entrar com direito na filologia românica; mas é, entretanto, indubitável que a filologia românica, especialmente pelas suas tradições, é uma disciplina que se baseia prevalentemente no método histórico-comparativo. Apenas... com a afirmação do estruturalismo, especialmente no campo lingüístico, se desenvolveu a pesquisa sincrônica e se deu uma importância, que de início era desconhecida, à análise de uma entidade lingüística estudada em si mesma como "sistema", fora de qualquer consideração diacrônica, isto é, histórica¹².

Mas, se a preocupação central da filologia são os textos literários, nenhuma pesquisa filológica pode prescindir do conhecimento lingüístico, — uma vez que o estudo das línguas e dos dialetos faça parte da lingüística e a filologia, no sentido próprio da palavra, incida sobretudo na análise dos textos literários, — nenhuma pesquisa filológica é possível sem sólidas bases lingüísticas; por outra parte os limites entre lingüística e filologia não são sempre bem nítidos¹³.

gamma delle lingue e letterature (...). Questa difficoltà, che corrisponde a difficoltà operative — si può dire che la [filologia] utilizza la linguistica per studiare i testi, e la linguistica usa i testi per descrivere la lingua — há portato il termine a restringere talora il suo significato (...). Traduzindo: "A definição mostra a dificuldade de sintetizar todos os aspectos de uma disciplina, eminentemente histórica, que recorre a vários procedimentos e metodologias, e que sempre foi aberta a toda a gama das línguas e literaturas (...). Esta dificuldade, que corresponde a dificuldades operacionais — se pode dizer que a [filologia] utiliza a lingüística para estudar os textos e a lingüística usa os textos para descrever a língua — levou o termo a restringir o seu significado (...)".

¹¹ Cf. Carlo TAGLIAVINI. *Le Origini delle lingue neolatine: introduzione alla filologia romanza*. 5. ed. ingt. riel. ed. agg. Bologna: Riccardo Patron, 1969. p. 1: "...lo studio, prevalentemente storico e comparato, delle lingue e letterature romanze o neolatine.". Traduzindo: "...o estudo, preponderantemente histórico e comparado, das línguas e literaturas românicas ou neolatinas."

¹² Cf. id., *ibid.*, p. 1, n. 1: "...la descrizione sincronica di una qualsia parlata del dominio neolatino, pur senza prospettive storiche, farà parte della linguistica romanza, come pure ogni monografia su un autore che ha scritto in una lingua neolatina potrà entrare a buon diritto nella filologia romanza; ma è altrettanto indubbio che la filologia romanza, specialmente per le sue tradizioni, è una disciplina che si basa prevalentemente sul metodo storico-comparativo. Solo... con l'affermazione dello strutturalismo, specialmente nel campo linguistico, si è sviluppata la ricerca sincronica e si è data un'importanza, che prima era sconosciuta, all'analisi di una entità linguistica studiata in sé stessa come "sistema", al di fuori di ogni considerazione diacronica e cioè storica.". Traduzindo: "...a descrição sincrônica de uma fala qualquer do domínio neolatino, ainda que sem perspectiva histórica, fará parte da lingüística românica, como toda monografia sobre um autor que escreveu em uma língua neolatina poderá entrar com direito na filologia românica; mas é, entretanto, indubitável que a filologia românica, especialmente pelas suas tradições, é uma disciplina que se baseia prevalentemente no método histórico-comparativo. Apenas... com a afirmação do estruturalismo, especialmente no campo lingüístico, se desenvolveu a pesquisa sincrônica e se deu uma importância, que de início era desconhecida, à análise de uma entidade lingüística estudada em si mesma como "sistema", fora de qualquer consideração diacrônica, isto é, histórica."

¹³ Cf. id., *ibid.*, p. 1-2: "Per quanto l'indagine delle lingue e dei dialetti faccia parte della linguistica e la filologia, nel senso proprio della parola, persegua piuttosto l'analisi dei testi letterari, nessuna ricerca

Claire Blanche-Benveniste assinala que quando o filólogo erra na transcrição, cria um fato lingüístico novo, que parece pertencer ao texto original do autor, mas na realidade se deve ao seu editor. Reforça, ainda, que é indispensável que o trabalho filológico seja acompanhado de uma tomada de consciência dos seus processos e das limitações que eles não permitem ultrapassar¹⁴. Realmente, não é possível distanciar-se daquilo que é o elemento fundamental do texto: a língua.

Um olhar dirigido ao passado faz reler o trabalho de Antoine Meillet, a sua aula magistral ao ingressar no Collège de France, em 1906, publicada com o título de *L'État actuel des études de linguistique générale* de uma atualidade de princípios a toda prova. Afirma Meillet que não existe uma só questão de que não se possa renovar o estudo com uma precisão nova à aplicação dos princípios, utilizando as descobertas dos filólogos e retomando o estudo do conjunto dos fatos relacionados ao assunto. Além disso, em lingüística, como em toda ciência, a solução de muitos problemas tem um grau de precisão maior na determinação dos fatos. Adverte ele, então, que as soluções que parecem definitivas tornam-se incertas quando se reflete sobre os dados em que elas se fundamentam. Por outro lado, cada precisão obtida levanta problemas novos¹⁵.

Um fenômeno lingüístico existe por muitos séculos e permanece completamente oculto, como lembra Ramón Menéndez Pidal¹⁶. A duração multissecular é testemunhada nos documentos muito tempo depois que a mudança tenha começado a se processar. O fato documentado em um texto corresponde, portanto, à confirmação da existência da variante, à cristalização da mudança.

De volta à definição de Carlo Tagliavini, note-se que esta se centra no fato de não opor *diacronia* e *sincronia* como objeto dos estudos de Filologia Românica. A essa conhecida e discutida dicotomia saussuriana deve ser acrescentada a perspectiva *histórica* coseriana¹⁷. Aqui, então, não é sem tempo, que se lembre o artigo de Kurt Baldinger *L'Objet de la linguistique: essai d'un modèle linguistique générale*¹⁸, onde, ao apresentar o seu modelo lingüístico tridimensional, centrado no *signema*, aí acrescenta os aspectos *histórico* e *ahistórico*.

filologica è possibile senza solide basi linguistiche; d'altra parte i confini fra linguistica e filologia non sono sempre ben netti.". Traduzindo: "Embora o estudo das línguas e dos dialetos faça parte da lingüística e a filologia, no sentido próprio da palavra, incida sobretudo na análise dos textos literários, nenhuma pesquisa filológica é possível sem sólidas bases lingüísticas; por outra parte os limites entre lingüística e filologia não são sempre bem nítidos."

¹⁴ Cf. id., *ibid.*

¹⁵ Cf. A. MEILLET. *L'État actuel des études de linguistiques générale*. In: id. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Honoré Champion, 1948. p. 4-5.

¹⁶ Cf. Ramón MENÉNDEZ PIDAL. Modo de obrar el sustrato lingüístico. *Revista de Filología Española*, Madrid, v. 34, n. 1-4, p. 1-8, ene.-dic. 1950.

¹⁷ Cf. Eugenio COSERIU. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística*. Trad. de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença/EDUSP, 1979; id. *Sincronía y diacronía*. In: id. *Introducción a la lingüística*. 2. ed. ver. Madrid: Gredos, 1986. p. 81-100.

¹⁸ Cf. Kurt BALDINGER. *L'Objet de la linguistique: essai d'un modèle linguistique générale*. *Travaux de Linguistique et de Littérature*, Strasbourg, v. 15, n. 1, p. 379-83, 1977.

Tant en synchronie qu'en diachronie il faut distinguer entre l'aspect *ahistorique* (sans insertion des sujets parlants dans une situation historique concrète) et l'aspect *historique* (avec leur insertion dans une situation historique concrète), de sorte que quatre combinaisons sont possibles: recherche *synchronique-ahistorique* (p. ex. Martinet, "La description phonologique d'Hauteville", 1956), *synchronique-historique* (p. ex. André de Vincenz, "Disparition et survivances du Franco-Provençal, étudiées dans le lexique rural de La Combe de Lancey (Isère)", 1974), ou la plupart des études socio-linguistiques), *diachronique-ahistorique* (p. ex. les travaux de Georges Straka concernant la chronologie relative des changements phonétiques, p. ex. *RLR* 71, 1953, 247-307, ou *RliR* 20, 1956, 249-267) et *diachronique-historique* (p. ex. les travaux concernant les substrats et les superstrats).¹⁹

Em *Re-reading Saussure*, Paul Thibault²⁰ – com base sobretudo nos estudos sobre as fontes manuscritas do *Cours de linguistique générale* e na edição crítica do mesmo preparada por Rudolf Engler²¹ – lembra que a distinção saussuriana entre *lingüística sincrônica* e *lingüística diacrônica* introduz a problemática da natureza tempo-dependente ("time-dependent nature") do sistema lingüístico.

As combinações do modelo lingüístico proposto por Kurt Baldinger, *sincrônico-histórico*, *diacrônico-ahistórico* e *diacrônico-histórico*, implicam – como vimos – em análise de dados lingüísticos documentados em textos (orais ou escritos). A perspectiva *diacrônica-ahistórica* para a qual se oferece como exemplo os trabalhos de George Straka sobre a cronologia relativa não prescinde totalmente da documentação textual – que somente pode ser confiável se extraída de uma edição crítica com base em critérios fidedignos – como se depreende da afirmação:

V. Väänänen a démontré que la transformation de la durée latine en timbre était antérieure à la destruction de Pompéi...²²,

remetendo para o trabalho de V. Väänänen sobre as inscrições pompeianas²³.

Quanto à combinação *sincronia histórica*, apesar de os trabalhos de socio-lingüística terem como fonte os registros da linguagem oral, não se devem esquecer as análises da *língua popular escrita*, como é o caso, entre nós, por exemplo, do

¹⁹ Cf. id., *ibid.*, p. 380. Traduzindo: "Tanto em sincronia como em diacronia é necessário distinguir entre o aspecto *ahistórico* (sem inserção dos sujeitos falantes em uma situação histórica concreta) e o aspecto *histórico* (com sua inserção em uma situação histórica concreta), de maneira que quatro combinações são possíveis: pesquisa *sincrônica-ahistórica* (p. ex. Martinet, "La description phonologique d'Hauteville", 1956), *sincrônica-histórica* (p. ex. André de Vincenz, "Disparition et survivances du Franco-Provençal, étudiées dans le lexique rural de La Combe de Lancey (Isère)", 1974), ou a maior parte dos estudos sociolingüísticos), *diacrônica-ahistórica* (p. ex. os trabalhos de Georges Straka no que concerne à cronologia relativa das mudanças fonéticas, p. ex. *RLR* 71, 1953, 247-307, ou *RliR* 20, 1956, 249-267) e *diacrônica-histórica* (p. ex. os trabalhos relativos aos substratos e aos superstratos)".

²⁰ Cf. Paul J. THIBAUT. *Re-reading Saussure: the dynamics of signs in social life*. London: Routledge, 1996. Cap. 4, p. 80-110.

²¹ Cf. Ferdinand de SAUSSURE. *Cours de linguistique générale*. Weisbaden: Otto Harrassowitz, 1967. Ed. crítica de Rudolf Engler.

²² Cf. George STRAKA. La Dislocation linguistique de la Romania et la formation des langues romanes à la lumière de la chronologie relative des changements phonétiques. In: id. *Les sons et les mots*, choix d'études de phonétique et de linguistique. Paris: C. Klincksieck, 1979. p. 193-211. Traduzindo: "V. Väänänen demonstrou que a transformação da duração latina em timbre era anterior à destruição de Pompéia...".

²³ Cf. Veikko VÄÄNÄNEN. *Le Latin vulgaire des inscriptions pompéiennes*. Nouv. ed. rev. et augm. Berlin: Akademie Verlag, 1959.

trabalho de Edith Pimentel Pinto, *O Português popular escrito*²⁴, de que foi embrião o capítulo *Uma língua comprometida* no livro *A Língua escrita no Brasil*²⁵. No primeiro constituíram fontes do estudo os "letreiros dos feirantes", os "letreiros das placas e tabuletas", os "impressos volantes" e "cartas". Procedeu-se, neste caso, à lição conservadora dos textos transcritos, uma vez que as transcrições dos textos devem ser fidedignas para que delas se possam extrair as informações necessárias.

No que tange à combinação *diacronia histórica*, é indubitável a importância do texto fidedigno para a análise pretendida. K. Baldinger cita os trabalhos a propósito dos substratos e dos superstratos. Nessa direção basta que se lembrem dois exemplos de Walther von Wartburg, em *La Fragmentation linguistique de la Romania*:

Au Nord comme au Sud du domaine basque, qui sépare les deux idiomes en question [espanhol e gascão], *h-* est attestée dès les premiers documents (ainsi en espagnol, dès le XI^e siècle, *hayuela*, dérivé de *fagea*).²⁶

De ces changements, les plus significatifs et les plus lourds de conséquences sont sans nul doute imputables au substrat celtique. L'un d'eux est directement attesté en gaulois. Il s'agit du passage de *ct* à *ch*. Des monnaies et inscriptions gauloises offrent des graphies telles que *Lucterios* à coté de *Luxterio*, *Pictilos* à coté de *Pixtilos*, *Rectugenus*, *Rextugenos*, et même *Reitugenus*.²⁷

Ao tratar da divisão da Galo-România, Walther von Wartburg faz a sua argumentação utilizando algumas formas lexicais que têm a sua origem assegurada a partir dos registros em documentos. Desse modo, conclui serem de origem burgunda o prov. *esturlenc*²⁸ e o prov. a. *adelenc*²⁹, ambos documentados na canção de gesta *Girart de Rossillon*³⁰. Dessa canção de gesta conhecem-se quatro versões: duas delas em uma língua mista (o manuscrito de Oxford e o fragmento de Nancy), uma em francês (o manuscrito de Londres) e outra em occitano (o manuscrito de Paris)³¹: é o caso de a edição de um texto trazer dados que podem comprovar um fato de língua.

²⁴ Cf. Edith PIMENTEL PINTO. *O Português popular escrito*. São Paulo: Contexto, 1990.

²⁵ Cf. id. *Uma língua comprometida*. In: id. *A Língua escrita no Brasil*. São Paulo: Ática, 1986.

²⁶ Cf. Walther von WARTBURG. *La Fragmentation linguistique de la Romania*. Trad. de l'all. par Jacques Allières et Georges Straka. Paris: C. Klincksieck, 1967. p. 16. Traduzindo: "Ao norte como ao sul do domínio basco, que separa os dois idiomas românicos em questão [espanhol e gascão], *h-* é atestado desde os primeiros documentos (assim, em espanhol, desde o século XI, *hayuela*, derivado de *fagea*)."

²⁷ Cf. id., *ibid.*, p. 36. Traduzindo: "Dessas mudanças, as mais significativas e as mais graves em conseqüências são sem sombra de dúvida imputáveis ao substrato céltico. Um deles está diretamente atestado em celta. Trata-se da passagem de *ct* a *ch*. Moedas e inscrições celtas mostram grafias como *Lucterios* ao lado de *Luxterios*, *Pictilos* ao lado de *Pixtilos*, *Rectugenus*, *Rextugenos*, e mesmo *Reitugenus*."

²⁸ Cf. id. *Französisches etymologisches Wörterbuch; eine darstellung des galloromanisches sprachschatzes*. Basel: Zbinden Druck und Verlag AG. v. 17, p. 237.

²⁹ Cf. id., *ibid.*, v. 1, p. 28.

³⁰ Cf. id. *La Fragmentation linguistique de la Romania*, p. 82.

³¹ Os manuscritos de Oxford, de Londres e de Paris possuem edições diplomáticas; existe uma edição crítica, com base no manuscrito de Oxford preparada por W. M. Hackett. Cf. Mary HACKETT, Geneviève BRUNEL-LOBRICHON. *Girart de Rossillon*. In: Robert BOSSUAT et al. *Le Moyen age*. Torino: Fayard, 1992. p. 547.

Mui claramente se expressa Ramón Menéndez Pidal, ao recomendar receio e reserva na utilização de fontes documentais, no começo da Parte I das *Orígenes del español*:

Viendo que los romanistas, desde un Amador de los Ríos hasta un Ernesto Monaci, al exponer el estado primitivo del idioma aducían sin recelo ni reserva documentos mal copiados en épocas tardías, sentí la necesidad de acudir exclusivamente a los pergaminos originales de los siglos X y XI, o rara vez utilizar también copias seguramente autorizadas.³²

Este cuidado o levou a preparar edições de textos autênticos:

Por esto creo necesario, en contraste con las copias antes en uso, anteponer a mi estudio la edición de algunos textos auténticos de capital interés: dos series de Glosas, una de ellas inédita, y varios documentos que sirvan de muestra y de base a mi trabajo.³³

Não nos esqueçamos de que não se poderia estudar a fase antiga de qualquer língua românica se não se dispusesse de edições críticas, ou, pelo menos, fidedignas. Lembrem-se, entre muitas outras: a dos poemas do trovador provençal Arnaut Daniel – o poeta do “trobar clus” – preparada por Gianluigi Toja³⁴, a das poesias do também trovador Peire Cardenal, feita por René Lavaud³⁵, ou, ainda, a das poesias de Peire Vidal, aos cuidados de D’Arco Silvio Avalle³⁶, para os textos em provençal antigo.

No domínio do francês antigo podem citar-se e apenas como exemplos: a edição de Samuel N. Rosenberg e Hans Tischler, das *Chansons des trouvères*³⁷; a de Jean-Marie Tritz do *Erec et Enide* de Chrétien de Troyes³⁸; a de Charles Méla do romance *Le Chevalier de la charrette ou Le Roman de Lancelot*, também de Chrétien de Troyes³⁹; a de Jean Dufournet, de *Aucassin et Nicolette*⁴⁰; a de Jean

³² Cf. Ramón MENÉNDEZ PIDAL. *Orígenes del español: estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6. ed. según la 3. muy corr. y adic. Madrid: Espasa-Calpe, 1968. p. 1. Traduzindo: “Vendo que os romanistas, desde um Amador de los Ríos até um Ernesto Monaci, ao exporem o estado primitivo do idioma traziam sem receio nem reserva documentos mal copiados em épocas tardias, senti a necessidade de recorrer exclusivamente aos pergaminhos originais dos séculos X e XI, ou raramente utilizar também cópias seguramente autorizadas.”

³³ Cf. id., *ibid.* Traduzindo: “Por isto creio necessário, em contraste com as cópias antes em uso, antepor a meu estudo a edição de alguns textos autênticos de capital interesse: duas séries de Glosas, uma delas inédita, e vários documentos que sirvam de amostra e de base a meu trabalho.”

³⁴ Cf. Arnaut DANIEL. *Canzoni*. Firenze: G. C. Sansoni, 1961. Ed. crítica, est. Introductivo, commento e trad. a cura di Gianluigi Toja. Pref. de G. Contini.

³⁵ Cf. René LAVAUD (edit.). *Poésies complètes du troubadour Peire Cardenal (1180-1278)*. Toulouse: Édouard Privat, 1957. Texte, trad., comment., analyse des travaux antérieures, lexique.

³⁶ Cf. Peire VIDAL. *Poesie*. Milano: Riccardo Ricciardi, 1960. 2v. Ed. crit. e commento a cura di D’Arco Silvio Avalle.

³⁷ Cf. CHANSONS DE TROUVÈRES; “chanter m’estuet”. Paris: Le Livre de Poche, 1995. Éd. crit. de 217 textes lyriques d’après les manuscrits, mélodies, trad., prés. et notes de Samuem N. Rosenberg e Hans Tischler. Colab. de Marie-Geneviève Grossel.

³⁸ Cf. Chrétien de TROYES. *Erec et Enide*. Paris: Le Livre de Poche, 1992. Éd. crit. d’après le ms. B.N. fr. 1376, trad., prés. et notes de Jean-Marie Tritz.

³⁹ Cf. Chrétien de TROYES. *Le Chevalier de la charrette ou le Roman de Lancelot*. Paris: Le Livre de Poche, 1992. Éd. crit. d’après tous les ms. existants, trad., prés. et notes de Charles Méla.

⁴⁰ Cf. AUCASSIN ET NICOLETTE; édition critique. Paris: Garnier-Flammarion, 1973. Chronologie, préf., bibliog., trad. et notes par Jean Dufournet.

Rychner dos *Lais de Marie de France*⁴¹; ou ainda a de Félix Lécroy, de *Le Roman de la Rose ou de Guillaume de Dole*, de Jean Renart⁴².

Da *Chanson de Roland* podem ser mencionadas, entre muitas outras, três edições: a clássica de Leon Gauthier (de 1872)⁴³; a mais estimada de todas elas que é a de Joseph Bédier (de 1922⁴⁴, em dois volumes, com um estudo do vocabulário preparado por Lucien Foulet); e a modelar edição de Cesare Segre (publicada pela Droz, em 1989)⁴⁵.

Para o estudo dos sistemas lingüísticos ibero-românicos na fase medieval basta que se enumerem, entre as muitas existentes: a excepcional edição do *Cantar de Mio Cid*, de Ramón Menéndez Pidal⁴⁶; a do *Libro de Buen Amor*, de Juan Ruiz, que foi preparada por Joan Corominas⁴⁷; a bem cuidada edição da *Traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*, aos cuidados de Ramón Lorenzo, de que o segundo volume é um glossário⁴⁸; ou ainda as edições de José de Azevedo Ferreira da *Primeyra partida*⁴⁹ e do *Foro Real*⁵⁰, de Afonso X, sem falar naquele de Walter Mettmann das *Cantigas de Santa Maria*⁵¹.

Demonstrada a necessidade de textos fidedignos para a descrição dos fatos de língua e conhecida a exigência do conhecimento dos fatos de língua para uma boa edição de texto, vejamos alguns exemplos que mostram essa interface dos estudos filológicos.

2 Mudança Lingüística e Crítica Textual

No entanto, o objetivo desta conferência não é discutir a finalidade dos estudos filológicos, é mostrar como o estudo da mudança lingüística não pode ser dissociado da crítica textual.

Duas perspectivas podem ser consideradas nesse enfoque de interfaces entre o estudo da mudança lingüística e o objetivo da crítica textual. No primeiro, o da mudança lingüística, o texto é testemunho da língua:

⁴¹ Cf. Jean RYCHNER (edit.). *Les Lais de Marie de France*. Paris: Honoré Champion, 1978.

⁴² Cf. Jean RENART. *Le Roman de la Rose ou de Guillaume de Dole*. Paris: Honoré Champion, 1977. Éd. de Félix Lécroy.

⁴³ Cf. Léon GAUTHIER (edit.). *Chanson de Roland*. Tours: 1872.

⁴⁴ Cf. Joseph BÉDIER (edit.). *La Chanson de Roland*. 3. ed. Paris: L’Édition d’Art H. Piazza, 1937. [115. ed.].

⁴⁵ Cf. LA CHANSON DE ROLAND. Nouv. éd. rev., trad. de l’ital. par Madeleine Tyssens. Genève: Droz, 1989. 2v. Éd. critique de Cesare Segre. Introd., texte critique, var. de O. Index des noms propres.

⁴⁶ Cf. Ramón MENÉNDEZ PIDAL. *Cantar de Mio Cid*; texto, gramática y vocabulário. 3. ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1946-54. 3v.

⁴⁷ Cf. Juan RUIZ. *Libro de Buen Amor*. Madrid: Gredos, 1967. Ed. crítica de Joan Corominas.

⁴⁸ Cf. Ramón LORENZO (edit.). *La Traducción gallega de la Crónica General y de la Crónica de Castilla*. Orense: Inst. de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”, 1995. 2v. Ed. crit. anot., con introd., índice onomástico e glossario.

⁴⁹ Cf. ALPHONSE X. *Primeyra partida*; édition et étude. Braga: Inst. Nac. de Invest. Cient., 1980. Éd. de José de Azevedo Ferreira.

⁵⁰ Cf. AFONSO X. *Foro Real*. Lisboa: Inst. Nac. de Invest. Cient., 1987. 2v. Ed. de José de Azevedo Ferreira.

⁵¹ AFONSO X, O SÁBIO. *Cantigas de Santa Maria*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1959-1972. 4v. Edit. por Walter Mettmann. [v. 1, 1959; v. 2, 1961; v. 3, 1964; v. 4, 1972].

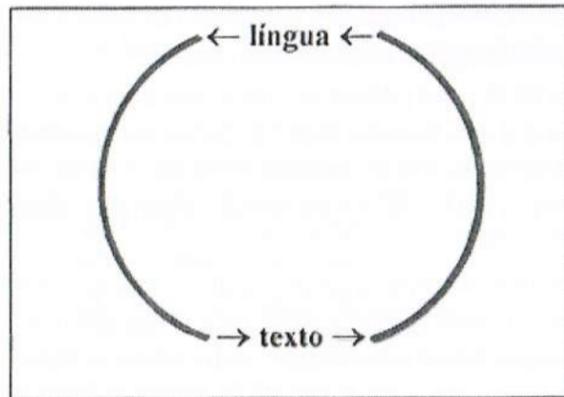


Fig. 1 – o texto é testemunho da língua

Na segunda, a da crítica textual, a língua é apenas um dos elementos do texto, embora o mais importante deles, pois o texto é estruturado pelas possibilidades de uso da língua:

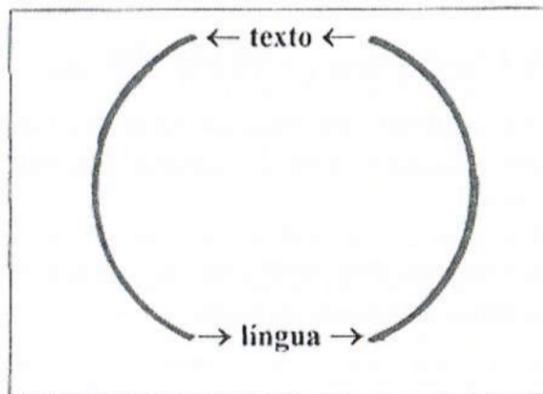


Fig. 2 – o texto é estruturado pelas possibilidades de uso da língua

Retorne-se às etapas assinaladas por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, destacando-se apenas duas delas: a primeira, *o estudo da língua*, e a oitava, *a restituição do "texto do autor"*.

2.1 O Estudo da língua

Que a existência de edições críticas só pode beneficiar os estudos linguísticos é notório mesmo no que tange à historiografia linguística. É inegável, *verbi gratia*, a contribuição que para os estudos da língua latina trouxe, entre outras, a clássica edição teubneriana da *Gramática de Varrão*, preparada por Georgius Goetz e Fridericus Schoell⁵².

Nessa direção dos estudos linguísticos, no campo da historiografia, mas ligados à compreensão da variação e da mudança linguística durante a idade média, merecem destaque os trabalhos de Hans-Josef Niederehe⁵³ e de Ileana Pagani⁵⁴, respectivamente, sobre a concepção linguística de Afonso X, o Sábio, e de Dante Alighieri.

Hans-Josef Niederehe preparou um estudo linguístico historiográfico a partir das obras de Afonso X, a *Primeira Crónica General* (edição de Ramón Menéndez Pidal), a *General estória* (edição de Antonio García Solalinde), o *Setenario* (edição de Kenneth Vanderford) e as *Siete Partidas*. O Rei Sábio, com base na teoria agustiniana, no *Setenario*, define *gramática*:

[la] gramática ... faze se con ssiete cosa
 con vo- con con con sil- con con con
 luntad boz letra laua parte dicho rrazón
 Ca la uoluntad enbia la boz; e la boz enbia la letra; la letra, la ssilaba; et la ssilaba, la parte; e la parte, el dicho; e al dicho, la rrazón. Et assi ssalen vnas de otras e se ayudan.⁵⁵

O objeto de estudo "o homem falante" tem a mesma concepção em D. Afonso e em Dante Alighieri. A noção de variação e mudança assinalada por D. Afonso na *General estória*, diz Hans-Josef Niederehe, vem como resumida no *De vulgari eloquentia* de Dante Alighieri, e cita trecho do Livro I:

Hec omnes differentie atque sermonum varietates quid accidant, una eademque ratione patebit.
 Dicimus ergo quod nullus effectus superat suam causam, in quantum effectus est, quia nil potest efficere quod non est. Cum igitur omnis nostra loquela – preter illam homini primo concreatam a Deo – sit a nostro beneplacito reparata post confusionem illam que nil aliud fuit quam prioris oblivio, et homo sit instabilissimum atque variabilissimum animal, nec durabilis nec continua esse potest, sed sicut alia que nostra sunt,⁵⁶ puta mores et habitus, per locorum temporumque distantias variari oportet.

⁵² Cf. Georgius GOETZ, Fridericus SCHOELL (edit.). *M. Terenti Varronis, De lingua latina, accedunt grammaticorum Varronis librorum fragmenta*. Lipsiae: B. G. Teubneri, 1910.

⁵³ Cf. Hans-J. NIEDEREHE. *Alfonso X el Sabio y la Linguística de su tiempo*. Trad. de Carlos Melches. Madrid: Sociedad General Española de Librería, 1987.

⁵⁴ Cf. Ileana PAGANI. *La Teoria linguística de Dante. "De Vulgari Eloquentia": discussione, scelte, proposte*. Rist. Napoli: Liguori, 1988.

⁵⁵ Cf. Hans-J. NIEDEREHE, op. cit., p. 54.

⁵⁶ Cf. Dante ALIGHIERI. *De vulgari eloquentia*. Milano: Garzanti, 1991. I, IX, 5-6, p. 22. Traduzindo: "Porque existem todas estas diferenças e variações de linguagem será explicado por uma só e única razão."

Por outro lado, Dante Alighieri, *Convivio*, desenvolve, também, idéias a propósito da mudança lingüística. Ileana Pagani, ao apresentar o seu trabalho, fala nas edições críticas que lhe serviram de base para a análise: aquelas do *De vulgari eloquentia*, de Pier Vincenzo Mengaldo, de 1979, e a anterior, de Atristide Marigo, datada de 1938. Para o *Convivio*, usou a edição de G. Busnelli e G. Vandelli, datada de 1937 (da qual a segunda edição é de 1953).

Em relação ao estudo das mudanças lingüísticas, dois fatos da história da língua francesa – a forma *pucelle* da *Séquence de Sainte Eulalie* (v. 1: “Buona pucella fut Eulalia”) e o sintagma *pleine⁵⁷ sa hanste*, que aparece oito vezes na *Chanson de Roland*⁵⁸, – foram, por exemplo, objetos de discussão em dois artigos, respectivamente, *The “pucelle” is not for burning* (de Eleanor Webster Bulatkin⁵⁹) e *“Plene as hanste” in the “Chanson de Roland”* (de Julian Harris⁶⁰). Por outro lado, três problemas de sintaxe do provençal antigo são examinados em um artigo de Kurt Lewent, *Three little problems of Old Provençal syntax*⁶¹: 1) a omissão do pronome relativo, 2) as orações relativas, 3) a regência da preposição *de*.

Outro exemplo muito sugestivo é a série de artigos de Arrigo Castellani a propósito da língua dos *Serments de Strasbourg*⁶². De início, Arrigo Castellani acredita que a língua dos *Serments* é da região do aquitano do Norte. Em 1967, afirma que a língua dos *Serments* deveria ser o tipo lingüístico empregado pelo contingente de soldados mais importante, tipo lingüístico que coincidiria com aquele da principal cidade do domínio de Carlos, o Calvo, o que faria com que as tropas franco-provençais do exército pudessem compreender o juramento⁶³. No terceiro artigo, analisando cada uma das observações feitas por Hilty em *Les Origines de la langue littéraire française*, demonstra em que pontos a crítica de Hilty não se justifica.

/ Digamos, entretanto, que nenhum efeito, enquanto efeito, pode superar a própria causa, porque nada pode produzir o que já não existe. Uma vez que, então, cada língua nossa – exceto aquela criada por Deus junto com o primeiro homem – tem sido reconstruída a nosso arbítrio depois daquela confusão bíblica, que outra coisa não foi senão o esquecimento da língua precedente; e uma vez que o homem é um instabilíssimo e mutabilíssimo animal, a sua língua não pode ser duradoura nem contínua, mas, como todas as coisas, como por exemplo os usos e costumes, acaba por mudar no tempo e no espaço.”

⁵⁷ O dicionário de F. GODEFROY, no verbete *plein*, registra: *pleine sa hanste e pleine sa lance*. Cf. F. GODEFROY. *Dictionnaire de l'ancienne langue française et de tous ses dialectes du IX^e au XV^e siècle...* Paris: Lib. des Sciences et des Arts, 1938. s. v.

⁵⁸ A saber, nos versos 1204, 1229, 1250, 1273, 1287, 1295, 1498 e 1534. Cf. Joseph BÉDIER (edit.). *La Chanson de Roland*, ed. cit.

⁵⁹ Cf. Eleanor Webster BULATKIN. *The pucelle is nor for burning*. In: Urban T. HOLMES, Kenneth R. SCHOLBERG (edit.). *French and provençal lexicography*. Ohio: Ohio State Univ. Press, 1964.

⁶⁰ Cf. Julian HARRIS. *Pleine sa hanste in the Chanson de Roland*. In: Urban T. HOLMES, Kenneth R. SCHOLBERG (edit.). *French and provençal lexicography*. Ohio: Ohio State Univ. Press, 1964. p. 100-17.

⁶¹ Cf. Kurt LEWENT. *Three little problems of old Provençal syntax*. In: Urban T. HOLMES, Kenneth R. SCHOLBERG (edit.). *French and provençal lexicography*. Ohio: Ohio State Univ. Press, 1964. p. 164-82.

⁶² Cf. Arrigo CASTELLANI. *Le Problème des Serments de Strasbourg*. In: CONGRESSO INTERNAZIONALE DI STUDI ROMANZI, 8; atti. Firenze, 1959. p. 103-25; id., *L'Ancien poitevin et le problème linguistique des Serments de Strasbourg*. In: Georges STRAKA (edit.). *Les Dialectes de France au moyen age et aujourd'hui: domaines d'oïl et domaine franco-provençal*. Paris: Klincksieck, 1972. p. 386-412. Colloque organisé par le Centre de Philologie et de Littérature Romanes de l'Université des Sciences Humaines de Strasbourg; id. *Nouvelles remarques au sujet de la langue des Serments de Strasbourg*. *Travaux de Linguistique et de Littérature Romanes*, Strasbourg, v. 15, n. 1, p. 60-73, 1978.

⁶³ Cf. A. CASTELLANI. *L'Ancien poitevin et le problème linguistique des Serments de Strasbourg...*, p. 411.

Na demonstração de como o estudo da língua não pode prescindir de uma boa edição crítica, a escolha, evidentemente, só poderia recair em um dos trabalhos de Nilton Vasco da Gama. Em um estudo sobre a prosa em provençal antigo, analisando o texto de *La vida d'En Riambaut de Vaqueyras*, Nilton Vasco da Gama interroga se na construção *si fo* o *si* era um dativo ético, como o classificava, entre outros, O. Schultz-Gora, no *Altprovenzalisches elementarbuch*⁶⁴. Em 1969 volta ele a tratar do problema em *Si (<SĪC) e ni (NĒC) na prosa do antigo provençal*⁶⁵, continuando a discutir o problema na busca de uma explicação funcional. Volta ao tema na sua tese de livre docência, *A Polisssemia e a polifuncionalidade do fr. si: tentativa de explicação inter-românica*⁶⁶. Na *Introdução*, Nilton Vasco da Gama adverte:

O romanista que se propusesse estudar o antigo provençal, – abstraindo do que dizia F. Diez em 1836, – ao observar a freqüência do uso de *si* nas *Vidas* e *Razos*, introduzindo um verbo depois do sujeito, como no exemplo “[R]iambaut de Vaqueyras *si fo* fils d'un paubre cavaliers de Proensa...” (R. V., VI.), poderia ser levado a admitir esse uso como uma característica apenas da prosa occitana.⁶⁷

No terceiro capítulo, *O si modificador em romance*⁶⁸, afirma Nilton Vasco da Gama que o *si* com o sentido de ‘assim’ se acha documentado na maioria das línguas românicas⁶⁹, dando exemplos da *Demanda do Santo Graal* e do *Cancio-neiro da Ajuda* para o português antigo:

si farei, disse Persival (*Dem.*, 88d)
bem no deviades a conhecer; *si* faço, disse êle (*Dem.*, 125c)
per Santa Maria, *si* faredes (*Dem.*, 187c)
Joan Coelho sabe que é' ssi (*CA*, 2171).⁷⁰

Para ilustrar a sua argumentação, Nilton Vasco da Gama fez uso de duas edições críticas, a de *A Demanda do Santo Graal* do Padre Augusto Magne⁷¹ –

⁶⁴ Cf. O. SCHULTZ-GORA. *Altprovenzalisches elementarbuch*. 5. unveränderte Auflage. Heidelberg: Carl Winter, 1936. p. 125: “Sehr beliebt ist der Dativus ethicus im Provenzalischen: peire Cardinal si fo de Velhac etc.”. Traduzindo: “Muito comum é o Dativo ético em provençal: Peire Cardinal si fo de Velhac etc.”.

⁶⁵ Cf. Nilton Vasco da GAMA. *Si (<SĪC) e ni (NĒC) na prosa do antigo provençal*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALFAL, 2. São Paulo, 3-5 jan. 1969.

⁶⁶ Cf. Nilton Vasco da GAMA. *A Polisssemia e a polifuncionalidade do fr. si: tentativa de explicação inter-românica*. Florianópolis: UFSC, 1974. 200f. Um resumo dessa tese foi publicado como artigo: cf. id. *La Polysémie et la polyfonctionnalité du français si; essai d'explication inter-romane*. *Travaux de Linguistique et de Littérature*, Strasbourg, v. 17, n. 1, p. 27-85, 1979.

⁶⁷ Cf. id., *ibid.*, f. 2.

⁶⁸ Cf. id., *ibid.*, f. 29-50.

⁶⁹ Cf. id., *ibid.*, f. 31.

⁷⁰ Cf. id., *ibid.*, f. 37-8.

⁷¹ Cf. Augusto MAGNE (edit.). *A Demanda do Santo Graal*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1944. 3 v. Hoje em dia existem duas outras edições, ambas mais criteriosas do que a de Augusto Magne, sendo a de Joseph-Maria Piel a que apresenta uma lição conservadora, mais adequada, portanto, do que a de Irene Freire Nunes. Cf. Joseph-Maria PIEL (edit.). *A Demanda do Santo Graal*. Lisboa: IN/CM, 1988. Concl. por Irene Freire Nunes. Introd. de Ivo Castro (de resto, a edição de Piel é anterior à de Augusto Magne); Irene Freire NUNES (edit.). *A Demanda do Santo Graal*. Lisboa: IN/CM, 1995.

a única de que se dispunha à época – e a do *Cancioneiro da Ajuda* de Carolina Michaëlis de Vasconcelos⁷². Vê-se, então, que para uma boa documentação dos fatos de língua é necessário dispor-se de bons textos, o que só se consegue utilizando-se uma edição crítica, que ofereça um texto próximo à realidade lingüística do seu tempo e do seu autor.

Conhecida essa função do *si*, não foi difícil, quando em 1988 ao analisarmos o texto da *Coleção de roteiros portugueses da Carreira da Índia*⁷³, identificamos a sua presença no discurso dos roteiros de navegação. O texto da *Coleção de roteiros* traz ainda uma forma *se* vestígio do antigo advérbio latino *SIC*, de valor dêitico, geralmente confundido com o pronome *se*. O dêitico *se* vem, na maioria das vezes, empregado junto ao verbo *correr*, de valor intransitivo, correspondendo ao latim EXCURRIT ‘estende-se’.

Trinta léguas do Cabo das Agulhas p̄ra Moçambique *se* corre a costa leste oeste. (L. 109-110)

Não <h>ajas medo de nenhũa cousa, q(ue) o vento *se* te ira à terra. (L. 276-378)

Esta terra *se* corre leste oeste e toma da quarta do noroeste e sueste, e <h>avera na r̄ta 15 léguas. (L. 581-583)

Remete-se, então, para esse uso do *se* para os trabalhos de Joseph Huber, o *Altportugiesisches elementarbuch*⁷⁴ (traduzida para o português com o título de *Gramática do português antigo*) e de Augusto Epiphânio da Silva Dias, a *Syntaxe historique portuguese*⁷⁵. O primeiro toma-o como subordinante condicional em orações onde falta a oração principal⁷⁶; mesma interpretação dada pelo segundo⁷⁷, que ainda lhe empresta aquela de “partícula interrogativa”⁷⁸.

A edição crítica dos roteiros de navegação⁷⁹ pôde beneficiar-se da constatação resultante do trabalho de Nilton Vasco da Gama, interpretando de modo mais adequado o *se* dêitico.

É a partir dos textos críticos que Jean Boutière, na segunda edição da *Biographies des troubadours*⁸⁰, pôde melhor determinar a data e a localização dos manuscritos das *vidas* e *razos*. Após a primeira edição da *Biographies des troubadours*⁸¹, veio à

⁷² Cf. Carolina Michaëlis de VASCONCELOS (edit.). *Cancioneiro da Ajuda*. Halle: Max Niemeyer, 1904. 2 v. Ed. crítica e comentada.

⁷³ Cf. Célia Marques TELLES (edit.). *Coleção de roteiros portugueses da “Carreira da Índia” no século XVI*; edição do manuscrito FP56 da BNP. São Paulo: USP, 1988. 3 v.

⁷⁴ Cf. Joseph HUBER. *Gramática do português antigo*. Trad. de Maria Manuella Gouveia Duarte. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1986. § 497, 2, p. 312.

⁷⁵ Cf. Augusto Epiphânio da Silva DIAS. *Syntaxe historique portuguese*. 4. ed. Lisboa: Clássica, 1959. § 267, b. 2), p. 199-200, § 355, 2), p. 263, § 481, 3) p. 335-6.

⁷⁶ Cf. Joseph HUBER, op. cit., § 497, 2, p. 312.

⁷⁷ Cf. Augusto Epiphânio da Silva Dias, op. cit., § 267, b. 2), p. 199-200.

⁷⁸ Id., ibid., § 355, 2), p. 263, § 481, 3) p. 335-6.

⁷⁹ Cf. Célia Marques TELLES (edit.), op. cit.

⁸⁰ Cf. Jean BOUTIÈRE, A. SCHUTZ (edit.). *Biographies des troubadours*; textes provençaux des XIII^e et XIV^e siècles. Paris: A.-G. Nizet, 1964. Avec la collab. de I. M. Cluzel. Ed. ref. augm. d’une trad. franc., d’un appendice, d’un lexique, d’un glossaire et d’un index des termes concernant le “trobar”.

⁸¹ Cf. id. (edit.). *Biographies des troubadours*; textes provençaux des XIII^e et XIV^e siècles. Paris: Marcel Didier, 1950. Avec une introd. et notes.

luz outra edição preparada por Guido Favati⁸² e que parecia não permitir mais nada fazer-se sobre esses textos. Em 1964, entretanto, é publicada uma nova edição das *Biographies des troubadours*. É exatamente nessa edição, em uma das partes que foram acrescentadas, que se tem um exemplo de como o estudo de um fato lingüístico pode determinar a datação e localização de textos. No item *VII De quelques problèmes encore sans solution – La 3^e. personne du sing. En –a des parfaits de la 1^e. conjugaison*⁸³, Jean Boutière, ao considerar o problema, diz que Guido Favati indaga se se trata de empréstimos ao francês ou de venetismos, dando apenas alguns exemplos⁸⁴. Segundo Jean Boutière, os textos das *vidas* e das *razos* que não trazem o perfeito em –a foram escritos sem dúvida no século XIII na região de Oc e na Itália e aí, em especial por Uc de Saint-Circ. Além disso, é a partir dessa variante que ele vai caracterizar a tradição dos manuscritos, opondo versões com –a a versões sem –a.

É também o exame dos fatos lingüísticos do texto da *Chanson de Sainte Foy*⁸⁵ que permite que se date o manuscrito e identifique a língua do mesmo. O poema de 593 versos – localizado por José Leite de Vasconcelos em Leiden – editado por E. Hoepffner e P. Alfaric, de acordo com os fatos de língua, pode ser datado da metade do século XII, tendo sido escrito em uma língua da região entre Narbona e os Pirineus.

Outro exemplo vem da experiência que vimos tendo no estudo da relação grafemático-fonética em textos quinhentistas portugueses não literários: aqueles dos roteiros de navegação.

A *scripta* desses textos é de caráter fonetizante, o que permite que se possam descrever fatos fonéticos passíveis de confrontação com as descrições do português quinhentista. Dois grupos de fenômenos podem ser exemplificados: as vogais nasais e as consoantes africadas.

AS VOGAIS NASAIS

O *Roteiro da navegação d’aqui p̄ra a Índia* atribuído a Diogo Afonso⁸⁶ (f^o 12v^o-13r^o) oferece bons exemplos desse comportamento para análise da língua do texto.

Saltam aos olhos exemplos para a grafia das vogais nasais:

⁸² Cf. Guido FAVATI (edit.). *Le Biografie trovadorichei*; testi provenzali dei secc. XIII e XIV. Bologna: Lib. Antiquaria Palmaverde, 1961. Ed. integrale.

⁸³ Cf. Jean BOUTIÈRE, A. SCHUTZ (edit.). *Biographies des troubadours...*, éd. ref., p. xxxix-xliv.

⁸⁴ Cf., id., ibid., p. xxxix.

⁸⁵ Cf. E. HOEPPFNER, P. ALFARIC (edit.). *La Chanson de Sainte Foy*. Paris: Belles Lettres, 1926. 2 v. Facsimilé du manuscrit et texte critique, introd. et comm. philologiques par Ernest Hoepffner.

⁸⁶ Cf. id. ibid., v. 1, f. 97-9.

Vogais	
V	
abatimẽto	12v ^o , L. 2-3
algũas	13r ^o , L. 4
cõ	12v ^o , L. 1, 3, 4, 12, 16; 13r ^o , L. 4, 11
Espãtes	13r ^o , L. 8-9
fazẽ	12v ^o , L. 5
huãs	12v ^o , L. 2, L. 13
hũ	12v ^o , L. 7; 13r ^o , L. 7
Jazẽ	12v ^o , L. 4
nenhũ	12v ^o , L. 3
paragẽ	12v ^o , L. 5; 13r ^o , L. 2
tromẽta	13r ^o , L. 10
Vm	
avante	13r ^o , L. 14
cimco	12v ^o , L. 12
coamdo	12v ^o , L. 10-11, 15
coamto	13r ^o , L. 9-10, 11
compridas	13r ^o , L. 5-6
deferemca	12v ^o , L. 4-5
Em	13r ^o , L. 7
emtão	12v ^o , L. 8
emtenais	12v ^o , L. 11
Esperamça	13r ^o , L. 1, 3-4, 6
Esperamça	13r ^o , L. 13
pimtadas	12v ^o , L. 15
portamto	13r ^o , L. 13
semdo	13r ^o , L. 1
simco	12v ^o , L. 11
tempos	13r ^o , L. 8
trombas	13r ^o , L. 5
vem	13r ^o , L. 12
Vemto	12v ^o , L. 2; 13r ^o , L. 12
Vn	
Esperança	13r ^o , L. 13
Vnh	
Cunha	12v ^o , L. 1
Junho	13r ^o , L. 2
ponhas	13r ^o , L. 14

Ditongos	
aRamcaõ	13r ^o , L. 11
emtaõ	12v ^o , L. 8
feiçaõ	12v ^o , L. 13-14
feijoẽs	12v ^o , L. 13
nordesteão	12v ^o , L. 6
saõ	12v ^o , L. 13; 13r ^o , L. 5
senão	13r ^o , L. 9
tristão	12v ^o , L. 6, 16; 13r ^o , L. 15

As vogais nasais são grafadas de quatro modos: **Ṽ**, **Vm**, **Vn** e **Vnh**; os ditongos trazem o til, na maioria das vezes sobre o segundo elemento do grupo vocálico.

A manutenção dessas grafias – quando muito a substituição de **m** ou de **n** segundo as normas da *Ortografia da língua portuguesa reduzida a arte e preceitos* de Duarte Nunes do Leão⁸⁷ –, consequência do conhecimento dos fatos de língua, tem como suporte a descrição da língua pelos ortógrafos quinhentistas.

Lê-se em Duarte Nunes do Leão:

N he letra semiuogal, a qual se pode ajuntar a todas as consoantes, tirando *b. m. p.* a que não⁸⁸ pode preceder, como acima temos dicto no precedente capitulo da letra *.M.*

Em *m* se pode acabar a sílaba, se a seguinte começar em *b, m, p*, como *ambos, exommentário, tempo...*⁸⁹;

Em *n* se pode acabar a sílaba, se a seguinte começar em *c, d, f, g, n, q, r, s, t* e em *j* e *v* consoante, como: *cancela, conde, inferir, manga, cana* (sic), *nunca, honra, conselho, tentar, conjurar, converter*. O que muito se deve encomendar à memória, por erros em que caímos, escrevendo *m* antes das ditas letras.⁹⁰

Fernão de Oliveira e João de Barros não se referem dessa forma ao uso do til. João de Barros afirma que o til substitui o **m** ou o **n**:

E muitas vezes o til ô escusa do seu trabalho quando é final de sílaba, como fáz ao *m.*⁹¹

Fernão de Oliveira é, como assinala E. Coseriu, o primeiro a descrever as vogais nasais do português, mas informa que o til

... não tẽ nome apropriado mais de q̃nto lhe o costume quis dar. E eu digo q̃ e neçsssareo todas as vezes q̃ depois de vogal em hũa mesma syllaba escreuemos *.m.* ou *.n.* e muito mais sobre os ditõgos.⁹²

⁸⁷ Cf. Duarte Nunes do LEÃO. *Orthographia da lingua portugueza*. In: id. *Origem e Orthographia da lingua portugueza...* Lisboa: Panorama, 1864. Preferiu-se fazer as citações segundo essa edição, evitando o texto mais modernizado oferecido por Leonor Carvalhão Buescu (Cf. Duarte Nunes do LEÃO. *Ortografia da língua portuguesa reduzida a arte e preceitos*. In: id. *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986).

⁸⁸ Cf. id., *ibid.*, p. 119.

⁸⁹ Cf. id., *ibid.*, p. 100.

⁹⁰ Cf. id., *ibid.*

⁹¹ Cf. João de BARROS. *Gramática da língua portuguesa*; cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha. Lisboa: Pub. da Fac. de Letras da Univ. de Lisboa, 1971. p. 384.

⁹² Cf. Fernão de OLIVEIRA. *A Gramática da linguagem portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1975. p. 37.

Por seu lado, João de Barros recomenda que diante de *p* e *b* se use *m*, não *n*:

Em algũas dições ...ante de si nam consente *n*, como *p* e *b* que é régra dos Latinos.

O conhecimento dessas regras quinhentistas é corroborado pela grafia dos textos, fato que se pode observar também nos manuscritos do *Livro de cozinha da Infanta D. Maria* ou do *Libro Vniversal de derrotas...* de Manoel Gaspar.

O exame da grafia das vogais nasais mostra a semelhança entre as *scripta* dos dois textos:

Vogais	
V	
bē	L. 499, 514, 520
Cō	L. 502, 510
emtēyros	L. 508
ē	L. 502, 520
ēburylhad(os)	L. 503
ētā	L. 498, 499, 512
ētam	L. 502
ētāo	L. 509
forē	L. 507
huā	L. 499
huuā	L. 498, 520
huū	L. 500, 502, 510
māteyga	L. 505
metelosēis	L. 509
pōto	L. 512
quebrē	L. 514
Vm	
dentro	L. 509
emtēyros	L. 508
Estemvida	L. 500
huum	L. 502
tendes	L. 510
Vnh	
farjnha	L. 519

Ditongos	
V	
ētā	L. 498, 499, 508, 512
ētam	L. 502
nā	L. 514
Se nā	L. 506
Vm	
ētam	L. 502
Nam	L. 505
Vo	
ētāo	L. 507
Sejāo	L. 506

⁹³ Cf. João de BARROS, op. cit., p. 383.

As vogais nasais são marcadas de três formas: **Ṽ**, **Vm** ou **Vnh**, também para o ditongo [ãw] encontram-se três grafias: **Ṽ**, **Vm** ou **Ṽo**. Esse fato, que mais uma vez comprova a descrição dos gramáticos quinhentistas, justifica a não utilização da leitura modernizada feita – ao lado da edição diplomática – por Giacinto Manupella⁹⁴; do mesmo modo recomenda a leitura diplomática de Antônio Gomes Filho⁹⁵.

Um texto do final do século XVI, o *Roteiro da carreya da India e dos Rum(os) a que se a de gouernar, E dos sinais que nesta Via se achão, com as deferenças da agulha Composto Por Vice)nte Ro(drigu)iz pilloto mór dela*, também um roteiro de navegação, mostra características muito semelhantes quanto à grafia das vogais:

Vogais	
V	
huã	86 v ^o , L. 1
Vm	
Argum	86 v ^o , L. 5
Caminho	86 v ^o , L. 22
camynho	86 v ^o , L. 8
Em	86 v ^o , L. 4
Vnh	
Caminho	86 v ^o , L. 22
camynho	86 v ^o , L. 8
Vn	
bon	86 v ^o , L. 6, 9, 14
branca	86 v ^o , L. 2
branco	86 v ^o , L. 5
Consente	86 v ^o , L. 15
Conuentyente	86 v ^o , L. 13
correntes	86 v ^o , L. 7
en	86 v ^o , L. 6, 20, 21
En	86 v ^o , L. 3
enmendar	86 v ^o , L. 16
hindo	86 v ^o , L. 11
onde	86 v ^o , L. 16, 22, 23
quando	86 v ^o , L. 13
tanto	86 v ^o , L. 17, 19
Ven	86 v ^o , L. 2
Vento	86 v ^o , L. 16
Ventos	86 v ^o , L. 12

⁹⁴ Cf. LIVRO DE COZINHA DA INFANTA D. MARIA. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. p. 58-9. Pref. leitura, notas aos textos, glossário e índices de Giacinto Manupella.

⁹⁵ Cf. UM TRATADO DA COZINHA PORTUGUESA DO SÉCULO XV. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. MEC, 1963. p. 53. Edição preparada por Antônio Gomes Filho.

Ditongos	
Õo	
acharãõ	86 v ^o , L. 11
ajudãõ	86 v ^o , L. 7
Começãõ	86 v ^o , L. 7
nãõ	86 v ^o , L. 11, 15, 19
tãõ	86 v ^o , L. 12
Vãõ	86 v ^o , L. 10

Esse texto mostra a mesma variação gráfica dos demais: **Õ**, **Vm**, **Vnh** e **Vn**, para as vogais e **Õo**, para o ditongo [ãw].

AS CONSOANTES AFRICADAS

Os gramáticos quinhentistas descrevem a realização das consoantes africadas. Para Fernão de Oliveira o ç “tê a mesma pnũçiação q .z. se não ã aperta mais a lingoa nos dẽtes.”⁹⁶ Duarte Nunes do Leão já não recomenda que se escreva ç diante das vogais palatais:

E para pronunciarmos, .a. o. u o junto ao .c. como, e. i. poemas-lhe hũa cifra, ou cercilho de baxo, que fica fazendo hũa specie de .z. & dizemos: çapato, çoçobrar, çurrador. A qual cifra não poeremos, quande [sic] depois do .c. segue .e. i. como fazem os idiotas. Porque o .c. junto as dictas letras, não pôde dar outro soido, segundo a pronunçiação destes tempos.⁹⁷

No que tange à consoante africada palatal, Fernão de Oliveira e Duarte Nunes do Leão são os que fazem referência a essa realização:

Das cõsoãtes temos tres aspiradas para as ões posto que não temos proprias figuras mais que so aspiração cõ ellas mesturada: toda uia as vozes são bem assina-das per si e diferentes das outras não aspiradas são estas as letras .ch. lh. nh. ,⁹⁸

enquanto Duarte Nunes do Leão explica:

Outro officio tem o .c. emprestado, quando depois d'elle se segue .h. & lhe damos differente pronunçiação do .c. aspirado dos Gregos, como nestas dições, chamar, cheirar, chlar, chorar, chupar. A qual pronunçiação tam propria he da lingoa Hespanhol, que nem os Gregos, nem os Latinos, Hebreos, ou Arabes as tiverão: posto que os Italianos a pareção imitar na pronunçiação do seu .ce. ci. ...⁹⁹

Acrescentando, mais adiante:

Mas os Portugueses, por teermos pronunçiações proprias, & peculiares nossas, que os Latinos não tinhaõ, para que nos faltão as figuras, suprimolas

⁹⁶ Cf. Fernão de OLIVEIRA, op. cit., p. 36.

⁹⁷ Cf. Duarte Nunes do LEÃO, op. cit., p. 107.

⁹⁸ Cf. Fernão de OLIVEIRA, op. cit., p. 37.

⁹⁹ Cf. Duarte Nunes do LEÃO, op. cit., p. 108.

com a aspiração dizendo: *ch, lh, nh*. Porque sem aspiração não achamos letras que as formar: por teerem muito differente pronunçiação, da que dão as ditas letras, sendo tenues, & não aspiradas. De maneira que aspiramos o .l. & e o .n. o que nenhũas outras nações fazem, & aspiramos o .c. em os vocabulops peculiares, soando dicta letra aspirada de differente maneira, do que soa nos vocabulos Latinos, ou Gregos, que outro si se aspirão. Porque d'outra mancira soa o .c. em esta palavra, *tacha*, do que soa em a palavra, *mechanico*,¹⁰⁰

Quanto à grafia das africadas os três manuscritos mostram variações dignas de registro. O manuscrito do *Roteiro da navegação d'aqui p̄ra a India* atribuído a Diogo Afonso (f^o 12v^o-13r^o) mantém grafias diferenciadas para o [ts] e para o [t̃s]:

[ts]	
çimco	12v ^o , L. 12
deferemça	12v ^o , L. 4-5
esperança	13r ^o , L. 1, 3-4, 6, 13
feição	12v ^o , L. 13-14
sargaço	12v ^o , L. 15; 13r ^o , L. 4
[t̃s]	
açharas	12v ^o , L. 15; 13r ^o , L. 2-3, 7, 8
açhars	12v ^o , L. 11; 13r ^o , L. 14-15

Por outro lado a *scripta* do *Roteiro da carreya da India e dos Rum(os) a que se a de gouernar, E dos sinais que nesta Via se achão, com as deferenças da agulha Composto Por Vicẽte Ro(drigu)iz pilloto mór dela* apenas apresenta grafia diferenciada para o [ts]:

[ts]	
almacegada	86 v ^o , L. 2
cinq ^o	86 v ^o , L. 19
Começãõ	86 v ^o , L. 7
neçesairo	86 v ^o , L. 16
[t̃s]	
achara	86 v ^o , L. 1, 6
acharãõ	86 v ^o , L. 12
achase	86 v ^o , L. 3
chegada	86 v ^o , L. 5

Entretanto, no manuscrito do *Livro de cozinha da Infanta D. Maria*, não se registram quaisquer grafias diferenciadas para [t̃s], havendo alguns casos isolados de <ç> para [ts].

¹⁰⁰ Cf. Duarte Nunes do LEÃO, op. cit., p. 112.

[ts]	
acuquar	L. 511, 515
bacia	L. 500
cima	L. 516
llaços	L. 517
[t̃s]	
cheos	L. 511

Neste último caso um novo dado vai interferir nos resultados, lançando a hipótese de que o resultado é decorrente de registros de fala diferente. A história dos manuscritos (uma das etapas características da crítica textual) mostra que os textos dos roteiros são obra de mareantes que apenas sabem “ler, escrever e contar”. O texto do *Livro de cozinha da Infanta D. Maria* – manuscrito em letra gótica cursiva que pode ter sido escrito por, pelo menos, cinco copistas¹⁰¹ – é obra lavrada dentro da corte portuguesa, o que permite que se lhe atribua documentar uma variável lingüística mais tensa do que a utilizada pelos rústicos mareantes.

Essa variação social da língua é confirmada pela declaração de D. João de Castro no *Prólogo dos Roteiros de Lisboa a Goa*¹⁰²:

... o interesse desta escritura foy alumiar esta carreira aos simpliçes, e dar-lhes aviso e regras pera que maes seguramente a possão passar.

Verdadeiramente, S.^{or}, que muytas vezes me enuergonho comigo quando cuido na grandeza de seu estado e no baixo seruiço que lhe apresento com esta obra; a qual não digo eu ser capaz de se por em suas altas e reaes mãos, mas em outras algumas de marinheiros rusticos, como não somente carece e hé falta de feitos heroycos e hé falta de materias nobres e illustres, mas ainda de vocabulos conhecidos e termos husados antre cortesãos e gente polida; porque já maes se fez festa doutra dousa que de nomes de ventos e de fortunas e mudanças do mar, de alterações do ar, de apparencias do ceo, de caminhos e rodeos que faz a não, de aves marinhas e pouoco nobres, e isto ainda com ordem assaz comprida e embaraçada.

E pois os que escreuerão da imagem do mundo e historia da Vcosmographia, tratando de gentes, terras e mares, montes, rios, promontorios e cidades, espantados de se verem entrar em materia tão ardua e difficultosa, chamão muitas vezes as m usas em seu fauor, e não acabão de se desculpar, dizendo não auer nesta materia elloquencia nem graça alguma, com quanta maes rezão posso eu tomar todas estas saluas, mayormente sendo notorio que não escreuo este liuro pera se ler a damas e galantes, e se aproueitarem delle nas cortes e paços reaes, mas os de Leça e Matosinhos.

Do texto depreende-se que a língua dos roteiros de navegação representa uma das variações do português quinhentista, que não é aquele da corte portuguesa. Portanto: textos diferentes, formas de língua diferentes. Essa nova constatação

¹⁰¹ Cf. Nilton Vasco da GAMA, Célia Marques TELLES. *Uma Contribuição ao estudo do “Tratado de cozinha portuguesa” (ms. I-E-33 da B.N.N.)*. Salvador: DLR/IL/UFBA, 1973.

¹⁰² Cf. D. João de CASTRO. Prologo. In: id. Roteiro da viagem que Dom Jhoão de Castro fez a primeira vez que foy a India no anno de 1538. In: Armando CORTESÃO, Luís de ALBUQUERQUE (edit.). *Obras de D. João de Castro*. Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968. v. 1, p. 122.

imprime ao *Livro de cozinha da Infanta D. Maria* uma nova importância na documentação do português quinhentista. Até que ponto a não marcação das africadas documenta o estágio do processo de mudança lingüística? Acresce a isso o fato de a dêixis pessoal ser a da segunda pessoa do plural¹⁰³.

O exame que se tem feito do fenômeno, a partir da *scripta* dos roteiros de navegação, tem demonstrado que se nota uma coerência entre o uso de ç para indicar a realização africada e a sua documentação como fato de língua¹⁰⁴.

2.2 A Restituição do “texto do autor”

Quer se trate de *filologia do manuscrito ausente* ou *crítica textual tradicional* ou de *filologia do manuscrito presente* ou *crítica textual moderna*, o conhecimento da língua do texto é de suma importância para o editor¹⁰⁵.

Gianfranco Contini fala de três tipos de dados lingüísticos fundamentais para o editor de textos: aqueles ligados à rima, à métrica e ao ritmo¹⁰⁶; aqueles ligados às chamadas *lectiones difficiliores*¹⁰⁷, e, finalmente, as variantes¹⁰⁸. A variância da obra medieval leva Bernard Cerquiglini a considerar que cada manuscrito é um remanescente, isto é, uma versão¹⁰⁹.

Quanto ao texto fidedigno é necessário lembrar a advertência de Giuseppe Tavani:

La necesidad de proceder a la fijación del texto, no se manifiesta exclusivamente en el caso de las obras de los siglos pasados. Muchos de los factores que provocaban entonces alteraciones, modificaciones, degradaciones en la tradición, intervienen aún en la difusión de los productos literarios. Y mientras no se dispone de un texto fidedigno, todas las demás operaciones hermenéuticas y críticas están expuestas al riesgo de resultar arbitrarias, intempestivas e inseguras;

- arbitrarias, porque pueden resolverse en la elaboración, combinación e interpretación de datos textuales que poco (y a veces nada) tienen que ver con las intenciones del autor;

¹⁰³ Cf. Célia Marques TELLES. A Relação autor-destinatário no discurso dos roteiros de navegação. In: Dermeval da HORA (org.). *Simpósio Nacional de Estudos Lingüísticos e Literários (SNEL)*, 1; anais. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 377-85; id. (edit.). *Coleção de roteiros portugueses da “Carreira da Índia” no século XVI*, ed. cit., v. 2, f. 61-65. A propósito do uso dos pronomes veja-se: Luís F. L. CINTRA. *Sobre “formas de tratamento” na língua portuguesa; ensaios*. Lisboa: Horizonte, 1972. p. 16-7.

¹⁰⁴ Cf. Célia Marques TELLES. A propósito do valor grafemático-fonético dos textos de dois roteiros de navegação. In: Almir de Aquino CORREA (org.). *Temas e motivos na literatura portuguesa*. Londrina: EDUEL, 1997. p. 383-9; id. A Relação grafemático-fonética em roteiros do ms. 1507 da BNL. *Acta Universitatis Palackianae Olomucensis; Romanica*, Olomouc (rep. Tcheca), v. 71, n. 7, p. 169-84, 1998; id. A Língua portuguesa nos roteiros de navegação quinhentistas: a *scripta*. In: JORNADA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, 15. Recife, 1997; id. Um *Livro de rotear* quatrocentista. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 2. Porto Alegre, 1997; id. A Realidade grafemático-fonética nos roteiros de Diogo Afonso (século XVI). *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, v. 10, p. 115-33, dez. 1990.

¹⁰⁵ Cf. Ivo CASTRO, art. cit., p. 519-520; Nilton Vasco da GAMA et al. A Crítica textual moderna: novos rumos? In: Jacyra MOTA, Vera ROLLEMBERG (org.). *Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística*, 1; atas. Salvador: ABRALIN, 1996. v. 1, p. 453-7.

¹⁰⁶ Cf. Gianfranco CONTINI, *Breviario di ecdotica*. Milano: Giulio Einaudi, 1990. p. 130 et seq.

¹⁰⁷ Cf. id., *ibid.*, p. 165.

¹⁰⁸ Cf. id., *ibid.*, p. 166-73.

¹⁰⁹ Cf. Bernard CERQUIGLINI. *Éloge de la variante; histoire critique de la philologie*. Paris: Seuil, 1989. p. 111-2; id. La Paraphrase essentielle de la cultre scribale. *Cahiers de Linguistique Historique Médiévale*, Paris, n. 14-15, p. 13-4, 1989-1990.

- intempestivas, porque efectuadas antes de que se haya reconocido y delimitado cuáles fueron presumiblemente esas intenciones;
- inseguras, porque – hechas sobre datos textuales no confirmados o no confirmables – pueden a cada momento recibir desmentidas parciales o totales, revelarse desprovidas de justificaciones reales, y hasta descubrirse del todo falsas.¹¹⁰

Mas voltemos aos exemplos!

Uma comparação entre as duas versões da *Vida de Santo Aleixo*, contidas nos códices alcobacenses 36 e 266, mostra a importância do estudo das variantes textuais para a edição de um texto. A análise da *scripta* e dos fatos de língua dos dois manuscritos feita por J. Allen Jr.¹¹¹ leva-o a dizer que a versão do manuscrito C36 terá sido obra de um copista do norte, enquanto a do C266, do sul. Isto, especialmente, com base na ausência do *e* protético (característica do norte) e na alta frequência do *a* protético (fato que, segundo Leite de Vasconcelos, pertence ao dialeto do Alentejo).

C36		C266	
149rº 23	stablec(er)om	68rº 30	estabelleçerã
149vº 6	spicialmente		
149vº 6	sp(iri)tual	68vº 10	asp(ir)itual
149vº 14	sposa	68vº 26	esposa
149vº 15	sposa	68vº 26	esposa
149vº 24	sta	69rº 10	esta
150rº 3	smollas	69vº 2	esmolla

Dois outras características documentadas na *scripta* de C266 são também do Algarve: a ausência do ditongo em *me(i)o* e o uso do pronome *vos outros*.

C36	C266
	70vº 5-6 E disse aos moços seus qual de uos / outros auera cuidado deste home)
	71rº 9-11 Vijnde uos outros pera my que trabalhadés 2 soportades e caregos 2 Eu uos fartarey

¹¹⁰ Cf. Giuseppe TAVANI. Los Textos del siglo XX. In: LITTERATURE LATINO-AMERICAINE ET DES CARAÏBES DU XX SIÈCLE: THEORIE ET PRATIQUE DE L'EDITION CRITIQUE. Roma: Bulzoni, 1988. p. 53. Traduzindo: "A necessidade de proceder à fixação do texto não se manifesta exclusivamente no caso das obras dos séculos passados. Muitos dos fatores que provocavam, então, alterações, modificações, degradações na tradição intervêm ainda na difusão dos produtos literários. E enquanto não se dispõe de um texto fidedigno, todas as demais operações hermenêuticas e críticas estão expostas ao risco de resultarem arbitrárias, intempestivas e inseguras; arbitrárias, porque podem resolver-se na elaboração, combinação e interpretação de dados textuais que pouco (e às vezes nada) têm a ver com as intenções do autor; intempestivas, porque efetuadas antes de que se tenha reconhecido e delimitado quais foram presumivelmente essas intenções; inseguras, porque – feitas a partir de dados textuais não confirmados ou não confirmáveis – podem a cada momento receber desmentidos parciais ou totais, revelar-se desprovidas de justificações reais, e até descobrir-se totalmente falsas."

¹¹¹ Cf. Joseph ALLEN JR. (edit.). *Two old Portuguese versions of "The Life of Saint Alexis"*; codices alcobacenses 36 and 266. Urbana: The Univ. of Illinois Press, 1953. p. 5-6.

Três outros exemplos servem, ainda, para comprovar como o poder identificar-se um fato de língua no texto é decisivo na construção da *recensio* desse texto.

O primeiro deles é referente às duas versões existentes do manuscrito do Fonds Portugais 56 da Biblioteca Nacional de Paris. Caso singular em toda a literatura de viagens, esse texto é o único de que se possui uma cópia idêntica – ou quase. Luís Mendonça de Albuquerque, na sua edição de *O Livro de marinharia de Manuel Álvares*¹¹², afirma, a propósito do manuscrito do National Maritime Museum, e note-se que é a opinião de um não-especialista em ciência da linguagem:

Há razões para supormos ter esta cópia sido obra de um calígrafo francês não inteiramente à vontade na nossa língua, sendo até possível que ele fizesse expressamente para André Thevet. Realmente, a ortografia usada no manuscrito, sobretudo no que se refere a ditongos, sugere por vezes uma leitura do original com pronúncia francesa e uma subsequente transcrição sônica, acontecendo outras vezes, o que é ainda mais significativo, que as palavras foram mesmo traduzidas para a língua francesa. (...) ¹¹³

O segundo resulta da nossa própria experiência com a leitura de um manuscrito trilingüe: o ms. 1507 da Biblioteca Nacional de Lisboa. O códice, com 110 fólhos, contém dez roteiros e três instruções náuticas. Os roteiros e as instruções náuticas são escritos em espanhol ou em português em letra humanística cursiva: as anotações setecentistas se acham todas em língua portuguesa, além disso existem anotações em latim (60rº). A letra humanística cursiva parece pertencer a três copistas. O copista um teria escrito os roteiros da *Carreira das Índias de Castela* e teria também copiado o primeiro texto em língua portuguesa do códice¹¹⁴, uma instrução náutica. Ao segundo copista pertenceria a *scripta* dos roteiros em língua portuguesa: o da *Carreira da Angola*, os da *Carreira da Índia Oriental*, o da *Carreira do Brasil*. O último roteiro do códice, relativo à *Carreira do Rio da Prata*, parece ser de mão de um terceiro copista¹¹⁵.

Nesse manuscrito notam-se registros de formas que indicam a interferência de uma língua sobre a outra:

- no roteiro 6, *De Mostraçon e aParencia de algunas tierras y yslas deste Roteiro*: onde *De Mostraçon* parece ser *demonstração* em lugar de *demonstración*; e a forma portuguesa *Roteiro*
- no roteiro 9, *Roteiro da carreyra da India e dos Rum(os) que se a de gouernar E dos sinais que nesta viagem se achão, com as deferenças da agulha Composto Por Vicente Ro(dr)i(gue)z pilloto mór dela, fº 88vº. 23: "Veinte leguas do cabo das agulhas"*

¹¹² Cf. Luís Mendonça de ALBUQUERQUE. *O Livro de marinharia de Manuel Álvares*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1969. p. 10.

¹¹³ Cf. id., *ibid.*

¹¹⁴ Contido nos fólhos 80vº-81rº, *Demonstração Das tterras Do loanguo. Caminho de angola por onde eu pasey. De 12. Ate. 15. de jan(e)iro de 1591.*

¹¹⁵ Cf. Célia Marques TELLES. A Relação grafemático-fonética em roteiros do ms. 1507 da BNL. *Acta Universitatis Palackianae Olomucensis*; Olomouc (Rep. Tcheca), v. 71, n. 7, p. 169-70, 1998; id. A Edição de um manuscrito bilíngüe espanhol/português. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES DO MANUSCRITO E EDIÇÕES: GÊNESE E MEMÓRIA. São Paulo: APML/Annablume, 1994. p. 261-9.

Nesse caso, a descrição do códice tem facilitado a identificação dessas interferências na *scripta* do copista. Cabe, evidentemente, ao editor do texto estudar essas variantes, a fim de proceder ao estabelecimento crítico do texto, conservando todas as características da sua *scripta*.

O último exemplo, ligado à edição crítica de textos modernos, pode ser visto no tratamento que Célia Goulart de Freitas Tavares deu aos manuscritos de Arthur de Salles ao editar a prosa dispersa e inédita do poeta baiano¹¹⁶. Após reuni-los em sete grupos, conseguiu isolar uma série a que chamou “prováveis traduções”¹¹⁷, enfeixadas por ela em dois grupos *Alma lyrica dos povos* e *Canções históricas e políticas*, designações essas tiradas dos próprios documentos. Foi em um dos documentos que se encontrou a fonte mais segura de se tratar de uma tradução: as formas *neluca* e *coptiza* não estavam registradas em qualquer dicionário da língua portuguesa. As formas *coptiza* e *neluca* levaram a supor uma procedência romena, já que em romeno – e o texto fala no Cárpatos e no Danúbio – existem as formas *cupiza*(e *na(luca*(, derivando-se *cupiza*(de *cupa* ‘copo’ e *za*(, sufixo de diminutivo, tem-se a expressão para ‘copinho’; a forma *na(luca*(encontra-se registrada como substantivo feminino significando ‘aparição’, ‘fantasma’, ‘espectro’¹¹⁸. A outra forma documentada, *doina*, com o registro do seu significado, ‘Doina quer dizer ballada’¹¹⁹, foi a chave para seguir-se esse caminho na identificação da língua das formas registradas no texto. Isto para as formas provenientes da língua romena.

Em 1996 fizemos um estudo dessas “prováveis traduções” a partir dos fatos apontados no trabalho de Célia Tavares¹²⁰. Essas “prováveis traduções” são os documentos de notação 004:0081 a 004:0086 e o 004:0092 da Coleção Arthur de Salles no Acervo do Setor de Filologia Românica. Mostram eles indícios de uma interferência de um texto de partida em língua francesa e representariam a primeira etapa do processo tradutório de Arthur de Salles. Somente o conhecimento das duas línguas pode permitir que se chegue a essa afirmativa.

O levantamento dos excertos com vestígios da língua de partida evidenciam fatos que denunciam uma etapa inicial da tradução:

- a forma das palavras transpostas: *lacos / lacs, cellas / celles*
- a forma francesa transposta para o texto de chegada: *Elle, Ceylon, par, cell, Henri, depuis de*
- falsos amigos, descobertos ou não pelo autor: *soffreram* [riscado] *sentiram* [sobrescrito], *brilhantes* [riscado] *ardentes, fallecem* [no sentido de ‘enganar-se’]

¹¹⁶ Cf. Célia Goulart de Freitas TAVARES. *Alguns aspectos da prosa dispersa e inédita de Arthur de Salles*. Salvador: UFBA/PGL, 1986. Dissertação de Mestrado, orient. Por Nilton Vasco da Gama.

¹¹⁷ Cf. id., *ibid.*, f. 15-6.

¹¹⁸ Cf. id., *ibid.*

¹¹⁹ Cf. 004:0082, L. 1-2.

¹²⁰ Cf. Célia Marques TELLES. Arthur de Salles: rascunhos de traduções? In: SEMINÁRIO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE TRADUÇÃO, 4. Salvador, 1996.

- interferência morfossintática na transposição para o português: “concen[tr]ava as vistas para Napoleão”; “Sua trabalho”; “rica ceifa esta vez”; “A moça, a estas palavras, levantou”; “da Volga”; “sua andar”; “para substituir a essas”; “includos pela rainha Elisabeth aos malfeitores e bandidos, aos mendigos”; “beber de um pouco de”; “tem elle sorvido um golle”; *tinha devorado*”.

Nesse caso, o conhecimento da língua francesa e a possibilidade de identificarem-se formas da língua romena permitiram que não se considerasse o manuscrito como de um texto original elaborado pelo poeta Arthur de Salles, um testemunho do seu “fazer poético”, mas um manuscrito de fragmentos de traduções.

Conclusão

O processo que se acha na base da investigação filológica é o “fazer-se o texto”, isto é, o caminho percorrido entre a expressão do pensamento e o uso da língua, construindo o texto com o uso de uma “linguagem”.

A interface entre a mudança lingüística e a crítica textual, as duas vertentes da investigação filológica, pôde ser vista em duas perspectivas. Quer naquela da análise lingüística partindo de elementos documentados em textos, quer naquela de a edição crítica não prescindir de uma análise da língua do texto.

Se se tomar apenas um dos exemplos aduzidos – o relativo à análise de uma mudança lingüística, o *si* românico – verifica-se que a literatura específica não apresenta uma análise coerente do fato de uma língua documentado nos textos. Somente a partir de um exame inter-românico se pôde observar que se trata de uma função dêitica que veio a desaparecer no sistema lingüístico românico, quase sem deixar vestígio algum.

Ao concluir o seu trabalho, Nilton Vasco da Gama assinala que a explicação inter-românica da polissemia e da polifuncionalidade do *si* francês lhe permitiu comprovar que uma e outra representam diferentes estádios de um mesmo processo românico, cujos resultados, embora distintos, revelam evidente sistematicidade. Por outro lado, lembra, ainda, que a valorização de uma palavra funcional depende da sua combinatória sintática e de um isolamento maior ou menor das relações existentes entre as classes morfemáticas maiores e aquelas menores. Adverte, por fim, que a polissemia do *si* desenvolveu uma polifuncionalidade que implicava na coexistência de classes maiores e menores e que no francês antigo, para evitar a ambigüidade entre classes tão diferenciadas, houve uma redução funcional e uma monosssemização dos signemas polissêmicos¹²¹.

A edição crítica dos roteiros de navegação¹²² pôde beneficiar-se dessa constatação e ler, interpretando de modo mais adequado, o *se* dêitico.

Acreditamos ter podido demonstrar a inter-relação entre as duas vertentes da filologia: o estudo da mudança lingüística e a crítica textual.

¹²¹ Cf. Nilton Vasco da GAMA, *op. cit.*, f. 140.

¹²² Cf. Célia Marques TELLES (edit.), *op. cit.*

Camilo: desatino romântico e consciência crítica*

Cid Seixas

Universidade Federal da Bahia

A utopia de um olhar desarmado na leitura de *Amor de perdição*, de Camilo Castelo Branco, conduz o leitor crítico a trocar a primazia dos instrumentos de análise utilizados na contemporaneidade pelo exercício de trânsito entre a alteridade temporal e a realidade do texto. Alteridade buscada no ato de desvestir o olhar contemporâneo de seus conceitos e pressupostos em favor do vislumbre de olhos do tempo revisitado. A mais romântica das novelas camilianas é vista como antecipação realista, saltando do confronto ao ultrapasse. Metonímia, deslocamento e caricatura são recursos de uma construção fraturada pelo oscilar entre o rigor iluminista e a fluência da emotividade popular.

The utopia in reading Camilo Castelo Branco's *Amor de Perdição* from an unarmed theoretical point of view compels the reader to replace up-to-date analytical tools with an exercise that oscillates between temporal alteration and the text reality itself. Temporal otherness seen as a basic act in order to make revisited time glimpses surpass theoretical contemporary concepts and presuppositions. Camilo's most romantic novel is read as a realistic anticipation, operating on overtaking rather than confrontation. Metonymy, dislocation and caricature are the sources of this narrative, which sways from the enlightened rigour to the streams of popular emotion.

Resumo

Abstract

* A publicação da presente Conferência mantém a forma original do texto, elaborado com vistas à apresentação oral – à escuta por parte de alunos, professores e outros interessados. Daí a ausência de notas de pé de página destinadas à remissão de idéias a uma bibliografia que lhes dê suporte teórico. Quer por comodidade, quer para assegurar o registro de um momento, preferi não fazer qualquer tipo de alteração no texto, além do acréscimo de um resumo e um abstract solicitados pela editoria da revista Estudos.

A leitura aqui proposta da novela *Amor de perdição*, de Camilo Castelo Branco, tem o objetivo de compor um conjunto de observações e impressões do próprio leitor judicativo, partindo da utopia de um olhar desarmado, tanto de pressupostos teóricos quanto de análises que integram a fortuna crítica camiliana.

Mas um intento desta natureza é assombrado por vozes fantasmas que escapam dos intervalos da palavra, deixando entrever o lugar de onde se quer falar. Resta, porém, o intuito de chegar a um discurso ameno, uma conversa amistosa, onde os andaimes e instrumentos da construção são retirados em favor da fluência, ou do livre trânsito pelas vias do tema.

A formação clássica de Camilo, em oposição à atualidade romântica, deu lugar a uma inserção parcial e paradoxal do autor no quadro do romantismo; fazendo dele uma espécie de cultor da linguagem castiça deslocado no tempo. Por outro lado, a sua posição conservadora possibilitou, contraditoriamente, um avanço. Não se integrando de forma plena no Romantismo, Camilo pôde ir além dele, antecipando traços essenciais de uma nova apreensão do mundo e de uma percepção realista.

A caricatura, entendida como imagem metonímica, ou como hipóstase da parte para representar o todo, constitui um dos principais recursos empregados em *Amor de perdição*, o que aproxima este texto, tão representativamente ultra-romântico, de uma figura de construção essencial e característica do Realismo.

Homem do seu tempo, com todas as limitações de uma formação conservadora e tipicamente provinciana que diferencia Portugal de outros povos da Europa, Camilo abre uma fissura que atinge autor e narrador, possibilitando ao segundo ultrapassar os limites do primeiro e romper o pacto autobiográfico da obra.

Marcada por contradições permanentes, dividida entre a rigorosa arquitetura dos clássicos pós-renascentistas e a fluência espontânea da emotividade popular, a escrita de Camilo Castelo Branco estaria fadada à indiferença ou à rejeição por parte da crítica e do público, não fosse o homem e seu mundo interior também fraturados e repartidos por similares processos opositivos.

Portugal vivia o eterno saudosismo das glórias e conquistas do passado: se o presente, com seus hábitos e seus valores, conduzia à decadência, reviver valores e hábitos pretéritos encarnaria a redenção. O século XIX promove o aparecimento de um caleidoscópio de idéias que se sucedem ou substituem, sem que as anteriores tenham sido assimiladas e incorporadas ao patrimônio cultural da maioria dos leitores e dos intelectuais de província. Atualizando-se, mediante a troca de tradições – já sedimentadas e incorporadas pelo seu povo – por uma cultura de importação, a inteligência portuguesa bailava ao som de ritmos exóticos ou estrangeiros. Ainda bem o Romantismo não tinha sido aceito e compreendido por inteiro, o Realismo já trazia desvios e correções igualmente mal digeridos. O gosto burguês mistura o apego ao passado e o fascínio pela novidade, compondo uma canção dissonante de ritmo sincopado.

A mais popular expressão da narrativa romântica portuguesa – *Amor de perdição* – é, contraditoriamente, uma novela escrita por um autor que não pôde assimilar inteiramente o figurino romântico. Camilo teve sua formação básica limitada ao universo das pequenas vilas e aldeias do norte de Portugal, marcada portanto por uma identificação regionalista. O gosto literário responsável pela construção do perfil do futuro escritor estava distante das novidades dos grandes centros e mais identificado com os serões paroquiais da aldeia.

Anos depois, o próprio autor reconhece as limitações da formação aldeã e sugere que os caminhos da sua obra poderiam ter sido outros, se educado na atualizada efervescência dos grandes centros. É provável que sim; mas, em compensação, em lugar de um escritor dos mais frutíferos e tipicamente portugueses do século XIX, formar-se-ia mais um Castilho a traduzir os gestos de fora e mimetizar uma cultura de importação. Vê-se, portanto, que o traço considerado negativo é que vai possibilitar a construção de um caráter próprio, regional e nacional, ou de uma identificação portuguesa.

O olhar do outro

Sabemos que o espírito dedutivo e abrangente dos homens da província se opõe à verticalidade dos meios intelectuais dos grandes centros. A profundidade especializada dos raciocínios imanentes, que tanto seduz o cosmopolita, opõe-se à multiplicidade de abordagens, à polifonia de redes estendidas pelo pensamento da aldeia. O olhar que supõe desvendar os labirintos interiores do interlocutor diferencia o espírito iluminado pelos néons de Paris do olhar derramado por sobre as montanhas silvestres do norte.

Nos pequenos centros, a percepção do particular se daria a partir da compreensão do geral. Já nos grandes centros, a indução, o esgotar a compreensão do particular, revelaria o geral. O especialista hiperboliza o alcance da sua descoberta, proclamando suspeito tudo aquilo que ela não contempla. Enfim, o homem armado de instrumentos intelectivos repete as limitações do homem desarmado.

Convém observar que a valorização da indução e da especialização nos grandes centros intelectuais, em oposição ao pensamento dedutivo e generalista das comunidades menores, não é considerada uma diferença de lugar, pelos que adotam a primeira perspectiva, ou pelos que falam assentados no centro. A diferença é vista como uma carência do outro. Esta divergência do olhar leva o estrabismo do centro – cosmopolita – a diagnosticar a miopia do periférico, atavicamente regional; categorias já existentes no Portugal do século XIX através das dicotomias *burguês* versus *aldeão*, *cidade* versus *campo*.

Anos depois, um tradutor dos conceitos e intuições da modernidade brasileira constataria, entre irônico e melancólico, a incerta ambivalência de um sentimento:

– Quando estou no elevador, penso na roça; quando estou na roça, penso no elevador.

Se, por um lado, o meu discurso derrapa e resvala para um lugar-comum do discurso acadêmico, por outro lado, serve de hipótese e argumento contrários a uma das críticas que o século que finda impõe à narrativa de Camilo: a ausência de vida psíquica dos seus personagens.

Na modernidade, a exposição (quase ensaística) dos traços psíquicos de um personagem é valorizada pelos estudiosos que identificam ausência de densidade, ou de profundidade, nas narrativas que se inscrevem como novelas de aventuras. Destinadas a “recrear a imaginação”, conforme o dizer pitoresco de Jacinto do Prado Coelho, no ensaio clássico *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana* (Coimbra, 1946). O ritmo de aventuras de uma narrativa como esta não comporta a lentidão meditada dos grandes perfis psicológicos; a ação central, a *trama*, rouba lugar à descrição ou ao desenvolvimento de ações subsidiárias, ou *motivos*, destinadas a compor o perfil dos personagens. Todo o ritmo da narrativa, folhetinesca e de apelo às massas, está regido pelo desenlace de acontecimentos prodigiosos ou estupefantes.

A vida psíquica dos personagens de *Amor de perdição* é entrevista, ou espreitada pelo leitor, nos intervalos entre uma façanha do herói romântico e uma conspiração das convenções sociais contra as reinações do pequeno arqueiro de setas envenenadas de desejo e felicidade.

Ora, visto por este viés, o vício mais corrente da obra de Camilo seria uma virtude, não um defeito. Em lugar de entregar ao leitor o roteiro psíquico completo dos seus personagens, pronto para o consumo, Camilo desvenda aos olhos já encharcados de fantasia uma tela onde pinceladas marcantes permitem vislumbrar despidoras veredas de almas sofridas e dramas sentimentais.

Um empolgado iniciante nas trilhas do psicologismo não resistiria à tentação de transformar o perfil dos personagens – que, por acaso, viesse a compor – num tratado minucioso de caracteres psíquicos. Mas um autor profissional de romances de aventuras amorosas deixa este exercício para o deleite do leitor. É como se o autor ministrasse a quem lê um dever de casa: completar os vazios do discurso, seguindo o curso da narrativa.

Um aprendiz de escritor faria da narrativa um tartamudeante tratado psicológico. Mas um escritor profissional de folhetins sentimentais, um veterano da fantasia, solta as rédeas do corcel de fogo; a adejar pelas folhas ruidosas de sons aprisionados. Um narrador de folhetins não quer expor idéias, cartesianamente, quer arremessar dardos – dados a serem processados pelo leitor na recepção dos personagens.

Memória e ficção

Lembre-se que estes homens e mulheres de papel e tinta que dão vida à obra de Camilo são também homens e mulheres de carne e sangue. Difícil saber onde começa a ficção e onde a realidade depõe a sua verdade. O autor desloca, metonimicamente, os fatos da própria vida e de vidas reais outras, reunindo tudo isto num novo tecido: o texto narrativo.

Cenas de morte, amores trágicos e outros ingredientes dos futuros *thrillers* de consumo animam a escrita de Camilo, desde as primeiras obras, projetando uma ponte entre os fatos da vida real e as peripécias da obra de ficção. Em 1850, publica-se “O Esqueleto”, cuja história guarda algumas semelhanças com um fato que teria acontecido com o autor. Segundo depoimentos recolhidos pelos biógrafos, o jovem Camilo Castelo Branco guardava uma caixa com um esqueleto sob a cama do seu tio, o padre Antonio, estranho espólio que foi descoberto quando um cachorro teria saído de debaixo da cama com um fêmur entre os dentes.

Curiosamente, mesmo alguns fatos apontados como reais, na vida do autor, são tão insólitos e próximos do inacreditável quanto suas histórias de aventuras. Daí a dificuldade de estabelecer ou demarcar o início das fronteiras da realidade e da memória com as fronteiras da ficção.

Na novela *Amor de perdição*, escolhida como objeto desta análise, o processo de deslocamento contempla não apenas os fatos da vida real, levados para a vida ficcional, mas também os fatos do mundo romanescos. Fragmentos de personagens reais encarnam em personagens literários; e fragmentos de personagens ficcionais podem se desprender do seu corpo para compor outros personagens, em função da estratégia da trama.

Apesar de todo o complexo mecanismo destinado a dar vida às marionetes de papel, elas saltam de dentro da folha, arrebatam os cordões que dirigem seus movimentos e caem na estrada da vida, vivendo aventuras e desventuras talhadas ao gosto do público leitor.

Camilo foi o primeiro escritor português a viver da sua pena. Dos seus males. E também do seu ofício. O romantismo, enquanto ideal estético dos pensadores da literatura, não vai encontrar uma vitrine bem montada na obra camiliana. O ranço conservador comum aos homens, um pouco às mulheres; enfim, marca da vida social, está mesclado à rebeldia romântica da escrita camiliana.

O cultor da língua, das sentenças vernáculas bem construídas, a exemplo dos clássicos canônicos, estaria mais próximo do narrador setecentista e mais distante da revolucionária arte romântica do século dezenove. No entanto, contrário à lógica, Camilo, o romântico tardio, o ultra-romântico, contemporâneo do realismo europeu, associou a espontaneidade da fala coloquial ao cultivo das formas castiças. Neste aspecto, como em alguns outros, Camilo foi um romântico-realista. Deslavadamente romântico, despididamente sentimental, emotivo, passional. Contudo, um romântico-realista; assim como Balzac.

É curioso como, em literatura, algumas formas de conservadorismo, de impermeabilidade ao novo-imediato, podem resultar em avanços, em identificação com o novo-posterior. É o que se passa. Como bom português, o autor das *Novelas do Minho* sempre teve dificuldade de assimilar o desconhecido: aquilo que ameaça a sua perda de identidade aldeã.

A contraditória tecelagem de linguagens, princípios e valores antigos com as novas e sedutoras propostas do século XIX se, por um lado, afasta Camilo de uma adesão integral ao figurino romântico, por outro lado, permite um relativo distanciamento do romantismo mais ortodoxo e a conseqüente concepção de traços fundadores de um realismo.

Portugal é um país europeu que fica fora da Europa, com os olhos cheios d'água, voltado para o mar português. O romantismo começa em Portugal imitando os modelos estrangeiros – da Inglaterra, da França – mas maldizendo a moda romântica. Convém lembrar que a censura del-Rei D. José I, ou melhor, de Sebastião José, o Marquês de Pombal, restringia as leituras e filtrava o pensamento europeu pelas penas das asas pombalinas. O todo-poderoso Marquês caiu, com a subida de Dona Maria (entronizada no Brasil como a Louca), mas os princípios pombalinos se fortaleceram proporcionalmente ao declínio das condições de vida no reino português. A autocensura dos “cérebros pensantes” da nação (danação, se o cacófato por todos repetido for ato falho) se manifesta na dificuldade do romantismo penetrar em Portugal, cheio de pundonores.

Jacinto do Prado Coelho diz que, no início do século XIX, as novelas francesas eram consideradas “estímulos de corrupção e rebeldia”. Recomendava-se combater as paixões como forma de evitar os doidos desatinos que rondam o coração humano.

Pensadores e escritores hoje clássicos, como Rousseau e Voltaire, eram vistos com assustada desconfiança. Numa carta de Herculano a Garret, expoentes franceses como Balzac, Eugene Sue, George Sand, Dumas e outros são postos num mesmo saco de gatos como “escritores inúteis, frívolos e imorais”.

O nosso Camilo, apesar dos seus amores proibidos, dos seus encontros delituosos, romances impossíveis, também desdenhava das obras que representassem ameaça ao estabelecido, aceito e consagrado. Esta ambivalência num autor e personagem passional pode ser flagrada na obra que se opõe a *Amor de perdição*, publicada dois anos depois (em 1864): *Amor de salvação*.

Se em *Amor de perdição* a sociedade que profibe e condena a cavalgada das valquírias apaixonadas é vista como conservadora e cruel, em *Amor de salvação* as paixões proibidas conduzem o aniquilamento e a desonra dos amantes.

Depois dos seus tumultos passionais, que jorravam na vida real, como a fonte dos prazeres (o casamento com Joaquina, camponesa de quinze anos, logo rejeitada; o rapto de Patrícia, a fuga dos amantes para o Porto, e depois o abandono da moça; o escandaloso caso com Maria Felicidade, esposa de Ricardo Browne; a crise mística, ao entrar para o convento; a comunhão amorosa com a freira Isabel Cândida; de passagem, o caso com a turista inglesa Fanny Owen; em seguida, a descoberta da pouca vocação para a vida sacerdotal; o duelo com Ricardo Browne, marido traído de Maria Felicidade – lembram dela, em meio a tantas amantes? –; o rompimento com a freira Isabel Cândida, que, assim, retorna à cândida condição de esposa de Cristo; a paixão por outra mulher casada, Ana Plácido; a prisão por adultério, ufa!), depois dos seus escândalos amorosos que jorravam como a fonte dos prazeres, eu tentava dizer, nosso herói romântico abandona o romantismo dos amores proibidos e, como um monge plácido, recolhe-se com Ana a uma propriedade do ex-marido, em São Miguel de Seide, e publica *Amor de salvação*, contrário e avesso deste *Amor de perdição*.

Estaria o autor, com esta obra – *Amor de salvação* – que é um libelo contra o adultério e os amores impossíveis, tentando ensurdecer a ressonância das suas aventuras pessoais?

Tudo que foge ao consensual, ao aceite – como tudo que é sólido –, se desmancha no ar rarefeito da realidade. O Camilo romântico, taticamente, ou não, estaria cedendo diante das luzes desencantadas de um cauteloso realismo *avant la lettre* dos vencidos da vida. É assim que vejo *Amor de salvação*: uma obra muito próxima da experiência serena e melancólica do decadentismo que se segue à exaltada e convicta investida da geração de 70.

Escrever certo por linhas incertas

Se no livro de 1864 Camilo salta da exaltação romântica para uma forma de realismo conformista, o *Amor de perdição* (de 1862) promove uma desconstrução do Romantismo, fazendo explodir, no interior do mesmo, núcleos disseminadores da mais ousada apreensão do real. É bastante significativo o lugar ocupado pelos personagens retirados da classe dos artífices e trabalhadores subalternos. Observe-se que, mesmo no Realismo, a camada popular é convocada a desempenhar os papéis mais sórdidos da trama romanesca. Sordidez explicada pelas condições sociais; mas, de qualquer forma, sempre aviltante. Que personagens, com a grandeza de Mariana ou de João da Cruz, o Realismo português nos oferece? Foi preciso esperar o advento do Neo-Realismo para que o romance voltasse a construir a humanidade sofrida e digna dos trabalhadores braçais.

Estes clarões de luz incisiva projetam a obra camiliana para além do Romantismo. O não estar em um lugar definido – o não estar por inteiro – transforma as narrativas camilianas numa espécie de entidade flutuante entre as exigências de um momento histórico e de um movimento literário. Se o momento vivido pelo escritor e por grande parcela da população portuguesa mantinha intocados alguns hábitos e valores seculares, o espírito renovador do século XIX exigia novas formulações.

A criação de Camilo Castelo Branco vive deste jogo da cabra-cega que consiste em escapar à lógica do seu lugar. Autor formado na província, constituído pela rigidez castiça de uma tradição caudal dos clássicos, ele é também uma das mais ressonantes vozes românticas e pós-românticas da segunda metade do século XIX.

Creio que podemos tomar o desvio, que cresce, se alonga e substitui a rota mapeada, como roteiro de viagem. É no desvio, na desmontagem do suposto e do pressuposto que Camilo caminha. Caminha obedecendo à sua própria carta, imprevista cartografia de descobertas.

Os autores mais bem-sucedidos de um movimento literário quase sempre escapam dos limites do mesmo, se derramam por outros vales, se elevam por outras montanhas.

Não estariam eles nas categorias dos autores chamados por Ezra Pound de inventores e de mestres?

Estes criadores ou fixadores de cânones são, quase sempre, rebeldes a uma estrutura canônica que não seja criada ou desenvolvida pelo seu processo de invenção artística. Por isso, desconhecem os limites do momento a que pertencem, recuando – ou avançando – no condão, ou máquina do tempo, do seu invento.

Goethe seria um romântico? Seria um velho iluminista? Ou fragmentaria a tudo, como um moderno? E entre nós, onde fincar o Machado realista? Goethe e Machado são exemplos, apenas. Apensos ao raciocínio sobre Camilo.

O novelista português soube juntar suas qualidades e suas carências num tecido onde o claro ilumina o escuro e o preto preenche o branco. A harmonia das dissonâncias compõe o concerto e o desconcerto do mundo composto.

Jacinto do Prado Coelho já falou da “suficiência mal-humorada de Camilo”, resistente em assimilar os valores positivos das obras alheias. Como somos “um eco com timbre próprio de uma voz comum”, achamos o que não buscamos.

É fugindo do destino predito que Édipo encontra o seu destino.

Convém lembrar que, em 1842 – portanto, às vésperas dos interrompidos estudos de medicina e, depois, de direito, no Porto e em Coimbra –, Camilo mal conhecia a constelação lusitana: Garret, Herculano e Castilho. Sua cartilha era a dos clássicos.

Em uns, o que excede é o que falta. Em outros, a falta é o que excede. Daí eu dizer que o nosso novelista soube juntar suas qualidades e seus defeitos num tecido onde o claro ilumina o escuro e o preto preenche o branco.

Amor de perdição é uma narrativa que resvala do sentimentalismo adolescente para a persistência do querer. Do apaixonamento descabelado para a cons-

ciência possível. E esta derrapagem está presente tanto na caracterização dos personagens quanto na construção da obra, enquanto conjunto estrutural.

O modelo narrativo de Camilo Castelo Branco converte-se numa espécie de fôrma, de onde ele retira seus livros e suas histórias, contadas para o agrado e o deleite dos compradores.

Convém não esquecer que na mercearia burguesa o freguês tem sempre razão. Desconhecer esta regra tem como resultado a possível dissociação entre a arte e o público. A escolha é do merceeiro.

A substituição do mecenato pela venda da força de trabalho do escritor dá à literatura do século XIX uma fisionomia peculiar, submetendo as exigências da criação às leis do mercado. A modernidade histórica que irrompe com a nova ordem econômica e mercantil, no século XVI, projeta no século XIX uma outra modernidade, especular, artística – a modernidade literária. Se no Renascimento a *aristocracia feudal* da *nobreza de sangue* cede lugar à constituição de uma enverganhada *aristocracia do capital*, é no Romantismo, entendido como momento histórico, que a classe burguesa se impõe como tal, através dos seus valores: os valores da compra e da troca.

Não mais somente os títulos de nobreza podiam ser adquiridos pelo mérito financeiro, mas também – com a instauração da ética burguesa – o mérito do capital passaria, legitimamente, a adquirir, para seus detentores, bens como a honra e a dignidade.

Daí – saltemos no tempo para ver uma verdade divertida – daí, uma autora de livros de boas maneiras dizer que dinheiro compra tudo. Até amor verdadeiro.

A afirmação política da classe burguesa, em detrimento da casta nobre, consolidou esta nova aristocracia das relações perigosas entre usura e valor. Realizou-se o duradouro casamento de um potente varão, o Poder de Compra, com uma desvirginada donzela, a Honra.

Observe-se que, aqui, faço uma distinção operacional entre *nobreza* e *aristocracia*, dando ao primeiro termo um sentido restrito e ao outro um sentido mais abrangente, apontado pelo próprio étimo grego, que, ao pé da letra, significa “o poder do melhor”. A aristocracia seria uma forma de governo em que somente os homens considerados melhores teriam poder.

Por outro lado, adoto o termo *nobreza* para caracterizar uma aristocracia fundada nos laços de sangue. A nobreza compreende os descendentes dos ricos homens que governaram a ordem feudal, constituindo, ao longo dos séculos, mais uma casta européia do que uma classe móvel. Com a explosão da atividade mercantil, especialmente no Renascimento, o poder escapa das mãos da nobreza, dos fidalgos, dos bem-nascidos homens. No século XVI, antigos vilões, emergidos da atividade comercial, transformam-se em ricos homens, credores dos cada vez mais empobrecidos castelões e cavaleiros.

Com o declínio da economia feudal, os nobres, os bem-nascidos homens, passam a depender da atividade mercantil dos ricos homens com os quais dividem,

de fato, o poder e o controle da sociedade. Forma-se, aos poucos, uma nova aristocracia que, no século XIX, caracteriza-se plenamente como uma aristocracia do capital, ou, contraditoriamente, como uma aristocracia burguesa. O liberalismo é a expressão política desta realidade econômica.

Ora, na nova ordem, a moda muda. Com tão radicais mudanças processadas no século XIX, incluindo-se aí a relação do escritor com o leitor, é natural que a obra literária sofra os influxos destes novos ventos. Ao aceitar o desafio de conciliar o seu intento, enquanto criador, com o horizonte de expectativa do leitor do seu tempo, suas exigências e suas carências, Camilo responde ao que se espera de um escritor romântico.

Se o Romantismo é a expressão artística da burguesia, não se pode impor a uma classe ocupada com a reprodução do capital uma arte plena de sutilezas que só se deixam sentir com paciente vagar.

Diferentemente do agitado labor burguês, o ócio da nobreza deleitava-se com a complexidade das convenções, com o sentido que se esconde onde a sentença se escande. As palavras sob as palavras eram buscadas com laboriosa paciência pelo requinte das pessoas cultas.

Já o burguês emergente teria de conciliar os antigos hábitos com os encargos de uma nova aristocracia, fundada na força de trabalho. O ritmo de vida do século XIX passa a exigir uma arte compatível com a disponibilidade anímica da população economicamente ativa. Se, outrora, o mecenas, apenas dedicado a doar seus bens a quem lhe trouxesse outros bens menos tangíveis, aplicava seu tempo na contemplação ou na fruição da obra de arte, o público pagante da produção artística burguesa, o comprador de livros e jornais, dividia o tempo entre dois contrastes: ganhar o dinheiro e gastá-lo, lendo os livros comprados.

Estes livros, portanto, não poderiam exigir demasiada atenção dos seus futuros senhores e donos. Daí a natureza da narrativa camiliana, mesclando o requinte e a exigência de toda arte com a lei do menor esforço de todo homem.

Se, para uns, só é possível criar em condições ideais, ou em estado de perfeita liberdade, para outros, o desafio das limitações estimula a afirmação de novas formas. *Amor de perdição* é uma obra de arte narrativa que se equilibra em meio ao malabarismo das circunstâncias.

Escrito em uma semana, quando o autor, na cadeia, respondia por crime de adultério, o livro tanto apascentava a exaltação dos pundonores ofendidos quanto propunha ao público leitor o aval de razões que a razão desconhecia. Daí o jogo entre o aceito e o rejeito. A sustentação em pontos pacíficos para o arremesso do polêmico.

Os lugares-comuns acalmam os sentidos dos bem-situados burgueses. A admissão de culpa e a redenção do culpado pelas penas do amor redimem o pecado de amar o proibido.

Por que o herói de *Amor de perdição* nos é apresentado como uma espécie de vilão?

O intolerável Simão Botelho torna-se depositário das virtudes consensuais depois que se apaixona por Tereza. A malquerença das famílias e a intenção, de Tadeu de Albuquerque, de casar sua filha com Baltazar transformam a benquerença de Tereza e Simão em um amor proibido. Este amor é, ao mesmo tempo, um erro e o motivo de superação de outros erros de Simão Botelho.

A analogia do herói romanescos com o autor do romance, prisioneiro por adultério, é apenas indireta. Camilo introduz a narrativa com o relato da descoberta do processo de seu tio, Simão Botelho, no assentamento do cartório das cadeias do Porto. Já no prólogo do livro (abra-se um parêntese), aparece uma concessão ao gosto da época: a veracidade do relato. Tudo aquilo que a história conta teria que ter se passado. Assim como em *Amor de perdição* são os registros da cadeia do Porto que fornecem ao autor os fatos a serem narrados, nos outros livros há sempre um elo real e visível. Um personagem ainda vivo para testemunhar e dar fé; um parente do protagonista que recupera os acontecimentos; cartas guardadas que estabelecem o fio dos fatos... Camilo alimenta a exigência romântica que a ficção não pareça ficção, assegurando assim, através das tragédias alheias, o gozo do leitor.

Conforme foi dito, a analogia do personagem principal da novela com o autor é apenas indireta. Se Camilo conta a história de Simão Botelho para, através dela, contar a sua própria história e obter o assentimento do público, ele tem o cuidado de não permitir uma ligação imediata entre as situações, o que poderia diminuir a eficácia da sua peça de defesa. Enquanto ele – o autor – está preso por adultério, o herói da novela está preso por praticar um homicídio em defesa da honra.

É verdade que o amor de Simão também é proibido pelas normas sociais, mas o seu caráter adúltero é apenas hipotético. Presumindo-se que Tereza viesse a concretizar o casamento com Baltazar Coutinho é que o amor por Simão seria adúltero.

Criando outro elo, indireto, entre a trama romanescas e a vida do autor, Simão Botelho tem um irmão que foge com uma mulher casada. Aí, sim, neste personagem secundário, nesta criatura de papel, estaria o drama sentimental vivido pelo autor. A condenação – por parte dos defensores da tradição, família e propriedade da mulher pelo homem – recairia sobre o irmão de Simão Botelho, poupando o herói e, conseqüentemente, o autor.

É o conjunto de situações constituintes da trama de *Amor de perdição* que possibilita a identificação da exaltada defesa do direito ao amor com as aventuras amorosas pessoais de Camilo Castelo Branco.

O resultado deste encontro, em que é difícil se saber, como em repetidas situações similares, se a arte imita a vida ou se é a vida que imita a arte; o resultado deste encontro foi um inusitado sucesso de vendas do livro e o ruidoso aumento da popularidade do autor.

Apolo apóia Dionísio

Falemos agora de como os heróis passionais desta novela de Camilo Castelo Branco deixam escapar o amor, na trama de um livro em que o eixo central é a luta pelo amor, a despeito dos códigos éticos de uma sociedade que, a seu ver, não contempla a individualidade e a felicidade pessoal.

O homem romântico tem que se bater pela conquista de um lugar para a individualidade, que se torna saliente, visível e exacerbada, nesse momento histórico que marca o século XIX.

Entre os objetivos do livro *Amor de perdição*, três podem ser tomados como eixos imediatos: servir de peça de defesa perante a opinião pública, contar uma história de amor e prover o autor dos recursos necessários ao seu sustento, enquanto profissional da escrita.

É evidente que a combinação destes três eixos responde pela estrutura do livro, conferindo a ele desde os desvarios passionais, requeridos pelo gosto do público leitor, até a estratégia adotada na engenharia do texto; estratégia que identifico como uma forma de consciência crítica. É necessário que o autor consiga passar da fluência dionisíaca do discurso para uma etapa apolínea, ou reflexiva, para conseguir harmonizar num só tecido os fins consciente ou inconscientemente pretendidos no processo de escrita. Esta passagem para o apolíneo, ou esta suspensão da corrente da fantasia, dá lugar à consciência crítica subjacente a todo processo de criação. É presumível que todo autor exerça esta coerção crítica sobre a obra; variando na intensidade e no domínio da consciência, de acordo com a preponderância do caráter definidor da sua poética – dionisíaca ou apolínea, imaginativa ou reflexiva, eufórica ou depressiva, desvairada ou vigiada, selvagem ou cultivada.

Por que então os heróis de *Amor de perdição*, depois de lutarem tenazmente, se deixam abater? Mariana é um caso à parte. Ela se joga ao mar, enlaçada ao corpo de Simão, quando não mais é possível acompanhar o homem amado em vida. Acompanha-o na morte.

E os dois fidalgos, Tereza e Simão? A princípio, resistem como heróis supremos do imaginário romântico, depois, humanamente vencidas as dificuldades, perdem o gosto pela vitória, quando possível.

Quando Tadeu de Albuquerque não consegue arrancar a filha do convento, para afastá-la definitivamente de Simão, a clausura deixa de ser uma prisão e se configura como a liberdade de Tereza, até ela alcançar a maioridade. Ou até a morte do pai, podendo, assim, Tereza dispor o seu destino.

Quando a pena de morte na forca, a que Simão foi condenado, é comutada em degredo no além-mar, a união com Tereza deixa de ser impossível. Mas é precisamente aí, quando a história parece caminhar para um final feliz, que os protagonistas se deixam abater. Tereza morre, contemplando o barco, que se afasta do porto, levando Simão para as Índias. Pouco depois de receber a notícia, é Simão que murmura:

e se deixa morrer.

134 Duas hipóteses podem explicar o gesto destes heróis passionais que deixam escapar o amor. A primeira deriva da identificação dos protagonistas de *Amor de perdição* com o amor proibido de Ana Plácido e Camilo Castelo Branco. A punição capital dos heróis romanescos diminui aos olhos mais severos as possíveis culpas dos amantes da vida real. Assim também, quando identificada com a tragédia de Simão e Tereza, a união de Camilo com Ana Plácido torna-se menos escandalosa, porque menos feliz. A felicidade clandestina é o grande escândalo aos olhos de abutre do ser coletivo. Porque toda felicidade é clandestina.

No velho mundo latino, Catulo recomendava a Lésbia que embaralhasse e perdesse as contas das carícias trocadas para não alimentar a ira dos invejosos.

Viuamus, mea Lésbia, atque amemus,
rumoresque senum seueriorum
omnes unius aestimemus assis.
Soles occidere et redire possunt;
nobis cum semel occidit breuis lux,
nox est perpetua una dormienda.
Da mi basia mille, deinde centum,
dein mille altera, dein secunda centum,
deinde usque altera mille, deinde centum.
Dein, cum millia multa fecerimus,
conturbabimus illa, ne sciamus,
aut ne quis malus inuidere possit,
cum tantum sciat esse basiorum.

Na pátria da língua portuguesa, ressoa a reprimenda de Catulo, em Pessoa, na ode de Ricardo Reis:

Prazer, mas devagar,
Lídia, que a sorte àqueles não é grata
Que lhe das mãos arrancam.
Furtivos retiremos do horto mundo
Os depredandos pomos.
Não despertemos, onde dorme, a Erfnis
Que cada gozo trava.
Como um regato, mudos passageiros,
Gozemos escondidos.
A sorte inveja, Lídia. Emudeçamos.

Tal estratégia, tão antiga e tão moderna (se a novela *Amor de perdição* for vista como peça da defesa de Camilo Castelo Branco), poderia explicar o destino dos personagens, amantes, antes tão fervorosos, que depois deixam escapar o amor.

Amorteamo

Uma outra hipótese aceitável está ligada à própria natureza do amor romântico; sublime quando trágico e intangível, vulgar quando pleno e possível.

O homem, incendiado pela ânsia de vida e de amor se proíbe a plenitude dessa experiência, recusando à mulher a condição de parceira na procura lúdica. Quanto mais distante e intocada a mulher, maior é o amor romântico. A realização e a plenitude do ato de amar rebaixariam tal sentimento aos olhos de então. É necessário, portanto, que intransponíveis obstáculos impossibilitem a união dos amantes.

A morte dos apaixonados, em *Amor de perdição*, interrompe heroicamente o curso dos acontecimentos e impede a realização física do amor.

O mais completo analista da obra camiliana (Jacinto do Prado Coelho) já observou:

O amor só vive pelo sofrimento; cessa com a felicidade; porque o amor feliz é a perfeição dos mais belos sonhos, e tudo que é perfeito, ou aperfeiçoado, toca o seu fim.

Num texto sobre a lírica de Castro Alves, tive oportunidade de desenvolver idéias correlatas a propósito do amor romântico que aqui podem ser evocadas. As criaturas românticas não conseguem viver em paz com Eros, em decorrência do seu compromisso com a regressão e com Thanatos.

Na velha Grécia, Eros era reconhecido como um dos deuses primeiros, que surgiu ao mesmo tempo em que a terra. Já Thanatos, o terrível carrasco dos deuses, era irmão de Hipno, o sono, e filho do Caos e das Trevas.

Para Freud, Eros é a pulsão da vida, cujo alvo é instituir unidades cada vez maiores, e conservar, enquanto Thanatos tem como alvo dissolver os agregados e destruir as coisas.

Platão, no *Banquete*, diz que o amor é simplesmente um desejo, uma privação:

Portanto, a pessoa, e quem quer que deseje alguma coisa, deseja forçosamente o que não está à sua disposição, o que não possui, o que não tem, o que lhe falta; ora, não são estes justamente os objetos do desejo e do amor?

Voltemos, agora, à não-realização do amor entre Simão e Tereza, os heróis da novela *Amor de perdição*; voltemos à não-realização, ou à abdicação ao amor, quando este poderia se tornar possível, com a comutação da pena de morte de Simão em degredo. Mas é justamente nesta hora de possível salvação que se dá a perdição derradeira, a morte dos amantes.

Como o romântico ama a falta, ou a ausência, a realização do amor entre duas pessoas interromperia o ato abstrato de amar, enquanto ato que não se completa num objeto concreto. O romântico ama o amor e não o objeto amado. A posse deste objeto ameaça o ato de amar o amor.

A vida pessoal de Camilo pode autorizar tal hipótese, expressa de forma magnífica no título de um romance de Mário de Andrade publicado sessenta e dois

anos depois da novela de Camilo. O título: *Amar, verbo intransitivo*. O ato de amar o amor é rescrito pelo modernista brasileiro a partir da intransitividade.

Eu disse que a vida pessoal de Camilo pode autorizar tal hipótese, quando ele comete atos extremos para conquistar sucessivas mulheres que, uma vez ao seu lado, não mais lhe interessam. Ele rapta Patrícia e depois abandona a moça. Envolve-se com a esposa de Ricardo Browne, com quem se bate em duelo, mas também abandona a amante. Recolhido ao convento, quando tencionava se tornar padre, Camilo conquista o amor de uma freira mas, ao abandonar a idéia do sacerdócio, que interdita duplamente a relação, abandona também a freira.

A mesma historieta romântiquinha se repete: seduzida e abandonada.

Com exceção da vida a dois com Ana Plácido, os amores do autor endossam a hipótese aventada para os personagens do livro. O amor romântico é sempre a ânsia de amar, que continua existindo, de forma cada vez mais forte, através do amor impossível, irrealizável.

Leitura de relâmpago cifrado
Que decifrado nada mais existe

— conforme as palavras de Carlos Drummond de Andrade que aqui evoco como testemunho e fé.

Ideologia do oprimido

Mas este homem de aventuras, emoções e problemas característicos do homem burguês, que foi Camilo Castelo Branco, termina entrando em choque com os valores e com o modo de pensar do seu tempo. Creio que a imagem por ele composta da aristocracia burguesa é bem mais severa e bem mais ampliada por lentes metonimicamente realistas do que a imagem usual que os românticos fazem de si mesmos. O perfil da sociedade romântica presente neste livro, igualmente romântico, retrata as situações e pessoas com tão armado e ferrenho espírito de crítica que, não raro, resvala para uma caricatura, onde as tintas fazem sobressair a percepção das deformidades que, por si mesmas, já seriam suficientemente visíveis. *Amor de perdição* é uma tragicomédia de repúdio e de desprezo ao orgulho não-me-toques, ao orgulho pundonoroso, da aristocracia oitocentista.

A ideologia burguesa das narrativas do século XIX contempla a classe dominante, os descendentes dos castelões (ou habitantes dos castelos e casas senhoriais), de onde retiram seus heróis de ficção, em detrimento dos antigos vilões (ou moradores das vilas agrárias), transformados nos modernos vilões da história. Mesmo os nossos realistas, extremamente e externamente inflamados pelo socialismo utópico de Proudhon, filiam seus heróis às bem-situadas famílias, reservando aos personagens populares os papéis mais vis da trama. Românticos e realistas compartilham a mesma visão do proletário, que só foi modificada de forma significativa com o neo-realismo do século XX.

As idéias deterministas, redutoras dos caracteres aos fatos condicionantes, agravaram ainda mais os traços mesquinhos com que eram desenhados os personagens populares. Visto o homem como um produto do meio, da raça e da circunstância, encontra-se um pretexto “científico” para justificar o olhar do diferente, do outro.

Há, por conseguinte, uma inversão de olhares no Camilo de *Amor de perdição* confrontado com a prática usual da narrativa oitocentista. Há um descompasso: enquanto a narrativa romântica é generosa com a sua classe social, Camilo substitui a tranqüila aceitação de uma ética de classe pela desconfiança e pela insatisfeita contestação — que iria caracterizar o realismo da geração de 70.

O que me intrigou a atenção, desde a primeira vez que li este texto, foi a visível simpatia demonstrada pelo autor com relação às pessoas do povo; às quais são atribuídos sentimentos e gestos incomuns ao já então percebido egoísmo burguês. Este seria um ponto de aproximação com o realismo mais permeável ao ideal socialista.

Camilo arquiteta um fosso em torno do castelo de vícios e defeitos dos personagens de fumos aristocráticos. Do lado de fora, estariam as virtudes de personagens retirados da galeria dos malvestidos e malpostos na escada ascendente da pirâmide.

Quer pela boca dos personagens, quer pela pena do narrador, as bem-situadas famílias de Simão e de Tereza reúnem repugnantes espécimes da fauna citadina. Dona Rita Preciosa, a mãe de Simão, não é poupada na sua empáfia e no seu orgulho genealógico, registrado no nome de pia: Rita Tereza Margarida Preciosa da Veiga Caldeirão Castelo Branco. Quando ela censura o filho Simão Botelho por andar na companhia de almocreves e de outros deserdados, o rapaz caçoa dos braços da família, oriundos do antigo general Caldeirão, cujo nome de honraria aristocrática deve-se ao fato do velho herói de batalhas ter sido cozido pelo exército inimigo num horrendo e nada heróico caldeirão fervente.

Sobre o pai de Simão, o meritíssimo corregedor Domingos Botelho, fala-se da falta de qualidades outras, além de requisitado flautista, a não ser a divertida bajulação que sabia fazer à rainha Dona Maria I. Bufão e bobo da corte, mostra-se esperto no trato com os plebeus.

Este doutor Domingos José Correia Botelho de Mesquita e Menezes, além de “extremamente feio”, acrescenta o narrador, na primeira página do livro:

Os dotes de espírito não o recomendavam também: era alcançadíssimo de inteligência, e granjeara entre os seus condiscípulos da Universidade o epíteto de “brocas”, com que ainda hoje os seus descendentes em Vila Real são conhecidos. Bem ou mal derivado, o epíteto Brocas vem de broa. Entenderam os acadêmicos que a rudeza do seu condiscípulo procedia de muito pão de milho que ele digirira na sua terra.

Os exemplos de aristocratas mesquinhos, marcados pelo ridículo e pela consistência gelatinosa e cediça do caráter seriam muitos e enfadonhos, estendendo a exposição além do desejável.

É contrastante, portanto, o perfil do ferrador de cavalos João da Cruz e da sua filha Mariana. O ferrador defende Simão com uma lealdade cavalheiresca e com uma rara noção de honradez; a moça devota ao fidalgo Simão Botelho um amor desinteressado e desprovido de egoísmo.

Pode-se dizer que as ações mais conseqüentes partem destes personagens desprovidos de nobreza de sangue e deslocados do seu tempo e do seu lugar. Por um lado, uma coragem romântica, por outro lado, traços que constituem personagens realistas numa tragédia sentimental burguesa.

Tanto João da Cruz quanto Mariana agem com o equilíbrio pensado do realista para manter valores e sentimentos românticos. Esta confluência de emoção e razão, que caracterizaria o ideal do homem que ultrapassa os lamentos românticos, aponta uma notável superioridade destes personagens retirados da classe social estigmatizada como inferior. Neste sentido, seria significativa a escolha de nome e sobrenome do pai de Mariana; tanto por evocar o sofrimento, no sobrenome, quanto por nos conduzir aos descaminhos um inquieto e virtuoso poeta: San Joan de la Cruz.

Um realismo Romântico

A mais exaltadamente romântica das novelas de Camilo é também uma notável incursão realista, permitindo, antes do que um confronto, uma passagem de um movimento a outro. *Amor de perdição* representa uma espécie de grau superlativo da expressão romântica, ultra-romântica; que atinge o apogeu hiperbólico de traços definidores do Romantismo. Mas como todo apogeu já traz em si a desconstrução e a decadência, *Amor de perdição* representa também – antecedendo à proposição estética dos anos 70 – um delirante exercício de diretrizes realistas na prosa de ficção portuguesa.

Não se pode negar a natureza caricatural dos traços com os quais o narrador desenha o caráter dos personagens de *Amor de perdição*. É talvez por isso que os estudiosos mais severos reclamam de uma malformada caracterização psicológica de alguns personagens, vendo aí uma concepção não acabada. Creio que este processo de construção das criaturas está ligado à intenção caricatural do criador. Ao tentar flagrar a realidade vislumbrada, o autor recorta os aspectos mais salientes que deseja mostrar. E é precisamente esta a técnica de representação da realidade adotada pelos realistas: seus retratos de cenas reais são sempre caricaturas.

Lembre-se também que os jornais e revistas de charges e caricaturas gráficas alcançaram surpreendentes tiragens com o advento e a plena aceitação do realismo. Isto nos permite e autoriza a ligar a hipertrofia das partes, como melhor forma de representação do todo, aos mecanismos de construção dos objetos no realismo estético.

A caricatura, enquanto recorte e ampliação da parte para melhor mostrar o todo, é uma forma metonímica. A metonímia realiza este movimento de deslocamento no plano da língua, enquanto a caricatura realiza-o no plano da linguagem. Caricatura

e metonímia são deslocamentos correlatos, cujos nomes derivam de sistemas ou de linguagens diferentes: o primeiro surgiu na pintura, o segundo na língua.

Apesar de tudo aquilo que traz de inovador na sua novela, por exigência do projeto, das suas estratégias e da própria deriva do texto que, ao começar a ser escrito, arrebatava a pena da mão do autor, entregando-a ao narrador nascido com a escrita; apesar de tudo que inova, Camilo não deixa de ser um conservador. Apesar de antecipar traços realistas, passando da construção metafórica que caracteriza o Romantismo para a construção metonímica; apesar de trazer a plebe para o centro das luzes da narrativa, Camilo continua sendo o ultra-romântico de sempre.

No prefácio da quinta edição de *Amor de perdição*, em 1879, ele registra as mudanças no gosto do público que possibilitaram o sucesso de obras como *O crime do Padre Amaro* e *O Primo Basílio*. A mim, parece intencional a ressonância de tom irônico nas palavras seguintes:

O Amor de Perdição, visto à luz elétrica do criticismo moderno, é um romance romântico, declamatório, com bastantes aleijões líricos, e umas idéias celeradas que chegam a tocar no desaforo do sentimentalismo. [...] Dizem, porém que o Amor de Perdição fez chorar. [...] Mas, agora, como indenização, faz rir: tornou-se cômico pela seriedade antiga [...].

Autor e obra caminham em sentidos opostos: enquanto Camilo assume o discurso do seu tempo e do seu lugar, a obra fala a partir de outro espaço. Sabe-se que o narrador é apenas uma ficção; apenas um personagem entre outros, como quer José Saramago; mas sabe-se também que este personagem pode ir além do autor, pode se valer do autor, da sua mão, da sua escrita, do seu cérebro, e, como um ser parasita, que vive no corpo do outro, dizer as suas próprias verdades.

Obra e autor caminham em sentidos opostos. E é bom que assim seja. E é assim. A arte nasce de um projeto executado pelas mãos do artesão, do artista. Mas a arte é precisamente aquilo que ultrapassa o projeto; aquilo que é arrancado das mãos do artesão e constrói as mãos do artista.

Seguindo as teias em que a cultura se tece, para explicar o viés do olhar, ou a perspectiva adotada em *Amor de perdição* –, conclui-se que este escritor, enquanto homem de aventuras, emoções e problemas característicos do homem burguês, que foi Camilo Castelo Branco, termina entrando em choque com os valores e com o modo de pensar do seu tempo porque foi contrariado no seu individualismo; ou nas suas investidas amorosas, quando constrangido por ferir um dos mandamentos morais e religiosos. A poesia trágica desta história de amor infeliz seria a causa da crítica social de Camilo Castelo Branco. Seria também o elemento desconstrutor, desestabilizador de uma ordem e propulsor da irrupção de uma nova ordem.

Mais uma vez, convém acreditar que o criador – ressaltada a ambigüidade que este termo adquire – escreve certo por linhas incertas.

O discurso do outro na literatura pós-colonial caribenha de língua inglesa

Décio Torres Cruz

Universidade Federal da Bahia
Universidade do Estado da Bahia

Resumo

O tema desta conferência é o discurso do "Outro" na literatura pós-colonial caribenha de língua inglesa. Através de uma leitura crítica, em uma tentativa de aproximação de teorias do discurso pós-colonial com uma abordagem histórico-biográfica-psicanalítica, discorrerei sobre a obra de um dos mais importantes escritores caribenhos, o poeta Derek Walcott, ganhador do prêmio Nobel de literatura em 1992. Enfocarei alguns poemas selecionados na obra *Collected Poems: 1948-1984*, concentrando-me na análise do poema "Crusoe's Journal" que resume a temática básica da sua obra: um "eu" dividido entre duas culturas distintas, preso, em um fosso abismal, na própria linguagem que o constitui.

Abstract

This paper deals with the discourse of the *Other* in post-colonial anglophone Caribbean literature. Through a critical reading, in an attempt to bring together theories of post-colonial discourse and a historical-biographical-psychoanalytical approach, I will discuss the works of Derek Walcott, one of the most important Caribbean writers, winner of the 1992 Nobel Prize for literature. I will focus on some poems selected from his work *Collected Poems: 1948-1984*, concentrating my analysis on the poem "Crusoe's Journal," which summarizes the basic thematic of his work: a self divided between two disparate cultures, caught up in the gulf of the language of which he is constituted.

Prefácio

O estudo acadêmico das culturas e literaturas de língua inglesa tem se pautado na abordagem das literaturas de povos hegemônicos, enfatizando sempre as tradições inglesa e norte-americana em detrimento da produção cultural de povos anglófonos que se encontram à margem do processo de desenvolvimento econômico. Essa prática, ainda comum na maioria das universidades brasileiras, reflete um descompasso entre o estudo das literaturas de língua inglesa desenvolvido aqui no Brasil e como ele é atualmente desenvolvido nos próprios países hegemônicos. Nesses países, há muito tempo o meio acadêmico questiona a idéia de um cânone literário imposto por um discurso colonialista que reflete o poder econômico e cultural de quem estabelece as regras do que é importante e deve ser considerado objeto de estudo.

Dentro dessa perspectiva colonialista, existem erros de nomenclatura que necessitam de revisão, tais como a inclusão de obras da literatura irlandesa como sendo parte da literatura inglesa. Além disso, a cultura e a literatura de outros povos de língua inglesa foram quase sempre negligenciadas nos estudos acadêmicos brasileiros por não possuírem o *status* de povos hegemônicos. Colocados à margem, esses estudos são quase inexistentes nos cursos de graduação das nossas universidades, fato que requer também uma revisão.

Baseado nesses argumentos e devido à novidade do assunto (uma das exigências do regulamento do concurso), escolhi como tema dessa conferência o discurso do “Outro” na literatura de língua inglesa pós-colonial caribenha. A palavra “Outro” está sendo usada aqui não no sentido estrito do “grande Outro” de Lacan, mas através de um jogo entre o conceito filosófico (da fenomenologia de Edmund Husserl aplicada ao Existencialismo) da relação entre sujeito e objeto, que se aproxima do conceito lacaniano *objet petit a* (que diferencia o objeto do Outro) e o *grand Autre*, aquilo que ele define como sendo “o *locus* no qual está situada a

cadeia do significante que governa o que quer que se possa presentificar do sujeito, o campo desse ser no qual o sujeito tem que aparecer”, o local onde a pulsão se manifesta em uma relação de falta, alienação e incompletude¹. Assim, por vezes estabeleço um jogo entre o “eu” psicológico e o “eu” transcendental.

Tomando de empréstimo teorias do discurso pós-colonial e confrontando-as com uma abordagem histórico-biográfica-psicanalítica (mais especificamente, lacaniana), discorrerei sobre a obra poética do escritor caribenho Derek Walcott. Ironicamente, com seu discurso marginal e questionador de sua condição periférica, ele passou a ocupar a posição de centro canônico ao ganhar o prêmio Nobel de literatura em 1992. Por uma outra ironia do destino, a ficha de catalogação bibliográfica da tradução brasileira do seu livro *Omeros* o classifica como literatura inglesa em vez de caribenha.

O termo “pós-colonial” já contém em si uma certa visão colonialista de dominação cultural ao ser contraposto à nomenclatura “pós-moderna” da produção cultural dos países que ocupam posição central no cânone literário. Enquanto a literatura contemporânea de alguns países que foram ex-colônias britânicas, tais como os Estados Unidos e o Canadá, recebe a denominação de “pós-moderna”, a literatura dos países periféricos é considerada “pós-colonial”. Essa nomenclatura, criada nos países do centro econômico, demonstra, na própria classificação, uma perspectiva preconceituosa de que esses países ainda se encontram em uma fase de atraso não só econômico, mas também cultural².

Apesar de abordar outros poemas selecionados na obra *Collected Poems: 1948-1984*, devido às limitações do tempo, concentrarei minha atenção na análise do poema “Crusoe’s Journal”, pois ele resume a temática básica da obra de Walcott. Seus poemas refletem um “eu” dividido entre duas culturas distintas. Essa divisão do sujeito pós-colonial estabelece um fosso abismal entre o “eu” e o “Outro”, mantendo-o em um estado de *objetidão*³ e impossibilidade, preso na própria linguagem que o constitui.

¹ Cf. Jacques, LACAN. The subject and the Other: Alienation. *The Four Fundamental Concepts of Psychoanalysis*, 203-15. Essa conferência foi escrita em língua inglesa, pois ela seria originalmente apresentada nesse idioma. Apenas alguns dias antes do concurso, fui informado que deveria traduzi-la para o português, por exigência da banca. Por essa razão, quase todas as obras citadas se encontram em inglês, mesmo quando foram originalmente escritas em outras línguas (francês ou alemão). Todas as traduções para o português de citações de fontes bibliográficas em inglês são de minha autoria, e foram revisadas por Marta Rosas.

² Cf. a esse respeito o artigo “Fragmentação e perda de identidade na literatura caribenha: condição (pós) moderna ou (pós) colonial?” de minha autoria publicado em *Estudos Linguísticos e Literários*, n. 21-22. Salvador, UFBA, jun.-dez. 1998, p. 129-48.

³ Neologismo aqui empregado como síncope das palavras “objeto” e “solidão”, em uma tentativa de descrever o sentimento provocado pelo processo de reificação do indivíduo na sociedade pós-colonial caribenha. Estou utilizando esse termo e derivados (*objetude*, *objetificação*, *coisificação*, etc.) para significar a transformação do sujeito em objeto, em coisa, para evitar a repetição do vocábulo “reificação” e para enfatizar a presença da palavra “objeto”, em sua própria constituição, em contraste com “sujeito”, fato que não se verifica em “reificação”, uma vez que a sua etimologia se encontra muito distante do conhecimento comum atual da palavra latina *res* (“coisa”) que a originou.

Introdução

Segundo Edouard Glissant, a história para os caribenhos não é somente ausência, é a própria vertigem (GLISSANT, 1992: 161). A literatura caribenha tem sido sempre interpretada do ponto de vista de sua inscrição histórica, e este fato tem justificado a classificação do seu discurso como pós-colonial. Iniciarei fazendo um sumário da história de Walcott, a qual também engloba a história de sua região e a de seu povo, em cujas raízes os defensores de um discurso pós-colonial baseiam seu sistema analítico.

Derek Walcott e seu irmão gêmeo Roderick nasceram no dia 23 de janeiro de 1930 em Castries, a capital de Santa Lúcia. Filho de educadores envolvidos com arte, Walcott conviveu com uma cultura letrada desde pequeno. Seu pai morreu quando ele ainda era bem jovem, e sua mãe, uma atriz amadora, instigou sua paixão pela literatura ao recitar Shakespeare para os gêmeos. Desde 1958, quando recebeu uma bolsa Rockefeller para estudar teatro em Nova York, Walcott tem vivido entre os Estados Unidos e as Índias Ocidentais, como o Caribe é também denominado no mundo anglófono. Ele é um escritor prolífico e, além de poemas, escreveu peças e ensaios e possui uma grande experiência em produções teatrais e no ensino, inclusive em universidades americanas. Fundou a Oficina de Teatro de Trinidad em 1959 e o Teatro dos Dramaturgos de Boston na Universidade de Boston em 1981. Suas peças foram montadas em várias partes dos Estados Unidos e Europa em espaços tão importantes como o *Royal Dramatic Theatre* de Stockolmo, e o *Royal Shakespeare Company* de Stratford-on-Avon e de Londres. Criou recentemente a Fundação *Rat Island* em uma ilha próxima a Santa Lúcia para escritores do mundo inteiro que buscam um local tranquilo e paradisíaco para escrever. É também reconhecido como pintor de aquarelas.

Walcott recebeu diversas bolsas e prêmios importantes, culminando com o Prêmio Nobel. Na área da música, compôs um musical e um trabalho em conjunto com Paul Simon. Além de outros títulos, sua obra poética inclui *In a green night*, *The castaway*, *The gulf*, *Another life* (poema autobiográfico), *Sea grapes*, *The fortunate traveller*, e *Omeros*, sua obra mais conhecida, um épico de 64 capítulos que mistura a lenda homérica, clássicos, folclore, e história, elegendo o mar do Caribe como seu personagem principal. Foi a única obra que encontrei traduzida para o português.

A história de Santa Lúcia está ligada à história do arquipélago a que pertence. Diferentes países estabeleceram os seus impérios por várias vezes na maioria das ilhas caribenhas como resultado de guerras e de trocas que ocorreram na diplomacia internacional. Descoberta no dia de Santa Luzia, em 18 de junho de 1502, durante a última viagem de Colombo ao continente americano, a ilha de Santa Lúcia era originalmente povoada pelos arauaques e, em seguida, pelos caribes, provenientes da América do Sul. Antes da chegada dos europeus, a ilha era conhecida pelos indígenas como *Iounalo* (Iagarto) e também como *Hewanorra*. Os espa-

nhóis se desinteressaram de Santa Lúcia e das outras ilhas das Pequenas Antilhas logo após a descoberta, uma vez que as riquezas do México e do Peru eram mais atraentes. Essas ilhas passaram então a ser disputadas pela Holanda, pela França e pela Inglaterra. A colonização francesa deu início ao extermínio dos índios e ao tráfico de escravos africanos na primeira parte do século XVI, uma vez que os povos indígenas recusaram-se a se adaptar às condições européias de trabalho. Contudo, após várias disputas, os franceses foram derrotados em 1782, na Batalha das Santas, uma batalha naval com a frota inglesa comandada pelo almirante Rodney no canal entre Guadalupe e Dominica. A França perdeu algumas de suas colônias, mas manteve outras. Santa Lúcia mudou de dono quatorze vezes, passando definitivamente para a possessão britânica em 1814 após o Tratado de Paris. Em 1967 a colônia tornou-se estado associado do Reino Unido e em 22 de fevereiro de 1979 tornou-se república independente componente da Comunidade Britânica de Nações, embora a chefia de Estado caiba à rainha Elizabeth, representada por um governador-geral⁴.

No livro *Derek Walcott*, sobre a vida e a obra desse escritor, Robert D. Hamner traça a história do autor relacionando-a à história da região caribenha como uma forma de entender a sua produção literária. Contudo, Hamner demonstra uma visão equivocada ao afirmar que a sociedade caribenha não gerou nada que fosse totalmente dela própria por ser derivada de culturas estrangeiras cujo passado pertence a conquistadores, construtores de impérios e donos de fazendas cultivadas. Ele afirma que o Caribe possui uma história longa e bruta, marcada por nomes e fatos de europeus famosos, tais como Colombo, Raleigh e outros, mas também do escravo rebelde haitiano Toussaint (1743-1803), fato que nega a sua própria afirmação. Segundo Hamner, a literatura seguiu o padrão da história enquanto a ilha progredia em direção à independência. As línguas dos países colonizadores, Espanha, Inglaterra, França e Holanda, foram impostas e esses países dominaram a literatura das colônias até mesmo no século vinte. A escrita feita por escravos e colonos caribenhos emergiu no século XVIII. Contudo, Hamner demonstra uma postura preconceituosa em relação àquela região, ao afirmar que a escrita da área não se distinguiu da literatura inglesa (HAMNER, 1993: 3) e que a literatura ali produzida até o presente é “derivada, subserviente em forma, em estilo, se não em conteúdo, às tradições estrangeiras européias e americanas” (HAMNER, 1993: 1).

Walcott teve uma educação clássica inglesa em Santa Lúcia, embora a ilha mantenha as suas raízes em sua herança francesa anterior. A religião predominante na ilha é o Catolicismo; nomes de lugares franceses são encontrados em sua geografia e o seu dialeto nativo é um *patois* francês. Walcott confrontou a ambigüidade que atormenta os povos daquela região transformando-a em objeto artístico, uma ambigüidade derivada da sua formação étnica, já que ele é um mulato descendente de um

⁴ Cf. prefácio à tradução brasileira de *Omeros* de Paulo Vizioli. In: WALCOTT, Derek, 1994. *Omeros*. Pref. e trad. Paulo Vizioli. São Paulo: Companhia das Letras.

avô branco e de uma avó negra em ambos os lados paterno e materno. Walcott torna-se assim o exemplo vivo da divisão entre amor e ódio que mantém a sua sociedade suspensa entre dois mundos. Essa suspensão entre mundos divididos levou Hamner a classificar os povos daquela região de esquizofrênicos e, embora ele reconheça que aquilo que é doloroso para o homem na sua vida comum é compensado pelo poeta ao elevar crises pessoais ao nível da arte (HAMNER, 1993: 6), sua postura continua a demonstrar um viés analítico fruto de uma visão imperialista.

O tema mais recorrente na literatura caribenha é a questão da identidade. Por encontrarem-se isolados em ilhas obscuras, os escritores caribenhos tocam naturalmente nos problemas psicológicos e sociológicos mais profundos no coração da literatura moderna. Como escreve o próprio Walcott na introdução ao livro *Dream on Monkey Mountain and Other Plays*, os escritores de sua geração eram assimiladores naturais, conhecedores da literatura dos impérios grego, romano e britânico através de seus clássicos essenciais, e tanto o *patois* da rua como a língua da sala de aula escondiam o prazer da descoberta (*apud* HAMNER, 1993: 8).

Assimilação é uma das palavras que estarei enfocando em relação ao estado de mimetismo de Walcott, o qual difere um pouco do modo que Hamner o percebe. Hamner define *assimilação* não como imitação, mas como algo que significa “ingerir na mente e compreendê-lo completamente; (...) mesclar ou tornar-se um com a tradição cultural” (HAMNER, 1993: 8). Independentemente de como posamos interpretar a assimilação, o ato de imitação está nela inscrito, seja como uma paródia ou como uma paráfrase. Contudo, no caso de Walcott, a assimilação se processa como um ato de apropriação da cultura do Outro não só para ser reconhecido naquele espaço, mas para reivindicar a sua autonomia.

Frantz Fanon, outro escritor da região, defende uma investigação da problemática caribenha do ponto de vista das diferenças e divisões raciais. Contudo, a divisão do ser pós-colonial caribenho não se restringe à separação entre as raças, pois o mulato, o elemento híbrido resultante da união racial, é também parte dessa realidade. Além disso, após a colônia adquirir a sua liberdade, a dependência do império anterior ainda permanece, não somente na economia e cultura, mas também nos corações, mentes e almas desses seres. Embora o estado de negritude realmente acentue a questão da identidade, ele não é o único. Tanto o mulato quanto o sujeito branco enfrentam o mesmo problema de identidade ocasionado pela condição pós-colonial, agravado pelo mimetismo cultural.

De acordo com V.S. Naipaul, os caribenhos foram transformados em *the mimic men*, homens miméticos que se fingiam de seres reais devido à assimilação da cultura do Outro através do mimetismo (NAIPAUL, 1969: 146). Entretanto, o espelho refletor com o qual, segundo Walcott, “transformamos nossa dor em imagem” (WALCOTT, 1986: 106) tampouco resolve o problema. Alguns dos títulos de seus poemas indicam que o “golfo” abismal da “criança dividida” sempre existirá, assim como o sentimento de naufrágio, de derrota. Para Walcott, não importa quão árdua e humildemente o sujeito pós-colonial tente se disciplinar e “traduzir o mundo visível

com exatidão”, ele estará sempre “preso em um cristal de ambigüidades”, como ele descreve na parte II do poema “Chapter 9” (WALCOTT, 1996: 200).

O colonizador trouxe para a colônia o seu poder imperial e o mundo letrado. Com esse poder, construiu a história e heróis, negligenciando a história oral já existente nos locais colonizados antes de sua chegada e apagando os atos de massacre dos nativos após a sua chegada. A atual fragmentação do mundo pós-colonial remonta a uma divisão maniqueísta estabelecida pela visão eurocêntrica da história. A posteridade somente reconheceu as obras e feitos dos vitoriosos, pois estes ficaram inscritos nas marcas do conhecimento escrito, enquanto que a história dos povos conquistados foi totalmente esquecida. Por isso o discurso pós-colonial reivindica a re-escrita da história, de modo a que o sujeito pós-colonial possa ocupar posição central e sair do seu estado de *objetidão*.

Essa divisão maniqueísta ocasionada pela história transformou o corpo do ser pós-colonial em objeto, como consequência da fragmentação histórica. Querendo ser amado pelo Outro, ele se oferece como objeto ao desejo do Outro. Como o desejo é uma falta, segundo Lacan, ele deseja a falta no Outro, deseja fragmentar-se no Outro para descobrir o que lhe falta. Contudo, o simples fato de assimilar, através da educação, o mundo e a cultura do pai idealizado representado pelo colonizador não é de modo algum uma indicação da aceitação do ser colonizado no mundo do Outro. No caso dos caribenhos negros, a pele, a cobertura de seus corpos, manterá sempre a fronteira entre esses dois mundos. Conseqüentemente, a distância entre o “eu” e o Outro é ampliada não somente pela condição pós-colonial, mas também pela cor da pele, criando uma tripla divisão que a historicidade ajudou a enfatizar⁵.

Meu uso da palavra *mimetismo* aqui deve ser entendido no sentido que Walcott lhe atribui quando descreve o Caribe não como um único grupo isolado de ilhas, mas como parte do Novo Mundo, os continentes americanos como um todo. Assim, o Novo Mundo “da Groelândia até lá embaixo na Tierra del Fuego” é mimético do Velho Mundo. Visto desta perspectiva, todas as literaturas das Américas, inclusive a dos Estados Unidos e Canadá, são miméticas da tradição européia. O mimetismo deveria ser então compreendido da maneira que Naipaul o descreve em *An Area of Darkness*, como uma imitação “não de... um país real”, mas de uma “terra de contos de fada” (61), uma imitação de algo já construído e fictício. Embora Walcott critique o modo como Naipaul define o mimetismo, vendo-o como um insulto, ambos terminam por compartilhar a mesma noção de dependência de um ato mimético que reflete uma entidade ideologicamente construída e que pode até mesmo não possuir uma existência “real” em sua própria “realidade”. Em seu ensaio, *The Caribbean: Culture or Mimicry?*, Walcott escreve:

⁵ Em relação ao desejo de uma divisão total de corpo e alma e de uma verdadeira amputação do seu próprio “eu” ou de sua cobertura, como uma maneira de restaurar a sua totalidade e a sua localização no tempo e no espaço através da negação e rejeição da cobertura negra do seu corpo, cf. o livro de Frantz Fanon, *Black Skin. White Masks*, p. 113.

To mimic, one needs a mirror, and, if I understand Mr. Naipaul correctly, our pantomime is conducted before a projection of ourselves which in its smallest gestures is based on metropolitan references. No gesture, according to this philosophy, is authentic, every sentence is a quotation, every movement either ambitious or pathetic, and because it is mimicry, uncreative. The indictment is crippling, but, like all insults, it contains an astonishing truth. It is not, to my mind, only the West Indies which is being insulted by Naipaul, but all endeavor in this half of the world, in broader definition: the American endeavour... Once the meridian of European civilization has been crossed, according to the theory, we have entered a mirror where there can only be simulations of self-discovery... Somehow, the cord is cut by that meridian. Yet a return is also impossible, for we cannot return to what we have never been... When language itself is condemned as mimicry, then the condition is hopeless and men are no more than jackdaws, parrots, myna birds, apes. (WALCOTT, 1974: 6-7)⁶

Este é o tema do poema “Crusoe’s Journal” [“O diário de Crusoe”], quando o sujeito se encontra preso na teia da língua que não é a sua, quando um retorno à origem é também impossível, já que não há nada a que retornar. Mas a língua é ela própria um ato de imitação, uma vez que cada língua deve algo a uma outra, como observou Rei Tirada (TIRADA, 1992: 5). Walter Benjamin também concebe a língua como “o nível mais alto de comportamento mimético e o arquivo mais completo de similaridade não-sensual: um meio para dentro do qual os primeiros poderes de produção e compreensão mimética passaram sem resíduo, até o ponto em que eles liquidaram aqueles poderes da mágica” (BENJAMIN, 1986: 336). Na sua análise da significação filogenética da faculdade mimética e da lei de similaridade que rege microcosmo e macrocosmo, Benjamin afirma que “a brincadeira de crianças é permeada em todo lugar por modos miméticos de comportamento, e o seu reino não é de modo algum limitado ao que uma pessoa pode imitar em outra” (BENJAMIN, 1986: 333). Desta perspectiva, um aspecto infantil está presente no ato de imitação de Walcott. E como Freud assinalou em seu ensaio *Creative Writers and Day-Dreaming*, “o escritor criativo faz o mesmo que uma criança brincando. Ele cria um mundo de fantasia que ele leva bastante a sério” (FREUD, 1989a: 437). Ao brincar com a língua como poeta, Walcott revela sua própria problemática, a escura selva na qual ele está entrincheirado sem poder sair. Assim, a língua é o centro da sua impossibilidade, como detalharemos mais adiante. Passemos agora à segunda parte dessa conferência, que intitulei

⁶ Traduzindo: “Para imitar, precisa-se de um espelho, e, se entendo corretamente o sr. Naipaul, a nossa pantomima é conduzida ante uma projeção de nós mesmos que em seus menores gestos é baseada em referências da metrópole. Nenhum gesto, de acordo com essa filosofia, é autêntico, cada sentença é uma citação, cada movimento ou ambicioso ou patético, e porque ele é imitação, não criativo. O indiciamento é aleijante, mas como todos os insultos, ele contém uma verdade surpreendente. Não são, na minha opinião, somente as Índias Ocidentais que estão sendo insultadas por Naipaul, mas todo empreendimento nesta metade do mundo, em uma definição mais ampla: o empreendimento americano. (...) Uma vez que o meridiano da civilização européia foi atravessado, de acordo com a teoria, entramos em um espelho onde só pode haver simulações de autodescoberta. (...) De qualquer modo, a corda é cortada por aquele meridiano. Entretanto um retorno é também impossível, pois nós não podemos retornar àquilo que nunca fomos. (...) Quando a própria língua é condenada como imitação, então a condição é desesperadora e os homens são nada mais do que galhas, papagaios, estorninhos, macacos”. (WALCOTT, 1974, p. 6-7).

O golfo abismal de Walcott

Em *Deceit, Desire, and the Novel*, René Girard analisa o desejo cavalheiresco em *Don Quixote*, recaptura o triângulo freudiano (Sujeito-Pai-Mãe) e o substitui por um outro triângulo (Sujeito-Mediador-Objeto) no qual o sujeito imita o mediador a fim de tornar-se como ele e, ao agir assim, ele adquire o seu objeto de desejo. O desejo não vem diretamente de si próprio, do próprio eu, mas da mediação de um Outro. Embora o desejo possa ser descrito como uma linha reta vindo do sujeito em direção ao objeto, há sempre a presença espacial de uma metáfora pairando entre os dois, o que cria a estrutura triangular (GIRARD, 1980: 1-3). Podemos aplicar esta estrutura em nossa leitura do poema "Crusoe's Journal" através do seu processo de mimetismo.

Imagens e referências ao estado de naufrágio se repetem ao longo da obra de Walcott. A palavra "naufrágio" significa uma perda ou falha irrecuperável, conforme definição do vocábulo em inglês⁷, o que descreve a condição do escritor como sujeito. A idéia de "ruína" e "destruição" também cria um impasse para ele, uma vez que ele confronta o legado desse estado de "naufragidade". Aquilo que ele pode desejar destruir já foi destruído, criando o sentimento de ambivalência, perda e inutilidade, castração e impotência.

Essas imagens refletem a sua condição de mimetismo e dependência do Outro, da mesma forma que o personagem Sexta-Feira, de Daniel Defoe, um canibal caribenho, humildemente imitava o náufrago cristão europeu Robinson Crusoe. Sexta-Feira não só assimilou a cultura e religião de Crusoe, como também se tornou seu servo. Contudo, a estrutura especular torna-se mais complexa no caso de Walcott. Para Robinson Crusoe, o Outro era representado pelos "canibais selvagens" que ameaçavam a sua hegemonia da ilha onde ele construiu o seu império de um único súdito: ele mesmo. Crusoe se aterroriza quando se depara com as pegadas dos canibais que vieram festejar e comer a carne do inimigo naquilo que ele assumia como sendo *seu* território. Ele teme perder o império que havia construído para si próprio e ser devorado pelo Outro. Já para os primeiros nativos caribenhos, o Outro é representado pelos europeus brancos que vieram aportar em suas costas marítimas. Quando Sexta-Feira é escravizado por Crusoe, esse se torna o seu mestre e professor, não só da língua, mas também da cultura, religião, e costumes da Inglaterra.

Walcott, no entanto, enfrenta uma estrutura diferente, uma dupla estrutura triangular que o modelo de Girard não comporta. Ao se identificar com Sexta-Feira, o Outro para ele também seria o europeu, representado por Crusoe. Dessa forma, a fim de atingir o seu objeto de desejo (poder, a *libido dominandi* na estrutura triangular de Girard), ele imita o Outro, o mediador. Entretanto, ele já é uma mistura do Outro devido a fatores históricos, uma vez que ele é o resultado da

⁷ "Shipwreck": N. 3. "Complete failure or ruin; tr. v.: 2. to ruin utterly" *The Heritage Illustrated Dictionary of the English Language*. Boston & New York: McGraw Hill International Book Company, 1973.

miscigenação racial, e ele próprio transformou-se no Outro, pois o europeu que ele imitou tornou-se parte do seu "eu" através da imagem projetada. Crusoe torna-se assim também seu objeto de identificação e, como Crusoe, ele passa a desejar, possuir Sexta-Feira para o seu controle. Assim, ele próprio transforma-se em uma metáfora, o que explica o desejo de um mundo verde e sem metáforas que aparece em seu poema. Ao desejar nulificar seu mundo e transformá-lo em um universo vazio da presença do Logos, ele está também desejando o seu retorno a uma condição de sujeito, sem a presença do mediador que o reifica. Portanto, ele se torna Crusoe, o Outro, o mediador. O Outro é o seu duplo.

O duplo é parte da gênese de Walcott, já que ele realmente possui um irmão gêmeo. Seu duplo (nesse caso, o Crusoe que ele espelha) está presente através de seus poemas e torna-se tema do poema "XI" em *Midsummer*.

My double, tired of morning, closes the door
of the motel bathroom; then, wiping the steamed mirror,
refuses to acknowledge me staring back at him.
With the softest grunt, he stretches my throat for the function
of scraping it clean, his dispassionate care
like a barber's lathering a corpse-extreme unction (WALCOTT, 1986: 475).⁸

Neste poema, o duplo está "cansado da manhã", como se estivesse cansado de ser refletido no "espelho embaçado", e se recusa a admitir que a sua presença "lhe devolve o olhar". Mais uma vez, a figura do espelho aparece juntamente com a imagem da morte representada por um cadáver preparado para a extrema-unção. O ato de um duplo estar fazendo sua barba revela o desejo recôndito de livrar-se dele, de destruir a sua imagem da qual ele já se cansou. Contudo, se ele o destruir, acabará destruindo a si mesmo, pois ambos são um. Mas ele é somente uma parte do Outro, o que justifica seu estado de fragmentação e sua crise de falta de identidade, como veremos mais adiante.

Assim, o sujeito caribenho enfrenta um paradoxo, um problema sem solução: se ele rejeita o Outro, que o colonizador europeu encarna, ele negará seu próprio ser, pois o Outro já se tornou parte do ser colonial, em sua ancestralidade, em sua cultura e em sua educação. Aquilo que ele deseja destruir é o objeto que o engendrou e tornou-se parte do seu "eu". O apagamento do "eu" colonial é uma auto-mutilação equivalente a um ato de suicídio. Como, segundo Lacan, o desejo é uma falta, ele deseja a falta no Outro, deseja fragmentar-se no Outro para descobrir o que lhe falta.

No poema "Crusoe's Journal", Walcott discorre sobre o tema da reificação através da imposição de uma cultura sobre outra. O mimetismo cultural resultante

⁸ Traduzindo: "Meu duplo, cansado da manhã, fecha a porta / do banheiro do hotel; então, enxugando o espelho embaçado, / recusa-se a reconhecer que lhe devolvo o olhar. / Com um grunhido abafado, estica a minha garganta a fim / de raspá-la totalmente, seu cuidado impassível / como o de um barbeiro que ensaboa um cadáver - extrema-unção" (WALCOTT, 1986, p. 475).

deste processo transforma o ser colonizado em um mero reproduzidor de um mundo que não é o seu, em objetos cuja “solidão é multiplicada pelo tempo”, os resíduos do agente histórico, as sobras, os restos da condição pós-colonial que deixa “um grande abismo posto” entre o ser e o Outro, conforme atesta a epígrafe do poema. Essa epígrafe é uma citação bíblica de Abraão feita pelo personagem principal em *Robinson Crusoe*, livro que Walcott utiliza como fonte inspiradora de seu poema.

“Golfo” (*Gulf*) é uma palavra-chave recorrente nos poemas de Walcott. A citação na epígrafe “Between me and thee is a great gulf fixed” resume a sua condição de *outridade*⁹. A palavra “gulf” em inglês significa: 1: uma parte de um oceano ou mar estendendo-se à terra; 2: um grande abismo; 3: um redemoinho; 4: um largo fosso profundo; 5: uma vasta separação; 6: engolir¹⁰. Todas essas definições são importantes no nosso entendimento do dilema de Walcott. O “golfo” é o espaço entre ele e o Outro, o abismo que ele tenta superar através da imitação e do mimetismo, o fosso intransponível que constitui a sua alma. Além disso, há a questão da separação geográfica entre as ilhas caribenhas e o continente. Cada ilha repete a sua solidão, como descreve Benítez-Rojo¹¹, “multiplicando a [sua] solidão natural”, no dizer de Walcott. Cada ilha sonha em se alongar e se tornar parte do continente, o universo do Outro, de modo que ela possa alcançar um *status* universal, reconhecida como parte da cultura ocidental vigente e preponderante¹². Portanto, a geografia desempenha um papel importante na compreensão da situação caribenha. A ilha admira e respeita o continente, ela fita o Outro com olhos seduzidos de desejo, ansiando ser parte dele, superar o golfo, o abismo que separa uma parte da outra, através do alongamento e do contato, ligando o fosso com uma ponte e tornando-se um. A geografia externa de falta e incompletude é refletida no mapa interior do desejo, a história do sujeito espelhando a história de seu país, as ilhas externas refletindo a solidão interna do sujeito e vice-versa, na condição de naufrágio que ele herdou.

Na passagem de *Robinson Crusoe* que Walcott usa como epígrafe de seu poema, ele se identifica com Crusoe no seu estranhamento do mundo:

⁹ Em vez de *alteridade*, utilizo o neologismo *outridade*, já empregado por Octavio Paz (*Os filhos do barro*, p. 201), para enfatizar a presença do *Outro* na própria palavra.

¹⁰ “Gulf: 1. A large area of ocean reaching into land. 2. A wide, deep chasm. 3. A vast separation”. *Webster’s New World Dictionary of the American Language*. New York, Popular Library, 1975. “Gulf: 1: a large area of a sea or ocean partially enclosed by land (...). 2: A deep, wide chasm; abyss. 3. A separating distance; wide gap (...). 4. A whirlpool; (...) tr. v. To swallow, engulf.” *The Heritage Illustrated Dictionary of the English Language*. op. cit.

¹¹ Cf. *The Repeating Island*.

¹² Este desejo foi literalmente verbalizado por um dos meus colegas da Universidade de Buffalo, E.U.A., nascido em Trinidad. Em uma discussão sobre um poema que ele havia escrito para nossa aula de Criação Literária, disse que desejaria que algum membro da sua família tivesse sido morto por alguma figura histórica inglesa famosa, de modo a que as pessoas soubessem quem ele era e de onde ele vinha toda vez que era perguntado onde Trinidad se localizava, como se para compensar seu sentimento de nadificação gerado pelo fato de pertencer a um lugar sem nenhuma importância política para o mundo ocidental. Fiquei chocado com suas palavras que contradizem o discurso pós-colonial da forma como é praticado, especialmente se compararmos os seus argumentos com o texto de Jamaica Kincaid “On Seeing England for the first time” que é exatamente o reverso do seu argumento.

I looked now upon the world as a thing remote, which I had nothing to do with, no expectation from, and, indeed, no desires about. In a word, I had nothing indeed to do with it, nor was ever like to have; so I thought it looked as we may perhaps look upon it hereafter, viz, as a place I had lived in but was come out of it: and well might I say, as Father Abraham to Dives, “Between me and thee is a great gulf fixed.” – Robinson Crusoe (WALCOTT, 1986: 92).¹³

Essa passagem remete ao sentimento descrito por Freud como das *Unheimliche*, traduzido para o português como “O Estranho”, em inglês como “The Uncanny” e em francês como *L’inquiétante étrangeté* (“A inquietante estranheza”). Dessas traduções, a francesa é a única a descrever o sentimento de estranhamento, afastamento e alienação presentes na palavra alemã *Unheimlich* (que contém, nela própria, seu oposto [*heimlich*]), aquele sentimento de ver algo que uma vez nos foi familiar como algo estranho, hostil, forasteiro, ou indiferente, onde antes existia uma ligação, uma proximidade. Freud discute os diferentes significados da palavra, aplicando-a na análise do complexo de castração em um dos personagens de E.T.A. Hoffmann no seu conto “O homem de areia” em *Phantasiestücke*, do qual Freud deriva a idéia do duplo. De acordo com Freud, a idéia do duplo aparece quando há um retorno na história evolutiva do sentimento do ego, uma regressão para um tempo onde o ego ainda não foi delimitado em relação ao mundo exterior e aos Outros (FREUD, 1993: 188).

Este sentimento, que também aparece no capítulo XII de *Omeros*¹⁴, é o sentimento que Walcott compartilha com Crusoe, quando um mundo ao qual ele estava acostumado e familiarizado subitamente torna-se alienante, alheio, estranho, quando ele se encontra face a face com um estado de *outridade*. Este é também o momento de descoberta e da criação poética, na qual o artista estranha a realidade e o ambiente à sua volta. Lacan observa em *The Four Fundamental Concepts of Psychoanalysis* que, no nível animal, os fatos de mimetismo são semelhantes ao que no ser humano é manifestado como arte (LACAN, 1981: 100). Para Walcott, o momento criativo é um momento da descoberta de seu estado de assimilação e mimetismo, um momento em que ele tem que acertar as contas consigo próprio e com a realidade à sua volta. Somente ao atingir o estado de alteridade, ao tornar-se um escritor, ele é capaz de enfrentar sua própria condição de dependência de um mundo de simulacros. Este é também o momento do reconhecimento de sua insolvência, o impasse que ele está impossibilitado de resolver. Portanto, sua impossibilidade o leva a um

¹³ Traduzindo: “Agora eu via o mundo como uma coisa remota, com a qual nada tinha que ver e da qual nada esperava, nem mesmo desejava. Numa palavra, eu não tinha de fato nada que ver com o mundo, e provavelmente jamais teria; por isso achei que talvez pudéssemos vê-lo dali em diante como um lugar no qual eu vivera, mas do qual havia saído; e bem poderia dizer, como o pai Abraão (...), ‘Entre nós e vós está posto um grande abismo’ – Robinson Crusoe” (WALCOTT, 1986, p. 92). As traduções dos poemas aqui transcritos foram feitas pelo autor e revisadas por Marta Rosas, com exceção de alguns trechos citados de *Omeros*, cujo ano de publicação indica a tradução.

¹⁴ “In the printery’s noise, and as we went downstairs / in that now familiar and unfamiliar house” (WALCOTT, 1998, p. 68). [“No barulho da gráfica, enquanto descíamos para o térreo / naquela casa agora familiar e estranha” (WALCOTT, 1994, p. 85)].

estado nadificante de nulidade, insignificância e total alheamento por se encontrar preso no abismo do golfo que o divide.

Após a epígrafe, o poema inicia, descrevendo o trajeto até uma casa de praia, um trajeto similar ao percorrido por Robinson Crusó. A partir daí, o poema refere-se ao uso da razão inglesa que predomina no romance quando o personagem usa o intelecto para avaliar o que resgatar dos objetos encontrados nos destroços do navio. Walcott critica a reificação até mesmo das necessidades básicas e de estilo que ganham utilidade do mesmo modo que os utensílios de ferro que Crusó recupera do navio. Após construir sua casa, Crusó começa a escrever o seu diário, tentando um estilo que Walcott compara ao de cortar madeira com a enxó:

Once we have driven past Mundo Nuevo trace
safely to this beach house
perched between ocean and green, churning forest
the intellect appraises
objects surely, even the bare necessities
of style are turned to use,
like those plain iron tools he salvages
from shipwreck, hewing a prose
as odorous as raw wood to the adze; (WALCOTT, 1986: 92)¹⁵

E dessa lavra, nasce a primeira bíblia, o gênesis profano de uma raça que tem em Crusó o seu Adão, que fala aquela prosa até então desconhecida pelos nativos. Robinson Crusó é o representante de um império que introduziu uma cultura letrada em um mundo que não tinha nenhuma necessidade da alfabetização que ele representava. Crusó personifica Cristóvão Colombo em seu ato de colonialismo. O mundo letrado foi introduzido nas colônias européias através do cristianismo e da Bíblia, através da injeção do Logos em um universo que não necessitava de metáforas. Como escreve Walcott, sua terra era a metáfora concreta do paraíso antes da chegada dos colonizadores que transformaram os nativos em papagaios obedientes e repetidores, em bondosos Sextas-Feiras com paixão, em canibais de uma espécie diferente: aquela que come a carne de Cristo, que é separada de si mesma, aquela que perdeu a voz e agora imita e molda uma língua onde “nada existia”; os caribenhos tornaram-se uma espécie de “párias”, “náufragos proscritos” que se movimentam “posando de naturalistas” e implorando o elogio do Outro, uma espécie amedrontada, *coisificada* pelo tempo e pela história; uma espécie cuja solidão se multiplica em busca de um sentido perdido, de um significado deixado para trás em algum lugar nas cavernas do passado, como cantam e contam os versos de Walcott:

(...) out of such timbers
came our first book, our profane Genesis
whose Adam speaks that prose

¹⁵ Traduzindo: “Após deixarmos para trás o Mundo Nuevo, seguindo / em segurança até esta casa de praia / empoleirada entre oceano e verde floresta bravia. / o intelecto avalia / objetos com precisão, mesmo as necessidades básicas / do estilo ganham uso, / como esses simples utensílios de ferro que ele resgata / do naufrágio, lavrando uma prosa / tão perfumada como madeira nova para a enxó;” (WALCOTT, 1986, p. 92).

which, blessing some sea-rock, startles itself
with poetry's surprise,
in a green world, one without metaphors;
like Cristófer he bears
in speech mnemonic as a missionary's
the Word to savages,
its shape an earthen, water bearing vessel's
whose sprinkling alters us
into good Fridays who recite His praise,
parrotting our master's
style and voice, we make his language ours,
converted cannibals
we learn with him to eat the flesh of Christ (WALCOTT, 1986: 92-3).¹⁶

Crusó, embora ilhado e longe da civilização, se apega aos princípios e visão de mundo do universo distante que ele representava, recorrendo à Bíblia como uma maneira de sobrevivência. Uma vez estabelecido e após haver transformado o canibal Sexta-Feira em seu escravo obediente, ele o ensina não somente a sua língua, mas também sua religião, agindo como um missionário em um mundo sem templos, pregando o Logos em um local que lembrava o próprio paraíso sem nenhuma necessidade da mediação do discurso escrito. Crusó não quis aprender a língua ou a cultura de Sexta-Feira. É Sexta-Feira quem teve que aprender, ser ensinado, educado, e “civilizado”. Embora Walcott critique este processo “civilizatório”, como fruto desse processo, ele não tem escapatória, conforme já assinaei.

O poema lida com o tema da aquisição e advento da linguagem, a famosa questão das origens. Walcott está preso dentro da linguagem, e a língua que ele possui para falar sobre isto e estabelecer sua crítica é a língua do Outro que lhe foi imposta. Este fato demonstra a situação paradoxal na qual ele se encontra e reflete a problemática do seu impasse. Em que língua pedir ou demandar? Ele não possui nenhuma língua própria, uma vez que a língua dos habitantes autóctones, os povos nativos, desapareceu com a devastação de suas espécies. Mas mesmo quando ela existiu, era uma língua oral, sem nenhum registro escrito. Sexta-Feira possuía uma língua que Walcott não mais possui. Ele tornou-se um algo híbrido em busca de um significado que jamais se concretizará, a própria exemplificação da “falta” laciana. O seu significante não significa, mas é o único signo que ele possui para atingir expressão.

A recorrência de certas palavras através de seus poemas ajuda-nos a perceber em Walcott aquilo que em termos psicanalíticos poderia ser definido como “clivagem do ego” (*Ichspaltung*, em alemão, ou *splitting of the ego*, em inglês), que, para Freud, significa a coexistência no coração do ego de duas atitudes psíqui-

¹⁶ Traduzindo: “(...) de tal lenho / surgiu o nosso primeiro livro, nosso Gênesis profano, / cujo Adão fala aquela prosa / que, abençoando alguma rocha-marinha, se choca / com surpresa de poesia, / em um mundo verde, sem metáforas, / como Cristóvão, ele carrega / na fala mnemônica de missionário / a Palavra para os selvagens, / sua forma, a de um vaso de barro para água / cuja aspersão nos transforma / em Sextas-Feiras santos que recitam o Seu louvor, / papagueando do nosso mestre, / estilo e voz, fazemos nossa a sua língua, / canibais convertidos, / com ele aprendemos a comer a carne de Cristo” (WALCOTT, 1986, p. 92-3).

cas em relação à realidade externa quando esta se coloca no caminho das exigências das pulsões. A primeira dessas atitudes considera a realidade, enquanto a segunda a desqualifica e a substitui por um produto do desejo¹⁷. Palavras como “origens”, “ilhas”, “ruínas”, “párias”, “porto”, “golfo”, “Crusoé”, “macaco”, “Adão”, “Exílio”, “Novo Mundo”, “O Mar Estranhante”, “O Homem Massa”, “Uma outra vida” e “Paz fantasmal” que aparecem nos títulos de seus poemas reforçam a idéia de alienação, estranhamento, reificação, mimetismo e rejeição. Elas reforçam o desejo de se libertar de um passado cujo fantasma o assombra, um desejo de começar de novo, construir uma nova vida não mais nas ruínas do exílio. Dividido entre dois mundos, ele deseja construir seu próprio paraíso no qual ele possa tornar-se a origem tornando-se Adão.

O espelho é também uma imagem recorrente em seus poemas, como podemos observar nos versos seguintes, onde tudo é multiplicado pelo tempo. O verbo “multiplicar” está também ligado à figura do espelho, já que um espelho multiplica imagens por reflexo. Também é notável a repetição da palavra “shape” (forma) neste poema. Dentre outras acepções, o verbo “shape” significa em inglês: formar, criar, dar uma determinada forma ou formato; incorporar em uma forma definida; adaptar, tornar adequado; assumir uma forma definida¹⁸. Como substantivo, a palavra também significa: um contorno ou configuração da superfície característica de algo ou de alguém; fantasma, aparição; falsa aparência, aparência assumida, aspecto; forma definida e desenvolvida; um modo de existência ou forma de ser; algo usado para determinar a forma, como molde ou padrão; a condição na qual algo ou alguém existe¹⁹. Essas definições podem ser aplicadas ao ser pós-colonial que Walcott representa, um ser fragmentariamente moldado que anseia por se tornar universalmente reconhecido como uma forma determinada no tempo: um ser cuja vida foi determinada e dirigida por sua existência na história; um ser que foi moldado de modo a se tornar apto, adaptável a uma condição histórica, assumindo a aparência do fantasma do Outro; um ser incompleto que deseja ser moldado em sua forma madura, definida, de modo a que ela possa direcionar o curso de sua própria vida e de suas ações, como podemos perceber nos seguintes versos:

All shapes, all objects multiplied from his,
our ocean's Proteus;
in childhood, his derelict's old age
was like a god's. (Now pass

¹⁷ Cf. Laplanche, J e Pontalis, J-B., 1973. *The language of psycho-analysis*. Trad. Donald Nicholson-Smith. New York: W.W. Norton. p. 427-9.

¹⁸ “Shape: v. 1. to give a particular form to; 2. to cause to conform to a particular form or pattern; modify, adapt to fit. –intr. 1. To take a definite form; 2. To proceed or develop in a satisfactory or desirable manner.” *The Heritage Illustrated Dictionary of the English Language*. op. cit.

¹⁹ “Shape: n. 1. The outline or characteristic surface configuration of a thing; a contour; form. 2. The contour of a person's body; figure. 3. Developed, definite, or proper form. 4. Any form or condition in which something may exist or appear; embodiment. 5. Assumed or false appearance; guise. 6. an imaginary or ghostly form; phantom. 7. Something used to give or determine form, as a mold or pattern.” *The Heritage Illustrated Dictionary of the English Language*. op. cit.

in memory, in serene parenthesis,
the cliff-deep leeward coast
of my own island filing past the noise
of stuttering canvas,
some noon-struck village, Choiseul, Canaries,
crouched crocodile canoes,
a savage settlement from Henty's novels,
Marryat or R.L.S.,
with one boy signalling at the sea's edge,
though what he cried is lost.) (WALCOTT, 1986: 93).²⁰

O pronome *his* [*dele*] nos versos precedentes se refere tanto a Cristo quanto a Crusoé, que incorpora a figura do Outro que o ser colonizado espelhava. No verso “our ocean's Proteus” [“Proteu de nosso oceano”] há a presença da figura protéica mitológica²¹ que pode assumir qualquer forma, assim como os povos colonizados tinham que incorporar a forma do colonizador através da assimilação de todas as formas pertencentes ao Outro.

A memória da infância aparece como um “parêntese sereno”, como se a totalidade da história de sua infância pudesse ser resumida em algo que caberia em um parêntese, um aparte que não ocupa a posição central do discurso, e como tal, embora “sereno”, não é de importância principal. A ilha de Crusoé torna-se a sua própria, tanto a ilha real onde Walcott nasceu como aquela da sua fantasia e imaginação, sua própria ilha privada, espelhada em sua mente através dos livros infantis que ele lia quando criança. A infância está assim ligada a uma cultura de leitura cujo ambiente não é o seu, mas inglês, ou criado e descrito por olhos britânicos em romances cujos autores ele não consegue identificar com precisão, mas que não faz muita diferença, uma vez que tanto o cenário quanto o enredo são mediados por olhos imperiais²². A visão de um garoto acenando na beira do mar é seguida pela lembrança da perda no verso “though what he cried is lost.” [“embora o que ele gritava se tenha perdido”]. Esta perda pode ser interpretada como a perda da lembrança daquilo que o garoto (personagem do livro) gritou, ou a perda de sua

²⁰ Traduzindo: “Todas as formas, todos os objetos multiplicados dos seus, / o Proteu de nosso oceano; / na infância, a antigüidade do seu derelito / era como a de um deus. (Agora passam / na memória, em sereno parêntese, / as falésias da costa, a sotavento, / de minha própria ilha desfilando pelo ruído / da lona que farfalha, / alguma vila amodorrada ao meio-dia, Choiseul, Canárias, / canoas como quietos crocodilos, / um povoado rústico dos romances de Henty, / Marryat ou R. L. S., / com um garoto acenando à beira-mar, / embora o que ele gritava se tenha perdido.)” (WALCOTT, 1986, p. 93).

²¹ Na mitologia grega, Proteu era representado como um velho guardador dos animais marinhos do deus do mar Poseidon. Possuía o dom de profecia e podia transformar-se em qualquer forma que escolhesse.

²² Walcott aprendeu a língua inglesa através de livros, como James Dickey observa em sua resenha da obra *Collected Poems* de Walcott, citado por Tirada (2-3). Seu aprendizado da língua instrumental na qual ele escreve veio de uma fonte escrita, o que pode explicar seu dilema com a linguagem, e também as referências a esta cultura letrada. Os escritores mencionados no poema são os seguintes: George Alfred Henty (1832-1902), escritor inglês de muitos livros infantis que se passam em vários períodos históricos. Capitão Frederick Marryat (1792-1848), romancista inglês, escreveu sobre o mar, mais conhecido pelas obras: *Mr. Midshipman Easy* (1836), *Peter Simple* (1834) e *Masterman Ready* (1841). R. L. S. refere-se a Robert Louis Balfour Stevenson (1850-1894), romancista escocês, ensaísta, e poeta, conhecido por suas histórias de fantasia e aventura e seus ensaios românticos. Suas obras incluem diversos títulos, os mais famosos dos quais são *A Ilha do Tesouro* (1883) – o livro ao qual Walcott se refere – e *The Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde* (1886).

própria voz como sujeito, se interpretarmos o garoto como sendo o próprio Walcott, perdido no tempo. Além disso, essa perda demonstra a sua inabilidade de reproduzir a voz de suas lembranças, de sua memória. Seu próprio discurso tornou-se silencioso, esquecido, apagado através do tempo, já que ele não possui uma voz autêntica. Sua voz é um arremedo expresso em uma “lona balbuciante” [“stuttering canvas”], que tanto pode se referir à lona de um circo, à tela de pinturas, outra arte adotada por Walcott, assim como à vela de barco, das lembranças infantis do romance *A Ilha do Tesouro*, do escritor escocês Robert Louis Stevenson, citado no poema na alusão ao personagem Ben Gunn.

Esta referência à infância pode ser confrontada com a formação do ego na criança. Joel Kovel declara que no estágio infantil, quando a capacidade do bebê começa a amadurecer de estímulo corporal para uma atividade consciente implicada juntamente com aquela de sua mãe, ele passa da posição de um organismo dominado por mecanismos fisiológicos para aquela de uma pessoa. Nessa interação com a mãe durante o processo de alimentação, ao pegar a comida da colher e colocá-la na boca, o bebê está se transformando em um objeto que se recusa a tomar as coisas passivamente, criando uma distância entre ele e sua mãe. Enquanto o “eu” se expande em individualidade, o bebê subjetivamente se funde com a mãe, mesmo quando ele a recusa. O bebê adiciona para ele a porção contendo as possibilidades de fusão, fantasiando a engolição da mãe juntamente com a comida, em um processo que Kovel chama de negação da negação, a negação da mãe (do Outro) da negação que é a perda de ligação do bebê (KOVEL, 1981: 243-4).

Este processo é equivalente àquele experimentado por Walcott na sua negação da recusa do Outro de reconhecê-lo como um sujeito autônomo, em seu desejo de atingir a maturidade. Isto é expresso na sua fusão com aquilo que o recusa, em uma tentativa de “engolir” o Outro e destruir seu poder, o que está bastante relacionado ao canibalismo contido de Sexta-Feira, e que encontra paralelo aqui no Brasil com o que ocorreu no movimento antropofágico de nossa literatura.

A palavra *Choiseul* refere-se tanto a um lugar nas Ilhas Canárias quanto a uma das divisões políticas da ilha de Sta. Lúcia, provavelmente uma homenagem ao estadista francês Etienne François Choiseul (1719-85). A referida palavra é formada por justaposição de dois vocábulos franceses: *choix* [escolha], e *seul* [só, sozinho]. A problemática de Walcott é assim resumida na escolha solitária que ele tem que realizar, uma escolha de língua que não é em si uma escolha, pois uma escolha envolve pelo menos dois elementos, que uma “escolha sozinha” não fornece. Não se pode escolher dentro de um universo de *sozinhos*, de um universo de um único elemento. Isto cria a impossibilidade de uma escolha e torna-se o centro do seu impasse. Mais uma vez, ele se encontra preso à linguagem, naquilo que Lacan definiu como o *vel* da impossibilidade da escolha, ou como a barra que separa o significante do significado, na falta gerada pela impossibilidade de completude do desejo²³.

²³ Cf. o ensaio de Lacan “Agency of the letter in the Unconscious”.

O tempo é também um espelho que multiplica a sua solidão, a única coisa natural que ele possui que possa ser considerada verdadeiramente sua [“So time, that makes us objects, multiplies our natural loneliness”]. Preso ao tempo (à condição histórica) e à linguagem, o sujeito torna-se um objeto. Mesmo assim, o objeto no qual o sujeito se transforma é moldado em “algo sem uso”, um algo-sujeito cujo ser está “separado de si mesmo”, que vive num limbo, “em algum outro lugar”, em um estado de *nadificação*, desejoso da liberdade metaforizada das gaivotas que anuviam as ilhotas, cuja linguagem em estado bruto é tão mimética quanto a sua, pois elas emitem “gritos miméticos primevos” [“raw, mimetic cries”]. Esses sons deveriam ser o mais natural possível, pois gritos são a expressão mais individualizada e peculiar de um ser, que antecede à própria origem das línguas, mas mesmo esses gritos são miméticos. O sujeito pós-colonial é uma imitação de um ser que aspira à vitória numa batalha perdida e que, mesmo incompleto, “nunca se rende totalmente”; mesmo assim, ele “precisa do elogio de um outro”, o reconhecimento de seu estado de *objetude*; ele é um ser fragmentado que tem que aprender de novo “a paz autocriadora das ilhas”, aprender como se criar do nada e de sua solidão; um ser *objetificado* que aprende a moldar, a partir do diário de Crusoé, “a língua de uma raça onde nada havia”, uma língua que tem de encontrar o seu valor na sua expressão escrita, e como ela não existe, já que a língua original da ilha agora está extinta, a língua teve de ser tomada de empréstimo, substituída por uma outra que não é a sua.

So time, that makes us objects, multiplies
our natural loneliness.
For the hermetic skill, that from earth's clays
shapes something without use,
and, separate from itself, lives somewhere else,
sharing with every beach
a longing for those gulls that cloud the cays
with raw, mimetic cries,
never surrenders wholly, for it knows
it needs another's praise
like hoar, half-cracked Ben Gunn, until it cries
at last, “O happy desert!”
and learns again the self-creating peace
of islands. So from this house
that faces nothing but the sea, his journals assume a household use;
we learn to shape from them, where nothing was
the language of a race (WALCOTT, 1986: 93-4)²⁴

²⁴ Traduzindo: “Assim o tempo, que nos faz objetos, multiplica / nossa solidão natural. / Pois a habilidade hermética, que dos barros da terra / molda algo sem uso, / e separada de si mesma, vive em algum outro lugar, / compartilhando com cada praia / um desejo daquelas gaivotas que anuviam os recifes / com miméticos gritos primevos, / nunca se rende completamente, pois sabe / que precisa do elogio de outro / como o velho maluco Ben Gunn, até gritar / por fim: ‘Ó deserto feliz!’ / e aprender de novo a paz autocriadora / das ilhas. Assim, desta casa / de onde nada se vê além do mar, / seu diário assume utilidade doméstica; / aprendemos a moldar a partir dele, onde nada havia. / a língua de uma raça, (...)” (WALCOTT, 1986, p. 93-4).

O intelecto exige uma máscara, já que o ser colonial não consegue pensar por si próprio. Sua máscara não é somente o discurso do Outro, mas também a sua aparência física, o rosto barbado de Crusoé, o espelho que fornece aos seres coloniais o desejo de se autodramatizarem à custa da natureza²⁵. O “eu” não é o “eu”, mas a dramatização de uma máscara, um totem metaforizado²⁶, uma pantomima em detrimento da natureza. O ser pós-colonial não possui nem mesmo um desejo seu, pois desejo é algo subjetivo e eles tornaram-se objetificados. O desejo é fornecido para eles. Eles não são: eles posam. Todos são proscritos, náufragos abjetos, párias que posam de naturalistas e anseiam por fantasias de inocência. Mesmo aquilo pelo que anseiam é uma fantasia, nada concreto, mas uma representação. Sua fé natural foi roubada no desejo do Logos inculcado em seus desejos quando suas vozes se apavoraram na enunciação do simulacro mítico cristão, quando as suas solidões, a única coisa natural que lhes foi deixada, tornam-se uma heresia que deve ser escondida, negada, uma vez que as criaturas pequenas não podem compartilhar a solidão de Deus.

(...) and since the intellect demands its mask
that sun-cracked, bearded face
provides us with the wish to dramatize
ourselves at nature's cost,
to attempt a beard, to squint through the sea-haze,
posing as naturalists,
drunks, castaways, beachcombers, all of us
yearn for those fantasies
of innocence, for our faith's arrested phase
when the clear voice
startled itself saying "water, heaven, Christ,"
hoarding such heresies as
God's loneliness moves in His smallest creatures. (WALCOTT, 1986: 94).²⁷

As referências à divisão colonial e ao duplo se espalham pelos poemas de Walcott, demonstrando ser este o tema crucial de sua obra. No seguinte trecho do

²⁵ Este desejo é comparável ao desejo de se livrar do duplo através do ato de se barbear no poema “XI”, já mencionado em nota anterior.

²⁶ Cf. o ensaio de Freud *Totem and Taboo* no qual ele estabelece uma relação entre o totem e a culpa ancestral da morte do pai em outra aplicação do complexo de Édipo. A imagem do pai morto torna-se mais forte do que a do verdadeiro. A figura do pai é substituída pelo totem, e a culpa de seu assassinio gera o tabu (FREUD, 1989b, p. 501). Esta idéia pode ser comparada àquilo que Lacan chama de “falta do falo”, e é aplicável ao caso de Walcott, uma vez que o seu poema é um desejo de destruir esta figura do pai através da apropriação do poder de sua língua. A língua, então, torna-se o totem neste processo de transferência de significados. Contudo, o significante não é dele. Assim, a culpa aparece mais forte do que o ato de apropriação, que é uma metáfora para a destruição. A imagem de Cristo no poema está relacionada a esta figura do pai que forneceu a ele a língua que ele imita através de uma voz que se espanta no ato da enunciação mimética. O desejo da morte do pai é literalmente expresso no poema “Crusoe's Island” (“A ilha de Crusoé”) no verso “My father, God, is dead” (68)

²⁷ Traduzindo: “(...) e já que o intelecto exige sua máscara / esse rosto barbado, curtido pelo sol / nos provê do desejo de dramatizar-nos / à custa da natureza, / de ensaiar uma barba, forçar a vista no mormaço, / posando de naturalistas, / bêbados, párias, vagabundos de praia, todos nós / ansiamos por essas fantasias / de inocência, pela fase suspensa de nossa fé, / quando a voz clara / surpreendeu-se ao dizer “água, paraíso, Cristo”, / colecionando heresias como / a solidão de Deus pulsa em Suas criaturas mais ínfimas.” (WALCOTT, 1986, p. 94).

poema “A Far Cry from Africa”, o ser busca uma identidade que lhe é desconhecida, uma vez que ele próprio foi “envenenado” com o sangue de duas culturas incompatíveis que o dividem até às veias. Em uma luta interior entre a cultura africana e a inglesa, representadas no poema pela figura do gorila e do super-homem, o sujeito poético se pergunta: como conciliar dentro de si África e Inglaterra, fragilidade versus força? O que rejeitar: a língua inglesa emprestada que também se tornou a sua, ou a herança africana? O dilema do sujeito pós-colonial é a necessidade de escolher entre dois mundos que dão corpo a seu eu e vestem sua alma, encerrando-o em um estado de impossibilidade e indefinição que Rei Tirada definiu como “betweenness” (TIRADA, 1992: 8-9):

The gorilla wrestles with the superman.
I who am poisoned with the blood of both,
Where shall I turn, divided to the vein?
I who have cursed
The drunken officer of British rule, how choose
Between this Africa and the English tongue I love?
Betray them both, or give back what they give?
How can I face such slaughter and be cool?
How can I turn from Africa and live? (WALCOTT, 1986: 18).²⁸

Entretanto, essa divisão cultural caribenha não se restringe apenas a duas culturas, africana e inglesa, uma vez que a história caribenha se caracteriza pela prevalência de diversas culturas. Existem ainda os resquícios da extinta cultura nativa, como também as diferentes culturas dos povos brancos europeus que desembarcaram em suas costas. Por isso, no poema “The Schooner Flight”, Walcott amplia essa divisão cultural ao se referir a uma terceira cultura que faz parte da sua existência. Nesse poema, o sujeito pós-colonial é um sarará de “sangue holandês, negro e inglês” que se rebela contra o seu estado de *outridade*. Para Walcott, as ilhas caribenhas, que antes eram um paraíso, foram transformadas pela colonização européia em “favelas do império”; seus súditos miscigenados se tornaram seres divididos, *Shabine*, o termo *patois* para mulato sarará cuja ascendência africana misturada a uma educação européia transformou-os em essência do nada, em “ninguéns” em busca de uma nação:

I know these islands from Monos to Nassau,
a rusty head sailor with sea-green eyes
that they nickname Shabine, the patois for
any red nigger, and I, Shabine, saw
when these slums of empire was paradise.

²⁸ Traduzindo: “O gorila luta com o super-homem. / Eu, que fui envenenado com o sangue de ambos, / A quem posso recorrer, dividido até a veia? / Eu, que amaldiçoei / O soldado bêbado do jugo britânico, como escolher / Entre esta África e a língua inglesa que amo? / Traí-las ambas ou devolver-lhes o que elas dão? / Como posso enfrentar tal chacina friamente? / Como posso dar as costas à África e viver?” (WALCOTT, 1986, p. 18).

I'm just a red nigger who love the sea,
I had a sound colonial education,
I have Dutch, nigger, and English in me,
and either I'm nobody, or I'm a nation (WALCOTT, 1986: 346).²⁹

Sem uma nação própria, o sujeito pós-colonial busca uma cultura para se espelhar. Todavia, espelhos refletem não só a imagem idealizada como a real, a fragmentação do sujeito pós-colonial e a sua condição mimética. Podemos contrapor o impasse da condição pós-colonial àquilo que Lacan chama de *stade du miroir*, a fim de definir a função da *imago* na relação entre *Innenwelt* (mundo interior) e *Umwelt* (mundo exterior). Lacan argumenta que o estágio do espelho cria no sujeito uma sucessão de fantasias que se estendem desde uma imagem de corpo fragmentada até uma forma de sua totalidade que ele denomina ortopédica, levando o sujeito a assumir uma identidade alienante como uma espécie de armadura, cuja estrutura rígida marcará o total desenvolvimento mental do sujeito. O corpo fragmentado geralmente se manifesta em sonhos quando o processo de análise enfrenta um certo nível de desintegração agressiva no indivíduo, aparecendo, entre outras formas, como membros desarticulados. O rompimento do círculo do mundo interior para o mundo exterior gera a quadratura inexaurível das verificações do ego. No nível orgânico, o estágio especular revela-se nas linhas da fragilização que definem a anatomia da fantasia, da forma exibida nos sintomas esquizóides e espasmódicos da histeria (LACAN, 1977: 4-5).

Contrapondo a produção literária pós-colonial do Caribe às narrativas oníricas, veremos que a recorrência das imagens do espelho e da fragmentação revelam a ambigüidade do sujeito caribenho que se expressa na literatura: a sua divisão física e mental, a sua duplicação e seu desejo obsessivo de tornar-se o desejo do *Outro*, o desejo de apagar traços de sua diferença para ser aceito no mundo do colonizador, uma vez que esse outro mundo rejeita a diferença. Para Lacan, a criança descobre o Outro através da sua própria imagem projetando-se do espelho. Para Walcott, o espelho revela a armadura da identidade alienante que ele havia assumido. E, como no conto *La Horla* de Guy de Maupassant, esta imagem é *ele próprio*.³⁰ Quando a projeção no e do *Outro* revela a opacidade da imagem refletida, desvelando o vazio e a falta de significado do mimetismo, outro desejo assoma, um desejo de quebrar o espelho, de destruir a imagem mimética e de recuperar a própria identidade.³¹ Esta destruição é processada através do ato da criação artística, através da escrita, da apropriação da língua do Outro. Ele utiliza o mito para despi-lo da sua máscara através de um ato de roubo para desprover o mito de

²⁹ Traduzindo: "Conheço estas ilhas de Monos a Nassau, / um velho marujo de olhos verdes de mar / que apelidam Shabine, o nome *patois* / para os sararás, e eu, Shabine, vi / quando essas favelas de império eram paraíso. / Sou apenas um sarará que ama o mar, / tive uma educação colonial sólida. / possuo em mim sangue holandês, negro e inglês / e não sou ninguém ou sou uma nação" (WALCOTT, 1986, p. 346).

³⁰ O conto *La Horla* de Guy de Maupassant lida com o mesmo tema da descoberta que o Outro é o próprio ser.

³¹ Como na cena da quebra do espelho em *The Mimic Men* de Naipaul, p. 74-5.

sua função alienante³². Todavia, o espelho quebrado revela que o ato de imitação já faz parte do ser e que toda tentativa de se livrar dos estilhaços é vã, já que ele é composto desses fragmentos do *Outro*. Livrar-se deles equivale a livrar-se de seu próprio ser. O sujeito caribenho se posiciona diante de um impasse ao qual tem de resignar-se, na tentativa de encontrar seu lugar no mundo, no tempo e espaço do Outro, um tempo e espaço que se intitula pós-moderno.

Embora as teorias e estudos do pós-colonialismo tenham surgido quase que paralelamente às teorias do pós-moderno, parece haver uma contradição entre teoria e prática no que se refere a um compartilhamento do mesmo espaço: a primeira ainda está confinada à periferia, enquanto a segunda não só retrata o centro como foi por ele entronizada. A aceitação democrática da "diferença", eleita pela filosofia pós-moderna como um de seus pressupostos, parece estar ainda em contradição com a realidade cotidiana. O mundo continua dividido em estruturas sociais e raciais, onde as pessoas são separadas e classificadas como forma de controle econômico e cultural. O atual processo de globalização mundial vem demonstrando que as nações desenvolvidas continuam a rejeitar o espaço periférico. A diferença é aceita apenas como um modo de consumo sem permitir que ao espaço periférico seja fornecida a sua autonomia de produção, dando continuidade ao antigo processo de exploração colonial nas atuais sociedades pós-coloniais³³.

A literatura caribenha não só discorre sobre esse processo da exploração humana, como aborda questões metafísicas geradas pelo impasse de uma existência na não-existência e pela experiência do tempo e espaço da negação. O sujeito caribenho flutua em uma espécie de limbo, vivendo e não vivendo, como uma metáfora em suspensão, conforme demonstra o poema "Chapter 17". Neste poema, Walcott refere-se a Harold Simmons (Harry), seu amigo e mentor que se suicidou aos 52 anos após uma crise mental³⁴, a Dunstan St Omer, seu amigo pintor, e a Anna Andreuille, seu primeiro amor: três vidas que se dissolvem na imaginação, três amores descritos como arte, amor e morte. Dessa forma, concluo utilizando as próprias palavras de Walcott para descrever o sujeito pós-colonial: um ser cuja existência se esvai num espelho na irrealidade da imaginação, um ser criado que não pode viver ou morrer, um ser especular cujo reflexo associa arte a amor e morte. E assim, a história do sujeito, mesclada com a de seu país, transforma-se na fumaça que anuvia o sonho de um *Outro*:

No metaphor, no metamorphosis,
as the charcoal-burner turns

³² Cf. *Mythologies*, de Roland Barthes.

³³ Em relação à questão pós-colonialismo versus pós-moderno, remeto ao meu artigo citado na nota 2

³⁴ No poema "Chapter 20" do livro *Another Life*, Walcott fala da morte de Harry, que cristalizou a dimensão de falha e perda, levando-o a escrever em "Chapter 21": "When I began this work, you were alive, / and with one stroke, you have completed it!" (WALCOTT, 1986, p. 282) reforçando a idéia do desequilíbrio precário entre o ato criativo e a autodestruição. Neste mesmo poema, Walcott reforça a idéia de sua identidade híbrida quando escreve: "my sign was Janus, / I saw with twin heads, and everything I say is contradicted." (*ibid.*, p. 281).

into his door of smoke,
 three lives dissolve in the imagination,
 three loves, art, love, and death,
 fade from a mirror clouding with this breath,
 not one is real, they cannot live or die,
 they all exist, they never have existed:
 Harry, Dunstan Andreuille. (WALCOTT, 1986: 257)³⁵

Referências bibliográficas

- BARTHES, Roland (1982). *Myth Today. A Barthes Reader*. Ed. Susan Sontag. New York: Hill and Wang.
- BENÍTEZ-ROJO, Antonio (1992). *The repeating Island: The Caribbean and the Postmodern Perspective*. Trad. James E. Maraniss. Durham: Duke Univ. Press.
- BENJAMIN, Walter (1986). On the Mimetic Faculty. *Reflections*. Trad. Edmund Jephcott. New York: Schocken Books.
- CRUZ, Décio (1998). Fragmentação e perda de identidade na literatura caribenha: condição (pós) moderna ou (pós) colonial? *Estudos Lingüísticos e Literários*. Salvador, Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFBA, n. 21-22, p. 129-48.
- DEFOE, Daniel (1990). *Robinson Crusoe*. Oxford: Oxford Univ. Press.
- FANON, Frantz, (1968). *Black Skin, White Masks*. Trad. Charles Lam Markmann. New York: Grove Widenfeld.
- FANON, Frantz, (1963). *The Wretched of the Earth*. Trad. Constance Farrington. Preface Jean-Paul Sartre. New York: Grove Press.
- FREUD, Sigmund, (1933). L'inquiétante étrangeté (Das Unheimliche). *Essais de psychanalyse appliquée*. Trad. Marie Bonaparte et Mme. E. Marty. Paris: Gallimard.
- FREUD, Sigmund (1989a). Creative Writers and Daydreaming. *The Freud Reader*. Ed. Peter Gay. New York: W. W. Norton, p. 436-42.
- FREUD, Sigmund (1989b). Totem and Taboo. *The Freud Reader*. Ed. Peter Gay. New York: W. W. Norton, p. 481-513.
- FREUD, Sigmund (1959). The 'Uncanny'. *Collected Papers*. New York: Basic Books, Inc. v. 4, p. 368-407
- GIRARD, René (1980). *Deceit, Desire, and the Novel: Self and Other in Literary Structure*. Trad. Yvonne Freccero. Baltimore: The Johns Hopkins Univ. Press.
- HAMNER, Robert D. (1993). *Derek Walcott*. New York, Twayne Publishers.
- KINCAID, Jamaica (1991). On Seeing England for the First Time. *Transition*. Oxford Univ. Press, v. 51.
- KINCAID, Jamaica (1981). *A Small Place*. New York: Penguin Books.
- KOVEL, Joel (1981). *The Age of Desire: Reflections of a Radical Psychoanalyst*. New York: Pantheon Books.
- LACAN, Jacques (1977). *Écrits: A Selection*. Trad. Alan Sheridan. New York: W.W. Norton & Company.
- LACAN, Jacques (1981). *The Four Fundamental Concepts of Psychoanalysis*. Ed. Jacques-Alain Miller. Trad. Alan Sheridan. New York: Norton.
- LAPLANCHE, J e PONTALIS, J-B. (1973). *The Language of Psycho-analysis*. Trad. Donald Nicholson-Smith. New York: W.W. Norton. p. 427-9.
- MAUPASSANT, Guy de (1971). The Horla. *Selected Short Stories*. Trad. Roger Colet. London: Penguin. p. 313-44.
- NAIPAUL, V.S. (1969). *The Mimic Men*. New York: Penguin Books.
- NAIPAUL, V.S. (1965). *An Area of Darkness*. New York: MacMillan.
- ORWELL, George (1987). *Animal Farm*. London: Penguin. p. 114.
- PAZ, Octavio (1984). *Os filhos do barro: do romantismo à vanguarda*. Trad. Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

³⁵ Traduzindo: "Nenhuma metáfora, nenhuma metamorfose, / quando o carvoeiro atravessa / sua porta de fumaça, / três vidas se dissolvem na imaginação, / três amores, arte, amor e morte, / esvaem-se num espelho que este sopra anuvia, / nenhum é real, não podem viver ou morrer, / todos eles existem, eles nunca existiram (...)" (WALCOTT, 1986, p. 257).

- STEVENSON, R. L. (1996). Trad. Luiz Antonio Aguiar. São Paulo: Companhia Melhoramentos.
- THE HERITAGE ILLUSTRATED DICTIONARY OF THE ENGLISH LANGUAGE*. New York: McGraw Hill International Book Company, 1973.
- TIRADA, Rei (1992). *Derek Walcott's Poetry: American Mimicry*. Boston: Northeastern Univ. Press.
- WALCOTT, Derek (1993). *Collected Poems: 1948-1984*. New York: Farrar, Straus & Giroux.
- WALCOTT, Derek (1970). What the Twilight Says: An Overture. *Dream on Monkey Mountain and Other Plays*. New York: Farrar, Straus & Giroux. p. 3-24.
- WALCOTT, Derek (1974). The Caribbean: Culture or Mimicry? *Journal of InterAmerican Studies and World Affairs*. p. 3-13. v. 16.
- WALCOTT, Derek (1994). *Omeros*. Pref. e trad. Paulo Vizioli. São Paulo: Companhia das Letras.
- WALCOTT, Derek, (1998). *Omeros*. New York: Farrar & Strauss.

Outros títulos consultados

- BURNETT, Paula (edit.) (1986). *The Penguin Book of Caribbean Verse*. London: Penguin Books.
- CÉSAIRE, Aimé (1983). Notebook of a Return to the Native Land. *The Collected Poetry*. London: Univ. of California Press.
- CÉSAIRE, Aimé (1972). *Discourse on Colonialism*. Trad. Joan Pinkham. New York: Monthly Review Press.
- FREUD, Sigmund (1989). *Civilization and its Discontents*. Trad. James Strachey. Introd. Peter Gay. New York: W.W. Norton, p. 42-5.
- GLISSANT, Edouard (1992). *Caribbean Discourse: Selected Essays*. Trad. J. Michael Dash. Charlottesville: Univ. Press of Virginia.
- HARTIGAN, Patti (1992). Poet Walcott of BU Wins Nobel Prize. *The Globe*. Boston, 9 out., Seção Metro, 1.
- HULME, Peter (1992). *Colonial Encounters: Europe and the Native Caribbean 1492-1797*. London, Routledge.
- JAMES, C.L.R. (1989). *The Black Jacobins*. New York: Vintage Books.
- JAMES, C.L.R. (1993). *The C.L.R. James Reader*. Ed. Anna Grimshaw. Oxford: Blackwell.
- MARSHALL, Paule (1992). *The Chosen Place, The Timeless People*. New York: Vintage Books.
- WILLIAMS, Patrick, e CHRISMAN, Laura (edit.) (1994). *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: A Reader*. New York: Columbia Univ. Press.

As cartas de Gabriele Malagrida e o olhar sobre o Brasil do século XVIII

Elizabeth Hazin

Universidade Federal da Bahia

Resumo

Este trabalho fala da importância da pesquisa em arquivos para uma compreensão mais aprofundada da literatura brasileira, através de estudo realizado no Arquivo Jesuítico de Roma e centrado em Gabriele Malagrida, jesuíta e missionário, nascido em Menaggio (Como, Itália), a 5 de dezembro de 1689, e morto pela Inquisição, em Lisboa, a 21 de setembro de 1761. Durante trinta anos esteve nas missões do Brasil, porém quando se lêem trabalhos biográficos sobre Malagrida, onde se observa uma grande quantidade de nomes de pessoas e de lugares que são familiares, já que vinculados ao próprio nordeste brasileiro, fica-se com a impressão de que a memória dos acontecimentos se perdeu. Assim, tal trabalho – centrado na questão do arquivo e na análise de uma das cartas escritas pelo missionário – termina trazendo de volta para os brasileiros a memória de um de seus missionários mais importantes, além de revelar detalhes da vida dos índios, dos colonos e da Igreja, no Brasil do século XVIII.

Résumé

Le présent travail met en évidence l'importance de la recherche dans les archives pour une compréhension plus profonde de la littérature brésilienne, à partir d'une étude réalisée aux Archives des Jésuites à Rome et centrée sur Gabriele Malagrida, jésuite et missionnaire né à Menaggio (Como, Italie) le 5 décembre 1689 et exécuté par l'Inquisition à Lisbonne le 21 septembre 1761. Il a vécu pendant trente années dans les missions du Brésil mais, toutefois, lorsqu'on lit des études biographiques le concernant et où l'on note la présence de nombreux noms de personnes et de lieux qui nous sont familiers, dans la mesure où ils sont reliés au propre Nord-Est brésilien, on a l'impression que la mémoire des événements s'est perdue. Ainsi, un tel travail – centré sur la question des archives et sur l'analyse de l'une des lettres écrites par le missionnaire – permet aux Brésiliens d'accéder à la mémoire de l'un de leurs missionnaires les plus importants et d'avoir la révélation de détails concernant la vie des indiens, des colons et de l'Eglise au Brésil du XVIII^{ème} siècle.

Introdução

O arquivo se dá em fragmentos àquele que o consulta, por mais que este persiga uma totalidade que se lhe figurará sempre inalcançável. O arquivo é um espaço tão insólito, que grandes forças no universo material se coalizam para conjurá-lo, engendrando o esquecimento em que tombam as línguas, o incêndio das bibliotecas, o perecimento dos manuscritos. Parece que tudo se acumplicia para promover esse inalcançar a totalidade: documentos dispersos, caligrafias indecifráveis, destruição dos suportes, desconhecimento do que procurar, pois somente muito lentamente vai afinal sendo desvelado o que se procura sem que às vezes se saiba sequer estar procurando. O arquivo exige paciência, devotamento, doação. Debruçado sobre ele, o pesquisador espera encontrar o imã que de novo organize as palavras, que as extraia do caos em que se encontram, que articule a história dos fatos, a seqüência mesmo em que se deram. É preciso descobrir o mecanismo da construção laboriosa feita de tempo e do acaso que ali reúne papéis e imagens. Cada fragmento gravita em torno das fontes: é o que torna mais instigante a aproximação. É preciso desentranhar daqueles papéis as histórias que fazem a história. Somente assim, o estudo do arquivo corresponderá à ampliação do campo de referências que se possui sobre um dado tema, sobre um dado personagem.

A pesquisa, a busca, a verdadeira caça aos originais, aos textos, às coleções, desencadeia um processo irreversível e o pesquisador se surpreende com o que vem à tona, com o que emerge dos fragmentos, revelando dados que não supunha existissem encobertos pela pátina do tempo.

Tomado genericamente – como *locus* de investigação – o arquivo parece perfeito, em sua quietude e sua potencialidade, ainda que as imagens que talvez melhor representem a sua idéia e realidade sejam aquelas que conseguem dar conjuntamente o sentido do tempo, do espaço e do movimento.

Sim, porque o arquivo é a história – o tempo que escorre, o espaço que se deve atravessar e conhecer. Mas é sobretudo enriquecimento (incluindo até o dos documentos mesmos que nele fragmentariamente se possam encontrar), um enriquecimento de experiência e conhecimento tanto mais importante e vital quanto mais é posto em discussão.

Parodiando a noção de arquivo, ou melhor, tornando em metáfora do arquivo esta conferência de hoje, ofereço, aqui, fragmentos de uma história, que bem poderiam ser assim denominados: “a importância para a literatura brasileira do estudo em arquivos”, “o ARSI – o arquivo romano da Companhia de Jesus”, “Gabriele Malagrida: o homem e a obra”, “uma carta de Malagrida: importância de seu resgate”.

Fragmento I

A importância para a literatura brasileira do estudo em arquivos

No final do milênio, após a dissolução da individualidade, os limites da literatura tornam-se lábeis e a pesquisa literária aponta para novas fronteiras da percepção, voltando-se para uma realidade ainda a ser decifrada. A ampliação do conceito do literário, implicando novas práticas intelectuais e expansão dos campos de investigação, na medida em que são postas em confronto formas diversas de expressão cultural, aciona, hoje, uma renovada reflexão sobre a literatura enquanto disciplina, e seu campo de atuação. Houve uma mudança nos paradigmas, dando ensejo à escuta de uma multiplicidade de linguagens, a um deslizamento interdisciplinar, promovendo uma revisão do cânone literário e levando a literatura a percorrer, de modo simultâneo, áreas afins. Mais do que nunca, no nosso caso particular, é preciso apropriar-se dos contextos culturais brasileiros, o que decididamente só se tornará possível mediante o acesso a documentos primários, prática de que infelizmente ainda carecemos.

Nesse contexto, em que nitidamente dilatou-se o campo de investigação, o arquivo passou a jogar um papel de considerável importância nos estudos literários, entendidos agora como uma prática que inclui, além do literário, o cultural. A essa nova postura, subjaz a consciência de que é preciso resgatar um passado que não conhecemos para a compreensão do que somos. Posso dizer, então, que um olhar sobre o Brasil do século XVIII não seria possível sem o arquivo, se levar em consideração a riqueza de informações que propiciam a desconstrução de uma imagem nacional cristalizada e a materialização de uma nova, a partir do redimensionamento dado pelas palavras aí encerradas. O recurso à carta – preciosa fonte de conhecimento histórico, lingüístico, literário, cultural – e a conquista de seu espaço como objeto de estudo em arquivos têm ampliado o trabalho científico, de vez que gera uma imagem do passado, concedendo voz a pessoas esquecidas da história, resgatando-as do limbo e do silêncio em que são atiradas e transformando-se em fator de progresso da produção contemporânea.

A literatura brasileira, nos últimos anos, tem se enriquecido com incursões nos arquivos realizadas por pesquisadores. As palavras de Ildásio Tavares, em depoimento feito no ato da doação de seu acervo documental ao AMB – Acervo de Manuscritos Baianos do Instituto de Letras da UFBA, em que fala da importância do arquivo para ele próprio, acenam a uma dimensão – em nível particular – do que se pode resgatar a partir do exame de documentos:

Sempre fui um sistemático arquivista, tentando congelar o passado, num processo sentimental, amoroso. Guardei tudo – *souvenirs*, cartas, bilhetes, programas de peças e de xous, provas escolares, recibos, contas, fotografias. E sempre gostei de mergulhar proustianamente no passado, ver como eu era; como eu pensava; o que eu sabia; o que eu sentia.

Cito, aqui, alguns exemplos de pesquisas que fiz em arquivos diversos, e que atestam o que quero demonstrar: através delas, pude me deparar com certos detalhes da criação capazes de ressignificar uma leitura, com textos inéditos e dos quais não tinha conhecimento, com correspondências cujo papel preponderante na definição de certos momentos da história do país, das relações de determinado escritor com seus pares, de seu modo de ver a literatura (sua e de terceiros) ficou evidente.

A pesquisa que viabilizou a elaboração de minha tese de doutorado, por exemplo, tentativa de mostrar a gênese do romance *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa, não teria acontecido se ele não houvesse preparado o campo epistemológico a ela favorável, ou seja, o Arquivo montado pelo escritor, e hoje depositado no IEB – Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo. Minucioso como poucos escritores, atento às articulações estruturais de seus textos, Guimarães Rosa acumulou precioso acervo documental, deixando ao pesquisador de sua obra um fascinante conjunto de pistas, fontes, sugestões, referências, contido em seus papéis.

Assim, o Arquivo Guimarães Rosa guarda, dispersos em centenas de pastas, preciosos subsídios, como matéria-prima a ser articulada e atualizada na criação de *Grande sertão: veredas*. À medida que fui me familiarizando com os seus documentos, fortaleceu-se a certeza de que haviam sido incessantemente revisitados pelo autor. Há sinais inequívocos da frequência de tais consultas: notas marginais, observações, correções, que constituem indiscutível testemunho do constante aproveitamento de materiais selecionados em contos e novelas.

Manuseando o Arquivo, descobri que muitas das notas acumuladas antes da escritura do primeiro rascunho de *Grande sertão* apareciam quase sempre inalteradas no livro publicado.

Isso me levou a compreender o ato da escrita, em que foram amalgamadas impressões diversas, de épocas diferentes. Aproveitadas no livro, essas notas ascendem do anonimato à organicidade textual: deixam de ser avulsas, para se articularem no todo da página.

Cotejando as anotações depositadas no Arquivo Guimarães Rosa com o texto publicado pelo autor, cheguei timidamente a circunscrever o processo genético de uma criação minuciosamente elaborada ao nível da linguagem, abrindo, assim, caminho a uma, senão nova, pelo menos mais instigante leitura do livro.

O objetivo de um dos capítulos do trabalho consistiu no acompanhamento do processo de escritura de Rosa, através das modificações verificáveis nas diversas etapas de desenvolvimento do texto de *Grande sertão: veredas: primeiro e segundo rascunhos*; original entregue à Editora José Olympio, duas provas tipo-

gráficas corrigidas pelo autor e a primeira edição. Ao examinar a segunda prova tipográfica, me deparei com algo novo.

À semelhança da primeira, a segunda prova tipográfica era constituída, também, por um bloco de folhas soltas, presas com barbante. Exatamente como a primeira, fora inteiramente revista por Guimarães Rosa, porém com pouquíssimas alterações. À leitura pode-se verificar que todas as da primeira foram-lhe incorporadas, bem como sanados os erros tipográficos. Já trazia a paginação impressa e, encimando a página, o cabeçalho: à esquerda, o nome do autor; à direita, o título do livro.

A sua disposição gráfica era igual à da prova anterior, quanto à distribuição das palavras na linha. Entretanto, havia um fato importante, ocorrido durante a revisão dessa prova: a substituição da palavra **FIM** pelo símbolo do **infinito**, fato de que não se tinha notícia. Foi quando encontrei no arquivo do IEB outro documento que me auxiliou a perceber a importância dessa alteração. O próprio Guimarães Rosa, em carta a Villard, seu tradutor francês, datada de 23/12/64, explica que o *infinito* ocuparia então o lugar de **FIM**, que comumente aparece nos romances, acrescentando: ...“gostaria que todas as edições do *Grande sertão: veredas* o trouxessem”. Posto ali, em vez do **FIM** convencional, o sinal gráfico queria significar que a conversa entre Riobaldo e seu interlocutor era um instante, mero intervalo entre dois tempos infinitos: o passado e o futuro. Não nos esqueçamos de que o livro se inicia surpreendendo em meio a um “diálogo”. Assim, o relato de *Grande sertão: veredas* não teria, rigorosamente falando, a partir dessa intervenção do autor em seu texto, nem princípio, nem fim.

Por sua vez, os manuscritos literários do escritor baiano Jorge Amado, depositados no arquivo da Fundação que traz o seu nome, em Salvador, e que foram mais adiante objeto de pesquisa que desenvolvi, com o apoio do CNPq e com a colaboração de um grupo de estudantes de Iniciação Científica, também podem atestar a importância para a literatura brasileira da perquirição em arquivo. A feitura do Catálogo desses manuscritos, objeto da pesquisa, terminou por fazer emergir um manuscrito inédito do autor, que se mantivera até então praticamente desconhecido do público e da crítica. Tratava-se do romance intitulado *Rui Barbosa número 2*, datiloscrito, em texto completo, versão única, com 184 fólios, escrito no ano de 1932, logo após a publicação de *O país do Carnaval* e cujo suporte encontrava-se em péssimo estado de conservação. Segundo o próprio Jorge Amado, em entrevista que me concedeu no outono de 1993, em Roma, “o livro é muito ruim”. Confessou, na ocasião, até não se recordar mais do que nele havia.

No arquivo Godofredo Filho, depositado no Acervo de Manuscritos Baianos da UFBA, dentre documentos de importância para o resgate da cultura baiana e nacional (como a vasta correspondência do poeta com escritores de sua época, ou a substancial correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade e a discussão sobre o Patrimônio Histórico Nacional, como os artigos que escreveu sobre a cidade de Salvador e sua degradação, tanto pelo surgimento dos arranha-céus

em substituição aos velhos e belíssimos casarões, quanto pela invasão de favelas), destaco o seu diário, texto em que – ao longo de 55 anos (de 1932 a 1987) – ele tentou transformar a matéria de sua vida. Consta do arquivo em questão um total de 790 peças documentais referentes ao diário, suficientes para delinear o perfil intelectual daquele que o compôs. Aí estão anotações de leituras, descrição de viagens, estados de alma, reflexões sobre a arte e a poesia, “meditação de verdades eternas”, para usar palavras dele próprio. Mais que um diário íntimo, ele escreveu uma autobiografia literária, é o que revela uma leitura acurada do diário. E há um detalhe interessante: daí emergem textos nascidos da memória puramente, notícias distantes no tempo sobre a família e a infância e que terminam por ganhar título e adquirir novo estatuto – o de textos com vida própria, despojados da fórmula local/data, consagrada no gênero diário. As palavras de Godofredo, transcritas no dia 11/5/62 – “O que nos mata não é o que calamos; é o que dizemos para esconder o que calamos” –, sugerem que a leitura do arquivo deva ser feita com olhos de ver.

É mais do que sabido que a literatura brasileira apresenta muitas lacunas no que se refere ao período colonial, um dos motivos sendo a exigüidade de documentação, que favorece o desconhecimento da história e do contexto cultural da época. Só muito recentemente, os estudiosos começaram a valorizar e examinar mais atentamente documentos primários, o que não é tão simples, se considerarmos a dificuldade de acesso, tanto pela ausência de sistematização dos arquivos, como, muitas vezes, pela impossibilidade mesmo de conservação dos documentos, por falta seja de recursos, seja de material humano. Considerando esses aspectos, e a eles acrescentando o do entendimento do quanto a apropriação do universo jesuítico poderia ser um mecanismo de avanço rumo a essa nova etapa que caracteriza a disciplina que professo, ao me ver diante do Arquivo da Companhia de Jesus em Roma, fiz a minha escolha: a que hoje apresento. Não podemos esquecer que os jesuítas chegaram ao Brasil para iniciar a catequese, junto com o primeiro Governador Geral Tomé de Souza, em 1549 (dez anos após a criação da Ordem, por S. Inazio), o que significa que nesse período sua história praticamente se confunde com a da catequese no Brasil. Significa, ainda, que estiveram em contato com as terras e os “bárbaros” do Brasil praticamente desde a origem da colonização.

Antes de passar ao próximo fragmento, lembraria que há um outro modo de fazer o arquivo render benefícios para a literatura brasileira, modo este que não pode deixar de ser aqui referido, ainda que de passagem: a escrita de romances com base em ampla pesquisa histórica, como é o caso, só para citar um exemplo, dos de Ana Miranda. Neles, o leitor se depara invariavelmente com uma verdadeira recriação de tempos passados, com seus acontecimentos e seus costumes; com retratos de época; com figuras humanas ficcionalmente reinventadas e para sempre arrancadas do esquecimento.

Fragmento II

O ARSI – Arquivo Romano da Companhia de Jesus

Em artigo que escreve sobre o arquivo da Companhia de Jesus, na Revista *Archiva Ecclesiae*, ano XXIV-XXV, 1 – 1981/1982, numa tentativa de lhe fazer uma avaliação geral, bem como de suas seções, Edmond Lamalle, jesuíta, chama a atenção ao fato de que a Companhia goza, por toda parte, da reputação de ser extremamente centralizada, com todos os controles e comandos sob a direção de um Padre Geral, o que induz ao pensamento de que o seu arquivo é muito desenvolvido e sistematicamente organizado. É pensamento generalizado que os Jesuítas concentraram tudo em seu arquivo, e que, apesar das tantas dispersões e supressões, tiveram o cuidado de recambiar para Roma os papéis das casas em que viviam, espalhadas em todo o mundo. Segundo o autor, tal afirmação não tem qualquer fundamento. Durante o ano de 1773, por ocasião da supressão geral da Companhia, o Padre Lorenzo Ricci, o Geral daquela época, e seus assistentes estavam aprisionados no Castelo de Santangelo, fortemente vigiados. Ora, como seria possível então, já que autoridade alguma permanecia livre para recebê-los e ordená-los, enviar a Roma documentos àquela altura dispersados por meia Europa? Deve ser dito que nada ficou sem dono: os governos laicos, apossando-se das casas destituídas, apossavam-se automaticamente de toda a papelada nelas existente. É por esse motivo que existe um Fundo Jesuítico em quase todos os arquivos de Estado na Itália, bem como em depósitos da Áustria, Alemanha, Bélgica, Espanha, França.

A origem do arquivo remonta aos primeiros anos da Companhia, cuja oficialização se deu em 1540. Não que S. Inazio, àquela altura, se referisse à palavra arquivo, mas a prática da conservação e da ordenação dos papéis, ainda que incipiente, isso existia, muito embora tudo pudesse então caber numa única caixa. Havia um secretário que cuidava da documentação e passava-a para o seu sucessor. Ainda hoje existem cartas no arquivo que trazem no verso a marca classificatória de punho do próprio Santo Inazio, cuja importância, no entanto, no que diz respeito ao assunto que está sendo aqui comentado, foi de fato instituir, ao nível de órgão de governo da Companhia, a administração da correspondência recebida.

Existem hoje várias seções dentro do arquivo: a seção *Institutum*, contendo textos sobre a origem da Companhia, as constituições, os estatutos, e mesmo os autógrafos de S. Inazio; a seção *Congregationes* (sendo a Congregação a suprema instância legislativa da Ordem. Nesta seção encontram-se guardadas as atas de suas reuniões, o material preparado para deliberação, as respostas aos requerimentos e postulados); a seção *Epistolae*: dividida em duas: *epistolae Nostrorum* e *epistolae externorum*, contendo a correspondência recebida, a correspondência enviada, os atestados de “correio recebido” (abro aqui um parêntesis para falar do significado desses atestados. Acostumar-se com os oceanos e os ventos e adquirir uma certa regularidade no correio teve um preço alto: longos atrasos e uma proporção muito grande de perdas. Por esse motivo, as cartas cujos assuntos eram consi-

derados importantíssimos eram enviadas em até três vias, além de ter seu conteúdo sintetizado na carta seguinte, por garantia. No arquivo ainda podem ser vistos traços de algumas dessas medidas preventivas, tornadas não só corriqueiras, mas praticamente obrigatórias. Uma delas consistia na menção da data de envio da última missiva recebida no cabeçalho da carta que estava sendo enviada. Outra medida era a do atestado de correio recebido: outro documento era então escrito na carta que estava a ser enviada como resposta, declarando o recebimento da anterior. Outra ainda, a do envio de mais de uma cópia, às vezes não autógrafa, como já referido). Com o advento das Missões, a seção de epístolas cresceu muito em importância. Todo este vasto material acumulado sobre as Missões, em que pese extremamente lacunoso, representa de qualquer modo um capital histórico de grande valor para a Companhia, na medida em que lhe assegura a própria identidade, apontando a real proporção de seus efetivos mantidos no apostolado e o espaço geográfico por eles coberto. É justamente essa seção, ainda, que constitui fonte inesgotável para a pesquisa moderna. Há um número considerável de dissertações e de teses com base nos arquivos da Companhia de Jesus; a seção *Historia Societatis*, com a recolha dos manuscritos originais dos principais historiadores da Companhia; a seção intitulada *Opera Nostrorum*, contendo as obras de escritores jesuítas: obras literárias (incluindo aí, em alguns casos, a correspondência enviada, como as de Vieira, por exemplo), obras teológicas, obras históricas, etc; a seção *Vitae* (feita de originais de biografias, necrológios, além de material destinado à biografia de jesuítas famosos, tais como testemunhos, cartas recebidas, como no caso de Malagrida).

À página 47 do Inventário Geral da documentação manuscrita (não necessariamente inédita) do arquivo da Companhia, encontra-se, sob o título *Provincia Brasiliensis et Maragnonensis* – Bras. 1-28, a relação de 28 itens documentais relativos ao Brasil, compreendendo conjuntos de correspondências, catálogos, textos históricos, relatórios de prestação de contas das Missões de que eram incumbidos os jesuítas, inventários.

O assunto de que tratarei especificamente daqui em diante – e que alude ao Brasil do século XVIII – foi matéria por mim encontrada casualmente nesse arquivo, enquanto, à altura do ano de 1994, controlava não apenas os catálogos, mas também toda a coleção da Revista publicada pelo AHSI (Arquivo Histórico da Sociedade de Jesus), coleção que tem início em 1932 e cujas seções abarcam artigos de autores jesuítas e externos, a publicação de textos inéditos do arquivo, bibliografia histórica atual da Companhia, além de resenhas críticas de livros que tratam de assuntos relativos à Ordem.

A escolha do assunto – surgida exatamente dessas leituras iniciais – foi encorajada por uma série de afortunadas e significativas coincidências. A primeira delas, a recorrência do nome – até então nunca ouvido – de Gabriele Malagrida –, em breve espaço de tempo e em lugares os mais diversos: em diferentes publicações e documentos no próprio arquivo, em Roma; em uma biblioteca de outra cidade italiana, por ocasião de consulta sobre assunto inteiramente diverso; em uma das

epígrafes do romance de Stendhal (*O vermelho e o negro*), que sem outro motivo que não o do prazer da leitura resolvera rever naquela ocasião, o que terminei não fazendo; em uma livraria em que me vi folheando um livro sobre cenários do século XVII. A segunda, ter o personagem em destaque nascido na Itália (onde me encontrava, o que a meu ver facilitava a busca) e ter vivido por 30 anos no Brasil (para onde estaria eu depois voltando, o que asseguraria a continuidade da mesma).

Duas coisas me chamaram a atenção de imediato, mal comecei a ler sobre a figura do missionário: sua morte cruel e despropositada, e o esquecimento em que mergulhara sua memória. Como se explicava que eu, brasileira, estudiosa da literatura de meu país, com leituras várias em áreas afins, jamais tivesse ouvido o nome de um homem que por 30 anos atravessara precisamente o nordeste brasileiro, aí deixando marcas tão fortes de sua presença? A monstruosa massa do passado transformara-se num soberbo painel encoberto pelo esquecimento.

Quando mais adiante comecei a ler trabalhos biográficos sobre Malagrida, onde se vê uma grande quantidade de nomes de pessoas e de lugares que são familiares, já que vinculados ao próprio nordeste brasileiro, aumentou em mim a sensação de que a memória dos acontecimentos perdera-se: como alguém tão reverenciado em toda a extensão norte-nordeste do país, em um determinado período da história, pôde ter tido seu nome anulado de modo tão completo?

A meu ver, tal pesquisa traria de volta aos brasileiros a memória de um de seus missionários mais importantes, além de revelar detalhes da vida dos índios, dos colonos e da Igreja, no Brasil do século XVIII, bem como detalhes do tão controvertido período pombalino, em Portugal.

A partir daí, todas as buscas no arquivo passaram a ser orientadas no sentido do objeto da escolha, tomando dois rumos paralelos: o da leitura das bibliografias da Companhia – livros escritos por membros da Ordem ou por externos, com a finalidade de controlar o que – da autoria de Malagrida – já havia sido publicado, e a triagem do material manuscrito, visando à microfilmagem, a fim de ter acesso, no Brasil, a material que jamais poderia ser lido e transcrito dentro do curto espaço de tempo que se me oferecia.

Nem todos os documentos de ou sobre Malagrida encontram-se no arquivo de Roma. Muita coisa está espalhada pelo Brasil e Portugal. Muita coisa ainda foi destruída por Pombal, após a morte do missionário, com que intuito? o de cancelar em definitivo seu pensamento? Não creio, embora alguns autores afirmem que a ele Malagrida talvez tenha parecido mais perigoso na morte que em vida. Todavia, o estágio no arquivo teve o mérito de me apresentar o personagem, além de acenar a várias possibilidades de continuidade da pesquisa. A biblioteca do arquivo, com textos históricos e biográficos, também foi de grande valia.

No arquivo encontram-se 16 cartas de Malagrida, divididas em duas séries diversas (Bras. 26 e *Vitae* 141), dois atestados de correio recebido, bem como 8 cartas a ele enviadas por dois dos Padres Gerais: Tamburini e Retz. As cartas de Malagrida são as seguintes: 1) Carta de Belém do Pará ao Pe. Tamburini, Roma,

27/8/1722 (com atestado de Correio recebido de 20 /2/1723) – **Bras. 26, 223-223v**, cópia (não autógrafa), italiano; 2) Carta de Belém do Pará ao Pe. Tamburini, Roma, 27/8/1722 – **Bras. 26, 224, com atestado de correio recebido – data ilegível – 224v, autógrafa**; 3) Carta de Missão de Tapuytaperá (Maranhão) ao Pe. Tamburini, Roma, 6 de julho de 1725 (com atestado de correio recebido de 25 /2/1727) – **Bras. 26, 235-235v**, não autógrafa, latim, sobre a situação da Missão com os caicaíses e o trabalho aí desenvolvido, epidemias; 4) Carta de Missão de Tapuytaperá (Maranhão) ao Pe. Tamburini, Roma, 6 de julho de 1725 – **Bras. 26, 236** autógrafa, **com atestado de correio recebido – data ilegível – 236v, autógrafa, latim**; 5) Carta de Rio Mearim ao Pe. Tamburini, Roma, 7/7/1726 – **Bras. 26, 241-242, com atestado de correio recebido, data ilegível, 242v, autógrafa, latim**, ainda notícias dos caicaíses e das guerras com os guaranés, dificuldades dos moradores brancos (apresenta perda de suporte, inúmeras manchas de tinta; 6) Carta de S. Luís do Maranhão ao Pe. Tamburini, Roma, 4/8/1727 – **Bras. 26, 252-255, com atestado de correio recebido de maio de 1728, autógrafa, latim, missões entre os caicaíses, guaranés e barbados, entre os quais esteve em perigo de morte**; 7) Carta de S. Luís do Maranhão ao Pe. Retz, Roma, 31/8/1730 – **Bras. 26, 268-268v, com atestado de correio recebido de 3/3/1731, na 269v – a 269 em branco, autógrafa, latim, pede para voltar às Missões ao invés de continuar como professor de Teologia** (na minha ficha há uma observação que gostaria de dizer: “escrita em tinta cinza, conservação regular, perda de suporte, embora não se possa dizer que o papel esteja furado, porque restaram fibras cruzadas. Visto sob a lupa, é lindo... perguntar a Ana Maria que tipo de papel é. O papel é muito fibroso, no resto está bem conservado deixando ver a continuação das fibras que no ponto desgastado estão descobertas”); 8) Carta do Maranhão ao Pe. Retz, Roma, 2/7/1734 – **Bras. 26, 282-282v, com atestado de correio recebido de 3/2/1735, 283v – reto da folha, em branco, não autógrafa, latim, fala dos exercícios espirituais que tem feito e recorre ao Pe. Geral, pedindo para retornar às missões Rurais**; 9) Carta do Rio S. Francisco ao Pe. Retz, Roma, de 29/7/36 – **Bras. 26, 292-292v, autógrafa?, latim, missões no rio**; 10 e 11) Cartas escritas do cárcere de Lisboa – ***Vitae* 141, 247-247v e 248, não autógrafas**; 12) Carta de Lisboa, ao irmão Michele Malagrida, Menaggio, 1721 – ***Vitae* 141, 357-357v, autógrafa, italiano**; 13) Carta de Lisboa ao Pe. Geral Ignazio Ziacometti, Roma, 2/7/1754 – ***Vitae* 141, 359, autógrafa, latim**; 14) Carta de Pernambuco ao Pe. Retz, Roma, de 2/5/1746 – ***Vitae* 141, 360, autógrafa, latim**; 15) Carta escrita de Setúbal, sem destinatário explícito, trata-se de um jesuíta, Coimbra, 16/1/1757 – ***Vitae* 141, 365, autógrafa, português (sem assinatura, mas com duas anotações feitas posteriormente, uma a lápis e outra a tinta: “carta do Pe. Gabriele Malagrida)**; 16) Carta de Lisboa ao Pe. José Rangel, Lisboa, 1755 – ***Vitae* 141, 366, autógrafa, português, sem assinatura (mesma indicação, escrito de punho de outra pessoa: “carta do Pe. Malagrida”)**. Na seção *Vitae*, vêem-se ainda os originais daqueles que escreve-

ram sobre Malagrida: Matias Rodrigues (o primeiro deles – um contemporâneo seu nas Missões brasileiras – já em 1762, um ano após a morte de Malagrida), Cordara, Bento da Fonseca e José Caeiro. Além dos referidos originais, encontram-se nessa seção cartas enviadas à Companhia por ocasião da morte de Malagrida. São testemunhos de pessoas de seu país que o conheceram e que sentiram necessidade de afirmar sua retidão de caráter e seu compromisso religioso, incompatíveis com as acusações contra ele levantadas. Há, também, um soneto escrito em espanhol, em sua homenagem, de autor desconhecido. Todo esse material, acumulado em época posterior à sua morte, propiciou o rastreamento de seus passos nas dioceses do Brasil e do Maranhão, bem como seus últimos anos em Lisboa e Setúbal. Foi justamente acercando-se desses fragmentos antes dispersos que seus biógrafos (em tempos diversos) puderam elaborar seus textos. Foi do original de Matias Rodrigues que se encontra na referida seção *Vitae* que Mury fez a sua *História*, um século depois.

A coleção de cartas e documentos de Malagrida, dispersos em arquivos brasileiros, italianos e portugueses, totaliza 55 itens: 52 cartas (incluindo as 16 cartas já citadas), 2 atestados e o livreto a respeito das causas do terremoto de Lisboa, publicado em 1756. Das 52 cartas, 16 foram escritas do Brasil (entre 1722 e 1753, ano em que deixou o Brasil): 3 do Pará (Belém), 9 do Maranhão (Missão de Tapicuru, Mearim, S. Luís), 1 da Bahia (Salvador), 1 da Vila do Icó (Ceará), 1 de Pernambuco e 1 do Rio S. Francisco, ambas sem maiores especificações quanto à localização. Dessas 16 cartas aqui elencadas, 8 foram redigidas para o Padre geral da Companhia, 2 para a família na Itália, 2 para a Rainha D. Mariana e 3 para outros religiosos. Oito delas estão escritas em latim, 4 em italiano e 4 em português. O maior conjunto de cartas suas para um mesmo destinatário encontra-se no Brasil, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. São 17 cartas escritas em português e destinadas à Marquesa de Távora, em Lisboa. Foram todas escritas de Setúbal, entre 1756 e 1758. Hoje integram o Processo dos Marquês de Távora.

Em sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Serafim Leite se refere, ainda, a dois brevíssimos excertos de cartas de Malagrida, escritas de Setúbal à Condessa de Atouguia, filha da Marquesa de Távora, em *A última condessa de Atouguia* – memórias autobiográficas, publicadas em 1916, por Valério Cordeiro.

Após a leitura de textos sobre Malagrida e à medida que avançava no conhecimento dos documentos (dele e sobre ele) existentes no Arquivo da Companhia, mais ainda me chocava o total obscurecimento em que jazia sua memória, embora não devesse causar admiração, em um país que não exercita o ato de recordar. Parecia-me que havia uma espécie de “pacto do silêncio” em tudo o que rodeava a figura do missionário. Alguns autores chegam a levantar a suspeita de que talvez a Portugal interessasse deixar mergulhado no silêncio o caso Malagrida. Li em alguns textos, embora sem qualquer confirmação bibliográfica, sem qualquer exemplificação, que a literatura oral nordestina conserva o nome de Malagrida. Talvez valesse a pena procurar. Conhecido como “Apóstolo do Brasil”, na Itália e

em Portugal, aqui ninguém mais parecia saber quem teria sido Gabriele Malagrida. Descobri nesse homem uma imensa sede de sofrer por um Cristo em que acreditava acima de tudo, de fazer penitência. De maneira contínua – e voluntariamente – se martirizava a si próprio. Comia pouquíssimo (e nunca peixe, carne, ou vinho): alguns legumes, pão, uma fruta bastavam-lhe. Ao sono concedia poucas horas e, mesmo assim, deitava-se sempre vestido, estendido diretamente sobre o solo ou sentado em uma cadeira. Trazia sempre consigo, mesmo nas longas viagens que fazia, um cilício duplo na carne, cheio de pontas, além do que flagelava-se duramente com uma corrente de ferro, às vezes até mesmo em público. Pensava talvez assim quebrar a dureza de algum pecador mais obstinado, comover de modo mais eficaz o povo a fazer penitência e a orar. Hoje parece-nos até um milagre que durante 30 anos tenha atravessado as terras do Nordeste brasileiro, sempre disposto, sempre pronto a enfrentar novas situações de confronto com tribos supostamente hostis, a desfazer querelas entre colonos, a pregar e a construir infatigavelmente escolas, conventos, casas de penitência. Não é pois de admirar que, depois de tudo isso, conseguisse a unanimidade de todo o Brasil daquela época em torno do epíteto de “Santo”, mais ainda, de “grande santo”. As pessoas disputavam-lhe pedaços da roupa, aos seus olhos, relíquias preciosas. Numerosos são os relatos nas biografias desse homem a respeito de “milagres” que teria operado. Sem dúvida tratava-se de alguém que se impunha por uma força não-material, carismática.

Fragmento III

Gabriele Malagrida: o homem e a obra

Se o maior serviço que pode fazer um cidadão fiel à sua pátria, é descobrir-lhe os inimigos mais perversos e perniciosos, que lhe maquinam ruínas, e tragédias as mais funestas e deploráveis à sua monarquia; a esta palma certamente me obriga anelar com todo o empenho a compaixão, e dor inexplicável que me aflige, de ver (por causa destes abomináveis contrários) em decadência uma corte tão rica, tão bela, tão florescente, debaixo do suave e pacífico império de um rei pio e fidelíssimo, que podia causar inveja às mais opulentas cortes de todo o mundo; e uma não mal fundada esperança de podermos descobrir remédio, e achar meio com que torne ao esplendor e felicidade primeira, todas as vezes que estes fatais opositos da felicidade pública forem abatidos. Sabe, pois, oh Lisboa, que os únicos destruidores de tantas casas e palácios, os assoladores de tantos templos e conventos, homicidas de tantos de seus habitantes, os incêndios devoradores de tantos tesouros, os que a trazem ainda tão inquieta, e fora de sua natural firmeza, não são cometas, não são estrelas, não são vapores ou exalações, não são fenômenos, não são contingências ou causas naturais, mas são unicamente os nossos intoleráveis pecados.

A escrita não acolhe o clangor, a salva de canhões, o desencadear triunfante dos rumores, mas, antes, o silencioso fluir da linguagem através de registros e claves de uma delicadeza inimaginável, cuja missão é escolher, matizar, eleger tacitamente os vocábulos. As palavras acima transcritas, pejadas de uma retórica muito

particular, própria da época e do espírito que as molda, são palavras de Gabriele Malagrida, na abertura do opúsculo que escreveu por ocasião do terremoto de Lisboa, em 1755, desencadeando em Sebastião José de Carvalho ira tão violenta, que o levou a queimar na Praça do Comércio todos os exemplares que ainda pôde encontrar, 10 anos após a morte de seu autor. Por causa do “Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a corte de Lisboa no primeiro de novembro de 1755”, publicado em Lisboa no ano de 1756, com todas as licenças civis e eclesiásticas, foi Malagrida desterrado para Setúbal e até o momento do garrote sofreu por parte de seu algoz as mais terríveis perseguições.

Além de suas cartas, constitui esse texto o único ainda existente desse jesuíta italiano que, segundo consta, teria escrito 3 peças dramáticas para uso dos colégios italianos em que ensinava gramática e retórica – *A fidelidade de Leontina*, *Santo Adriano* e *Amanus* – (trata-se de informação contida em texto de Sommervogel, que todavia não dá maiores indicações bibliográficas), além de outra intitulada *Vida e conversão de Santo Inazio*, para representação na Igreja do Colégio do Maranhão, em 1735, o que pode ser atestado às folhas 287-288 de Bras. 26, um dos itens documentais sobre o Brasil, no Arquivo Romano da Companhia. Serafim Leite, na *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Tomo IV, Livro V, Capítulo IV, p. 299, mostra o papel desempenhado pelo teatro nas pregações de Malagrida. Segundo o autor, todo o êxito do missionário como pregador se deve ao pendor natural que este tinha para a representação teatral, para o visual, de que o povo tanto gostava. Andava sempre acompanhado pela imagem de N. S^a das Missões, colocando-a em um tablado, como quando inaugurou, em 1752, a Casa de Recolhimento para Mulheres no Maranhão, ou “revestida com os magníficos enfeites que lhes deram os príncipes de Portugal, sobre um leito de flores, em meio de lírios e rosas”, conforme as palavras de Mury em sua biografia de Malagrida, citadas por Leite nesse mesmo capítulo.

Teria escrito, ainda, dois livros considerados heréticos, e nunca vistos, a não ser na transcrição do processo inquisitorial que, conduzido pelas mãos do mesmo Sebastião, culminou com sua morte – estrangulado e queimado no Largo do Rossio, aos 21 de setembro de 1761. São esses livros: *A heróica e admirável vida da gloriosa Santana, Mãe de Maria Santíssima, ditada da mesma santa, com assistência, aprovação e concurso da mesma Soberana senhora e seu santíssimo filho* e *Tratado da vida e Império do Anticristo*, ambos encontrados no Processo do Padre Gabriele Malagrida, na Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, maço 8064. Muitos dos biógrafos não aceitam como saídos da pena de Malagrida esses dois livros. Alegam a impossibilidade física do ato, dentro de uma masmorra, sem qualquer facilidade (papel, tinta, posição adequada, luz necessária). Acusam o próprio Pombal de tê-los feito escrever através de um ex-capuchinho, conhecido como abade Platel, com a única finalidade de entregar o jesuíta ao Tribunal da Inquisição. Entretanto, Ilario Govone – jesuíta italiano que vive no Brasil há muitos anos e se dedica ao estudo da vida de Malagrida, a pedido do Vaticano — afirmou-me (em

depoimento que me fez, pessoalmente) ter quase certeza de ter reconhecido na caligrafia dos textos que constam do Processo – hoje guardado na Torre do Tombo – aquela do missionário. Qualquer modo – e quanto a isso, muitos autores concordam –, ainda que tivesse sido Malagrida a escrever tantos absurdos, a única coisa que poderia ser através deles provada era o estado de demência em que se encontrava o jesuíta, há três anos encarcerado nas prisões portuguesas.

Todavia, antes de avançar na matéria propriamente dita dessa conferência, ou seja, uma reflexão sobre a possibilidade de entrever o Brasil do século XVIII através de documentos de arquivo, mostrando a importância desse tipo de estudo para o resgate da memória nacional e enriquecimento da literatura brasileira, é preciso aqui apresentar mais detidamente o personagem em destaque.

Trinta anos de apostolado em meio às florestas do novo mundo, entre os povos selvagens do Maranhão e nas vastas dioceses do Brasil. Dez outros anos gastos em pregar a cruz de Jesus Cristo ao povo e à corte de Lisboa. Depois, quase em recompensa desses 40 anos consagrados a promover os interesses da Igreja e de Portugal, uma injusta sentença dos juizes sem autoridade e sem consciência, em nome de Portugal e da própria Igreja. E ao fim, depois de três anos de penas inauditas nos úmidos subterrâneos da Torre de S. Juliano, uma morte de mártir na última fogueira da Inquisição Portuguesa, erigida por ordem de Pombal, eis aqui o resumo da vida do Padre Malagrida.

Com essas palavras, o padre francês Paolo Mury, da mesma Companhia, abre o prefácio que escreveu à sua biografia de Malagrida – elaborada após o exame metódico de impressos e de inéditos sobre o martírio do jesuíta italiano –, em 1864, mais de 100 anos passados, portanto, desde o seu suplício. Dez anos após sua publicação em Paris, foi “trasladada a vernáculo” por Camillo Castelo Branco, que se tornara, de longa data, amigo e correspondente do biógrafo.

Gabriele Malagrida nasceu em Menaggio, pequeno lugarejo às margens do Lago de Como, no norte da Itália, a 5 de dezembro de 1689, embora se leiam nos Catálogos do Maranhão as datas de 18 de dezembro (nos primeiros) e 18 de setembro (nos últimos). No entanto, é exatamente 5 de dezembro que aparece no Livro de Baptizados, na sua paróquia, de acordo com Kratz, autor de um texto sobre o jesuíta¹, a mesma data, aliás, que se vê na placa aposta na parede da entrada de sua casa natal.

Seus pais eram extremamente religiosos, tendo três de seus filhos, entre eles Gabriele, se dedicado à vida religiosa. Sua entrada na Companhia de Jesus deu-se em Gênova, a 23 de outubro de 1711, estando ele, então, com 22 anos incompletos. Expressou seu desejo de seguir para as missões, a converter à religião católica aqueles que desconheciam Deus. No entanto, considerado ainda muito jovem, foi encarregado de ensinar Humanidades e Gramática em várias escolas da Península. Um dos lugares por onde passou foi a ilha de Córsega, que ainda não pertencia à França. Foi lá que escreveu uma de suas peças dramáticas, que contestava o po-

¹ apud Serafim LEITE, *História da Companhia de Jesus*, 1940.

der, segundo alguns autores, intitulada *Amanus*, e utilizada para fins didáticos na escola, a mesma inclusive que chegou a pensar em representar no fim de sua vida, em Setúbal, no que foi sabiamente impedido por um colega, que lhe apontou o perigo de Pombal ver-se ali retratado, o que só lhe aumentaria as penas. Passou a Gênova e desse porto seguiu finalmente para Lisboa, de onde embarcou para as Missões do Maranhão e do Pará, no ano de 1721. Fez de um tudo: Professor de Literatura, de 1727 a 1728, e de Teologia, de 1730 a 1735, além de Padre Espiritual, no Colégio de S. Luís; Missionário nas aldeias; Pregador popular nas vilas e cidades, do Pará à Bahia; Construtor e fundador de Conventos, Igrejas, Casas de Recolhimento para mulheres, Casas de Exercícios Espirituais, Seminários para o Clero. Quando esteve na Corte, em 1750, já sua fama o precedera, como Apóstolo do Brasil, e D. João V enviou-lhe a lancha real para trazê-lo do navio à terra. Foi ele que preparou o rei para a morte, através dos exercícios espirituais e confessando-lhe os pecados. Torna ao Brasil no ano seguinte, tendo como companheiro de travessia o irmão do novo Secretário de Estado, que ia como governador e não se demoraria muito em declarar-se inimigo das Missões. Dá continuidade aos seus trabalhos, até receber o chamado de D. Mariana que o queria em Lisboa, a fim de preparar-lhe também a ela para a morte que já pressentia próxima. Atravessa em 1753 pela quarta e última vez o oceano, encontrando aí o rei José I no trono, mas no governo, o Marquês de Pombal, cuja hostilidade ao clero era de todos conhecida. Após a publicação do livrinho dando as causas do terremoto de 1755, em que Malagrida pregava a reforma dos costumes, Pombal deu-se por aludido e desterrou o jesuíta para Setúbal, em setembro de 1756, onde ele continuou a receber a nobreza da corte portuguesa que para lá se dirigia a fim de – sob sua orientação – fazer os exercícios espirituais. Quando, em 1758, ocorreu o suposto atentado ao rei, e sobreveio o que ficou conhecido como “Conjuração dos Fidalgos”, Malagrida foi acusado não só de participar da mesma, mas de ter sido ele próprio o cabeça da maquinação contra o rei. Encarcerado nas prisões da Junqueira, passa penas terríveis ao longo de três anos, até que seu inimigo pessoal, o Marquês de Pombal, denuncia-o à Inquisição, como herege, pela escritura dos livros já referidos anteriormente.

Fragmento IV

Uma carta de Malagrida: importância de seu resgate

A volta definitiva de Malagrida à Europa se dá em 1753, antes, portanto, do advento de certas medidas tomadas por Pombal que viriam a transformar a cena brasileira, tais como a criação de companhias privilegiadas de comércio (em 1755 e 1759), a extinção da escravidão indígena (em 1757) e o incentivo da miscigenação entre brancos e índios, e a controvertida expulsão dos jesuítas seguida do confisco de seus bens (1773). De qualquer modo, a documentação de Malagrida

relativa ao Brasil, composta de sua correspondência (ativa e passiva), requerimentos, documentos cartoriais e cartas régias, cobre o período que vai de 1722 a 1753, o que contabiliza 30 anos, e através da qual nos é facultada a possibilidade de desvendar significados relativos à catequese, à vida dos missionários e dos índios, à relação Estado/Igreja, à retórica religiosa da época, enfim, significados que concernem ao cenário brasileiro de grande parte da primeira metade do século XVIII.

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor, em resposta à sua venerada ordem de lhe dar algumas notícias sobre os lugares percorridos durante minhas campanhas apostólicas, bem como das igrejas e capelas que visitei, eis-me aqui, diante do senhor!

Trata-se do início de uma das cartas escritas por Malagrida, encontrada há alguns anos na Biblioteca Nacional de Lisboa (Reservados 1527) e publicada na Revista dos jesuítas missionários italianos, Milão, 1991. Terá sido escrita provavelmente entre 1738/1739, esclarece uma pequena introdução à publicação da mesma, e enviada de Salvador a Lisboa, para D. Ignazio de Santa Tereza, arcebispo de Goa (Índia), bispo de Algarve (Portugal), e ainda, talvez devesse dizer sobretudo, conselheiro do rei para assuntos referentes à evangelização. O trecho aludido revela tratar-se tal carta de resposta a uma ordem: prestação de contas à Coroa, portanto. Embora não apareçam no corpo da missiva local e data, há indícios que lançam luz sobre a questão. Escreve Malagrida: “caminho por esta capital”, referindo-se naturalmente a Salvador, onde em 1738, precisamente, dá início à construção do recolhimento da Soledade. Como se sabe ter o missionário empreendido uma longa viagem que teria durado dezessete meses e mais de 1.800 km, de S. Luís a Salvador, é possível depreender-se o período em que escreve a D. Ignazio, a partir de uma data citada já no segundo parágrafo da carta.

O ter recaído sobre ela a escolha para representar metonimicamente o universo epistolar malagridiano se deu por vários motivos: em primeiro lugar, por ter sido escrita em português; em segundo, ter sido enviada de Salvador; em terceiro, por ser relativamente extensa – ocupa 7 folhas – e finalmente, por constituir-se em instrumento perfeito de revisitação do passado e da apreensão – entre outras – de novas imagens do espaço geográfico e do índio brasileiros, ou seja, constituir-se em uma pedra a mais do imenso mosaico iniciado com a carta de Caminha.

O que nela surpreende é que sendo avessa a qualquer efeito, isenta de toda intenção literária, consiga ser impressiva e dizer o sentido do Brasil e, mais especificamente ainda, o sentido do espaço religioso brasileiro, interessando-nos em sua leitura. Refere-se ele aí, primeiramente, às freguesias, estruturas provisórias da Igreja, que antecedem as paróquias e são ligadas à comunidade local, bem como à Matriz, a igreja principal, de que dependem as freguesias e as igrejas menores e, como em resposta a pedido anteriormente feito pelo destinatário, prefigura com fidelidade seu percurso (incluindo cidades e lugarejos e rios e sertões e tribos indígenas), dando a relação das igrejas e capelas visitadas e, muitas vezes, até recuperadas.

Muito embora esta carta se nos apresente como um painel quase monocromático, tão recidivo é o assunto, seu discurso deixa entrever certos detalhes que merecem ser apontados.

Primeiramente, vejamos alguns dos locais por ele citados, numa tentativa de acompanhar-lhe os passos e conhecer os caminhos das missões. Seu périplo tem início na cidade de São Luís do Maranhão, no dia 31 de julho de 1737, dia da morte do “nosso Santo Patriarca Inazio”, que seu fervor religioso não deixa passar a oportunidade de lembrar. A seguir já o vemos – após um trecho por mar – nos sertões do Piauí. Sob o rio Itapicuru em uma canoa em visita a duas nações de bárbaros, como eram assim tratados à época os índios brasileiros. Refere-se a Aldeias Altas (atual Caxias), às margens do mesmo rio, e a Surubim, Piracurucá, Mocha, Gurgueia, Parnaguá. De Parnaguá, passa então ao Rio São Francisco, Barra do São Francisco, Boqueirão, Jacobina, Sento Sé, Salinas, Figueiras, Anhambupe, Vila de Santa Lúcia, Estância, Jeremoabo, rio Piauí, Santo Amaro da Pitanga, além de referir-se mais de uma vez – de modo indireto – a Salvador: “... e de lá me mandaram dinheiro suficiente para uma imagem de Santo Antônio (que já foi encomendada) para patrona da mesma capela. Está pronta e espera ser transportada da Capela do Recolhimento do Coração de Jesus, na Soledade”. “...especialmente o vigário que já veio pessoalmente fazer-me o pedido no Colégio”.

Através de certos trechos torna-se possível descobrir a dimensão religiosa missionária deste homem que incansavelmente construía igrejas e conventos, escolas e seminários, numa tentativa de povoar e de evangelizar, de civilizar o que era bárbaro, no seu modo de ver, de ocupar os imensos desertos por onde passava. A respeito das regiões do São Francisco, escreve: “olhando aquelas terras infinitas, tão distantes das suas freguesias e encontrando-lhes na impossibilidade moral de receber os Santos Sacramentos na hora e no tempo mais urgente sobre todos, que é aquele da morte”. Embora exale fervor, santidade, seu discurso deixa claro que a realidade é vista através da ótica portuguesa, como não podia deixar de ser: “depois que Nosso Senhor me deu a graça de amansar aquelas nações bárbaras e famosas pelas muitas guerras e destruição”. A lista de todos os lugares de culto e de recolhimento erguidos por Malagrida na região que vai de Belém a Salvador é imensa. Cito algumas: Colégio de Santa Tereza, em São Luís do Maranhão; Convento da Soledade (BA), Capela e Recolhimento do Sagrado Coração de Jesus, em Igarassu (PE), uma das cidades mais antigas do Brasil. É bem verdade – e é importante ressaltar aqui esse aspecto – que através de suas palavras em muitos trechos dessa carta e nos de outras, bem como através das palavras dos biógrafos e dos jesuítas que sobre ele escreveram, percebe-se que essa dimensão religiosa a que me referi acima decorre de uma certa ingenuidade, nunca, entretanto, apontada por eles, autores. Malagrida é crédulo demais, fervoroso demais. A cena de seu primeiro encontro em Portugal com o Ministro de D. José I, que só lhe acontecerá alguns anos mais tarde, e a que todos os biógrafos se referem como uma cena em que ele demonstra extrema coragem e capacidade de contestar o poder, para mim

está destituída de tal atributo: nasce de uma espontaneidade que o leva a dizer o que sente, sem medir as conseqüências, em parte originária de um exagerado fanatismo religioso que se torna tanto mais evidente quanto mais ele se aproxima da morte. Atingirá o ponto máximo por ocasião de seu confronto patético com o Tribunal da Inquisição, de que o Processo, guardado na Torre do Tombo em Lisboa, é a prova cabal. É uma figura patética que ouve sua sentença de morte sem qualquer perturbação, que pede perdão a Deus pelos pecados e aos presentes, caso lhes tivesse dado algum mau exemplo. Que segue para o Rocio com um barrete de palhaço na cabeça e uma espécie de batina enfeitada com demônios de papel colorido, no meio de 52 outros sentenciados, os figurantes de um drama onde somente Malagrida foi morto. Talvez pudesse ser dito que tal modo de ser o transforma em personagem, inteiramente condizente com os que a literatura de seu século produziu: natural, ingênuo, ético, espontâneo, crédulo, não-contaminável, como se fora ele próprio a síntese de todas as qualidades pensadas para o homem daquela época, simbolizado por um Cândido, por exemplo.

Em seu rosto, onde transparecia uma nobre dignidade, lia-se índole modesta e branda; ordinariamente estava pálido, mas, se falava das coisas de Deus, purpureavam-se-lhe as faces; brilhavam-lhe então os olhos com uma cintilação de extraordinário fulgor; todo o seu exterior suspirava santidade, e ninguém que o visse deixaria de respeitá-lo e venerá-lo.

Assim poderia muito bem começar um romance, no entanto se trata de trecho da biografia de Malagrida escrita por Matias Rodrigues, que o conheceu pessoalmente nas missões do Maranhão. Devo dizer, ainda, que todas as biografias de Malagrida que li, assim como a grande maioria dos ensaios e artigos sobre ele (incluindo-se aqui os mais recentes, desta década), enaltecem a sua figura e seus feitos missionários, sem manter, no entanto, a necessária distância crítica. Aparentemente se deixam envolver por seu carisma, por um certo clima de exaltação religiosa, o que dificulta sobremaneira a apreensão dos fatos e a sua real dimensão na sociedade da época. O mesmo vale para a iconografia a ele relativa (muitas aproveitadas pelos biógrafos como ilustrações de seus textos) ou como se pode observar no afresco de Luigi Tagliaferri e no busto em bronze, de Luigi Teruggi, que se encontram na Igreja de Menaggio, sua terra natal. Sua morte – e não me refiro naturalmente ao seu desaparecimento, mas à maneira como tudo foi execravelmente conduzido até a fogueira do Rocio – terminou contribuindo sem dúvida alguma para o surgimento e manutenção dessa aura de santidade, que só os mártires, em sua loucura, conseguem irradiar. A morte de Malagrida causou revolta e tumulto para além dos domínios de Portugal. De toda parte, imediatamente após o 21 de setembro de 1761, levantaram-se as vozes daqueles que em nome da justiça condenaram o ato de Pombal que, concentrando em Malagrida sua ira contra os jesuítas e contra o providencialismo que propalavam, levou à morte tão bestial um velho já demente que dedicara todos os seus anos à causa que o mantivera vivo na vida. Uma dessas vozes foi a de Voltaire, que em seu *Précis du siècle de Louis XV*

escreve, referindo-se à morte de Malagrida: “o excesso de ridículo e de absurdo aliou-se ao excesso de horror”.

No capítulo V da biografia do Pe. Mury, intitulado “O Pe. Malagrida entre os selvagens Tabajaras, Caicasis e Guaranis (1724-1726)”, após descrever a ferocidade dos caicasis e suas intermináveis guerras com os portugueses, o autor dedica um parágrafo para descrever o método de aproximação utilizado por Malagrida (se é que podemos assim nos referir a algo que nele era absolutamente espontâneo e desprovido de qualquer artificialidade ou intenção outra, que não a de evangelizar):

A primeira coisa que fez o Padre foi aprender a língua deles. Depois, com palavras amorosas e pequenos presentes ia ganhando a confiança deles. Visitava-os freqüentemente nas cabanas, cuidava dos doentes e distribuía bocados que mendigava para eles, muitas vezes tirando o próprio pão da boca para lhes dar. Com essas e outras indústrias que lhes sugeria a sua incansável caridade conseguiu em pouco tempo ganhar a estima e ainda o afeto daqueles bárbaros, os quais começavam de boa vontade a prestar ouvidos às suas instruções. A índole feroz deles foi se amansando com o benigno influxo da celeste doutrina: pouco a pouco desistiram de seus costumes brutais e para imensa consolação do santo homem que incessantemente implorava as bênçãos divinas para as suas obras, a maioria daquela tribo selvagem regenerou-se na água do santo batismo. Não satisfeito com isso, já começava a pensar em novas conquistas.²

Tornando à carta de Malagrida, chamo a atenção para o parágrafo abaixo, sobre Estância, segundo ele um lugar moderno, maior e melhor do que a Vila de Santa Lúcia, de cuja freguesia fazia parte, trecho que revela talvez uma postura já agora percorrida por um frêmito mais pessoal e íntimo:

Por fazer muito calor na tarde do último dia das Missões, convidei todos a carregar pedras, tendo eu mesmo saído a campo, com dois padres companheiros meus. Que espetáculo belo e santo de se ver! Toda aquela multidão, que terá sido mais de 4000 pessoas como afirmaram os nossos padres, acorreram ao glorioso trabalho carregando as pedras e cantando os hinos das Missões. Limpavam todo um rio cheio de pedras. E como não houvesse naquele aperto bois que ajudassem no transporte, não se envergonhou uma boa escolta de jovens de puxar uma carroça como se fossem bois eles próprios. Cena que não se sabe se convidava mais a rir pela novidade ou a chorar pela devoção e ternura que inspirava.

Suas cartas são documentos que se revelam preciosa fonte de informações sobre o homem Malagrida e sobre seu olhar posto no Brasil, país tecido com o auxílio do imaginário europeu. Nelas, todo um potencial de superabundância verbal, de licença metafórica. Por mais que sejam permeadas de recursos retóricos, conseguem comunicar interioridade, plenitude, dor, exaltação religiosa. Sua descrição dos fatos e da paisagem brasileira, dos rios e dos povos bárbaros, se nos afigura profundamente conforme a textura das coisas. Sobretudo não se desvincula

² Tradução livre de texto italiano, manuscrito, encontrado em uma biblioteca de Firenze. Nunca publicado, ao que parece, na Itália. O original sendo francês.

do que se espera encontrar em textos dessa natureza. Não se pode esquecer que são em sua grande maioria cartas-relato de um missionário, prestando conta de seus atos aos superiores. E aí, como a linguagem, definida em seus efeitos de código de trocas comuns, pode ser considerada como privada? Em que medida a expressão verbal, o campo semiótico em que o escritor se move constituem um idioleto, um discurso singular?

Malagrida aguça no leitor o instinto do lugar, reforça sua compreensão do particularismo geográfico, torna translúcidas questões relativas à origem do dinheiro para a construção e reforma de tantas igrejas e capelas.

Imediatamente após relatar a cena dos jovens puxando a carroça como se fossem os bois que não havia, ele entra direto no assunto que talvez – acima de todos os demais nessa carta, recurso de resto já utilizado por Caminha – lhe interessasse falar ao Conselheiro do Rei, e ainda mais considerando que um dos encargos da Coroa era justamente o de construir e conservar os locais destinados ao culto:

De todos esses fervores, compreenderá Vossa Excelência que se no calor das Missões tivéssemos uma ajuda de sua Majestade, faríamos com o pouco muito, quando sua Majestade com o muito que dá não pode fazer senão pouco. Explico-me com um exemplo: por ordem de sua Majestade se fez uma empreitada para a Igreja de Jeremoabo por vinte e cinco mil cruzados e me certificou o Mestre que leva adiante toda a fábrica e em nome de quem se fez a empreitada, que com o mesmo dinheiro faria de boa vontade quatro igrejas do mesmo tamanho.

É o modo que encontra de pedir, demonstrando reconhecer que recebe, que sabe que conta com a Coroa. E prossegue, deixando claro não ter lançado mão do dinheiro real quando poderia tê-lo feito, demonstrando ser criterioso e cioso dos bens postos à disposição da Companhia: “Nessa empresa e aproximação dos bárbaros pelo deserto, não solicitei qualquer ajuda, que a suma piedade e zelo de nossos monarcas oferecem do Erário Real para tais empreendimentos, como consta de suas leis enviadas ao Maranhão e Pará”. Chamo atenção para o “suma piedade e zelo de nossos monarcas”. Há um outro trecho referente a dinheiro: “Já que os pobres índios não têm possibilidade por sua pobreza de construir uma capela, achei em modo de que os brancos lhes oferecessem esmolas para reedificá-la em pedra e cal”. Os padres da Companhia – possuidores de bens, de terras – não precisavam mendigar para obter seu sustento (que também não recebiam da Coroa, o que lhes dava uma certa autonomia em relação ao governo português), mas pediam para os índios, para as missões, para a construção e reforma dos lugares de culto e de recolhimento.

A carta propicia ao leitor uma visão da vida que aqui levavam os missionários àquela época no Brasil, bem como traz informações relativas às fases econômicas por que passavam as regiões: “Levaram-me a Figueiras e lá verifiquei que a capela de São Miguel, antigamente famosa e opulenta (quando o ouro corria em abundância por essas paragens), agora está toda aberta e em ruínas. Tive de trabalhar para que se erguesse uma outra em pedra e cal”.

Logo no início, Malagrida se refere a um fato, que sugere uma certa manipulação das pessoas por parte dos jesuítas, em nome de Deus e da Igreja. Afinal de contas, acreditavam ser os responsáveis pela educação de todas aquelas almas e deviam lhes passar a idéia de obediência cega, inclusive à autoridade do Estado (“lhes levei [uma nação indígena] ao conhecimento de Deus e vassalagem de Sua Majestade, com todos aqueles perigos e fome e sede e trabalhos que Deus sabe”). Mas eis o fato a que quero me referir:

Foi neste tríduo e no mesmo dia de Santo Inacio que Deus Nosso Senhor permitiu aquele horrível castigo público (*ad exemplum et confirmationem*) de sua palavra divina: *Qui vos audit me audit et qui vos spernit me spernit*. Foi o corte violento da espada do Onipotente na vida e pessoa de Francisco Preto de Almeida, ourives de grande habilidade. Um inimigo seu que numa briga o feriu gravemente em um braço e esteve em fim de vida. Arrependido se aproximou durante a procissão penitencial, ao palco onde eu pregava, para pedir perdão e fazer a paz com seu inimigo. Este, chamado, não quis comparecer. Eu o ameacci três vezes que se não comparecesse, Deus o chamaria por outro caminho mais rápido. E deu-se que não veio por mais de 24 horas. Na mesma hora em que lhe dei o aviso, no dia seguinte, morreu de morte tão rápida e tirana, que não houve como atendê-lo espiritualmente, entregando sua alma antes que seu ódio.

Deste trecho se infere, além da autoridade de que se sentia investido Malagrida, a sua crença na sua própria capacidade premonitória. Era dado a ouvir vozes, a ter visões. Quando D. Mariana morresse em Lisboa, ele interromperia a missa que celebrava em Setúbal e com lágrimas nos olhos avisaria aos fiéis que acabara de ter uma visão: a rainha estava morta. Apreciava lances dramáticos, teatrais. Como o acima relatado. Sua linguagem quer significar isso mesmo. Era assim que comovia as pessoas que lhe ouviam as prédicas, era desse modo que sua fama de santo, de homem que operava milagres, se espalhava pelo Nordeste.

Toda essa matéria documental com que travei conhecimento em arquivos diversos dá ensejo a perguntas, tais como: que tipo de evangelização queriam os portugueses para o Brasil? Teria a missão jesuítica italiana uma visão particular de evangelização? Que significados teria no Brasil o silêncio que se criou em torno do nome de Malagrida?

Quanto ao ineditismo ou não das cartas de Malagrida, aspecto até agora não abordado nesta conferência, chamo a atenção para o fato de que a maioria delas foi utilizada como matéria-prima das biografias sobre ele escritas. Entretanto, das cartas elas mesmas, poucas vieram a lume ao longo desses quase dois séculos e meio desde a morte de Malagrida. E as que o foram, foram publicadas sem o necessário rigor filológico, o que só uma edição crítica cuidadosa poderá lhes imprimir. Intento seguir nessa direção, pois acredito que somente um estudo mais detalhado de todas as cartas de Malagrida, numa edição que resgate a legitimidade desses textos, permitirá o desvendamento de mais um olhar na construção desse Brasil plural.

Prólogo

A literatura brasileira em cenários transnacionais

Eneida Leal Cunha

Universidade Federal da Bahia

Em 1999, os concursos para Professor Titular da Universidade Federal da Bahia exigiam dos candidatos uma conferência, cujo título deveria ser indicado no ato de inscrição. A elaboração do memorial – outro item na extensa lista de documentos necessários à inscrição – desafiara-me a articular múltiplos planos da minha história pessoal e do meu *curriculum vitae*: a rememoração do vivido, a reconstrução do meu processo formativo, a revisão das teorias e obras que produziram as vertentes mais nítidas do meu pensamento e do meu desempenho, enquanto profissional da área de Letras, e, permeando todo o relato, a reflexão sobre o estudo e o ensino da Literatura Brasileira, entre nós. O título da conferência – “A Literatura Brasileira em cenários transnacionais” – foi, naquelas circunstâncias, uma espécie de frase final, conclusão do memorial e, ao mesmo tempo, anúncio de sua continuidade, em um outro texto, mais sistemático e argumentativo, no qual deveria ensaiar algumas respostas às inúmeras questões que a contemporaneidade cultural impõe aos estudiosos da nossa literatura.

Espera-se de um candidato a professor titular algum domínio de seu campo de trabalho. Quis traduzi-lo, na conferência, reconstituindo, por um lado, a tradição disciplinar e as intensas conexões firmadas entre literatura e nacionalidade, a partir de uma homenagem a Antonio Candido e Mário de Andrade. As justificativas dessa escolha me parecem óbvias, ao menos para os que pensam a nossa literatura em sua dimensão cultural. Por outro lado – e esse é o segundo momento da conferência –, trazendo à reflexão os desafios do cenário contemporâneo, que me fizeram optar, ao final, pela ultrapassagem dos domínios do literário e pela leitura de um conjunto de imagens em conflito com a nossa tradição letrada e erudita.

Para esta publicação da conferência, preferi preservar a feição original que dei ao texto. Embora tenha sido escrita e entregue aos examinadores no momento de sua apresentação, foi concebida e composta como uma longa fala, coerente com o exercício primordial da docência que me conduziu até aquele concurso.

Em 1944 o jovem Antonio Candido decide concorrer à cadeira de Literatura Brasileira, em concurso aberto na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo:

Eu era assistente de sociologia e praticava paralelamente a crítica (...). Então resolvi correr o páreo e comecei a me preparar, enfrentando vários problemas, entre os quais a escolha do assunto para a tese. Hesitei entre alguns e cheguei a começar um estudo comparativo sobre Álvares de Azevedo e Byron, mas não me senti preparado para ele e a certa altura recorri a Mário de Andrade pedindo sugestões.

A resposta – uma carta não datada, provavelmente “dos meados de 1944” – está integralmente transcrita no artigo “Mário e o concurso”¹, e começa ponderando:

Andei imaginando em assuntos de teses, como você me pediu. É muito difícil isso, quando se trata dos outros, porque muitas vezes, mesmo sempre, um indivíduo tem uma determinada soma de conhecimentos e juízos seus armazenados sobre um assunto determinado que o outro ignora. Enfim, vai aqui uma lista de sugestões que talvez possa dar ensejo a você se recordar dum assunto já seu, ou mais seu.

Nenhuma das dez sugestões de temas que seguem à sensata introdução foi aproveitada por Candido.

Todas exigiam muito trabalho, algumas estavam francamente acima das minhas luzes e, sobretudo, o tempo era curto: menos de um ano para escrever e entregar a tese. O melhor era seguir o preceito de Mário sobre ser melhor aproveitar o conhecimento acumulado. Era, para mim, o caso de Silvio Romero, cujos livros li na biblioteca de meu pai desde menino. Decidi por ele e em cerca de dez meses mal-amanhei um trabalho sobre o seu método crítico.

Em conferência proferida em Havana, início dos anos sessenta, Julio Cortazar desenvolve uma eficaz teorização sobre o conto. Em seu núcleo está a noção de “acontecimento significativo” – um flagrante, imagem ou situação que valem para

¹ Antonio CANDIDO. *Recortes*. São Paulo: Cia das Letras, 1993. p. 241-4.

além de si mesmos atuam como uma “espécie de abertura” e provocam uma cadeia de “ressonâncias”. Adverte Cortazar: o ofício do escritor está em fazer do conto uma ponte, capaz de reproduzir no leitor o impacto inicial que aquele, às vezes banalíssimo, acontecimento produziu no autor do conto².

Desejo que o depoimento de Antonio Candido sobre o concurso em 1945 funcione aqui, duplamente, como um acontecimento significativo. Em si mesmo, pelas extensas ressonâncias que o breve e singelo relato – da decisão de concorrer, da consulta a Mário, da escolha da tese e dos resultados do concurso – teve sobre mim na circunstância muito especial de decidir como iniciar e desenvolver esta fala. Mérito de Antonio Candido. Para além dele, pelo elenco de sugestões, idéias, conhecimentos e até advertências que me levaram a escolhê-lo como abertura e, de certa forma, roteiro desta conferência. Entra em jogo, agora, exercitar o meu ofício de leitora, construir uma ponte plausível entre a “explosão” – palavra de Cortazar – que provocou em mim e os senhores. Ou seja, construir a sua eficácia como viés de introdução aos assuntos desta conferência. Desafio meu.

“A Literatura Brasileira em cenários transnacionais” – é mais um título que a indicação imediata de um tema. Deliberadamente aberto, flexível, será modulado, constituindo ângulos e temporalidades diversos, para focalizar e inquirir a literatura e a disciplina que a estuda. Este tem sido um dos assuntos mais freqüentes, em minhas aulas, em minha produção escrita, mas não gostaria de apresentá-lo aos senhores como um “assunto mais meu”. Considero mais exato, mais próprio, dizer que se trata de uma angústia minha ou, talvez, uma angústia também minha – preservada a descrição da psicanálise para a “angústia automática, como reação, não-patológica, a um afluxo incontrolável de excitações demasiadamente múltiplas e demasiadamente intensas”³.

Os “cenários transnacionais” – a indicação de circunstância – registram antes de tudo o meu lugar de fala, o tempo que me marca. Têm aqui o seu significado ou valor atual, alusivo às compressões de tempo e espaço que borram ou atravessam, na experiência contemporânea, as fronteiras nacionais e culturais, mas serão abordadas também outras formas possíveis de seu aparecimento anterior, como o universal e o internacional. Ou seja, o “brasileiro”, o “nacional” e a transnacionalidade trazem para a conferência a duração diferida de um binômio tenso, de relações complexas, que pode (pôde) ser enunciado como o particular e o universal, o interior e o exterior, o nacional e o internacional, o brasileiro e o transnacional, o local e o global – embora saibamos que em nenhum desses pares os termos se correspondam.

Tais modulações são necessárias, tendo-se em vista o tema central, o objeto de fundo desta reflexão e seu nexos estruturador – este, sem dúvida, um assunto que me é caro: a nacionalidade, seus lugares, tempos e formas de produção, configuração e reconfiguração.

² Julio CORTAZAR. Alguns aspectos do conto. *Valise de Cronópio*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 147-63.
³ LAPLANCHE e PONTALIS. *Vocabulário da Psicanálise*. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985. p. 60-1.

As indicações feitas por Mário de Andrade importam transversalmente, como indícios do que seria adequado a uma Tese de Literatura Brasileira em 1944. São citados por ele autores próximos ao tempo daquele concurso – Graça Aranha, Alcântara Machado (o senador), Amadeu Amaral, Vicente de Carvalho –, cujo traço em comum imediato é o fato de, àquela altura, estarem já todos mortos⁴. Os comentários que seguem à enumeração deixam claro que tais nomes não têm o aval do reconhecimento, sequer a simpatia do crítico, mas o seu estudo, diz ele, teria o subsídio inestimável da “documentação inédita dos arquivos particulares”.

A ênfase da ‘lista de Mário’, entretanto, está no século XIX. Vale a pena reproduzi-la e a alguns dos breves comentários ali postos: “A composição do Romance Brasileiro do Século XIX (talvez um bocado sutil demais para uma banca de acadêmicos)”; “O Rural e o Urbano no Romance (ou Poesia) do Século XIX (Dentro de assuntos assim imagino ser possível construir uma tese de caráter histórico ou sociológico)”; a “Evolução da idéia de... na Poesia Romântica” (ao qual acrescenta – “...Idéia de Pátria, por exemplo”); “O Subjetivismo na Descrição Romântica da Natureza (...verificar, além de fatalidades gerais – a idéia de Deus, por exemplo – algumas constâncias da psicologia nacional)”; finalmente, a “Psicologia do Português (do africano, do índio, do estrangeiro, do mestiço) no romance Brasileiro do Século XIX”.

No episódio narrado por Antonio Candido, nos temas pensados há mais de cinquenta anos e nas observações que os justificam, posso encontrar elementos que confluem na disciplinarização do saber, além de um esboço e algumas tônicas do nosso campo disciplinar, a Literatura Brasileira, autorizadas por uma circunstância que, em hipótese alguma, é excrescente. Rituais, como os concursos acadêmicos, fazem parte das incontornáveis formas de controle dos discursos, que objetivam a rarefação e hierarquização dos sujeitos falantes, estabelecendo condições de atuação e condições de enunciação. Definem, enfim, a qualificação dos indivíduos autorizados a falar por e para um campo disciplinar⁵.

Os comentários que cercam os palpites de Mário e a decisão de Candido indicam-nos que os temas não se justificam pela maior premência ou pelo relevo que teriam para esses intelectuais, dois nomes que são também garantia e referência – autoridades – no nosso território. São escolhas dentro de um horizonte determinado e coerentes com uma política discursiva disciplinar. Qual o desenho do campo, quais os enunciados plausíveis que neles posso depreender?

Em primeiro lugar, o foco esteve sempre posto fora do tempo em que se daria o concurso, para atrás da atualidade; nenhuma cogitação foi feita acerca do presente, aquele presente expressivo que, sabemos, constitui os anos 40 e no qual essas duas figuras estão imersas, como estão ausentes também os fatos literários

⁴ G. Aranha: 1868/1931; A. Alcântara Machado: 1901/1935; Amadeu Amaral: 1875/1929; V. Carvalho: 1866/1924.

⁵ Michel FOUCAULT. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971. (Aula inaugural do Collège de France, 1970)

das décadas imediatamente anteriores, que para nós hoje são tão caros e, sintomaticamente, tão presentes.

Em segundo, que a perspectiva do campo disciplinar instituído é marcadamente histórica e historiográfica. Para Mário, é bem verdade, devo dizer crítico-historiográfica, em atenção às minúcias com que traça, por exemplo, o roteiro para o estudo da “composição do romance brasileiro”, o tema que não agradaria aos acadêmicos, mas capaz de produzir, segundo ele, “uma tese apaixonante, que sem dar muito trabalho poderia se tornar fundamental”. Acrescenta: “Não me lembro de estudo metódico nesse sentido em nenhuma língua”. Como se Mário, que se eximiu dos concursos e circulou pouco na academia, entreviesse a urgência de uma ‘história das formas’.

Mas a vontade histórica já firmada é outra, a constante nas abordagens sugeridas é, em última análise, a articulação entre a literatura do século XIX e o “nacional”, “brasileiro” – o espaço (rural e urbano), a idéia de pátria, as constantes psicológicas e, por último – uma palavra que Mário de Andrade tem o bom gosto de desconhecer, mas é aqui indispensável –, a imagologia, o estudo das imagens do outro, de outros, construídas na prosa nacional.

Das sugestões até a escolha do tema para tese vai a distância entre quem deseja habitar o endereço nobre das disciplinas neste século – a universidade, uma “sociedade de discursos”, como denomina Michel Foucault –, e quem tinha “horror a concursos”, afirmação de Candido que nos obriga a lembrar o perfil de um intelectual com um espectro de interesses incompatível com a segmentação disciplinar vigente já a sua época.

É evidente que Candido elege para o concurso não exatamente um “assunto já seu, ou mais seu”, e sim, como diz com a precisão de sempre, um assunto que lhe permitiria “aproveitar o conhecimento acumulado”. Ou seja, escolhe dentro de um domínio de objetos predeterminado, elege uma assinatura – um escritor e uma obra – dentro do momento da instauração disciplinar. Lúcida decisão, que ao mesmo tempo usufrui dos benefícios do reconhecimento prévio – o inquestionável valor de Silvio Romero para a História da Literatura Brasileira –, e assegura para si a possibilidade, inerente ao desenvolvimento dos campos disciplinares, de estabelecer novas formulações, em condições de aceitabilidade. Hábil decisão, que se vale do comentário analítico para amarrar, na cena ritual da passagem, a tradição e o novo, a autoridade e o pretendente, garantindo

a formação da continuidade [literária], – espécie de transmissão de tocha entre corredores, que assegura no tempo o movimento conjunto, definindo os lineamentos de um todo. É uma tradição, no sentido completo do termo, isto é, transmissão de algo entre os homens, e o conjunto de elementos transmitidos, formando padrões que se impõem ao pensamento ou ao comportamento, e aos quais somos obrigados a nos referir, para aceitar ou para rejeitar.⁶

⁶ Antonio CANDIDO. *Formação da literatura brasileira; momentos decisivos*. 2ed. São Paulo: Martins, 1964. p. 26. v. 1.

São palavras de Candido conhecidas nossas, usadas para explicar a formação do “sistema literário”, mas são adequadas também para falar o sistema disciplinar moderno que está em foco.

Entre o ritual de passagem, na Universidade de São Paulo em 45, e este ritual de agora existem continuidade e descontinuidade, semelhança e diferenças.

Já não há, neste concurso, a exigência de tese, sinal primeiro da diferença; prevê-se uma conferência, o que não deve ser entendido pelo viés da facilitação ou da atenuação dos procedimentos rituais. As classificações dos agentes e a demarcação dos lugares de atuação deslocaram-se para outras cenas. O ingresso na comunidade disciplinar se faz hoje mais no domínio da formação – da capacitação –, do que no domínio do desempenho profissional, e as teses estão na culminância dos cursos de pós-graduação. Posso aventurar-me a dizer também que já não há tese porque já não há certeza, confiança, acordo suficientes para sustentar uma narrativa de demonstração; vivemos uma atualidade à qual agrada ou adequa-se mais a proliferação das hipóteses descritivas, tempo de interpretantes, “tempo de homens partidos” e de saberes partidos – na plena ambivalência que está lá.

Segundo sinal da diferença: o “preceito de Mário” e a sua apropriação alterada por Antonio Candido talvez já não me bastem como sugestão. Para qualificar-me no sistema disciplinar hoje, pressinto-o, a exposição do “conhecimento acumulado” ou o conforto de um “assunto mais meu” ainda valem e são necessários, mas na medida em que possam dar legibilidade e legitimidade às perguntas que dirijo – devo? posso? – ao saber instituído. Aliás, é este o sentido primeiro da conferência: ato de conferir, confrontação. Perguntas que não são exclusivamente nem originalmente minhas – teria cabimento aqui tamanho voluntarismo? –, elas estão no tempo presente, em ensaios, artigos, teses, conferências, congressos, estão na “crítica” e também no coração da disciplina, naquilo que se supõe ser a razão de sua existência, nos textos literários ou na própria literatura – a alta e a baixa, para ser politicamente incorreta –; estão ainda no exterior da literatura e das disciplinas que organizam o saber que a contempla, estão nessas regiões rumorosas da língua e fora delas, nisso que, poder-se-ia dizer assim, é a região ruidosa da língua: todos os falantes que, em graus variados, ficam no exterior das instituições que nos abrigam – a literatura, a crítica literária, a universidade.

O terceiro e mais relevante aspecto que distingue a cena disciplinar de 44/45 e a atual é complexo, pois resulta da articulação entre continuidade e descontinuidade. Contínuo é foco na nacionalidade.

A Nação, a nacionalidade, o Estado nacional são questões presentes e do presente, ao contrário do que afirmam uns, murmuram outros, desagradados com a sua insistência, e gritam ainda outros, violentados pela sua exclusão. É um tema premente, ou talvez ainda mais, trata-se de uma “iminência”, eu diria, fazendo uma terceira voz num coro com Jacques Derrida e Maria de Fátima Ribeiro⁷.

⁷ A percepção da iminência, para Derrida, está sintomaticamente exposta numa conferência de 1990 sobre “A identidade cultural européia”, publicada pela Universidade de Coimbra com o título *O outro cabo*. Em

Mas a escolha e a centralidade da Nação como objeto de estudo é também uma herança, uma compulsão herdada de um campo do saber que se organizou nas mesmas circunstâncias de tempo e espaço em que se afirmava a nacionalidade, tanto aqui, o Estado Nacional brasileiro, como “lá”, o Estado-Nação moderno.

Nesse sentido são expressivos os investimentos, em prol da constituição de “uma literatura brasileira” em sua versão preliminar, propedêutica, que atravessam as décadas de 20 a 70 do século XIX. São discursos nos quais podemos ler, com nuances e variações de ênfase, duas demandas do jovem Estado: a urgência das marcas de particularidade que nacionalizassem a língua e a tradição comum, portuguesas, e, de forma complementar, a urgência em recuperar, agrupar e divulgar a literatura escrita no Brasil até então. Refiro-me a Almeida Garret, Ferdinand Denis, Januário Cunha Barbosa, a Gonçalves de Magalhães, Pereira da Silva, Joaquim Norberto de Sousa, Santiago Nunes Ribeiro, Francisco Adolfo Varnhagen, Quintino Bocaiúva, Ferdinand Wolf⁸ – em sua maioria acolhidos recentemente em uma coletânea com o sugestivo título de *O berço do cânone*⁹. É dentro dessa circunstância, de prescrever, colecionar, eleger e consagrar obras e autores do passado e, ao mesmo tempo, de formular as primeiras historiografias, que se produzem os textos literários brasileiros no século passado, com notáveis interpelações e interpenetrações entre a vontade de legislar sobre a literatura nacional e a compulsão de escrever o país.

Nessas narrativas, literárias ou não, que promovem a construção cultural da nacionalidade – compondo, conforme Alencar, a “alma” Brasil – podemos flagrar a estratégia de homogeneização primordial, necessária mas nunca suficiente, à existência da Nação moderna: a reprodução no tempo da continuidade física, territorial, do Estado-nação, a constituição de um tempo plano, ininterrupto, consistente, que funde origem e presente nacional¹⁰. Os lugares ou discursos adequados a promover essa fusão indispensável são as narrativas literárias e as narrativas historiográficas em geral. Mas cabe à historiografia da literatura a máxima potencialização dessa operação imaginária e textual. Ao recolher e presentificar textos do passado, a historiografia realiza a operação equivalente à que produz o romance histórico do século

IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS: RELAÇÕES CULTURAIS, INTERLOCUÇÃO E ALTERIDADE – tese que orientei – Maria de Fátima Ribeiro se apropria do conceito para caracterizar o momento em que o evento acontece em Salvador, em 1959, dentro do regime salazarista e às portas da guerra colonial nas “províncias ultramarinas” em África.

⁸ Garret (*Bosquejo da História da Poesia Portuguesa, Parnaso Lusitano ou Poesias Seletas dos autores portugueses antigos e modernos*, 1826/27); Ferdinand Denis (*Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*, 1826); Januário Cunha Barbosa (*Parnaso Brasileiro ou Coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas quanto já impressas*, 1829-1831); Gonçalves de Magalhães (“Ensaio sobre a história da literatura no Brasil”, *Niterói*, 1836); João Manuel Pereira da Silva (*Estudos sobre literatura*, 1836, *Uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira*, 1843); Joaquim Norberto de Sousa (*Bosquejo da História da poesia brasileira; Modulações Poéticas*, 1841, *Estudos da Literatura Brasileira*, 1843; *Introdução sobre a literatura Nacional*, 1844); Santiago Nunes Ribeiro (*Da nacionalidade da literatura brasileira*, 1843, *Considerações sobre a literatura brasileira*, 1844); Francisco Adolfo Varnhagen (*Florilégio da poesia brasileira*, 1850); Quintino Bocaiúva (*Lírica nacional*, 1862); Ferdinand Wolf (*Le Brésil Littéraire*, 1863).

⁹ R. ZILBERMAN e M.E. MOREIRA. *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

¹⁰ Cf. Benedict ANDERSON. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

XIX, seja ele indianista ou não: aproxima, funde, familiariza passado e presente. Bem o sabiam, em outras palavras, os escritores daquela época:

Hão todos os modernos povos reconhecido a necessidade de remontar à sua origem aos primeiros dias de sua infância, essa expressão primitiva de suas paixões e de seu sentir, para melhor explicarem o presente; (...) Coligiu a Alemanha os mitos preciosos dos cantos dos Nibelungen, (...) possui a Espanha de há muito o seu romancero, (...) recupera Portugal sua índole nacional que assoma nessas páginas do Cancioneiro, (...) conserva e procura a França, sem afã, os poemas de seus trovadores (...), a Inglaterra e a Dinamarca, as poesias de seus bardos...Pertence agora ao Brasil ajuntar e coligir todas essas poesias (...) a fim de que possua também o Quinto Império o seu arquivo, onde consigne parte de sua glória literária, na qual mais se patenteia a nacionalidade (...) pois que sempre nos trabalhos, pensamentos esparsos, primitivos espontâneos dos povos é que vamos encontrá-la.¹¹

Simultânea e complementar à produção do tempo nacional homogêneo e permanente, tanto a literatura quanto a historiografia empenhadas na constituição da nacionalidade – suponho que seria mais próprio dizer impregnadas da constituição da nacionalidade – estão compelidas a fazê-lo também sob a pressão e a lógica de uma heterogeneidade, não nos sentidos que nos ocorrem hoje para esta palavra, nosso maior impasse frente à comunidade e contigüidade instituídas pela Nação, mas no sentido de que a nação só pode se constituir através de uma relação de contraste, de oposição ou de diferenciação, ao não nacional, ao seu exterior. Também nesse aspecto, tanto a literatura quanto o discurso sobre a literatura procedem em convergência. Seja com as formas mais “duras” da prescrição ou do diagnóstico da particularidade, como fazem a historiografia ou os discursos programáticos da nacionalidade, seja na forma mais plástica da nacionalidade, própria das narrativas ficcionais. Trata-se de uma operação complexa porque estão em jogo não apenas a oposição geopolítica entre o nacional e o não nacional, o estrangeiro, ou a diferenciação histórica entre a ex-metrópole e a ex-colônia que se torna um Estado independente, mas a constituição de uma especificidade, de uma particularidade que precisa manter dentro de si, como sua substância última, um universal, precisa simultaneamente auto-identificar-se como diferença e como o Mesmo, como fenômeno e como essência, ou ainda, para apenas tocar num ponto nevrálgico da questão, precisa produzir-se entre cópia, simulacro e original.

Firmar a continuidade espacial, homogeneizar o tempo, “produzir o povo” ou produzir uma “etnicidade fictícia”¹² – expressão de Etienne Balibar que prezo muito –, são essas as operações discursivas básicas que produziram a Nação e serviram de “berço” tanto para a “literatura nacional” quanto para o modo disciplinar predominante na leitura dessa literatura.

¹¹ Emílio ADET e Joaquim Norberto de SOUSA SILVA. Prefácio a *Mosaico Poético*, 1844.

¹² Etienne BALIBAR. La forme nation, histoire et idéologie. In: BALIBAR, E e WALLERSTEIN, I. *Race, Nation et Classe: les identités ambiguës*. Paris: Découverte, 1988. p. 117-43.

Falta-nos a última operação, a mais visível, mais analisada e mais duradoura, no sentido de inacabável, a nacionalização dos indivíduos, que se fez por eleição e, seu corolário, por exclusão. Plasmadas por escritores do século XIX, está a comunidade possível ou desejada, estão as imagens positivas e negativas de “brasileiros” e “brasileiras”, que serão distribuídas aos indivíduos para que se reconheçam como tais, e, principalmente, está a fixação das estratégias discursivas de legitimação da evidência histórica, ou seja, as versões possíveis do “romance irresistível”¹³, da composição social de uma nacionalidade com matriz colonial e escravocrata, ou, dito de forma mais aguda, uma nacionalidade formada pelo exercício regular da dominação, reiterado e reproduzido na prática (violenta) de uma sexualidade interétnica.

Sabemos por demais a esta altura o lugar (ou o não-lugar) da enorme população africana ou afro-descendente, escrava ou já liberta, nas narrativas do século XIX. Quanto mais tendente à fundação mítica for a narrativa da nacionalidade (como em *Iracema* ou em *O Guarani*), mais ausente o negro; quando mais investida na reprodução do cotidiano social, mais expostos os estereótipos produzidos não só sobre sua subalternidade como sobre a sua periculosidade, sobre os efeitos de degradação e degenerescência que decorrem da sua intimidade no cotidiano familiar escravista. Exemplos nesse sentido são narrativas pouco lembradas hoje, como *O demônio familiar* (1859), drama de José de Alencar, ou *As vítimas-algozes* (1869, republicado já em 1873), de Joaquim Manuel de Macedo. Mais conhecidos nossos são os estereótipos da negritude – e da mestiçagem – produzidos nas últimas décadas do século XIX, como em *O Cortiço* (1890), de Aluísio de Azevedo.

A operação nuclear de transformação do todo social em “corpo” da nacionalidade move a expansão dessas narrativas para seus lugares de “disseminação”¹⁴, entre eles a escola e os jornais¹⁵. Pois é preciso ao mesmo tempo plasmar e distribuir a Nação. É a necessidade dessa distribuição que faz com que esses intelectuais e escritores contemporâneos ao processo de constituição da nacionalidade sejam também os ideólogos do Estado nacional. A socialização das representações da Nação, a nacionalização da sociedade e a institucionalização do estudo e do ensino da literatura enquanto Literatura Brasileira são faces de um mesmo movimento, um mesmo problema, uma mesma vontade.

Volto ao concurso de 1945.

A História da Literatura Brasileira de Silvio Romero, de 1888, (como “expressão das raças, das classes e das vicissitudes do povo brasileiro”) é lugar sintomático e referência indispensável à compreensão da continuada construção da na-

¹³ Doris SOMMER. Irresistible romance: the foundational fictions of America Latina. In: BHABHA, *Nation and Narration*, London/New York: Routledge, 1990. p. 73-98.

¹⁴ Palavra aqui relevante, pelo que significa para o pensamento contemporâneo e, mais ainda, pela sua reapropriação, com a marca de um ‘n’ maiúsculo – “DissemiNation” – por Homi-Bhabha, em ensaio sobre a questão contemporânea da nacionalidade que interferirá nos desdobramentos dessa conferência.

¹⁵ Ao largo, neste momento ou neste caminho da reflexão, fica, por exemplo, a importância da imprensa na construção da nacionalidade cultural, no século passado, bem como outras instituições investidas da tarefa dessa distribuição. Exemplo desse movimento é a cogitação, à época, da substituição da leitura escolar de *Os Lusíadas* pelo *Caramuru*, de Santa Rita Durão, como mais adequado ao ensino da nacionalidade.

cionalidade política, cultural e literária do país, como bem indicia a escolha de Antonio Candido. Por um lado, porque documenta tanto o dilema primordial da nacionalidade brasileira – sua intensíssima e extensíssima separação racial e social interna –; quanto o dilema primordial da intelectualidade que produz as imagens institucionalizáveis e institucionalizadas da Nação, a partir das teorias raciais subjacentes ou explícitas nesse momento positivista do pensamento nacional. Como aponta a percepção aguda de Lima Barreto em seu *Diário Íntimo*, as operações intelectuais mais típicas do final do século XIX reforçam o racismo histórico, transportando-o da condição de preconceito à condição de ciência.

Por outro lado, Romero marca a passagem do ato, que dissemos propedêutico, de colecionar e divulgar a memória literária e de comentar ou prescrever formas de “nacionalização da literatura”, para o trabalho deliberado de abordagem científica – no seu caso sociológica, antropológica e histórica – da produção textual. Ou seja, produz um discurso sobre a questão literária e cultural que é já um controle disciplinar.

Entre Romero e a década de quarenta de Candido, a Nação não esteve menos no centro dos investimentos intelectuais brasileiros, mas a postura, os modos de conceber, de referir-se e de avaliar a nacionalidade são outros. Permanece a mesma a “compulsão cultural” de narrá-la, como afirma Homi Bhabha em *Nation and Narration*¹⁶. Vale a pena retomar mais largamente a reflexão do autor:

As nações, como as narrativas, têm suas origens nos mitos perdidos no tempo e apenas realizam plenamente seus horizontes aos olhos da imaginação. Uma imagem assim da nação – ou das narrativas – pode parecer por demais romântica e excessivamente metafórica, mas é dessa tradição romântica – tanto no plano político, quanto na linguagem literária – que a nação emerge como uma poderosa idéia histórica no Ocidente. Uma idéia cuja compulsão cultural se alimenta da impossível unidade da nação como força simbólica.¹⁷

Tanto os conselhos de Mário de Andrade quanto a cogitação preliminar e a definição de Candido para o concurso passam ao largo do que ficou já estabelecido como o segundo grande investimento na construção cultural da nacionalidade, ou seja, o conjunto de discursos e práticas que, a partir da data emblemática de 1922, reencenam o Brasil movidos pela vontade dupla de conhecer, completar, corrigir ou reverter¹⁸ as imagens instituídas do país e de, simultaneamente, modernizá-lo e atualizá-lo. Uma compulsão que está bem delineada em “Literatura e Cultura – 1900-1945”, do próprio Candido¹⁹, escrito cinco anos após o concurso.

¹⁶ Homi BHABHA (ed.). *Nation and Narration*. London/New York: Routledge, 1993. p. 1.

¹⁷ *Nations, like narratives, lose their origins in the myths of time and only fully realize their horizons in the mind's eye. Such an image of the nation – or narration – might seem impossibly romantic and excessively metaphorical, but it is from these tradition of political thought and literary language that the nation emerges as a powerful historical idea in the west. An idea whose cultural compulsion lies in the impossible unity of the nation as a symbolic force.* Homi BHABHA. op. cit., p. 1.

¹⁸ Expressão cara, que me vem desde a tese de doutorado (E.L. CUNHA *Estampas do imaginário*; literatura, cultura, história e identidade. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1993).

¹⁹ Antonio CANDIDO. *Literatura e Cultura – 1900-1945*. In: id. *Literatura e sociedade*. 3ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1973.

A historiografia e boa parte da crítica literária firmaram a tônica do Modernismo como ruptura – expandindo assim o impulso primeiro e radical de renovação estética inspirada nas vanguardas européias para todos os campos. Como contraponto, prefiro lê-lo num viés mais próximo ao adotado por Silviano Santiago em “A permanência do discurso da tradição no modernismo”²⁰, como uma outra emergência, diferida, daquelas mesmas operações de construção cultural da nacionalidade que abordei em relação ao século XIX, as quais, em última instância, dizem respeito tanto à narrativa da Nação como a qualquer outra narrativa: as operações com o espaço, com o tempo e no delineamento dos agentes.

Podemos ficar com o nosso Mário, para indiciar como se produz o “diferendum”. A continuidade territorial plasmada reaparecerá fraturada pelas distâncias geográfica e cultural, representadas, por exemplo, na distância entre um escritório em São Paulo e o remoto, inacessível, adormecido, seringueiro da Amazônia; distância intransponível, marca da diversidade e da extensão da superfície do país, invencível obstáculo para vontade intelectual e a vontade poética de acalantá-lo. “O seringueiro dorme”, não escutará jamais o poema de Mário de Andrade. O regionalismo modernista subsequente fixará essa percepção da diversidade histórica, cultural e lingüística que está impregnada na extensão territorial do país, sobredeterminando-a com a exposição de uma outra distância, social e econômica, que isola e antagoniza indivíduos.

A etnicidade dupla, fundacional, ou a etnicidade múltipla, negativamente reposita como mestiçagem ao final do século passado – o “todos em Um” ou “todos como Um”, necessário à Nação –, reaparecerão, como em *Macunaíma*, também fragmentadas por uma operação simbólica (e aritmética) diversa, como o “Um em (pelo menos) Três”. Ou seja, abre-se o espaço literário para, ao menos ao nível da boa consciência do escritor, uma representação não denegrada do negro (o prejuízo da sonoridade, aqui, é proposital e menor do que o efeito que desejo; não denegrir o negro – é o nosso impasse inscrito já na língua). O reconhecimento positivo da diversidade racial e étnica marcada em *Macunaíma* é precursor de uma das vertentes mais fortes da revisão das imagens da nacionalidade que são empreendidas pelo ou a partir do modernismo, toda ela tendente a explorar a diversidade daquilo que ficara reunido nas narrativas primordiais oitocentistas. E é nesse plano da reconstrução da Nação, enquanto sociedade ou enquanto “povo”, que o modernismo cultural despendeu boa parte de suas energias criadoras e revisionárias.

Paralelamente às novas visões, problematizadas, do território e do corpo da Nação, o modernismo produz também o seu modo peculiar de firmar a temporalidade nacional, enfrentando o desafio de conciliar o seu ímpeto modernizador com a tradição herdada, principalmente com o passado colonial, e o fez com estratégias diversas. Interessa-me aqui a solução provida por Gilberto Freyre, que é sem dúvida parte da nossa herança modernista, como o são Paulo Prado e Sérgio Buarque

²⁰ S. SANTIAGO. *Nas malhas da letra*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p. 94-122.

de Hollanda. Em *Casa Grande & Senzala* (1933) – mas não só nesse livro – Gilberto Freyre neutraliza o estigma da herança colonial, que paralisara interpretações anteriores do país, ressaltando as vantagens da miscibilidade e da plasticidade da colonização portuguesa e a convivência racial daí resultante. O conseqüente elogio da miscigenação significa um sensível e significante avanço, em relação ao sentido de degradação e de inviabilidade civilizacional da nação mestiça, mas hoje não podemos deixar de perceber – e com algum desconforto – a quem interessa recuperar essa interpretação pacificada do país, que fundamenta o mito da democracia racial.

A produção modernista não se põe ou se auto-reconhece como continuidade em relação ao século anterior, e nisso há que preservar o seu valor de rompimento; mas como um arrojado recomeço, a partir da reescritura crítica da Nação – termo aqui problemático, quando nos referimos a grande parte das inquietações daquela época. O Brasil e a brasilidade são as forças que movem o modernismo, tanto estético quanto cultural; é menos o Estado Nacional e muito mais a sociedade e a cultura brasileiras que instigam os modernistas. Esta, como outras dissociações, é relevante neste momento, quando estamos em vias de abordar uma terceira e atual emergência da ênfase na produção ou reprodução da nacionalidade.

Se o Estado Nacional monárquico pôde dar-se como legítimo, nos meados do século XIX, constituindo-se para uma comunidade mínima – a população letrada –, mas a fração que importava dentro de uma ordem social escravista, patriarcal, quase ainda estamental, profundamente hierarquizada e excludente, já no final daquele século, com a proclamação da República, a formulação de narrativas do novo regime passa a se constituir por um investimento intenso na produção de narrativas visuais – os monumentos, as pinturas, toda ordem de símbolos que, no trabalho de “formação das almas”²¹, ultrapassassem os limites da fração letrada.

Por outro lado, a construção narrativa da Nação pelo discurso literário não se faz exclusivamente ao nível da produção – da obra e da assinatura. A complexa cadeia de reprodução social do literário também não se esgota na outra ponta, na recepção – última, pelo seu público, ou mediadora, pela crítica literária, em seus lugares de exercício. Para a circulação dessas imagens de uma possível – virtual – “comunidade”, na qual todos possam se reconhecer, no intervalo entre o momento modernista e o nosso estão implicadas, de forma decrescente, a escola e, de forma crescente, os mídia e a indústria cultural.

Sob esse ângulo da recepção cabe refletir sobre em que medida as imagens da nação produzidas no âmbito literário são distribuídas entre a “comunidade” dos indivíduos que devem integrar o Estado nacional e através de quais mediações, sem perder de vista dados contextuais persistentes: as separações e desigualdades socioeconômicas, as diferenças étnicas e, sobretudo, a dimensão quantitativa e qualitativa da população letrada, no Brasil.

²¹ Cf. José Murilo CARVALHO. *A formação das almas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

Desde a bibliografia mais clássica sobre o romance moderno que se firmou a compreensão do nexos entre o seu surgimento e o desenvolvimento não só das técnicas de impressão, mas da própria imprensa. Esta é também a origem histórica da nacionalidade moderna, como Gellner afirma: o “homem nacional (...) requer uma fábrica especializada. O nome dessa fábrica é um sistema nacional de educação e de comunicações. Seu único guarda protetor é o estado.”²²

Benedict Anderson, uma das referências mais constantes para a reflexão contemporânea sobre a “nação e a consciência nacional”, retira-a do campo das ideologias políticas para aproximá-la dos grandes sistemas culturais anteriores à modernidade, “a partir dos quais e contra os quais” a nação pôde existir; também ele ressalta a importância do desenvolvimento da palavra impressa como base para a emergência e a difusão da consciência nacional²³.

A nação reescrita pelo modernismo está ciente do impasse de sua distribuição social e lida com ele de forma ambígua; por um lado, exercita uma linguagem mais próxima da coloquialidade ampla, mas, por outro, ao menos de início, não pode prescindir da renovação estética e de uma experimentação que tornam “o seu biscoito fino” inacessível ao destinatário que está no exterior de um sofisticado e atualizado sistema de letramento. Quando se intensifica o “projeto ideológico” do modernismo – expressão consagrada por Luiz Laffetá para dar conta dos desdobramentos do primeiro lance modernista²⁴ –, a compulsão à comunicabilidade molda uma linguagem ainda mais próxima da experiência cotidiana, inclusive em suas nuances regionais, e busca também as formas mais tradicionais de narrar. Ao mesmo tempo – com memoráveis exceções, como *Vidas Secas*, ou com eficazes exceções, como *Jubiabá* – os escritores desse modernismo põem tais recursos a serviço da narrativa de um quadro amplo da sociedade, que articula positivamente as separações e tensões de classe, mas as concebe a partir de um lugar social que é sempre o mesmo – uma elite, no mínimo, intelectual.

“Enquanto isso”²⁵, o Estado Nacional desenvolve a sua aparelhagem de comunicação de modo a atingir um espectro cada vez mais amplo da sociedade. Nas décadas de 30 e 40, o governo Getúlio Vargas desenvolve, multiplica e sedimenta o sistema de rádio no Brasil, que se torna o principal veículo de propagação, pelo Estado, de uma nacionalidade e de um nacionalismo frontalmente opostos às versões do país produzidas pelo modernismo. “Enquanto isto” também, o Estado promove o acesso de um número cada vez maior de indivíduos à escola. Nela, desde a instituição da escola pública no Brasil até o presente, são escassas as oportuni-

²² GELLNER. *Nation and nationalism*. Oxford: Blackwell, 1983. Citado por Monteserat GUIBERNAU. *Nacionalismos; o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 10.

²³ B. ANDERSON. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres: Verso, 1990. p. 6. (“A nação e a consciência nacional” – sintomática tradução brasileira para um título em inglês que diz “Comunidades Imaginadas; reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo”)

²⁴ L. LAFETTÁ. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1974. p. 11-27.

²⁵ “Enquanto isso” é, segundo Anderson, a expressão do tempo próprio da nação, como o tempo marcado dos romances realistas.

des de atingir-se o nível de aprendizagem necessário à leitura de um texto literário canônico – o que ocorre, entre nós, cada vez mais, no terceiro grau. A literatura circula na escola sim, mas na condição apontada por Etienne Balibar em “A forma nação, história e ideologia”: “quanto mais as sociedades (burguesas) são escolarizadas, mais as diferenças de competência lingüística (logo, literária, ‘cultural’, tecnológica) funcionam como diferenças de casta, assinalando os indivíduos para ‘destinos sociais’ diferentes”²⁶.

Se consideramos que as narrativas da nação – aqui desejo ser bastante específica –, que as narrativas literárias que constroem e reconstróem a nacionalidade, em que pese a sua dimensão crítica, estão confinadas a um circuito restrito (quase) entre iguais, ou entre (mais ou menos) pares; se consideramos a dificuldade ou a quase impossibilidade da sua distribuição social ampla, parece-me difícil não admitir a consequência disso sobre a comunidade imaginária que se tornaria possível, como sustentação do Estado nacional brasileiro: uma imensa população que se reconhecerá como nacional, sim, mas em uma narrativa unívoca, chamada História do Brasil, em sua versão mais primária, oficial, destinada à escola pública.

A tradição do Estado nacional brasileiro não inclui na sua agenda de nacionalização dos indivíduos o acesso amplo à cidadania, como se a Nação formada a partir do modelo herderiano devesse ser entre nós radicalizada em uma comunidade nacional que se quis instaurar e reforçar exclusivamente a partir da língua comum e da socialização de um estoque mínimo de referências culturais e históricas comuns. A homogeneidade construída é portanto rasa e, para a maioria dessa comunidade nacional, não se adequaria à imagem criada por Ernest Renan, para a indispensável “vontade de nacionalidade”: “A existência de uma nação é, se me perdoarem a metáfora, um plebiscito diário”²⁷.

O plebiscito diário, penso, acontece em nossos dias, por caminhos que surpreendem e até desagradam a muitos de nós, integrantes dessa comunidade letrada especialíssima que é a academia, a universidade, e dentro dela, mais especiais ainda, os institutos ou faculdades de Letras, e dentro das Letras o campo disciplinar da Literatura Brasileira – esse lugar privilegiado por nós para conhecimento e reflexão acerca da nacionalidade brasileira que muito nos gratifica, nos devolve uma nação permanentemente reconfigurada, múltipla, tensionada, heterogênea, presentificada sempre “em outras palavras”, narrada de lugares de fala cada vez mais diferenciados. Para nós, o outro nome do Brasil tanto pode ser *Iracema*, *O Guarani* e *A escrava Isaura*, quanto *O cortiço*, *Os Sertões*, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, *Pau Brasil*, *Macunaíma*, *Fogo Morto*, *Vidas Secas*, *Jubiabá*, *O Continente*, *Grande Sertão: veredas*, *Viva o Povo Brasileiro* ou *Amazona*. E ainda muitos outros, pois sabemos quais os parâmetros de inclusão, nesse cânone.

Os sinais do plebiscito diário a que me refiro têm, sem dúvida, uma origem espúria. Não podem ser pensados no exterior do sistema de radiodifusão, criado

²⁶ Op. cit., p. 141.

²⁷ E. RENAN. Qu'est ce qu'une nation? Apud. BHABHA, op. cit., p. 225 (e também por Anderson e Gellner).

por um governo totalitário, e do sistema nacional de difusão televisiva, fruto do investimento planejado e vultoso em telecomunicações – ou nas comunicações em geral – feito a partir do final da década de 60, por outro e longo período de totalitarismo, pelos governos militares, como item forte da integração nacional. Foram pensados ambos como estratégia de controle de um Estado respaldado por uma comunidade e uma consensualidade produzidas à força.

Nesses veículos de comunicação de massa divulga-se a “Voz do Brasil” – que hoje nos parece um anacronismo, mas teve efeitos significativos em seu momento inicial –, distribui-se diariamente o Jornal Nacional, mas veicula-se também, por exemplo, a música popular brasileira, um lugar de reconstrução permanente da nacionalidade que, apesar da sua intensa dependência da indústria cultural, tem o poder de inserir, na lógica do mercado e na perspectiva hegemônica do Estado e dos meios, dissonâncias perturbadoras e ainda pouco estudadas por nós, quando nos confinamos no campo das “Letras”.

A ultrapassagem dos limites de objeto da nossa disciplina constitui a mais efetiva, a inevitável descontinuidade entre o que pôde ser pensado na década de 40, por Mário de Andrade e Antonio Candido, e a vontade atual de examinar as vozes e os lugares que produzem – e ao mesmo tempo alteram – a Nação. É para o âmbito dos mídia, para a televisão, especialmente, que devemos deslocar o foco de observação, se quisermos assistir e avaliar, de modo mais sistemático, o fluxo contemporâneo de imagens e narrativas da nacionalidade. Elas podem ser lidas, por exemplo, desde o início de 1998, nas campanhas televisivas vinculadas às comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, um fato que a mídia em geral renomeou como “500 anos do Brasil” e a rede Globo como “Brasil 500”.

A iniciativa das comemorações, um visível revigoramento da nacionalidade em tempos de fragilização dos Estados nacionais, partiu do Governo Federal, através de uma Comissão criada em 1993 no âmbito do Ministério da Educação e do Desporto, reformulada e transferida, em 96, para o Ministério das Relações Exteriores e entregue, em abril de 1999, à responsabilidade do Ministério de Esporte e Turismo. Esse itinerário da liderança dos eventos de celebração da nacionalidade é sintomático, como índice do deslocamento de significados e de premências do Estado nacional na atualidade: do plano interno e pedagógico, para a órbita dos interesses do Estado na projeção exterior de sua imagem e, finalmente, para o domínio de uma das atividades econômicas mais promissoras no contexto contemporâneo e transnacionalizado.

Os discursos oficiais que presidem as comemorações brasileiras fazem o trânsito entre o fato histórico da agenda colonial, o descobrimento, e o elogio da formação da nacionalidade, oscilam entre a celebração da origem e a especificidade do corpo e da cultura da Nação. Nesse aspecto, o documento programático publicado em 1997²⁸,

²⁸ Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil. *Regulamento e Diretrizes*. Brasília, 1997.

como pauta de decisões e investimentos, preserva as componentes tradicionais das narrativas do Estado-Nação moderno – o relevo ao marco de origem, que funda a história comum, o território compartilhado e a etnicidade peculiar que promete agregar os indivíduos que o habitam. Na concepção de “cultura nacional” apresentada pelas *Diretrizes* das comemorações, em tom prescritivo, pode-se ler a versão do país que se quer preservar:

Deverá ser considerado que a cultura brasileira demonstra (...) essa pluralidade que se manifesta antes pela agregação que pela segregação e conflito. Como resultado desse caldeamento de etnias e culturas, o Brasil se apresenta hoje como uma inédita experiência de civilização tropical, com traços próprios e singulares.²⁹

Reafirmada a peculiaridade da Nação, o documento oficial desdobra as comemorações numa “dimensão programática”, que prevê os eventos (“de natureza festiva que permitirão ao povo brasileiro manifestar sua justa alegria por tão significativo aniversário”), e, principalmente, na “dimensão prospectiva”, estimuladora de novas narrativas autorizadas, oriundas “das camadas mais instruídas”, a serem “transmitidas aos demais segmentos sociais”; ou ainda, estimuladora de narrativas que possam, a partir de um “balanço” dos quinhentos anos, “estabelecer as aspirações do povo brasileiro para a evolução nacional”. As perspectivas das comemorações expõem, de modo cru, a fundamentação pedagógica, civilizacional, herdada do projeto Iluminista, que é inerente à construção e preservação das nacionalidades modernas.

Apesar do detalhamento ambicioso, até final de 1997 as ações de comemoração não conseguiram ultrapassar as cerimônias oficiais, algumas exposições e o patrocínio a projetos de investigação da história nacional. Apenas quando foram convocadas as redes de televisão, os “500 anos” se tornaram um fato com repercussões no todo social, passando a distribuir, em horários de grande audiência, a sua narrativa atualizadora da comunidade nacional, organizada a partir das ênfases previstas: o revigoramento do vínculo com a origem eleita, através da difusão de imagens pretéritas e presentes de Portugal, e a reapresentação enfática, marcadamente hierarquizada, das componentes étnico-raciais do corpo mestiço da Nação.

Como é próprio ao meio, os 500 anos foram imediatamente assimilados pelo discurso publicitário, com algumas soluções estéticas e mercadológicas de alto valor (como uma propaganda da Empresa Brasileira de Correios, que recuperava a Carta de Pero Vaz de Caminha para projetá-la sobre imagens atuais das redes de comunicação do país), e outras nem tanto. Destaco, como a melhor síntese desse elenco e para a leitura da nacionalidade revigorada, atualizada, cotidiana, distribuída pelos meios massivos, um filme da Parmalat, multinacional da área de alimentos, e convido os senhores a relembra-lo – não deve ser difícil para qualquer um de nós que tenha, nos últimos meses, concedido uma audiência mínima ao horário nobre do noticiário nacional.

²⁹ Op. cit., p.10.

O filme opera com o reconhecimento, repete elementos estáveis na campanha publicitária da Parmalat (as crianças vestidas como mamíferos, a natureza, os copos de leite). No VT em pauta, inclui-se, como um brinquedo, uma caravela, o ícone mais freqüente das comemorações, mas o centro da cena é uma criança afro-descendente (como uma aluna de graduação me ensinou a dizer), objeto do cuidado e carinho das demais crianças brancas. No jingle cantado por Dominginhos, numa melodia familiar entre o xaxado e a toada, a voz masculina, entre o aliciamento e a advertência imperativa, lembra que “nós temos apenas quinhentos anos”, e convida: “Bota esse menino na escola/ cuida da saúde do menino/ que o menino vai mudar a sua história/ vai conquistar esse mundo”. A criança é içada, como numa nau, sobre o cenário apoteótico do que parece ser o litoral da baía de Guanabara, com fogos de artifício ao fundo. A mensagem final declara: “Parmalat, amor pelo Brasil”.

As imagens são “politicamente corretas”, o que é dito, à primeira vista, também. As estratégias que reatualizam a nacionalidade nessa brevíssima narrativa são as previsíveis: a articulação passado/presente, a aproximação amorosa da diversidade racial, o apelo ao futuro. Através da música, educação e saúde, que deveriam ser direitos garantidos pelo Estado, são repostos como apelo à solidariedade ou à responsabilidade do telespectador. A forma como pode operar o apelo na audiência é uma chave para percebermos a extensão e amplitude da mensagem, pois a cena amorosa e cheia de promessas concorre, na memória social, com outras cenas freqüentes do cotidiano brasileiro, não mais exclusivas das ruas das grandes cidades, protagonizadas por crianças predominantemente negras ou negro-mestiças. A cena bucólica e fraternal que homenageia o país chega ao público montada sobre uma outra cena, marcada pela violência, pelo medo, pelo antagonismo social, que aquela mesma tela da televisão – o retângulo que representa o mundo – traz para o telespectador.

Lido por esse viés, o anúncio publicitário da Parmalat – tecnicamente impecável e à primeira vista tão correto – pode significar justamente o contrário de uma perspectiva emancipatória para a população representada na personagem central. Posso reconhecer nele a persistência do lugar social e étnico-racial onde sempre estiveram colocados o poder de decidir e a responsabilidade em construir o país; como posso ver nele também a reiteração do lugar da inferioridade, da minoridade e, ao mesmo tempo, do perigo – o lugar da iminência.

Muitos outros eventos e imagens comemorativos dos 500 anos veiculados na mídia reproduzem a imagem do país mestiço ou negro-mestiço, valendo-se inclusive do alto valor mercadológico do produto cultural afro-baiano, geralmente submetendo-o à lógica apaziguadora das tensões sociais que parece hoje indispensável. Mas é outra, aqui, a questão principal. A popularização das comemorações através dos meios massivos e a sua utilização como apelo ao consumidor provocam uma resposta – e não apenas em termos de mercado. A distribuição diária de chamadas ao “aniversário do Brasil” estimula e irremediavelmente autoriza, àqueles que as recebem, a também pronunciarem-se sobre essa pauta geral em que se

tornou o Brasil aos 500 anos. Dito de outra forma: ao ato pedagógico de difundir o valor, o sentimento e a abrangência da nacionalidade, corresponderá o ato performático do receptor da mensagem. Desta forma, as comemorações do Descobrimento se tornam algo muito maior, tenso e diversificado do que imaginamos quando as pensamos apenas como uma estratégia de afirmação do Estado nacional.

As imagens que vou exhibir, todas elas constantes do acervo documental do “Projeto Reconfigurações do imaginário e reconstruções de identidades”³⁰, são exemplares nesse sentido. Merecem antes uma ressalva e um esclarecimento: como estão nas ruas de Salvador, exibem as marcas da articulação entre comemorações do Descobrimento e comemoração dos 450 da cidade, em 1999, nexos intensamente explorados, tanto na programação do Governo estadual quanto na mídia local – não é gratuito o *slogan* oficial que diz: “Bahia – o Brasil nasceu aqui”.

Além disso, é importante ressaltar que as pinturas escolhidas para esta breve exposição e análise estiveram nos muros do estacionamento do Supermercado Bompreço, na Avenida Vasco da Gama, uma área da cidade que é pouco nobre e de grande densidade populacional, e convivem com inúmeros outros painéis e murais espalhados nas ruas de Salvador. Não são intervenções espontâneas ou transgressoras no espaço público, resultam de uma ampla campanha envolvendo órgãos do Governo estadual, escolas e iniciativa privada. As três pinturas em questão são de autoria de estudantes da Escola de Belas Artes da UFBA, convidados, entre outros, para a composição do mural.

A primeira delas foi escolhida como uma resposta mais direta ao anúncio da Parmalat. A questão étnica é também central, explícita, verbalizada na legenda “Etnia – 450 anos – Liberdade”. Mas a afirmação da diferença étnica se impõe de um ângulo oposto à estratégia que o telespectador assistiu na televisão brasileira, à mesma época. Em vez do apelo ao afetivo, ao domínio das relações interpessoais, à fraternidade, uma clara alusão a um outro lema – à liberdade –, que no contexto das comemorações da nacionalidade pode ser lido como o direito de ser representado e de representar-se, além do direito à cidadania. As bandeiras são um dos mais caros símbolos da institucionalização de um território ou de um grupo. Esse aspecto mais signífico, entretanto, parece não bastar, como se não fosse enfático o suficiente. À “bandeira” e ao lema foram acrescentados os elementos que compõem e reforçam a comunicação: são muitas as cabeças, de várias cores, com o predomínio quantitativo e qualitativo do negro; como se ainda isso não bastasse como indicação da diferença étnica que se quer afirmar, o próprio corpo está presente, na impressão de mãos espalmadas por toda essa “bandeira de luta”.

A segunda pintura reúne elementos mais familiares e permanentemente atualizados na representação histórica da Nação. Em um espaço recortado em três partes,

³⁰ O Projeto de pesquisa, sob a minha coordenação, é vinculado ao Projeto PRONEX/FINEP *Identidades: reconfigurações de cultura e política*, sediado na UNICAMP. Entre 1997 e 2000, fez-se o registro tanto das repercussões da comemoração dos 500 anos na mídia brasileira quanto de emergências interpelativas das comemorações oficiais, produzidas por segmentos da sociedade em meios diversos.

re-encaixadas como pedaços de um quebra-cabeças, a tríade firmada desde o final do século passado é sintomaticamente alterada, preservando o negro, o índio e substituindo o branco pela caravela. Se consideramos que a caravela é um símbolo das comemorações, tanto do descobrimento do Brasil quanto dos 450 anos da cidade, hoje explorado quase à exaustão, a sua presença compondo a representação tradicional da tríade que forma o país se torna estimuladora de mensagens muito mais amplas do que a leitura imediata que se pode fazer sobre a hierarquia marcada na distribuição espacial das figuras. O que é central no quadro, a caravela, está abaixo da totalidade do espaço superior, compartilhado pelo negro e pelo índio. O jogo entre presença e ausência do elemento branco exige, de quem contempla a pintura, uma interpretação: que sentido tem a ausência do elemento branco? que sentido tem, aí, a caravela que o substitui? a que tempo está confinada a hegemonia do elemento ausente? Para efeito de contraste e para produção de respostas a tais questões, convém aproximar essa composição, que propõe uma outra história para a nacionalidade, de uma imagem composta por elementos tornados mais previsíveis.

A terceira, o cartaz do Fórum Internacional de História e Cultura no Sul da Bahia, promovido pela Universidade Estadual de Santa Cruz (Ilhéus-BA, abril de 1999), reproduz com fidelidade a tríade racial – “os povos na formação do Brasil” –, tal como nos é mais familiar e está presente em todos os livros escolares. Nele estão, na hierarquia firmada e reproduzida à exaustão pelos discursos e imagens oficiais da nacionalidade, os mesmos elementos que, em presença ou pela ausência, compuseram a segunda imagem aqui exposta.

A última pintura é direta, tão direta e rápida no seu efeito quanto a linguagem que usa como referência – o traço das Histórias em Quadrinhos, já apropriado pela Pop Art norte-americana e associado ao desenho realista dos panfletos de denúncia política. Direta e impactante na sua vontade de apontar o que o espetáculo das comemorações esconde. Como nas anteriores, não deixa dúvidas sobre o ponto nevrálgico da nacionalidade, hoje, no Brasil.

Os quadros aqui reproduzidos reivindicam uma diferença cultural e, ao mesmo tempo, interpelam a Nação, enquanto comunidade e enquanto imaginário instituído. Uma interpelação que deve ser compreendida como “efeito da perplexidade de viver nos espaços limiares da sociedade nacional”; não convém, portanto, “ler” tais imagens como um mero jogo de polaridades, nem entendê-las como “controvérsia entre conteúdos oposicionais ou tradições antagônicas de valor cultural”³¹. Muito menos, parece-me, pode ser lida nessas imagens a desautorização da nacionalidade, enquanto virtualidade agregadora de indivíduos – não esqueçamos que as pinturas foram encomendadas e realizadas como parte das campanhas que comemoram a Nação.

Podemos interpretar essas imagens como intervenções que suplementam a composição da homogeneidade nacional. E enquanto suplemento, a diferença étnica propugnada, de forma direta ou por alusão, não deseja apenas acrescentar-se

³¹ BHABHA, op. cit., p. 227.

ou ser incorporada, diluída, no todo nacional. Quer, sim, ter o poder de “alterar o cálculo”, de interferir na imagem e nas narrativas da Nação.

Não só nos muros da cidade podemos encontrar esses atos interpelativos que, simultaneamente, confrontam imagens e discursos instituídos e asseguram a permanência plástica da Nação. Eles estão em lugares e formas que são mais familiares para nós, que estudamos as Letras. Como no poema “Efeito colateral”, de Jamu Minka, publicado na coletânea de “Poemas Afro-Brasileiros”, dos *Cadernos Negros*:

Na propaganda enganosa
paraíso racial
hipocrisia faz mal
nosso futuro num saco
sem fundo

A gente vê tevê
e finge que não vê
a ditadura branca

Negros de alma negra se inscrevem naquilo que escrevem
mas o Brasil nega
negro que não se nega.³²

Ou ainda, em composição menos direta do que o quase grito-denúncia do poema acima, nos versos do poeta afro-baiano Jônatas Conceição:

Cá, nas campinas,
o porto inexistente, não por faltar o mar
mas o amar.
O porto da minha cidade
não me leva a um ponto salvador.
O porto que gostaria que tivesse na minha cidade
carrego comigo, à procura de um mar.³³

Ou em “Questão de Fé”, de Jorge Siqueira:

Em matéria de
religião
estou
como Nietzsche
(embora não tenha necessitado de sua opinião)
só acredito num Deus que dance!³⁴

Não vou me deter na análise dos poemas, pois os desejo aqui sobretudo como impacto, preservados da domesticação que um discurso crítico fatalmente operaria. Ainda assim, destaco em cada um deles chaves ou vieses de leitura que me parecem férteis. No primeiro, que nos fala dos “efeitos colaterais”, importa-me

³² Jamu MINKA. Efeito Colateral. *Cadernos Negros: Poemas Afro-Brasileiros*. São Paulo, n. 19, 1996, p. 82.

³³ Jonas CONCEIÇÃO. Porto sem mar. In: id., p. 94.

³⁴ Jorge SIQUEIRA. Questão de Fé. In: id. p. 98.

o verso “Negros de alma negra se inscrevem naquilo que escrevem”, que marca – e grifa – a sua posicionalidade recuperando e corrigindo um deplorável lugar-comum da tradição racista brasileira; no poema de Jônatas Conceição (“Porto sem mar”), os versos “O porto da minha cidade / não me leva a um ponto salvador”, que desconstruem o imaginário subsumido no nome próprio da cidade “mais negra do Brasil”; finalmente, o último poema poderia ser lido a partir da insólita aproximação, para os nossos ouvidos, entre a referência erudita – queiramos ou não, Nietzsche o é – e a inesperada coloquialidade do “estou como Nietzsche” ou do verso “(embora não tenha necessitado de sua opinião)”, fricção que tem o poder de aproximar e ao mesmo tempo contrastar as duas linhagens culturais das quais, incontornavelmente, descende o poeta: a tradição filosófica ocidental, referida em Nietzsche, o seu ponto de reversão, e os deuses dançantes das religiões afro-brasileiras.

Principalmente, não desenvolvo aqui a ‘análise literária’ dos poemas porque os desejo preservados de toda cogitação acerca de seus valores intrínsecos como literatura – não vou submetê-los ao que eu, desse lugar disciplinar e legislador, concebo como literário –; prefiro apresentá-los como “mediadores culturais, encorajando [os] leitores a negociarem, durante o processo de interiorização do texto, a própria identidade com o autor”³⁵. Ou seja, estou aderindo ao “gesto metodológico” próprio, segundo Silviano Santiago, da minha geração, propenso a “esvaziar o discurso poético de sua especificidade”, a “equipará-lo qualitativamente ao diálogo provocativo sobre o cotidiano, (...) a apreender o poema no que ele apresenta de mais efêmero, (...) na sua transitividade, na sua comunicabilidade com o próximo que o deseja para torná-lo seu.”³⁶

Tanto as imagens das comemorações da nacionalidade quanto os poemas de Jamu Minka, Jônatas Conceição e Jorge Siqueira e inúmeras outras estratégias de produção e publicização de versões dissonantes, à margem da tradição nacional instituída, emergem, contemporaneamente, entre a população negro-mestiça brasileira. Fazem a afirmação de outros vínculos de pertencimento e de outras fidelidades que se confrontam com a desejada homogeneidade nacional. Mas nem por isso estão imunes à nacionalidade instituída.

A força e a permanência intrigantes da nação na contemporaneidade estão na sua qualidade plástica de resistir, ao mesmo tempo, como racionalidade política, base da organização de todas as sociedades modernas; como construção cultural permanente, único modo de existência possível para a “comunidade imaginada”; e aquilo que Homi Bhabha designa como “o seu impasse” e Jacques Derrida como sua “iminência”: os fragmentos ou retalhos de significação cultural que são ativados quando forças específicas interpelam na nação no interior dela própria, na repetição diferenciada dos signos nacionais³⁷.

³⁵ S. SANTIAGO. Democratização no Brasil – 1979-1981 (Cultura versus Arte. In: Antelo et alii. *Declínio da arte e ascensão da cultura*. Florianópolis: ABRALIC/Letras Contemporâneas, 1998. p. 14.

³⁶ Id., ib.

³⁷ BHABHA, op. cit., p. 202.

Volto, para encerrar, à carta de Mário de Andrade, ao trecho em que justifica o último tema sugerido para aquele concurso, de 1945 – a “Psicologia do Português (do africano, do índio, do estrangeiro, do mestiço) no romance Brasileiro do Século XIX”. Diz ele: “Certamente dava uma tese de muito interesse, sobretudo do português e do estrangeiro. Mestiços negros e índios estão mal explorados mas já muito explorados, e cheira um bocado a moda. (...)”.

Se no século passado a instauração do discurso da nacionalidade se fez pelo contraste com o exterior, o não-nacional, para Mário e para outros modernistas mais investidos da produção corretiva das imagens do Brasil, como Oswald de Andrade, a nacionalidade deve já confrontar-se – e incorporar antropofagicamente – a exterioridade que está dentro do próprio país³⁸.

Mas o cenário deste concurso é outro, e talvez umas das suas marcas mais peculiares seja, exatamente, essa impossibilidade nossa, atual, de pensar o exterior, dada a contigüidade decorrente da “intensificação das práticas transnacionais, da internacionalização da economia, da translocalização maciça das pessoas como migrantes e turistas e, principalmente, das redes planetárias de informação e comunicação”, simultâneas “(...) à marginalização do Estado Nacional e à perda da sua autonomia reguladora”³⁹. Mais nítida do que foi para Mário de Andrade é a nossa experiência de um exterior que está dentro da “cobertura” da nação, mas recusa a sua incorporação indiferenciada, pedagógica, à comunidade instituída. A diferença cultural, a afro-descendência, exige o direito de representar-se, de ser vista, lida e ouvida.

A força e a permanência da questão nacional nos estudos da literatura rubricados na nossa disciplina podem ser compreendidas como o seu anacronismo, como emergências sucessivas de uma cena primordial, mas também como sua atualidade ou a sua diferença sempre reatualizável. Desde que sejamos capazes de exercer a nossa leitura da nacionalidade “para além” da segurança que nos oferecem as obras canônicas da literatura brasileira e, principalmente, “para além” da hierarquia de valores – inclusive do valor estético – que nos foram legados pela “alta cultura” literária.

³⁸ Cf. Roberto Correia SANTOS. O político e o psicológico, estágios da cultura. In: G.M. TELES (org). *Oswald plural*. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.

³⁹ Boaventura S. SANTOS. *Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 2ed. São Paulo: Cortez, 1996. p. 20.



1 Pintura assinada por Kogumellows



2 Pintura assinada por Winton2



4 Pintura assinada por Voanan



4 Cartaz do Fórum Internacional de História e Cultura (UES-BA)

Novos rumos: e a teoria da literatura?

Evelina Hoisel

Universidade Federal da Bahia

Résumé Resumo

Procurando compreender a situação da Teoria da Literatura no contexto da episteme contemporânea, as reflexões desenvolvidas nesta conferência delineiam o percurso da disciplina no âmbito dos estudos literários e seus entrecruzamentos com outros campos do saber.

À partir du travail de compréhension de la Théorie de la Littérature dans le contexte de l'epistémê contemporaine, les réflexions développées dans cette conférence indiquent le parcours de la discipline dans le champ des études littéraires et les croisements avec d'autres champs du savoir.

Para Judith Grossmann

A expressão Teoria da Literatura aparece, em 1905, na publicação *Notas de Teoria da Literatura*, de Boris Tomachevski e Alexander Potebnia, e volta a ser utilizada, em 1925, dando nome à coletânea de textos teóricos dos formalistas russos¹. Iniciava-se, naquele momento, uma perspectiva de abordagem que refazia os rumos dos estudos literários, anteriormente a cargo da retórica e da poética que, por sua vez, já haviam sido substituídas, no século XIX, pela crítica literária e pela história da literatura.

A pretensão cientificista do século XIX situava a investigação da literatura em um outro campo de disciplinas emergentes – o das ciências humanas – requisitando apoio teórico na História, na Sociologia, na Psicologia, na Filosofia, na Filologia. Desde o momento em que a crítica e a história se constituem como disciplinas e se consolidam, no século XIX, os limites de sua atuação são incertos, ainda que seus domínios sejam distintos. Se a crítica literária já se instituíra como um sistema de saber sobre a literatura, no século XX esta expressão será absorvida pela teoria da literatura, passando a conviver com a crítica literária.

Em 1949, com a publicação do livro de René Wellek e Austin Warren *Teoria da Literatura*², assinala-se um marco efetivo para a consolidação da disciplina, que passa a ter ampla penetração no meio acadêmico e universitário. Como um saber sobre a literatura, a teoria da literatura que se propaga pelas diversas instituições – inclusive no Brasil, onde foi introduzida no currículo oficial da área de Letras em 1962 – já não se apresenta como uma construção conceitual homogênea, mas resulta da convergência das correntes de estudos literários que surgiram na primeira metade do século XX: formalismo russo, *new criticism* anglo-americano, estilística. Outros métodos de abordagem surgem e proliferam nessa época.

O que há de comum entre essas diversas perspectivas é que elas afirmam a vocação problematizante da teoria da literatura e a pressuposição de que a literatu-

¹ Dionísio de Oliveira TOLEDO (org.) *Teoria da Literatura*; formalistas russos. Porto Alegre: Globo, 1973.

² René WELLEK e Austin WARREN. *Teoria da Literatura*. Lisboa: Europa-América, 1962.

ra pode ser – e deve ser – objeto de um estudo sistemático e objetivo e de que a literatura é uma linguagem e é esta linguagem que interessa ao teórico problematizar. Estão aqui sintetizados os pressupostos básicos que constituem uma espécie de denominador comum às posturas teóricas da primeira metade do século XX que, por sua vez, estabelecem uma ruptura com os estudos de herança historicista do século XIX, os quais se preocupavam com o contexto histórico no qual a obra foi gerada, através do privilégio concedido ao autor e ao ambiente histórico-social no qual a obra teve origem. Esta perspectiva, então denominada de extrínseca, é gradativamente substituída, no século XX, pelos estudos imanentes ou intrínsecos, conforme terminologia utilizada por René Wellek e Austin Warren.

A ruptura ou a reorientação que se processa com a mudança metodológica do início do século XX concebe a literatura como uma específica utilização ou manifestação de linguagem, onde procedimentos de construção são intencionalmente utilizados para a obtenção de um efeito – o efeito estético – o que propicia aos teóricos uma certa estabilidade e segurança em relação à atividade teórico-crítica. Pois, afinal, apesar do efeito de estranhamento, dos processos de singularização e até mesmo da ambigüidade da linguagem literária, os agenciamentos formais ou estruturais possibilitavam uma espécie de domínio em relação ao objeto, mesmo ele se oferecendo como estranho e polissêmico.

A teoria daquele período, e, principalmente, a teoria da literatura da primeira metade do século XX, viveu, ainda que vicariamente, a sensação de posse do seu objeto. Mesmo definindo a literatura como algo que se furta a ser apreendido, a relação que os estudos literários mantêm com a literatura oferece uma garantia de que o seu objeto pode ser possuído. Essa perspectiva é gradativamente acentuada por outras tendências que aparecem posteriormente. O estruturalismo que se disseminou na década de 60, talvez, possa ser definido como o momento em que esse desejo tenha se manifestado de maneira mais ostensiva nos discursos sobre a literatura. Sob a máscara da pretensa neutralidade, da objetividade no ato de análise, forças de sujeição foram investidas no sentido de apossar-se totalitariamente da linguagem literária, pois, como totalidade, a sua estrutura sujeitava-se a passar por um processo de reagenciamento de suas partes, a partir de operações binárias e dicotômicas, oriundas do estruturalismo lingüístico. O excesso de formalização lógica diz desse desejo de dominar, manipular, neutralizar as forças que circulam na linguagem literária³.

Percebe-se, assim, que a teoria da literatura, quando se constitui como tal, tem um caráter interdisciplinar, ainda que autônomo, pois não se instalara ainda a desconfiança quanto à autonomia do seu objeto de estudo. Aliás, deve-se salientar que o gesto inaugural que introduz as primeiras reflexões teóricas sobre a literatura

³ Para a metodologia de operacionalização do estruturalismo, cf. o ensaio de Silvano Santiago, Análise e interpretação, em Silvano SANTIAGO. *Uma literatura nos trópicos*; ensaios sobre dependência cultural. São Paulo: Perspectiva/Secretaria da Cultura Ciência e Tecnologia de São Paulo, 1978, p. 191-207.

no Ocidente não se encontra no campo específico dos estudos literários. É no espaço do texto filosófico que se localizam as primeiras considerações sobre o fazer poético. Em Platão e, de maneira mais sistemática, na *Poética*, de Aristóteles. Neste gesto inaugural, já se destaca um traço da literatura que a concebe como uma instituição apátrida, desterritorializada, nômade, porque reflete um saber perverso. Ao expulsar os poetas da *República*, Platão os desterritorializa e instaura uma possibilidade e uma modalidade de ser da literatura e dos poetas que problematizarão também o espaço da reflexão sobre a literatura.

É interessante observar que tanto na *República*, de Platão, quanto na *Poética*, de Aristóteles, já há referências a um aspecto da literatura que veio a se consubstanciar como tópico da contemporaneidade: a problemática da recepção, o efeito produzido no leitor. Na *Poética*, através da noção de catarse, e na *República* pelo fato do poeta imitativo implantar “um regime perverso na alma de cada um, condescendendo com o elemento irracional que nela existe (...) e pela sua capacidade de fazer dano aos homens de real valor.”⁴

Recorrendo aqui a um acontecimento tão distante no tempo e, conseqüentemente, situado em um campo conceitual tão distinto do nosso, o que queremos evidenciar é que, no percurso que separa esses 25 séculos, a reflexão sobre a literatura enquanto forma de compreendê-la não deixou de transitar por espaços de múltiplos saberes. E o que ainda hoje constatamos é que sobre a literatura não se esgotaram os ocasionais decretos da sua falência. Não cabe aqui reconstituir a história da reflexão estética da arte e da literatura, mas apenas marcar que ela se desenvolveu no Ocidente no espaço da filosofia.

No século XX, quando emerge como disciplina, a teoria da literatura encontra duas situações que representarão um desafio para a sua afirmação enquanto institucionalização do saber sobre a literatura. Primeiro, o fato da própria literatura – como a arte em geral – pretender abolir a separação entre arte e vida. Esta perspectiva, que pode ser encontrada nas vanguardas do início do século, como o dadaísmo, voltará à cena literária a partir das décadas de 60 e 70 com os movimentos da contracultura e a *pop-art* americana. Essa quebra de limites, proveniente da ascensão dos meios de comunicação de massa, suscita diversas mudanças na concepção da arte e da literatura amplamente estudadas por Theodor Adorno, Walter Benjamin e pelos demais membros da Escola de Frankfurt. Do ponto de vista estrutural, acentua-se, por exemplo, a ruptura entre os gêneros e formas literárias que incorporam no seu tecido traços de outros discursos, contaminando-se com outros valores e procedimentos lingüísticos até então não considerados pela concepção estética da arte, nem incorporados aos diversos discursos artísticos, literários.

Percebe-se, assim, que a literatura, no momento em que amplia suas fronteiras discursivas, deslocando-se por outros territórios até então não visitados, agrava uma instabilidade que sustenta os discursos teóricos e críticos, vez que outros in-

⁴ PLATÃO. *A República*. Trad. Leonel Vallandro. s.l. Edições de Ouro. s.d. (Clássicos de Ouro). p. 394.

gredientes entram no fazer literário, exigindo dos seus estudos – crítica, teoria e história – outros critérios de sistematização e avaliação da sua produção.

Mas há uma outra característica da literatura, presente naqueles poetas-críticos fundadores da modernidade, que se constitui em perplexidade e impasse para a teoria que se consolida: o caráter metaliterário dessas produções e o fato de que os fundadores da modernidade exerceram uma atividade teórica e crítica paralelamente à sua produção literária. Muitos deles deixaram uma sistematização acerca da natureza e função da literatura e da constituição da linguagem poética. Paul Valéry, T.S. Eliot, Stéphane Mallarmé, Ezra Pound, Edgar Allan Poe, Charles Baudelaire, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, todos eles, e tantos outros, afirmam como traço particularmente moderno a consciência dos limites e deslimites da linguagem, consciência assumida de forma radical em virtude do deslocamento gerado em uma tradição que se edificou neutralizando o caráter lingüístico do fazer poético.

Como afirma Antoine Compagnon, em *Os cinco paradoxos da modernidade*, “no começo deste século, a consciência crítica que Baudelaire exigia do artista, enquanto herói da vida moderna, tornou-se uma exigência especulativa ou teórica.”⁵

E, mais adiante, continua:

A obra moderna fornece seu próprio manual de instrução; sua maneira de ser é o encaixamento ou a autocrítica e a auto-referencialidade, aquilo que Mallarmé denominava ‘a dobra’ da obra, à qual ele opunha o ‘achatamento’ próprio do jornal. A partir de Baudelaire, a função poética e a função crítica se entrelaçam necessariamente numa *self-consciousness* que o artista deve ter de sua arte.⁶

O escritor moderno, o poeta moderno, não é apenas poeta. Ele é teórico, crítico, historiador. Em estudo desenvolvido sobre T.S. Eliot e Paul Valéry⁷, assinalamos que essa consciência crítica germina no sentido de tornar a sua linguagem espessa, depositária de outras linguagens, acolhendo o discurso teórico, crítico e histórico. Mas, se por um lado o escritor realiza a teoria através da criação poética, por outro, ele também parece desconfiar dos limites e possibilidades da linguagem poética para empreender tal tarefa.

Verificamos ainda que dessa desconfiança resulta que o poeta-crítico assume outra linguagem, situa-se em outro espaço à margem do espaço literário, produzido paralelamente a ele, suplementando-o. Nessa outra ordem de discurso, o escritor, o poeta-crítico, torna-se também teórico, crítico, historiador. A sua produção se dá então em excesso. Excesso de significante, transbordar de significado. Duas ordens se superpõem: a literária e a não-literária (teoria, crítica e história).

⁵ Antoine COMPAGNON. *Os cinco paradoxos da modernidade*. Trad. Cleonice P. Mourão, Consuelo F. Santiago e Eunice D. Galéry. Belo Horizonte: EDUFMG, 1996, p. 59.

⁶ Antoine COMPAGNON. Op. cit., p. 29.

⁷ Evelina HOISEL. Confrontos T.S. Eliot e Paul Valéry. In: *Estudos Lingüísticos e Literários*. n. 12. Salvador: UFBA/Instituto de Letras, dez. 1991, p. 79-96.

O excesso de linguagem que se observa do lado do produtor, produtor de poesia, produtor de poética, repercute no leitor/receptor, que se encontra diante de um vasto repertório de signos que exigem uma leitura não-linear, não-compartmentalizada. O jogo da codificação exige o jogo da decodificação. A produção literária, que se vê cercada por uma *lição de poética* – ou por lições de poética –, solicita múltiplas confrontações.

Ainda que esta autoconsciência seja da “modernidade”, em todos os períodos da história da literatura, escritores exerceram essa atividade teórica e crítica. Nos textos de Ésquilo, por exemplo, um dos primeiros tragediógrafos gregos, constitui-se explicitamente uma teoria da tragédia, sua função, sua relação com o mito e o sagrado. Já naquela época, inicia-se um filão teórico que se tornará privilegiado pela contemporaneidade: o da leitura, o da escritura como leitura.

É no espaço de múltiplos escritos que a teoria da literatura se constitui como disciplina. Nesse momento de sua história, será convocada pelos próprios poetas-críticos para encorpar o espaço literário. Contudo, como instituição apátrida, o seu nomadismo percorre os atalhos oferecidos pelo campo de conhecimento no qual ela busca erigir seus postulados – lingüística, antropologia, sociologia, psicanálise, etc.

Mas não será assim a teoria uma atividade parasitária, além de nômade? Se a literatura, por atalhos distintos, tem elaborado, ao longo da sua história, uma reflexão sobre seu processo de construção, para que serve a teoria? O que é a teoria da literatura? Existe uma teoria da literatura, ou o nome teoria da literatura é uma expressão onde se abriga uma pluralidade de intenções? O teórico tem um domínio da teoria? Que teoria escolher, se há diversas vertentes teóricas?

Uma teoria consiste em um conjunto de afirmações e princípios a respeito de algum objeto ou fenômeno, e os objetos ou fenômenos podem ser de natureza bastante variada. Quando falamos em teoria da literatura, o objeto é, obviamente, a literatura.

Em *Re-pensando a teoria*, Richard Freadman e Seumas Miller elaboram, ao longo do desenvolvimento de suas abordagens, uma crítica às diversas concepções contemporâneas que instalam o que se denomina hoje a crise da teoria da literatura. Crise gerada a partir da década de 70 e que deve ser compreendida dentro de um contexto mais amplo: o de uma crise epistemológica de paradigma. E esta crise de paradigma abala também concepções sobre a literatura. É procurando oferecer uma saída para essa crise que Freadman e Miller re-pensam determinadas questões, reafirmando

a especificidade da literatura como um modo distinto de discurso sobre o mundo; que nenhuma teoria pode ser totalmente determinante da prática crítica; e que nem a teoria nem a prática crítica a ela associada podem fornecer uma descrição totalmente completa de qualquer texto.

⁸ Richard FREADMAN e Seumas MILLER. *Re-pensando a teoria: uma crítica da teoria literária contemporânea*. Trad. Aguinaldo J. Gonçalves e Álvaro Hattner. São Paulo: UNESP, 1994, p. 17. (Biblioteca Bonita).

Constata-se, assim, a presença de determinados limites para a teoria da literatura.

A partir da década de 70, a teoria se constitui como uma espécie de novo gênero. Jonathan Culler observa que a palavra teoria designa

Obras que conseguem contestar e reorientar a reflexão em campos outros que não aqueles aos quais aparentemente pertencem. Obras consideradas como teoria têm efeitos que vão além do seu campo original⁹.

E, logo após, prossegue:

Teoria, nesse sentido, não é um conjunto de métodos para o estudo literário, mas um grupo ilimitado de textos, sobre tudo que existe; o gênero teoria inclui obras de antropologia, história da arte, cinema, lingüística, estudo de gêneros, filosofia, história social e intelectual, psicanálise, política.

As obras que são teorias oferecem explicações que outras podem usar sobre natureza, cultura, sentido, funcionamento da psique, etc., envolvendo alguma prática especulativa; ou seja, explicação de objetos, da linguagem, do desejo. Jonathan Culler afirma ainda que

Teoria, nos estudos literários, não é uma explicação sobre a natureza da literatura, ou sobre os métodos para o seu estudo (embora essas questões sejam parte da teoria...). É um conjunto de reflexões e escritos cujos limites são excessivamente difíceis de definir¹⁰.

Desse modo, teorias podem assumir diversas formas, e podem também diferir quanto ao rigor de sua estrutura, sua precisão descritiva, sua suscetibilidade a diferentes tipos de comprovação.

O que caracteriza a teoria após a década de 70, ou seja, depois do pós-estruturalismo, é que ela é uma crítica a tudo que foi pensado como natural, assumindo a concepção de que aquilo que se pensava como natural é tão-somente uma construção da linguagem. É, portanto, um produto histórico, cultural, que, tanto no momento de sua produção quanto no de sua recepção, submete-se a forças e pressões históricas e culturais. Esta questão que aqui se delineia – a da cultura ou da história como construção de linguagem – implica também em perda da referencialidade. Freadman e Miller, no já referido *Re-pensando a teoria*, denominam esta postura de anti-humanista construtivista¹¹, pois suscitou um deslocamento das concepções fundamentais do sujeito, quer se trate de autores ou entidades sociais em geral, e um questionamento do poder referencial da linguagem e dos discursos essenciais de valor, ou seja, o próprio questionamento do cânone ocidental.

Se a teoria é reflexão da reflexão, ela é uma atividade infinita, por isso intimidadora, como pontua Jonathan Culler. É, portanto, um *corpus* ilimitado de textos escritos, que está sempre aumentando. Esta problemática do caráter infinito

⁹ Jonathan CULLER. *Teoria literária*; uma introdução. Trad. e notas Sandra Guardini T. Vasconcelos. São Paulo: Produções Culturais LTDA. 1999, p. 13

¹⁰ Jonathan CULLER. Op. cit., p. 12-3.

¹¹ Richard FREADMAN e Seumas MILLER. Op. cit., p. 149-211.

da teoria e da interpretação é uma característica da contemporaneidade, constituindo um campo do saber instituído pelo pós-estruturalismo francês. Michel Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze procedem a uma releitura do pensamento filosófico no Ocidente a partir de noções extraídas dos sistemas filosóficos de Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger, Karl Marx, da psicanálise de Sigmund Freud, da antropologia de Claude Lévi-Strauss.

Ao efetuar uma leitura do texto antropológico, principalmente no que diz respeito à noção de mito de referência com que Lévi-Strauss trabalha, Jacques Derrida extrai daí lições metodológicas cruciais para repensar o sistema metafísico e o estatuto da linguagem¹². A partir da desconstrução, isto é, da denúncia e da reversão do princípio teleológico que sustentou a metafísica da presença, Derrida afirma o caráter infinito da linguagem e, portanto, da interpretação. Deslocando-se o centro fixo regulador de todo sentido, o significado transcendental, os signos não remetem para nada fora deles mesmos, pressupondo o jogo de remissões substitutivas no campo da linguagem. Encontramo-nos aqui no âmbito daquilo que Derrida denomina de a estruturalidade da estrutura¹³, isto é, uma estrutura descentrada, sem origem e sem fim. Questão aberrante, como diz Derrida, pois é impossível imaginar uma estrutura sem centro; uma estrutura descentrada seria uma espécie de caos. Todavia, o que se pressupõe aqui é um sucessivo deslocamento de centros, como possibilidade do jogo infinito da linguagem. O estabelecimento de um centro provisório é uma decisão de leitura, uma estratégia da interpretação. É, portanto, precário, provisório e sobretudo ideológico. É até mesmo um ato de força que se impõe às coisas, aos acontecimentos. A lição nietzschiana do signo, que a releitura de Deleuze desvela, considera que um signo, um acontecimento, uma coisa têm tantos significados quantas forem as forças que dele se apropriarem em um determinado momento¹⁴.

Este é o toque angular que estabelece os limites entre o estruturalismo da década de 60, onde o conceito de estrutura ainda supõe um centro fixo, e o pós-estruturalismo dos anos 70. Momento de clausura do pensamento metafísico edificado sobre oposições binárias, dicotomias excludentes, regidas pela conjunção *ou*. Como fechamento de uma época, a desconstrução pressupõe a noção de limiares, questão levantada inicialmente por Gaston Bachelard¹⁵ e retomada pelo projeto arqueológico de Michel Foucault, principalmente em *Arqueologia do saber*¹⁶ e *As palavras e as coisas*¹⁷. É nesse campo epistemológico que se abre – denominado de pós-estruturalismo, movimento de descentramento e de desconstrução da metafísica ocidental, ou até mesmo de pós-modernidade (terminologia

¹² Jacques DERRIDA. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das Ciências Humanas. In: Id. *A Escrita e a diferença*. Trad. Maria Beatriz M. Wizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 229-49.

¹³ Jacques DERRIDA. Op. cit., p. 230.

¹⁴ Gilles DELEUZE. *Nietzsche e a filosofia*. Trad. Edmundo Dias e Ruth Dias. Rio de Janeiro: Rio, 1976.

¹⁵ Bachelard GASTON. *Le nouvel esprit scientifique*. Paris: PUF, 1934.

¹⁶ Michel FOUCAULT. *Arqueologia do saber*. Trad. Luís Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1978.

¹⁷ Michel FOUCAULT. *As palavras e as coisas*; uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Antonio Ramos Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 1966.

um tanto imprecisa, mas bastante difundida nos meios acadêmicos) – que se colocam as questões referentes a uma denominada crise de paradigma que se situa a teoria da literatura hoje.

Se há uma crise da teoria da literatura, consideramos que ela é uma crise mais ampla da teoria, ou das teorias, suscitada por um campo de conhecimento que reverte os valores hierárquicos com os quais as ciências operaram secularmente. Pode ser uma crise mais aguda, porque sua ação desconstrutora reverte a nossa maneira de olhar para aquilo que tantas vezes chamamos ingenuamente de realidade. E que olhávamos como um dado natural, como um processo natural de ser e de estar, processo até então considerado como irreversível, na constituição de uma ordem, de um poder, de um saber.

Trata-se de uma nova crise? Então aqui podemos também desconstruir o conceito de novo, tão rançosamente modernista. Preferimos afirmar que se trata de uma outra crise. Crise que tem uma radicalidade, porque circula em um campo problemático, e ela expõe a problematidade desse campo, imprescindível para a nossa constituição enquanto sujeito, ou para a compreensão da própria realidade. Este é o campo da linguagem, como território no qual a literatura se constitui, mas onde executa também um trabalho laborioso de trapaça com a língua, enquanto desempenho da linguagem, lugar em que “servidão e poder se confundem inelutavelmente”, como assinala Roland Barthes¹⁸.

A crise está assim associada à constatação da impossibilidade de se aprisionar o real, de possuir o real, pois vive-se no campo infinito da linguagem, no espessamento labiríntico dos signos da “Biblioteca de Babel”. Espaço do precário, do transitório, da mobilidade incessante, da multiplicidade, das substituições sucessivas, da travessia para o infinito. E não tem sido este, ao longo de sua história, o projeto da literatura: mobilizar os saberes? Barthes nos diz ainda que

A literatura faz girar os saberes; não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá um lugar indireto, e este indireto é precioso. Por um lado, ela permite designar saberes possíveis – insuspeitos, irrealizados – a literatura trabalha nos interstícios da ciência.

Não é senão por causa deste projeto que os diversos pensadores, os teóricos que possibilitam empreender a desconstrução do pensamento dicotômico da metafísica ocidental, encontram na literatura ou na arte um vasto material para suas reflexões. Freud afirma que o *Édipo Rei*, de Sófocles, e o *Hamlet*, de Shakespeare, anteciparam em alguns séculos uma sistematização que somente seria desenvolvida no século XX, pela sua psicanálise²⁰. Nietzsche, para pensar o processo de estabelecimento do pensamento racional no Ocidente, recorre à tragédia grega, que dramatiza tragicamente (a tautologia é intencional) o deslocamento do pensamento

¹⁸ Roland BARTHES. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1980. p. 15.

¹⁹ Roland BARTHES. *Op. cit.*, p. 18.

²⁰ Sigmund FREUD. *A Interpretação dos sonhos. Obras psicológicas completas*. v. 4 e 5. Trad. e prefácio Walderedo Ismael de Oliveira. Rio de Janeiro: Imago, 1972.

mítico, pré-socrático, pelas forças de sujeição da racionalidade do homem socrático²¹. Derrida procede a uma leitura – ou re-leitura – de textos de Valéry, Mallarmé, Artaud, mostrando-nos, por exemplo, a importância do teatro da crueldade para o fechamento da representação clássica, assim como Valéry e Mallarmé já anunciavam uma concepção de linguagem e de literatura a partir do deslocamento do Autor, enquanto sujeito empírico e significado transcendental²².

Gilles Deleuze e Félix Guattari encontram nos textos de Kafka a ação rizomática de desconstruir a língua alemã em seu trabalho subterrâneo, marginal, desterritorializado em relação à língua literária estabelecida²³. É necessário pontuar que esta ação rizomática, que Deleuze encontra na literatura de Kafka, exemplifica e desenha a ação que o escritor faz com a língua: o rizoma, como traço indeterminado de uma produção discursiva que temos chamado de literatura. O aberrante, contudo, é que esta imagem tenha se transformado em um projeto da ciência – da teoria, ou das teorias – de uma forma de pensamento que, desde o aparecimento do homem socrático, tem se representado a partir de uma outra imagem: a da árvore.

Em *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, um texto de 1980, Gilles Deleuze e Félix Guattari elegem o rizoma como uma imagem do pensamento contemporâneo, pós-moderno, que se distingue da árvore, da árvore-mundo, regida pela lógica binária. “A lógica binária” – dizem os autores de *Mil platôs* – “é a realidade espiritual da árvore-raiz”²⁴, mostrando como a lógica binária, que se liga à reflexão clássica, se encontra em disciplinas avançadas como a psicanálise, o estruturalismo, a informática. A metáfora da árvore dominou o pensamento ocidental como seu fundamento-raiz.

De constituição diferente, Deleuze e Guattari afirmam que o Oriente apresenta outra configuração: uma cultura de tubérculos, que procede por fragmentação. Sua visibilidade nos é dada através da metáfora do rizoma – responsável pela junção deserto-oásis, estepe-jardim. Através da indeterminação da figura do rizoma, propõem uma “teoria das multiplicidades”, capaz de teorizar o plural, ciência aleatória, modelo problemático. Se a árvore impõe o verbo *ser*, o rizoma tem como tecido a conjunção *e... e... e...* Nessa configuração imagética, *Mil platôs* define o pensador pelo nomadismo intelectual, caminhando em fluxos espiralados. O platô amplia esta indeterminação do rizoma, pois “um platô está sempre no meio; nem início, nem fim”. Um rizoma é feito de platôs. E então explicitam: “Chamamos platô a toda multiplicidade conectável com outras hastes subterrâneas de maneira a formar e estender o rizoma”²⁵.

Com um intuito de interligar os platôs desse rizoma-pensamento que se dissemina no Ocidente, até então ordenado pelos critérios de unidade, de semelhança,

²¹ Friederich NIETZSCHE. *A origem da tragédia*. 2ed. Trad. Álvaro Ribeiro. Lisboa: Guimarães, 1972.

²² Jacques DERRIDA. *Margens da filosofia*. Trad. Joaquim Torres Costa. Porto: Rés, s.d.

²³ Gilles DELEUZE e Félix GUATTARI. *Kafka; por uma literatura menor*. Trad. Júlio C. Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

²⁴ Gilles DELEUZE e Félix GUATTARI. *Mil platôs; capitalismo e esquizofrenia*. v. 1. Rio de Janeiro: 34ed., 1995. p. 13. (Coleção Trans).

²⁵ Gilles DELEUZE e Félix GUATTARI. *Op. cit.*, p. 33.

do mesmo, da busca de uma identidade a partir de raízes ancestrais, impõem-se o múltiplo, a diferença, o outro, as ligações ou interligações a partir de outros critérios. Critérios capazes de desvelar processos de recalçamento, forças que atuaram em momentos diversos de uma história, propiciando que se elessem alguns valores em detrimento de outros. Ou seja, procura-se compreender por que o uno, a semelhança, a raiz se edificam recalçando o múltiplo, a diferença, o outro.

Esta tem sido a preocupação do pensamento contemporâneo, da teoria contemporânea, ou – rizomaticamente falando – das teorias contemporâneas. De maneira bastante rica, problemática e até paradoxal, é sob a perspectiva desse prisma caleidoscópico que histórias têm sido revisitadas e reconstruídas, identidades culturais reconfiguradas, problematizada a constituição do sujeito e sua relação com a linguagem. Ainda que as estratégias de relação ou interação com esta forma do saber, com este outro, que emerge enquanto pensamento constituinte, sejam motivo de perplexidade, é importante lembrar que a literatura, ao longo da sua história, em níveis diversos, colocou em circulação este outro, imponderável, disruptivo pensar.

Foi assim que as teorias no campo da psicanálise, da antropologia, da filosofia, da história puderam encontrar em textos literários um repertório de questões que contribuíram para o desenvolvimento de suas reflexões, no seu campo do saber. E é por isso também que a teoria da literatura, como uma reflexão – reflexões – acerca da literatura, encontra nestas teorias um campo propício para a investigação do texto literário. E dizemos texto literário, pois reconhecemos a especificidade de uma série de textos que circulam em uma cultura e que se chama literatura.

Quem não os reconhece? Mesmo as teorias pragmáticas, empíricas, que definem a literatura como uma prática comunicativa, como uma ação comunicativa, não destacam que ela é uma prática comunicacional específica? E que tem regras de funcionamento que se distinguem dos discursos que sustentam as ações cotidianas? Afinal, desde o pequeno grande texto de Michel Foucault intitulado *A ordem do discurso* não sabemos que toda fala é enunciada a partir de uma determinada ordem? E que esta ordem na qual ela se insere delimita as leis do seu funcionamento?

A ordem do discurso na qual a literatura se situa é o espaço de liberdade. Paradoxalmente, espaço de liberdade de um expatriado, de um exilado, daquele que vivencia as forças de repressão que circundam na República, enquanto ordem instituída. Como espaço de nomadismo, de desterritorialização, o rizoma literário dissemina-se agora, expande-se para um outro território – o da ciência – que em outros momentos teve como objetivo neutralizar a sua pluralidade, estancar seu jogo metafórico, emoldurá-lo dicotomicamente. Muitas vezes até normatizá-lo.

Neste contexto, os limites entre um sentido próprio e um sentido impróprio, uma linguagem não-figurada e uma linguagem figurada, como característica da literatura em oposição à ciência, foram deslocados pela noção nietzschiana de linguagem²⁶.

Aqui estão esboçados alguns dos principais impasses das teorias contemporâneas – a fragilidade de seus pressupostos, a indeterminação metodológica, a pro-

²⁶ Sarah KOFMAN. *Nietzsche et le métaphore*. Paris: Payot, 1972.

blemática dos seus limites ilimitados, sendo constantemente estudadas fora do território de sua própria matriz disciplinar. Em suas reflexões *Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*, Jonathan Culler chama a atenção para esta característica do novo gênero – teorias – alertando para o fato de que além de se desenvolver fora de sua matriz disciplinar, ele tem sido mais estudado nos meios acadêmicos por estudantes de literatura do que de psicologia, filosofia, antropologia, etc. Culler constata ainda que, nos Estados Unidos, como na Inglaterra, a desconstrução chegou ao espaço universitário a partir dos estudos literários, ou seja, pelos teóricos da literatura, e não pelos filósofos. Nesse sentido, foram teóricos da literatura que mais contribuíram para constituir o gênero teoria que, como aponta Culler, tem recebido críticas contundentes pelo modo como seus trabalhos se realizam:

Estudantes de teoria lêem Freud sem indagar se pesquisas posteriores teriam questionado suas formulações; lêem Derrida, sem conhecer a tradição filosófica; lêem Marx, sem estudar tradições alternativas de situações políticas e econômicas²⁷.

Como casos do gênero teoria, tais trabalhos, fora de sua moldura disciplinar, não se submetem a uma avaliação mais sólida no que diz respeito à sua contribuição ao conhecimento, afirmam as críticas.

Procurando compreender este fenômeno, no que diz respeito à rearticulação dos domínios disciplinares nas universidades americanas, e os efeitos dessa transferência intercultural e transnacional, colocando em circulação idéias estrangeiras deslocadas de seu contexto de origem, Culler vê este trânsito com simpatia. Desenvolvendo suas argumentações no sentido de elucidar as afirmações de Richard Rorty de que este novo gênero (teoria) não é “nem avaliação dos méritos relativos às produções literárias, nem história intelectual, nem filosofia, nem epistemologia, nem profecia social, mas todas essas embaralhadas em um novo gênero”²⁸.

Culler assinala que há várias razões para que a teoria da literatura assuma um papel central no emergente gênero teoria, destacando que a abrangência do material da literatura – a experiência humana – possibilita que qualquer teoria possa ser levada para o campo dos estudos literários. Por outro lado, a falta de comprometimento disciplinar específico dos que trabalham nesses campos permite que essas metodologias sejam facilmente transferidas para a órbita da teoria da literatura.

A questão do pós-estruturalismo apresenta-se bastante abrangente e complexa, pois, sob esta rubrica, estão nomeadas diversas perspectivas de abordagem, bem como nomes distintos. Consideramos que, como estratégia de leitura, podemos encontrar nos seus pressupostos uma fertilidade teórico-interpretativa considerável. Aliás, a própria noção de fertilidade nos remete para metáforas que constituem o campo conceitual de Derrida: disseminação e enxerto²⁹.

²⁷ Jonathan CULLER. *Teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Trad. Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1977. p. 15.

²⁸ Jonathan CULLER. Op. cit., p. 14-5.

²⁹ Jacques DERRIDA. *La dissémination*. Paris: Seuil, 1972.

Contudo, não pensamos que se trate de um mero transplante metodológico de uma área para outra. Os trânsitos interdisciplinares, ou transdisciplinares, permitem que as construções de linguagem possam ser percebidas e focalizadas sob ângulos distintos, do ponto de vista da literatura, que faz circular os saberes, ou que se coloca sob os interstícios da ciência, como afirma Roland Barthes. Essa multiplicidade é necessária. Entendemos, desse ponto de vista, que na interação texto-leitor, o texto, repetidas vezes, impõe, convoca o leitor a percorrer determinadas veredas, a atravessar os labirintos que ele constrói. Se as estratégias de leitura são acionadas pelo leitor, o texto também abre sendas, lança o leitor nas veredas de um grande sertão, impondo seus limiares, traçando e retrazendo suas territorialidades.

As narrativas de *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa, ou de *Cantos delituosos romance*, de Judith Grossmann, nos impõem uma reflexão sobre o caráter biográfico ou autobiográfico da escritura literária. Solicitam-nos uma repensagem sobre a dramatização do sujeito na linguagem e sobre a pluralidade do eu. Como não ler, na vasta produção poética de Fernando Pessoa, um processo de dramatização e encenação do sujeito na linguagem, onde ele se dispersa e pluraliza? Como não abordar a questão do ser ou não ser, em *Hamlet*? Ou como não compreender a problemática da leitura e do leitor no texto borgiano? Ou da malignidade e da crueldade nos *Cantos de Maldoror*?

Se esses fios se explicitam na cena textual, a perspectiva de abordagem, as estratégias de leitura são uma escolha do leitor e dependem da concepção de texto que ele possui, como da utilização que fará de determinados conceitos e procedimentos interpretativos.

Exemplifiquemos: as concepções sobre as quais nos temos detido no desenrolar desta conferência, especificamente no que diz respeito à problemática da linguagem, têm sido alvo de acirradas críticas pelos deslocamentos que promoveram, tanto em relação ao sujeito quanto ao contexto histórico e cultural. O que vem sendo considerado como a perda da referencialidade, que se desdobra no desaparecimento do real, ou na morte do autor, é um dos pontos mais vulneráveis, mais aberrantes, mais polêmicos das teorias contemporâneas. Em *Re-pensando a teoria: uma crítica da teoria literária contemporânea*, por exemplo, Richard Freadman e Seumas Miller consideram como principal foco para criticar o paradigma destas teorias os seguintes pontos: 1. Um repúdio às concepções fundamentais do sujeito, quer se trate de autores ou de entidades sociais em geral; 2. Uma negação do poder referencial da linguagem e dos textos literários; 3. Um repúdio aos discursos essenciais de valor, tanto morais como estéticos³⁰. Esclarecem, então, por que essas teorias são denominadas de anti-humanismo construtivista: *anti-humanistas*, pela rejeição das concepções essenciais do sujeito individual e do discurso valorativo; e *construtivistas*, por supor que a linguagem e também a ideologia “constroem” o mundo.

³⁰ Richard FREADMAN e Seumas MILLER. Op. cit., p. 14.

Não nos interessa aqui adentrarmos nas questões desenvolvidas por esses autores. Recorremos a eles no sentido de elucidar como a reflexão e o campo do saber teórico, na diversidade de perspectivas apresentadas, propiciam ao investigador uma instabilidade, uma angústia da incerteza. Além das indagações, que perspectiva teórica escolher? Como saber sobre os critérios de validade dos pressupostos utilizados? A demonstrabilidade ainda é um critério válido? Como pode se organizar, se ordenar o conhecimento nessa esfera epistemológica?

O conhecimento? Não estamos sob o signo do plural? Da indeterminação rizomática? Da múltipla convivência dos contrários?

Consideramos que estes impasses teóricos não dizem respeito tão-somente aos pressupostos da ciência na contemporaneidade, nem se aplicam apenas aos diversos processos de ler e interpretar as relações históricas. Eles dizem da perplexidade do ser humano na sua busca de entender o que muitas vezes não é entendível. É esta perplexidade que se tem constituído no móvel da ação de tantos personagens que a literatura nos re-apresenta, nas incontáveis faces de sua aventura fáustica.

É por isso que tantas vezes retornamos a este texto apátrida, a este palimpsesto nômade que se chama literatura e que nos territorializa – nós, também, nômades e peregrinos em busca de nossa própria identidade, de nossa pátria. Fernando Pessoa afirma isto sinteticamente: “Minha pátria é a língua portuguesa” e Castro Alves, através do *pathos* dramático contido em sua lírica, acolhe o rei Lear, exilado no seu próprio reino:

Entra, pois! Sombra exilada,
Entra! O verso – é uma pousada
Dos reis que perdidos vão.
A estrofe é a púrpura extrema,
Último trono é o poema!³¹
Último asilo, a canção...

É nesse sentido que a literatura pode ser entendida como biografia. Nela inscreve-se a vida do autor e do receptor. A literatura, enquanto nomadismo, acolhe e territorializa os sujeitos que por ela transitam. Paradoxalmente, pensamos a literatura como biografia, isto é, vida grafada no espaço da linguagem, onde o sujeito se encena e se dramatiza³², a partir de um campo do conhecimento que, como querem os autores de *Re-pensando a teoria*, repudia as noções fundamentais de sujeito e referencialidade.

Todavia, é a partir dessas concepções que podemos rever e desconstruir o conceito de biografia e autobiografia, um dos termos prediletos da crítica positivista do século XIX. É também por esse viés da linguagem, como cenário de múltiplas cenas, onde atuam personagens, idéias, forças, signos de uma experiência individual e coletiva, que podemos, hoje, compreender, em uma outra dimensão, as relações entre literatura e o contexto sociocultural no qual ela circula.

³¹ Antonio de CASTRO ALVES. *Obra completa*. Ed. Eugênio Gomes. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960. p. 97.

³² Evelina HOISEL. *A escritura biográfica*. São Paulo: USP, 1996. (Tese de Doutorado).

Nesta órbita de considerações, um texto não é apenas um produto de um sujeito, ou de uma cultura. O autor não é o pai do texto, pois não representa mais uma autoridade que lhe confere sentido. Ele se constrói, enquanto produtor da linguagem que articula.

A crítica de herança positivista, prisioneira do princípio de causalidade, da concepção do autor como consciência plena, desenvolveu suas investigações pressupondo que a explicação da obra deve ser buscada na sua origem – autor, contexto cultural. O empirismo e o racionalismo afirmam o prestígio pessoal do indivíduo, da *pessoa humana*, gerando uma imagem da literatura tiranicamente centrada no autor. A morte do autor, assinalada por Roland Barthes³³, significa o seu deslocamento como voz plena, como autoridade que detém e que determina o sentido do seu texto. A reversão desse postulado se processa quando se define autor, pessoa empírica, como um princípio teleológico.

O que propomos, então, em *A escritura biográfica*, é retirar do sujeito, ou de seu substituto, o papel de fundamento originário, e analisá-lo como uma função variável e complexa da linguagem. Para se entender essas reflexões, é necessário compreender que o significado do texto não está fora da linguagem que o constrói, mas só pode ser retirado da constelação dos seus signos, no jogo das permutações da linguagem, no espaço do livro. Só podemos “possuir” o “real” interpretando-o pela mediação dos signos. Assim, o fora – o contexto biográfico e social – já é um dentro, vez que se encorpa na textura sígnica.

Estas considerações, que recortamos para exemplificar o deslocamento da noção através da qual a crítica tradicional compreendeu a biografia, centrada no factualmente vivido pelo escritor, nos colocam em uma outra dimensão teórica que pressupõe que a literatura, como construção biográfica, acolhe o vivido e o vivível. Ela não é, assim, uma reconstituição do passado. Ela é uma construção que elabora o vivido e o vivível. E as forças que impulsionam esta construção são imponderáveis. Esta narrativa autobiográfica encontra em “Meu tio, o Iauaretê”, de João Guimarães Rosa, o exemplo antológico do que denominamos *uma biografia impossível*³⁴.

Dentro desta perspectiva conceitual, a noção de história tem sido redimensionada pelo pensamento contemporâneo e tem seus reflexos no âmbito dos estudos literários. À história linear, cumulativa, que pretendia uma reconstituição do passado, o que temos agora é uma definição de história como construção, que se faz por saltos, por cesuras. Não se considera mais o documento como uma matéria inerte, através do qual o historiador tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram que é passado e do qual permanece como rastro. A história se torna também plural, múltipla – histórias.

³³ Roland BARTHES. A morte do autor. In: Id. *O rumor da língua*. Trad. Antonio Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1987 (Signos).

³⁴ Evelina HOISEL. Op. cit., nota 32.

O processo de re-leitura operado pela contemporaneidade abala, assim, a história instituída, impõe reconfigurações de culturas e formações identitárias, desvela os pressupostos etnocêntricos que edificaram a cultura européia como cultura de referência, como fundamento-raiz. Afirma a pluralidade de histórias, de culturas, impõe outros critérios de filiação, de hereditariedade, desconstrói noções de fonte, influência, origem, através das quais a História Literária e a Literatura Comparada alicerçaram suas investigações, explicando-se assim a *emergência* da disciplina Literatura Comparada, a partir da década de 80, em países colonizados e considerados periféricos.

É no âmbito dos estudos comparatistas que o entrecruzamento dos limites disciplinares tem encontrado maior ressonância e o profícuo debate dos limiares críticos tem produzido os questionamentos mais polêmicos. Nos discursos sobre a literatura, proliferam as reflexões que focalizam os trânsitos, os diálogos, a confluência entre nacionalidades, classes, etnias, a partir de uma perspectiva que dá ênfase ao local, ao particular. Dessa forma, os estudos de Literatura Comparada transbordam para o campo dos Estudos Culturais, cujo objetivo é compreender o funcionamento da cultura na cena contemporânea, explicitando como as produções culturais operam e como as identidades são organizadas por indivíduos e grupos de comunidades diversas. Apesar da dificuldade para se precisar o que são os Estudos Culturais, sabemos que eles pressupõem que as diversas formas de produção devem ser observadas em relação a práticas sociais e estruturas históricas. Tendo como objetivo estudar a formação de critérios de valor, muitas vezes negam as práticas acadêmicas, associando-as a processos de hierarquização e de exclusão. Através da interdisciplinaridade, abordam todas as formas de produção cultural, inclusive a literatura, como uma prática ideológica, considerando o próprio conceito de literatura como ideológico. No cerne de uma crise epistemológica, os Estudos Culturais lançam mais uma questão: os Estudos Culturais substituem os Estudos Literários e decretam a morte da literatura?

Certamente, a morte da literatura, desse ponto de vista, é relativa ao modo como ela é configurada pelos estudos literários. A literatura continua no seu périplo, ora indiferente às disputas pelo campo epistemológico, ora absorvendo-as na sua tessitura poética.

Aos Estudos Literários – à Teoria da Literatura – ciosos do seu objeto, resta continuar sua busca e, na operacionalização de seus procedimentos, manter a interlocução com outras áreas do saber – Filosofia, Antropologia, Estudos Culturais, etc. —, fazendo jus ao caráter polimorfo e indeterminado do fazer literário, em sua interminável travessia.

“Le bleu des mousses”: *Lautréamont écorché vif*

Jacques Salah

Universidade Federal da Bahia

Resumo

A partir de incorreções críticas, biográficas e de tradução, devidamente comprovadas e comentadas, o presente trabalho procura evidenciar de que maneira truncada ou deturpada os *Cantos de Maldoror*, do Conde de Lautréamont, estão sendo colocados ao alcance dos leitores brasileiros. A imagem do “esfolado vivo”, obsessivamente reiterativa na obra de Ducasse, nos permite caracterizar metaforicamente os erros acima referidos.

Résumé

A partir d'incorrections critiques, biographiques et de traduction, dûment vérifiées et commentées, le présent travail tente de mettre en évidence de quelle manière mutilée ou défigurée les *Chants de Maldoror*, du Comte de Lautréamont, sont mis à la disposition des lecteurs brésiliens. L'image de l'“écorché vif”, obsessivement réitérative dans l'oeuvre de Ducasse, nous permet de caractériser métaphoriquement les erreurs mentionnées ci-dessus.

Introdução

Ao iniciar esta conferência, gostaríamos de levantar sem demora o véu de mistério que parece envolver o seu título. Numa linguagem aparentemente sibilina, mas cuja impressão é causada tão-somente pela sua forma lapidar, não tivemos a intenção de montar alguma armadilha, nem tampouco de propor um enigma que o desenvolvimento da palestra se encarregaria de decifrar em seguida. Mesmo se se pode identificar nesta forma e nesta intenção um certo cunho lautreamontiano, o nosso objetivo é absolutamente outro, e dos mais simples.

Considerando o Curso de Especialização em Tradução da nossa Universidade como, essencialmente, um lugar de encontro e de ação de especialistas em língua francesa e em literatura francesa, chegamos a convencer-nos, o que aliás não representa uma descoberta muito original, de que a tradução dos textos literários é, sem dúvida alguma, o exercício mais delicado e arriscado, como também aquele que exige uma cultura literária constantemente ampliada. Mas, dirão, qual é a relação entre a prática da tradução e o título da nossa conferência: "*Le bleu des mousses: Lautréamont écorché vif*"? Lautréamont esfolado vivo? Ora, simplesmente o fato de que todas as traduções em língua portuguesa dos *Cantos de Maldoror* que temos consultado repetem sem exceção o mesmo erro para uma das estrofes mais famosas dos *Chants*, a 9ª estrofe do Canto I, dedicada ao Oceano. É o que teremos a oportunidade de analisar, sem contudo perder de vista que este primeiro pretexto não deve esconder outro, ou seja, que a imagem que se impõe a nós, desde sempre, é aquela de um Lautréamont/Ducasse física e intelectualmente, mas também moral e espiritualmente, esfolado vivo. Esfolado vivo, Lautréamont o é por várias razões e de diversas maneiras; a prova está nos diferentes trabalhos críticos que dão ênfase ao aspecto sadomasoquista de sua obra, nas cenas de pura crueldade contra si mesmo e contra os outros, que salpicam os *Chants*, no sofrimento moral infligido pela procura alucinada do mal (ou do bem), na tortura imposta pela literatura, toda a literatura, até o dia em que ele toma plena consciência de sua realidade de escritor. Esfolado, ele o é também na expressão doentia de sua imaginação, e, por fim, na manifestação dos seus biógrafos e críticos ao tentar impor respectivamente suas exagerações ou suas reduções.

Muito cedo, desde os primeiros meses do curso ginásial, os estudantes franceses eram tradicionalmente confrontados com a visão pessimista e um tanto desalentadora de La Bruyère ao afirmar em *Les Caractères (Des ouvrages de l'esprit, I)*: "Tout est dit, et l'on vient trop tard depuis plus de sept mille ans qu'il y a des hommes, et qui pensent. Sur ce qui concerne les moeurs, le plus beau et le meilleur est enlevé. L'on ne fait que glaner après les anciens, et les habiles d'entre les modernes." Em *Poésies II*, Isidore Ducasse, que já não era mais o Conde de Lautréamont, invertia os termos do pensamento de La Bruyère, assim como já o fizera várias vezes com Pascal e Vauvenargues, por puro prazer ou impulso iconoclástico, e surpreendia o leitor com a seguinte formulação: "Rien n'est dit. L'on vient trop tôt depuis plus de sept mille ans qu'il y a des hommes. Sur ce qui concerne les moeurs, comme sur le reste, le moins bon est enlevé. Nous avons l'avantage de travailler après les anciens, les habiles d'entre les modernes." Simples jogo pueril, brincadeira de estudante ou profunda reflexão a exigir o máximo de atenção do leitor desprevenido? Qual que seja a resposta encontrada para este tipo de indagação, e mesmo considerando que Ducasse finge desconhecer o último parágrafo dos *Ouvrages de l'esprit*: "Horace ou Despréaux l'a dit avant nous – Je le crois sur votre parole; mais je l'ai dit comme mien. Ne puis – je pas penser après eux une chose vraie, et que d'autres penseront après moi?", o fato é que a nossa curiosidade, em relação a Lautréamont/Ducasse, à sua biografia e à sua obra, não se satisfaz com o "tudo foi dito", nem tampouco com o "nada foi dito". O que surpreende é que nenhum dos exegetas de Lautréamont tenha pensado em considerar mais atentamente a segunda proposição de La Bruyère que lança luz sobre a teoria ducassiana do plágio. Em verdade, quanto à biografia, pouco podia ser dito além das modestas e lacônicas informações fornecidas por uma certidão de nascimento em Montevidéu e uma certidão de óbito em Paris. Os editores Genonceaux e Lacroix, de um lado, o jornalista François Alicot entrevistando um ex-colega de Ducasse, Paul Lespès (com 81 anos em 1927), de outro, trazem os raros testemunhos, e discutíveis, que dizem respeito a Isidore Ducasse.

É possível, e certamente necessário, para a comodidade da análise e a clareza das nossas reflexões, fixar os limites críticos que seriam representados, num primeiro passo, pelo estudo sistemático no sentido da constituição de uma biografia que foge sem parar em razão das poucas informações verdadeiras e das falsas (ou reais?) orientações fornecidas pelos *Chants*, estudo cujo representante mais legítimo seria o *Isidore Ducasse, Comte de Lautréamont*, de François Caradec, publicado pela Table Ronde em 1970; e, num segundo passo, pelo estudo mais audaciosamente fecundo (sem contudo jamais perder de vista, na mais estrita honestidade intelectual, o texto mesmo dos *Chants*), de Maurice Blanchot, em seu *Lautréamont et Sade*, publicado pela primeira vez pelas Editions de Minuit em 1949. Para Blanchot, tudo, em Lautréamont, é premeditado, e os *Chants* são o produto de uma consciência excessivamente lúcida, tanto na sua composição desconcertante e nas suas metáforas alucinantes quanto nas idéias que se projetam

resolutamente para um futuro ainda muito longínquo. Os surrealistas, ao contrário, irão açambarcá-lo, porque só enxergarão nele o puro automatismo, a constante invasão da realidade pelo sonho, a quinta-essência da crueldade, em suma, o precursor sob medida de quem tanto precisavam.

Entre esses dois limites, o da leitura biográfica de François Caradec e o da leitura crítica de Maurice Blanchot, existe uma constelação de obras onde é possível divisar o que não hesitaríamos em chamar de a tradição da compilação. De fato, na maioria das obras de menor monta, não há escrúpulos biográficos e o que se nota é a transmissão das incertezas quanto aos fatos, e uma liberdade excessiva com o próprio texto. Tal é a situação para diversos biógrafos e analistas, com algumas raras exceções como, por exemplo, os dois autores citados. Podemos acrescentar que, em relação ao primeiro pretexto anunciado na introdução, existe também uma tradição do erro na tradução, com características sensivelmente parecidas com as da precedente (a tradição da compilação), mas infinitamente mais nefasta porquanto atinge o próprio texto.

Tem-se a sensação que, paradoxalmente, quando menos se dispõe de informações, mais as repetições se perpetuam de um crítico a outro. Como por uma espécie de jogo de imagens num espelho, basta que um afirme ter identificado tal fato, tal anedota, ou ter evidenciado tal imagem ou tal tema, para ele fundamental, para que os outros se lancem na mesma via, sem refletir, sem a menor avaliação crítica, sentindo até um certo prazer em acrescentar – *ô folle du logis!* – algum detalhe picante ou pitoresco. Assim do apartamento que teria ocupado Ducasse no Faubourg Montmartre, e ao qual Marcelin Pleyne se refere: "On a vu avec quelle invraisemblable désinvolture les commentateurs qui suivront n'hésiteront pas à rajouter une table là, un lit défait ici, un soupir, une frénésie, un piano droit"¹ (p. 22). É assim que podem nascer os verdadeiros atentados. Um detalhe, isto não é nada, mas passa-se facilmente da desenvoltura ao crime de lesa-biografia, e, com o menor descuido, as falsas verdades acabam adquirindo força de lei. *Il en est du discours de la critique littéraire comme du discours politique.*

O mesmo poderia ser dito a respeito da pesquisa das fontes, e sabe-se a que ponto a pesquisa das fontes dos *Chants de Maldoror* tornou-se infinita pela ausência mesmo de informações, e infinitamente complexa pelo abuso das alusões, das paródias, dos verdadeiros e dos falsos plágios, enfim, de tudo o que deverá ser levado à conta da intertextualidade, constantemente manifestada em *Maldoror*. Alguns tentaram, muitas vezes com uma felicidade bem relativa, mas quase sempre com um ressaibo de inutilidade e de fracasso. Aliás, os mais conscientes dos críticos denunciam essas tentativas, onde nós percebemos outra maneira de escorchar, sem dúvida involuntariamente, a imagem do escritor Lautréamont. Maurice Blanchot fala do "mirage des sources", a "miragem das fontes", e cita a obra de Hans Rudolf Linder: "*Lautréamont, sein Werk und sein Weltbild*" (Université de Bâle, 1947),

¹ *Lautréamont; Ecrivains de toujours*. Seuil, 1967. p. 22.

que acentua a influência do Apocalipse na origem da ambigüidade de Maldoror, simultaneamente Satã e o Anjo do Abismo. Maldoror pode ser isto, mas ele pode ser, e de fato será também, sem dúvida, qualquer outra coisa. Uma pequena frase de Blanchot chama toda a nossa atenção: “*Souvent l’obscurité d’une oeuvre, diz ele, est protégée par l’ignorance de ses sources.*” (p. 62). Poderíamos, sob todos os aspectos, dar uma extensão maior a esta afirmação, e mostrar que a obscuridade dos *Chants* está protegida igualmente pela ignorância da biografia do seu autor. Isto, com certeza, não explicaria tudo, e não esclareceria tampouco certos versos de Rimbaud ou de Nerval que permanecem herméticos apesar das garantias biográficas. Nerval que declarava, referindo-se às *Chimères*: “*Mes sonnets perdraient de leur charme à être expliqués, si la chose était possible.*” Aliás, haveria uma certa facilidade em demonstrar que Ducasse é, ele próprio, um “*prince d’Aquitaine*” ou do Uruguai, que só encontra o seu elemento no Oceano que liga as duas regiões, não sendo nem a águia dos Pireneus, nem o condor dos Andes, mas aquele ser para sempre anfíbio. Quanto a Maurice Blanchot, ele nos fornece aqui uma chave que logo poderá ser utilizada porque ela nos permitirá ingressar num território onde a ignorância das variantes, assim como a das fontes e das influências, e por conseguinte a redução do leque de leitura, só levará a desvirtuar o ato tradutório. Ainda mais radical, Marcelin Pleyne registra que, mais do que a influência do “roman noir”, é a estrutura fundamental deste último, isto é, o dualismo bem/mal, que sustentará inteiramente os *Chants*. A tarefa do intérprete será mobilizada no sentido das “*citations implicites*” porque, diz ele, “*passant de cette citation implicite à ce qu’en fait Lautréamont, le lecteur doit lire, plus que de la littérature, un usage de la littérature dans l’acte qui la produit.*” (p. 84). Aqui está talvez o ponto mais importante: a consciência, a extrema lucidez, e, diríamos, uma lucidez à flor da pele, uma lucidez de esfolado vivo em relação ao seu labor de escritor, às suas angústias de escritor, a esta tortura infinita que é o ato de escrever.

Numa nota da página 438 da edição dos *Chants de Maldoror* que nos serve de referência, edição estabelecida, apresentada e anotada por Hubert Juin, encontra-se a seguinte afirmação:

... il y a une double utilisation par Ducasse de la littérature dite *populaire*: une inspiration directe et formelle, mais dont l’élucidation exigerait une connaissance exhaustive de cette littérature; et une systématisation tantôt ironique et tantôt poétique. Cette seconde utilisation rapproche la démarche de Ducasse des procédés de Roussel. (Gallimard, 1973)

Estamos longe das soluções simplistas, e a mera evocação do nome de Roussel prova que o ato de leitura deverá situar-se nos níveis mais diversos, e simultaneamente, o que implica uma visão abrangente permitindo a percepção dos contatos e das interferências entre os diferentes níveis. Se um ponto de referência pudesse ser encontrado que ilustrasse, mesmo aproximadamente, a dinâmica deste processo, mais uma vez deveria ser solicitado o exemplo do vôo em turbilhão dos estorninhos. Ou seja, Lautréamont definido e explicado por Lautréamont. Círculo vicioso, tautologia,

nesta caminhada labiríntica a crítica dificilmente encontrará um pouso seguro e definitivo. Mais uma razão para evitar toda e qualquer afirmação categórica que não seja indubitavelmente comprovada. Existe também o excesso, devido, na melhor das hipóteses, à empolgação do pesquisador que não consegue frear o seu entusiasmo. Além das fontes corroboradas, não há dúvida que Pierre Capretz em sua excelente tese *Quelques sources de Lautréamont*, defendida em 1950, dá asas à sua imaginação e descobre influências muitas vezes discutíveis, o que não impede o seu trabalho, de um modo geral, de ser uma referência obrigatória, principalmente no que diz respeito aos autores e às obras atestados, como por exemplo *Le Magasin pittoresque*. No mesmo plano, indiscutíveis são também os textos que alimentaram os plágios ou as “colagens” de Lautréamont, principalmente aqueles que Marguerite Bonnet cita em seu artigo “*Lautréamont et Michelet*” de *La Revue d’Histoire littéraire de la France*, de dezembro de 1964, e *L’Encyclopédie d’histoire naturelle* do Dr. Chenu, citado por Maurice Viroux em seu artigo “*Lautréamont et le Docteur Chenu*” do *Mercur de France*, de dezembro de 1952.

Às vezes, um detalhe, um só, nesta floresta de silêncio e de ausências, adquire uma importância insuspeitada; um ínfimo detalhe ao qual nos agarramos e que ameaçará o equilíbrio do edifício da crítica lautreamontiana, já tornado bastante precário pela polissemia dos *Chants*. É, por exemplo, extraída do texto mesmo de Ducasse por Gaston Bachelard em seu magistral *Lautréamont* (publicado por José Corti em 1939. Citamos a edição de 1986) a imagem da cabeleira que conduz ao seguinte comentário:

...si l’on voulait bien considérer que dans l’âge de l’adolescence la moindre vexation peut avoir sur le caractère les plus grands effets, on n’hésiterait pas à reconnaître l’existence d’un complexe du scalp, complexe qui est une forme métaphorique du complexe de castration (p. 67).

Não existia o costume no Liceu Imperial de Tarbes, nem no de Pau, de tosquiarem os alunos, e nunca foi provado que durante o período que se estende de junho de 1865 a julho de 1867, onde perdemos o rasto de Ducasse, ele tenha freqüentado outro colégio da região. A imagem do escalpo – que devemos vincular ao nosso tema do esfolamento – pertence essencialmente à biografia de Maldoror e vem única e inteiramente dos *Chants*: o “*qui donc t’a scalpé?*” (p. 171), anotado por Bachelard, mas também “*...la privation momentanée de la peau qui recouvre le dessus de la tête*” (p. 172), que ele silencia. Quanto à 8ª estrofe do Canto IV, impecavelmente inaugurada pelo famoso: “*Chaque nuit, plongeant l’envergure de mes ailes dans ma mémoire agonisante, j’évoquais le souvenir de Falmer...*” (p. 186), e que termina com a voz da consciência e do remorso, ela é uma evocação delirante do amigo desaparecido: “*voilà la chevelure de Falmer. Éloignez, éloignez donc cette tête chauve, polie comme la carapace de la tortue... Une chose sanglante. Mais c’est moi-même qui parle.*” (p. 187). Feliz aquele que pudesse dizer quem se esconde atrás deste “*moi-même*”: Ducasse, Lautréamont, Maldoror, ou uma outra consciência que não deve ser identificada? A dúvida parece todavia dissipada em parte no seguinte trecho:

É portanto a imagem da cabeleira (ou do seu arrancamento), imagem fornecida pela obra, que constitui, para Bachelard, o ponto de partida privilegiado. Mas pode ser também uma foto, uma simples foto encontrada no fundo de um baú de uma cidade da província, a partir da qual Jacques Lefrère publica em 1977 o seu livro: *Le visage de Lautréamont* (Pierre Horay Editeur). Em 1975, Jacques Lefrère, visitando Louise Dazet, filha de Georges Dazet (“*Le poulpe au regard de soie*”), descobre um velho álbum da família contendo fotos tiradas entre 1858 e 1875. A senhora Dazet identificou todos os personagens do álbum, menos dois:

Le premier était un barbu d'une quarantaine d'années: c'était le Chancelier, père du poète. Le second, placé à côté d'une photographie de Georges Dazet était”, diz Lefrère, “le grand jeune homme brun” que nous recherchions. La photographie est en bon état, à peine jaunie. Elle fut prise par M. Blanchard, photographe de la place Maubourguet. Le format est de dix centimètres de haut sur six de large. (p. 16).

Infelizmente, a única foto de Ducasse de que se tinha notícia pertencia a Alvaro Guillot-Muñoz e havia sido confiscada em 1927 pela polícia argentina. O Sr. Alvaro Guillot-Muñoz poderia ter confirmado a autenticidade da fotografia descoberta por Jacques Lefrère, se não tivesse falecido quatro anos antes, em 1971. O destino cego parecia encarniçar-se com tamanho rigor contra Lautréamont, que nada, nem mesmo uma foto absolutamente credível, sobrava dele. Até a lembrança de sua pessoa permanecia para sempre desfigurada e literalmente esfolada. Mas será que ele próprio, numa derradeira brincadeira com a posteridade, não teria planejado o sumiço de todo vestígio, de toda prova, da mesma forma que havia tão freqüentemente despistado o leitor nos *Chants* e nas *Poésies*, por jogo, por ironia, ou mais simplesmente por vergonha ou pudor?

Mas houve outra importante descoberta realizada por Lefrère em Bazet, berço da família Ducasse:

Marcel Guinle m'a confié deux livres trouvés sur une étagère de la maison Mère. L'un est annoté par Isidore, et l'authenticité de cet écrit est cette fois incontestable: l'Iliade d'Homère, dans une édition en espagnol; Obras de Homero: la Iliada. Traducida por D. José Gomez Hermosilla, Tomo segundo (livres 13 à 23); Paris, Libreria de Rosa y Bouret, 1862.

L'annotation manuscrite est celle-ci:

Propiedad del señor Isidoro Ducasse nacido en Montevideo (Uruguay) – Tengo tambien “Arte de hablar” del mismo autor. 14 avril 1863 (p. 90-1)

Não há dúvida quanto à letra de Isidore Ducasse. Estas linhas, escritas por Lautréamont, são as únicas que possuímos dele em língua espanhola. Mais adiante, Jacques Lefrère comenta: “*Les tournures hispanisantes ne sont pas rares dans les Chants de Maldoror*” (p. 92). O segundo livro, recebido por Lefrère, intitula-

se *Devoirs d'un chrétien envers Dieu*, de Mathieu Branciet, e não traz nenhuma anotação de Ducasse.

Não seria nem a hora nem o lugar para tentar esboçar uma polêmica que poderia ter se estabelecido há quinze anos atrás, se a nossa correspondência não tivesse permanecido sem resposta. Em 1983, a partir precisamente do livro de Jacques Lefrère, Leyla Perrone-Moisés e Emir Rodriguez Monegal, falecido em 1985, publicaram no número 55 da revista *Poétique* (editada por Le Seuil em setembro de 1983) um artigo de cujo título, *Isidore Ducasse et la rhétorique espagnole*, falou-se muito na época. Trabalho sério e bem documentado, a partir do tratado de Hermosilla, *Arte de hablar*, cujo neoclassicismo é habilmente analisado, assim como sua investida contra o barroco. Mas o que sobressai essencialmente neste mestre da retórica é o seu rigor crítico e a sua insuperável lucidez a lembrar a exigente disciplina do possível epígono, Lautréamont. Sintetizando, os dois estudiosos afirmam: “*Etant non seulement un catalogue de tropes mais un manuel de stylistique normative, le livre d'Hermosilla est susceptible d'être le principal inspirateur des procédés ducassiens, en même temps qu'un des textes de base pour ses parodies*” (p. 367). Apesar da prudente fórmula “*est susceptible d'être*”, as formas categóricas “*principal inspirateur*” e “*textes de base*” não deixam dúvida quanto à atribuição da influência.

Certamente, o aspecto oratório dos *Chants de Maldoror*, além de assemelhar-se mais com a estrutura sintática hispânica do que com a francesa, apresenta também características aparentemente familiarizadas com os preceitos de Hermosilla. Todavia, e é neste particular que pecam os dois críticos, ferindo de certa maneira o objeto de sua pesquisa, não se pode honestamente atribuir ao bilingüismo de Ducasse uma forma que ele não teve, simplesmente porque isto oferece um acesso mais imediato às conclusões já desejadas, nem tampouco deformar a realidade lingüística de uma região cujos “patois” estão sendo hoje nitidamente diferenciados pelos pesquisadores. Gostaríamos de ater-nos aos parágrafos intitulados “*Les racines espagnoles d'Isidoro*” e “*Les fautes de français*” do referido artigo. Nascido no Uruguai de pai francês funcionário do Consulado da França em Montevideu e, originalmente, professor primário nos Pireneus, é evidente que Isidore Ducasse era perfeitamente bilíngüe. Contudo, suas raízes lingüísticas nos parecem mais objetivamente francesas do que espanholas, porquanto ele passou a juventude num ambiente francófono, e aos treze anos, transplantado num país que ele descobria pela primeira vez, conseguiu prêmios em liceus de boa reputação. Ao nosso ver, esses fatos deveriam merecer, por parte da crítica, uma atenção maior. Pela simples razão de ter duas raízes, Isidore poderia pensar e agir como se não tivesse nenhuma, o que justificaria esse excepcional grito de liberdade, propriamente gidiano, que são os *Chants*. Quem não haveria de lembrar a poderosa apóstrofe endereçada por Gide a Maurice Barrès e aos seus *Déracinés*: “*Né à Paris d'un père uzétien et d'une mère normande, où voulez-vous, Monsieur Barrès, que je m'enracine?*”. Deste ponto de vista nota-se até um certo orgulho, um orgulho aristocrático (do

aristocrata Conde de Lautréamont), na reiterada afirmação de uma de suas origens: “*La fin du dix-neuvième siècle verra son poète... il est né sur les rives américaines, à l’embouchure de La Plata.*” (Chant I, strophe 14), “*les gémissements graves du Montévidéen*” (Chant I, strophe 7). Aliás, como justificar de outra forma a anotação do próprio punho na *Arte de hablar* encontrada por Jacques Lefrère: “*Propriedad del señor Isidoro Ducasse nacido en Montevideo (Uruguay)*”? Quem dos ouvintes aqui presentes já anotou algum livro seu, enfatizando o lugar do seu nascimento? Seria sem dúvida cômico se eu anotasse algum livro meu da seguinte forma: “*pertence ao Sr. Jacques Salah nascido em Bazet (Altos Pireneus), berço da família Ducasse*”.

A fim de não expor-nos ao mesmo vício que pretendemos apontar, voltemos de pronto ao texto citado:

La critique française a signalé avec insistance les fautes de grammaire, les idiotismes et même les contresens tropologiques d’Isidore Ducasse... en général, cette critique s’est abstenue d’examiner dans le détail le contexte linguistique dans lequel s’est formé Ducasse, en Uruguay comme en France. (p. 371-2),

afirmam Leyla Perrone-Moisés e Emir Rodriguez Monegal. Quais são os detalhes desse contexto lingüístico? Dizem os autores:

certaines observations, peut-être évidentes, nous semblent nécessaires. Premièrement, Isidore Ducasse descend, du côté de son père comme de sa mère, de Basques français. Isidore hérite donc une pratique du français contaminée subtilement par une langue et une culture qui ne sont pas d’origine latine. Le basque est une langue complètement différente et du français et de l’espagnol; elle est beaucoup plus archaïque que celles qui ont fini par dominer le Pays basque, des deux côtés des Pyrénées. Mais de plus, les Basques français ont un tronc commun avec les Espagnols. Ainsi, depuis les origines lointaines de la famille Ducasse, il y avait la présence de l’espagnol. Par conséquent, non seulement un double mais un triple code linguistique marque l’enfance d’Isidore Ducasse.

Le français parlé dans le foyer montévidéen de François Ducasse et Jacqueline Davezac avait, sans doute, des incrustations anciennes de basque et des contaminations modernes d’espagnol.

E mais adiante:

D’après ce que nous connaissons de sa biographie, ce n’est qu’en 1859, lorsqu’il a treize ans, qu’Isidore est transféré dans une ambiance monolingüistique. Et cette ambiance elle-même n’est pas exclusivement française, puisque Tarbes et Pau se trouvent dans les provinces basques, et que leurs deux lycées recevaient aussi des étudiants d’autres nationalités. (p. 372).

Deixando de lado certas delicadas expressões como “*contaminée subtilement*” e “*incrustations anciennes*”, muito ao gosto de outro poeta tarbês, Théophile Gautier, o autor de *Emaux et Camées*, o que se pode afirmar é que a tese acima referida parte de uma premissa totalmente equivocada. De fato, Tarbes, capital da Bigorre, nunca foi uma cidade basca, e ali jamais se falou a língua basca; quanto à

família Ducasse, ela não tem origens bascas (o *casse*, em gascão, significa *chêne*, ou seja, o carvalho. Ducasse equivale assim à forma francesa Duchêne). Existe todavia o triplo código lingüístico, mas não da maneira como foi sugerido no artigo citado; de fato, falava-se na região de Tarbes o “patois bigourdan”, e na região de Pau o “patois béarnais”, ambos de origem latina – o que não é evidentemente o caso do basco –, mas com formas diversas. François Ducasse e Jacqueline Davezac, ambos de origem camponesa, se expressavam obrigatoriamente – estamos na primeira metade do século XIX – em “patois bigourdan”. Fixando no grau zero a latinidade lingüística dos Ducasse, e fazendo totalmente abstração do “patois bigourdan”, ou desconhecendo sua existência, Leyla Perrone-Moisés e Emir Rodriguez Monegal encontram-se na obrigação de considerar única e exclusivamente a influência hispânica. É também uma maneira de valorizar ainda mais a descoberta do manual de retórica de Hermsilla e de atribuir-lhe uma influência talvez exagerada.

No parágrafo intitulado “*Les fautes de français*”, os dois autores citam, entre os críticos franceses, Michel Charles “*qui relève les fautes et infractions au bon usage, supposant (avec raison, en un certain sens) que Ducasse était latiniste. Or (acrescentam eles), la première observation qui nous vient à l’esprit est tout simplement que plusieurs fautes de Ducasse sont des espagnolismes.*” Talvez seja, de fato, muito simples. Os erros apontados por Michel Charles, como também por Robert Faurisson, ou ainda por François Caradec, são típicos regionalismos ou provincianismos. Citaremos alguns exemplos levantados pelos dois críticos:

Ainsi, par exemple, quand Lautréamont écrit: ‘mets-te-le dans la tête’ (C. II, 13), il est en train de penser correctement en espagnol: métetelo en la cabeza. Dans ce cas, l’ordre pronominal correct en espagnol devient inadmissible en français. De même, dans la première version du Chant premier, il écrivait: “Rappelle-toi-le bien” (C. I, 22), symétrique à l’espagnol: Recuérdatelo bien” (p. 373).

Referindo-se a Robert Faurisson (Autor de *A-t-on lu Lautréamont?*, Gallimard, 1972), eles afirmam: “*N’est-ce pas étrange que, dans les “Précisions sur la vie et l’oeuvre d’Isidore Ducasse”, il ne fasse aucune référence au fait que ledit Ducasse soit né en Uruguay?*” (p. 374) e, concluindo: “*Les fautes sont le produit de son bilinguisme, mais elles sont surtout l’expression du double statut culturel, allégorisé par le double prénom: Isidore / Isidoro.*” (p. 375). Realizamos um levantamento, nos *Cantos de Maldoror*, de algumas incorreções gramaticais típicas da região sudoeste da França: “*Auriez-vous la bonté de me dire quelle heure est-il?*” (C. II, 5), “*Elle se demanda comment se fait-il que les mathématiques contiennent tant d’imposante grandeur...*” (C. II, 10), “*..., car des fois, l’homme aperçoit le poison s’introduire dans les veines de sa jambe*” (C. II, 15), “*suivant pas à pas une hypothèse antérieure, j’aurais de suite assigné sa véritable nature... à celui dont j’admira la noblesse dans sa pose malade.*” (C. V, 2). Coincidência ou não, nenhum dos exemplos que acabamos de citar pode ser explicado pela influência da língua espanhola. Trata-se tão-somente de regionalismos trazendo talvez a marca do “patois” local. Permanece ainda uma dúvida: como e por que

Leyla Perrone-Moisés e Emir Rodriguez Monegal, que conheciam o *Isidore Ducasse, comte de Lautréamont* (Gallimard, 1975) de François Caradec, citado na nota 20 da página 372 do referido artigo, chegaram a confundir o País Basco com a Bigorre? O próprio Caradec não deixa margem a nenhuma dúvida quando afirma: “De 1838 à 1842,... 11.000 Français ont débarqué à Montevideo... Les Français (surtout les Basques) sont artisans, commerçants ou petits propriétaires.” (p. 14), ou ainda: “La légion basque, qui a déjà tenu à ne pas être mêlée à la légion française...” (p. 36). Quanto ao livro de Jacques Lefrère, ponto de partida dos dois pesquisadores, encontramos nele as seguintes informações: “De 1838 à 1842, dix mille Français, la plupart basques ou bigourdans, vont s’installer à Montevideo” (p. 25), e especialmente: “Beaucoup de paysans bazétois sont persuadés qu’Isidore Ducasse était un poète de la région, un félibre...” (p. 18). O *félibre* era um autor que escrevia na língua d’oc, e o *félibrige* a escola literária provençal fundada em 1854 por sete jovens félibres. Assim se expressa o dicionário Aurélio...

Deixemos agora o problema das supostas raízes lingüísticas de Isidore Ducasse, raízes que poderiam ter influenciado ou não as formas sintáticas e as características estilísticas do nosso poeta. Se o vôo dos grou e dos estorninhos representa, como acreditam alguns, o próprio movimento, em momentos diversos e imprevisíveis, do pensamento lautreamontiano ou até mesmo a manifestação do destino a girar sem rumo definível, lembrando o redemoinho rosiano, o fato é que o vôo desses pássaros encontra-se rigorosamente descrito da mesma maneira na *Zoologie classique* do Dr. Pouchet, informante de Michelet, e na *Encyclopédie d’histoire naturelle*, do Dr. Chenu. Evidentemente, a tarefa do intérprete não deve cessar neste ponto; ainda resta-nos saber por que Lautréamont os colocou no I e no V Canto, isto é, no início e no fim dos *Cantos de Maldoror*, se considerarmos que o VI Canto representa, de acordo com o sentimento geral da crítica, uma peça separada. De que maneira a diferença entre o vôo dos grou e o vôo dos estorninhos cria uma modificação no andamento dos *Chants*? Qual o impacto estético desta “colagem” *avant la lettre*? Estas e outras perguntas deverão ser respondidas pelos críticos e observadas com atenção pelos tradutores.

De fato, como já foi adiantado no início desta conferência, o trabalho do tradutor não é menos árduo ou desconfortável do que o do biógrafo ou do crítico. Afirmamos que a tradição da compilação, às vezes observada tanto na atividade do biógrafo quanto na do analista, encontra um paralelo na tradição do erro de tradução. Além do inadmissível desconhecimento da língua de partida, há descuidos e enganos, verdadeiros contra-sensos geralmente causados pela ignorância da biografia do autor ou da bibliografia crítica relativa à obra a ser traduzida. No caso de Lautréamont e dos *Cantos de Maldoror* já apontamos, e tornamos a repetir, sem nenhuma intenção polêmica, erros e deslizos da crítica, que confirmaram para nós a imagem que sempre tivemos de Lautréamont, ou seja, a de um mártir injustamente sacrificado, sacrificado por ele mesmo, pelos críticos e pelos tradutores.

O ponto de partida da nossa reflexão é a 9ª estrofe do Primeiro Canto, e mais precisamente o seguinte trecho:

Vieil océan, aux vagues de cristal, tu ressembles proportionnellement à ces marques azurées que l’on voit sur le dos meurtri des mousses; tu es un immense bleu, appliqué sur le corps de la terre: j’aime cette comparaison. Ainsi, à ton premier aspect, un souffle prolongé de tristesse, qu’on croirait être le murmure de ta brise suave, passe, en laissant des ineffaçables traces, sur l’âme profondément ébranlée, et tu rappelles au souvenir de tes amants, sans qu’on s’en rende toujours compte, les rudes commencements de l’homme, où il fait connaissance avec la douleur, qui ne le quitte plus. Je te salue, vieil océan!

Citamos o parágrafo inteiro por puro prazer; de fato, é unicamente a primeira frase que por ora nos interessa:

Vieil océan, aux vagues de cristal, tu ressembles proportionnellement à ces marques azurées que l’on voit sur le dos meurtri des mousses; tu es un immense bleu, appliqué sur le corps de la terre: j’aime cette comparaison.

As diversas traduções brasileiras e portuguesas que tivemos ao nosso alcance parecem perpetuar um erro que, na melhor das hipóteses, revela uma análise superficial dos textos e um desconhecimento das variantes e das fontes, ou até mesmo um conhecimento pouco profundo da língua francesa:

1) Tradução de Pedro Tamen (Moraes Editores, Lisboa, 1969)

Ó velho oceano de vagas de cristal, assemelhas-te relativamente àquelas marcas azuladas que vemos no dorso pisado dos MUSGOS; és um imenso AZUL aposto ao corpo da terra: gosto desta comparação.

2) Tradução de Miécio Tati (Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1956)

Velho oceano das vagas de cristal, tu te assemelhas proporcionalmente às azuladas manchas espargidas sobre o dorso pisado dos MUSGOS; tu és um AZUL imenso, que sobre o corpo da terra te aplicaste: gosto desta comparação.

3) Tradução de Claudio Willer (Vertente Editora, São Paulo, 1970)

Velho oceano de ondas cristalinas, assemelhas-te proporcionalmente às marcas azuladas que se vêem sobre o dorso marcado do LIMO, és um imenso AZUL sobre o corpo da terra: amo essa comparação.

4) Tradução de Claudio Willer (Editora Iluminuras, São Paulo, 1997)

Velho oceano de ondas de cristal, tu te assemelhas proporcionalmente a essas marcas azuladas que se vêem sobre o dorso machucado dos MUSGOS; és um imenso AZUL aplicado sobre o corpo da terra: amo essa comparação.

Apesar da reiteração do erro facilmente identificado, “le bleu des mousses”, “o azul dos musgos”, do qual Claudio Willer tentara afastar-se na sua primeira versão, quase trinta anos depois, ao traduzir “mousse” não mais por “limo” mas por “musgo”, o tradutor incorre no mesmo desacerto dos seus colegas.

Entre as diversas versões apresentadas, algumas variações devem ser examinadas. Observa-se, por exemplo, o esforço de Miécio Tati no sentido de encontrar uma expressão mais tradicionalmente poética, mas que foge mais do que as

outras do texto original. As manchas azuladas não se vêem, mas são espargidas, o que significa que o azul é considerado como uma cor (uma tinta) espalhada ou derramada; foge também a própria justificação da comparação. A segunda versão de Claudio Willer, de 1997, sugere uma violência que não era perceptível anteriormente: temos agora as “marcas”, o “dorso machucado” e “aplicado”.

Em francês, o substantivo “mousse” pode significar “musgo”, “espuma” ou “grumete”. No plural, “mousses” designa muito raramente a espuma. Resta-nos “musgos” e “grumetes”; a escolha da solução correta depende evidentemente do sentido que se atribui ao substantivo “bleu” que sugere aqui um “hematoma” ou uma “equimose” (“pequena mancha de matiz azul ou púrpura”, diz o dicionário Aurélio, novamente citado aqui). Trata-se portanto do “dorso machucado dos grumetes” e de “um imenso hematoma aplicado sobre o corpo da terra”. Mensagem deturpada, traída, Lautréamont “esfolado vivo” ou “escorchado vivo” pelos seus tradutores. “Ecorcher la langue” (“escorchar o idioma”) é sinônimo de “écorcher le message”, isto é, o mesmo que aleijar o poema.

É tão grave que o trecho citado encerra, coincidentemente ou não, a maioria dos grandes temas lautreamontianos: atração pela lógica matemática (“proportionnellement”), evidenciada nas primeiras linhas do poema: “...à moins qu’il n’apporte (le lecteur) dans sa lecture une logique rigoureuse et une tension d’esprit égale au moins à sa défiance, les émanations mortelles de ce livre imbiberont son âme comme l’eau le sucre”, e confirmada na 7ª estrofe do Canto VI: “... plus d’un, même avec un esprit mathématique, aurait trouvé (o espetáculo) émouvant.”. Elogio, portanto, da matemática que mata o sentimento e a emoção considerados por Ducasse como outra forma do dilaceramento. Outro tema, a atração pelos adolescentes, aqui representados pelos grumetes, e cujo tratamento não difere sensivelmente em diversos trechos dos *Chants*. Na 5ª estrofe do Canto III, por exemplo, a famosa cena do cabelo no lupanar, diz-se que “des lambeaux de chair (du jeune homme) tombèrent au pied du lit... il était littéralement écorché des pieds jusqu’à la tête; il traînait, à travers les dalles de la chambre, sa peau retournée”, e mais adiante, “ce corps dépourvu d’épiderme”. Seria certamente dispensável citar o tão conhecido:

on doit laisser pousser ses ongles pendant quinze jours. Oh! Comme il est doux d’arracher brutalement de son lit un enfant (...), d’enfoncer les ongles longs dans sa poitrine molle, de façon qu’il ne meure pas; car, s’il mourait, on n’aurait pas plus tard l’aspect de ses misères.

abertura da 6ª estrofe do Canto I, se não fosse a necessidade de evidenciar o papel imprescindível desempenhado pelas variantes no trabalho preliminar do tradutor. Por sorte, este Canto I foi escrito, numa primeira versão anônima, em 1868, e publicado, também anonimamente, em Bordeaux, em janeiro de 1869. A totalidade dos seis *Chants* será concluída com o pseudônimo de *Comte de Lautréamont* no verão de 1869. Há modificações consideráveis entre a primeira e a segunda versão, modificações essas que são minuciosamente analisadas e interpretadas por Jean Peytard em

seu *Lautréamont et la Cohérence de l’Ecriture, Etudes structurales des variantes du Chant Premier des CHANTS DE MALDOROR* (Librairie Marcel Dider, Paris, 1977). Assim, o já citado “Oh! comme il est doux d’arracher brutalement de son lit un enfant...”, da segunda versão, apresentava-se da seguinte maneira: “Ah! qu’il est doux de se coucher avec un enfant...”. Vê-se que o sentido foi sensivelmente modificado, o erotismo da primeira versão desaparecendo, substituído pela brutalidade e pelo cinismo. Jean Peytard comenta a famosa “rature Dazet” (“rasura Dazet”), afirmando ser o nome Dazet expulso e dissimulado sob uma “paraphrase métamorphosante”, ou seja, o pseudônimo “poulpe au regard de soie”, “rhinolophe”, ou ainda “pou vénérable” e “acarus sarcopte”. Uma dúvida permanece quanto ao caminho trilhado pelas diversas abordagens críticas. Será que elas teriam seguido com tanta segurança o mesmo rumo se não existisse a primeira versão de 1868? Será que não se pode imaginar para todo e qualquer texto literário uma versão anterior que viesse inflectir a pesquisa? O que seria dos *Chants de Maldoror* do poeta anônimo sem a presença de Dazet? O que seria dos *Chants de Maldoror* do Conde de Lautréamont com a presença explícita de Dazet? A presença de um impõe a ausência do outro, o que, emblematicamente, representa a existência do bem ou do mal nos *Chants* e na vida. Essa é a escolha crucial para Isidore Ducasse.

No texto escolhido, há uma só variante: em 1868, Ducasse escreve: “Tu es un immense bleu FAIT sur le corps de la terre”; em 1869, Lautréamont escreve: “Tu es un immense bleu APPLIQUÉ sur le corps de la terre”. De uma expressão a outra nem existe mais a desculpa do acidente; “appliqué” sugere um ato deliberadamente ofensivo (como no exemplo bem conhecido, “appliquer une gifle”) e deve ser comentado na outra linha de reflexão da frase proposta, ou seja, o aspecto sadomasoquista. O gesto sádico endereçado a um adolescente tem, pela dupla presença da cor azul (*bleu e azurées*) e pelo comentário a respeito da comparação, uma função estética e retórica.

Chegamos aqui a outro dos grandes temas lautreamontianos, também presente na frase referida da 9ª estrofe do Canto I: trata-se das reflexões do autor a respeito das comparações e das metáforas. “J’aime cette comparaison”, afirma ele. De um lado, as marcas azuladas sobre o dorso machucado dos grumetes, e, de outro, o imenso hematoma aplicado sobre o corpo da terra. Uma construção normal ainda que original na escolha e na inversão dos traços. Porém, o que se verifica a cada passo, na leitura dos *Chants*, é uma incessante e como incansável reflexão em torno das figuras, das comparações e das metáforas, como se fossem – e acabam sendo efetivamente – as únicas que pudessem dar conta de uma mensagem tão complexa. O objetivo, confessado ou não, é a expressão do desdobramento, do dilaceramento, daquilo que nós chamamos nesta conferência, com uma desconfortável insistência, de esfolamento. O resultado final, a meta a ser atingida é uma só: a metamorfose; a metamorfose que consegue um alcance infinitamente maior do que qualquer demonstração, a metamorfose que permite sair da simples e detestável humanidade e, concomitantemente, de matar a divindade:

Je rêvais que j'étais entré dans le corps d'un pourceau, qu'il ne m'était pas facile d'en sortir, et que je vauerais mes poils dans les marécages les plus fangeux. Etais-ce comme une récompense? Objet de mes vœux, je n'appartenais plus à l'humanité! Pour moi, j'entendis l'interprétation ainsi, et j'en éprouvai une joie plus profonde (C. IV, est.6, p. 176).

O impacto do retorno à vida e à forma primitivas, ou melhor, ao estado de vigília que nada mais é que a destruição da metamorfose – já que a metamorfose cessa com o acordar –, provoca uma dor moral insuportável. Paralelamente, a mesma afirmação poderia ser feita a respeito de um possível retorno à linguagem literária comum e tradicional, considerando-se o fato de que nos *Chants de Maldoror* não existe uma distinção evidente entre as notações éticas e os preceitos estéticos. Assim sendo, as metáforas ducassianas são verdadeiras metamorfoses, ou, melhor dizendo, há um paralelismo entre o *dizer* e o *ser* que não foi até hoje estudado com a indispensável profundidade.

Da expressão mais simples da comparação até o seu grau mais elaborado, quando efetivamente o termo conectivo desaparece, e quando o leitor deixa de perceber a linha de demarcação com a metáfora, todos os jogos são possíveis e todas as máscaras são retiradas. Não há uma gradação entre as comparações em que os dois termos são assimilados com naturalidade, como no exemplo citado (o azul no corpo da terra e o hematoma no dorso do grumete), e as comparações (ainda explicitadas sintaticamente) em que o segundo termo aparece de maneira totalmente imprevista e estarrecedora. E, com efeito, o propósito de Ducasse é arrancar o leitor da experiência literária habitual para introduzi-lo num mundo sobrenatural. Essas aproximações inesperadas levam à gratuidade da comparação e, portanto, ao escândalo. Ao desaparecer o elo lógico, acontece um choque que não pode deixar de atingir, em seu ato de criação, o próprio autor. Mas a lógica sintática, ela, permanece de forma recorrente, sendo por esta razão progressivamente desvalorizada na medida em que ela se torna um clichê. É a tão conhecida série dos “*beau comme...*”. Lembraremos o mais famoso: “*Beau comme la rencontre fortuite sur une table de dissection d'une machine à coudre et d'un parapluie.*” (Chant VI, strophe I) que se insere num conjunto assim articulado: “*beau, comme... ou encore, comme... ou plutôt, comme... et surtout, comme...*”, idêntico ao do Chant V, strophe 2: “*Beau comme les deux longs filaments...ou plutôt, comme une inhumation précipitée; ou encore, comme la loi de la reconstitution des organes mutilés; et surtout, comme un liquide éminemment putrescible.*”. No meio das fulgurantes evocações que caracterizam os *Chants* no seu conjunto, os exemplos citados representam uma pausa imposta pela estrutura sintática rígida, espécie de aval ou de garantia oferecida (talvez ironicamente) ao leitor e ao bom senso. “*Hélas!*, diz Lautréamont, *je voudrais dérouler mes raisonnements et mes comparaisons lentement et avec beaucoup de magnificence (mais qui dispose de son temps?)*” (Chant IV, strophe 7). Ele, seguramente, não dispõe desse tempo. O seu tempo é o tempo do delírio frenético, exaltado e convulsivamente cruel. O tempo de um ser consumido pela própria linguagem e por uma louca e devastadora paixão pela literatura.

Conclusão

Os problemas que tivemos a oportunidade de levantar e de tentar resolver nesta breve conferência, tanto no que diz respeito a certos deslizos dos estudos críticos e biográficos quanto aos erros cometidos pelos tradutores portugueses e brasileiros dos *Chants de Maldoror* do Conde de Lautréamont, não haverão de ser, feliz ou infelizmente, os únicos. Felizmente, porque isto significa que os estudos literários e a análise crítica são atividades que não parecem ter limites; infelizmente, porque vê-se que os textos mais expressivos, os clássicos da nossa literatura francesa, a exemplo da obra-prima de Ducasse, estão postos ao alcance dos leitores brasileiros de uma forma por vezes incompreensivelmente truncada. O papel da Universidade, neste particular, é justamente de velar pela correta transmissão de tão precioso patrimônio, e temos a absoluta convicção de que os Cursos de Tradução de Textos Literários, entre outros, deverão contribuir de maneira decisiva para atingir este objetivo.

O exemplo por nós escolhido evidencia, pela sua aparente singeleza, o grau de complexidade do ato tradutório. Uma simples expressão, uma metáfora supostamente anódina, pode conter, sem que isto seja percebido num primeiro e rápido contato, a mensagem essencial do autor. O polissêmico “*bleu des mousses*” aponta para um caminho que não deve ser trilhado e, simultaneamente, para a mais rígida e exigente das disciplinas.

Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas revisitados

Rosa Virgínia Mattos e Silva

Universidade Federal da Bahia/CNPq

Este texto discute alguns problemas que caracterizam a história do português brasileiro. Parte da realidade sociolinguística da atualidade, com o objetivo de compreendê-la, identificando fatores sócio-históricos do passado que podem clarear a interpretação do presente.

This text discusses some problems that characterize Brazilian Portuguese history. It investigates the current sociolinguistic reality, aiming at an understanding of it, based on past socio-historical factors that may clarify the interpretation of the present.

Dedicatória

para meus Colegas do Setor de Língua Portuguesa
do Instituto de Letras da UFBA, desde 1973;
para meus Alunos de agora e de outros tempos;
principalmente para Pedro, companheiro,
com quem partilho questões e questionamentos
sobre a língua portuguesa
e sobre o português brasileiro, há, pelo menos, 36 anos;

e

in memoriam: a **Serafim da Silva Neto**, que,
na década de cinquenta, abriu novos caminhos
para a compreensão histórica da "língua portuguesa no Brasil";
a **Celso Ferreira da Cunha**, que planejava, quando se aposentasse,
escrever a história do "português do Brasil";
a **Fernando Tarallo**, que, na década de oitenta,
reabriu caminhos renovados para a interpretação da sintaxe
do "português brasileiro".

Epígrafes

.....
Língua certa do povo
Porque êle é que fala gostoso o português do Brasil
Ao passo que nós
O que fazemos
É macaquear
A sintaxe lusíada

(Manuel Bandeira, *Libertinagem* / Evocação do Recife)

.....
Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
.....
Já esqueci a língua em que comia,
em que pedia para ir lá fora,
em que levava e dava pontapé,
a língua, breve língua entrecortada
do namoro com a prima.

.....
O português são dois; o outro, mistério.
(Carlos Drummond de Andrade, *Boitempo* / Aula de português)

.....
Gosto de sentir a minha língua roçar
a língua de Luís de Camões

.....
Flor do Lácio Sambódramo
Lusamérica latim em pó
(Caetano Veloso, *Velô* / Língua)

Breve prólogo ou justificativa para a escolha do tema

Ao ter de escolher o tema desta *Conferência* para o Concurso de Professor Titular, matéria Língua Portuguesa, oscilei entre extremos: ou trataria do primeiro período documentado da língua portuguesa – o período arcaico, situável entre os inícios do século XIII e os meados do século XVI, ou trataria do português brasileiro. Ambos os temas com uma abordagem no campo teórico da Linguística Histórica e como objeto de observação a língua portuguesa, em consonância com a minha orientação de pesquisa, desde os meus inícios. A primeira possibilidade recobriria a minha paixão mais antiga de pesquisa, à qual continuo fiel, mas seria menos compartilhada, uma vez que, hoje, já não são muitos os que se motivam para esse remoto passado da língua portuguesa. A segunda possibilidade, a escolhida, venceu: não só por poder ser mais compartilhada – e essa questão do compartilhamento implica numa escolha mais desafiadora porque, não só especialistas estudiosos da língua portuguesa, mas muitos brasileiros interessados pela língua que usam, têm pontos de vista próprios, por vezes arraigados, sobre a questão. Embora não seja eu uma personalidade chegada a desafios, esse me parece prazeroso e estimulante. Venceu também porque, desde os inícios dos anos noventa, quando estruturamos, no Departamento de Letras Vernáculas deste Instituto de Letras, o grupo de pesquisa *Programa para a história da língua portuguesa* (PROHPOR), que tem como arco de tempo, nos seus objetivos, a Língua Portuguesa de suas origens ao século XVI, daí infletindo para a história do português brasileiro, um dos campos de pesquisa estabelecidos foi o do estudo de fontes para a história do português brasileiro, com vista a uma reconstrução do nosso passado lingüístico. Somou-se a isso o interesse crescente pela história do português brasileiro, com o retorno dos estudos histórico-diacrônicos no Brasil, a partir dos anos oitenta, que, entre outros resultados, há hoje um *Projeto Nacional*, impulsionado e coordenado por Ataliba de Castilho, intitulado *Para a história do português brasileiro*. Nesse *Projeto*, iniciado em 1997, dentre várias equipes regionais formadas, ou em formação, está a equipe baiana do referido PROHPOR.

Pelas motivações expostas, venceu, na minha razão e no meu coração, o tema – *Uma compreensão histórica do português brasileiro: velhos problemas revisitados*, sobre o qual desenvolverei alguns pontos de vista que, de maneira dispersa, já tenho divulgado em publicações e nas salas de aula.

1 De onde parte o meu olhar no tratamento do tema escolhido

Sem dúvida, o objeto central da Lingüística Histórica no seu sentido estrito, mais antigo e que perdura, é o estudo das mudanças por que passam as línguas ao longo do tempo. Em sentido lato, se pode considerar que são estudos históricos todos aqueles que tratam do funcionamento das línguas a partir de dados datados e localizados, como, desde 1968, demonstraram Uriel Weinreich, William Labov e Mervin Herzog, na obra já clássica da Lingüística Contemporânea *Empirical foundations for a theory of language change* e, antes, Eugenio Coseriu, quando, no seu também clássico *Sincronia, diacronia e história* (1979), define como *históricos* os estudos lingüísticos que tratam do funcionamento sincrônico e do constituir-se diacrônico das línguas.

Quando se faz Lingüística Histórica, no seu sentido estrito, inevitavelmente, está-se sempre a comparar, explícita ou implicitamente, ou estágios sucessivos de línguas históricas geneticamente relacionadas ou não; ou estágios sucessivos de uma mesma língua histórica; ou variantes dialetais – geográficas, sociais de registro – de uma língua; ou, ainda, como na teoria da variação e mudança laboviana, comparam-se gerações conviventes de usuários de uma língua, utilizando-se o recurso do *tempo aparente*, em contraposição ao *tempo real*, da tradição da Lingüística Histórica, desde que se estabeleceu ela no cenário dos estudos sobre a linguagem e as línguas humanas no século passado.

Neste texto trabalharei com a Lingüística Histórica no seu sentido estrito, ou seja, o da mudança de uma língua no *tempo real de longa duração* e, por ele, perpassará a inevitável comparação do português brasileiro com o português europeu. Aliás, como bem destacou Celso Cunha no seu artigo de 1987 – *Em torno do conceito de brasileirismo*:

Os estudos sobre o português no Brasil revelam por parte de seus autores uma permanente, senão exclusiva, preocupação com os fatos peculiares a nossa forma expressional, inferidos de um contraste com os vigentes no português europeu (p. 3)

A nossa história brasileira é muito recente e a consciência da *transplantação* do português europeu para o que veio a ser Brasil está presente por muitos lados, o que justifica essa constante referida por Celso Cunha nos estudos sobre o português brasileiro numa perspectiva histórica.

Neste texto, contudo, o que estará no meu horizonte comparativo não será apenas o português europeu, mas também as variantes do português brasileiro con-

viventes em nosso território nacional, variantes sobretudo sociais, como mais adiante se justificará.

Serão questões centrais, no tema escolhido, o que fez o português brasileiro diferente do europeu, em todos os níveis lingüísticos, para usar a taxionomia estruturalista: na fonética/fonologia, na morfologia, na sintaxe, no léxico e o que, no interior do português brasileiro, fez suas variantes se distinguirem também nesses níveis lingüísticos, sutil diversidade, que não impede a intercomunicação em português brasileiro em todo o território nacional, exceto, certamente, entre os povos indígenas – provavelmente poucos – que ainda permanecem lingüisticamente isolados, monolíngües em suas línguas de origem, pelo menos nos recônditos da Amazônia.

Essas questões implicam, sem dúvida, o problema epistemológico, sempre discutido no âmbito da Lingüística Histórica, de se é possível falar em *causas* do tipo *post hoc propter hoc* para disciplinas que tratam com objetos históricos. Não me deterei nesse problema, este não é um texto teórico sobre Lingüística Histórica, mas julguei necessário tecer breves considerações sobre ele, para, em seguida, situar o meu modo de tratamento do tema selecionado.

No século XIX, quando dominaram as disciplinas históricas, a busca de *causas* para a mudança lingüística se tornou uma questão central entre os lingüistas historicistas da segunda metade daquele século. Consoante o quadro científico de seu tempo, buscaram, numa concepção mecanicista-newtoniana, as leis que regiam as mudanças lingüísticas e se centravam nas *mudanças fônicas* ou *sonoras*. A busca da explicação das *leis fonéticas* ocupou muitos lingüistas daquela época, como historiam todos os manuais sobre Lingüística Histórica.

Depois do recesso da Lingüística Histórica, com o advento dos modelos da chamada Lingüística Moderna, na esteira de Ferdinand de Saussure e de Leonard Bloomfield, centrados nas abstrações sistêmicas, fundadas em dados sincrônicos, a questão das explicações para as mudanças lingüísticas no tempo só voltaram à cena com o retorno do interesse pelos estudos histórico-diacrônicos, sobretudo a partir do livro de Roger Lass de 1980 – *On explaining language change*, em que o autor é radical e pessimista quanto à possibilidade teórico-epistemológica de explicar, num quadro do tipo nomotético-dedutivo, as mudanças lingüísticas e defende que a Lingüística Histórica e, conseqüentemente, as mudanças lingüísticas se inserem no quadro próprio às disciplinas históricas, que trabalham com uma *ars interpretandi*, uma arte de interpretação, distinta das explicações preditivas próprias às ciências não-humanas ou naturais.

Tal posição continua Roger Lass a defender, depois de mais de quinze anos de debate crítico à sua posição de 1980, como refere no seu recente e erudito livro de 1997 – *Historical linguistics and language change*, em que, no último capítulo (p. 325-90), reafirma que o *explanatory commitment* das ciências históricas é de natureza especial e diferente daquele das ciências naturais e destaca o psicanalista P. du Preez, que considera a sua especialidade como um caso do paradigma hermenêutico, tal como a História, e cita P. du Preez:

A explanação de qualquer evento real é uma longa narrativa sobre circunstâncias... não combina com o formato hipotético-dedutivo. Nesse sentido, é como a História, que também tem suas generalizações, é explanatória, e tenta descobrir a origem dos acontecimentos em circunstâncias, mas não pode ser preditiva (1997: 333, minha a tradução).

Para Roger Lass, na interpretação da história das línguas, ou seja, da mudança lingüística, como em qualquer disciplina histórica, por tratar de realidades humanas, embora as mudanças não se dêem de forma aleatória e generalizações possam ser feitas, sua direção é indeterminada, condicionada por fatores de múltipla natureza, tanto intralingüísticos como externos à língua.

Essa posição, contudo, não é consensual hoje. Basta que se leiam dois trabalhos também recentes, de David Lightfoot, um de 1993 publicado, em tradução, na Revista D.E.L.T.A. – *Uma ciência da História?*, tema que retoma ao finalizar seu livro deste ano – *The development of language. Acquisition, change and evolution*, em que admite a possibilidade de se fazerem predições, pelo menos algumas, na mudança das línguas. Claro que está ele em acordo com o modelo teórico que adota.

David Lightfoot, sem dúvida, é dos gerativistas que mais se têm dedicado a questões diacrônicas no âmbito da Lingüística de tradição chomskiana e, no quadro da teoria da ciência atual, não newtoniana-mecanicista, como no século XIX, admite que *áreas limitadas* (1992: 289) ou em *certos domínios* (1999: 264) é possível *fazerem-se predições* no que se refere às mudanças; são aquelas que designa de *mudanças necessárias*, que ocorrem em bloco ou em cadeia, destacando, contudo, que a “história da língua é certamente contingente e sujeita a acidentes de influência ambiental e a idiossincrasias” (1992: 228), sendo essas as mudanças devidas ao *acaso*, mudando assim as línguas para ele pela interação de fatores ocasionais e de fatores necessários (1992: 291). Fundamenta-se Lightfoot na aquisição da sintaxe pelas crianças, momento que considera crucial, na seleção de possibilidades diferentes na fixação de características lingüísticas – os parâmetros da teoria chomskiana atual – inter-relacionando, portanto, os ganhos já alcançados por teorias que tratam das construções sincrônicas de gramáticas no processo aquisicional com mudanças das línguas no tempo e define seu ponto de vista com clareza, por exemplo, na seguinte passagem:

Os historiadores da língua são como os historiadores em geral e os [biólogos] evolucionistas, no que se refere ao fato de tratarem com histórias contingentes e tentarem oferecer explicações. Não é uma má companhia estarmos com eles; mas quero sugerir, sem modéstia, que os historiadores das línguas são líderes e podem prover um modelo: nesse ponto, os historiadores da língua podem oferecer explicações mais cerradas do que é possível em outros campos. Podemos fazer predições em certos domínios (1999: 264, minha a tradução).

Como neste texto trato de “uma compreensão histórica do português brasileiro”, a própria formulação do título – “Uma compreensão” – já indica que outras foram, são e serão possíveis. Estarei, portanto, na linha da *ars interpretandi* de

Roger Lass (1980). Contudo, como, inevitavelmente, considerarei a sintaxe brasileira como ponto crucial da *diferença* em relação ao português europeu e no interior do português brasileiro, não posso deixar de considerar que, em *certos domínios* ou em *áreas limitadas*, nas designações de Lightfoot, seja possível admitir mudanças preditivas, como propõe esse autor, que, como visto, admite também as contingências ocasionais e o ambiente histórico, a par dos efeitos dos processos da teoria da aquisição que adota e que pressupõe os recursos biológicos da mente/cérebro dos seres humanos na aquisição de sua língua materna e a isso vincula a possibilidade de mudanças sistemáticas nas gramáticas dos indivíduos.

Para completar este item sobre o ponto de partida de meu olhar para o tratamento de uma compreensão histórica do português brasileiro na sua globalidade, que envolve a norma padrão, as normas cultas, as normas vernáculas, nas suas variantes sociais e regionais, deixo claro que a minha base factual ou empírica sincrônica parte de duas vias que, a meu ver, se intercomplementam: uma via é a de um saber fundado na experiência feita nas salas de aula de língua portuguesa nos Cursos de Letras, em que milito desde 1962, com uma interrupção, entre 1966 e 1970, retorno que, como mencionarei adiante, revelou uma nova realidade presente no uso do português entre esses estudantes. A outra via é a do saber acumulado da década de sessenta para cá no processo crescente de conhecimento da chamada realidade lingüística brasileira por várias orientações da Lingüística no Brasil.

Fundamentarei essa compreensão do português brasileiro, partindo de fatos e dados do presente para entrever o passado e interpretando fatores históricos do passado para interpretar o presente.

2 Do presente para entrever o passado

Tradicionalmente a Lingüística Histórica, desde o século XIX, parte do passado para o presente, seguindo, naturalmente, a linha do tempo. Contudo, com as orientações desenvolvidas pela teoria da variação e mudança laboviana, o *princípio uniformitário*, tomado de empréstimo às ciências geológicas, passou a desempenhar significativo papel para a compreensão do passado, a partir de fatos observáveis no presente. Iniciarei então, neste momento de desenvolvimento de meu tema, do presente, para, em seguida, deslocar-me para o passado, na tentativa de interpretar o heterogêneo português brasileiro de hoje numa perspectiva sócio-histórica.

Serafim da Silva Neto que, sem sombra de dúvida, reorientou, na direção da Dialectologia e Lingüística de seu tempo, os estudos sobre o que sempre designou de *a língua portuguesa no Brasil* – vejam-se os títulos de seus principais trabalhos sobre o assunto: *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* (1950) e *A língua portuguesa no Brasil: problemas* (1960) – sempre configurou o português no Brasil como se fosse uma realidade homogeneizável, idealizado como dotado de “notável” unidade que, exceto “algumas insignificantes divergências sintáticas e numeroso vocabulário novo” (1960: 25), identificava-se ao português da

Europa. Essa interpretação de Serafim da Silva Neto, precursor teórico também da Dialectologia brasileira, fundava-se em uma visão ideológica que buscava “enobrecer” e “desmisticizar” o português brasileiro, o que fica explícito na sua formulação de 1960 que já citei em outro trabalho (1993), mas que considero representativa do pensamento de Silva Neto sobre o tema:

Por causa, precisamente, desta falta de prestígio é que a linguagem adulterada dos negros e índios não se impôs senão transitoriamente: todos os que puderam adquirir uma cultura escolar e que, por este motivo, possuíam o prestígio da literatura e da tradição, reagiram contra ela. (p. 21)

Ver-se-á adiante que os “todos os que puderam adquirir uma cultura escolar” foram muito poucos. Antes, porém, gostaria de mostrar que essa interpretação de Serafim da Silva Neto, forte na década de cinquenta/sessenta deste século, ainda é defendida, veja-se, como ilustração, a recente interpretação de Sílvia Elia, de 1994, no *Lexikon der Romanistischen Linguistik*, no verbete *Português do Brasil*.

A [língua] de maior prestígio era, sem contraste, a portuguesa. As línguas indígenas e africanas, por ágrafas, não tinham a Great Tradition, a que se refere Joshua Fishman. O português quinhentista conheceu o progresso da disciplina gramatical e, enobrecera-se nos versos lapidários de Luís de Camões. Fizera-se uma língua poderosa de uma nação poderosa. Nos contatos com a loqüela inumerável de indígenas e africanos, a sua hegemonia seria fatal. (1994: v. 6, 2: 572)

Serafim da Silva Neto, infelizmente de curta vida, não acompanhou o desenrolar do conhecimento e reconhecimento da *realidade lingüística brasileira*, conhecimento assim designado por ele e na direção do qual lutou na sua tão divulgada e, assim chamada, *crusada dialectológica*. Sílvia Elia faleceu recentemente, acompanhou o desenvolvimento da Dialectologia espacial e da Sociolingüística que, num *crescendo*, vem sendo realizado no Brasil. Ambos, contudo, partiam de uma equação, superada por um dos princípios da chamada Lingüística Moderna, que poderia formular com simplicidade da seguinte forma: a língua é a ‘língua’ padrão. Fundados nisso, desenvolveram e defenderam as suas interpretações sobre o caráter lusitanizante do português brasileiro, posição “lusitanófila”, para usar a expressão colocada pelo pranteado Antônio Houaiss (1985).

Observando e interpretando a realidade do português brasileiro por outra ótica, pode-se mostrar que ela não é homogênea, mas heterogênea, plural e polarizada, se se considerar o todo do português brasileiro e não apenas a idealizada norma padrão e interpretar essa realidade numa compreensão histórica que considere, simetricamente, do ponto de vista lingüístico, as línguas que entraram aqui em contato com a língua portuguesa no período colonial, através de seus falantes e não como “a língua adulterada dos negros e índios” ou como “a loqüela inumerável de indígenas e africanas”, ótica que também avalie, objetivamente, o fator escolarização na história da sociedade no Brasil. Buscarei tratar disso no item seguinte; entretanto, há que esboçar o português brasileiro no presente, a fim de entrever o passado para, em seguida, interpretar o passado para tentar melhor compreender o presente.

Como referi antes, a minha base factual ou empírica, para uma compreensão do português brasileiro na sua sincronia atual, parte de duas vias: uma, a de minha longa experiência de professora de língua portuguesa e a outra, a do conhecimento acumulado, a partir dos anos sessenta, sobre a designada realidade lingüística brasileira, desvelando-se pela Lingüística que tem como objeto de estudo o português brasileiro.

Desde 1983 comecei a escrever sobre uma questão que considero basilar no ensino de língua portuguesa no Brasil. Então, num texto intitulado *Dizem que vai mal o vernáculo no Brasil* (1985), apresentado em uma mesa-redonda sobre o ensino do português como língua materna no grande congresso – *A situação atual da língua portuguesa no mundo*, realizado em Lisboa, concebido e presidido por Luis Felipe Lindley e Cintra, argumento que subjaz a esse ensino uma questão geral de política social e de política lingüística. Naquela altura, tempos de abertura política pós-64, começaram a ser discutidos, publicamente, problemas vários da sociedade brasileira e um deles era formulado como a incapacidade dos jovens estudantes brasileiros no uso da língua portuguesa. A minha argumentação de então e que prosseguiu em várias publicações subseqüentes, concentrada, dez anos depois, em um livro – *Contradições no ensino do português: a língua que se fala x a língua que se ensina* (1995), se fundava e se funda num olhar, que considero realista, sobre a sociedade brasileira, refletida nas salas de aula de português.

A escola brasileira, desde que começou a expandir-se, no século XIX, se pauta, no ensino de português, por uma norma padrão de tradição lusitanizante – sobre esse tema há um bem argumentado trabalho de Emílio Pagotto, *Norma e condescendência: ciência e pureza* (1999), desconhecendo as mudanças ocorridas no interior do português brasileiro ao longo do tempo. Essa norma padrão, idealizada, estacionada no passado, compendiada em gramáticas normativo-pedagógicas, deverá ser transmitida pelo ensino escolar. Nesses últimos anos essa tradição está matizada inexoravelmente.

Tenho argumentado que até meados deste século, talvez até a década de sessenta, a escola conseguia cumprir essa meta – apagar as vozes brasileiras, excluir muitos da escola logo nas primeiras séries escolares, transmitir outras formas de português. Veja-se, por exemplo, nas epígrafes escolhidas para este texto, a de Carlos Drummond de Andrade – “Professor Carlos Góis, ele é quem sabe, /... já esqueci a língua em que comia...” e a de Manuel Bandeira – “O que fazemos/ É macaquear/ A sintaxe lusíada”. Admito que a minha geração ainda alcançou essa escola, a de Manuel Bandeira, a de Carlos Drummond de Andrade, tanto que – permitam-me o testemunho pessoal – no meu Curso de Letras, entre 1958 e 1961, na matéria Língua e Filologia Portuguesa, conduzida pelo Mestre Nelson Rossi, nunca se fez necessária a revisão do uso prescritivo; nosso grupo, naquele tempo, dominava, pelo menos no uso escrito, o padrão normativo esperado pela sociedade, para os que alcançavam – e eram poucos – a Universidade.

Algo de novo aconteceu na sociedade brasileira dos anos sessenta para setenta – vivenciei isso, depois de um interregno entre 1965 e 1971, na minha prática

de professora de português nos Cursos de Letras. Outras vozes chegavam à Universidade e a escolaridade anterior não conseguira apagá-las, ou seja, transmitir o padrão normativo na sua completude. Esse fato histórico-lingüístico está muito bem formulado pelo lingüista Wanderlei Geraldi no seu livro *Portos de passagem* (1991), que já transcrevi em outro trabalho (1995: 115) e volto a fazê-lo, por considerar apropriada a sua interpretação:

Pela democratização do ensino, que é uma necessidade e um grande bem, tiveram acesso a ele largas camadas da população antes marginalizadas. A democratização, ainda que falsa, trouxe em seu bojo outra clientela. De repente, não damos mais aula só para aqueles que pertencem ao nosso grupo social... Nos anos de 1970 e 1980, o crescimento foi um primeiro resultado da política educacional implantada no período que sucedeu a revolução de 64... que pretendeu fazer passar a idéia de uma educação que se 'democratizava', porque fazia aumentar as chances de igualdade de condições. O aumento do número de estudantes exigiu, em contrapartida, a maior quantidade de professores. Onde buscá-los? (p. 115).

A questão de política social e de política lingüística a que me referi anteriormente pode, em síntese, ser assim formulada: à política da quantidade, que ainda perdura, na multiplicação geométrica das salas de aula, não correspondeu, na mesma proporção, uma política da qualidade do ensino e da qualificação dos professores, como veremos adiante. No caso específico da língua portuguesa, esse fator sócio-histórico teve como resultado inevitável a impossibilidade de as escolas, em geral, e seus professores, cada vez mais provenientes das chamadas classes sociais populares e com formação docente precária, por razões consabidas, não terem como transmitir o padrão normativo-prescritivo lusitanizante, idealizado para o ensino da matéria, desde a segunda metade do século XIX.

Muito se tem debatido sobre essa questão no âmbito da Sociolingüística e também na metodologia para o ensino da língua portuguesa no Brasil. O fato histórico-lingüístico que quero aqui assinalar, por essa via de compreensão histórica do português brasileiro, é que as características próprias ao português brasileiro que se distinguem do padrão normativo, sobrelevando-se as sintáticas, já alcançam aqueles de nível de escolaridade mais alta, que, por princípio ideológico, almejava a sociedade que não alcançassem, considere-se, por exemplo, o retorno insistente aos "consultórios gramaticais", agora não restritos aos jornais, mais difundidos em programas na grande mídia.

A questão lingüístico-pedagógica que acabei de esboçar é, com propriedade, interpretada por Mary Kato, lingüista gerativa que, em texto de 1993, formula o problema da maneira seguinte, partindo de mudanças sintáticas que tipificam o português brasileiro:

A consciência dessas mudanças sintáticas... é necessária para entender por que os estudantes escrevem como escrevem e por que a língua dos textos escolares, para as camadas que vêm de pais iletrados, pode parecer tão estranha.... O Brasil apresenta assim um caso extremo de "diglossia" entre a fala do aluno que entra para a escola e o padrão que ele deve adquirir. (p. 20)

Em trabalho de 1996 – *Português brasileiro falado: aquisição em contexto de mudança lingüística* – desenvolve Mary Kato o tema, focalizando vários aspectos em variação e mudança na sintaxe brasileira, dentre eles os clíticos acusativos de terceira pessoa e, com base em pesquisa de dados de Vilma Correa (1991), mostra que os estudantes chegam a recuperar esses clíticos na escrita, na ordem de 85.7%, enquanto na fala a recuperação é mínima, na ordem de 10.7% (p. 228). Considerando esse fato sintático e outros que analisa, conclui que a "recuperação" de "fósseis" sintáticos pela escola, quando isso ocorre, no ensino de português no Brasil, revela, numa análise qualitativa, "indícios de que o processo difere muito da aquisição natural, pois esses dados apresentam inúmeros casos de hipercorreção e estratégias de esquiva, evidências de que há um comportamento consciente de monitoração do produto" (p. 233).

Afastando-me agora da sala de aula de português, em que se revela uma situação diglósica, na interpretação de Mary Kato, em que muitas das regras da *norma padrão* são aprendidas, quando o são, como as de uma gramática de língua estrangeira, esboçarei, seguindo a segunda via antes referida, como a Sociolingüística brasileira interpreta a heterogeneidade atual do português brasileiro.

Quando, na década de cinquenta, Serafim da Silva Neto defende a notável unidade da *língua portuguesa no Brasil*, fundava-se ele na dialeção regional. Tendo como contraponto a dialeção regional do português europeu e das diversas áreas românicas européias, vincadas por isófonas individualizadoras, partiu ele de uma idealização impressionística, já que, na época, não se tinham iniciado as pesquisas de campo sobre o português brasileiro, só principiadas na década seguinte, com os reconhecidos trabalhos de Nelson Rossi e sua equipe, acalentando Silva Neto a idéia da rarefeita diversidade dialetal espacial brasileira.

Entre os historiadores do português no Brasil, foi, certamente, Paul Teyssier, em 1980, quem definiu, com clareza e síntese, o que caracteriza esse português: "as divisões dialectais no Brasil são menos geográficas que sócio-culturais. As diferenças nas maneiras de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto, que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra" (1982: 79).

A Sociolingüística se inicia no Brasil em 1969, com os começos do *Projeto Norma Urbana Culta*, que tem por objetivo, a partir de dados gravados, avaliar o uso dos falantes brasileiros de escolaridade completa, ou seja, de nível universitário, definidos esses no *Projeto* como falantes cultos. Daí partiu a Sociolingüística para outros *corpora*, como, na década de setenta, o *corpus* MOBREAL-Rio, de adultos em início de alfabetização. Expandiram-se, a seguir, para várias áreas brasileiras, projetos sociolingüísticos, considerando, sempre, como uma das variáveis a serem analisadas, a escolaridade. Com base nesses dados que se vêm multiplicando nesses últimos vinte anos, pode-se hoje demonstrar que convivem, no Brasil, as *normas vernáculas* ou o *português popular brasileiro*; as *normas cultas* ou o *português culto brasileiro* e, no horizonte paira, ou pára, a *norma padrão*.

Essa pluralidade do português brasileiro tem sido formulada como polarizada, como é a interpretação de Dante Lucchesi em artigos recentes (1994, 1997, 1999). Defende ele que o português brasileiro não é apenas heterogêneo e variável, mas plural e polarizado. Define nesse diassistema heterogêneo dois sistemas igualmente heterogêneos, daí a pluralidade e a polarização, que designa de *normas vernáculas* e *normas cultas*. Os fatos sintáticos usados na sua argumentação se apóiam na variação da concordância, fundamentados em estudos de Gregory Guy e de Anthony Naro, dos inícios dos anos oitenta, e na variação do sistema pronominal, tanto sujeito como complemento, com base nos estudos iniciados por Fernando Tarallo, estudos que continuam em desenvolvimento, a partir também daquela década. Partindo dos autores em que se fundamenta, defende Dante Lucchesi o ponto de vista de que a *norma culta* – ou seja, os padrões de uso dos segmentos escolarizados, dos falantes de classe média e alta – tende a perder características que a aproximam do padrão europeu original e a *norma vernácula*, a depender da orientação cultural de seus usuários, tende a adquirir características que a aproximam da *norma culta*, num processo de convergência, mas com nítidas diferenças quanto aos padrões de uso, demonstradas pelos estudos quantificados dos sociolinguistas variacionistas, e quanto ao sistema de valores que subjaz a eles.

Essa heterogeneidade social do português brasileiro pode também ser formulada como um *continuum* dialetal, com os pólos popular e culto ressaltados, que tem num extremo as variantes usadas principalmente por não-escolarizados de áreas rurais e, no outro, as variantes daqueles de áreas, principalmente urbanas, de alta e boa escolaridade. Às margens desse *continuum* se pode ainda situar, para além de um extremo, possíveis locais descrioulizantes em antigas comunidades afro-brasileiras isoladas – como vem mostrando o *Projeto Vestígios de descrioulização*, coordenado por Alan Baxter e Dante Lucchesi –, e, para além do outro, o padrão formal de indivíduos de alta e boa escolaridade, que ainda buscam aplicar as tradicionais regras gramaticais prescritivas, pelo menos na escrita formal, devedoras ao modelo europeu. Pode-se admitir que, considerando o português falado e o escrito informal e o português europeu, houve uma mudança gramatical qualitativa, e, no interior do português brasileiro falado – de um lado ao outro dos extremos referidos, incluindo-se aí também a escrita informal – há variação de natureza quantitativa no interior de uma mesma “gramática”, variação que pode ser distinguida por taxas, padrões de uso e por avaliações sociais diferenciadas (Mattos e Silva, 1999).

Essa “gramática brasileira”, no sentido paramétrico chomskiano, foi proposta por Fernando Tarallo em artigo de 1992 – *Turning different at the turn of the century: 19th century Brazilian portuguese*, publicado em tradução brasileira em 1993, sob o título *Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar no final do século XIX* (1993) – e resulta essa “gramática” de mudanças correlacionadas, predizíveis, que sintaticistas que seguem o modelo gerativista vêm explicando.

Na formulação primeira de Fernando Tarallo, tais mudanças envolvem:

1. O rearranjo do sistema pronominal, abrindo caminho para objetos nulos e mais freqüentemente sujeitos lexicais;
2. mudança nas estratégias de relativização como consequência da mudança do sistema pronominal;
3. reorganização dos padrões de ordem básica para a ordem SVO e o estreitamento da adjacência na marcação do caso acusativo;
4. diretamente ligados às anteriores, os padrões sentenciais em perguntas diretas e indiretas (1993: 70)

Essa proposta de mudanças de natureza paramétrica já vinha sendo estudada por pesquisadores sociolinguistas e gerativistas ligados a Fernando Tarallo e a Mary Kato. No livro – *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*, organizado por Mary Kato e Ian Roberts em homenagem póstuma a Fernando Tarallo, um conjunto de estudos demonstra, no quadro teórico referido, que seria pelos fins do século XIX que o português brasileiro escrito deixaria já “escorrer sua própria tinta”, para usar uma expressão do próprio Tarallo.

No artigo de 1996, anteriormente referido, retoma Mary Kato as mudanças detectadas na sintaxe brasileira, estudadas nos anos anteriores, e tem como um dos seus objetivos, nas suas palavras:

Pretendo tratar as mudanças detectadas no PB em estudos diacrônico-variacionistas e as interpretações a elas dadas em estudos gerativistas. Pretendo mostrar que todas elas têm a ver com mudanças no paradigma pronominal (p. 210)

Ao finalizar a sua análise afirma, contudo, que:

As mudanças sintáticas sofridas no PB, embora provocadas, inicialmente, no nível lexical, acarretaram mudanças profundas em sua gramática. Não é apenas uma mudança ao nível paradigmático – o sistema pronominal e flexional. Essa mudança tem efeito de reanálise, em nível sintagmático, afetando a ordem dos constituintes, a expressão maciça de sujeitos referenciais, a proliferação de verbos leves, as construções de tópico (p. 233)

O que nos dirá o passado sobre a divergência entre o português brasileiro e o europeu e sobre a variação sociodialetal no interior do português brasileiro, que apresenta variantes com configurações sintáticas que permitem aproximá-las de crioulos de base portuguesa – como mostram, por exemplo, os estudos sintáticos sobre Helvécia, no sudeste baiano (cf., por exemplo, Baxter Lucchesi e Guimarães, 1997 e Baxter, 1998), e, para além de uma “gramática brasileira” consistente, ainda apresenta o português brasileiro situações que o aproximam do português europeu?

Considero muito generalizantes as hipóteses contrárias – *crioulização prévia* ou *derivalevolução natural* – para dar conta das origens e formação do português brasileiro. Não considero, contudo, de forma nenhuma, fora da agenda de pesquisa, como o fez Fernando Tarallo em seu trabalho de 1986 – *A alegada origem crioula do português brasileiro* (1993), contrapondo-se à proposta de Gregory Guy de 1981, a hipótese da *crioulização prévia*.

Pesquisas de campo iniciadas em meados de oitenta, em comunidades afro-brasileiras isoladas, fundadas nos avanços teóricos e metodológicos da crioulistica contemporânea, conduzidas por Alan Baxter, depois também por Dante Lucchesi,

vêm investindo sobre *vestígios de descrioulização* nesse tipo de comunidades. Para esses pesquisadores não se pode propor um *crioulo estável* africano para todo o Brasil, mas se tem de pensar a questão da *crioulização prévia* de modo fatorizado e não generalizante, levando-se em conta a sócio-história e a demografia de determináveis locais de maciça presença africana e/ou indígena nos interiores do Brasil (cf., por exemplo, Baxter e Lucchesi, 1996 e 1997).

Quanto à questão da *derivalevolução natural*, defendida por alguns lingüistas, como Mattoso Câmara Jr., foi ela retomada recentemente por Anthony Naro e Martha Scherre no artigo de 1993 – *Sobre as origens do português popular brasileiro* e, centrados na variação da concordância verbo-nominal no português brasileiro, defendem o ponto de vista de que essa característica marcante da sintaxe brasileira, sobretudo nas *normas vernáculas*, mas não só, deve ser interpretada como já *encaixada* no português europeu arcaico, embora aqui com força desencadeada pelos condicionamentos sócio-históricos em que o português europeu passou a ser adquirido. Sobre a questão há o recente trabalho, variacionista, desses autores – *Concordância variável em português: a situação no Brasil e em Portugal* (1999). Para sustentar essa hipótese, a meu ver, há que ser demonstrado isso na sintaxe histórica do português arcaico para o moderno, mas não apenas no que se refere à concordância, como também nas outras características sintáticas que distinguem o português brasileiro do europeu, como, por exemplo, os vários aspectos referentes ao sistema pronominal e à ordem sintática.

A heterogeneidade complexa dos usos populares e cultos do português brasileiro, na sua sincronia atual, que se vem desvelando pelos estudos lingüísticos, sobretudo os sintáticos, à qual subjazerá uma “gramática” distinta, segundo as explicações gerativistas, da do português europeu, perseguida ainda no padrão normativo-prescritivo, poderá ser interpretada, como tentarei mostrar, numa perspectiva histórica. Considerarei fatores sócio-históricos, sobrelevando-se, entre eles, a dinâmica da demografia histórica do Brasil, refletida na forma como ocorreram os contactos multilingüísticos dos falantes em convívio, mesmo que socialmente assimétricos, e conseqüentemente a aquisição do português europeu, língua de prestígio político e social, ao longo do Brasil colonial e pós-colonial, inter-relacionada essa história demográfico-lingüística ao precário processo de escolarização na história da sociedade no espaço que veio a ser definido como brasileiro.

3 Do passado para compreender o presente

Pode-se tentar reconstruir o passado de uma língua, tanto numa perspectiva intralingüística, estritamente diacrônica, tradicionalmente chamada essa orientação de *história interna*, como inter-relacionando os fatores lingüísticos diacrônicos com fatores sócio-históricos ou da história social em que essa língua está inserida, tradicionalmente chamada essa orientação de *história externa*.

Quando os gerativistas, como antes exposto, detectam mudanças correlacionadas, predizíveis, na “gramática” do português brasileiro, que o distinguem do português europeu, seguem eles a via intralingüística, propriamente dita diacrônica. Na compreensão interpretativa que busco neste texto, tentarei identificar fatores da história social brasileira que terão tido efeitos na constituição histórica do português brasileiro, perseguindo eu, portanto, uma orientação histórica ou sócio-histórica.

Essa orientação, no que se refere ao português brasileiro, não é, evidentemente, originalidade minha. De certo foi Serafim da Silva Neto, em seu livro de 1950, quem primeiro buscou identificar fatores sociais significativos para a sua interpretação histórica da *língua portuguesa no Brasil*, na sua designação, utilizando os recursos bibliográficos e a formação de que dispunha, no sentido de defender a *vitória da língua portuguesa no Brasil*, designando de *aloglotas* os outros falantes que aqui conviveram e interagiram com a língua dominante da colonização. Essa defesa da *vitória da língua portuguesa no Brasil* é compartilhada por muitos outros. Refiro, como exemplo, o texto recente, já citado, do lingüista Sílvio Elia (1994) e o conhecido artigo do historiador José Honório Rodrigues – *A vitória da língua portuguesa no Brasil Colônia* (1985).

Nessa orientação da história social direcionada para a história lingüística do Brasil, a meu ver, quem primeiro formulou a questão, considerando os dois fatores que vou argumentar como fundamentais para uma compreensão histórica do português brasileiro, foi Antônio Houaiss em seu livro de 1985 – *O português no Brasil*, onde destaca que “na história externa, são essenciais a articulação de fatos de ocupação territorial, fatos das sucessivas distribuições demográfico-lingüísticas dos ocupantes e fatos das prevalências e desfavorecimentos das línguas” (p. 31-2) e “a penetração da língua escrita no Brasil, não numa leitura estética... mas essencialmente lingüística” (p. 127-8).

Admite-se que, no que viria a ser Brasil, se usavam para mais de mil línguas autóctones, de vários troncos e famílias lingüísticas, no início da colonização. Cálculo recente leva Aryon Rodrigues (1993: 91) a propor 1.175, das quais 85% desapareceram no período colonial, depois e continuam a desaparecer, ou porque seus falantes se integraram na sociedade nacional, ou porque foram sendo dizimados: dos calculados cinco milhões de indígenas em 1500, diversos cultural e lingüisticamente em mais de 1.500 povos, admite-se 800.000 indivíduos no final da colonização, talvez 300.000, no fim do Império, cerca de 262.000 hoje (dados de Mércio Gomes, 1993: 63-4), falantes hoje de cerca de 180 línguas (Aryon Rodrigues, 1993: 92).

Admite-se também que, das línguas africanas, foram traficados falantes dos grupos lingüísticos oeste-atlântico, mande, kru, gru, benue-kwa e bântu, além de outros. Desses grupos, os bântu tiveram, ao longo dos quatro séculos de tráfico, uma taxa alta constante, entre os africanos escravizados (30%, 65%, 64%, 56%), por século, seguidos dos benue-kwa, não-bântu, (7%, 10%, 20%, 24%); os ou-

tros grupos, em percentuais, por século, abaixo de 16%, com exceção dos do oeste-atlântico e mande, 20%, ambos no século XVI (dados de Alberto Mussa, 1991: 144-5).

Sabe-se também que, do século XIX em diante, se incrementa a emigração. Primeiro de portugueses – já antes de portugueses açorianos no Maranhão e em Santa Catarina, depois de europeus da Europa Central e de asiáticos do oriente médio e do extremo oriente.

Fica assim claro que, para uma compreensão e interpretação efetiva que considere o todo do português brasileiro, ao longo desses séculos, muitas histórias de contactos lingüísticos deverão ser reconstruídas, levando em conta os falantes de variadas línguas, tendo como denominador comum a língua do poder e do prestígio, a língua portuguesa, que se torna hegemônica e oficial no Brasil, a partir da segunda metade do século XVIII, na seqüência da política pombalina para a colônia brasileira.

O resultado dessa história multilingüística complexa, em que, como procurei mostrar, o português foi adquirido, pela maioria da população aqui convivente, na oralidade e sob o chamado *second language learning effect* (Kroch e Taylor, 1994), ou seja, como língua estrangeira e sem o controle normativo da escolarização, é o português brasileiro heterogêneo e polarizado, como caracterizado hoje pela Sociolingüística. É esse o português vitorioso, se quisermos falar em vitória, como o fizeram outros já referidos.

Não há como negar a difusão generalizada e implantação do português no território brasileiro, mas um português distinto do europeu, hoje já bem definido pelos lingüistas, que tem, como elo principal comum de interseção com o português europeu, o padrão escrito formal e, sistemicamente, principalmente características morfológicas e lexicais comuns que permitem a intercompreensão, desde que haja boa vontade, tanto do lado de cá como do lado de lá do Atlântico.

Os fatores sócio-históricos em que me concentrarei, para fundamentar historicamente a diferença entre o português brasileiro e o europeu e no interior do português brasileiro, seguirão as indicações de Antônio Houaiss, que serão abordadas considerando o Brasil em geral, estando eu consciente de que histórias lingüísticas regionais, locais e até punctuais deverão ser reconstruídas, na direção de uma interpretação própria às diferentes áreas brasileiras, o que é um dos objetivos do *Projeto* coletivo em curso, já mencionado, *Para a história do português brasileiro*.

O quadro multilingüístico antes esboçado permite idealizar uma *situação babélica* no Brasil colonial, expressão usada pelo Padre Antônio Vieira, quando, no século XVII, viveu como missionário no Maranhão e no Pará, na área amazônica, portanto. Contudo, procurarei argumentar, como o fiz em trabalho anterior, apresentado ao II Seminário Nacional do *Projeto Para a história do português brasileiro* (1998) – *De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios*, que se pode configurar, como principais atores no cenário do Brasil colonial, por uma filtragem necessária à intercomunicação, o português europeu, as línguas gerais indígenas e o português geral brasileiro

em formação, que será, no meu modo de interpretar, o antecedente histórico do hoje designado pela Sociolingüística como *português popular brasileiro* ou *vernáculo brasileiro* ou ainda *normas vernáculas*.

Passarei a tratar desses atores ou agentes basilares, com o objetivo de tentar compreender, numa perspectiva histórica, a polarização sociolingüística que caracteriza, na atualidade, o português brasileiro e chegarei a um ponto de vista, sobre que argumentarei, que leva a admitir que a difusão generalizada do que se chama *português popular brasileiro*, de que é usuária hoje a grande maioria dos brasileiros, por razões sócio-históricas a que adiante me referirei, deveu-se sobretudo à nossa população de origem africana, presença decisiva, na história social e na sócio-história lingüística do Brasil.

O problema da difusão do português brasileiro envolve uma das questões centrais da nossa história lingüística, que é a da interpretação da complexa situação de ter-se tornado o Brasil majoritariamente monolíngüe, quando o seu período histórico inicial, de 1500 à segunda metade do século XVIII, apresenta um multilingüismo/multidialealismo generalizado.

Assim, no que segue, procurarei fundamentar a polarização sociolingüística atual e o monolingüismo generalizado em português brasileiro, que caracteriza o Brasil, politicamente definido como nação de língua oficial majoritária portuguesa, reconhecidas que foram as línguas minoritárias indígenas, pela *Constituição Federal* de 1988, também como línguas nacionais.

Na cena lingüística do Brasil colonial serão, portanto, o *português europeu*, as *línguas gerais indígenas* e o *português brasileiro em formação*, segundo a minha interpretação, os atores principais, cada um deles recobrando uma incomensurável diversidade que não se tem como rigorosamente demonstrar, mas que dela se pode tentar aproximar, por indícios históricos, por conjecturas plausíveis, fundados em fatos históricos, dentre eles focalizarei a demografia histórica e a escolarização, interpretados por especialistas: historiadores, sociólogos, antropólogos, lingüistas, além de outros.

Começo pelo *português europeu*, por me parecer mais acessível apreendê-lo, por evidentes razões de caráter histórico. Língua documentada pela escrita, pelo menos desde os inícios do século XIII, aqui chega, datada, ao findar o século XV. Parece-me que a idéia expressa por Pero Vaz de Caminha na sua célebre *Carta* – seria mais fácil nós (portugueses) aprendermos a língua deles (os indígenas) do que eles a nossa – fundamenta a primeira política lingüística implícita, a ser implantada na colônia. Será a política dos jesuítas aqui chegados em 1549, com o primeiro governador geral, que foi a de aprender e gramaticizar a *língua mais usada na costa do Brasil*, designação adequada do Padre José de Anchieta, para referir-se às línguas/dialetos do tronco tupi, expandidos pelo litoral do Rio Grande do Norte até ao sul e na bacia do Paraná-Paraguai. Política que tinha a finalidade explícita de transformar os gentios em cristãos *para a maior glória de Deus*, da Companhia de Jesus e do rei de Portugal.

Este lugar, contudo, que seria, na expressão de Caminha, *uma pousada para a navegação de Calecut*, veio a mostrar-se vantajoso como colônia economicamente rentável já nos meados do século XVI, com a produção açucareira litorânea: os engenhos de açúcar seriam sessenta em 1570, nas décadas seguintes cresceram numa taxa de 5% ao ano e, às vésperas da invasão holandesa, 1624, já havia 350, dois terços em Pernambuco e na Bahia (Schwartz, 1994: s. v. *Engenhos*).

Como consequência dessa implementação da economia açucareira, fez-se necessário, não só usar o braço escravo, primeiro indígena e logo africano, já na terceira década do século XVI, mas também reforçar o contingente português, tanto para a administração colonial como para os trabalhos artesanais, essenciais para cumprir diversos misteres básicos para o efetivo funcionamento da agricultura, indústria e comércio açucareiros.

Os dados demográficos reunidos por Alberto Baeta Neves Mussa, no primeiro trabalho que, na medida do meu conhecimento, utiliza de maneira sistemática a demografia histórica para interpretar a formação do português do Brasil, intitulado *O papel das línguas africanas na história do português brasileiro* (1991), demonstram que entre 1538 a 1600, primeiro século colonial, compunham a população do Brasil 30% de europeus, majoritariamente portugueses, taxa que decresce ao longo do período colonial, a par do crescimento dos brancos brasileiros, descendentes dos portugueses, mas ficarão eles à volta de 30% até a primeira metade do século XIX.

Apresento a seguir a tabela demográfica geral do Brasil entre 1538 e 1890 de Alberto Mussa, que se baseou em Haselbag, *Disseminação e desigualdades raciais no Brasil*, de 1979, em A. Carreira, *Situação das pesquisas acerca do tráfico em Portugal*, de 1981, no conhecido censo de José de Anchieta e nos censos do século XIX, para que se tenha logo uma visão de conjunto desses dados:

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
africanos	20%	30%	20%	12%	2%
negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
mulatos	-	10%	19%	34%	42%
brancos brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
europeus	30%	25%	22%	14%	17%
índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Tabela 1

Fonte: MUSSA, 1991: 163

Os dados dessa Tabela foram retomados por Tânia Lobo (1996), num formato em que ressalta o significado deles, no sentido de chamar a atenção para o montante geral da população de origem não-européia e européia ao longo dos séculos XVI a XIX:

	etnias não-brancas	etnia branca
1538-1600	70%	30%
1601-1700	70%	30%
1701-1800	68%	32%
1801-1850	69%	31%
1851-1890	59%	41%

Tabela 2

Fonte: LOBO, 1996: 16

Esses percentuais revelam o fato histórico e histórico-lingüístico de que só na segunda metade do século XIX, a etnia branca, na expressão de Tânia Lobo, ultrapassará os 30%; lembro que já então a emigração entrava como fator novo na configuração populacional de certas áreas do Brasil. Revelam os dados, sobretudo, que os usuários mais prováveis do português europeu ou mais europeizado, portugueses e seus descendentes, constituíram, no período colonial, menos de um terço da população convivente no Brasil; os *aloglotas*, os outros, na expressão, a meu ver, inadequada, por preconceituosa, consagrada por Serafim da Silva Neto, foram muitos, sempre a esmagadora maioria, estando entre 70% e 68% a sua presença até meados do século XIX.

Darcy Ribeiro, no livro *O povo brasileiro* (1995), com o objetivo de discutir o que designa de “diminuição dos contingentes aborígenes autônomos” (p. 157), apresenta uma avaliação populacional, da qual se depreende que aqueles que classifica de “brancos” do Brasil (usa branco entre aspas) correspondiam a 25%, 30% e 50%, em 1600, 1700 e 1800, respectivamente; representando 75%, 70% e 50%, nesse tempo, os escravos e os índios integrados, avaliação que confirma, para os séculos XVII e XVIII, o perfil geral apresentado por Alberto Mussa. Reforçam ainda os dados de Mussa, o que diz Boris Fausto na sua recente *História do Brasil* (1994): “do ponto de vista social, os dados relativos às principais províncias sugerem que os brancos [portugueses e descendentes] representam menos de 30% da população total ao fim do período colonial” (p. 135).

Será assim esse contingente demográfico, à volta de 30%, ao longo da história passada do Brasil, o forte candidato a usar o *português europeu* ou mais europeizado. Seria ele o modelo a perseguir na elaboração do que veio a ser chamado de *português culto brasileiro*, que, certamente, se distanciava do que denomino aqui de *português geral brasileiro*. Esse aqui se formava, entre os cerca de 70% que adquiriam a língua portuguesa para cá transplantada, em situação de *aquisição imperfeita* ou de *aprendizagem irregular*, sob o *second language learning effect*, com histórias lingüísticas familiares diversas, portadoras ou de línguas indígenas ou de línguas africanas, na oralidade das situações quotidianas, sem nenhum controle normativo-prescritivo, ou seja, pela via da escolarização, como logo buscarei mostrar.

Antes porém de discutir os outros agentes ou atores na cena do Brasil colonial, não poderia deixar de referir que esse *português europeu* seria diversificado ao longo da colonização: não só trazia diferenças dialetais regionais, como procurou mostrar Serafim da Silva Neto, quando tentou pesquisar estatísticas inatingíveis sobre as *origens dos colonizadores*, mas também socioletais, já que vieram tanto colonizadores para a alta administração, como os colonos, mão-de-obra necessária. Houve, sem dúvida, uma distinção sociolingüística significativa, a que separava os portugueses letrados, de maior ou menor nível de cultura letrada, e os não-letrados, analfabetos, que, certamente, constituíram um montante representativo, se não a maioria, já que o letramento começa a difundir-se, aos poucos, em Portugal no século XVI. Além dessa diversidade regional e social, os portugueses e sua língua aportam no Brasil em 1500, mas continuaram a vir por todo o período colonial, com momentos de pico, como o da “corrida do ouro e dos diamantes”, dos fins do século XVII para o XVIII, o da vinda da família real em 1808 e depois como emigrantes. Nesse longo tempo histórico, o português europeu continuou seus processos de mudanças lingüísticas, próprios às línguas socialmente vivas.

Destaco esse último aspecto para que se avalie criticamente uma postulação tradicional corrente, a meu ver inapropriada, que afirma que o português brasileiro, em relação ao europeu, é *conservador*, no sentido de manter características do período arcaico e quinhentista, por causa da época dos inícios da colonização. Essa questão discute Ilza Ribeiro, sintaticista gerativista, quando pergunta em artigo de 1998 – *A mudança do PB é mudança em relação a que gramática? A história do português europeu, sobretudo dos séculos XVI ao XIX, se faz essencial para uma interpretação mais bem fundamentada do português brasileiro, sobretudo nas suas variantes cultas. Esse período histórico, contudo, é ainda do ponto de vista lingüístico muito mal conhecido, como afirma o filólogo e lingüista português Ivo Castro em texto de 1996 – Para uma história do português clássico, designando de clássico o português da Europa nos séculos referidos.*

Esboçado assim o que teria sido o diversificado *português europeu* que aqui foi chegando, definido o montante de seus mais prováveis usuários e admitindo que é nesse português que se enraíza o atualmente chamado de *português culto brasileiro*, passo a tecer observações sobre os outros dois agentes lingüísticos, as *línguas gerais indígenas* e o *português geral brasileiro*, que proponho ser o antecedente histórico do *português popular brasileiro*. Relembro que os representantes de etnias não-européias recobriram a taxa demográfica à volta de 70% entre 1538 e 1850 (cf. Tabelas 1 e 2).

Considerarei primeiro o complexo, instigante e ainda, para mim, obscuro, problema das chamadas *línguas gerais indígenas*.

Devemos, sem dúvida, aos primeiros cronistas e historiadores sobre o Brasil, desde o século XVI, informações significativas sobre a multiplicidade lingüística brasileira autóctone. Sem eles, muito de nosso passado seria desconhecido. Suas informações não são contraditórias, no geral, e pudemos ficar sabendo de uma

certa homogeneidade cultural e lingüística, ao longo do litoral e na bacia do Paraná/Paraguai, em que predominavam grupos indígenas do tronco lingüístico tupi, sobretudo da família tupi-guarani e, em vários pontos litorâneos, os tupinambá e os tupiniquim, grupos inimigos, mas de línguas da família tupi-guarani tão semelhantes que, nas palavras de Gabriel Soares de Souza em 1587, não havia entre eles “na língua e nos costumes mais diferença do que têm os moradores de Lisboa dos da Beira” (1989: 44).

Para além da área litorânea se encontravam outros múltiplos grupos indígenas, genericamente chamados pelos tupi e pelos colonizadores de *tapuia*, já distinguidos nas suas diferenças pelo jesuíta Fernão Cardim, na década de oitenta do século XVI (1997: 206). Nos estudos de lingüística indígena contemporâneos essas diversificadas línguas pertenceriam, principalmente, ao tronco macro-jê, que se estenderia pelos interiores do Nordeste até o meio norte; pelos cerrados do Brasil Central até o Sul Oriental da Bacia do Prata; para o Sul do Brasil ocupariam áreas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Uma vez que os jesuítas tinham como princípio de catequese usar as línguas da terra em que chegavam, fazia parte de seu programa catequético no Brasil dominar as línguas locais. Diante da relativa homogeneidade lingüística do litoral, por onde primeiro se expande a colonização, a estratégia imediata e coerente foi a de dominar a língua que vieram a designar de *brasílica*. A gramaticização da *língua mais usada na costa do Brasil*, como intitulou a sua gramática o Padre José de Anchieta, cumpria esse objetivo. Segundo o especialista Aryon Rodrigues, a designação *língua geral* não foi própria aos dois primeiros séculos de colonização (1986: 99).

Tudo faz crer que foi a versão jesuítica da *língua geral* um veículo lingüístico fundamental como instrumento na interação lingüística entre os portugueses que chegavam e os indígenas litorâneos, predominantemente, do tronco tupi. Será essa língua, genericamente e no singular, chamada de *língua geral* na bibliografia tradicional que trata da história do português no Brasil, na seqüência do que ficou estabelecido por Serafim da Silva Neto (1950), designação genérica e singular que continua a ser repetida por lingüistas e historiadores, como, por exemplo, José Honório Rodrigues (1985) e Sílvio Elia (1994).

O que de diversidade espacial recobre essa designação genérica é, a meu ver, uma questão fundamental a ser pesquisada, na medida do possível, na reconstrução de uma história lingüística do Brasil e, conseqüentemente, da história do português brasileiro.

Pode-se admitir que os jesuítas e outros colonizadores alfabetizados que aqui chegaram, no primeiro século da colonização, aprenderiam essa língua de intercomunicação pela *arte de gramática* de Anchieta, também pela do Padre Luis Figueira de 1621, e por elas também aprenderiam os índios de etnias diversas aldeados pelas missões jesuíticas, e outras, aqueles que chegaram a ser alfabetizados. Contudo, com a difusão documentada do uso do que se veio a chamar *língua geral*, seguindo num primeiro momento a frente de colonização dos padres catequistas

nos aldeamentos e nos colégios da Companhia de Jesus, depois ultrapassando esses limites para vir a ser, como se afirma, a língua da colonização dos interiores, partida de São Paulo, pelos bandeirantes, essa *língua geral* ter-se-ia transmitido, principalmente, na oralidade, sem o controle escolar, em situação de aquisição imperfeita, no sentido de que, nesse contexto de aquisição, estariam indivíduos pertencentes a situações bilíngües (português/língua geral) ou multilíngües (português/língua geral/línguas indígenas e/ou línguas africanas).

O que quero ressaltar com esse delineamento da questão é que só se pode idealizar essa *língua geral* como dialetalmente diversificada desde o século XVI, diversificação que se tornará mais complexa ao longo da diacronia da colonização. Estabeleceram os historiadores que até o século XVIII seria essa a língua familiar da área cultural que Darcy Ribeiro designará de *Brasil caipira* (1995: 361-404). Isso no que se refere à área de sua difusão meridional e central do Brasil. Para o norte, a *língua geral* se difundirá, a partir do século XVII, acompanhando a colonização do Maranhão à Amazônia e continua viva, modificada, na forma do chamado *nheengatu* do médio Rio Negro, do Rio Xié, da bacia de Içana, das fronteiras com a Venezuela (Taylor, 1988: 5-6), com história lingüística, portanto, distinta da *língua geral* do chamado *Brasil caipira* por Darcy Ribeiro.

Em estudo de 1986 (p. 99-109), Aryon Rodrigues apresenta, com precisão, uma caracterização diatópica e diacrônica das *línguas gerais*, já no plural, a *paulista* e a *amazônica*, fundamentado em documentação antiga disponível, parca para a *paulista*, mas mais numerosa para a *amazônica* e demonstra diferenças entre essas *línguas gerais*.

Contudo, entre essas *línguas gerais*, originadas de línguas indígenas do tronco tupi, podem-se idealizar variadas situações com maior ou menor marca das línguas em contacto, no caso, o português e a(s) língua(s) indígena(s) e também línguas africanas. Pode-se até conjecturar, a modo de hipótese, que, o que na documentação colonial se designa por *usar a língua geral*, *falar a língua geral*, *saber a língua geral* referir-se-á a um português simplificado, com interferências de línguas indígenas e também de línguas africanas. Essa conjectura está fundamentada no que se sabe sobre a intercomunicação lingüística em sociedades multilíngües, basicamente ágrafas, como foi o Brasil colonial. A meu ver, o percurso histórico do conceito *língua geral* no Brasil terá ainda de ser reconstruído em detalhes, para que se tenha uma aproximação mais exata dos valores semânticos recobertos pelo significante *língua geral*.

Quanto à conjectura que faço de ser, em muitas situações, o referente *língua geral* um português simplificado, “mal falado”, encontrei suporte que me incentivou a não descartar e a considerar essa uma questão a ser investigada.

O historiador John Manuel Monteiro, no seu livro recente – *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* (1995), com base em documentação arquivística abundante, no capítulo *Senhores e índios* (p. 154-87), levanta com clareza a questão que acima formulei. Ao tratar dos complexos proces-

sos sociais de São Paulo seiscentista, retoma o tema muito difundido de que o “tupi” era falado em São Paulo até meados do século XVIII, quando, segundo seu texto, “cedeu lugar ao português e, nas áreas rurais, ao dialeto caipira” (p. 64), que, digo eu, também é português. Utiliza ele o fato histórico muito contado que Domingos Jorge Velho, ao ter de falar com o Bispo de Pernambuco, levou um intérprete e que horrorizou o prelado a rudeza do seu interlocutor. Chama atenção John Manuel Monteiro para o fato documentado de que aquele sertanista, dizimador do quilombo dos Palmares, “não apenas falava como também escrevia português” (p. 164). Afirma que há documentos escritos e assinados por ele e comenta:

Acontece que o bispo – como tantos outros observadores portugueses da época colonial – facilmente confundia-se com o português colonial, corrompido pela presença de barbarismos africanos e indígenas, classificando-o como uma língua à parte. Cabe ressaltar que mesmo em São Paulo, o domínio da língua geral ou qualquer outra língua indígena era considerado uma respeitável especialidade, e a fluência numa dessas línguas limitava-se aos sertanistas (p. 165)

Essa posição externada por um especialista reconhecido nos estudos atuais sobre a história dos índios no Brasil fundamenta, a meu ver, a dificuldade que haveria então entre distinguir *língua geral indígena*, propriamente dita, e o que estou designando de *português geral brasileiro*, a que se refere o historiador na citação acima como *português colonial*, “corrompido pela presença de barbarismos africanos e indígenas”, na sua formulação.

Sobre o passado das *línguas gerais indígenas* e das línguas indígenas brasileiras em geral provavelmente há muito a ser desvendado, com base em documentação remanescente em arquivos brasileiros e estrangeiros.

Sabe-se, contudo, que o índio brasileiro foi dizimado no litoral já no século XVI, mas persiste e resiste, e novos grupos ressurgem, quando e onde menos se espera, sendo ainda usadas cerca de 180 línguas indígenas. Sabe-se também que a taxa de *índios integrados* à sociedade colonial decresceu drasticamente do século XVI para o XIX, vejamos os percentuais da Tabela 1 – 50%, 10%, 8%, 4%, 2% – da população geral do Brasil. Esses dados demográficos de Alberto Mussa diferem dos de Darcy Ribeiro (1995: 105-8), que afirma que a redução do percentual dos índios integrados não se fez drasticamente do século XVI para o XVII, mas sim do XVIII para o XIX, quando chegaram a 12.5% e não aos 2% da análise de Alberto Mussa.

Em face dessa cruel realidade sócio-histórica, quer tenham chegado ao século XIX 2% ou 12.5% de índios integrados, não seriam os índios integrados brasileiros os principais difusores no geral do Brasil do que estou designando de *português geral brasileiro*.

Há consenso, entre autores recentes que interpretam a história lingüística do Brasil e a formação do português brasileiro (Houaiss, 1985; Mussa, 1991; Naro, e Scherre, 1993), no sentido de que não houve a possibilidade de se estabelecerem no Brasil línguas africanas, das múltiplas que aqui chegaram, pelo menos por duas

razões principais: a desumanizante política do tráfico separava, desde a África, os co-étnicos e, conseqüentemente, os co-língües; além disso não houve, no geral do Brasil, a constituição plena de famílias de escravos, onde se pudessem firmar células de núcleos lingüísticos africanos (cf. Mussa, 1991: 229).

Para comunicarem-se, chegando ao Brasil, teriam de adotar os escravos, dentre os recursos lingüísticos disponíveis, ou as línguas indígenas, ou as línguas gerais indígenas ou o português da colonização. O desenvolvimento histórico do Brasil indica que foi essa última opção a selecionada – reestruturado esse português profundamente, no seu processo de aquisição, na oralidade das circunstâncias e sem o controle normativo-prescritivo explícito – sobretudo por ser essa língua uma constante por toda a colônia e, também, possivelmente, por uma parcela dos africanos aqui chegados já utilizarem alguma forma de português aprendido na rota africana do tráfico.

Deram-me suporte para defender essa interpretação, ou seja, a da aquisição de um português profundamente reestruturado, os resultados do trabalho de pesquisa de Alberto Mussa, mas não só. Nesse trabalho, ao examinar dezesseis processos fonéticos próprios ao *português popular brasileiro* (p. 165-207), confrontados com as realizações do *português europeu* e com as correspondentes nas línguas bene-kwa e bântu, famílias lingüísticas africanas majoritárias aqui chegadas, como já referido, conclui ele que o *português popular brasileiro* optou sempre pela realização *menos marcada*, isto é, estruturalmente mais simples, e *menos estigmatizada*, mas não prioriza nem o que seria o português europeizado nem o que seria o português africanizado. A solução brasileira – a que estou designando de *português geral brasileiro* –, conforme Alberto Mussa, construiu o seu próprio caminho, dentro das possibilidades existentes no mercado lingüístico da colônia, destacando ele, com razão, que as línguas gerais de base indígena estiveram geograficamente localizadas no espaço colonial (p. 237), acompanhando a ação missionária e certas áreas em processo de colonização.

A meu ver, o trabalho de Alberto Mussa se destaca, na bibliografia existente sobre o tema, porque demonstra que não há de se buscar, com prioridade, como tradicionalmente ocorre na pesquisa sobre essa temática, marcas tópicas ou influências das línguas africanas no português brasileiro, mas há que compreender e explicitar o papel da maciça presença africana e de seus descendentes na formação e conformação do português brasileiro; cito a seguinte passagem porque expõe com clareza essa interpretação:

É impossível desconsiderar, como se vem fazendo, a participação das populações africanas no conjunto da história lingüística brasileira. Do ponto de vista de uma dinâmica histórica, o português dos africanos e o português dos europeus detêm o mesmo valor, não podendo ser tomados isoladamente como ponto de partida exclusivo (p. 244)

Além do trabalho de A. Mussa, deram-me também suporte para defender o ponto de vista aqui argumentado, isto é, de serem os africanos e seus descendentes

os principais agentes difusores do *português geral brasileiro*, as formulações do antropólogo Darcy Ribeiro, em *O povo brasileiro*, quando afirma, pelo menos em duas passagens de seu livro, com base na reconstrução sócio-histórica que apresenta:

Concentrando-se em grandes massas de atividades mercantil mais intensa, onde o índio escasseava cada vez mais, o negro exerceria um papel decisivo na formação da sociedade local. Seria, por excelência, o agente da europeização que difundiria a língua do colonizador (p. 166)

e

A primeira tarefa cultural do negro brasileiro foi a de aprender a falar o português que ouvia aos berros do capataz. Teve de fazê-lo para comunicar-se com seus companheiros de desterro de diferentes povos. Fazendo-o se reumanizou... conseguindo dominar a nova língua, não só a refez, emprestando singularidade ao português do Brasil, mas também possibilitou a sua difusão por todo o território nacional (p. 220)

A presença negra e negro-mestiça no Brasil colonial fica evidente nos dados da Tabela 1. Dados que se reforçam com a afirmativa do historiador Boris Fausto (1994) de que em 1818, às vésperas da Independência de 3.596.132 habitantes no Brasil, 1.107.389 eram escravos (31%), a par de 2.488.743 livres (69%), que incluíam, é claro, brancos, negros libertos, mulatos.

Pode-se argumentar que houve áreas de concentração negra e negro-mestiça que correspondem a diferentes frentes de colonização, contudo apresento a seguir indícios que apontam para a generalização da presença de africanos e afro-descendentes por todo o Brasil colonial, com menos representatividade, é claro, no Brasil meridional, de forte presença indígena, sobretudo guarani, e a partir do século XIX, de forte presença branca, pela emigração de europeus, e, evidentemente, o Brasil amazônico, até hoje marcadamente indígena, mas também, em ambas as áreas, estiveram presentes o escravo africano e seus descendentes.

Referirei, brevemente, aos indícios mencionados, desenvolvidos por mim em trabalho do ano passado (1998). Costuma-se ver os africanos e seus descendentes nas grandes frentes de exploração econômico-mercantil colonial. Contudo eles desempenharam múltiplos e pequenos, mas essenciais, papéis no interior das famílias dos colonizadores, com atividades externas indispensáveis, tanto nos núcleos urbanos em formação como no mundo rural da colônia, como analisa Mary Karasch, especialista no assunto (cf. Nizza da Silva [org.], 1994: s. v. *Escravidão africana*).

Outro indício encontrado e que desenvolvo no texto antes referido, trata-se dos negros escravos em busca da liberdade, nos chamados *espaços ilegítimos* da escravidão. Despertou-me para isso a coletânea de 1996, organizada pelos historiadores João José Reis e Flávio dos Santos Gomes – *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*, que mostra o interesse lingüístico para uma outra face propícia à difusão do *português geral brasileiro*.

Os avanços dos estudos históricos afro-brasileiros vêm revelando que, ao longo do período escravista, a resistência à escravidão foi constante e se agudiza no século XIX, com as conhecidas revoltas e rebeliões negras. A configuração social

desses *espaços ilegítimos* – os quilombos – e a sua difusão pelo Brasil indicam o seu significativo interesse para a história lingüística do Brasil e para a formação do *português geral brasileiro*.

Embora os estudos da coletânea referida não falem da “língua” dos quilombos, pode-se conjecturar, em termos lingüísticos, que, nessas situações sociais, muito mais numerosas do que antes estava estabelecido, se encontram múltiplas falas correntes no Brasil: africanas, indígenas, português africanizado, português indígena, até o português europeu, já que acoitavam fugitivos. Teriam sido eles laboratórios de um *português geral brasileiro*, necessário à articulação desses *espaços ilegítimos* com a *sociedade legítima*, a do segmento escravo, mas não só, externa a esses *espaços ilegítimos*, como fica claro na leitura de alguns dos dezoito estudos da coletânea.

A consabida presença maciça dos africanos e seus descendentes nas grandes frentes de colonização da economia colonial; os diversificados e múltiplos papéis por eles desempenhados na sociedade colonial rural e urbana, destacados por Mary Karasch; o significado social e lingüístico dos chamados *espaços ilegítimos* da escravidão, foco da coletânea de J. J. Reis e F. S. Gomes; e, acrescento ainda, o fato, assinalado por Dante Lucchesi (1999), que é o dos sucessivos deslocamentos de escravos do nordeste para o centro e para o sudeste, acompanhando a história econômica brasileira – das plantações de açúcar, para a mineração, daí para as emergentes plantações de café, e, acrescentaria também, posteriormente, o deslocamento dos descendentes mestiços, ou não, portadores do *português geral brasileiro*, do nordeste para a Amazônia, são fatos históricos que, no meu modo de ver, embasam o ponto de vista interpretativo de que é esse numeroso segmento da população brasileira o principal agente da difusão do português brasileiro, na sua face majoritária, a *popular* ou *vernácula*.

Os fatos histórico-lingüísticos do passado que apresentei e busquei interpretar indicam em que se enraíza a heterogeneidade polarizada que os sociolingüistas de hoje vêm demonstrando e por que, nas salas de aula de português, ocorre uma espécie de diglossia, definida por Mary Kato, antes referida, em que as regras do padrão a serem ensinadas sejam adquiridas, quando o são, sobretudo se os estudantes e professores provêm das chamadas classes populares, como se se tratasse de uma “gramática” de língua estrangeira.

A questão que subjaz e que discutirei, sinteticamente, para finalizar, é a da razão da persistência hoje dessa situação sociolingüística que se enraíza na clivagem sócio-histórica do passado. Reforça-se tal situação pela história da escolarização no Brasil que, a meu ver, é um fator essencial para clarear a heterogeneidade e polarização sincrônicas em *normas cultas* e *normas vernáculas* ou *português brasileiro culto* e *português brasileiro popular*. Se tivesse sido outra a história da escolarização, talvez se configurasse hoje de outra forma o português brasileiro.

Segundo Antônio Houaiss, não ultrapassariam 0.5% os letrados brasileiros até os inícios do século XIX (1985: 137). O historiador Boris Fausto, com base no

primeiro recenseamento geral do Brasil de 1872, diz que então teria o Brasil uma população de 4.600.000 hab, e apresenta os significativos dados sobre escolarização e sua interpretação, que externam a clivagem sociolingüística caracterizada neste texto:

Entre os escravos, o índice de analfabetos atingia 99.9% e entre a população livre, aproximadamente, 80%, subindo para mais de 86% quando consideramos as mulheres... Apurou-se ainda que somente 16.8% da população entre seis e quinze anos freqüentavam escolas. Havia apenas 12 mil alunos matriculados em colégios secundários. Entretanto, calcula-se que chegavam a 8.000 o número de pessoas com educação superior no país. Um abismo separava, pois, a elite letrada da grande massa de analfabetos e gente de educação rudimentar (1994: 237)

Se o *abismo*, a que se refere o historiador, era esse em 1872, mais profundo terá sido no período de três séculos coloniais, já que ao iniciar-se o século XIX, segundo Houaiss, o percentual de letrados seria 0.5%. Seriam esses letrados, ínfima minoria, os mais prováveis usuários do antecedente histórico do que veio a designar-se *português culto*, lusitanizante, do passado. Portanto os “todos que puderam adquirir uma cultura letrada”, na concepção de Serafim da Silva Neto, construíram uma porção mínima da população brasileira colonial e pós-colonial.

Segundo dados históricos utilizados recentemente por Ilza Ribeiro em *A origem do português culto – A escolarização* (1999), verifica-se, segundo a fonte referida pela autora, a situação do analfabetismo no Brasil entre 1890 e 1920:

especificação	1890	1900	1920
total	14.333.915	17.388.434	30.635.605
sabem ler e escrever	2.120.559	4.448.681	7.493.357
não sabem ler e escrever	12.213.356	12.939.753	23.142.248
% de analfabetos	85	75	75

Tabela 3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, *Anuário estatístico do Brasil*, ano II, 1936: 43 (apud I. RIBEIRO, 1999)

Alcançou-se a segunda década do século XX com 75% de analfabetos e com uma população de 25% que “sabia ler e escrever”. Não se pode avaliar, a rigor, o que seria então “saber ler e escrever”; de todo modo, numa hipótese otimista, poder-se-ia admitir que, dentre esses 25%, estariam os potenciais usuários do *português brasileiro culto*.

Dando um salto de setenta anos, recorto o seguinte trecho de um *Relatório Técnico* do Ministério da Educação de 1990, sobre a população escolar no Brasil: “O sistema educacional cresceu, mas não educa. No 1º. grau, somente 38% concluem a 1ª. série. Menos de 20% chegam ao segundo grau, apenas 17% o concluem. 10% alcançam a universidade” (cf. *A Tarde*, 27.03.1990).

Se admitirmos como letrados os que concluem o 1º. grau, tem-se menos de 20%, entre os que têm a possibilidade de se inscrever no sistema escolar, no início

desta década. Contudo, conscientes hoje estamos da qualidade da escola e da precária formação dos professores. Verifique-se, por exemplo, dados oficiais de 1994 da Secretaria de Planejamento do Governo Federal que informa que, para o geral do Brasil, há 40% de professores de 1º. e 2º. graus com formação de 3º. grau; 49% só com o 2º. grau e os outros 11% com formação completa ou incompleta de 1º. grau. Se são consideradas regiões mais pobres do Brasil, como o Nordeste, segundo esses dados, só apenas 16% dos professores de 1º. e 2º. graus têm formação de 3º. grau (Weiselfiss, 1994). Admitindo-se que o 3º. grau – hipótese também otimista – oferece uma formação adequada para o ensino de 1º. e 2º. graus –, vê-se, por esses percentuais, quão precária qualitativamente é a escolarização no Brasil, a par da “política da quantidade”, antes referida neste texto.

Essa questão preocupa hoje o Ministério da Educação. Informe recente desse Ministério, veiculado no jornal *A Tarde* de 26 de julho deste ano, diz que dos 788.900 docentes da 1ª. à 4ª. série, 94.900 (12%) não completaram o 2º. grau. A maioria se concentrando em escolas rurais. Do total, 44.300 (46.6%) não completaram nem sequer o ensino fundamental (antigo 1º. grau, 1ª. à 5ª. série) e são professores da 1ª. à 4ª. série. A solução legal que a notícia veicula é a de que, pela lei que regulamentou o *Fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério* (FUNDEF), até o ano de 2001 todos os professores tenham habilitação correta, isto é, ensino médio completo para professores até a 4ª. série e ensino superior para os que lecionam a partir da 4ª. série. Como se cumprirá essa lei, é esperar para ver!

Sem dúvida o ensino escolar cresceu quantitativamente, muitos já se sentam nos bancos das escolas, mas esse sistema não qualificou, por razões sociopolíticas evidentes, os seus docentes, as suas escolas. O diagnóstico de Wanderley Geraldi (1991), para a década de setenta deste século, antes referido, se aplica ao fim do século XX. Chega-se aos 500 anos do Brasil com a exigência legal mínima, a ser cumprida, de que a formação superior só será necessária para os docentes a partir de 5ª. série; para as séries fundamentais, as formativas, exige-se dos docentes apenas a formação média.

Considerando a questão aqui focalizada, não poderei deixar de concluir que não está a escola brasileira, na sua maioria, preparada, no que se refere ao ensino do português no Brasil, para treinar os seus estudantes segundo o padrão lingüístico idealizado, que começa a ser preconizado e estabelecido no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX e reforçado nos meados deste século (cf. Pagotto, 1999), inevitavelmente flexibilizado nos dias que correm, não só por causa da qualidade das escolas e da qualificação dos professores, mas porque os chamados usos populares já atingem os usos cultos, como vêm demonstrando as pesquisas sistemáticas dos estudos sociolingüísticos sobre o português brasileiro.

Com esses fatos históricos recentes sobre escolarização, pode-se ter uma breve, mas, a meu ver, clara idéia de que a clivagem, sócio-histórica e lingüística, que busquei mostrar e interpretar, com referência ao passado lingüístico do Brasil,

se projeta e perdura no presente, permitindo, segundo o meu ponto de vista, uma compreensão histórica do português brasileiro da atualidade, na sua complexa heterogeneidade e polarização social.

4 Breve epílogo como conclusão

Na companhia de muitos que já refletiram e interpretaram o português brasileiro numa perspectiva histórica e de outros que estudaram a história da nossa sociedade; em estudos lingüísticos recentes sobre a configuração complexa do português brasileiro de hoje e, ainda, na companhia dos colegas do *Programa para a história do português brasileiro (PROHPOR)*, do setor de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFBA; e dos que, desde 1997, se reúnem no *Projeto nacional Para a história do português brasileiro*, procurei articular fatos e dados do passado e do presente para construir uma compreensão histórica da língua que usamos. Como qualquer interpretação, esta será passível de críticas, revisões, complementações, recusas.

Contudo, gostaria de afirmar algo afluído em mim em 1959, quando, aluna na graduação do Mestre Nelson Rossi, tive a oportunidade de ler Antoine Meillet, dos grandes lingüistas historicistas do começo deste século, no seu *Esquisse d'une histoire de la langue latine* que, em mim, despertou a convicção, ao esboçar ele a história da língua latina, de que a história de uma língua se esclarece pela história social e política do povo que usa essa língua. Diz Antoine Meillet:

A história política de Roma e a história da civilização romana explicam a história da língua latina (1928: 5, minha a tradução)

Mutatis mutandis, a diferença entre o português europeu e o português brasileiro e a diferença no interior do português brasileiro confirmam a proposição acima e ilustram como são sensíveis a fatores contingentes a história das línguas, como defendem Roger Lass e também David Lightfoot, comentados no início deste texto, especialistas de hoje em Lingüística histórico-diacrônica.

Referências bibliográficas:

- BAXTER, Alan (1998). O português vernáculo. Morfossintaxe. In: PERL, M. e SCHWEGLER, A. (eds.). *América negra. Panorâmica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas, portuguesas y criollas*. Berlim: Verwoert/Iberoamericana. p. 97-137.
- BAXTER, Alan e LUCCHESI, Dante (1996). Um paso a más hacia la definición del pasado criollo del dialecto afro-brasileño de Helvécia (Bahia). *Comunicação* ao 2º. Colóquio Internacional de lenguas criollas de base española y portuguesa. Berlim (mimeo.).
- BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante e GUIMARÃES, Maximiliano (1997). Gender agreement as a 'decreolization' feature of an afro-brasilian dialect. *Journal of pidgin and creole languages*, 12(1): 1-57.
- CARDIM, Fernão (1997[1580-1590]) *Tratados da terra e gente do Brasil*. Transcrição, introdução e notas de Ana Maria Azevedo. Lisboa: Comissão dos Descobrimentos Portugueses.
- CASTILHO, Ataliba de (org.) (1998). *Para a história do português brasileiro. Primeiras idéias*. v. 1. São Paulo: Humanitas/FAPESP.

- CASTRO, Ivo (1996). Para uma história do português clássico. CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE O PORTUGUÊS. actas, v. 2. Lisboa: Colibri/APL. p. 135-50.
- CORREA, Wilma Reche (1993). O objeto nulo: como se aprende a preencher no português do Brasil (mimeo).
- COSERIU, Eugenio (1979). *Sincronia, diacronia e história. O problema de mudança lingüística*. Rio: Presença.
- CUNHA, Celso Ferreira da (1987). Em torno do conceito de brasileiro. *Arquivos do Centro Cultural Português*, XXIII (Homenagem a Paul Teyssier): 3-29.
- ELIA, Sílvia (1994). Portugiesisch: Brasilianisch (O português do Brasil). In: HOLTUS, G.; METZELIN, M. e SCHMITT, C. (orgs.) *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. v. 6, 2. Tübingen: Max Niemeyer Verlag. p. 559-75.
- FAUSTO, Boris (1994) *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/FDE.
- GERALDI, Wanderlei (1991). *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- GOMES, Mércio (1993). O futuro dos índios. *Carta*, 9: 61-74.
- HOUAISS, Antônio (1985). *O português do Brasil*. Rio: UNIBRADE/UNESCO.
- KARASCH, Mary (1994). Escravidão africana. In: NIZZA DA SILVA, M. B. (org.). p. 298-303.
- KATO, Mary (1993). Apresentação – 'Como, o que e por que escavar?' In: ROBERTS, I. e KATO, M. (orgs.) *Português brasileiro...* p. 13-27.
- KATO, Mary (1996). Português brasileiro falado: aquisição em contexto de mudança lingüística. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE O PORTUGUÊS; actas, v. 2. Lisboa: Colibri/APL. p. 209-29.
- KROCH, Anthony e TAYLOR, Ann (1994). English verb second constraint: case study in language contact and language change (mimeo.).
- LASS, Roger (1980). *On explaining language change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LASS, Roger (1997). *Historical linguistics and language change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LIGHTFOOT, David (1993). Uma ciência da História? *D.E.L.T.A.*, 9(2): 275-94.
- LIGHTFOOT, David (1999). *The development of language. Acquisition, change and evolution*. Massachusetts: Blackwell.
- LOBO, Tânia (1996). A formação sócio-histórica do português brasileiro. O estado da questão. *Comunicação ao XI Congresso da ALFAL*. Gran Canária (mimeo.).
- LUCCHESI, Dante (1994). Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua portuguesa*, 12. p. 17-28.
- LUCCHESI, Dante (1999). *Tendências de mudança no português do Brasil rumo ao 'ponto impróprio'* (a sair na Revista *D.E.L.T.A.*).
- LUCCHESI, Dante e BAXTER, Alan (1997). A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos Lingüísticos e Literários*, 19. p. 65-84.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1985). Dizem que vai mal o vernáculo no Brasil: reflexões sobre a língua portuguesa e seu ensino. CONGRESSO SOBRE A SITUAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO; actas, v. 2. Lisboa: IN-CM. p. 360-75.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1993). Português brasileiro – raízes e trajetória. Para a construção de uma história. *Discursos. Estudos de língua e cultura portuguesa*, 3. p. 75-91.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1995). *Contradições no ensino do português. A língua que se fala x a língua em que se ensina*. São Paulo: Contexto; Salvador: EDUFBA
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1998). De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil. Em busca de indícios. In: MATTOS E SILVA, R. V. (org.) *Para a história do português brasileiro. Primeiros estudos*. v. 2 (no prelo). *Comunicação ao II Seminário para a história do português brasileiro*. Campos do Jordão.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1999). A propósito das origens do português brasileiro. CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN; anais, 2. Florianópolis. (no prelo) *Comunicação em Mesa-Redonda*.
- MONTEIRO, John Manuel (1995). *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MUSSA, Alberto Baeta Neves (1991). *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Rio: UFRJ. Dissertação de Mestrado (mimeo).
- NARO, Anthony e SCHERRE, Martha (1993). Sobre as origens do português popular brasileiro. *D.E.L.T.A.* (nº. especial): 437-455.

- NARO, Anthony e SCHERRE, Martha (1999). Concordância variável em português: a situação no Brasil e em Portugal. CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN; anais, 2. Florianópolis. (no prelo). *Comunicação em Mesa Redonda*.
- NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz (org.) (1994). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo.
- PAGOTTO, Emílio (1999). Norma e condescendência. Ciência e pureza. *Comunicação ao III Seminário para a história do português brasileiro*. UNICAMP. In: ALKMIN, T. (org.) *Para a história do português brasileiro*. v. 3. (em preparação).
- REIS, João José e GOMES, Flávio (orgs.) (1996). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RODRIGUES, Aryon Dall' Igna (1986). *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.
- RODRIGUES, Aryon Dall' Igna (1993). Línguas indígenas. 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.* 9(1). p. 82-104.
- RODRIGUES, José Honório (1985). A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial. In: RODRIGUES, J. H. (org.) *História nova*. São Paulo: Global Universitária. p. 11-48.
- RIBEIRO, Darcy (1995). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RIBEIRO, Ilza (1998). A mudança sintática do português brasileiro é mudança em relação a que gramática? In: CASTILHO, A. (org.) *Para a história do português brasileiro...* p. 101-20.
- RIBEIRO, Ilza (1999). A origem do português culto. A escolarização. *Comunicação em Encontro da UNIFACS*. Salvador (mimeo.).
- ROBERTS, Ian e KATO, Mary (orgs.) (1993). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: EDUNICAMP.
- SCHWARTZ, Stuart (1994). Engenheiros. In: NIZZA DA SILVA, M. B. (org.) *Dicionário...* p. 287-9.
- SILVO NETO, Serafim da (1986 [1950]). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Sed. Rio: Presença.
- SILVA NETO, Serafim da (1960). *A língua portuguesa no Brasil. Problemas*. Rio: Acadêmica.
- SOUZA, Gabriel Soares de (1989 [1587]). *Notícia do Brasil*. Edição e comentários de Luis de Albuquerque. Lisboa: Publicações Alfa.
- TARALLO, Fernando (1993). Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro. In: ROBERTS, I. e KATO, M. (orgs.) *Português brasileiro...* p. 36-8.
- TARALLO, Fernando (1993). Diagnosticando uma gramática brasileira. O português d' aquém e d' além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I. e KATO, M. (orgs.) *Português brasileiro...* p. 69-106.
- TAYLOR, Gerald (1988). Apontamentos sobre o nheengatu falado no Rio Negro. *Ameríndia*, 10. p. 5-24.
- TEYSSIER, Paul (1982 [1980]) *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William e HERZOG, Mervin (1968). *Empirical foundations for a theory of language change*. In: LEHMANN, W. e MALKIEL, Y. (eds.) *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press. p. 1-99.
- WEISELFISS, J. (org.) (1994). *Projeto ARIDAS: uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Nordeste. GT III – Desenvolvimento humano e social III. 1. Educação (Relatório – versão preliminar)*. Brasília: SEPLAN.

Trabalhando com textos
que depõem
a favor do feminismo
The Lady of Shalott
de Lord Tennyson e
The Story of an Hour
de Kate Chopin

Sílvia Maria Guerra Anastácio

Universidade Federal da Bahia

Resumo

Este trabalho tem como proposta uma análise de personagens femininas do séc. XIX, na literatura inglesa, que constituem um depoimento a favor do feminismo. É um estudo interdisciplinar em literatura comparada, baseado em um conto de Lord Tennyson e um poema de Kate Chopin. Além disso, será utilizado um recorte no campo das artes plásticas, com o objetivo de caracterizar a figura feminina em uma reflexão semiótica para uma melhor compreensão do tema analisado.

Abstract

This work proposes to analyse a variety of images of women in XIXth century visual and verbal texts. It is an inter-disciplinary study, especially based on the English poem "The Lady of Shalott" by Lord Tennyson and on the American short story "The story of an hour", which aims at reflecting on feminism under a semiotic light.

Introdução

A escolha do tema: propósito e justificativas

O tema escolhido propõe um estudo sobre representações da figura feminina produzidas no século XIX. A seleção de textos foi deliberada a partir do poema da literatura inglesa, *The Lady of Shalott*; este consagrou um modelo de mulher tão popular na época, um ícone tão eloqüente, que inspirou grande variedade de pinturas, capazes de valorizar a força imagética dos versos de Tennyson.

Com o objetivo de ampliar as reflexões sobre o discurso feminista, buscou-se como contraponto um outro texto publicado também no século XIX, produzido nos Estados Unidos. O conto da escritora Kate Chopin, *The Story of an Hour*, de apenas três páginas, além de oferecer interessantes pontos de confronto com o poema, é uma obra-prima de condensação literária. Ajusta-se perfeitamente à proposta do poeta E.A. Poe, que, em vários ensaios, inclusive no *Poetic Principle*, afirma que um texto, “para preservar a sua unidade, a totalidade de efeito ou impressão causada”, deve ser lido de uma só vez (*at a sitting*) (Bradley, 1967: 897).

Portanto, a análise é um trabalho em literatura comparada, de âmbito interdisciplinar. A partir do poema que deflagrou o estudo, sugere-se uma incursão pelas artes plásticas, na medida em que possam ampliar a compreensão do discurso analisado. Propõe-se, neste trabalho, não apenas uma exposição de imagens femininas centradas numa determinada época, mas, principalmente, estabelecer uma reflexão sobre o que um crítico do século XX pode inferir de toda uma rede semiótica tecida em torno da figura feminina.

1 Puxando os primeiros fios narrativos: conceitos e representações

É importante começar conceituando *feminismo* e a noção correlata de *gênero*. Segundo a crítica Pam Morris:

Feminismo é um tipo de percepção política baseada em pelo menos duas idéias essenciais: que a diferença de gênero é a base da desigualdade estrutural entre homens e mulheres, gerando, por sua vez, injustiça social; que a desigualdade entre os sexos é uma construção sócio-cultural, não uma necessidade biológica (Morris, 1993: 1).

Quanto ao termo *gênero*, admite-se que é uma representação, pois:

Cada palavra, cada signo representa o seu referente: um objeto, um fenômeno, um ser animado (...); um tipo de relação, pertencente a uma classe, categoria, a um grupo.

Os conceitos culturais de macho e fêmea, como duas categorias complementares (...), constituem dentro de cada cultura um sistema de gênero, um sistema simbólico, que relaciona o sexo a conteúdos culturais. Embora os significados variem de cultura para cultura, o sistema de gênero determinado pelo sexo se interrelaciona com fatores políticos e econômicos. Este sistema é, pois, um aparato semiótico; uma representação, que atribui sentido (identidade, valor, prestígio) aos indivíduos de uma sociedade (Lauretis, 1987: 5).

As obras de arte podem sugerir representações de gênero associadas à sexualidade, e essa mediação é processada via imagens, veiculadas através de signos verbais ou, freqüentemente, plásticos. Ao lidar com a representação do feminismo, especialmente na literatura, mas também nas artes de um modo geral, é preciso entender um pouco os mecanismos que a fundamentam.

Fazendo uma retrospectiva histórica, grande número dos mitos ocidentais ligados à criação do homem reconhece o papel da mulher como secundário (Tuana, 1993: 3). Ela aparece como o Outro, cabendo ao homem a primazia discursiva. Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*, desenvolve o conceito do "Outro", reconhecendo que só se pode admitir o sentido da própria identidade a partir da existência do outro ou em oposição a ele. Segundo Simone, a mulher tem sido vista como um ser "inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro" (Beauvoir, 1980: 10-1. v. 1.).

Essa desigualdade está no cerne dos mitos ocidentais e assume uma força simbólica enraizada à própria história das culturas. A palavra *mito* deriva do grego *mythos* e significa "palavra, fala, história dos deuses". É uma narrativa que sugere os valores de uma determinada sociedade, oferecendo um *insight* quanto à provável atitude dos que acreditam nessas histórias e possibilitando que se reconstrua o modo de pensar de um povo. Os mitos são "representações simbólicas de nossos ideais", e é importante ter em mente que:

As versões imaginárias da teia de relacionamentos sociais de uma comunidade constituem a sua ideologia (...), que não é simplesmente um jogo de ilusões, mas um sistema de representações (discursos, imagens, mitos), o qual expressa as relações realmente vivenciadas por aquela sociedade (Coward and Ellis, 1977: 101).

A *ideologia* "é uma busca permanente dos valores", que perpassa o discurso individual ou coletivo (Greimas, 1979: 224-5), pois o olhar não é ingênuo; ele vem carregado de sentido e denuncia uma postura perante o mundo. É "um sistema

de representação que uma sociedade faz de si mesma nas suas relações com o real" (Brunel, 1986: 51).

Segundo Bakhtin, a enunciação reflete uma estrutura socioideológica. Dentro dessa perspectiva, o signo e a organização social estão interligados, sendo todo signo ideológico. Logo, os sistemas semióticos devem refletir uma ideologia, e a palavra é o signo ideológico por excelência. Mas não somente a palavra, toda imagem artística-simbólica é uma forma de enunciação, podendo ser vista como um signo ideológico, que reflete uma cosmovisão e denuncia uma série de valores que o artista prestigia ou condena.

Mecanismos intersemióticos

Está embutida nesta análise uma preocupação com os mecanismos intersemióticos, uma vez que signos verbais e plásticos são tecidos em torno do tema *The Lady of Shalott*. A *Semiótica* é um reconhecido método de investigação científica dentro das ciências comportamentais, cognitivas e sociais, que remete ao estudo da capacidade dos seres humanos de produzir e compreender signos de todos os tipos. *Signo* remonta à palavra grega *sema*, "marca, sinal"; ele "representa algo para alguém, sob algum aspecto" (Peirce, 1958: 2.228).

Os componentes principais desse processo mental semiótico são: o *signo* (uma imagem representativa ou um ícone, uma palavra, um gesto, etc.); o *objeto* referido (que pode ser concreto ou abstrato); e o *significado*, que resulta de uma associação entre o signo e o seu objeto). O sistema cognitivo do ser humano opera com base nesse eixo triádico (Sebeok, 1994: xi-xiii).

De acordo com as idéias de Charles Peirce (1839-1914), cada signo determina um *interpretante*, "que é um signo equivalente, ou talvez, um signo mais desenvolvido que o primeiro (Peirce, 1958: 2.228)". É pelo *interpretante* que entra o elemento novo no sistema, permitindo que se tenha um melhor entendimento do objeto imediato. As traduções intersemióticas, como as de signos verbais em não verbais – incluindo pinturas, esculturas... –, são interpretantes que tendem a ampliar a compreensão do objeto (Sebeok, 1994: 6-14).

O *processo semiótico* é, portanto, inerente à habilidade inata da mente de transformar cognitivamente as impressões sensoriais em signos. Todas as criaturas estão destinadas a emitir 'signos de vida', pois a vida é *semiose* ou ação do signo (Danesi *apud* Sebeok, 1994: xi-xiii).

2 Delineando representações femininas tecidas a partir do ícone – *The Lady of Shalott*

Que imagens de mulher marcaram a produção do século XIX e por que este século foi especialmente privilegiado pelo estudo proposto? Segundo as críticas feministas Gilbert e Gubar, essas imagens eram, na sua maioria, fantasias masculinas, construídas por autores que pertenciam a um sistema patriarcal (M. Gilbert e

Susan Gubar *apud* Moi, 1985: 57). Eram narrativas, que, freqüentemente, abordavam mulheres marginalizadas, e, dentre esses textos, que haveriam de problematizar a exclusão, o silêncio da mulher, destaca-se o poema de Alfred Tennyson, *The Lady of Shalott*. Os estudos de gênero têm-se voltado para esses versos a fim de analisá-los a partir de uma perspectiva feminista.

Um dos marcos do século XIX foi o esboço do movimento feminista (Millet, 1973: 121). Após a revolução industrial, as reivindicações das mulheres se intensificaram, especialmente ao ingressarem na força de trabalho em troca de salários mais baixos que os dos homens, o que passou a constituir uma ameaça para eles. A sociedade procurou restringir-lhes, então, a liberdade, tentando reconduzir as mulheres para os seus ofícios e afazeres domésticos (Beauvoir, 1949: xxix). As feministas teriam se posicionado contra essa dicotomia entre o espaço público e o privado, sugerindo que toda dicotomia é redutora e que, na prática, esses níveis muitas vezes se sobrepõem.

2.1 Dialogando com o poema *The Lady of Shalott*

O poema narrativo da época vitoriana, *The Lady of Shalott*, escrito por Alfred Tennyson (1809-1892), problematiza a questão do espaço ocupado pela mulher naquela sociedade. Nesse período, começou-se a refletir com mais interesse sobre questões ligadas à sexualidade, sobre os papéis da mulher dentro e fora da vida familiar. Os escritores e pintores refletiram essas preocupações através de sua produção cultural; cada um expressando, ao seu modo, os valores vigentes e uma possível multiplicidade de discursos (Houghton, 1957: 9).

Origens do poema

Tennyson escreveu duas versões do poema: uma publicada em 1832 e a outra em 1842, na qual está centrada esta pesquisa e que foi ilustrada por telas do pintor John William Waterhouse, entre outros.

Para escrever o poema, Alfred Tennyson, um dos mais representativos da época vitoriana, baseou-se na personagem Elaine, de Thomas Malory (1394?-1471), que era apaixonada por Sir Lancelot, um dos cavaleiros da Távola Redonda. Malory, por sua vez, inspirou-se nas lendas do rei Artur, pois quis resgatar o clima de cavalaria da Idade Média (Lacy, 1996: s.p.).

The Lady of Shalott é uma balada de tom trágico. A palavra *balada* vem do francês arcaico e quer dizer “canção para ser dançada”. Muito a gosto na Idade Média, canta o amor, a coragem, a morte, e o seu refrão melodioso ajuda a enfatizar os pontos altos da narrativa (Pooley, 1968: 52-3).

Esse poema convoca uma polifonia de vozes na sua urdidura, entre lendas medievais e romances. Dentre as apropriações feitas por Tennyson, além das histórias de Malory, destacam-se mitos de criação, como o de Penélope, esposa do

guerreiro Ulisses. A imagem de Penélope pode remeter à história da criação feminina, pois a mulher, em meio a uma tradição cultural patriarcal, tem procurado, recentemente, desconstruir velhos mitos, substituindo-os aos poucos por leituras menos injustas.

Dentro do texto, portanto, múltiplas vozes se encontram, num fenômeno identificado pela lingüista Julia Kristeva como *intertextualidade*. Como lembra Morris, Bakhtin refere-se, também, à questão da *apropriação*. Para ele, os textos são vistos como:

Espaços de conflitos dialógicos ou intertextuais, argumentando que as escritoras (...) têm se apropriado das formas dos autores, da sua linguagem, dos seus mitos para reinventar os próprios significados (Morris, 1993: 156).

Tennyson teria dialogado no poema com vários textos, buscando expressar, num tom romântico, as preocupações moralistas da época em que viveu. Embora diversos elementos da narrativa de Malory tenham passado para o poema, a *Lady of Shalott* de Tennyson possui um perfil diferente, e mais se assemelha a uma personagem de contos de fada. A idéia de fazer com que a figura central do poema só pudesse ver o mundo através de um espelho também foi introduzida por Tennyson, sendo costume na época das tecelãs terem sempre um espelho diante de si, no qual pudessem contemplar sua produção.

Os versos de Tennyson caracterizam-se pelo seu escapismo, sugerindo um aparente refúgio da realidade social do seu tempo, dos problemas sociais da época vitoriana (1837-1901), exacerbados pela Revolução Industrial. Elegendo o mundo medieval como fonte de inspiração, essas narrativas românticas oferecem uma válvula de escape para um espaço exótico.

Tennyson dá um tom trágico à história, retratando uma jovem misteriosa, que mora numa torre alta, situada na ilha de Shalott; esse lugar fica no meio de um rio, que vai dar na corte do rei Artur, em Camelot. Noite e dia, ela trabalha num tear, proibida de olhar para fora de sua janela, sob pena de sofrer um castigo. Dali só vislumbra as múltiplas torres de Camelot e as sombras do mundo lá fora, que se refletem num espelho a sua frente.

Perspectivas e simbolismo do poema

Esse poema narrativo é contado em terceira pessoa e composto de quatro partes: a primeira e segunda partes com quatro estrofes; a terceira, com cinco estrofes; e a última, com seis. Cada estrofe da balada tem nove versos e os refrões vão como que costurando a narrativa.

Fazendo a escansão dos versos, percebe-se que predomina o esquema rítmico tetrâmetro iâmbico (ritmo ascendente, de quatro pés métricos), que freqüentemente se alterna com tetrâmetro trocáico (ritmo descendente); os refrões, mais curtos, em iâmbico trimetro. Em alguns momentos da narrativa, o iâmbico passa, geralmente, a trocáico, que é o inverso. Essa narrativa longa e cadenciada causa um

efeito hipnótico, encantatório no ouvinte, tão característico dos contos de fada. Os versos se expandem e se contraem. Os refrões marcam o movimento de contração, como que enfatizando a atmosfera de opressão, relacionada à temática do poema.

A primeira parte revela as terras em volta da ilha de Shalott, sob ângulos diferentes:

A primeira estrofe, numa panorâmica em vô de pássaro, mostra como seria vasculhar as terras lá de cima. Uma tomada aérea, que se vai afunilando, até dar no alvo: a ilha de Shalott (um acidente geográfico solitário e destacado do resto do continente). A palavra *Shalott* pode ser um anagrama de *Astolat*, a casa onde morava a heroína do poema de Malory.

On either side the river lie
Long fields of barley and of rye,
That clothe the world and meet the sky;
And through the field the road runs by
 To many-towered Camelot.

And up and down the people go,
Gazing where the lilies blow
Round an island there below.
 The island of Shalott (Pooley, 1943: 561).

O sentido que predomina é a visão. Um olhar fixo, atento, enfatizado pelo verbo *gaze*. Um olhar a que nada escapa: o rio; os longos campos de cevada e centeio, que parecem vestir a planície numa metáfora bem delicada; as pessoas andando para cima e para baixo (*up and down*); as torres da corte de Camelot provavelmente de vários tamanhos. A impressão cinestésica desses versos é de ondulação, de movimento, também sugerida pelos lírios balançando e provavelmente perfumando os campos. Tudo se move em harmonia com a forma, com a silhueta dos versos, em expansão e contração. Tudo ou quase tudo.

Os dois refrões orquestram o ponto e o contraponto iniciais da narrativa. Camelot e Shalott, em perfeita simetria formal. De um lado, a corte de Camelot cheia de vida e movimento. De outro, a ilha de Shalott, imóvel. Onde a *Lady of Shalott* vive entre quatro paredes cinza e quatro torres cinza. De onde se pode ver as flores e árvores brancas, lá em baixo. Onde se vê um bosque de salgueiros alvos, e também de choupos, que são arbustos de tronco branco; possivelmente emoldurando e refletindo a pureza da *Lady of Shalott*. A aliteração no início da estrofe (*willows, whiten*) pontua a alvura que se deseja sinalizar.

Willows whiten, aspens quiver,
Little breezes dusk and shiver,
Four gray wall, and four gray towers,
Overlook a space of flowers,
and the silent isle imbowers
 The Lady of Shalott (Pooley, 1943: 561)

O último refrão da segunda estrofe chama a atenção para a personagem do poema, que melancolicamente vive cercada por tons cinzas, apesar da natureza lá fora ser florida e cheia de cores. Como um realejo tocando, a repetição dos versos iniciais da estrofe enfatizam a mesmice daquela vida insípida (*Four gray walls, and four gray towers*).

A impressão que se tem é de uma câmara buscando sempre melhores enquadramentos, mas nenhum ângulo pode revelar a personagem. Quse no final da primeira parte, entretanto, o autor quer passar alguma informação, mesmo indireta, sobre a presença física da *Lady of Shalott*, e esta chega até o leitor através dos trabalhadores da região, que teriam procurado vê-la na janela, sem sucesso. Mas teriam-na ouvido cantar:

But who hath seen her wave her hand?
Or at the casement seen her stand?
(...)
only reappears, reaping early (...)
hear a song that echoes cheerly
(...) By the moon the reaper weary,
Piling sheaves in uplands airy,
(...) Listening whispers 'tis the fairy
Lady of Shalott' (Pooley, 1943: 561).

A jovem aparece como uma imagem emoldurada pela sua janela. Enclausurada, e que emite poucos sinais de vida. Não pode ser vista por ninguém, e apenas o seu canto solitário é ouvido pelos camponeses. Uma figura misteriosa, mítica. Mais do ar que da terra, e a intensa aliteração em /r/ dessa estrofe sinaliza a palavra *fairy* (fada), que define a personagem; também a reiteração de sons sibilantes enfatiza a musicalidade associada a *Lady of Shalott*.

Ao referir-se àquela figura misteriosa, na segunda parte, o poeta sugere que ela vive sob a ameaça de um castigo que, ironicamente, nem sabe qual é. Sabe apenas que não pode parar de tecer e olhar para Camelot, para onde todos que por ali passam, se dirigem:

There she weaves by night and day
A magic web with colours gay.
She has heard a whisper say,
A curse is on her if she stay
 To look down to Camelot.
She knows not what the curse may be,
And so she weaveth steadily. (Pooley, 1943: 561).

Essa figura mítica da criação, amaldiçoada, vai tecendo sempre. Como Penélope. E um clima de magia a envolve, enfatizado pelo adjetivo que qualifica o seu tecido (*magic web*). Não pode participar da vida, que se desenrola além da sua pequena ilha; o espelho do quarto é um pobre substituto para os seus olhos, mostrando-lhe reflexos do que sequer pode ver. Como uma alegoria da versão feminina

da caverna de Platão, a jovem está de costas para o mundo, mal podendo vê-lo; o que vê é uma reprodução da reprodução. É uma alegoria da condição da mulher, que vê o mundo através do critério masculino. O que vê é descrito na segunda parte do poema, juntamente com os sentimentos que a dominam.

And moving through a mirror clear
That hangs before her all the year,
Shadows of the world appear
(...)
And there the surly village-churls,
And the red cloaks of market girls,
Pass onward from Shalott. (Pooley, 1943: 561).

Por esses reflexos, a jovem vê muita gente passando por ali: homens rudes do povoado e moças indo para o mercado, de capas vermelhas; as cores alegres dão um toque de vida ao ambiente. E as tomadas de cena são feitas a partir da ilha de Shalott: *Pass onward from Shalott*. É o ponto de referência a partir do qual, e fora do qual, o espetáculo da vida se desenrola.

Mas, de repente, parece dar-se conta de que vive à margem da vida, e a primeira fala direta da personagem expressa a sua insatisfação por ter que se contentar com reflexos. A epifania acontece ao ver um casal apaixonado, enquanto está ali, sozinha, cansada de tecer. E a ilha isolada de *Shalott* entra numa sintonia formal com *shadows*, remetendo novamente à alegoria da caverna, como um eco.

Or when the moon was overhead,
Came two young lovers lately wed;
'I am half sick of shadows,' said
The lady of Shalott. (Pooley, 1943: 562).

Na terceira parte, sobressai a visão romanceada de Lancelot, cavaleiro do rei Arthur. Ao mudar a perspectiva frontal do poema – de Shalott para Lancelot –, muda o primeiro refrão dessa primeira estrofe: o quinto verso não termina com a palavra *Camelot*, como acontece no quinto verso de todas as outras estrofes. Mas *Camelot* é substituída por *Lancelot*, quando num *flash* o cavaleiro aparece; o lugar é substituído pela pessoa, ambos símbolos de liberdade, que a *Lady of Shalott* não consegue alcançar.

A bow-shot from her bower-eaves,
He rode between the barley-sheaves,
The sun came dazzling through the leaves,
And flamed upon the brazen greaves
Of bold Sir Lancelot.
Ahead-cross knight for ever kneeled
To a lady in his shield,
That sparkled on the yellow field,
Beside remote Shalott. (Pooley, 1943: 562).

Em *close*, o reluzente cavaleiro aparece num primeiro plano descritivo. O seu perfil é uma conjunção de forças arrematada por uma carga semântica, que

expressa luz, brilho, calor; esta força semântica, associada à figura de Lancelot, domina as quatro primeiras estrofes da terceira parte. Ele é o próprio sol, um destemido cavaleiro: “*bold Sir Lancelot*”. Novamente, percebe-se o uso de uma estratégia estilística que lança mão da aliteração para sinalizar o motivo da estrofe: na primeira estrofe, a aliteração em /b/ (*bow-shot, bower-eaves, between, barley-sheaves, brazen greaves*) estaria funcionando como um dêitico: aponta para o atributo maior de Lancelot, a coragem (*bold*), de modo que o refrão ecoa o motivo dos versos.

O segundo refrão dessa primeira estrofe ressalta a localização espacial da *Lady of Shalott*, distante de tudo (*remote Shalott*), longe dos campos de tons amarelados, onde está Lancelot. Mas eis que paradoxalmente, ao nível especular, essas duas figuras se encontram (*a lady [...] that sparkled on the yellow field*). Num jogo de perspectivas, os dois pólos opostos se juntam. Surge, nessa integração de planos, uma imagem romântica de Lancelot: cavaleiro do rei Arthur, pronto para reverenciar a figura feminina (*a red-cross knight for ever kneeled / To a lady in his shield*).

Numa época como a vitoriana, tão preocupada com a moralidade, esta seria uma possível versão de sexualidade aceita pela sociedade: uma narrativa cavaleiresca sacramentada pelo ideal romântico de honra e respeitabilidade. Ironicamente, esses versos parecem sugerir que os desejos sexuais da *Lady of Shalott*, assim como grande parte das mulheres, teriam que vir envoltos num emaranhado de fios discursivos balsâmicos, dissimulados por narrativas capazes de absolvê-las perante si mesmas, Deus e a sociedade.

As próximas estrofes mostram a rendição da *Lady of Shalott* ao desejo de ver Lancelot com os próprios olhos. Ele, que passa por ali, de dia, *sob um céu azul, sem nuvens* (*All in the blue unclouded weather*). À noite, sob o céu cor de púrpura, todo salpicado de estrelas brilhantes:

As he rode down to Camelot.
As often though the purple night,
Below the starry clusters bright,
Some bearded meteor, trailing light,
Moves over still Shalott. (Pooley, 1943: 562)

O brilho de Lancelot faz lembrar o de um meteoro, *com uma longa cauda, deixando atrás de si um rastro luminoso*. Essa metáfora faz o leitor visualizar Lancelot em todo o seu esplendor, percebendo a luz interna, que emana da sua figura majestosa. Ele aparece como *flash*, no espelho mágico da *Lady of Shalott* (*He flashed into the crystal mirror*).

Logo, ali tudo se movimenta, menos Shalott, que continua imóvel (*moves over still Shalott*). Essa cena emoldurada na sua luminosidade pode remeter à passagem bíblica do nascimento de Cristo, na qual um facho de luz domina o céu e anuncia a chegada de uma nova era, instaurando um novo tempo.

Nesse momento, a *Lady of Shalott* “deixa o tear” e “dá três passos”, abandonando o trabalho que a ocupava e a mantinha prisioneira. Faz, portanto, a sua escolha. “Vê lírios brotando das águas”, lá embaixo; vê as plumas e o capacete de Lancelot. Olha, também, para Camelot.

She left the web, she left the loom,
She made three paces through the room,
She saw the water-lilly bloom,
She saw the helmet and the plume,
She looked down to Camelot. (Pooley, 1943: 562)

Nessa estrofe, o pronome pessoal *she* (“ela”, *The Lady of Shalott*) é realçado, pois a jovem passa a ser o alvo da atenção, sujeito e centro do foco narrativo. A estrofe é marcada por rimas internas (*she made three paces*), que aumentam a musicalidade dos versos e parecem acentuar a intensidade dos sentimentos da jovem.

O olhar é enfatizado nesse momento de lucidez pela reiteração de verbos, que expressam uma carga semântica de visualidade (*she saw... she saw... she looked*). Esse instante é marcado pela repetição enfática de palavras na frase. Do mesmo modo que a personagem, o leitor é convidado a manter os sentidos bem alertos para: ouvir o ritmo da vida, capturado pelo ritmo dos versos; para sentir o aroma do lírio, ou a maciez da pluma; enfim, para contemplar aquela cena, que provoca tanto o leitor quanto a personagem.

O símbolo do lírio é mencionado, novamente, na terceira parte, e marca um instante de epifania, sugerindo algumas leituras:

É sinônimo de brancura, inocência, virgindade (...)
Evoca, também, amores proibidos (...).
Foi colhendo um lírio (ou um narciso) que [segundo a lenda], Perséfone, a filha de Zeus e da deusa da fecundidade, se viu arrastada por Hades, enamorado dela, através de uma abertura no solo, para seu reino subterrâneo. Logo, pode simbolizar a tentação ou a porta dos Infernos.
(...) O simbolismo da água, juntamente com o do lírio (*water-lily*) (...) pode expressar um amor intenso, mas que, na sua ambigüidade, até poderia ficar irrealizado, reprimido ou sublimado (Chevalier, 1993: 553-4).

Esses discursos conflitantes perpassam as diversas leituras, que se pode fazer do poema, e remetem ao centro ideológico dos versos analisados. Esse centro do poema deixa-se simbolicamente representar quando *a tecelagem se desprende e flutua solta no ar*, no exato momento em que o espelho quebra:

Out flew the web and floated wide;
The mirror cracked from side to side;
“The curse is come upon me”, cried
The lady of Shalott. (Pooley, 1943: 562)

As aliterações em /f/ – *flew*, *floated* – têm um efeito multiplicador sobre esse flutuar, a que o autor se refere; como, também, as aliterações em /k/ (*cracked*,

curse, *come*, *cried*) marcam um momento climático da narrativa, ecoando a palavra *curse* (“maldição”). Finalmente, “o espelho quebra”; e a jovem pronuncia a segunda e última fala direta, quando se dá conta do seu castigo.

Na quarta parte, quando a jovem abandona o mundo espelhado, parece haver como que uma simbiose entre ela e o espelho; paradoxalmente, é como se entrasse nele e passasse para uma outra dimensão, com um “olhar vidrado” (“with a glassy countenance”). Tanto queria estar ao lado de Lancelot, que, em algum nível, até consegue realizar o seu desejo: no plano da imaginação, da fantasia, simbolizado pela perspectiva mágica e ilusória do espelho (Belsey, 1988: 77).

O espaço narrativo da quarta parte é mundo exterior e o foco de enquadramento das cenas desloca-se do alto da torre para as margens do rio. Nesse momento, os bosques assumem um tom de “amarelo pálido” (*pale yellow*), cor que pode sugerir força, poder. Um poder ao qual as mulheres não teriam acesso. Como se lhes faltasse uma senha de entrada, o que fica sinalizado pela natureza adversa: assim que a jovem põe os pés do lado de fora da torre, o tempo muda.

Dentro de uma perspectiva romântica, a natureza parece em sintonia com aquele drama. A chuva cai sobre as múltiplas torres de Camelot. O vento leste começa a soprar forte e pode ser ouvido através das aliterações em /s/, que iniciam a estrofe; o bosque resente-se do vento; também o rio parece ganhar vida e geme. A jovem encontra, então, um barco e escreve o seu nome na proa:

In the stormy east-wind straining,
The pale yellow woods were waining,
The broad stream in his bank complaining,
Heavily the low sky raining
Over towered Camelot;
Down she came and found a boat
Beneath a willow left afloat,
And round about the prow she wrote
The Lady of Shalott (Pooley, 1943: 562).

Na estrofe seguinte, aparece um símbolo marcante de opressão: a corrente, que prende o barco à ilha, e, por conseguinte, mantém a jovem ainda prisioneira. Ela veste roupas esvoaçantes, brancas como a neve; essa alvura novamente remete à idéia de pureza, e a menção feita à neve (*snowy white*) conota frieza, provavelmente prenunciando o frio da morte, que logo virá. A jovem abre a corrente, como que indicando a sua atitude de recusa ao sistema opressivo em que vive; em seguida, deita-se no barco e deixa-se levar rio abaixo. Em direção a Camelot. Mas morre antes de chegar lá:

And at the closing of the day
She loosed the chain, and down she lay;
(...) lying, robed in snowy white
that loosely flew to left and right-
(...) she floated down to Camelot (Pooley, 1943: 52).

Uma possível leitura seria a da personagem como uma mulher que cometera um desvio, um pecado contra o sistema. Agora estava caída, como acontece com as folhas, que caem das árvores. E a *Lady of Shalott*, vestida de branco, canta a sua última canção (“They [people] heard her singing her last song”). Uma imagem que faz lembrar a figura do cisne, que “morre cantando e pode ser visto como símbolo do desejo sexual” (Chevalier, 1993: 258).

Quando o barco aporta em Camelot, Sir Lancelot contempla a jovem, e diz:

‘She has a lovely face;
God in his mercy lend her grace
The Lady of Shalott’ (Pooley, 1943: 563).

O barco com a inscrição *The Lady of Shalott* na sua proa é uma imagem semiótica. Provavelmente, confunde o povo daquela corte, e, por conseguinte, o leitor, pois remete a signos conflitantes. Não se sabe se estamos diante de uma lenda feudal; ou diante de uma narrativa do passado, que no presente indicia o poema como um bem de consumo. Nesse caso, o corpo humano torna-se:

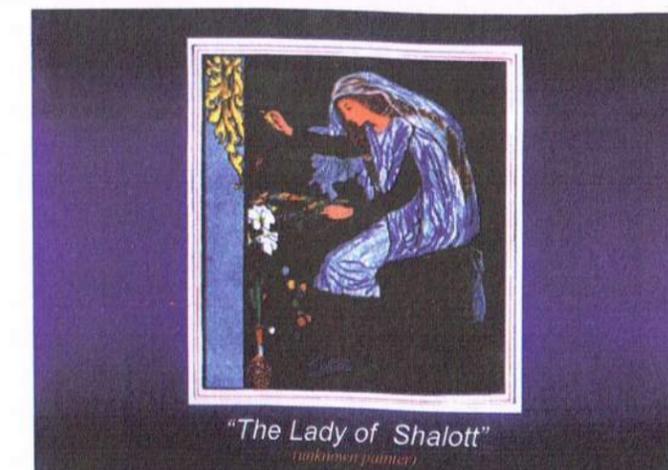
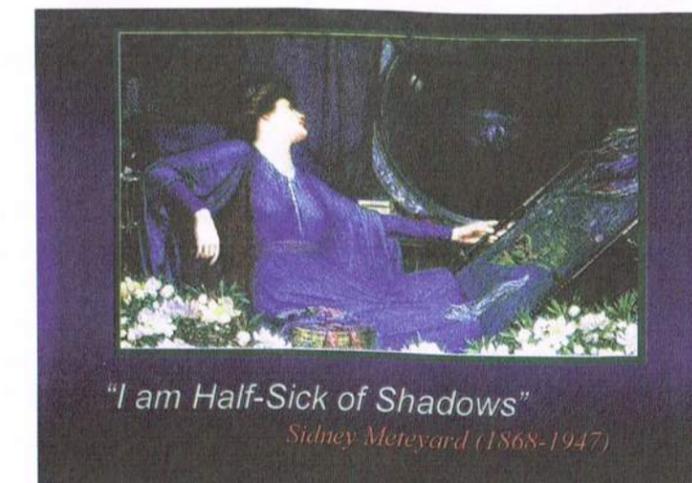
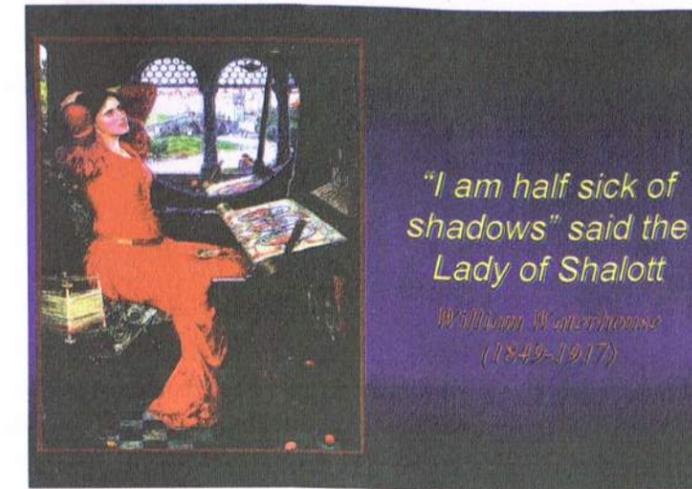
Um significante – a propaganda de um bem de consumo textual, que é o próprio poema *The Lady of Shalott* (...). Não se sabe, qual o público alvo do texto, de que consumidor estamos falando (...). É essa dissonância cognitiva, semiótica, material (...), que a alegoria de Tennyson sugere (Jameson *apud* Wang, 1994: 587-8).

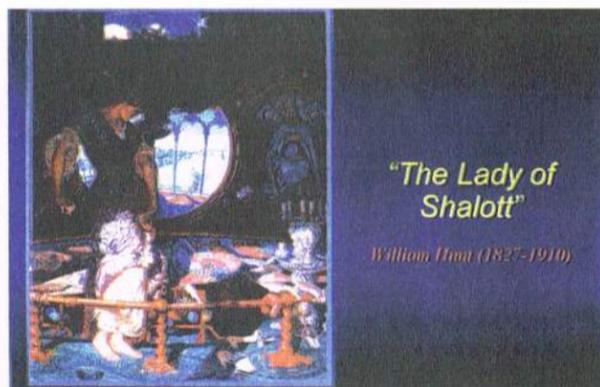
Uma das possíveis leituras do poema é de que a mulher poderia ser um bem de consumo, um fetiche, dentro do sistema patriarcal e capitalista do século XIX. Um objeto de desejo, que, ao tentar reagir contra o seu *status quo*, não consegue relizar as próprias aspirações.

Nesse poema, que mostra a jovem com um espelho, que é um emblema da vaidade feminina, parece estranho que a personagem nunca se veja refletida nele. Como se ela própria fosse quase invisível. E a imagem estilhaçada parece indicar a crise de identidade da personagem, que provavelmente sente-se dividida e proibida de olhar além do espelho; de ampliar as suas perspectivas, a sua atuação no mundo. Uma busca de autodefinição estaria implícita no poema.

Lamenta-se a incapacidade da jovem de olhar o cenário do mundo real, mas também o leitor tem que se contentar com que o texto quer mostrar. Se o que o texto diz é o que o espelho pode revelar, a maldição estende-se da página para o leitor, que também tem uma visão prejudicada da realidade (Peirce, 1991: 15).

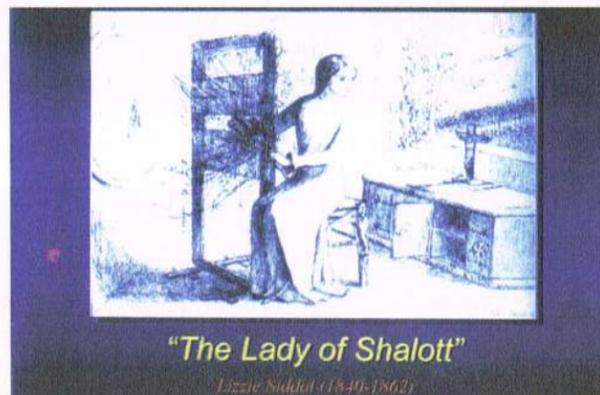
Essa construção de mundo indireta, múltipla e especular parece expressar que as palavras não refletem, de fato, a realidade; mas ajudam a resgatar o sentido de identidade e o modo de ver o mundo de cada um. A língua, que representa a ordem simbólica, sugere que certos valores estão implícitos em cada texto; mas que não há nenhuma definição, nenhum sentido final.





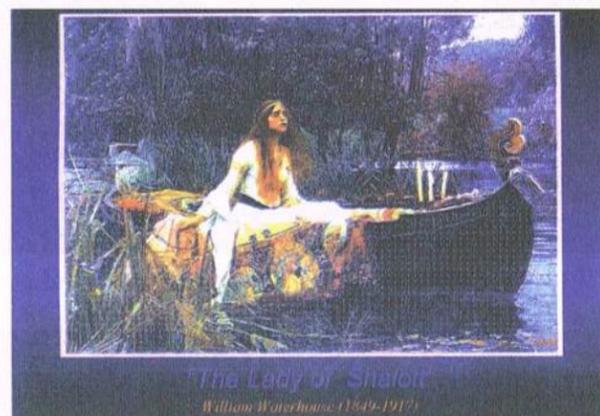
"The Lady of Shalott"

William Hunt (1827-1910)



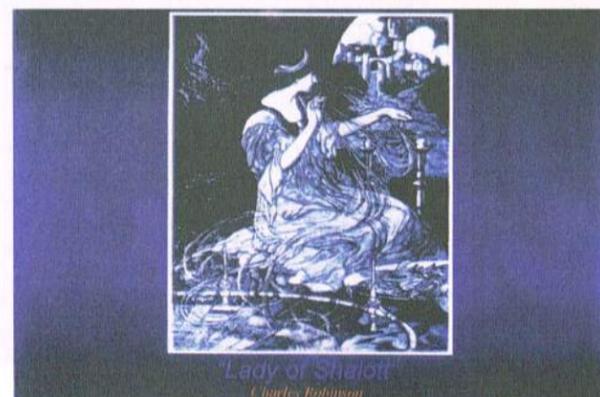
"The Lady of Shalott"

Lizzie Siddal (1840-1862)



"The Lady of Shalott"

William Waterhouse (1849-1917)



"Lady of Shalott"

Charles Robinson

2.2 Identificando artistas pré-rafaelitas e suas representações

Muitos pintores tentaram reproduzir em suas telas essa percepção espelhada do mundo do poema *The Lady of Shalott*. Com tanta imagem, jogo de perspectivas, luzes e cores, os versos de Tennyson acabariam exercendo um apelo sobre os pintores da época, conhecidos como os pré-rafaelitas. Desse movimento iniciado na Inglaterra em 1848, faziam parte pintores, poetas e escritores. Tinham um espírito romântico; elegiam temas como a beleza, o amor e a verdade, em meio a cenários medievais, florestas e campos; buscavam inspiração nos romances e poemas de Dante, Shakespeare e Tennyson.

Apesar desses artistas retratarem os seus modelos com minúcia, os quadros não são realistas. O mundo dos seus galantes cavaleiros só existe na mente daqueles artistas, que desafiaram a modernidade da revolução industrial, retratando espaços tão exóticos. Cada um faz, à sua maneira, um recorte do poema, e assim expressa a sua visão de mundo. Como Tennyson não se detém em descrever o espaço interior em que a cena da torre se desenrola, cada pintor imagina diferentes cenários.

A primeira tela de William Waterhouse (1849-1917), que se intitula "*I am half sick of shadows*", *said the Lady of Shalott*, concentra-se no momento em que a jovem vê um casal apaixonado refletido no espelho e deseja experimentar o amor. As estrofes do poema são plasticamente reproduzidas na tela pelos círculos na tecelagem, à sua frente. Abre-se, então, um espaço na pintura para que se possa ver a ilha, o rio e uma ponte, ligando a ilha a Camelot. Reclina-se a personagem, afastando de si o tear, com um ar perdido; põe-se a contemplar o espetáculo da vida, que se desenrola lá fora. O apelo erótico é sugerido pela sua fisionomia lânguida, espreguiçando-se, como se quisesse ultrapassar os limites da tela; pelas roupas meio transparentes, leves, drapeadas; enfim, por suas formas voluptuosas.

O semioticista Paul Ekman tem estudos detalhados sobre gestualidade, entendendo que o rosto pode ser visto como "*um veículo mimético dos estados cognitivos e emotivos*" (Ekman *apud* Danesi, 1993: 46). O rosto é um texto, que tem uma gramática própria, com subconjuntos (os olhos, as sobrancelhas) e tantos outros traços fisionômicos expressivos. Não só o rosto, mas todo o corpo é um texto, assim como cabelos, vestes, que são extensões do corpo. Que falam dentro de códigos e de contextos próprios.

Não somente na representação de Waterhouse, como também na de Sidney Meteyard (1868-1947), o clima de erotismo é pontuado pela sensação de claustrofobia transmitida pelas telas. As cores são fortes, o ambiente é rico, mas a perspectiva não parece tão plana como a do quadro anterior.

Com o mesmo título da pintura de Waterhouse, "*I am Half-Sick of Shadows*", *said the Lady of Shalott*, Meteyard também enfatiza a atitude sensual da jovem; confinada num espaço estreito, apinhado pela figura semi-reclinada do modelo, pelo rico tecido drapeado nas paredes, pela enorme tapeçaria e pelo grande espelho redondo. Ali não há luz do sol ou ar puro.

Nesta cena, recostada sobre almofadas de cetim, olhos fechados, a cabeça voltada para o lado contrário do observador da tela, a jovem parece perdida em seus pensamentos. A tapeçaria mostra a figura de Lancelot. E o espelho mágico ao fundo, com a sua tonalidade azul cinzentada, mais se assemelha a uma bola de cristal, na qual um casal aparece projetado como uma visão. Como uma ponte imaginária entre a figura de Lancelot e a da jovem. A função principal do espelho não é refletir a imagem do mundo, mas fazer o leitor visualizar os pensamentos da *Lady of Shalott*.

Uma outra representação, intitulada *The Lady of Shalott* (pintor não identificado), recorta o simbolismo do lírio, que aparece aqui não no seu *habitat* natural, mas estilizado, num espaço interno. Ao fundo, a recatada jovem, coberta de véus brancos, tece diligentemente. Discursos vários subjazem à representação, jogando ao mesmo tempo com recato e tentação, sugeridos por véus alvos e pelo símbolo contraditório do lírio.

O quadro de William Hunt (1827-1910) é a maior versão das telas pré-rafaelitas sobre o tema. Mostra o momento em que a jovem, ocupada com a sua tapeçaria, vê o reflexo de Lancelot e olha para fora da janela proibida. A intrigante perspectiva especular justapõe, então, o quarto de *Lady Shalott* a uma cena campestre; em nível imagético, esses dois planos se articulam. E até o observador da tela pode imaginar-se refletido num canto qualquer daquele espelho.

Por outro lado, o reflexo de Lancelot ocupa o mesmo plano pictórico das figuras bíblicas retratadas, como se todos fizessem parte do mesmo tempo e espaço. O efeito das justaposições é trazer à baila a relação entre dentro e fora, mito e realidade. O enquadramento do cavaleiro, colocado numa paisagem cheia de luz, com duas colunas quase no centro do quadro, faz com que o olhar do observador corra direto para ele.

A pintura mostra, também, vários objetos circulares em diversos ângulos, uma representação física dos círculos poéticos de repetição, com os quais Tennyson amarra as suas estrofes. No poema, essa repetição funciona, portanto, como um elemento de ligação entre os versos; uma estrofe dando continuidade à outra, assim como os círculos na tela vão se sucedendo.

O espaço pintado por Hunt sugere o contexto narrativo da representação, que é um elemento fundamental na tradução do texto verbal para o visual e vice-versa. Esse pintor teria, provavelmente, achado difícil concentrar a narrativa de Tennyson numa única tela, e a solução parcial que encontrou foi deixar que o próprio espaço contasse a sua história (Pearce, 1991: 43). Segundo Bachelard, em *A Poética do Espaço*, “com a imagem da casa, articula-se um verdadeiro princípio de integração psicológica entre sujeito e espaço (...). Essa imagem torna-se a topografia do nosso ser íntimo” (Bachelard, 1993: 20). Portanto, os símbolos espaciais de uma narrativa podem por si só revelar muito da história desse personagem.

Na parte frontal da composição, as sandálias jogadas pelo chão e os pássaros voando misturam-se às meadas de lã colorida, que flutuam pelo espaço, instau-

rando caos no ambiente; ao mesmo tempo, os candelabros intensificam a falta de espaço, onde um tear extrapola a moldura do quadro; também o cabelo esvoaçante da jovem foi executado com esmero pelo artista e ocupa boa parte da tela. Enfim, essa sensação de claustrofobia, juntamente com as amarras retratadas, como tapeçarias, sandálias e roupas são pistas que podem ser interpretadas por leitores feministas como um catálogo de ideologias opressoras. A cena parece sugerir múltiplos desvios e ambigüidades: como o abandono do posto de tecelã, que pode implicar, ao mesmo tempo, numa intenção de transgressão sexual.

A imagem dessa personagem expressa, ao mesmo tempo, força e opressão. O seu porte, a sua altura, braços musculosos, cabelos alvoroçados, tudo isso contrasta com o minúsculo espaço em que se encontra e sugere um poder extraordinário, retratado num momento de crise.

A tela de *Lizzie Siddal* (1840-1862) ilustra o instante em que a jovem, sentada ao tear, olha pela janela e o espelho se parte. Mostra um ambiente austero, sem adornos, em contraste com o luxo e a sensualidade das demais representações. *Siddal* a representa como uma trabalhadora dentro de “quatro paredes cinza”, definindo-a, portanto, pelo seu ofício.

Finalmente, a mais conhecida tela de Waterhouse, *The Lady of Shalott*, publicada na *Folha de São Paulo* de 31 de julho de 1999, “*Histórias que as babás contavam*”. É o arquétipo da princesa-fada: uma jovem esguia e delicada, de olhar tristonho, perdido. Aparece ao lado de um cadeado, que a prende simbolicamente à ilha.

Tal como Tennyson sugere em seu poema, Waterhouse mostra que ela leva consigo a tapeçaria, um vestígio de sua vida anterior, e que exibe cenas de um mundo que a jovem deseja encontrar. A tecelagem é colorida, avermelhada, semelhante ao cabelo da *Lady of Shalott*, que não reflete nenhum tumulto interior, como a outra representação de Waterhouse na torre; mas parece agitar-se suavemente ao vento, como que expressando tranqüilidade.

O artista, a exemplo dos pintores românticos, toma a natureza como aliada. Uma névoa, ao fundo, sugere o clima de sonho; os caniços quebrados parecem em sintonia com o espelho partido, com a própria vida da jovem, que estaria no fim. A hora do dia é, provavelmente, o cair da tarde; ainda claro para se perceber os candelabros à proa. Waterhouse, afastando-se um pouco do poema, reforça o tom trágico da cena, colocando um crucifixo e três velas na proa do barco. Quanto à jovem, ao mesmo tempo que parece desejar Lancelot, a tela sugere uma virgem pronta para sublimar esse amor dos homens em favor do amor de Deus: contentando-se com um amor platônico.

Ao ver tantas representações do seu poema, Tennyson teria se queixado ao artista Ruskin, seu amigo, de que várias telas não o retratavam com precisão. Ao que Ruskin respondeu:

Muitas dessas telas são magníficas, embora não me pareçam ilustrações precisas dos seus versos. Creio que, as telas que forem realmente boas, serão sempre

outros poemas visuais; subordinados, mas também, diferentes da concepção do poeta. Servem, principalmente, para mostrar ao leitor como os mesmos versos podem afetar várias mentes de forma diferente (Ruskin *apud* Landow, 1979: s.p.).

Pode-se inferir, ainda, que o cotejamento das diversas representações do ícone *The Lady of Shalott* ilustra com pertinência a definição de signo sugerida por Peirce: “O signo representa algo para alguém sob algum aspecto”. Com a sua arte, cada criador captura o objeto imediato à sua maneira; enquanto que o objeto dinâmico, o signo *The Lady of Shalott*, o grande signo Mulher, este parece fluido demais para se deixar prender pelas malhas da representação.

É nas inconsistências ideológicas dos trabalhos analisados, nas suas armadilhas e lacunas, que fica a impressão de que no esforço de punir ou silenciar vozes femininas perturbadoras, os artistas acabaram enfatizando o constrangimento ideológico, que tentavam silenciar.

Na verdade, algumas representações ilustram o poema mais diretamente que outras. As diferentes versões não só revelam os interesses ideológicos de seus criadores, como também as fendas existentes entre os diversos trabalhos sugerem contradições e inconsistências textuais. É no viés dessas contradições que as ideologias podem ser desconstruídas, e no momento em que os textos entram em choque uns com os outros, os seus mecanismos se deixam revelar.

As várias leituras, que podem ser feitas do poema e de suas ilustrações, permitem ao leitor desconstruir discursos ideológicos que têm reprimido a figura feminina. Mas, ao mesmo tempo, tais leituras também encorajam esses estudos de gênero a reconstruir, junto com *The Lady of Shalott*, tantas outras narrativas por ela desafiadas.

3 Contextualizando Kate Chopin

Enquanto, na Europa, pintores sob a influência do movimento pré-rafaelita perseguiram tantas representações da *Lady of Shalott*, no final do século XIX, as idéias feministas começavam a circular nos Estados Unidos. Narrativas denunciando questões de gênero queriam ganhar espaço, e Kate Chopin (1851-1904) (St. Louis, Missouri) ajudou a construir essas narrativas; autora de uma média de cem contos, poemas, críticas, resenhas e um romance, publicou a sua obra-prima, *The Awakening*, em 1899.

Foi um marco da literatura sulista, especialmente preocupada em escrever sobre a sexualidade e o casamento burguês. Quanto à temática, Kate Chopin teria sido influenciada por Flaubert, seu contemporâneo, que publicou *Madame Bovary*, em 1857; ambos tinham interesse em expor questões relacionadas à insatisfação da mulher no casamento.

Além dele, teve como mentor intelectual um outro escritor francês, Maupassant. Deixou-se influenciar por esse autor, que soube aprimorar um tipo de conto cuja voz era meio imparcial, levemente irônica, onisciente e reticente. O seu estudo de personagens era realista e econômico nos detalhes.

Os contos de Kate Chopin expressam a influência dos temas e técnicas de Maupassant, adotando a sua forma concisa, o seu toque irônico, o descompromisso com os valores morais. Também os seus personagens não sofrem por complexo de culpa; parecem estar muito mais preocupados em atender às suas exigências internas e aos próprios sentimentos.

Kate Chopin adota, pois, a forma e o estilo de Maupassant para servir aos seus propósitos; mas Maupassant trata as suas heroínas como objetos de desejo, enquanto que Chopin “desloca as mulheres da condição de objeto para sujeito” (Marquant, 1996: 3). Queria delinear gente de carne e osso. Gente que sofre, sente e sonha.

3.1 Dialogando com o conto *The Story of an Hour*

O título original do conto *The Story of an Hour* foi *Dream of an Hour* (Rossemblum, 1986: 242). Narra a rápida passagem entre duas fases da vida de Louise, a personagem principal, cobrindo um processo que dura apenas uma hora. Escrito em 1894, narra a história de uma mulher que, ao receber a falsa notícia de que o marido morrera num desastre de trem, experimenta uma sensação de liberdade. O conto, caracterizado por traços de tragédia e ironia, remete às repressões sofridas pelas mulheres da época, vítimas de um casamento burguês. Por ironia, a própria autora teria ficado viúva ainda jovem, numa sociedade machista como a que descreve, só começando a publicar após a morte do marido.

Quando a história começa, a voz do narrador refere-se à personagem como Mrs. Mallard e sugere que a notícia da morte teria que lhe ser transmitida de uma forma sutil; de um modo velado para não chocá-la (*Veiled hints that revealed in half concealing*) (Lawn, 1987: 100). Revelar, esconder, sugerir, insinuar são estratégias que a autora vai usando ao longo do texto e que já se prenunciam aqui.

Segundo a crítica Julie Pollitt, a etimologia da palavra “Mallard” sugere agressividade e domínio, provavelmente características de Mr. Mallard:

O nome Mallard refere-se a uma espécie de pato. O macho tem, geralmente, uma plumagem mais colorida e viva que a fêmea (...); é conhecido por ser mais agressivo (...), conforme demonstraram os rituais de acasalamento (Pollitt, s.d.: 1).

Ao sentir-se livre, Louise descobre dentro de si mesma uma nova pessoa, que estivera oculta sob o antigo papel de Mrs. Mallard. A partir desse momento, passa a ser chamada de “Louise” pela irmã, e não mais de “Mrs. Mallard”, um apêndice do marido.

O conto sugere ao leitor que a vida é cheia de surpresas, pois nunca se sabe o que vai acontecer a seguir; e, muitas vezes, o que nos parece uma coisa é, de fato, outra. Logo, surpresa e ironia fazem parte do dia-a-dia de cada um.

Assim, Josephine, que é irmã de Louise, e o amigo de Mr. Mallard, Richard, ficam surpresos ao ver o nome de Brentley Mallard no telegrama, “encabeçando a lista dos mortos” no acidente (*leading the list of [persons] “killed”*) (*Ibidem*: 100). E os primeiros toques de ironia acontecem quando a autora se refere àquela

morte como uma notícia “horrível”, quando, na verdade, o leitor logo se apercebe de que não é tão ruim assim.

Josephine fica chocada, não só quando Richard lhe transmite a notícia, mas também quando a irmã começa a chorar, assim que sabe do ocorrido (*wept at once with sudden wild abandonment*) (*Ibidem*: 100); não tivera um minuto de incredulidade, como geralmente acontece nessas ocasiões. Louise “não aceitara a história como muitas mulheres teriam feito” no seu lugar, comenta a voz intrigada do narrador (*not hear the story as many women have heard the same*) (*Ibidem*: 100). Na verdade, até aceitara rápido demais, e, desse modo, a autora sutilmente chama a atenção do leitor para o comportamento não convencional da personagem.

Por um momento, Louise ironicamente constrói uma imagem terna do marido (*The kind, tender hands folded in death*) (*Ibidem*: 101). Reconhece que ele sempre a amara e lhe dera segurança, embora nada compensasse a liberdade, que perdera com o casamento. E o rosto de Mrs. Mallard externa essa repressão (*Bespoke repression*) (*Ibidem*: 101), cansada da vida que leva. Depois de todos aqueles anos de submissão a Mr. Mallard, de repressão, talvez fosse uma ironia qualificar as mãos do marido como ternas; mais coerente seria usar adjetivos mais duros, inflexíveis para descrevê-las (*the face that had never looked save with love upon her, fixed and gray and dead*) (*Ibidem*: 101). Como se pode observar, o conto é muito sonoro, suas frases têm freqüentemente um ritmo marcado, melodioso e repetitivo.

Ao descrever os sentimentos de Louise, a autora não se coloca nem contra nem a favor da atitude que a personagem toma perante a vida, perante a suposta morte do marido. Não a julga para que o próprio leitor se posicione; para que ele reaja aos estímulos discursivos.

Então, Louise vai para o seu quarto e, sozinha, sonha com uma vida sem amarras, em que seria dona da própria vontade. Perdida em suas fantasias, espera ter uma vida longa para fazer tudo o que deseja (*life might be long*) (*Ibidem*: 102); e, mais tarde, ao descer as escadas, sente-se vitoriosa, como sugere a símile: “como uma deusa” (*like a goddess of Victory*) (*Ibidem*: 102). Josephine fica surpresa ao vê-la sair do seu isolamento, tão calma e altiva. Mas as expectativas de Louise em relação a uma vida longa, ironicamente, prenunciam acontecimentos inesperados, que ainda estão por vir.

O leitor mal tivera tempo de aceitar a reação de Louise à morte do marido, quando o mais surpreendente acontece: ele está vivo e entra pela sala adentro, chocando a todos. Louise, especialmente, que acaba morrendo.

Brentley lamenta, finalmente, a morte da esposa, sem saber que havia sido o causador da tragédia. Por ironia, é Brentley quem sobrevive. Por sua vez, também o leitor se choca ao descobrir que, ao invés de Brentley estar morto, é Louise quem morre do coração.

A ironia, no entanto, ainda continua, quando os médicos afirmam que ela morrera de alegria (*had died of heart disease – of joy that kills*) (*Ibidem*: 102), quando o leitor sabe que realmente foi de tristeza, por ter experimentado um pouco

de liberdade e não poder mais voltar atrás. Leitor e autor são cúmplices deste segredo, mas é a versão da sociedade que conta. É a que se torna pública, pois Louise não tem voz para contar a própria história. Ironicamente, não pode ser ouvida, como acontece com tantas outras mulheres.

Confronto com o poema

Verifica-se, assim, que a ironia é a pedra fundamental do conto, e confrontando-o com o poema *The Lady of Shalott*, percebe-se que os versos de Tennyson também se alicerçam sobre esse recurso: é uma ironia pensar que a personagem principal do poema não sabe nem ao certo por que vive aprisionada, não tem a menor idéia de qual é a sua maldição. Além disso, ironicamente, o encontro de Lancelot com a *Lady of Shalott* só acontece no nível especular ou depois que a jovem morre; ambas as circunstâncias testemunham o desperdício de uma vida.

Tanto o poema como o conto são em terceira pessoa, por um narrador onisciente. Nos parágrafos iniciais do conto, a voz do narrador parece racional e objetiva; expressa-se em períodos longos, bem articulados, estabelecendo rapidamente o pano de fundo da história:

Knowing that Mrs. Mallard was afflicted with a heart trouble, great care was taken to break to her as gently as possible the news of her husband's death (*Ibidem*: 100).

Mrs. Mallard é visualizada nos momentos culminantes da narrativa, sentada a uma janela aberta, de onde tem a sua revelação. *The Lady of Shalott* também é focalizada todo o tempo perto de uma janela, à margem da vida, de onde nem pode contemplar o mundo diretamente. Louise, a personagem do conto, tem mais sorte; sentada em frente à janela aberta do seu quarto, pelo menos não precisa se contentar com reflexos. Possivelmente, o conto, escrito mais de meio século depois do poema, sugere a mulher numa condição um pouco menos enclausurada.

There stood, facing the open window, a comfortable roomy armchair. Into this she sank, pressed down by a physical exhaustion that haunted her body and seemed to reach her soul (*Ibidem*: 100).

Tanto no poema como no conto, a personagem principal está entediada com a vida que leva. No poema, *The Lady of Shalott* admite estar cansada de sua vida insípida (*I am half sick of shadows*). Nem pode olhar-se no espelho nem ver o mundo diretamente; toda experiência e qualquer intimidade com o próprio corpo lhe é negada. Louise também sente-se física e espiritualmente exausta, afundando numa poltrona para descansar. “A poltrona espaçosa e confortável” talvez seja o próprio casamento; apesar do preço que tenha de pagar ser alto demais, pois sempre se sentira sufocada pela sociedade (*physical exhaustion that haunted her body and seemed to reach into her soul*) (*Ibidem*: 100).

Tennyson não se detém em descrever o espaço interno da casa, já Chopin reproduz em traços rápidos mas eficientes o conforto do quarto de sua persona-

gem. A autora chama atenção para a maneira confortável que Louise vive, levando talvez o leitor a questionar por que Kate Chopin teria privilegiado descrever toda aquela comodidade numa hora de sofrimento. Mas, na verdade, não havia nenhum sofrimento. Ao contrário, Louise deleita-se com uma cena de primavera:

She could see in the open square before her house the tops of trees that were all aquiver with the new spring life. The delicious breath of rain was in the air. In the street below a peddler was crying his wares. The notes of a distant song which some one was singing reached her faintly, and countless sparrows were twittering in the eaves (*Ibidem*: 100).

There were patches of blue sky showing here and there through the clouds that had met and piled one above the other in the west facing her window (*Ibidem*: 100-1).

Tais momentos intensos de percepção são filtrados através dos sentidos da personagem principal, a exemplo do que acontece nas descrições do mundo exterior por Tennyson. No poema, a voz do narrador vai descrevendo fartamente as cenas, que Shalott processa através dos seus sentidos, muitas delas numa perspectiva especular. Ao contrário, o conto é condensado valendo-se de um mínimo de técnica descritiva, porém eficiente. As percepções do mundo exterior no conto entram como *flashes* rápidos, mas intensos.

Essas descrições dos momentos climáticos do conto nada têm a ver com morte, com conotações trágicas ligadas ao acidente de Mr. Mallard. E a seqüência de verbos na forma de gerúndio empresta movimento e vida àquela cena da janela: Louise ouve “a chuva gostosa” lá fora; “notas de uma canção distante” prometendo, talvez, a liberdade que tanto almeja; “pássaros cantando”, ou, ainda, “um vendedor ambulante mercando na rua”, quem sabe, os prazeres de uma vida nova?! São imagens que confundem o leitor, que se pergunta por que Louise estaria se portando de forma aparentemente tão estranha!

Enquanto esses são os apelos, que buscam capturar os sentidos da jovem, no poema de Tennyson o espetáculo da vida é representado por um lugar de sonhos, Camelot [*Lady of Shalott*, Charles Robinson]; pelo desfile de animais, pessoas com suas roupas, plumas, adereços, luzes, sons. Tudo e todos rumam a Camelot.

De volta a *The Story of an Hour*, as imagens da natureza, que permeiam a narrativa, servem como pistas adicionais para sinalizar o sentido do conto: a suposta morte de Brentley acontece na primavera, quando a vida está desabrochando; a chuva acabara de cair, purificando o ar; as nuvens, que antes haviam bloqueado o sol e sombreado a sua vida, vão gradualmente diminuindo (*There were patches of blue sky showing here and there through the clouds*). Enfim, a personagem parece identificar-se com as estações do ano, como se estas compactuassem com o seu íntimo. Louise sente-se, naquele instante, agitada, cheia de vida; como as árvores trepidando lá fora (*all aquiver*) (Roseblum: 2242).

Conforme costuma acontecer em textos românticos, a natureza reflete a alma da personagem. É o que acontece no conto, e também no poema. Quando, ao romper com o sistema, o espelho da *Lady of Shalott* se quebra, o tempo vira, cai

uma tempestade forte, e, implicitamente, noções de culpa, censura, pecado, desvio, parecem costurar o texto.

Mas se parece haver um certo tom de culpa orquestrado pela natureza em *The Lady of Shalott*, o mesmo não ocorre com a personagem do conto. Louise não se censura pelo que está sentindo, pela “alegria monstruosa, que toma conta dela” (*She did not stop to ask if it were not a monstrous joy that held her*) (*Ibidem*: 101). Inicialmente, tenta até lutar contra esse sentimento mas é inútil; aquela coisa indefinível infiltra-se nela, e acaba rendendo-se ao que identifica como um desejo de liberdade:

When she abandoned herself a little whispered word escaped her slightly parted lips. She said it over and over under my breath: “free, free, free”! (...) her pulses beat fast, and the coursing blood warmed and relaxed every inch of her body (*Ibidem*: 101).

Esse momento de intenso prazer é orquestrado por recursos estilísticos, que sugerem traços semióticos do conto. Destaca-se a intensificação dos efeitos sonoros através: do uso de aliterações em /f/, em /z/; da repetição de palavras; da mudança de tempo verbal, do passado para o presente, produzindo um efeito hipnótico de sonho, como algo que estivesse acontecendo fora do tempo.

Finalmente, Louise posiciona-se quanto aos valores que norteavam a sua vida. Maior do que o amor que sentira pelo marido, era aquela busca de identidade:

(...) She had loved him {her husband} – sometimes. Often she had not. What did it matter! What could love, the unsolved mystery, count for in face of this possession of self-assertion which she suddenly recognized as the strongest impulse of her being! (*Ibidem*: 102).

Reflexões sobre o conto

Portanto, através de uma vasta simbologia, o conto mostra os efeitos negativos que o casamento dentro de uma estrutura patriarcal pode exercer sobre a identidade de cada um. Questiona a necessidade que as pessoas têm de pertencer a outrem; a importância do amor.

Apesar dessa busca de autonomia estar associada à figura da mulher, Kate Chopin teria afirmado que não desejava restringir esse anseio de liberdade a um gênero específico, pois acreditava ser uma “questão espiritual, que tem a ver com a alma humana” (Fox-Genovese s.d.: 2). É a complexidade dessa alma que Chopin retrata.

Considerações finais

Finalmente, na rede de relações que esse estudo buscou tecer entre prosa, poesia e pintura, emerge a constatação de que as traduções intersemióticas são modos de transfigurar a realidade e de estabelecer conexões inusitadas que, por sua vez, instauram sempre um novo gesto criador.

Partindo do ícone *The Lady of Shalott*, foi possível perceber os versos de Tennyson tecendo representações, fantasias masculinas em torno da figura da mulher, que parecem ecoar as palavras de Simone de Beauvoir: “as mulheres ainda sonham através dos olhos dos homens” (de Beauvoir, 1949: 174). Mas Kate Chopin ajusta essas lentes e consegue vasculhar bem de perto o avesso da alma feminina. Pontuando justificativas e porquês de uma problemática universal, que implica na busca de autonomia, de liberdade.

Apesar do signo “mulher” ser foco primeiro da análise, as leituras feitas a partir dessa teia semiótica devem extrapolar as questões dos estudos de gênero, na qual as narrativas se inscrevem. É muito mais a busca de identidade, do respeito pessoal de cada ser humano que está em jogo. Afinal, não se pode vincular um significado a um significante. O texto não deve ser fechado, considerando a infinidade potencial de sentidos, enfim, de leituras, que possa gerar (Eco, 1978: 122-37).

Referências bibliográficas

- BACHELARD, Gaston (1993). *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes.
- BEAUVOIR, Simone (1980). *O Segundo Sexo*. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1, 2.
- BELSEY, Andrew and BELSEY, Catherine (1988). Christina Rossetti: Sister to the Brother-hood. *Textual Practice*, s.l., s.n. 2, 1.
- BRUNEL, C et alii (1983). *O que é Literatura Comparada?* Trad. Célia Berrettini. São Paulo: Perspectiva.
- CHEVALIER, Jean and GHEERBRANT, Alain (1993). *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- CHOPIN, Kate (1969). Confidences. *THE COMPLETE WORKS OF KATE CHOPIN*. Louisiana: Seyersted. p. 700-2.
- COWARD, Rosalind and ELLIS, John (1977). *Language and Materialism*. London: Routledge & Kegan Paul.
- DANESI, Marcel (1993). *Messages and Meanings*. An Introduction to Semiotics. Toronto: Canadian Scholar's Press.
- GREIMAS, A. J. and COURTÉS, J (1979). *Dicionário de Semiótica*. Trad. Alceu Dias Lima et alii. São Paulo: Cultrix.
- HOUGHTON, Walter (1957). *The Victorian Frame of Mind*. Connecticut: Yale University Press.
- KRISTEVA, Julia (1986). *The Kristeva Reader*. Oxford: Blackwell.
- LACY, Norris (ed.) (1996). *New Arthurian Encyclopedia*. New York: Garland.
- LANDOW, George (1979). Tennyson and the Ladies of Shalott. In: *Ladies of Shalott: A Victorian Masterpiece and its Contexts*. s.l., s.ed.
- LAURETIS, Teresa (1987). *Technologies of Gender*. Bloomington: Indiana Press.
- LAWN, Beverly (1987). The Story of an Hour. In: *The Short Story: 30 Masterpieces*. New York: St. Martin's Press. p. 100-2.
- MILLET, Kate (1973). *The Debate over Women in the Victorian Age*. Indianapolis: Indiana University Press.
- MOI, Toril (1985). *Sexual/Textual Politics: Feminist Literary Theory*. Massachusetts: Methuen.
- MORRIS, Pam (1993). *Literature and Feminism*. Oxford: Blackwell.
- PEARCE, Lynne (1991). *Woman, Image, Text*. Toronto: University of Toronto Press.
- PEIRCE, Charles (1958). *Sanders Collected Papers*. HARTSHARNE, Charles e WEISS, Paul (ed.), Cambridge: Harvard University Press. v. 1-6.
- POLLITT, Julie. *Mallard*. <http://www.wiu.edu/users/mfwc/wiu/mallard.html>
- POOLEY, Robert (1968). *England in Literature*. Illinois: Scott, Foresman & Company.
- SEBEOK, T. A. (1994). *Signs*. An Introduction to Semiotics. Toronto: University of Toronto Press.
- TUANA, Nancy (1993). *The Less Noble Sex*. Indianapolis: Indiana University Press.
- WANG, Orrin (1994). Romancing the Counter-Public Sphere: A Response to Romanticism and its Publics. *Studies in Romanticism*, 33, Winter, s.l.

Artigos

Esplêndidos amores: fantasias de um poeta de quinze anos*

Celina Scheinowitz

Universidade Estadual de Feira de Santana

Resumo

Estudo do sentimento amoroso de Rimbaud a partir de doze poemas reunidos no *Cahier de Douai*, em cinco momentos: a partida em caminhada solitária ou num passeio partilhado pela presença feminina, um encontro amoroso real, a encenação da mulher no registro shakespeariano bem como no registro mitológico e o riso como expressão do sentido amoroso feminino e respostas ao cômico.

Résumé

Étude du sentiment amoureux de Rimbaud à partir de douze poèmes réunis dans le *Cahier de Douai*, en cinq moments: le départ pour une promenade hantée par la présence féminine, désirée ou subie, une rencontre amoureuse réelle, la mise en scène de la femme dans le registre shakespearien et mythologique et le rire, comme expression du sentiment amoureux féminin et comme réponse au comique.

Para Judith Grossmann e
Maria da Conceição Paranhos
À Poesia

* Esse trabalho é fruto de discussão no curso "Nas trilhas de Rimbaud", ministrado no Programa de Pós-graduação em Literatura e Diversidade Cultural da UEFS, no segundo semestre de 2000, do qual participaram os estudantes Arailton Alexandre Públio, Jairo Sapucaia de Góes, Lidio Barros Moreira Neto, Valéria Marta Ribeiro Soares (alunos regulares), Maria Conceição Costa de Carvalho (aluna especial) e Ady Sá Teles Santana (ouvinte).

Criança precoce e fulguração meteórica nas letras francesas, Rimbaud fez poesia – em sua quintessência – somente até os dezenove, talvez vinte ou vinte e um anos. Mas, não bastaram vinte e quatro anos a Castro Alves, de morte prematura, para consagrar-se príncipe de nossa poesia? Ao tornar-se adulto, silencia-se a voz do poeta francês. O “homem de solas de vento”, como o chamava Verlaine, multiplica, a partir de 1874, suas andanças mundo afora à cata de novo destino e abandona a poesia. A países que lhe deram pouso poético – sua pátria, a Bélgica e a Inglaterra –, juntam-se, em suas perambulações de errante, Áustria, Países Baixos, Suécia, Dinamarca, Suíça e Itália. Em 1880, Rimbaud parte para a África, aí permanecendo por onze anos, tendo exercido a profissão de comerciante em Aden (porto do Mar Vermelho, na Ásia Menor), em Harar (na Abissínia, hoje Etiópia) e cercanias, só retornando à França, em maio de 1891, para morrer, em 10 de dezembro, aos 37 anos.

O objetivo deste trabalho é analisar o sentimento amoroso de Rimbaud e perscrutar as marcas da sua sexualidade, vislumbrados através dos poemas do *Cahier de Douai*¹, também conhecido como *Recueil Demeny*. Reúnem-se aí vinte e dois poemas escritos por Rimbaud aos quinze anos, textos copiados na cidade de Douai pelo autor, na intenção de serem remetidos a Paul Demeny, poeta que o mestre Georges Izambart fizera conhecer. Nesses poemas, a vidência do poeta ainda não norteia a feitura de sua lírica, tendo ela despontado após as Cartas do Vidente, a de 13 de maio de 1871, dirigida a Georges Izambart, e a de 15 de maio de 1871, a Paul Demeny. *Voyelles* e *Le bateau ivre* já prenunciam a consagração dessa nova estética, contida em sua plenitude na “Alquimia do verbo”, de *Une saison en enfer*; e nos poemas em prosa das *Illuminations*. Interessa-nos, portan-

¹ O *Cahier de Douai* ou *Recueil Demeny* compreende dois cadernos, o primeiro, com quinze poemas, cinco dos quais sonetos, foi copiado em setembro de 1870, por ocasião da primeira passagem de Rimbaud por Douai, na volta de sua primeira fuga para Paris, de trem, em 29 de agosto, e o segundo, em outubro de 1870, quando Rimbaud regressa de sua nova fuga, a pé, pela Bélgica (Charleroi, Bruxelas), contendo sete sonetos. Sem rasuras, os textos foram copiados na casa das tias de Izambard, as senhoritas Gindre, onde Rimbaud esteve hospedado, nas duas ocasiões.

to, em nosso estudo, a produção rimbaldiana elaborada até outubro de 1870, antes de o jovem Arthur completar dezesseis anos, em 20 de outubro. São exercícios de poesia, dentro dos moldes parnasianos, algumas vezes pastiches ou imitação de leituras feitas na escola (Villon, Victor Hugo, Leconte de Lisle, François Coppée e outros), porém, textos já marcados pela genialidade de uma vocação lírica ímpar. Versos de adolescente. Se não perdemos de vista este contexto na abordagem do tema do sentimento amoroso e da sexualidade, tampouco poderíamos nós, pósteros de Rimbaud, apagar da memória o conhecimento que temos de sua conturbada vida amorosa posteriormente ao período que nos concerne e provavelmente causa desencadeadora na origem de nossa atual atenção.

Relacionamos doze poemas do *Cahier de Douai* que remetem à mulher ou ao amor, espaço que elegemos para nele aterrissar nossa atenção. Na ordem em que aparecem no *Cahier*, são eles: *Les reparties de Nina*, *Vénus anadyomène*, *Première soirée*, *Sensation*, *Roman*, *Ophélie*, *A la musique*, *Soleil et chair*, *Au Cabaret-Vert*, *La maline*, *Rêvé pour l'hiver*, *Ma bohème* (*Fantaisie*).

Nosso percurso nessa análise far-se-á em cinco momentos e inicia-se com poemas em que Rimbaud anuncia uma partida, em caminhada solitária, para acalentar sonhos amorosos (*Sensation*, *Ma bohème*), ou num passeio partilhado pela presença feminina (*Les reparties de Nina*, *Rêvé pour l'hiver*); seguir-se-ão o tratamento poético de um encontro amoroso real (*Première soirée*), dois quadros com sensuais jovens que servem em albergues belgas (*Au Cabaret-Vert*, *La maline*) e a encenação da mulher no registro shakespeariano (*Ophélie*) e mitológico (*Vénus anadyomène*, *Soleil et chair*) para, enfim, mergulharmos no riso, visto como expressão do sentimento amoroso feminino e como resposta ao cômico. Retomamos, então, poemas anteriormente analisados, para neles examinarmos o riso (*Les reparties de Nina*, *Première soirée*, *Au Cabaret-Vert*) e alargamos o espaço com inclusão de novos momentos dessa expressão (*Roman*, *À la musique*).

Sonhos de um passeante solitário são poetizados em *Sensation* e *Ma bohème*. O de um desejo amoroso, que se insinua ao lançar o poeta seu grito de caminhada *j'irai*, em *Sensation*, usando o futuro, como tempo verbal, e a recordação de um gozo repetido, expressa pelo imperfeito, *je m'en allais*, em *Ma bohème*. Em ambos os casos, a melhor companheira do perambulador é a natureza. Presente de forma sensual no primeiro poema: “Pelos tardes azuis de verão, irei nas verdadeiras / Cortado pelos trigos, pisar a erva miúda: / Sonhador, sentirei seu frescor a meus pés. / Deixarei o vento banhar minha cabeça nua”² (*Par les soirs bleus d'été, j'irai dans les sentiers, / Picoté par les blés, fouler l'herbe menue: / Rêveur, j'en sentirai la fraîcheur à mes pieds. / Je laisserai le vent baigner ma tête nue*), a natureza se alarga para o espaço cósmico no segundo poema, manifestan-

² Embora sejam inúmeras as traduções para o português dos poemas do *Cahier de Douai* – por Ivo Barroso, Jorge Wanderley, Silveira Neto, José Paulo Paes, Onestaldo de Pennafort, Clóvis Lima, Cláudio Veiga e outros –, optamos nesse trabalho por traduções literais de nossa autoria, para atender a nosso interesse imediato voltado para o texto original francês.

do-se no céu cheio de estrelas, feminizadas e propriedade do poeta: “Meu albergue ficava na Ursa-Maior. / – Minhas estrelas no céu faziam um doce frufu” (*Mon auberge était à la Grande-Ourse. / – Mes étoiles au ciel avaient un doux frou-frou*). Em *Sensation*, a caminhada, inicialmente restrita, também se amplia, na segunda estrofe; nessa largada pelo mundo, a felicidade associada idealmente à presença feminina alia-se à solidão do poeta: “E irei longe, bem longe, como um boêmio, / Pela Natureza – feliz como se estivesse com uma mulher” (*Et j'irai loin, bien loin, comme un bohémien, / Par la Nature, – heureux comme avec une femme*).

Nossa análise de *Ma bohème* vê esse soneto como uma fantasia amorosa, com uma alusão à prática do amor solitário. Conhecemos a crítica de Pierre Brunel³ à interpretação de Steve Murphy⁴ que enxerga em “coração” (*coeur*), termo que arremata o poema, como um eufemismo para o sexo (“Como liras, eu puxava os elásticos / De meus sapatos feridos, um pé perto de meu coração”: *Comme des lyres, je tirais les élastiques / De mes souliers blessés, un pied près de mon coeur*). Não seria preconceituosa a posição do crítico francês, ao afirmar que “A malignidade de Rimbaud, nessa data, não chega até aí” (*La malignité de Rimbaud, à cette date, ne va pas jusque-là*)⁵? Um adolescente de quinze anos não poderia estar despertado, em sua sexualidade, para a prática do amor solitário? O pé do poeta adolescente perto do coração, em substituição à tradicional mão no peito, posição que não satisfaz ao adolescente boêmio, vemo-lo, esse pé, claramente, como símbolo sexual. A conotação erótica de *pied* (pé) não se patenteia na língua francesa na expressão *prendre son pied*, da linguagem familiar, que significa “gozar, ter prazer (sexual)”, corroborando, assim, essa interpretação?^{6/7} Ao vibrar o adolescente os elásticos de seus sapatos, como liras, conota-se o toque erótico da masturbação que conduz ao êxtase e se confunde com o toque poético das rimas “no meio das sombras fantásticas” (*au milieu des ombres fantastiques*).

Desde o início da composição, subjaz o sentido sexual ligado à prática do amor solitário. No primeiro verso do soneto, o poeta não “(se) ia” (*Je m'en allais*),

³ BRUNEL, Pierre. Introduction: le temps des poésies. In: RIMBAUD. *Poésies complètes*. Collection dirigée par Michel Simonin. Paris: Le livre de poche/Librairie Générale Française, 1998. p. 7-39.

⁴ MURPHY, Steve. *Le premier Rimbaud ou l'apprentissage de la subversion*. Lyon: CNRS/Presses Universitaires de Lyon, 1990.

⁵ Pierre BRUNEL. op. cit., p. 20.

⁶ Cf. Henri BAUCHE. *Le langage populaire*. Paris: Payot, 1951: “Avoir, prendre son pied, avoir du plaisir (sensual), jouir”; verbete *pied* em Alain REY e Sophie CHANTREAU. *Dictionnaire des expressions et locutions*. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1989: “Fam. Prendre son pied, locution d'origine argotique, “avoir du plaisir (sexuel) [...]”; em Pierre MERLE. *Dictionnaire du français branché*. Paris: Editions du Seuil, 1989: “Pied (prendre son pied, c'est le pied!). L'expression prendre son pied signifie très exactement: en prendre une bonne part (un pied = 33 centimètres), et non pas, comme on le croit trop souvent, prendre on ne sait quelle posture acrobatique sous l'effet d'un certain contentement ou d'une extase irrépressible et soudaine. “Recherche homme de 18 à 25 ans, bissexuel actif, super monté, pour qu'ensemble on essaie de faire prendre son pied à ma nana” (annonce parue dans *Libération* du 17 mai 1986”; e em *Dictionnaire Hachette encyclopédique*. Paris: Hachette, 1996: “3. Fam. Prendre son pied: éprouver du plaisir; spécial. du plaisir sexuel. C'est le pied! Ce concert, quel pied!”

⁷ Em português, a única associação conotativa ligada ao corpo humano que encontramos dicionarizada foi a de pé com *cabeleira* (cf. In: Aurélio Buarque de Holanda FERREIRA. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975, verbete *pé*: “19. Pop. A parte ínfero-posterior da cabeleira (Pediú ao barbeiro que lhe fizesse o pé arredondado)”).

“com as mãos nos bolsos furados” (*les poings dans mes poches crevées*)? Adiante, o primeiro verso do segundo quarteto insiste ainda nessa experiência: “Minhas únicas calças tinham um grande furo” (*Mon unique culotte avait un large trou*). A realidade não exclui a fantasia, que se faz presente na figura da Musa, de quem o poeta, como um trovador medieval, é um servidor fiel (*féal*), e na transmutação de suas estrelas no céu, as quais, em ruidosas vestes femininas, põem-se a atizar sua imaginação (*Mes étoiles au ciel avaient un doux frou-frou*). Fica-nos do poema a imagem forte e inesquecível do adolescente que vagueia solitário pelo campo, sonhando com fantasias exaltadas de amores esplêndidos (*Oh! là là! que d’amours splendides j’ai rêvés!*).

Dois poemas do *Cahier* acalentam planos de um passeio a dois: *Les reparties de Nina* (primeira composição da série) e *Rêvé pour l’hiver* (quinto soneto da segunda parte do *Cahier*). *Nous irions*, de *Les reparties de Nina* e *nous irons*, de *Rêvé pour l’hiver* substituem o *j’irai*, de *Sensation* e o *je m’en allais*, de *Ma bohème*. Quatro poemas, portanto, com modulação temática em torno de um mesmo verbo, *ir*. Antes sozinho, o poeta agora vislumbra a possibilidade de caminhar acompanhado por uma mulher. Mulher que o desencoraja, em sua avançada amorosa, no primeiro caso, e mulher irreal, inexistente, uma abstração, já que faz parte de um sonho, no segundo caso, embora nesse sonho ela estimule a sedução masculina.

Les reparties de Nina compõe-se de vinte e oito estrofes construídas em quartetos. Põe em cena duas personagens: “ele” (*lui*), que propõe, nas vinte e sete estrofes iniciais do poema, um passeio amoroso pela natureza, em contato com plantas e animais e com promessas de alegria – quatro estrofes falam do riso da jovem – e sensualidade, e “ela” (*elle*), cujo nome é revelado apenas no título e que joga por terra o romantismo da proposta, com sua indagação – concisa e irônica – na última estrofe: “E minha repartição?” (*Et mon bureau?*). Por questões burocráticas, pois, afasta-se a concretização do sonho imaginado pelo poeta e o condicional “iríamos” (*nous irions*), como tempo verbal consignado no verso 2 da primeira estrofe – *Ta poitrine sur ma poitrine / Hein? nous irions [...]* –, é sintomático desse malogro.

Rêvé pour l’hiver é um soneto, datado de 7 de outubro de 1870, que traduz um desejo de viagem a dois, a realizar-se no inverno, em um vagão de trem cor-de-rosa, com almofadas azuis. O clima onírico é dado pelo título, “Sonhado para o inverno”, e confirmado logo no *incipit* pelo verbo-chave no futuro, “No inverno, iremos” (*L’hiver, nous irons*). Fora do vagão, uma atmosfera lúgubre e de terror: sombras, caretas, demônios e lobos negros; dentro, a sensualidade amorosa: “Um ninho de beijos loucos repousa / Em cada canto macio” (*Un nid de baisers fous repose / Dans chaque coin moelleux*). O prazer principia com um arranhão no rosto da amada, “um beijinho” (*un petit baiser*) que, “como uma aranha enlouquecida” (*comme une folle araignée*), corre-lhe pescoço abaixo, iniciando-se no corpo feminino uma nova e longa viagem – como uma *mise en abyme* –, na busca do animal que o percorre. A iniciativa masculina desse trajeto amoroso se fará, naquele sonho, por sugestão dela: “Procure!” (*Cherche!*).

O segundo momento desse trabalho focaliza *Première soirée*. Quarto poema do *Cahier*, com oito quartetos em octossílabos, encena um encontro amoroso, desta vez concreto, com a presença indiscreta da natureza, através de folhagens de árvores que batem na vidraça e de um raio de sol a borboletar no sorriso e no seio feminino. O título esclarece tratar-se de uma primeira noite amorosa (no verão, nas Ardenas, o sol ainda brilha depois das 22 horas), cujo cenário é o quarto dele, a moça encontrando-se “Sentada em (sua) ampla cadeira” (*Assise sur ma grande chaise*). Extrema sensualidade aparece no jogo erótico da cena: seminua (*fort déshabillée* e *mi-nue*), “ela” (*elle*) é beijada sucessivamente nos tornozelos (4ª estrofe), nos olhos (6ª estrofe) e no seio (7ª estrofe). Sua reação: o riso; e a palavra, preâmbulo do pudor. Ao ser beijada nos pés, a amada tem “um doce riso brutal” (*un doux rire brutal*), “um lindo riso de cristal” (*un joli rire de cristal*) e, puxando recatadamente os pés beijados, ela diz: “Vamos acabar com isso! (*Veux-tu en finir!*)”. “Permitida essa primeira audácia, o riso fingia punir” (*La première audace permise / Le rire feignait de punir!*), daí o namorado sentir-se encorajado a beijá-la nos olhos: jogando a cabeça para trás, ela acrescenta com sensualidade que “aprecia ainda mais” (*Oh! c’est encore mieux!*), mas logo o pudor feminino vocaliza-se numa repreensão: “Moço, tenho duas palavrinhas a dizer-lhe!” (*Monsieur, j’ai deux mots à te dire!*). Ele então “jogou o resto no seio / Em um beijo que a fez rir / Com um bom riso de quem consentia” (*Je lui jetai le reste au sein / Dans un baiser, qui la fit rire / D’un bon rire qui voulait bien...*).

A estrofe final retoma na íntegra a primeira estrofe, em uma recorrência que sugere o recomeço do amor, a repetição do que ocorreu, em um procedimento bastante explorado por Banville, a *Ringkomposition* dos alemães. Nessa retomada, põe-se em destaque o corpo feminino (*Elle était fort déshabillée*) e a malícia da natureza (*Et de grands arbres indiscrets / Aux vitres jetaient leur feuillée / Malinement, tout près, tout près*).

Dos sete sonetos do ciclo belga, que constituem o segundo caderno do *Recueil Demeny*, dois põem no palco a mulher belga: dois quadros vislumbrados pelo adolescente viajante em paradas para descanso, em albergues. Aí se situa o terceiro enfoque desse ensaio. Não esqueçamos que estes poemas foram elaborados por Rimbaud em sua caminhada pela Bélgica, ao regressar de sua primeira fuga a Paris, em 29 de agosto de 1870. Com exceção do último da série, *Ma bohème*, sem data, os seis demais estão datados de outubro de 1870, o quinto, composto em um vagão de trem – conforme informa o autor –, trazendo a precisão cronológica de ter sido feito em 7 de outubro. *Au Cabaret-Vert* e *La maline*, o segundo e o terceiro sonetos da série, fazem-nos contemplar a Bélgica, mais particularmente Charleroi, segundo confessa o poeta: “Entrava em Charleroi” (*J’entrais à Charleroi*), diz em *Au Cabaret-Vert*; “Eu recebia um prato de não sei que iguaria / Belga” (*Je ramassais un plat de je ne sais quel met (sic) / Belge*), afirma em *La maline*, composto em “Charleroi, em outubro de 70” (*Charleroi, octobre 70*). Retrata-se a Bélgica rural de Leopoldo II. A Bélgica de Charleroi, de culinária opulenta e rica.

O poeta regala-se com “[...] fatias de pão com manteiga, / Presunto morno, em uma travessa colorida / Presunto cor-de-rosa e branco, perfumado com um dente / De alho” ([...] *des tartines de beurre, / Du jambon tiède, dans un plat colorié, / Du jambon rose et blanc parfumé d'une gousse / D'ail*) (*Au Cabaret-Vert*), sorvendo “Um cheiro de verniz e de frutas, bem à vontade” (*Une odeur de vernis et de fruits, à mon aise*) (*La maline*).

Sensuais e apetitosas são as mulheres retratadas nos dois quadros de albergues belgas esboçados nos sonetos *Au Cabaret-Vert* e *La maline*. A primeira é descrita como de tetas enormes, olhos vivos, risonha – o riso associa-se frequentemente ao amor em Rimbaud, segundo discutiremos adiante – e como o tipo de mulher que não se amedronta com um beijo ([...] *la fille aux tétons énormes, aux yeux vifs, / – Celle-là, ce n'est pas un baiser qui l'épeure! – / Rieuse, [...]*); a segunda, à sua sensualidade alia-se a malícia: o poeta está se regalando com um prato belga, quando a porta da cozinha se abre, numa baforada, a garçonete sai, com o xale desfeito e, maliciosamente (des)penteadada, arruma os pratos, passando o dedinho trêmulo no rosto – “um veludo de pêssego rosa e branco” (*un velours de pêche rose et blanc*) –, faz um biquinho com seu lábio infantil e diz-lhe baixinho, como pedindo um beijo: “Sinta: peguei um resfriado no rosto...” (“*Sens donc: j'ai pris une froid sur la joue...*”).

Três poemas falam da mulher, como uma abstração, colocando-a à distância, em um pedestal. Pedestal shakespeariano (*Ophélie*) ou mitológico (*Vénus anadyomène, Soleil et chair*). Considerações em torno deste tópico constituem o quarto momento na investida de nossa análise.

O décimo primeiro poema do *Cahier* descende diretamente de Shakespeare: *Ophélie* é a noiva infeliz que Hamlet, obcecado pela vingança, despreza e que sucumbe, naufraga de sua loucura. Quartetos construídos em alexandrinos, com versos sonoros, rima rica e ritmo longo e arrastado, agrupam-se em três partes. A primeira contém quatro estrofes com a descrição mítica de Ofélia, lírio, flutuando deitada em seus longos véus, há mais de mil anos; a segunda, igualmente com quatro estrofes, mostra e tenta compreender a tormenta da jovem e a terceira está contida em uma única estrofe, na qual o poeta afirma ter encontrado à noite, procurando flores, deitada nas águas, em seus longos véus, “A branca Ofélia (a) flutuar, como um grande lírio” (*La blanche Ophélie flotter, comme un grand lys*), retomando versos da primeira estrofe, ligeiramente modificados, e sugerindo um recomeço de uma história eterna. A indicação “há mais de mil anos” (*Voici plus de mille ans*) instaura um tempo abstrato que confere ao quadro valor simbólico, Ofélia encarnando a humanidade sofredora e perdida em seu sonho. A filiação shakespeariana patenteia-se em vários momentos como na utilização, no poema, três vezes, do nome inglês *Ophelia* (duas vezes aparece *Ophélie*, em francês, uma das quais no título). Como na tragédia de Shakespeare, Ofélia é flor: lírio (*lys*) no poema rimbaldiano, “*a rose of May*”⁸, segundo a

⁸ Ato IV, cena 5, v. 156.

define o irmão Laertes na tragédia inglesa; flor, ela já o fora na pincelada de Millais (1829-1896), que a retrata como um grande nenúfar⁹. Assim como, em Hamlet, Ofélia canta romanças na cena da loucura¹⁰, no poema francês “[...] sua doce loucura / Murmura sua romança” ([...] *sa douce folie / Murmure sa romance*). Uma notação considerada libertina e erótica em *Hamlet*¹¹ está presente em Rimbaud, sem que este, entretanto, coloque em relevo essa interpretação: “É que em uma manhã de abril, um belo cavaleiro pálido, / Um pobre louco, sentou-se mudo em seus joelhos!” (*C'est qu'un matin d'avril, un beau cavalier pâle, / Un pauvre fou, s'assit muet à tes genoux!*).

Para concluir nossa leitura a partir deste poema shakespeariano, uma observação sobre a vidência de Ofélia, com a qual a personagem se antecipa às cartas do vidente, de maio de 1871, além de preannunciar o silêncio de Rimbaud e a parada de sua carreira poética, carreira que só vai durar cinco anos (1870-1874). Em uma composição parnasiana, é o Rimbaud fulgurante e visionário que transparece, apontando o futuro, na oitava estrofe do poema, inserida na segunda parte da composição, que se constrói em um crescendo dramático, culminando com a intuição de um pacto entre visão e loucura, entre poesia e silêncio:

Ciel! Amour! Liberté! Quel rêve, ô pauvre Folle!
Tu te fondais à lui comme une neige au feu:
Tes grandes visions étrangeaient ta parole
– Et l'Infini terrible effara ton oeil bleu!¹²

Dois poemas focalizam ainda a mulher considerada como um ser abstrato, em um distanciamento que se posta, desta vez, no registro mitológico: *Vénus anadyomène* e *Soleil et chair*, respectivamente o segundo e o derradeiro poemas do *Cahier de Douai*, primeira parte. Evocam, de maneira divergente e contraditória, a deusa da Beleza e do Amor, *Vénus, Soleil et chair* ampliando a visão mitológica para outros espaços olímpicos, com referências a “la Nymphé blonde”, “la grande Cybèle”, “Ariadné”, “Europé”, “Léda”, “la Dryade”, “la blanche Séléne” e a “la Source”.

⁹ Além de Millais, o tema foi tratado na iconografia por Delacroix (1870), por Guermann Bohn (1849) e outros.
¹⁰ Ato IV, cena 5.

¹¹ Na cena em que Hamlet simula a loucura para denunciar o assassinato de seu pai, ele tenta deitar-se nos joelhos de Ofélia, que o repele uma primeira vez e que consente quando o amado precisa que ele deseje simplesmente colocar “a cabeça em seus joelhos”. Frédéric Martel afirma, em “Comment traduire Hamlet” (In: *Magazine littéraire*, n. 393, p. 50-3, déc. 2000): “Hamlet fait alors ce commentaire: ‘Do you think I meant country matters?’. L’allusion sexuelle est, en anglais, explicite: la première syllabe de ‘country’ renvoie à ‘cunt’(con) (os grifos são nossos). Mais ici les traductions varient fortement. Hugo choisit ‘Pensez-vous que j’eusse dans l’idée des choses grossières?’. Gide, lui, préfère, légèrement puritain: ‘Me prêtez-vous des manières de rustre?’, alors que le poète Yves Bonnefoy traduit la formule par ‘Pensez-vous que j’avais l’idée de choses vilaines?’ et Jean-Michel Déprats par l’intéressant ‘Vous pensiez que je parlais d’explorer le riant bocage?’, avant de privilégier une traduction qui soit plus fidèle au jeu de mot sur le sexe féminin (“contrées”). Enfin, Grivelet propose ‘Pensez-vous que j’avais la bagatelle en tête?’ Et Markowicz: ‘Vous pensez que j’entendais des manières compagnardes?’.” (p. 51).

¹² Tradução de Cláudio Veiga: “Tua vida se foi como a neve no fogo. / Céu, Liberdade, Amor: que sonho, pobre louca! O Infinito assustou os teus olhos azuis, / As visões sufocando as palavras na boca” (p. 253). Tradução de Ivo Barroso: “Céu! Amor! Liberdade! Um sonho, pobre louca! / Que te fez derreter qual faz o fogo à neve: / Tuas grandes visões sufocaram-te a fala / – E o Infinito aterrou os teus olhos azuis!” (p. 55). Tradução de Jorge Wanderley: “E aí o céu, o amor: – que sonho, pobre louca! / Ante ele eras a neve, desmaiando à luz; / Visões estrangulavam-te a fala na boca, / O Infinito aterrava os teus olhos azuis!” (p. 5).

Soleil et chair, datado, no *Cahier*, de maio de 1870, constitui um dos três poemas encaminhados por Rimbaud a Banville, em carta de 24 de maio de 1870. Nessa primeira versão, o poema é mais extenso, tem numerosas variantes e traz outro título (*Credo in unam*). O poeta entoava um hino de amor pagão, em que se exalta o sol, fonte da vida, da ternura e do amor, e em que se celebra a sensualidade. Lastima não ter vivido nos tempos antigos – dos faunos, sátiros e Pan –, não perdendo de vista a linhagem cristã em que se situa e que rejeita: “– Oh! o caminho é amargo / Desde que o outro Deus nos atrela à sua cruz; / Carne, Mármore, Flor, Vênus é em você que eu creio!” (– *Oh! la route est amère / Depuis que l'autre Dieu nous attelle à sa croix; / Chair, Marbre, Fleur, Vénus, c'est en toi que je crois*). “Vênus” (*Vénus*) é invocada no poema sob variadas denominações: como Astartê (*Astarté*), a deusa fenícia que se confundia com Vênus, “a imortal Astartê / Que outrora, emergindo na claridade imensa / Das ondas azuis, flor de carne que a vaga perfuma, / Mostrou seu umbigo róseo onde veio nevar a espuma, / E fez cantar, Deusa de grandes olhos negros vencedores, / O rouxinol nos bosques e o amor nos corações!” ([...] *l'immortelle Astarté / Qui jadis, émergeant dans l'immense clarté / Des flots bleus, fleur de chair que la vague parfume, / Montra son nombril rose où vint neiger l'écume, / Et fit chanter, Déesse aux grands yeux noirs vainqueurs, / Le rossignol aux bois et l'amour dans les coeurs!*). Ela é ainda invocada como “Afrodite marinha” (*Aphrodité marine*), o nome grego para a Vênus anadiomene nascida da espuma das ondas, como “Calípígia” (*Kallipige la blanche*, cuja ortografia etimológica seria *Kallipyge*), epíteto que se atribui a Vênus, com o significado de “a de belas nádegas”, enaltecida no poema conjuntamente com *Eros*, ambos “cobertos com a neve das rosas” (*couverts de la neige des roses*), numa alusão às rosas que se lançam à sua passagem, rosas que são atributos da deusa, e como “Cípride” (*Cypris*), por ter nascido das espumas do mar junto à ilha de Chipre, Cípride que “passa, estranhamente bela / E, arqueando as curvas esplêndidas das ancas / Ostenta altivamente o ouro de seus grandes seios / E seu ventre nevoso bordado de espuma negra” ([...] *passé, étranagement belle, / Et, cambrant les rondeurs splendides de ses reins, / Étale fièrement l'or de ses larges seins / Et son ventre neigeux brodé de mousse noire, / [...]*).

Contrastando com essa visão botticelliana, em que à beleza da deusa do Amor alia-se a pureza, o soneto *Vénus anadyomène* assimila-a à feiúra e à impureza, numa filiação à linhagem baudelairiana de ostentação das decomposições femininas e já anunciando o Rimbaud dos poemas obscenos de *Stupra* e do *Album zutique*. *Vénus anadyomène* pode ser lido como um oximoro, em um contraponto com a Vênus de *Soleil et chair*, bem como com a das pinturas de Rafael, Ticiano, Botticelli e tantos outros¹³. Para Michael Riffaterre, “O quadro aqui se desenrola

¹³ A representação iconográfica do nascimento de Vênus ou da Vênus anadiomene é vasta; na pintura foi efetivada por Apelle (Antiguidade), Rafael (Vaticano), Ticiano (Inglaterra), Botticelli (Florença), J. Romain (Roma), Rubens, Boucher, Ingres (Louvre), Cabanel, Bouguereau, Chassériau (litografia), entre outros.

de um detalhe a outro na ordem estereotipada dos nus literários – assim como na ordem em que as partes do corpo saem da água – com a diferença de que aqui cada detalhe está precedido do sinal menos”¹⁴. Nossa leitura, a seguir, tomará essa orientação e far-se-á colocando em paralelo a oposição entre as duas estéticas e dando destaque ao oximoro.

A “flor de carne” (*fleur de chair*), “estranhamente bela” (*étrangement belle*), de *Soleil et chair*, torna-se no soneto *Vénus anadyomène* uma prostituta, “uma cabeça / De mulher com cabelos castanhos extremamente empastados” (“[...] *une tête / De femme à cheveux bruns fortement pommadés*”). Em lugar de emergir da “imensa claridade / Das ondas azuis” ([...] *immense clarté / Des flots bleus*), é “De uma velha banheira (que) emerge, lenta e estúpida, / Com déficits muito mal retocados” (*D'une vieille baignoire émerge, lente et bête, / Avec des déficits assez mal ravaudés*). Essa degradação originária já desponta desde o primeiro verso de *Vénus anadyomène*, em uma comparação que introduz a descrição da banheira de onde se levanta a deusa, estigmatizada pela morte e pela pobreza: “Como de um ataúde verde em folha-de-flandres, uma cabeça / De mulher [...] emerge” (*Comme d'un cercueil vert en fer blanc, une tête / [...] émerge*). Não é de frente que a Vênus anadiomene se ergue de sua banheira, como o fazem, em suas representações, os pintores que a imobilizaram no momento de seu nascimento, nua e vinda das águas, nem como, em *Soleil et chair*, ela se apresenta: “Ostenta altivamente o ouro de seus grandes seios / E seu ventre nevoso bordado de espuma negra” (*Étale fièrement l'or de ses larges seins / Et son ventre neigeux brodé de mousse noire*) e “Mostrou seu umbigo róseo onde veio nevar a espuma” (*Montra son nombril rose où vint neiger l'écume*). A Vênus anadiomene do soneto sai de sua banheira de costas. De costas porque a intenção última de Rimbaud é mostrar para o leitor a úlcera que ela tem no ânus. Vemo-la, ao erguer-se, expor, não os seios, o ventre e o umbigo, mas a nuca (*le col*), as omoplatas (*les omoplastes*) e as nádegas (*les reins*). Nas nádegas, traz tatuadas duas palavras: Clara Venus (*Les reins portent deux mots gravés: Clara Venus*). Clara Venus, eufemismo irônico, já que, anagrama de ULCERA ANUS, anuncia o quadro horrendo que se segue e com o qual o poema se encerra: “– E todo esse corpo se agita e estende sua ampla garupa / Bela horrivelmente com uma úlcera no ânus” (*Et tout ce corps remue et tend sa large croupe / Belle hideusement d'un ulcère à l'anus*). Invertendo o habitual culto ao Belo, a úlcera anal é aqui sinal de beleza, sim, mas de uma beleza hedionda.

Outros contrapontos opõem ainda as duas Vênus, como aqueles relacionados com a pele e com as cores femininas. A prostituta, com “a nuca gordurenta e cinza” (*le col gras et gris*), com a pele impregnada de “banha” (*La graisse sous la peau paraît en feuilles plates*), é marcada na espinha dorsal pela coloração vermelha (*L'échine est un peu rouge*), em oposição à Vênus de *Soleil et chair*, branca, rósea

¹⁴ Apud Ivo BARROSO. Notas, p. 325. In: Arthur RIMBAUD. *Poesia completa*. Trad. de Ivo Barroso. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

e dourada (*Kallipige la blanche, ventre neigeux, nombril rose, l'or de ses [...]seins*). Última oposição, formal desta vez, já que se refere a um mesmo advérbio, *étrangement*, que aparece nos dois poemas, em *Vénus anadyomène* aplicando-se ao adjetivo *horrible* e enquadrando-se na estética do Feio (*le tout sent un goût / Horrible étrangement* – “o todo resente-se de um gosto / horrível estranhamente”) e, em *Soleil et chair*, aplicando-se ao adjetivo *belle* e inserindo-se na estética do Belo (*Cypris passe, étrangement belle* – “Cípride passa, estranhamente bela”).

Cinco poemas do *Cahier de Douai* aliam o riso ao amor: *Les reparties de Nina*, *Première soirée*, *Roman*, *À la musique* e *Au Cabaret-Vert*, respectivamente o primeiro, quarto, oitavo e décimo terceiro poemas do primeiro caderno e o segundo, do segundo caderno. Nosso ensaio aqui se embrenha em seu quinto e derradeiro momento de reflexão.

Rir é um ato exclusivo dos homens. Já Aristóteles, ao caracterizar o homem como *animal ridens* em oposição aos animais, sublinhava essa caracterização, considerando-a quase tão significativa quanto a de *homo sapiens*. O riso distingue-se do sorriso, por ser este voluntário, marcando-se pela expressão específica dos músculos do rosto à qual os fenômenos da respiração ficam particularmente estranhos, e aquele, involuntário, consistindo em uma série de contrações comandadas pelo diafragma, de caráter convulsivo ou espasmódico, faciais, respiratórias, fonéticas e que, no caso de um riso intenso, podem atingir o tronco e os membros. O sorriso manifesta a alegria do espírito em presença de um acontecimento feliz e inesperado, à vista ou ao pensamento de algo de interesse, etc. Quanto ao riso – que nos interessa mais especificamente aqui –, tem duas funções principais, a de manifestação da alegria ou a de resposta ao cômico.

Dos cinco poemas destacados acima, três associam o riso à alegria proporcionada pelo amor e ao prazer sensual e dois colocam em pauta o riso suscitado pelo aspecto divertido e cômico do estado amoroso. No primeiro caso, o riso tem a mesma significação de fenômenos extremamente variados que acompanham toda sensação de prazer. *Les reparties de Nina*, *Première soirée* e *Au Cabaret-Vert* são cenários poéticos para configurações do riso no amor, ilustrativos, portanto, desse primeiro caso.

Na proposta de passeio a dois, contida em *Les reparties de Nina*, o amante, *ele*, antevê o riso da mulher amada, *ela*, em quatro estrofes do poema. A estrofe 5, introdutória para as seguintes, segundo se explicita formalmente nos dois pontos que a concluem, mostra o riso como expressão da alegria feminina, comparado ao borbulhar do champagne e associado à loucura: “Apaixonada pelo campo, / Semendo em toda parte, / Como uma espuma de champanhe, / Teu riso louco:” (*Amoureuse de la campagne, / Semant partout, / Comme une mousse de champagne, / Ton rire fou*:). Essa função significante do riso como tradução da alegria e felicidade torna-se ambígua nas três estrofes seguintes, em que se acrescenta a insinuação do prazer sensual subjacente. Com efeito, o amante, em estado de embriaguês brutal, imagina beber o gosto de framboesa e de morango naquela

“carne de flor” (*[...] brutal d'ivresse / [...] qui boirais / Ton goût de framboise et de fraise / Ô chair de fleur!*). Três participípios presentes (*Riant*, nas estrofes 6, 7 e 8) têm como antecedente *elle*, na expressão desse riso: ela rindo para ele (estrofe 6), para o vento que a beija (estrofe 7) e ela que ri “sobretudo, ó cabeça louca / para (seu) amante!...” (*Riant surtout, ô folle tête / À ton amant!...*).

O riso suscitado pelo prazer erótico aparece mais explicitamente no poema *Première soirée*, cujo clima de sensualidade é colocado desde o primeiro verso, “Ela estava quase sem roupa” (*Elle était fort déshabillée*), que ressoa como um refrão, com sua repetição na estrofe final. O riso ocorre inicialmente depois que o amado beija os tornozelos dela e é descrito como “um doce riso brutal / Que se debulhava em claros trilos / Um belo riso de cristal” (*[...] un doux rire brutal / Qui s'égrenait en claires trilles, / Un joli rire de cristal*). O jogo amoroso prossegue, o amante beijando-lhe os olhos e depois o “seio / Em um beijo que a fez rir / Com um bom riso de quem estava gostando...” (*[...] sein / Dans un baiser, qui la fit rire / D'un bon rire qui voulait bien...*).

O riso aparece ainda associado à sensualidade feminina no poema *Au Cabaret-Vert*, um dos sete sonetos (o segundo) que compõem o segundo *Cahier de Douai*. Em um albergue belga de Charleroi, no qual o poeta caminhante entra para descansar e comer “pão com manteiga” (*des tartines de beurre*) e “presunto morno” (*du jambon (qui fût) à moitié froid / du jambon tiède*), ele é atendido por uma sensual e risonha garçonete. Sua sensualidade, que transparece nas “tetas enormes”, na vivacidade dos olhos (*[...] fille aux tétons énormes, aux yeux vifs*) e na impressão que passa para o poeta da franqueza de seu erotismo (“Essa aí, não é um beijo que a amedronta”: *Celle-là, ce n'est pas un baiser qui l'épeure*), alia-se a seu riso: é “Risonha” (*Rieuse*).

O riso como resposta ao cômico está presente em dois poemas: *Roman* e *À la musique*. Este riso cômico difere do anterior e tem sido alvo de reflexão e de interpretações de filósofos e psicólogos. Insistiu-se em suas origens mentais, que podem ter causas morais, um sentimento de degradação sem gravidade das pessoas ou das coisas, e causas intelectuais, advindas da surpresa produzida por uma expectativa frustrada. Bergson, em *Le rire, essai sur la signification du comique* (1900), considera-o *du mécanique plaqué sur du vivant* (um fenômeno mecânico colado em cima do vivo), produzindo-se toda vez que, em lugar de uma reação inteligente e adaptada às circunstâncias, o indivíduo apresenta uma reação automática.

Em *Roman*, ressoa o riso zombeteiro daquela “senhorita com pequenos ares encantadores” que passa “Sob a sombra do falso colarinho medonho de seu pai...” (*Passe une demoiselle aux petits airs charmants / Sous l'ombre du faux-col effrayant de son père...*), ao ler os sonetos do jovem apaixonado (*Vous êtes amoureux*) (*Vos sonnets La font rire*). Com dezessete anos¹⁵ – e nessa idade não

¹⁵ Na verdade, o poema, datado de 29 de setembro de 1870, foi escrito às vésperas do poeta completar 16 anos. Era hábito de Rimbaud aumentar sua idade.

se é sério (*On n'est pas sérieux, quand on a dix-sept ans*) – ele a conheceu ao cruzá-la em um passeio. Ela o achara “imensamente ingênuo” (*immensément naïf*), e, “Fazendo trotar suas pequenas botinas” (*Tout en faisant trotter ses petites bottines*), “Ela se volta(ra) (para ele), alerta e com um movimento vivo...” (*Elle se tourne, alerte et d'un mouvement vif...*). A mesma adjetivação *alerta* desse poema reaparece em *À la musique*, para qualificar as meninas (*les alertes fillettes*) daquela praça de Charleville “lapidada em gramados mesquinhos” (*taillée en mesquines pelouses*), aquele “Largo onde tudo é correto” (*Square où tout est correct*). As semelhanças se avolumam entre os dois poemas, cujos tamanhos e formas se equivalem, ambos constituídos de quartetos: oito estrofes, em quatro partes numeradas, no caso de *Roman*, e nove, em *À la musique*. As mesmas “botinas”, para as meninas, nos dois poemas. Idêntica atmosfera de branda sensualidade, com beijos iminentes: “Divaga-se; sente-se nos lábios um beijo / Que aí palpita” (*On divague; on se sent aux lèvres un baiser / Qui palpita là*), em *Roman*; “– E sinto os beijos que me chegam aos lábios...” (*– Et je sens les baisers qui me viennent aux lèvres...*), em *À la musique*. Essas meninas alertas “voltam-se rindo / Para (ele), seus olhos todo cheios de coisas indiscretas” (*[...] tournent en riant, / Vers moi, leurs yeux tout pleins de choses indiscrettes*; “Elas (o) acham engraçado e se falam baixinho” (*Elles me trouvent drôle et se parlent tout bas*).

Nos dois poemas, o riso das meninas expressa essa desproporção entre o desejo do adolescente diante daqueles corpos juvenis, ávido em beijá-las, e a incompreensão das jovens, que o acham engraçado e zombam, rindo, dos seus sentimentos.

Na abordagem do tema desse ensaio, não se pode negligenciar o conhecimento que se tem acerca da sexualidade de Rimbaud no período posterior ao aqui enfocado. Sabe-se que, em setembro de 1871, ele encontrara Verlaine em Paris, iniciando-se então um relacionamento conturbado que durou até julho de 1873, tendo sido interrompido com a prisão na Bélgica de Verlaine, em consequência dos tiros de revólver por este disparados, os quais atingiram o braço de Rimbaud. Em fevereiro de 1875, um derradeiro encontro tempestuoso ocorreu em Stuttgart, a que se seguiu a separação definitiva, por desentendimentos profundos no casal.

Para concluir, lembramos que, após um período de viagens pela Áustria, Países Baixos, Alemanha, Suécia, Alexandria e Chipre, em 1880 Rimbaud se estabeleceu primeiramente em Aden, no Mar Vermelho, e depois em Harar, na Abissínia, hoje Etiópia, só retornando à França, para falecer, em 1891. Em sua fase africana, Rimbaud provavelmente renunciara ao homossexualismo. Assim nos informa Alain Borer, autor do livro *Rimbaud en Abyssinie*¹⁶, para a elaboração do qual refaz o

¹⁶ Cf. Alain BORER. *Rimbaud en Abyssinie*. Paris: Seuil, 1984, p. 150-2 e sobretudo a nota 43, p. 352: “Na lógica de seu empreendimento literário, Rimbaud teria renunciado ao homossexualismo; Bardey e Borelli testemunharam nesse sentido, que confirmariam em Rimbaud sua vontade de esquecimento, a condenação de seu passado, o esforço de “procurar uma moral para si” (*Dans la logique de son entreprise littéraire, Rimbaud aurait renoncé à l'homosexualité; Bardey et Borelli ont témoigné en ce sens, que confirmeraient en Rimbaud sa volonté d'oubli, la condamnation de son passé, l'effort de se “chercher une morale”*).

trajeto de Rimbaud, cumprindo um périplo carregado de emoções, tendo chegado, inclusive, com vinte e sete anos, em Harar, onde Rimbaud, com a mesma idade, aportara, noventa e sete anos antes. Informa-nos ainda Alain Borer que o poeta chegou a ter uma mulher abissínia¹⁷ durante algum tempo e sua correspondência¹⁸ comprova haver acalentado o sonho de vir um dia a casar-se, na França.

Ao rememorar esse percurso amoroso na vida de Rimbaud, Alain Borer conclui¹⁹ sustentando que a verdadeira companheira de Rimbaud, desde sempre, foi a natureza, que amou fisicamente, como se patenteia em *Aube*²⁰: “Senti um pouco seu imenso corpo” (*J'ai senti un peu son immense corps*), segundo diz referindo-se à “deusa” – a aurora –, ao reconhecê-la em um cume prateado (*à la cime argentée je reconnus la déesse*.) Borer arremata sua reflexão com um retorno ao início. Ressalta que a união do poeta com a natureza remonta a *Soleil et chair* e que nela sabia perder-se, dela fora desvairadamente apaixonado e nela encontrara sua liberdade e solidão. Em perfeita sintonia com a obra rimbaldiana, Borer ilustra o que afirma recitando o segundo quarteto de *Sensation*, poema datado de março de 1870 cuja análise inaugura o presente ensaio:

¹⁷ Cf. id. *ibid.*, p. 149: “Ele teve uma mulher na Abissínia, como mandava buscar os melhores instrumentos de precisão com um objetivo bastante vago. Eles viveram alguns meses em Aden, em 1884: ela era alta e esbelta “bastante bonita”, “não muito negra”, vestida à européia; ela gostava de fumar cigarro. Falava pouco o francês, e o próprio Rimbaud “conversava pouquíssimo”. Esta mulher abissínia sem nome e sem rosto só saía à noite, em companhia de Rimbaud, nas ruas sombrias de Aden, um e outro esquivos e silenciosos. “Casal esquisito”. Depois Rimbaud, bruscamente, a mandou embora. Deu-lhe alguns talers e colocou-a em um navio” (*Il prit femme en Abyssinie, comme il faisait venir les meilleurs instruments de précision – dans un but assez vague. Ils vécurent quelques mois à Aden, em 1884: elle était grande et mince, “assez jolie”, “pas très noire”, habillée à l'européenne: elle aimait fumer la cigarette. Elle parlait peu le français, et Rimbaud lui-même “causait très peu”. Cette Abyssine sans nom et sans visage ne sortait que le soir, en compagnie de Rimbaud, dans les rues sombres d'Aden, l'un et l'autre farouches et silencieux. “Drôle de ménage”. Puis Rimbaud, brusquement, la renvoya. Il lui donna quelques thalers et la mit dans le boutre*). E nota 44, p. 353: “esta mulher seria originária do Tigré ou da tribo gala dos Argobas. Testemunho de Françoise Grisard, empregada de Alfred Bardey, que lhe deu aulas de corte e costura: ‘Acredito que eu era a única pessoa que ele recebia. Ele me parecia muito bom para esta mulher. Ela era muito doce (...) católica (...). Ele queria instruí-la (...) e se casar’ (carta de Françoise Grisard a Paternie Berrichon, Marseille, 22 de julho de 1897, in *Vie de Jean-Arthur Rimbaud*, op.cit., p. 158-159. Bardey precisou a Berrichon que eles não tiveram filhos (carta de 16 de julho de 1897, in *Mercur de France*, 1º de abril de 1930)”. (*Cette femme aurait été originaire du Tigré ou de la tribu galla des Argobas. Témoignage de Françoise Grisard, servante d'Alfred Bardey, qui lui donna des leçons de couture: “Je crois bien que j'étais la seule personne qu'il recevait. Il me paraissait très bon pour cette femme. Elle était très douce (...) catholique (...) Il voulait l'instruire (...) et se marier” (lettre de Françoise Grisard à Paternie Berrichon, Marseille, 22 juillet 1897, in la “Vie de Jean-Arthur Rimbaud”, op.cit., p.158/159. Bardey précise à Berrichon qu'ils n'eurent pas d'enfants (lettre du 16 juillet 1897, in “le Mercure de France”, 1º avril 1930)”.*

¹⁸ Cf. carta de 10 de agosto de 1890, de Harar, para a mãe, onde diz: “Será que eu poderia vir casar-me em seu país, na próxima primavera? Mas não poderei aceitar fixar-me aí, nem abandonar meus negócios aqui. Você acha que poderei achar alguém que consinta em seguir-me na viagem?” (*Pourrais-je venir me marier chez vous, au printemps prochain? Mais je ne pourrai consentir à me fixer chez vous, ni à abandonner mes affaires ici. Croyez-vous que je puisse trouver quelqu'un qui consente à me suivre en voyage?*) (RIMBAUD, *Oeuvres complètes*, p. 719). Cf. igualmente carta de 10 de julho de 1891, de Marseille, para Isabelle: “E eu que justamente tinha decidido voltar para a França nesse verão para me casar! Adeus casamento, adeus família, adeus futuro! Minha vida passou, eu não passo de um toco imóvel” (*Et moi qui justement avais décidé de rentrer en France cet été pour me marier! Adieu mariage, adieu famille, adieu avenir! Ma vie est passée, je ne suis qu'un tronçon immobile*) (RIMBAUD, *Oeuvres complètes*, p. 737).

¹⁹ Cf. Alain BORER, op. cit., p. 152.

²⁰ Poema das *Illuminations*. In: RIMBAUD, *Oeuvres complètes*. Paris: La Pochothèque/Librairie Générale Française, 1999, p. 482.

Je ne parlerai pas, je ne penserai rien:
Mais l'amour infini me montera dans l'âme,
Et j'irai loin, bien loin, comme un bohémien,
Par la Nature – heureux comme avec une femme²¹

A circularidade assim introduzida confirma a pertinência de nosso tema de estudo e reafirma a coerência de uma caminhada rumo ao desconhecido e à solidão.

Referências bibliográficas

- BAUCHE, Henri. *Le langage populaire*. Paris: Payot, 1951.
BERGSON, Henri. Le rire. Essai sur la signification du rire. 1900. In: *Oeuvres*. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.
BONNEFOY, Yves. *Rimbaud par lui-même*. Paris: Le Seuil, 1961. (nouvelle édition, *Rimbaud*, 1994).
BORER, Alain. *Rimbaud en Abyssinie*. Paris: Seuil, 1984.
BRUNEL, Pierre. *Arthur Rimbaud ou l'éclatant désastre*. Paris: Champs Vallon, 1983; *Rimbaud, projets et réalisations*. Paris: Champion, 1983.
ÉTIEMBLE. *Le mythe de Rimbaud*. Paris: Gallimard, 1954 à 1967.
ÉTIEMBLE et GAUCLÈRE. *Rimbaud*. Paris: Gallimard, 1936. (nouvelle édition 1950, puis 1966).
FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
GENGOUX, Jacques. *La pensée poétique de Rimbaud*. Paris: Nizet, 1950.
GIUSTO, Jean-Pierre. *Rimbaud créateur*. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.
GUYAUX, André. *Duplicité de Rimbaud*. Paris: Genève: Champion, Slatkine, 1991.
MARTEL, Frédéric. Comment traduire Hamlet. *Magazine littéraire*, n. 393, p. 50-3, déc. 2000.
MERLE, Pierre. *Dictionnaire du français branché*. Paris: Le Seuil, 1989.
MURPHY, Steve. *Le premier Rimbaud ou l'apprentissage de la subversion*. Lyon: CNRS/Presses Universitaires de Lyon, 1990.
MURPHY, Steve. Autour des "Cahiers Demeny" de Rimbaud. *Studi francesi*, n. 103, Anno 35, fasc. 1.
PLESSEN, Jacques. *Promenade et poésie: l'expérience de la marche et du mouvement dans l'oeuvre de Rimbaud*. Paris: Mouton, 1967.
POULET, Georges. *La poésie éclatée*. Paris: Presses Universitaires de France, 1980.
REY, Alain et CHANTREAU, Sophie. *Dictionnaire des expressions et locutions*. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1989.
RICHARD, Jean-Pierre. *Poésie et profondeur*. Paris: Le Seuil, 1955.
RIMBAUD. *Oeuvres complètes*. Introduction, chronologie, édition, notes, notices et bibliographie par Pierre Brunel. Paris: La Pochotèque/Librairie Générale Française, 1999. (Collection Classiques Modernes)
RIMBAUD, Arthur. *Poesia completa*. Trad. de Ivo Barroso. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
RUFF, Marcel A. *Rimbaud, l'homme et l'oeuvre*. Paris: Hatier, 1968.
THISSE, André. *Rimbaud devant Dieu*. Paris: José Corti, 1975.
STEINMETZ, Jean-Luc. *Arthur Rimbaud: une question de présence*. Paris: Tallandier, 1991.
VEIGA, Cláudio. *Antologia da poesia francesa*. (Bilíngüe). Rio de Janeiro: Record, 1991.
WANDERLEY, Jorge. Ophélie/Ofélia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 nov. 1991, Caderno Letras, p. 5.

²¹ Citado por Alain BORER, op. cit., p. 152 (2ª estrofe de *Sensation*, In: RIMBAUD. *Oeuvres complètes*, p. 194).

Duas vertentes da pesquisa em língua portuguesa no Instituto de Letras: dialectologia e sociolinguística

Jacyra Andrade Mota

Suzana Alice Marcelino Cardoso

Universidade Federal da Bahia

Apresenta-se um histórico da pesquisa na área de Língua Portuguesa, no tocante a duas de suas vertentes, a Dialectologia e a Sociolinguística, compreendendo o período que se estende de 1955 – chegada de Nelson Rossi à Universidade Federal da Bahia – a 2000, ano em que se comemoram os 30 anos do Instituto de Letras. Dá-se uma visão dos projetos desenvolvidos e em curso e dos corpora constituídos para os diferentes fins, destacam-se as principais publicações e informa-se sobre a participação de bolsistas nos diversos projetos que vêm se desenvolvendo nessas duas áreas.

This paper presents a historical account of the research work developed in the field of Portuguese language, focusing more specifically on dialectological and sociolinguistic studies. The historical period taken into account ranges from 1955, when Nelson Rossi started his work at Universidade Federal da Bahia, to 2000 when we celebrate the 30th anniversary of the Instituto de Letras. The article also gives an overview of the projects carried out during the referred period and some still in progress, not forgetting to mention the many scholarship holders who have contributed to those projects. Finally, the authors highlight the main publications edited from 1955 to 2000.

Resumo

Abstract

Se a atividade de ensino da Língua Portuguesa coincide, na sua origem, com a fundação da Faculdade de Filosofia, em 1943, como faculdade isolada, integrada, em 1946, ao conjunto de faculdades que passaram a constituir a então Universidade da Bahia, hoje Universidade Federal da Bahia, as atividades de pesquisa na área têm início em 1955, com a chegada de Nelson Rossi, convidado pelo reitor Edgard Santos para ocupar a cátedra destinada a essa matéria. Nasce, assim, a pesquisa em Língua Portuguesa com as atividades de Fonética Experimental desenvolvidas no Laboratório de Fonética, que esteve em funcionamento de 1955 a 1960 e foi implantado por Rossi segundo o modelo do existente em Coimbra, naquele então dirigido por Armando de Lacerda¹.

O caminho da Fonética Experimental não é, porém, o que se consolida. Dificuldades de natureza diversa, mormente no que diz respeito à atualização de equipamento para análise, restringiram essa vertente, facultando a ampliação do espaço para outras que se encarregariam do conhecimento da diversidade de usos da língua. Vão surgir, dessa forma, duas grandes linhas de pesquisa que, iniciadas cada uma no seu tempo, se desenvolvem, desde as respectivas épocas de implantação, sem sofrer solução de continuidade, nada obstante os diferentes momentos pelos quais tem passado a universidade brasileira e dos quais tem resultado um maior ou menor apoio à atividade de pesquisa, sobretudo na área das Humanidades e, especificamente, na das Letras. Implantam-se, assim, os estudos de Dialectologia, a partir de 1958, e os de Sociolingüística, a partir de 1969.

Direcionadas para o estudo da variação, seja na perspectiva exclusivamente diatópica, seja na perspectiva diatópico-social ou prioritariamente social, a Dialectologia e a Sociolingüística têm ocupado, desde a sua introdução, no campo do ensino e da pesquisa, espaços que vêm sendo continuamente ampliados.

No ensino de graduação, inicialmente, e, com a implantação da pós-graduação em Letras, também nesse nível, tanto a Dialectologia quanto a Sociolingüística

¹ Cf. Rossi (1958).

têm estado presentes com a oferta de disciplinas encarregadas de apresentar o histórico dos estudos em cada uma dessas áreas desde os seus primórdios e, principalmente, em desenvolvimento no Brasil, de discutir questões teórico-metodológicas em geral e de despertar nos estudantes o interesse pela pesquisa a partir de dados empíricos, sistematicamente coletados e analisados.

A atividade de investigação científica amplia-se, gradativamente e em função das condições de trabalho que se oferecem a cada momento, manifestando-se no desenvolvimento de pesquisa de campo, na produção científica de diferenciada natureza, no conjunto de teses de concurso e de monografias para obtenção de título de pós-graduação², a que se acrescenta a realização de eventos voltados para a área de estudos da diversidade lingüística no Brasil.

O estudo fundamentado em dados coletados com rigor científico tem sido, desde o início, uma constante e um compromisso do grupo. A essa característica junta-se uma outra, a da construção coletiva, a do trabalho em equipe, conjunto e coordenado, sem descurar da individualidade de cada integrante, agregando-se, dentro das possibilidades, a presença e participação de estudantes de graduação e, posteriormente, de pós-graduação.

Essa filosofia de condução da atividade acadêmica é responsável por um primeiro passo no campo da pesquisa *in loco* e em grupo: a elaboração do trabalho *Comércio de ervas medicinais na Feira de Água de Meninos*. Trata-se do que se pode considerar – porque não há notícia de outro – o primeiro trabalho de pesquisa feito com estudantes de graduação na área das Letras na UFBA – apresentado em 1958 ao I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia, realizado em Porto Alegre, de 1º a 7 de setembro –, sob a coordenação de Nelson Rossi, com a colaboração de Nadja Andrade e a participação dos então estudantes Antônio Matheus do Amaral Leal, Denise Santos Drummond, Dilce Sônia de Sant'Anna, Etienete Marilza Guimarães, Lenna Maria Simões, Linda Jereissate Mujaes, Lúcia Maria Pereira, Lya Lins de Araújo, Maria Antonieta Frank, Maria de Lourdes Rocha, Regina Tosta de Oliveira, Renilda Maria Reis Argollo, Solange da Silva Rego, Terezinha Ferreira de Almeida, Yêda Antonita Carneiro Pessôa e Yoni Ribeiro da Silva Gomes. Estava assim dada a largada para o trabalho em equipe, para a pesquisa de campo, para a investigação da variação dialetal.

Os estudos em dialectologia

O conhecimento da realidade do português brasileiro vai, porém, ganhar ênfase numa trilha específica, a da Geografia Lingüística. Reconhecendo, como o fizeram outros dialetólogos brasileiros, que o começo da atividade geolingüística no

² Consulte-se o recém-saído *Catálogo de teses e dissertações*, organizado por Rosaura Maria Fagundes Poggio e Teresa Gonçalves Pereira (Salvador: Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2000), que contempla a produção científica do Instituto de Letras.

Brasil passava necessária e inicialmente pela execução de atlas regionais, Nelson Rossi, com a sua equipe de jovens investigadores já formada, empreende a concretização do atlas lingüístico da Bahia, dando início, em 1960, à coleta de dados em todo o estado, do que vai resultar o *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)*, publicado em 1963. Participaram dessa fase: Carlota da Silveira Ferreira e Dinah Maria Isensee (como colaboradoras principais), Ana Maria Dantas, Ana Maria Garcia, Cyva Leite, Edelweiss Nunes, Josefina Barletta, Judith Freitas, Maria Francisca Pimenta, Maria Thereza Gomes e Tânia Pedrosa.

Esgotada a edição e decorridos já quase quarenta anos de sua publicação, foi preparada, em 1998, sob a orientação de Jacyra Mota, pelos estudantes Américo Venâncio Lopes Machado Filho, Sandra Cerqueira Pereira Prudêncio e Sílvia Santos da Silva, como atividade de uma das disciplinas da área “Diversidade Lingüística no Brasil” do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFBA, uma edição informatizada do *APFB*, que circulou, a princípio, em caráter restrito e dela se prepara, agora, uma edição de caráter amplo.

O segundo grande passo no campo da Geolingüística foi dado com o *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)*, que, por dificuldade de financiamento, publicado somente em 1987, teve os seus originais prontos para impressão desde 1973. Foi executado pelo grupo de pesquisadores da Bahia, tendo como autores Carlota Ferreira, Jacyra Mota, Judith Freitas, Nadja Andrade, Suzana Cardoso, Vera Rollemberg e Nelson Rossi.

O desenvolvimento do projeto “O léxico rural Bahia e Sergipe”, sob a responsabilidade de Suzana Cardoso e Carlota Ferreira, com a colaboração, entre 1990 e 1997, de bolsistas de Iniciação Científica, possibilitou a reunião das formas cartografadas nos dois atlas e a publicação de *O léxico rural. Glossário. Comentários* – “conjunto de 880 verbetes, que somam um total de 4.106 variantes fonéticas”, que tem como objetivo principal facilitar “o acesso aos dados, sobretudo para os leitores interessados e que não dispõem das obras originais”, conforme explicitam as autoras na Apresentação (CARDOSO, S., FERREIRA, C. 2000: 11).

Um terceiro passo no campo da Geografia Lingüística está sendo dado com a análise, por Suzana Cardoso, dos materiais de Sergipe ainda inéditos, com vistas a se constituir no volume II do atlas de Sergipe. Contempla a área semântica *homem* e prevê o controle em carta não só de dados diatópicos mas também de variáveis sociais, além de trazer comentários às cartas.

O material recolhido em Sergipe, só em parte incluído no *Atlas Lingüístico de Sergipe*, foi também analisado, no que se refere à área semântica *animais*, por Maria Eline Campos Mendes, na dissertação de mestrado – *O “cavalo” em Sergipe: um estudo geolingüístico* – realizada sob a orientação de Suzana Cardoso e defendida em 1992.

O projeto “Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB)”, de maior amplitude e de caráter nacional, em desenvolvimento, constitui-se no quarto amplo projeto no campo geolingüístico.

O projeto ALiB é coordenado por um Comitê Nacional constituído por um diretor-presidente – Suzana Alice Marcelino Cardoso (UFBA) –, um diretor executivo – Jacyra Andrade Mota (UFBA) – e quatro diretores científicos – Maria do Socorro Silva Aragão (UFPB/UFC), Mário Roberto Lobuglio Zágari (UFJF), Vanderci de Andrade Aguilera (UEL) e Walter Koch (UFRGS) –, indicados pela coletividade reunida no seminário Caminhos e Perspectivas para a Geolingüística no Brasil, realizado em 1996. Privilegiou-se, na composição do Comitê, a participação de autores de todos os atlas publicados e de um representante dos atlas em andamento.

O Atlas Prévio dos Falares Baianos

Primeiro atlas lingüístico produzido em terras brasileiras, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, que trouxe à Universidade Federal da Bahia o pioneirismo no campo da Geolingüística no Brasil, tem como autor Nelson Rossi e co-autoras Carlota Ferreira e Dinah Maria Isensee. Recobre todo o estado da Bahia, com uma rede de 50 localidades, que se distribuem pelas diferentes áreas geográficas e culturais, 13 das quais coincidentes com os pontos, num total de 30, sugeridos por Nascentes (1958: 20).

O *questionário lingüístico* usado nas localidades da Bahia é de pouca extensão e tem um total de 179 perguntas (numeradas de 1 a 164, mas com algumas delas desdobradas em **a**, **b** e **c**), selecionadas a partir de material recolhido anteriormente em quatro localidades, onde foi aplicado um questionário experimental de cerca de 3.600 itens. Os informantes, em número de 100, contemplam ambos os gêneros, não são alfabetizados ou têm apenas os primeiros anos de escolaridade e são filhos da localidade inquirida.

Os investigadores do *APFB*, além do seu coordenador Nelson Rossi, foram oito licenciadas recém-formadas que, ainda como estudantes, tiveram ampla formação, não apenas teórica mas também prática em Dialectologia e no método da Geolingüística. São elas inquiridoras e também colaboradoras do *APFB*, pois participaram, em grau distinto, das etapas posteriores de análise de dados e elaboração das cartas.

O atlas constitui-se de um conjunto de 209 cartas, assim distribuídas: 198 cartas lingüísticas, 44 das quais são resumos das cartas fonéticas, e 11 cartas introdutórias que fornecem dados complementares de caráter geral. As cartas lingüísticas vêm acompanhadas de notas que contêm ou o discurso dos autores ou o discurso dos informantes, estas últimas, sem dúvida, as mais importantes, pois ampliam os dados lingüísticos não apenas no nível do léxico ou da fonética, mas também no da morfossintaxe, e refletem melhor o ambiente cultural em que vive o informante.

O Atlas Lingüístico de Sergipe

A escolha do estado de Sergipe para dar prosseguimento ao trabalho feito na Bahia deve-se à continuidade geográfica, ao fato de Sergipe incluir-se na área do “falar baiano”, segundo a divisão dialetal proposta por Nascentes (1953), assim como à maior facilidade de acesso.

O *ALS* dá mais alguns passos à frente na metodologia adotada no *APFB*, a saber:

a) Aplicação de inquéritos preliminares, gravados, nas 15 localidades que constituíram a rede de pontos. Esses inquéritos foram realizados por estudantes que concluíram os seus cursos de graduação em 1963 e 1964, com acompanhamento dos professores.³

b) Maior amplitude do questionário definitivo em relação ao aplicado na Bahia: com cerca de 700 perguntas, nele incluídas as que compõem o Extrato de Questionário da Bahia, acrescidas de outras que os inquéritos preliminares em Sergipe sugeriram.

c) Formulação por escrito, no próprio questionário, da maneira de perguntar-se sobre o item, com o objetivo – alcançado – de garantir maior homogeneidade nos inquéritos, eliminando-se, assim, possíveis dificuldades no momento da exegese.

d) Registro magnetofônico integral dos inquéritos realizados, procedimento que não pôde ser aplicado nos inquéritos realizados na Bahia, pela ausência de recursos técnicos à época, e que, imprescindível a partir da disponibilidade de aparelhos portáteis, permite maior segurança aos dados coletados em campo.

Os inquéritos definitivos foram realizados em 1966 e 1967 e perfazem um total de 150 horas de gravação. Desse material foi examinada, prioritariamente, a parte correspondente às cartas do *APFB*, do que resultou um conjunto de 171 cartas lingüísticas, sendo 12 duplas – as cartas Bahia-Sergipe –, pois conjugam aos dados recolhidos em Sergipe os da Bahia que não foram cartografados no *APFB* por razões específicas que vêm mencionadas no volume de introdução (ROSSI, 1965).

Como os registros magnetofônicos para o *ALS* realizaram-se em fitas do tipo rolo, hoje de difícil uso, tendo em vista o desaparecimento do mercado brasileiro de aparelhos compatíveis com esse material, foi necessário proceder-se à cópia desse *corpus* para fitas cassetes, utilizando-se como emissores os aparelhos ainda existentes. Dessa atividade ocuparam-se alguns bolsistas, sob a orientação de Suzana Cardoso, desenvolvendo, de 1993 a 1996, o projeto “Informatização do *corpus* de Sergipe”.

³ Dezoito estudantes da então 4ª série de Letras da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia participaram, em 1963, das primeiras sondagens para elaboração do questionário lingüístico em quatro localidades de Sergipe. Em 1964, participaram dos inquéritos realizados em mais onze localidades: Ana Maria Viveiros, Maria Elisa Bacelar, Maria Theresa Figueiredo, Maria Vitória Oliveira, Roberto Joaquim Oliveira e Vânia da Silva, que, no ano seguinte, analisaram parte do material trazido do campo.

O Projeto Atlas Lingüístico do Brasil

O projeto "Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB)" tem por meta a realização de um atlas geral no Brasil no que diz respeito à realidade da língua portuguesa. Desejo que permeia a atividade dialetal no Brasil, pelo menos desde 1952, ganha corpo nesse final de milênio, a partir de iniciativa do grupo de pesquisadores do Instituto de Letras. Mais uma vez, a UFBA assume atitude pioneira ao empreender a concretização dessa proposta que se realiza como projeto conjunto que envolve mais quatro universidades – Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Estadual de Londrina.

Aprovada, em novembro de 1996, por ocasião da realização, em Salvador, sob os auspícios do Instituto de Letras da UFBA, do seminário Caminhos e Perspectivas para a Geolingüística no Brasil, a retomada da idéia de um atlas nacional, foram definidos os passos e as etapas a serem perseguidas. Duas grandes linhas se impuseram, de imediato: a formulação ampla de um projeto e a definição de sua metodologia.

A concepção do Projeto

Concebido como um projeto nacional, assenta-se a filosofia do Projeto ALiB numa base fundamental e necessária que precede a própria idealização do projeto: a sua execução não vem de encontro aos atlas regionais nem se interpõe como obstáculo à continuidade de investida nessa dimensão geográfica. Ao contrário, é consensual o entendimento de que os atlas regionais foram e continuam sendo do maior interesse, porque a eles compete penetrar mais densamente na realidade de cada rincão, perscrutando as particularidades da realidade cultural da área, atuando de forma extensiva e, também, mais intensivamente.

Foi, dessa forma, concebido um projeto, fundamentado nos princípios gerais da Geolingüística e atento às implicações de natureza social de que não se pode, no estudo da língua, deixar de considerar, com objetivos bem definidos e assim consubstanciados:

1. Descrever a realidade lingüística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas (fônicas, morfossintáticas, léxico-semânticas e prosódicas) consideradas na perspectiva da Geolingüística.
2. Oferecer aos estudiosos da língua portuguesa (lingüistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos, etc.), aos pesquisadores de áreas afins (história, antropologia, sociologia, etc.) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livros-texto para o ensino fundamental e o ensino médio, professores) subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil.

3. Estabelecer isoglossas com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados em mapas lingüísticos e de estudos interpretativos de fenômenos considerados.
4. Examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outros ramos do conhecimento – história, sociologia, antropologia, etc. – de modo a poder contribuir para fundamentar e definir posições teóricas sobre a natureza da implantação e desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil.
5. Oferecer, aos interessados nos estudos lingüísticos, um imenso volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundar o conhecimento da realidade lingüística, refletindo sobre as variantes de que se reveste a língua portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar os seus dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio de uma variante tida como culta.
6. Contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso, mas dotado de uma unidade sistêmica.

Como se depreende dessa enumeração, o Projeto ALiB está direcionado para atingir quatro grandes objetivos: (i) a descrição da realidade espacial e, conseqüentemente, a busca de definição de áreas dialetais demarcáveis através de isoglossas; (ii) o fornecimento de dados que possam contribuir para o aprimoramento do ensino-aprendizagem da língua materna; (iii) a indicação de caminhos que explicitem a interface entre os estudos geolingüísticos e os demais ramos do conhecimento, sobretudo trazendo elementos da língua que possam aclarar questões de outra ordem do saber cientificamente organizado; e (iv), por fim mas não em último lugar, o reconhecimento, ou melhor, a apresentação do português brasileiro com a variedade de normas de uso que o constituem.

Aspectos metodológicos

Com tal concepção, buscou-se o caminho de uma metodologia que permitisse alcançar o alvo colimado, para o conhecimento da qual se destacam: a estrutura organizacional do projeto, a rede de pontos, o perfil dos informantes, os questionários lingüísticos, a realização de inquéritos lingüísticos experimentais, a formação de inquiridores e as reuniões nacionais de coordenação.

Para recobrir todo o país, estabeleceu-se uma rede de pontos constituída de 250 localidades, distribuídas por todo o território nacional, levando-se em conside-

ração a extensão de cada região, os aspectos demográficos, culturais, históricos e a natureza do processo de povoamento da área. De modo diverso do que tem sido feito tradicionalmente em trabalhos de natureza dialetal, não se consideram prioritários critérios como antiguidade e grau de isolamento com relação a centros mais desenvolvidos na região, incluindo-se, assim, cidades de grande e médio porte e, inclusive, todas as capitais, à exceção de Palmas, capital do Tocantins, cidade ainda em formação, sem habitantes nela nascidos. Deixa-se de incluir também o Distrito Federal, em vista da data de sua criação e, em consequência, do fato de ter a população proveniente ou descendente de diversos pontos do país. Foram, ainda, consideradas questões referentes aos limites internos e internacionais e analisados os pontos sugeridos por Nascentes, os quais, reconhecida a pertinência, foram mantidos.

O perfil dos informantes procura atender a questões espaciais, por isso devem ser filhos da localidade pesquisada e de pais também da área, mas também inclui o controle de variáveis sociais, tais como idade, gênero e escolaridade. O número total atingirá a casa dos 1.100 informantes, distribuídos equitativamente por duas faixas etárias – 18 a 30 anos e 50 a 65 anos – e contemplando os dois gêneros. Nas capitais de estado, são acrescentados mais quatro informantes de nível universitário, observadas as mesmas condições de gênero e faixa etária. Quanto à escolaridade, devem ser alfabetizados, tendo cursado, no máximo, até a quarta série do ensino fundamental, salvo o que já se disse de referência às capitais, e possuidores de uma profissão definida, que não requeira grande mobilidade e que se encontre inserida no contexto social local. Na impossibilidade de documentarem-se três diferentes faixas etárias, o que acarretaria não só um aumento de custos mas também de tempo a ser despendido na recolha e análise dos materiais, optou-se pelo registro de informantes de faixas mais distanciadas.

Como se vê desse breve perfil, há um interesse de buscarem-se as relações língua-fatores sociais como forma de responder a questões geolinguísticas da realidade atual.

De referência ao questionário linguístico, deliberou-se pela aplicação de três tipos de questionário, direcionados para os aspectos semântico-lexical, fonético-fonológico e morfossintático. Dos questionários, publicou-se uma primeira versão, a fim de atender a solicitações de pesquisadores interessados em conhecer e testar esse instrumento da metodologia do ALiB. No momento, e a partir do que revelaram os inquéritos experimentais realizados em várias regiões do Brasil, procede-se a uma análise crítica e à reformulação dos questionários, em fase de conclusão, com vistas à elaboração da versão que será aplicada em todo o território nacional.

Os estudos em Sociolinguística

Ao lado dos estudos de natureza dialectológica, iniciaram-se, na UFBA, as pesquisas voltadas para os dialetos urbanos, com a implantação, em 1969, do “Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta (Projeto NURC)”, introduzido no Brasil por Nelson Rossi, na época integrante da Comissão de Linguística e Dialectologia Ibero-Americanas (CLDI) do Programa Interamericano de Linguística y Enseñanza de Idiomas (PILEI).

Sobre a importância do estudo de normas urbanas, observa Lope Blanch (1967: 259), autor da proposta do “Proyecto de estudio conjunto y coordinado de la norma lingüística urbana culta de las principales ciudades de Hispanoamérica y de la Península Ibérica”, a que se filiará o Projeto NURC/Brasil:

No hay duda de que, de todas las realizaciones del habla existentes en una nación, la urbana normal – o *standard* – es la más importante y digna de estudio, puesto que suele ser el foco de irradiación lingüística desde el cual se extienden los hechos de la lengua ao resto del país. Y si es de gran interés descubrir y revelar las hablas arcaizantes que reflejan etapas antiguas de la lengua, no lo es menos, por supuesto, el dar a conocer las modalidades generales urbanas, que muchas veces descubren las tendencias evolutivas hacia las que apunta la lengua. Imprescindible resulta conocer el pasado, pero no me parece menos incitante tratar de prever, aunque sólo sea en parte, el futuro inmediato de la lengua.

Dentro da perspectiva sociolinguística, embora com diversa orientação teórica e metodológica, vão-se implantar, posteriormente, outros projetos, dos quais participam também professores vinculados ao Setor de Língua Portuguesa, tais como o projeto “Diversidade linguística e construção do sentido na realidade negro-mestiça da Bahia”, coordenado por Iracema Luiza de Souza, e o projeto interinstitucional “Vestígios de dialetos crioulos de base portuguesa em comunidades afro-brasileiras isoladas” – coordenado por Alan Baxter (Universidade de La Trobe, Melbourne), que conta com a participação de Dante Lucchesi. O primeiro dá continuidade aos estudos realizados por sua coordenadora para a tese de doutorado *La langue parlée à Salvador. La diversité linguistique et la construction du sens au sein de la réalité afro-bahianaise*⁴ e prevê o estudo de componentes sintático-semânticos do português afro-baiano, desenvolvendo, com a participação de bolsistas de Iniciação Científica⁵, os subprojetos “A variação linguística no uso dos clíticos em contexto afro-baiano” e “A variação no uso dos pronomes relativos em contexto afro-baiano”, além de projetos individuais para a obtenção de título de pós-graduação. Quanto ao projeto “Vestígios de dialetos crioulos de base portuguesa em comunidades afro-brasileiras isoladas”, vale ressaltar que, na fase de pesquisa de campo para a constituição do *corpus* a ser analisado, retomou-se Helvécia, localidade situada no sul da Bahia, onde, em fevereiro de 1961, estive-

⁴ Cf. *Catálogo de teses e dissertações*, p. 131.

⁵ As bolsistas são Cecília Santanché e Rozênia Pacheco.

ram Carlota Ferreira e Tânia Pedrosa, quando realizavam, em Ibiranhém (ponto 50), os inquéritos lingüísticos para o APFB, levadas pelo interesse de “apurar se eram verdadeiras as informações verbais de que existiam ainda, naquela área, vestígios de um falar crioulo na boca de uma população quase toda de negros” (FERREIRA et al., 1994: 21). Com os novos dados coletados em Helvécia, Lucchesi apresenta, em 2000, a sua tese de doutorado *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira*⁶.

O Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta (NURC)

Ao examinar a possibilidade de desenvolver-se no Brasil a versão em língua portuguesa do “Proyecto de estudio conjunto y coordinado de la norma lingüística urbana culta de las principales ciudades de Hispanoamérica y de la Península Ibérica”, Rossi considera que a realidade brasileira exigia não só a exclusão da capital, a então recém-fundada Brasília, não representativa, do ponto de vista lingüístico, como a inclusão de mais de uma capital, ao contrário do que se pensara para os países americanos de língua espanhola, para os quais se estabelecera o estudo de uma única cidade em cada país, obrigatoriamente a capital da nação.

Em razão disso e levando em conta os critérios adotados pelo “Proyecto” para a escolha dos centros mais representativos da América Hispânica – ter população superior a um milhão de habitantes e tempo de fundação que lhes propiciasse “a condição de pólo de desenvolvimento e centro de irradiação cultural já amplamente sedimentado e consolidado” (ROSSI, 1970: 50) –, propõe a inclusão de cinco capitais – Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Observa Rossi (1970: 51):

Com essa decisão, teríamos uma amostra relativa a uma população urbana estimada em 1967 para doze milhões e meio de habitantes aproximadamente, o que equivale a cerca de um sétimo da população atual do país, concentrada em quatro cidades fundadas no século XVI e uma – Porto Alegre – no século XVIII, distribuídas harmoniosamente por nossa extensão territorial mais densamente povoada: duas na região Centro-Sul (Rio de Janeiro e São Paulo), duas no Grande-Nordeste (Recife e Salvador) e uma na região Sul (Porto Alegre).

A proposta de integração do Brasil ao “Proyecto” foi apresentada à Comissão de Lingüística e Dialectologia Ibero-Americanas (CLDI), durante o IV Congresso do Programa Interamericano de Lingüística y Enseñanza de Idiomas (PILEI), realizado no México, em 1968.

⁶ Cf. *Catálogo de teses e dissertações*, p. 120.

Aspectos metodológicos

Metodologicamente, o Projeto NURC se caracteriza pela seleção de informantes de nível universitário, distribuídos pelos dois gêneros e por três diferentes faixas etárias – a primeira, de 25 a 35 anos, a segunda, de 36 a 55 anos, e a terceira, de 56 anos em diante. Em sua condição de representante lingüístico da área investigada, o informante deveria ser natural da cidade objeto de estudo ou nela ter residido desde os cinco anos de idade, tendo aí passado três quartas partes de sua vida e freqüentado o curso fundamental e médio. Seus pais deveriam ser falantes de língua portuguesa, preferentemente nascidos na cidade em causa.

Para o levantamento de uma possível variação diafásica, que se somaria às diferenças etárias e de gênero, o Projeto previa três diferentes tipos de elocução: em situação formal (EF), em diálogos entre o informante e o documentador (DID) e em diálogos entre dois informantes (D2), os dois primeiros com duração de 40 minutos, o último de 80 minutos. Excluiu-se, por razões de política lingüística e em face da realidade brasileira da época, uma quarta categoria – as gravações secretas (GS) –, que foi adotada para o “Proyecto” no mundo hispânico.

O Corpus

O *corpus* nacional é constituído de 1.870 inquéritos, com o registro de 2.356 informantes e atinge, aproximadamente, 1.570 horas de gravação. Amostras parciais desse *corpus* encontram-se duplicadas em cada uma das cinco cidades integrantes do Projeto no Brasil, constituindo o que se convencionou denominar *corpus* compartilhado⁷. Essas amostras vêm sendo publicadas por todas as cidades⁸, de modo a facilitar a divulgação entre estudantes e pesquisadores do país ou do exterior, possibilitando a realização de inúmeros trabalhos – artigos, comunicações a congressos e monografias para obtenção de títulos de pós-graduação. Entre os trabalhos que vêm utilizando materiais do Projeto NURC, destacam-se os que integram o “Projeto de Gramática do Português Falado”, desenvolvido, a partir de 1987, sob a coordenação de Ataliba Teixeira de Castilho, com a participação de vários pesquisadores, cujos resultados têm sido sistematicamente publicados.

O Projeto em Salvador

Em Salvador, o *corpus* reunido compreende 360 inquéritos, que registram o desempenho de 461 informantes – 58 em elocuições em situação formal, 201 em diálogos entre informante e documentador e 101 em diálogos entre dois informantes.

⁷ O *corpus* compartilhado é constituído de 18 inquéritos de cada uma das cidades participantes do Projeto NURC: três EFs, dez DIDs e cinco D2.

⁸ As cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo já publicaram amostras dos três tipos de elocução que constituem o *corpus* do Projeto NURC/Brasil. Salvador, Recife e Porto Alegre publicaram apenas um volume dessas amostras.

A fase de constituição do *corpus*, ocorrida entre 1973 e 1983, foi coordenada por Nelson Rossi, também coordenador nacional do Projeto NURC/Brasil em vários períodos. Atuaram como documentadores os professores Carlota Ferreira, Judith Freitas, Maria da Conceição Brandão, Myrian Silva, Nadja Andrade, Nelson Rossi e Vera Rollemberg – hoje aposentados –, Maria del Rosário Albán, Rosa Virgínia Mattos e Silva – atualmente engajadas em outros projetos de pesquisa –, Jacyra Mota e Suzana Cardoso, que, juntamente com Silvana Ribeiro, são hoje responsáveis pelo Projeto NURC em Salvador. Essa fase contou ainda com a participação de estudantes das disciplinas de Língua Portuguesa que incluem o Projeto NURC em seus programas.

Quanto à análise dos dados, o grupo do Projeto NURC/Salvador tem se voltado, sobretudo, para aspectos morfosintáticos – pronomes pessoais – e fonético-fonológicos – vogais pretônicas e consoantes em coda silábica.

Ocupou-se do estudo dos pronomes pessoais o projeto “A classe sintática dos pronomes: subsídios para uma gramática do português falado com base no *corpus* do Projeto NURC”, desenvolvido de 1980, quando se realizaram os primeiros trabalhos-piloto com base no *corpus* do Projeto NURC/Salvador, apresentados a congressos e seminários⁹, a 1994, com a participação de Carlota Ferreira, Judith Freitas, Jacyra Mota, Maria del Rosário Albán, Maria Eline Campos Mendes, Suzana Cardoso e Vera Rollemberg. Dando continuidade ao estudo dos pronomes, foram desenvolvidos os projetos “Pronomes pessoais em marcadores conversacionais”, de 1993 a 1996, e “O conteúdo dos pronomes pessoais sujeito na norma culta de Salvador”, de 1996 a 1997, sob a responsabilidade, respectivamente, de Carlota Ferreira e Judith Freitas.

O estudo dos pronomes compreendeu não só a descrição do uso real por falantes de nível universitário, em Salvador e nas outras quatro cidades brasileiras participantes do Projeto NURC, às vezes levando em conta os princípios da análise da conversação, mas também a relação entre esse uso e as regras preconizadas pelos livros-texto e pelas gramáticas pedagógicas tradicionais. Dentro dessa perspectiva, Judith Freitas desenvolveu o projeto “Da pesquisa científica à gramática pedagógica – uma incursão no campo dos pronomes pessoais sujeito e paradigmas verbais, com base no *corpus* do Projeto NURC”, do qual resultaram os manuais dirigidos aos professores de ensino fundamental e médio – *Os pronomes pessoais sujeito no ensino fundamental. Teoria gramatical e orientação do professor* e *Os pronomes pessoais sujeito no ensino médio. Teoria gramatical e orientação do professor*¹⁰.

A colocação pronominal na norma culta de Salvador, a partir do *corpus* do Projeto NURC, em confronto com outros *corpora*, foi tema das dissertações de mestrado de Ângela Maria Ribeiro Vilas Boas Leite – *Colocação pronominal na variedade de Salvador*, orientada por Myrian Silva – e de Tânia Conceição Freire

⁹ Cf. relação no volume monográfico dedicado ao Projeto NURC de *Estudos lingüísticos e literários*, n.11, ago. 1991. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras. p. 15-20.

¹⁰ Cf. Freitas (1997).

Lobo – *A colocação dos clíticos em português: duas sincronias em confronto*, com a orientação de Rosa Virgínia Mattos e Silva¹¹.

Para confronto de natureza diatópica e diastrática entre os dados do Projeto NURC/Salvador e aqueles de falantes rurais, semi-alfabetizados de localidades da Bahia, Judith Freitas desenvolveu, de 1997 a 1998, o projeto “Os pronomes pessoais sujeito em três localidades rurais baianas”, utilizando parte do *corpus* coletado por Maria Lúcia Souza Castro em Velha Boipeba, Abrantes e Santiago do Iguape para a dissertação de mestrado *Atualidade e mudança semânticas no léxico rural da Bahia*, orientada por Suzana Cardoso e defendida em 1996¹².

No nível fônico, desenvolveram-se os projetos (a) “As vogais pretônicas em dialetos brasileiros”, de 1990 a 1998, sob a responsabilidade de Myrian Silva, em continuidade à pesquisa iniciada com a sua tese de doutorado *Vogais pretônicas no dialeto culto de Salvador*¹³; (b) “Consoantes implosivas na norma culta brasileira”, iniciado em 1989, sob a responsabilidade de Vera Rollemberg, contando com a participação de Jacyra Mota, hoje responsável por sua continuidade sob a rubrica “Consoantes fricativas em coda silábica”. Os dois projetos integraram, de 1993 a 1998, o projeto “Aspectos fonológicos da variedade culta de Salvador”, coordenado por Myrian Silva.

Além desses, outros temas têm sido objeto de análise, quer em dissertações de mestrado ou teses de doutorado, que ora tomam apenas o *corpus* NURC/Salvador como base, ora usam-no como termo de comparação em análises de caráter diatópico ou diacrônico, quer em comunicações apresentadas a congressos da especialidade, quer em artigos publicados em livros ou revistas científicas¹⁴.

A partir de 1993, implantaram-se os projetos, hoje em desenvolvimento: “Informatização do *corpus* do Projeto NURC/Salvador” e “Estudo da variação em tempo real”. O primeiro tem como objetivo facilitar a consulta aos materiais do Projeto NURC, assim como contribuir para a preservação do seu acervo, até então conservado, em grande parte, em fitas cassetes, e se integra, como outros projetos nacionais, na política de informatização de acervos de língua portuguesa¹⁵. Em uma primeira etapa desse projeto, foram transcritos e digitados doze diálogos entre informante e documentador, tendo-se publicado o primeiro volume de amostras do *corpus* de Salvador¹⁶. O volume II – *Elocuções Formais* – encontra-se pronto para publicação e o III – *Diálogos entre dois informantes* – está em preparação.

¹¹ Cf. *Catálogo de teses e dissertações*, p. 52 e 119, respectivamente.

¹² Cf. *Catálogo de teses e dissertações*, p. 66.

¹³ Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1989.

¹⁴ Uma relação desses trabalhos até 1991 consta da revista *Estudos lingüísticos e literários*, n. 11, já citada. Cf. também CASTILHO, A. T. (1990: 155-64).

¹⁵ Um “Seminário sobre a informatização de acervos de Língua Portuguesa” foi realizado em 1993, na UNICAMP, sob a coordenação de Ataliba Teixeira de Castilho, com a participação de vários pesquisadores responsáveis por acervos em língua portuguesa, tendo como objetivo a “institucionalização de uma política acadêmica voltada para a informatização de *corpora* disponíveis sobre a Língua Portuguesa, e sua abertura à consulta sob certas condições” (CASTILHO, A. T. et al., 1995).

¹⁶ Cf. MOTA, Jacyra e ROLLEMBERG, Vera (1994).

O projeto “Estudo da variação em tempo real” volta-se para a análise lingüística em tempo real, dentro da tendência atual da Sociolingüística laboviana, que procura, sempre que possível, confirmar mudanças antevistas ou detectar novas variações ainda incipientes ou não documentadas anteriormente. Em sua primeira etapa, este projeto prevê a realização de novos registros de informantes que integraram a amostra antes constituída, assim como o registro de outros informantes da primeira faixa etária, de modo a colher amostras atuais do português falado em Salvador, dentro da mesma metodologia utilizada na década de 70, tal como já vem sendo feito pelo grupo do Projeto NURC/Rio de Janeiro, na UFRJ.

Esta fase do projeto tem contado também com a participação dos estudantes matriculados em disciplinas que têm o Projeto NURC como tema, que vêm atuando como inquiridores e realizando análises preliminares do *corpus*.

Os inquéritos realizados a partir de 1993 fornecem dados importantes para o conhecimento das mudanças ocorridas na norma lingüística de Salvador e têm sido objeto de análise em trabalhos de pós-graduação, como a dissertação de mestrado de Eva Maria Nery Rocha, intitulada *O uso de preposições em fronteiras sentenciais na fala culta de Salvador: análise em duas décadas*, realizada sob a orientação de Iracema Luiza de Souza¹⁷.

Ainda em elaboração, analisam fatos de natureza morfossintática, com base em amostras do Projeto NURC/Salvador de épocas diferentes, Norma Lopes Fontoura, Constância Maria de Souza e Emília Helena Monteiro Portela Souza, em teses de doutorado, as duas primeiras sob a orientação de Myrian Silva e a última orientada por Rosa Virgínia Mattos e Silva, e Sandra Cerqueira Pereira Prudêncio, em dissertação de mestrado, sob a orientação de Suzana Cardoso.

Também dentro da perspectiva de estudo da variação ou mudança em tempo real, situa-se o projeto “Consoantes fricativas em coda silábica”, desenvolvido atualmente por Jacyra Mota, que, dando continuidade ao projeto “Consoantes implosivas na norma culta brasileira”, tem como um dos objetivos o confronto entre as duas épocas, identificando as diferenças com referência à realização fricativa ou palatal das consoantes fricativas em coda silábica.

O projeto “O léxico de Salvador: variação e mudança no tempo real”, sob a orientação de Suzana Cardoso, pretende, utilizando os *corpora* de 70 e de 90, analisar as diferenças lexicais observadas sobretudo quanto à área semântica *vestuário*.

O arquivo sonoro

Constituído pelo grupo de docentes de Língua Portuguesa, ao longo de sua história, conta o Instituto de Letras com o Arquivo Sonoro que reúne substancial documentação em Língua Portuguesa, nas suas diversas variedades dialetais, além de conter amostras de línguas estrangeiras e de material didático diversificado. A

¹⁷ Cf. *Catálogo de teses e dissertações*, p. 104.

documentação se distribui principalmente pelas seguintes rubricas: português culto do Brasil; português culto de Portugal; português regional do Brasil e português regional de Portugal.

Dos materiais constantes do Arquivo, destacam-se os que documentam o português do Brasil, pela natureza e amplitude do acervo. O “Português culto do Brasil” reúne o vasto *corpus* do Projeto NURC/Salvador – originais, cópias em fita de rolo e em cassete – e do Projeto NURC/Brasil com amostras de Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. O “Português regional do Brasil” conta com o registro integral dos inquéritos para o *Atlas Lingüístico de Sergipe* – originais, cópias em fita de rolo e em cassete – e com um já vasto conjunto de inquéritos diversos realizados por mestrados como base para suas dissertações de mestrado.

A produção científica nas áreas de Dialectologia e Sociolingüística

A produção do grupo de pesquisadores vinculados à investigação dialetológica e, na linha da Sociolingüística, ao Projeto NURC atinge a casa de trezentos trabalhos publicados – livros, capítulos de livros, artigos em revistas e jornais, teses de concurso, teses de doutorado, dissertações de mestrado e comunicações apresentadas em congressos e reuniões científicas.

Na impossibilidade de relacionar o conjunto integralmente, destacam-se alguns trabalhos considerados representativos da atividade nas duas vertentes aqui tratadas¹⁸.

Na área da Dialectologia, ressalta-se o *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)*, com que Nelson Rossi e um grupo de jovens pesquisadores iniciam, em 1963, a série dos atlas regionais brasileiros¹⁹, ao qual se segue, imediatamente, apesar de publicado muito depois, o *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)*, elaborado pela equipe de Língua Portuguesa da época, com a mesma metodologia utilizada no APFB. Completa essa primeira fase o volume de Introdução ao APFB, de autoria de Nelson Rossi, publicado em 1965.

Posteriormente, o volume *A Dialectologia no Brasil*, em 1994, de autoria de Carlota Ferreira e Suzana Cardoso, integrado na coleção “Repensando a Língua Portuguesa”, fornece aos “que iniciam os estudos dialetais um conjunto de informações sobre o que fizeram estudiosos brasileiros, no campo da Dialectologia: *o quê se escreveu sobre a língua do país, quem e quando*”, como se lê em sua Apresentação. Das mesmas autoras, *Dois estudos sobre o léxico*, em 1985, aborda aspectos do léxico a partir dos atlas lingüísticos da Bahia e de Sergipe, e *O léxico*

¹⁸ Não se indicam as publicações em anais de congressos e em revistas da especialidade.

¹⁹ Atualmente encontram-se publicados três outros atlas regionais – *Atlas Lingüístico da Paraíba, Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais e Atlas Lingüístico do Paraná* – e muitos outros encontram-se em andamento, dentre o quais se destaca o Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB).

rural. *Glossário. Comentários*, recentemente publicado, reúne todas as formas cartografadas no APFB e no ALS e apresenta um conjunto de comentários aos dados registrados.

Alguns artigos e comunicações anteriormente apresentados a congressos reúnem-se, em 1986, em um número monotemático da revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA, *Estudos lingüísticos e literários*, comemorativo do centenário de nascimento de Antenor Nascentes, e em *Diversidade do Português do Brasil. Estudos de dialectologia rural e outros*, de autoria de Carlota Ferreira, Jacyra Mota, Judith Freitas, Myrian Silva, Nadja Andrade, Rosa Virgínia Silva, Suzana Cardoso e Vera Rollemberg, publicado, em 1ª edição, em 1988 e, em segunda, em 1994.

Em publicações do mesmo tipo, organizadas por pesquisadores de outras universidades, encontram-se os artigos: (a) Um mal disfarçado traço de continuidade lingüístico-cultural, de autoria de Nelson Rossi, publicado em *Romanica Europaea et Americana*, obra em homenagem a Harri Meier, em 1980; (b) Língua e cultura. Sobre empréstimos documentados nos falares rurais, de autoria de Suzana Cardoso, publicado na *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários* in memoriam Celso Cunha, em 1995; (c) Atlas Prévio dos Falares Baianos: alguns aspectos metodológicos, de Carlota Ferreira, Atlas Lingüístico de Sergipe, de Jacyra Mota, e O Atlas Lingüístico do Brasil: um projeto nacional, de Suzana Cardoso, publicados em *A Geolingüística no Brasil. Caminhos e perspectivas*, volume organizado por Vanderci Aguilera (1998); (d) As vogais médias pretônicas no Brasil: uma visão diatópica, de Suzana Cardoso, e Características fônicas do falar baiano, de Jacyra Mota, em *Português no Brasil: estudos fonéticos e fonológicos*, publicação das comunicações apresentadas ao GT de Fonética e Fonologia da ANPOLL, em seu 13º Encontro Nacional (Campinas, 1998), também organizada por Aguilera, vice-coordenadora desse GT; (e) Atlas Lingüísticos e Variação, de Suzana Cardoso, e Variação diatópica e variação social, de Jacyra Mota, trabalhos apresentados ao III Encontro de Língua Falada e Escrita, comemorativo dos 10 anos de implantação do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Alagoas e reunidos no volume *Os múltiplos usos da língua*, organizado por Denilda Moura, em 1999; (f) Atlas Lingüístico do Brasil: um projeto nacional para conhecimento do português brasileiro, de Suzana Cardoso, e Os atlas regionais e sua contribuição para o conhecimento do português do Brasil, de Jacyra Mota, em *Estudos de Geolingüística do Português Americano*, volume que “reúne trabalhos sobre problemas de geolingüística do português americano, divididos em dois blocos. O primeiro compreende trabalhos sobre a geolingüística do português do Brasil, ligados de uma ou outra maneira aos atlas lingüísticos elaborados ou em elaboração, enquanto que o segundo reúne cinco estudos sobre o português do Norte do Uruguai, baseados no Atlas diatópico e diastrático do Uruguai e no Atlas diatópico e diastrático do Uruguai-Norte”, como apresentam os editores Eberhard Gärtner, Christine Hundt e Axel Schönberger, no

prefácio da obra (2000: 7); (g) os artigos de autoria de Suzana Cardoso “Mário Marroquim, o dialetólogo”, em *Contribuição de Mário Marroquim à pesquisa sociolingüística no Brasil*, organizado por Denilda Moura (1997); Outros ‘Caminhos de Santiago’. Designações de inspiração cristã no léxico rural brasileiro, na miscelânea em homenagem a Ramón Lorenzo, preparada por Dieter Kremer (1997); e Remarques sur la division dialectale du Brésil, em *Language in time and space*, em homenagem a Wolfgang Viereck (1997).

Dentro dos estudos sociolingüísticos que tomam por base o *corpus* do Projeto NURC podem-se destacar: (a) *A linguagem falada em Salvador – materiais para seu estudo*. Vol. I – Diálogos entre informante e documentador, organizado por Jacyra Mota e Vera Rollemberg (1994), em que se publica uma amostra do *corpus*, constituída de 12 inquéritos, de acordo com uma decisão nacional, que tem sido levada a cabo pelas cidades participantes do Projeto NURC no Brasil; (b) um outro número monotemático da revista *Estudos Lingüísticos e Literários*, de 1991, dedicado à publicação de trabalhos-piloto sobre o estudo dos pronomes pessoais, com base no *corpus* do Projeto NURC/Salvador; (c) os artigos A pessoa e a não-pessoa em discursos de informantes do Projeto NURC/Salvador, de autoria de Carlota Ferreira, Judith Freitas, Jacyra Mota, Maria Eline Campos Mendes e Vera Rollemberg, e *Nós e a gente* em elocuições formais, de Judith Freitas, publicados na *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários* in memoriam Celso Cunha (1995); (d) os manuais dedicados aos professores de ensino fundamental e médio, de autoria de Judith Freitas, já citados, que procuram estabelecer a ponte, hoje requisitada por muitos pesquisadores, entre os estudos da diversidade lingüística em andamento no país e a sua aplicação ao ensino da língua materna. Com esse mesmo objetivo, realizou-se, em 1993, o Seminário Nacional sobre Diversidade Lingüística e o Ensino da Língua Materna, promovido por Suzana Cardoso, então coordenadora do GT de Sociolingüística da ANPOLL, cujos trabalhos se publicaram, em 1996, em *Diversidade Lingüística e Ensino*.

Presença de bolsistas na atividade de pesquisa

A importância da participação de estudantes vem sendo comprovada não só pelo desempenho desses bolsistas junto aos programas financiadores, mas também pela sua participação em reuniões científicas e, principalmente, pela sua atuação como estudantes em programas de pós-graduação, dando prosseguimento à iniciação científica que as bolsas e os orientadores lhes propiciaram. Grande número de bolsistas ocupa hoje funções docentes e de pesquisa em instituições de ensino superior, quatro deles – Dante Lucchesi, Tânia Lobo, Carola Rapp e Silvana Ribeiro – integrando o quadro atual de docentes de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da UFBA.

Com tal entendimento, os responsáveis pela pesquisa nos campos da Dialectologia e da Sociolingüística procuraram sempre agregar estudantes à inves-

tigação científica desenvolvida, tal como se verificou já em 1958, com o trabalho realizado com a participação de estudantes, anteriormente citado, apesar da inexistência, naquele tempo e durante vários anos, de bolsas de pesquisa institucionais.

Desde 1985, o grupo de pesquisadores vem contando com a participação de bolsistas de Iniciação Científica e de Aperfeiçoamento, através de programas de financiamento do CNPq diretamente ao pesquisador ou pelo CNPq/UFBA (PIBIC, PEP), assim como com estudantes em bolsas de trabalho do Programa de Bolsas da UFBA ou como monitores ligados às disciplinas relacionadas aos projetos.

Esses bolsistas são citados a seguir, levando-se em conta cada uma das duas áreas aqui referidas e os projetos a elas relacionados, em ordem cronológica dentro de cada projeto.

Na área dos estudos dialectológicos participaram como bolsistas: Maria Lúcia Souza Castro, Andréa da Silva Oliveira e Sinval Araújo de Medeiros Júnior (“O léxico rural Bahia-Sergipe”, entre 1990 e 1996); Rosemeire Agapito dos Santos, Sandra Cerqueira Pereira Prudêncio e Sílvia Santos da Silva (“Informatização do *corpus* de Sergipe”, entre 1993 e 1995); Sandra Cerqueira Pereira Prudêncio, Mércia Silva Abreu, José Amarante Santos Sobrinho e Márcia Guimarães Barbosa Teixeira (“Atlas Lingüístico de Sergipe – II”, entre 1997 e 2000); Flávia Villas Boas de Oliveira Andrade, Letícia de Souza Magalhães, Lair Farias de Aragão e Sira de Souza Borges (“Atlas Lingüístico do Brasil”), a partir de 1997. O projeto “Atlas Lingüístico do Brasil” contou também com a bolsista de Desenvolvimento Científico Regional/CNPq/UFBA, Denise Gomes Dias Santos, de 1997 a 1998.

Na área dos estudos sociolingüísticos com base no *corpus* do Projeto NURC, os primeiros bolsistas foram Dante Lucchesi Ramacciotti, Tânia Conceição Freire Lobo, Carola Rapp, Alba Valéria Tinoco Alves Silva, Ricardo Guilherme Silva Cardoso, Thelma Montenegro Bezerra Freitas, Cláudia Mesquita de Andrade, Cassandra Barros de Matos e Cássia Dolores Costa Lopes, que, entre 1985 e 1989, participaram da preparação do *corpus* para análise – incluindo-se aí a transcrição grafemática dos registros magnetofônicos, a catalogação do *corpus* e o fichamento de dados – e de alguns trabalhos-piloto.

De projetos relacionados ao estudo dos pronomes pessoais participaram: Andréia Caricchio Café, Dulciene Silva, Josane Moreira de Oliveira, Cláudia Mesquita de Andrade, Kleber Moitinho Gomes, Mayrant Gallo, Cristina dos Santos Carvalho, Ana Cláudia Oliveira dos Santos, Cleide Maria Galdino, Marisa Gonçalves Barreto e Reginaldo dos Reis Bastos, desenvolvendo o projeto “A classe sintática dos pronomes: subsídios para uma gramática do português falado com base no *corpus* do Projeto NURC” (entre 1989 e 1994); Sinval Medeiros de Araújo Júnior e Silvana Soares Costa Ribeiro, o projeto “Os pronomes pessoais em marcadores conversacionais” (entre 1993 e 1994); Dilma Silva Santos e Gilbelita Eliseu de Sousa Nascimento, o projeto “Da pesquisa científica à gramática pedagógica – uma incursão no campo dos pronomes pessoais sujeito e paradigmas verbais, com base no *corpus* do Projeto NURC” (entre 1994 e 1995); Dilma Silva Santos,

Luciana Vale dos Santos, Edilene Baião Souto de Carvalho e Tyrone Braga Santiago o projeto “O conteúdo dos pronomes pessoais sujeito na norma culta de Salvador” (entre 1996 e 1997); Edilene Baião Souto de Carvalho e Tyrone Braga Santiago, “Os pronomes pessoais sujeito em três localidades rurais baianas” (entre 1997 e 1998).

Dos estudos voltados à fonética e fonologia do português com base no *corpus* do Projeto NURC participaram do projeto “Vogais pretônicas em dialetos brasileiros”, de 1990 a 1998, os bolsistas: Ana Rita Espírito Santo, Lucídia Araújo, Geovana Pedreira Seixas, Cirlene Barreto Santos, Milena Dias Passos, Mércia Silva Abreu, Alessandro Prazeres Macedo e Natacha Góis e Silva; do projeto “Constitivas implosivas na norma culta de Salvador”, entre 1989 e 1996, Josane Moreira de Oliveira, Irenilza Santos de Oliveira, Maria Clotildes Souza Gonzaga, Cátia Oliveira Costa Lima, Elisângela da Silva Santana, Laura Martins da Silva, Aimara Ribeiro de Santana e Milena Dias Passos.

“A informatização do *corpus* do Projeto NURC” contou, entre 1995 e 1997, com as bolsistas Aimara Ribeiro de Santana, Milena Dias Passos, Cristiane Mota Baptista, Geovana Pedreira Seixas e Flávia Villas Boas de Oliveira Andrade e, entre 1999 e 2000, com as estudantes em bolsa de trabalho Enia Santos Costa e Vanessa Maria Rosa de Carvalho.

O projeto “O léxico de Salvador: variação e mudança no tempo real” conta, no corrente ano, com a bolsista Márcia Guimarães Barbosa Teixeira.

Como monitor, o estudante Robson Luís Santos Lima desenvolveu atividades relacionadas ao “Estudo da variação em tempo real”, sob a responsabilidade de Silvana Soares Costa Ribeiro, junto às disciplinas que têm o projeto NURC como tema.

No presente, atuam como orientadores Jacyra Mota e Suzana Cardoso, tendo os projetos acima relacionados contado ainda como orientadoras com as professoras Carlota Ferreira, Judith Freitas, Myrian Silva e Vera Rollemberg, hoje aposentadas.

Para concluir

Ao fechar-se o segundo milênio, no alvorecer do terceiro e quando o Instituto de Letras comemora os seus 30 de instituto independente – mas, na verdade, 54 anos das Letras na Universidade Federal da Bahia –, uma certeza fica em cada um de nós e na palavra concreta do poeta:

Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena. (Fernando Pessoa, Mar português)

E tem sido com a alma grande e com o coração generoso que se tem procurado construir a parcela do caminho dos estudos dialetais e sociolingüísticos que nos tem reservado a História.

Referências bibliográficas

- AGUILERA, Vanderi de Andrade (1994). *Atlas Lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado.
- AGUILERA, Vanderi (Org.) (1998). *A Geolingüística no Brasil. Caminhos e perspectivas*. Londrina: UEL.
- AGUILERA, Vanderi (Org.) (1999). *Português no Brasil: Estudos fonéticos e fonológicos*. Londrina: UEL.
- ARAGÃO, Maria do Socorro, MENEZES, Cleuza Bezerra de (1994). *Atlas Lingüístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial.
- CARDOSO, Suzana, FERREIRA, Carlota (1985). *Dois estudos sobre o léxico dos falares baianos*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, n. 114.
- CARDOSO, Suzana, FERREIRA, Carlota (1994). *A Dialectologia no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- CARDOSO, Suzana (1995). Língua e cultura. Sobre empréstimos documentados nos falares rurais. In: PEREIRA, Cilene da Cunha, PEREIRA, Paulo Roberto Dias (Orgs.). *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários* in memoriam Celso Cunha. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p. 71-8.
- CARDOSO, Suzana (1996). *Diversidade lingüística e ensino*. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal da Bahia.
- CARDOSO, Suzana (1997). Remarques sur la division dialectale du Brésil. In: RAMISCH, Heinrich, WYNNE, Kenneth (Eds.). *Language in Time and Space. Studies in honour of Wolfgang Viereck on the occasion of his 60th birthday*. Stuttgart: Steiner. p. 323-35.
- CARDOSO, Suzana (1997). Mário Marroquim, o dialectólogo. In: MOURA, Denilda (Org.). *Contribuição de Mário Marroquim à pesquisa sociolingüística no Brasil*. Maceió: EDUFAL. p. 7-24.
- CARDOSO, Suzana (1997). Outros 'Caminhos de Santiago'. Designações de inspiração cristã no léxico rural brasileiro. In: KREMER, Dieter. (Org.). *Homenaxe a Ramón Lorenzo*. Patrocinado polo Galicien-Zentrum der Universität Trier. Vigo: Galaxia, v.2, p. 1037-48.
- CARDOSO, Suzana (1998). O Atlas Lingüístico do Brasil: um projeto nacional. In: AGUILERA, Vanderi (Org.). *A Geolingüística no Brasil. Caminhos e perspectivas*. Londrina: UEL. p. 165-76.
- CARDOSO, Suzana (1999a). As vogais médias pretônicas no Brasil: uma visão diatópica. In: AGUILERA, Vanderi (Org.). *Português no Brasil: Estudos fonéticos e fonológicos*. Londrina: UEL. p. 93-108.
- CARDOSO, Suzana (1999b). Atlas lingüísticos e variação. In: MOURA, Denilda (Org.). *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: EDUFAL. p. 138-40.
- CARDOSO, Suzana (2000). Atlas Lingüístico do Brasil: um projeto nacional para conhecimento do português brasileiro. In: GÄRTNER, Eberhard, HUNDT, Christine e SCHÖNBERGER, Axel (Eds.). *Estudos de Geolingüística do português americano*. Frankfurt am Maim: TFM. p. 33-53.
- CARDOSO, Suzana, FERREIRA, Carlota (2000). *O Léxico rural. Glossário. Comentários*. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFBA.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.) (1970). *Projeto de Estudo da Norma Lingüística Culta de algumas das principais capitais do Brasil*. Marília: Conselho Municipal de Cultura.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de (1990). O português culto falado no Brasil – História do Projeto NURC/BR. In: PRETI, Dino, URBANO, Hudinilson (Orgs.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. v. 4 – Estudos. São Paulo: T. A. Queiroz. p. 141-64.
- ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS, n. 5, dez. 1986, e n. 11, ago. 1991. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras.
- FERREIRA, Carlota, FREITAS, Judith, MOTA, Jacyra, ANDRADE, Nadja, CARDOSO, Suzana, ROLLEMBERG, Vera, ROSSI, Nelson (1987). *Atlas Lingüístico de Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Fundação Estadual de Cultura de Sergipe.
- FERREIRA, Carlota et al. (Orgs.) (1994). *Diversidade do português do Brasil. Estudos de dialectologia rural e outros*. 2 ed. revista. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA.
- FERREIRA, Carlota et al. (1995). A pessoa e a não-pessoa em discursos de informantes do Projeto NURC/Salvador. In: *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários* in memoriam Celso Cunha. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p. 145-53.
- FERREIRA, Carlota (1998). Atlas Prévio dos Falares Baianos: alguns aspectos metodológicos. In: AGUILERA, Vanderi (Org.). *A Geolingüística no Brasil. Caminhos e Perspectivas*. Londrina: UEL. p. 15-29.
- FREITAS, Judith (1995). Nós e a gente em elocuições formais. In: *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários* in memoriam Celso Cunha. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p. 155-63.
- FREITAS, Judith (1997a). *Os pronomes pessoais sujeito no ensino fundamental. Teoria gramatical e orientação do professor*. Salvador: EDUFBA.

- FREITAS, Judith (1997b). *Os pronomes pessoais sujeito no ensino médio. Teoria gramatical e orientação do professor*. Salvador: EDUFBA.
- GÄRTNER, Eberhard, HUNDT, Christine e SCHÖNBERGER, Axel (Eds.) (2000). *Estudos de Geolingüística do português americano*. Frankfurt am Maim: TFM.
- KREMER, Dieter (1997). *Homenaxe a Ramón Lorenzo*. Patrocinado polo Galicien-Zentrum der Universität Trier. Vigo: Galaxia, 2.v.
- LOPE-BLANCH, Juan M. (1967). Proyecto de Estudio del Habla Culta de las Principales Ciudades de Hispanoamerica. *El Simposio de Bloomington. Actas, Informes y Comunicaciones*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo. p. 255-266. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.) (1970). *Projeto de Estudo da Norma Lingüística Culta de algumas das principais capitais do Brasil*. Marília: Conselho Municipal de Cultura. p. 8-20.
- MOTA, Jacyra, ROLLEMBERG, Vera (Orgs.) (1994). *A linguagem falada culta na cidade de Salvador – Materiais para seu estudo*. v. 1 – Diálogos entre informante e documentador. Salvador: Instituto de Letras da UFBA.
- MOTA, Jacyra (1998). Atlas Lingüístico de Sergipe. In: AGUILERA, Vanderi (Org.). *A Geolingüística no Brasil. Caminhos e perspectivas*. Londrina: UEL. p. 79-98.
- MOTA, Jacyra (1999). In: AGUILERA, Vanderi (Org.). *Português no Brasil: estudos fonéticos e fonológicos*. Londrina: UEL. p. 125-42.
- MOTA, Jacyra (1999). Variação diatópica e variação social. In: MOURA, Denilda (Org.). *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: EDUFAL. p. 141-4.
- MOTA, Jacyra (2000). Os atlas regionais e sua contribuição para o conhecimento do português do Brasil. In: GÄRTNER, Eberhard, HUNDT, Christine e SCHÖNBERGER, Axel (Eds.). *Estudos de Geolingüística do português americano*. Frankfurt am Maim: TFM. p. 141-58.
- MOURA, Denilda (Org.) (1997). *Contribuição de Mário Marroquim à pesquisa sociolingüística no Brasil*. Maceió: EDUFAL.
- MOURA, Denilda (Org.) (1999). *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: EDUFAL.
- NASCENTES, Antenor (1953). *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões.
- NASCENTES, Antenor (1958). *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, v. 1.
- PEREIRA, Cilene da Cunha, PEREIRA, Paulo Roberto Dias (Orgs.) (1995). *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários* in memoriam Celso Cunha. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- PEREIRA, Teresa Leal Gonçalves, POGGIO, Rosaura Maria Fagundes (Orgs.) (2000). *Catálogo de teses e dissertações*. Salvador: Instituto de Letras da UFBA.
- PRETI, Dino, URBANO, Hudinilson (Orgs.) (1990). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. v. 4 – Estudos. São Paulo: T. A. Queiroz.
- PESSOA, Fernando (1963). Mensagem. In: *Obra Poética*. Rio de Janeiro: Aguilar. p. 82.
- RAMISCH, Heinrich, WYNNE, Kenneth (Eds.) (1997). *Language in time and space. Studies in honour of Wolfgang Viereck on the occasion of his 60th birthday*. Stuttgart: Steiner.
- RIBEIRO, José, ZÁGARI, Mário Roberto Lobuglio, PASSINI, José e GAIO, Antônio Pereira (1977). *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Casa de Rui Barbosa; Universidade Federal de Juiz de Fora.
- ROSSI, Nelson (1958). Laboratório de Fonética na Bahia (breve notícia sobre a sua criação e instalação). *Revista do Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, v. 4, 1958, p. 5-7.
- ROSSI, Nelson et al. (1958). Comércio de ervas medicinais na Feira de Água de Meninos. Salvador: Universidade Federal da Bahia. (Datilografado).
- ROSSI, Nelson, FERREIRA, Carlota e ISENSEE, Dinah (1963). *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro.
- ROSSI, Nelson (1965). *Atlas Prévio dos Falares Baianos. Introdução. Questionário comentado. Elenco das respostas transcritas*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura; Instituto Nacional do Livro.
- ROSSI, Nelson (1970). O Projeto no Brasil. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Projeto de Estudo da Norma Lingüística Culta de algumas das principais capitais do Brasil*. Marília: Conselho Municipal de Cultura. p. 45-57. Reproduzido em PRETI, Dino, URBANO, Hudinilson (Orgs.) (1990). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. v. 14 – Estudos. São Paulo: T. A. Queiroz. p. 176-82.
- ROSSI, Nelson (1980). Um mal disfarçado traço de continuidade lingüístico-cultural. In: BORK, Hans Dieter, GREIVE, Artur, WOLL, Dieter (Eds.). *Romanica Europaea et Americana*. Festschrift für Harri Meier, zum 8. jan. 1980. Bonn: Bouvier. p. 485-92.

Seguindo as pistas no labirinto de *Le chastel périlleux*

João Antonio de Santana Neto

Universidade do Estado da Bahia
Universidade Católica do Salvador

Este artigo objetiva seguir as pistas possíveis acerca da autoria, das obras do mesmo autor e das fontes de *Le chastel périlleux*, como também abordar a questão da tradução ou versão do francês para o português.

Cet article a pour but non seulement d'aller jusqu'aux sources de *Le chastel périlleux*, mais aussi de suivre les traces qui identifient les oeuvres du même auteur en étudiant les questions concernant la traduction français/portugais.

Resumo

Résumé

Apresentação

Entre as obras pouco estudadas do período medieval português figura o tratado ascético-místico *Castelo perigoso*, tradução de uma longa epístola francesa, escrita por *Frère Robert*, monge cartuxo, para sua prima, *Soeur Rose*, freira da Ordem Fontevrault. Os apógrafos conhecidos esclarecem que esta obra foi compilada e ordenada por uma monja pertencente à mesma ordem que a destinatária.

Conhecem-se atualmente dezesseis apógrafos franceses: doze são classificados como manuscritos pessoais e quatro como adaptações ou refundições da obra original.

Tendo chegado a Portugal, a obra foi logo traduzida e conservam-se dela dois manuscritos alcobacenses medievos, hoje pertencentes à Biblioteca Nacional de Lisboa (mss. 199 e 214). A tradição manuscrita portuguesa enquadra-se no grupo das adaptações, visto que nenhum dos dois manuscritos encontra correspondente exato do qual possa ter originado a tradução.

Apesar de o tratado *Castelo perigoso* haver despertado o interesse de estudiosos como J. J. Nunes; J. Leite de Vasconcelos, que inclusive informa o interesse de Otto Klob em editá-lo; Serafim da Silva Neto, entre outros, e existir cópia na Livraria do Congresso, em Washington, e no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, só foi publicada uma leitura integral realizada por Augusto Magne nos periódicos: *Revista Filológica*, IV e V (1942) e *Verbum*, II (1945), III (1946). Apesar de haver a edição crítica elaborada por Santana Neto (1997) em sua tese de doutoramento.

O tratado *Castelo perigoso* é um texto ascético-místico, no qual o castelo figura como alegoria da Virgem Maria, *porque este foi um castelo muito bem guarnido de cava de humildade e de muro de virgindade e de privilégios de todas virtudes e de abundância de todas graças* (ms. 199: 1r). A proposta do tratado é ensinar a todos como fundar em seus corações um “castelo”, no qual Jesus Cristo queira habitar.

1 Possíveis autores, obras do mesmo autor e fontes de *Le chastel périlleux*

A atribuição da autoria do tratado ascético-místico *Le chastel périlleux* não é das mais simples, visto que apenas poucas informações e alguns indícios puderam ser encontrados pelos pesquisadores da tradição manuscrita francesa. Tal fato deve-se aos conflitos sucessivos pelos quais a França passou ao longo da sua história. Esses conflitos, religiosos ou não, acarretaram pilhagens e, conseqüentemente, destruição, entre outros, dos arquivos das ordens monásticas.

Após muitos anos de incansável pesquisa, Brisson (1966 e 1974) lança a hipótese de *Frère Robert de Saint Martin* ter sido o autor de *Le chastel périlleux*. Contudo esta possível atribuição está distante de uma certeza, uma vez que não se encontrou

... aucun trace de *Frère Robert* dans les sources de références cartusiennes: Molin, *Le Vasseur*, Lefebvre, ni dans *Le Dictionnaire de Spiritualité* (Brisson, 1966: 543)

A possível atribuição efetuada por Brisson (1966 e 1974) não foi aceita por Hendrix (1983), o qual questiona os critérios adotados para efetuar essa atribuição de autoria, conforme se pode comprovar no decorrer desse capítulo.

Por sua vez, Devaux (1987) aventa a hipótese de *Frère Robert*, cartuxo de Bourfontaine e falecido em 1387, ter sido o autor de *Le chastel périlleux*. Mas também esse estudioso não apresenta uma argumentação isenta de questionamentos, como adiante se verá.

Brisson (1966: 543) esclarece que, segundo os *Cahiers Bastin des Chartreuses de l'Ouest*, os cartuxos com prenome Robert, no século XIV, foram:

- a) em Val Dieu, um Prior (1281-1313 aproximadamente);
- b) em Parc, um Robert de Saint Martin, monge, falecido em 1388;
- c) perto do centro da França, um Robert Barin, Prior de Apponay entre 1402 e 1404, o qual vivia ainda em 1425;
- d) em Paris, vários Robert são encontrados na primeira metade do século XIV;
- e) em Bourfontaine, um Robert faleceu em 1387;
- f) em Bourgogne, um Robert foi Prior de Val-Profunde (1406-1413), e um professo de Lugny foi, antes de ser cartuxo (1404), professo beneditino de Sainte-Seine.

Brisson (1966: 544) afirma que nove dos manuscritos franceses conhecidos de *Le chastel périlleux* apresentam as seguintes informações:

Cy commence le chasteux perilleux compilé et ordonné d'un moine de l'ordre de Chartreuse pour une nonnain de l'ordre de Frontevaux. Prologue. A sa chiere cousine, suer et amie en Dieu, Rose, frere Robert, vostre cousin... (ms. Add. 32623, fl. 2r).

Cy fine le chastel perilleux compilé et ordonné d'un moine de l'ordre de Chartreuse pour une nonnain de l'ordre de Frontevaux. Deo gratias (ms. Add. 32623, fl. 67r).

No prólogo em prosa versificada do manuscrito 1882, segunda metade do século XV, pertencente ao grupo das adaptações, Biblioteca Nacional de Paris, é atribuído ao autor o título de mestre:

Chastel Périlleux suis appelet
d'un maistre de l'ordre chartreuse,
De plusieurs livres compilés
Et fait pour une Dieu espouse,
Le nom de l'acteur soit cellés... (ms. 1882, fl. 1r).

A utilização do vocábulo “maistre” no lugar de monge não se faz por razões métricas. O grande número de citações da Bíblia, da Patrística e até de filósofos demonstra que o autor deveria possuir um grau elevado de erudição. Deve-se considerar também que os sóbrios arquivos cartuxos apresentam em seus registros uma dignidade: “Sacerdos”, uma condição: “Monachus”, uma data: a do falecimento. Logo, é possível que *Frère Robert* tivesse direito ao título de mestre.

Brisson (1966: 545) esclarece que ele era sacerdote e celebrava Missa, baseando-se em um período do último capítulo:

Je porte vostre mémoire avecques moy quant je traicte de mes indignes
mains celui que fist et vous et moy (ms. Add. 32623, fl. 66r).

A datação da obra também oferece algum problema. O manuscrito 1881 (Biblioteca Nacional de Paris) é o único dos franceses que fornece uma data: 1382. Entretanto, ele foi escrito por volta de 1470, em Dijon¹ ou em suas proximidades. O manuscrito alcobacense 199 da Biblioteca Nacional de Lisboa, tradução portuguesa de um manuscrito do grupo das adaptações, informa que foi acabado à noite de Páscoa Florida, Era Hispânica 1406, correspondendo a 1368 da Era Cristã. Tal data não se refere à elaboração do ms. 199, visto que a utilização da letra gótica semicursiva o tarda à primeira metade do século XV.

Brisson (1966: 546) esclarece que, segundo o estudo da morfologia e da sintaxe, o ano de 1368 poderia ser aquele do manuscrito francês, hoje desaparecido, que deu origem à tradução portuguesa, pois a obra de *Frère Robert* deve ter sido compilada e ordenada por volta de 1350, uma vez que a adaptação deve ter se processado ainda em língua francesa e se necessita, para tanto, de uma parcela de tempo.

O uso de *La somme le roi*, escrita em 1279 pelo dominicano *Frère Laurent d'Orléans*, e *De doctrina cordis* (ou *De praeparatione cordis*), atribuída ao Cardeal francês Hugues de Saint-Cher (falecido em 1263), como fontes de inspiração a *Frère Robert* não somente é possível como constitui confiável dado histórico a contribuir para a datação do texto. De fato, transcorreu um lapso de tempo suficiente para essas obras figurarem nas bibliotecas das ordens contemplativas.

¹ Duas filigranas em *Le chastel périlleux*:

a) 1-32, tête de boeuf, Briquet, n° 14195, Fresne-Saint-Martin, 1469, Dijon, Côte d'Or;
b) 33-92, sirène, Briquet, n° 13859, Chaussin, 1468, Dijon, Côte d'Or.

O processo coerente da busca de identificação do autor, iniciado com a listagem dos Robert descobertos, pode passar então pelo crivo seletivo. Assim é que, após análise dos dados, Brisson (1966: 546) elimina algumas das possibilidades anteriores:

- Robert, Prior da Cartuxa do Val (1281-1313): *Le chastel périlleux* é claramente posterior a *La somme le roi* e a *De doctrina cordis*;
- os vários Robert de Paris, pela mesma razão;
- Robert Barin, que viveu por volta de 1424, é posterior à data de elaboração de *Le chastel périlleux*;
- Robert, Prior de Val-Profonde, é rejeitado por tornar-se cartuxo em 1404.

Devaux (1987, col. 702) afirma que os dez manuscritos franceses localizados com certeza são originários da Île-de-France, Champagne ou Bourgogne, e dos dois portugueses são procedentes da Abadia Cisterciense de Alcobaça. A utilização, por *Frère Robert*, de *La somme le roi*, cujo único exemplar cartuxo conhecido foi propriedade da Cartuxa de Paris, atualmente em Soissons, leva Devaux a sugerir que o autor de *Le chastel périlleux* era o *Frère Robert* da Cartuxa de Bourfontaine, fundada na floresta de Villers-Cotterêts em 1323.

Fundamenta, ainda, sua hipótese através do arcaísmo de uma fórmula de polimento, a qual sugere que *Frère Robert* pertencia à pequena burguesia, e acrescenta que a abundância de formas picardas, ausentes das outras obras possíveis do mesmo autor,

ne permet d'avancer cette attribution qu'avec réserve. Elle ne favorise guère l'autre identification qui a été proposée, celle de Robert de Saint-Martin, de la Chartreuse du Parc, près du Mans: l'unique argument en sa faveur est que le Parc est la seule chartreuse relativement proche de Fontevault (Devaux, 1987, col. 702).

Quanto a Robert de Bourfontaine, diocese e circunscrição administrativa de Soissons, Brisson (1966: 546) declara que poderia ser o autor quanto à data, "cependant Soissons est assez éloigné de Fontevault et son nom de famille n'est pas connu".

A hipótese lançada por Brisson (1966) e contestada tanto por Hendrix (1983) quanto por Devaux (1987) é que Robert de Saint Martin, falecido em 1388, possui alguns pontos a seu favor:

Baseada na obra *Fontevault et ses monuments*, na qual consta que a ordem possui entre seus membros filhas de ilustres famílias francesas como Roham, Richelieu, Saint Martin entre outras, Brisson (1966: 546) declara que *Frère Robert* e sua prima, Rose, poderiam muito bem não portar o mesmo nome de família. Entretanto, é possível que a mesma família de Saint Martin possuísse membros nas Ordens Cartuxa e Fontevault.

Outro argumento apresentado por Brisson (1966: 547) é que Robert de Saint Martin vivia na Cartuxa do Parc-Sainte-Marie, ou de Par-en-Charnie, ou d'Orques, diocese e circunscrição administrativa de Mans, nas vizinhanças de

Fontevault, circunscrição administrativa de Saumer, Diocese de Augers. A Cartuxa do Parc-Sainte-Marie sofreu muito com as guerras religiosas e seus arquivos foram, em grande parte, destruídos, o que explicaria a falta de informações sobre Robert de Saint-Martin.

A favor desse argumento o próprio Devaux (1987, col. 702) declara:

D'après la critique interne, Rose devait résider dans un prieuré de son ordre et non à l'abbaye-mère. Une phrase de la lettre d'envoi permet de penser que cette maison était assez proche de la chartreuse de Robert pour que les deux cousins aient pu se voir éventuellement souvent.

Brisson (1966: 547) também não conseguiu identificar Rose, visto que ela não deve ter sido nem abadessa nem prioressa. Os arquivos da Ordem Fontevault foram também parcialmente destruídos e a própria Real Abadia de Saint-Denis des Plantagenets foi selvagemmente pilhada na revolução de 30 de janeiro de 1793.

Brisson (1966: 547) conclui então:

Puisque Robert de Saint Martin mourut en 1388 et que *Le chastel* existait en 1382 et même en 1368, les dates semblent correspondre, et jusqu'à preuve du contraire, il peut être considéré comme l'auteur du *Chastel périlleux de l'âme*.

Le trésor de l'âme é um tratado que figura em vários manuscritos e que foi impresso em Paris por Verard em 1497. O Museu Britânico possui um incunábulo (IB. 41196).

Segundo Devaux (1987, col. 703), esse tratado se apresenta como uma modesta compilação, traduzida do latim, e compõe-se de dois curtos tratados sobre os pecados capitais e sobre as virtudes. O estudioso citado coloca como fontes de inspiração do autor o *Compendium theologiae veritatis* de Hugues Ripelin, ilustrado por cem *exempla*, e a *Légende du Purgatoire*, atribuída a São Patrício. E finaliza-se com uma coleção de quarenta milagres de Nossa Senhora, nos quais "ses légendes ravalent au niveau de la dévotion populaire la moins éclairée".

Brisson (1966: 547) e Devaux (1987) acreditam que *Le trésor de l'âme* provavelmente possui a mesma autoria que *Le chastel périlleux*. Segundo Brisson, esta é também a opinião de Paulin Paris.

Para tanto, Brisson baseia-se na informação do bibliotecário do Museu Condé, Chantilly, o qual confirma que as minutas do *Catalogue du cabinet des livres, manuscrits*, tomo I, são do punho do próprio Duque d'Aumale e que o texto das minutas confere com o que foi impresso. Nesse texto encontra-se: "Robert (*Frère*) chartreux, *Le trésor de l'âme*". Fundamentada na informação acima, Brisson conclui que a qualificação de cartuxo é do Duque d'Aumale,

qui ne l'a donnée certainement qu'après s'être informé auprès d'érudits compétents, peut-être Léopold Delisle, qu'il consultait souvent (Brisson, 1966: 547).

Para fundamentar a hipótese de serem do mesmo autor as duas obras, Brisson (1966: 548) apresenta um paralelo entre *Le chastel périlleux* e *Le trésor de l'âme*.

<i>Le chastel périlleux</i>	<i>Le trésor de l'âme</i>
... car le tres glorieux nom de Marie, ce dit Saint Bernard est miel en bouche, joye en cuer, et mèlodie en oreilles. (ms. Add. 32623, fl. 31v)	... (Marie) douce a nommer, douce a penser, miel en bouche, joie en cuer, melodie en oreilles. (ms. IB. 41196, fl. 63r)

Nesse pequeno trecho, acontece um erro comum: a citação de São Bernardo² se aplica ao nome de Jesus e não ao de Maria.

Frère cite plutôt de mémoire un autre cistercien, Etienne de Salley, mort en 1252, qui écrit dans ses *Méditations*, Quatre peticio: "... ita ut Jesus tuus, dulcedo tua, sit michi mel in ore, melos in aure, jubilus in corde"³ ... (Brisson, 1966: 548).

Conforme se mencionou anteriormente, *Frère Robert*, em *Le trésor de l'âme*, dedicado a sua mãe, vale-se do recurso argumentativo dos *exempla*, como em *Le chastel périlleux*. Quando aborda os ramos do pecado da avareza, segundo Brisson (1968a: 548), revela o local da França onde residia sua correspondente, aclarando um pouco mais sobre ele mesmo:

... Tricherie c'est comme une personne deçoit l'autre... si comme a poix ou a faulce mesure a grain ou a vin... usure... quant on achete a son escient moins grain ou vin ou autre chose pour attendre au temps d'apres aoust ou apres vendenges... ou se il tyra sep de la vigne e son voisin a la sienne. S'il les (dismes) paie des plus petites gerbes ou s'il a payé du plus petit vin la disme on s'il a meslé eave ou aultre chose parmy le vin... Et s'il a fait dommaige a aultry vigne... (ms. IB. 41196, fl. 6r e 6v – leitura de Brisson).

Grain – vin – gerbes – vignes, avec insistence sur la vigne, nous voici dans la vallée de la Loire et nous pensons aussitôt à l'Anjou (Brisson, 1966: 548).

Segundo essa autora, estariam eliminados os Saint Martin que não fossem originários da casa de la Marche e de Anjou, de onde saíram os senhores de Bagnac e de Sarzay. Parece-lhe lógico que a casa de Anjou fizesse seus membros professarem na Cartuxa do Parc, Diocese de Mans e em Fontevrault, perto de Saumur, Diocese de Angers, e talvez também na Cartuxa de Paris.

Brisson (1966: 549) informa que os cartuxos se afastavam pouco e jamais sem razão válida, então a informação contida no fôlio 38r de *Le trésor de l'âme* – “J'ay trouvoy en ung livre à Vauvert les Paris en l'ordre des chartreux...” – só se justificaria com uma visita ou assistência religiosa a um parente razoavelmente próximo. Consta nos arquivos que um *Frère Pierre* de Sain Martin, sacerdote, morreu na Cartuxa de Vauvert em 1388, no mesmo ano que *Frère Robert*.

*Le Catalogue des manuscrits de Corbeil*⁴, informa Brisson (1966: 549), sugere que *Le trésor de l'âme* “peut être de Robert de Ciboule, chanceler de

² *Patrologia latina*, CLXXXIII, col. 847 e CLXXXIV, col. 832.

³ Dom A. Wilmart, O. S. B., *Auteurs spirituels et textes dévots du Moyen Age latin*, Paris, 1932: 344.

⁴ *Catalogue général des manuscrits des bibliothèques publiques de France*, tomo 3: 378.

l'Université de Paris au XV^e siècle” e acrescenta: “fol. 95. Autre traité de piété probablement du même auteur”.

Tal sugestão é descartada por Brisson (1966: 549), utilizando-se de dois argumentos:

- a) o lapso de tempo, Robert de Ciboule é do século XV;
- b) ele não se nomeia “*Frère Robert*” e os escribas foram atentos ao lhe conservar todos os títulos ao copiarem suas obras, conforme atestam os seis manuscritos de Robert de Ciboule existentes na Biblioteca Nacional de Paris.

Le livre des justes autrement nommé de sainte meditacion composé par maistre Robert Ciboule, chancelier de l'église Nostre Dame de Paris (ms. 999, fl. 2r – leitura de Brisson).

Cy fine le livre de perfection fait et compilé par maistre Robert Cyboule, docteur en theologie et chancelier de Nostre Dame de Paris (ms. 1841, fl. 166r – leitura de Brisson).

A alusão de que as folhas 95r a 101v seriam “provavelmente do mesmo autor” leva a um pequeno tratado de conselhos piedosos a uma mulher casada. Segundo Devaux (1987, col. 703), o tom espiritual dessa obra, denominada *Conseils*, é bem inferior ao das outras duas. Agrupa citações da *Bíblia*, de Catão e de Boécio, do *Facetus* e do *Floretus*, com o recurso argumentativo dos *exempla* agrupados em seis capítulos:

- 1 *Amour de Dieu*;
- 2 *Sobriété des paroles*;
- 3 *De la nourriture*;
- 4 *Solitude*;
- 5 *Travail*;
- 6 *Amour de son mari*.

O paralelismo desenvolvido entre o amor nupcial e o amor divino permite ao autor concluir com uma exortação à pureza de consciência e às boas confissões, tema inicial de *Le chastel périlleux*.

Segundo Brisson (1966: 550), os *Conseils* não parecem existir em nenhum outro exemplar, pois nenhuma outra cópia foi descoberta nos *Catalogues des manuscrits*.

Tres chiere amee suer. Apres toute recommandation, humble confidence en vos prieres, plaise vous sçavoir que je suis sain, la mercy Dieu, lequel doint que ainsi soit il de vous et de ma tres amee cousine, a laquelle je me recommande, en desirant vostre bonne renommece ouïr et estre acreue de bien en mieulx et aussy affin qu'il vous souviengne de moy en vos prieres comme il me souvient de vous es miennes.

Et pour ce que ma cousine m'a dit plusieurs fois que on retient mieulx de ses amis que des estranges, pour ce vous envoie cest escript ou sont retenus les sept condicions de une bonne femme et aulcuns enseignemens au propos d'icelles... (ms. 1841, 95r – leitura de Brisson).

A dupla alusão a sua prima faz lembrar a “cousine Rose” de *Le chastel périlleux* e, segundo Brisson (1966: 550), parece ser o laço que une essas folhas

ao longo tratado ascético-moral que *Frère Robert* comporia mais tarde para essa mesma prima, devota religiosa em Fontevrault.

A respeito de *Frère Robert*, Brisson (1966: 550) conclui:

D'après cette étude et jusqu'à preuve du contraire, il semble donc que le Frère Robert, Chartreux, du *Chastel Périlleux*, soit Frère Robert de Saint Martin, maison de la Marche et de l'Anjou, moine, prêtre, à la Chartreuse du Parc-Sainte-Marie ou du Parc-en-Charnie, diocèse du Mans, mort en 1388, auteur du *Trésor de l'âme*, adressé à sa mère, d'un petit traité de conseils à sa Soeur e du *Chastel Périlleux de l'âme* 'compilé et ordonné' pour sa cousine.

Como se sabe, os escritores medievos pediam emprestado livremente um dos outros e citavam autores que, ao verter, remetem a trabalhos prévios sem indicar suas referências. *Frère Robert* não constitui uma exceção. Pelo contrário, admite isto logo no prólogo e novamente ao final de *Le chastel périlleux*:

... ce que je diray cy après n'est pas de moy mais des Saintes Escriptions et des livres du docteurs de Sainte Eglise (ms. Add. 32623, fl. 2r – leitura de Brisson). Je n'ay fait que traire les paroles de ce livret des Saintes Escriptions et des traictiez des docteurs et des maistres auctorisiez cui Escriptions sont temies, et les ay jointes l'une avec ques l'autre. Il n'y a riens du mien fois que la paine et le labour que j'ay en cherchant et reverchant moult de manieres de livres (ms. Add. 32623, fl. 66v – leitura de Brisson)

Segundo Brisson (1967: 135), o tratado é, na verdade, um mosaico de citações da *Bíblia* e dos Padres da Igreja. São Bernardo tem o seu nome mencionado em vinte e nove oportunidades, e seus provérbios também figuram anonimamente em mais trinta e oito passagens, como nos *Miracles de Notre-Dame* e em expressões populares ou citações indefinidas, marcadas por frases tais como: “comme dist un saint”, “comme dient les saintes”, “comme dient les philosophes”.

Uma obra que mereceu, por parte de *Frère Robert*, especial interesse como fonte de inspiração foi *La somme le roi*. Escrita pelo dominicano *Frère Laurent* ou Lorens, esse tratado era dirigido a Felipe III, rei de França. Segundo Brisson (1967: 134), esse tratado, às vezes chamado *Le livre de vices et de vertus* ou *Le miroir du monde* ou *Livre de la philippine* ou *Li livres royaux de vices et de vertus*, tem merecido vários estudos, dado o número de manuscritos existentes, como também a beleza das iluminuras de algumas cópias. O próprio *Frère Laurent* esquematizou quinze ilustrações, visando a ajudar o rei a entender seu tratado.

Frère Robert, como era usual na época, não fornece obviamente indicação de suas fontes diretas. Contudo Brisson (1967: 137-9) examinou algumas passagens de *Le chastel périlleux* (ms. Add. 32623) e a correspondente em *La somme le roi* (ms. Add. 28162), revelando quais sentenças, parágrafos e páginas do último foram encontrados em passagens do precedente. Referências à *Bíblia* e aos Padres da Igreja foram, então, inseridas no mesmo contexto e nos mesmos locais em que aparecem em *La somme le roi*.

From folio 2r to folio 63r of *Le Chastel*, that is all through the book, there are extracts taken from other parts of *La Somme*, for example: Les Vertus – Les Sept

Dons du Saint-Esprit. This indicates that Robert did not draw directly from some source of *La Somme le Roi* like Guillaume Peraud *Summa Virtutibus et Vitorum*⁵ or *Moralium Dogma Philosophorum*⁶. If he had done so, his translation from that from Latin into French would have been slightly different from that of Laurent, but he simply chose and copied from *La Somme* what he wanted. The result is not a patchwork of selected material as might have been expected. *Frère Robert's* work is well thought out and carefully planned (Brisson, 1967: 136).

Frère Robert selecionou apenas aquilo que era relevante para sua argumentação, reduzindo ou ampliando, e inseriu os excertos de tal forma que somente leitores familiarizados com *La somme le roi* ou aptos a comparar os dois textos poderiam detectar alguns deles.

Pelos breves exemplos apontados por Brisson (1967: 137-9) pode-se perceber que *Frère Robert* buscou em *La somme le roi* uma grande porção do seu tratado. Os empréstimos do Capítulo “Quels sont les sept pechiez mortelz” são fundados em trinta e sete páginas e somam quinhentas e vinte linhas ou, aproximadamente, sessenta páginas, correspondendo a 1/8 de *Le chastel périlleux*. O capítulo dos sete pecados mortais, omitindo-se os dois exemplos que não são fundamentados em *Frère Laurent*, molda um resumo adaptado de “Les sept pechiés capitaux” e soma doze páginas e meia. O total emprestado passa, então, a vinte e nove páginas e levanta a proporção final para aproximadamente 1/5 do tratado de *Frère Laurent*.

Segundo Brisson (1967: 139), é possível supor que na metade do século XIV o tratado de *Frère Laurent* já era familiar a várias bibliotecas monásticas e que, sem dúvida, *Frère Robert* possuía uma cópia de *La somme le roi* à mão para ser capaz de reproduzir muito dela. Brisson também sugere que esse tratado provavelmente não figurava nas prateleiras da biblioteca de Fontevrault, caso contrário *Frère Robert* poderia bem indicar os fólhos a serem lidos.

A respeito da atribuição aventada por Brisson (1966 e 1974), Hendrix (1983: 265-6) tece os seguintes comentários:

Pour sélectionner celui des six chartreux au moins qui s'appellent Robert et qui pourraient être l'auteur du *Castel Périlleux*, Soeur Brisson a utilisé entre autres l'argument qu'un auteur qui décrit avec tant de vivacité le siège d'une forteresse doit avoir vécu lui-même un siège⁷. Elle s'est prononcée pour le chartreux Robert de Saint-Martin, mort en 1388 et qui a donné véu pendant la Guerre de Cent Ans⁸. Vu que les pages contenant la description du siège et le comportement des assiégés ne paraissent pas être originales et ne reposent pas sur l'expérience personnelle de l'auteur, cet argument ne peut être retenu.

Une autre raison nous incite à ne pas nous sentir très heureux de la technique d'attribution de Soeur Brisson. Elle affirme d'une part que *La Somme le Roi*, composée en 1279, doit avoir été très populaire aux XIII^e et XIV^e siècles⁹. D'autre part elle signale que 520 lignes du *Chastel Périlleux* ont été empruntées à *La*

⁵ Lugduni, 1585.

⁶ Escrita por Hildebert, PL CLXXI, 1007-56, edição de John Holmberg, Uppsala, 1929.

⁷ Marie Brisson. *A critical edition and study of Frère Robert (Chartreux) Le chastel Périlleux*. (Analecta cartusiana, 19-20). Salzbourg, Institut für Englische Sprache und Literatur, 1974. p. 132-3.

⁸ Id. *ibid.*: 173.

⁹ Id. *ibid.*: 197.

*Somme le Roi*¹⁰. Dès lors nous ne comprenons pas comment elle peut écrire: 'The discovery that *Frère Robert* used large portions of *La Somme le Roi* to compose his treatise, eliminates all the Roberts of the first half of the XIVth century as coming too early'¹¹.

Uma outra fonte de *Frère Robert* para a elaboração de *Le chastel périlleux* foi, segundo Hendrix (1983: 252), o tratado *De doctrina cordis* (ou *De praeparatione cordis*), que ele atribui ao Cardeal francês Hugues de Saint-Cher, falecido em 1263, e também dominicano.

Apresenta, em seu artigo, quatro séries de paralelos, as quais foram ordenadas por Hendrix da forma seqüencial em que aparecem em *Le chastel périlleux*. Segundo Hendrix (1983: 253), o tratado *De doctrina cordis* até aquela data aguardava uma edição, motivo pelo qual ele valeu-se da edição fac-similada do manuscrito Leyde, Biblioteca da Universidade (BPL. 2579).

A atribuição da autoria de *Le chastel périlleux* ainda permanece distante de uma afirmativa segura, uma vez que pouco foi encontrado nos registros das Ordens Cartuxa e Fontevrault. A hipótese elaborada por Brisson (1966 e 1974) sofreu, conforme pode ser observado, críticas por parte de Hendrix (1983) e Devaux (1987), e a possibilidade de *Frère Robert* ter sido Robert de Bourfontaine, conforme aventa Devaux (1987), também apresenta-se longe da certeza.

Quant à la langue de *L* (copie des environs de 1400), Soeur Brisson conclut: "... That phrases and sentences are not lacking which could illustrate the characteristics of the language of the XIIth e XIIIth centuries¹²". Nous désirons ajouter ceci à la constatation que l'auteur du *Chastel Périlleux* n'a pas connu d'ouvrages du XIV^e siècle et qu'il est redevable à *La Somme le Roi* (1279) et surtout au *De doctrina cordis*, traité né vers 1250-1260. Ne pourrait-on voir là des indications quoi *Le chastel périlleux* est né bien plus tôt que ne l'a cru Soeur Brisson? (Hendrix, 1983: 266).

A respeito da datação do texto autógrafo, pode-se afirmar apenas que ele deve ser originário da primeira metade do século XIV, visto que o ano de 1368, que corresponde à Era Hispânica 1406 que figura no manuscrito português 199, deve ter sido o ano da elaboração do apógrafo francês desaparecido, sobre o qual foi feita a versão portuguesa. Convém ressaltar, como mencionado anteriormente, que esse manuscrito apógrafo francês pertenceria ao grupo das adaptações, exigindo, portanto, um lapso de tempo para que tal fato ocorresse.

Contudo, fica claro, pelos breves exemplos anteriores, que *Le chastel périlleux* pode haver tido como fontes *La somme le roi*, Brisson (1966), e *De doctrina cordis*, Hendrix (1983).

Quanto a *Le trésor de l'âme* e aos *Conseils*, os estudiosos citados compartilham da opinião de que há grandes possibilidades de estes tratados terem sido escritos pelo autor de *Le chastel périlleux*.

¹⁰ Id. ibid.: 200.

¹¹ Id. ibid.: 76.

¹² Id. ibid.: 230.

2 Tradução de um original francês

O tratado medieval *Castelo perigoso* (mss. 199/ant. 276 e 214/ant. 275) é uma tradução de *Le chastel périlleux*¹³, obra de *Frère Robert*, monge cartuxo, que a dedicou a sua prima, Rose, freira da Ordem de Fontevrault¹⁴.

Martins (1955a: 37) relata que na Biblioteca Nacional de Paris (Fonds Français) encontram-se oito apógrafos de *Le chastel périlleux*, "embora nenhum deles corresponda ao texto exacto donde traduziram o nosso *Castelo perigoso*". Além dos oito apógrafos a que Martins teve acesso, há mais oito apontados por Brisson (1974), integralizando dezesseis testemunhos franceses, número superior ao de divulgação anteriormente feita por esta pesquisadora. A relação dos apógrafos apresenta-se em dois grupos a partir da fórmula de endereçamento do texto: particular ou pessoal a *Soeur Rose* ou genérico, adaptações ou refundições.

Primeiro grupo: manuscritos pessoais e, em geral, completos:

- L 32623** Londres, British Museum, Add. 32623.
Manuscrito de cerca de 1400. Tem 171 fls. e contém sete tratados. O *Castelo perigoso* é o primeiro tratado e consta dos fólios 2-67.
- A 5121** Paris, Bibliothèque de l' Arsenal, 5121.
Foi escrito por volta de 1400. Tem 171 fls. em pergaminho e contém sete tratados. O *Castelo perigoso* é o sexto tratado, ocupando os fólios 61-125v.
- B 445** Paris, Bibliothèque Nationale, Fonds Français 445.
Manuscrito de meados do século XV. Tem 251 fls. em pergaminho, contendo quatro tratados. O *Castelo perigoso* é o primeiro tratado, nos fólios 1-57v.
- D 1033** Paris, Bibliothèque Nationale, Fonds Français 1033.
Manuscrito de cerca de 1446. Tem 68 fls. em papel, contendo dois tratados. O *Castelo perigoso* é o primeiro, ocupando os fólios 1-64.
- E 1162** Paris, Bibliothèque Nationale, Fonds Français 1162.
Manuscrito de fins do século XIV. Tem 97 fls. em pergaminho, contendo um único tratado: *Castelo perigoso*.
- F 1879** Paris, Bibliothèque Nationale, Fonds Français 1879.
Manuscrito de meados do século XV. Tem 224 fls. em papel, contendo nove tratados. O *Castelo perigoso* é o primeiro, nos fólios 1-138.

¹³ Château < chasteau < chastel (séc. XII) < Lat. CASTELLUM. A forma latina CASTELLUM, I (1. fortaleza, campo fortificado. 2. fig. abrigo, caverna. 3. aldeia nas montanhas) é um diminutivo de castrum, i = localidade (Dauzat, 1938; Bec, 1971: 127). Périlleux (séc. XII) < lat. PERICULOSUS (Dauzat, 1938).

¹⁴ Mário Martins (1955a; 1955b e 1956) registra a seguinte forma: *Fronteaux*. Entretanto os demais autores grafam o nome da Ordem como Fontevrault.

- G 1880** Paris, Bibliothèque Nationale, Fonds Français 1880. Manuscrito escrito entre 1410 e 1430. Tem 181 fls. em papel, contendo quatro tratados. O *Castelo perigoso* é o primeiro, nos fólhos 1-60v.
- H 1881** Paris, Bibliothèque Nationale, Fonds Français 1881. Manuscrito escrito provavelmente por volta de 1470. Tem 308 fls. em papel, contendo quatorze tratados. O *Castelo Perigoso* é o primeiro, nos fólhos 1-92v.
- Me 534** Metz, Bibliothèque Municipale, 534. Manuscrito do século XV. Tem 187 fls. em papel, contendo cinco tratados. O *Castelo Perigoso* é o primeiro, nos fólhos 8-102.
- Tr 1877** Troyes, Bibliothèque Municipale, 1877. Manuscrito do século XV. Tem 230 fls. em papel, contendo 23 tratados. O *Castelo perigoso* é o décimo segundo, nos fólhos 128v-154v.
- Ha 10F10** La Haya, Museum Meermanno Westreenianum, 10F10. Manuscrito do final do século XIV. Tem 128 fls. em pergaminho, contendo um único tratado: *Castelo perigoso*.
- Pen Fr. 10** Pennsylvania Fr. 10. Manuscrito do século XV. Tem 85 fls. Contém dois tratados, sendo o *Castelo perigoso* o primeiro deles.

Segundo grupo, adaptações ou refundições:

- C 1009** Paris, Bibliothèque Nationale, Fonds Français 1009. Manuscrito do século XV. Tem 124 fls. em pergaminho, contendo três tratados, sendo o *Castelo perigoso* o segundo tratado, nos fólhos 34-85.
- I 1882** Paris, Bibliothèque Nationale, Fonds Français 1882. Manuscrito da segunda metade do século XV. Tem 148 fls. em papel, contendo quatro tratados. O *Castelo perigoso* é o primeiro tratado, nos fls. 1-50v.
- Ma 946** Paris, Bibliothèque Mazarine, 946. Manuscrito de fins do século XIV ou princípios do XV. Tem 82 fls. em pergaminho, contendo três tratados. O *Castelo perigoso* é o primeiro, nos fls. 1-53.
- Ph 3640** Phillips, Ms. 3640¹⁵. Manuscrito de princípios do século XV. Tem 180 fls. O *Castelo perigoso* é o primeiro, nos fls. 1-53.

¹⁵ Marie Brisson (1974: 46) informa que na época da sua edição não se sabia o seu paradeiro, uma vez que havia sido vendido.

Convém salientar que, em seus trabalhos, Brisson acrescenta um código alfabético às cotas dos manuscritos. Neste trabalho, utilizam-se apenas as cotas oficiais, exceto quando estão em citações.

Brisson (1974: 71) realizou a edição crítica integral do manuscrito Add. 32623, considerado por ela o mais próximo do original, ao lado do 1162:

Among the sixteen french manuscripts of *Le Chastel Périlleux*, the best two are L and E. Both are complete, written with care and with constant fidelity to the text.

Segundo Martins (1955a: 37), o manuscrito 1881 é já em letra do século XVI, divergindo da informação de Brisson anteriormente apresentada, e o apógrafo 1009, escrito em pergaminho do século XV, pertencia à antiga biblioteca do Duque de la Vallière, posto em leilão no final do século XVIII.

Na primeira vertente – manuscritos pessoais – figura uma dedicatória, anteriormente mencionada, na qual *Frère Robert* promete

à sa chiere cousine, suer et amie en Dieu, Rose (...) Pour ce que je say que vous avez desir de moy veoit souvent ce estre pouvoit si comme jay de vous pour avoir ensemble parlement esperituel et recreation ay je compile et ordonne o laide de Dieu ceste brieve epistre et amonicion (ms. 1162, fl. 1r).

Entretanto *Frère Robert* alargou o objetivo inicial, escrevendo um tratado em capítulos. O próprio autor reconhece este fato e desculpa-se à prima:

trop longuement assez est ma matière estendue outre mentencion e mesperance que ne cuidoiie escrire que une brieve epistre à vostre consolacion (ms. 1162, fl. 95r).

Apesar dessa expansão no objetivo inicial, *Frère Robert* conservou marcas do estilo epistolar, apontadas por Martins (1955a: 38-9) e Brisson (1968a: 258): ... *chiere cousine; ... je dis, chiere cousine; ... or entendez, douce fille; ... pour Dieu, ma chiere cousine; ... très douce amie voyer.*

Le chastel périlleux dirigia-se primeiramente à *Soeur Rose*, mas abarcava também suas companheiras de claustro, estendendo-se às religiosas em geral: *C'est livret (...) ne faites lire que à devotes creatures* (ms. 1162, fl. 1v). Martins (1955a: 39) apresenta, então, certas passagens dessa vertente em que *Frère Robert* emprega,

embora raramente, algumas expressões um tanto indeterminadas, suficientes para limitar um público mas não para designar uma pessoa em particular: *Et pour ce douces puceletes, douces amies, ... doit moult penser la bonne nonnain; ... et doit savoir la bonne nonnain.*

Martins (1955a: 39) ainda esclarece que se deve esse ar íntimo de carta dirigida a uma prima enclausurada à afetividade de algumas passagens, “assim como o final da obra (suprimido na adaptação em português)”.

A segunda vertente – genérica – é uma adaptação da obra original, tendo em vista as limitações da sua finalidade primeira, deixando de ser uma longa epístola espiritual de *Frère Robert* a *Soeur Rose*, para consolação dela e de suas companheiras e transformando-se num tratado destinado a um público mais amplo.

Com esse objetivo, Martins (1955a: 41) afirma que as mudanças de tom e de estrutura foram “pouco profundas”, substituíram-se as expressões particularizantes por outras mais genéricas. Entretanto suprimiram-se totalmente as páginas acerca da virgindade (ms. 1162, fl. 25r-31v).

E o monge cartusiano aponta, logo de entrada, duas espécies de virgindade: uma do corpo, outra da alma. O mais não passa de simples ajustamento dum livro monacal aos leitores laicos (além duma actualização geral na ortografia, menos arcaica que a do ms. 1162).

Martins (1955a: 42-3) compara as duas vertentes francesas do tratado, colocando-as lado a lado:

<i>Le chateau perilleux (original)</i>	<i>Le chastel périlleux (adaptação)</i>
Chiere cousine qui veult edifier, id est, chastel, il convient que ce soit en terre de paix, car ce que on feroit en terre de guerre en l jour seroit abatu en lautre.	Chiers gens, vous devez savoir que qui veult edifier aucun chastel ou aucune forteresse, il le convient edifier en terre de paix car ce que len feroit en terre de guerre en ung iour seroit abatu en lautre.
Et pour ce avant que nous commençons a edifier ce chastel il convient regarder et vous aprendre comment devez vivre en votre cloistre a votre salut et a la paix de toutes.	Et pour ce que nous commensons a edifier ce chastel, il convient regarder et vous aprendre comment et a qui vous devez avoir paix et comment vous devez vivre a votre salut.
Je dis chiere cousine et fille que vous devez avoir paix premiers a Dieu, apres a vos souveraines et a vos prelaz, le tiers a vos compaignes, le quart a vous mesmes. Et se lune de ces paix vous faut, vous ne pavez mesmement edifier chastel qui dure.	Je dy premierement que vous devez avoir paix a Dieu, apres a voz seigneurs, a voz souverains et a voz prelatz; le tiers a voz compaignons et le quart a vous mesmes. Et si lune de ces paix vous fault, ne pavez bonnement edifier chastel ne forteresse qui dure.
Je dis premiers que vous renunciez et laissez touz pechiez de fait et de volente. Apres que vous vous mettiez viguerusement a penitence et bonnes euvres faire; le tiers que vous perseverez en bien jusques a la fin (ms. 1162, fl. 2r).	Vous devez doncques premierement avoir paix a Dieu en trois manieres. Cest premierement que vous lessez touz pechez de fait et de volente. Apres que vous vous mettes vigoreusement a penitence et a bonnes euvres. Le tiers est que vous perseverez jusques a la fin (ms. 1009, fl. 34r-34v).

Na Biblioteca Nacional de Lisboa encontram-se os dois códices alcobacenses conhecidos que compõem a tradição medievo-portuguesa do *Castelo perigoso*, ambos pertencentes à segunda vertente.

O primeiro, ms. 199 (ant. 276), é um códice membranáceo (pergaminho), medindo 285 x 204mm, com duas folhas de guarda soltas, oito fólhos da “Tábua dos Capítulos”, antecedendo ao texto de cento e cinquenta e dois fólhos, contendo de vinte para vinte e três linhas, em letra gótica semicursiva da primeira metade do século XV, tendo as iniciais em vermelho e azul; o fólho 1r apresenta um grande E filigranado com o desenho de um castelo. As tintas utilizadas na “Tábua dos Capítulos” são as mesmas usadas para as capitais: vermelho e preto esmaecido. O códice compõe-se de vinte cadernos com a ligadura em cordão contendo sempre oito fólhos. O primeiro contém a “Tábua dos Capítulos”.

O segundo é o ms. 214 (ant. 275). Em papel de 292 x 207mm, com cem folhas, contendo um número variável de linhas, em letra cursiva de, ao que tudo indica, cinco mãos, dos fins do século XV ou início do XVI. Apresenta quatro folhas de guarda iniciais e duas finais. Na terceira folha de guarda inicial consta: *composto e escrito por Fr. Fructuozo, Monge Alcobacense, natural de S. Pedro do Sul, que acabou de escrever na Páscoa de 1362*. Tal informação está riscada com um traço até a palavra Sul e escreveu-se em cima, à direita – *Vitorio ... séc. XVIII*. O papel do texto apresenta em algumas folhas a marca d’água nº 11410: uma mão de cinco dedos com uma flor de cinco pétalas na vertical do dedo médio. Segundo Briquet (1923), esse papel é da segunda metade do século XV. Na folha de guarda inicial, há a informação a lápis e em caligrafia moderna de que se trata de uma mão com a estrela. Esta informação confirma a datação anteriormente mencionada. A folha 1r apresenta desenhos e rabiscos, aparecendo tanto em tinta preta quanto a lápis, posteriores ao texto.

Silva Neto (1956: 81) afirma que há no ms. 199, fólho 152v (este fólho atualmente está solto), uma nota do século XVIII:

que pretende ter sido este livro composto e escrito por Fr. Frutuoso, monge de Alcobaça. O sumário do cód., escrito numa fl. preliminar de papel e no mesmo século, faz idêntica afirmativa. Barbosa, III: 792, atribui-o a um Fr. Victório de Braga e, no tom. I: 559, menciona uma obra intitulada *Castelo Espiritual*, por Fr. Carlos de Lisboa, que se achava manuscrita na Biblioteca de Alcobaça e que certamente é esta de que aqui se trata.

Apesar dos dados apresentados, Silva Neto (1956: 81), Martins (1955a: 35; 1955b: 291, e 1956: 159), Brisson (1968a) afirmam tratar-se de uma versão em português da obra de *Frère Robert*. O testemunho de Frei Furtunato de S. Boaventura, citado por Martins (1956: 159), esclarece:

Cod. 175¹⁶ et 276. Duo ejusdem operis exemplaria, quod inscribitur – *Castrum Periculosum* – et in *Bibl. Lusitana* Frei Victorio Bracharensi adjudicatur, atque anno 1362 finitum dicitur, continet. Gallici operis a quodam Carthusiano Monacho, sub titulo *Chateau Périlleux* conscripti, qui in Biblioth. Reg.

¹⁶ Em Mário Martins (1956: 159) figura a citação com os números 175 et 276; abaixo, na mesma página, em nota de rodapé, (2) aparece: “Cf. também cód. alc. CCLXXV/214”. Serafim da Silva Neto (1956: 80) confirma a numeração CCLXXV para o códice 214. Na folha de rosto do manuscrito tal informação também é confirmada.

Parisiensi N. 7034, et num. 7384 adservatur, mera translatio est, era 1406 seu anno 1368, ex Codice Gallico ipso fatente Alcobacenci Monacho, translata¹⁷.

No que tange à tradição portuguesa do *Castelo Perigoso*, Martins (1956: 159-60) é mais esclarecedor que Silva Neto (1956: 81), chegando o primeiro a afirmar que “o autor da *Biblioteca Lusitana* enganou-se, dando a Frei Carlos de Lisboa uma glória que não lhe pertence”.

No ms. 199 (150v) e na margem inferior do primeiro fólio da “Tábua dos Capítulos”, figura a informação de que a obra foi finalizada à noite de Páscoa Florida, era 1406. Trata-se do ano de 1368. Martins (1956: 160) afirma que a data não se refere àquela cópia (primeira metade do século XV). Leite de Vasconcelos (1922: 47) acredita corresponder à coordenação da obra. Magne (1942: 184) esclarece que o tipo da letra é posterior à data, Silva Neto (1956: 81) concorda com Magne.

A confusão entre 1400 e 1406 no fólio 1r do ms. 199 e em Barbosa Machado é corroborada pela imprecisão quanto à noção de “autoria”. Martins e Brisson discutem a questão da autoria e referem-se à composição da obra por *Frère Robert* como de 1368: a data da rubrica seria então confiável. Quando o autor do texto incluído na segunda folha preliminar em papel (do século XVIII) fornece o nome de Frei Frutuoso, refere-se, ao que tudo indica, ao copista, tradutor ou refundidor, responsável pelo texto em português. Assim sendo, 1362 [1368] não seria uma data fidedigna. Barbosa Machado, ao citar Frei Vitório de Braga ou Frei Carlos de Lisboa, está, provavelmente, referindo-se à mesma pessoa (copista, tradutor ou refundidor português) e, como afirma Martins (1956: 159-60), deve estar enganado quanto à sua identidade.

A tradução portuguesa apresenta uma refundição diferente da adaptação francesa (ms. 1009). Martins (1955b: 291-2) observa que em ambas falta o prólogo de *Frère Robert a sa cousine, suer et amie en Dieu, Rose* (ms. 1162, fl. 1r). A obra inicia-se pelo corpo do livro na versão medieval-portuguesa. Martins (1955b: 292) aventa que

parece-nos que esta refundição da obra primitiva de Frei Roberto foi levada a cabo ainda em língua francesa. Nos códices alcobacenses atrás citados, tudo nos fala de simples versão, sem mais nada (tanto no tratado *Castelo Perigoso* como nos restantes). E o tradutor, ao suprimir, num deles, as *Horas da Cruz*, apressa-se em dizê-lo claramente (...). Ora, se fosse ele que tivesse executado tão profundas modificações no original de Frei Roberto, naturalmente também nos avisaria disso.

Entretanto o próprio Martins (1955b: 292) não descarta a possibilidade “duma adaptação feita já em Portugal”. O problema estabelece-se pela falta de um apógrafo francês ou português do qual se originou a tradição portuguesa. Convém observar

¹⁷ “Códices 175 e 276. Dois exemplares da mesma obra que se intitula *Castelo Perigoso* e na *Biblioteca Lusitana* se atribui a Frei Victório de Braga e se diz concluído no ano de 1362. É mera cópia da obra galesa, listada por um certo monge cartuxo, sob o título *Chateau Prilleux* que, na Biblioteca Real de Paris, é guardada sob os números 7034 e 7384, dos anos 1406 ou 1368, cópia do códice gaulês, feita pelo próprio declarante, monge de Alcobaça”.

que Martins apenas menciona em seus trabalhos os oito apógrafos franceses pertencentes à Biblioteca Nacional de Paris, desprezando, ou mais provavelmente desconhecendo, os seis apógrafos franceses restantes.

Além das diferenças já apontadas entre os mss. 1009 e 199, vale ressaltar que eles apresentam como ponto de contato a utilização de formas mais genéricas que as usadas pela primeira vertente. Essas pequenas variantes foram impostas pela mudança de público, “que deixou de ser uma freira ou um convento para se alargar ao povo cristão” (Martins, 1955b: 292).

Outra variação apresentada entre o original de *Frère Robert* e a adaptação medieval-portuguesa é quanto ao número e título dos capítulos que nem sempre coincidem entre si. Tal fato deve-se, conforme mencionou-se anteriormente, à supressão do prólogo e das páginas referentes à virgindade (ms. 1162, fl. 1r e 25r-31v); como também a resumos como o que ocorre com o conteúdo dos fólhos 91r-91v (ms. 1162), que correspondem na versão alcobacense ao fólio 51r (ms. 199), e a ampliações como a que apresenta todo o capítulo 65 e parte do 66, “numa proporção aproximada de cinco páginas portuguesas para três francesas” (Martins, 1955b: 295).

Somam-se a essas diferenças as “modificações substanciais e profundas de estrutura”, apontadas por Martins (1955b: 295), entre o original de *Frère Robert* e a versão portuguesa. O exemplo escolhido pelo autor situa-se nos fólhos 93r-94r (ms. 1162), quando trata das duas espécies de temor de Deus: o servil e o filial. A versão alcobacense apresenta um conteúdo doutrinal diverso nessa passagem. As duas espécies de temor são ampliadas para sete, as citações são diferentes, menos retóricas, mais extensas e foi suprimida a súplica a *Soeur Rose* (ms. 199, fl. 52v-55r).

Contudo a versão medieval-portuguesa do *Castelo perigoso* representa um arranjo da obra original de *Frère Robert*. Em geral não se afasta das linhas do monge cartuxo; ampliando-se o público, deixa de figurar a “querida prima”, bem como desaparecem o claustro e as freiras; o estilo fica mais seco e indeterminado, “perdendo o sabor duma linguagem íntima e direta” (Martins, 1955b: 292). Porém nem sempre isso acontece, como pode ser observado na comparação realizada por Martins (1955b: 292-3):

Martins (1955a e 1955b) compara o ms. 199 com os mss. 1162 e 1009; o do meio, segundo Brisson (1968a: 257-8), é um dos melhores e dos mais antigos, chegando às conclusões anteriormente apontadas. Brisson, então, complementa o trabalho de Martins, comparando o manuscrito português (199) aos apógrafos franceses do segundo grupo. Conclui que os mss. 1009 e 946 não inspiraram o tradutor português, porque permanecem muito perto dos manuscritos pessoais e completos, as citações bíblicas são as mesmas e nada é acrescentado. No ms. 946, são encontrados títulos pessoais de endereçamento, como: *Pour Dieu je vous pry, ma tres douce cousine...* (56r). A partir do fólio 66v, ele retorna às formas genéricas (*Douces creaturas*) ou simplesmente omite essas interpelações. Esse tipo de erro não existe no manuscrito alcobacense.

<i>Le chateau perilleux</i>	<i>Castelo perigoso</i>
Et pour Dieu, douces puceletes, douces amies, qui per aventure estes honteuses prenez a garde et ne perdez mie vos belles ames et vo[s] biau corps pour un pou de honte, quar saichez que la honte que on a de soy confesser est grant partie de la grant penit	Hee por Deus, mancebas virgeens e doces amigas, que per natureza sooes vergonhosas. E vos todos seculares e rreliogiosos per aquy vos guarda e nom percaaes vossas fermossas almas e vossos boons corpos por hua pequena vergonha que o enpacho que homem filh
He Dieu, comme est grant meschief que ces II creatures qui tant menerent aspre vie perdirent tout pour le petit de honte qui tant avoient fait de bonnes euvres quelles pensoient estres saintes en paradis, se elles eussent este bien confesses de leurs pach	Aa Deus Quanto he grande mall que estas duas creaturas que tam aspera vida faziam perderom todo per vergonha, aquelas que tantas boas obras fezerom, por que mereciom seer santas em paraiso, se forom bem confesadas.
Et ne tenez notre seigneur a dur se par en tel peche mortel il lesse perdre une personne et dampner (ms.1162, fl. 4v).	E nom tenhaes Deus por aspero, se per huum tal peccado mortall leixe perder e danar hua pessoa (ms.199, fl. 3v).

Brisson (1968a), então, compara o ms. 199 ao apógrafo francês ms. 1882. Acrescenta que dos quatorze manuscritos franceses só esse apresenta uma série de variações curiosas e inesperadas, oferece, às vezes, adições e divergências que são próprias dele, relata a *Passion de Notre Seigneur avec des détails quelque peu fantaisiste et introuvables même dans les Apocryphes*. O copista teve o ensejo de versificar qualquer passagem como, por exemplo, a do fólio 18v-19v – *Miracle de Notre Dame*. Seu prólogo não recorda em nada o de *Frère Robert*, é uma glosa em prosa rimada sobre o conteúdo da compilação.

Chasteaul Périlleux suis appelet
D'un maistre de l'Ordre Chartreuse,
De pluseurs livres compilez,
Et fait pour une Dieu espouse.

.....
Après le chasteaul trouverès
Se lire voulés plus avant
Des paines d'enfer grant
.....
Des grandes joyes de paradis,
.....
(ms.1882, fl. 1r).

Apesar do apontado anteriormente, o copista do ms. 1882, em certas passagens, reproduz fielmente os mss. Add. 32623, 445, 1033, 1162 ou 10F10; as

liberdades tomadas com o texto e as excessivas variantes fantasiosas separam esse manuscrito das outras cópias francesas e obrigam a examiná-lo na edição de *Le chasteul périlleux*. O ms. 1882 oferece uma variante importante e comum ao ms. 199, *les sept especes de crainte*, uma vez que os outros apógrafos franceses apresentam duas.

Tal fato levou Brisson (1968a) a realizar uma comparação mais completa e abrangente entre os dois textos: de um lado, a versão portuguesa em letra gótica semicursiva da primeira metade do século XV; de outro lado, o ms. 1882, “o mais penoso para explicar”, escrito em cursiva idiossincrática da segunda metade do século XVI. Seguem-se alguns exemplos das variações peculiares a esses manuscritos (leitura de Brisson, 1968a: 260):

<i>Ms. 1882</i>	<i>Ms. 199</i>
11v ... si comme dist le proverbe: Qui de tout se taist, de tout a paix.	24r ...assy como dis o proverbio: quem se todo se caiba, de todo ha paz.
13r Et quant il [J.C.] les y voit et trouve, il l'ame lealment et ce elle perseveres jusques a le fim en soi(t) bien garder et en son doulx espoux loyaulté porter, pour ce il la couronnera haultement en joye pardurable, de ceste joye nos meime le Pere. I.	26v Em quem as acha ama lealment e se ella persevera ataa fim em lhe guardar lealmente elle ecoroara alcam em allegria pardueauill aqual nos leve o padre e filhio e espiritu santo. Amem.
26r Après ce doulx sire au VIII jours de sa narrative commença son(t) precieux sanc a espendre pour nous quant il fut circoncis et pour sa persecution de Herode l'en convient pourter par muit ainsy comme malfaiteur en estrange país.	41r Este gracioso senhor ao oytavo dia de ssua nacenta começou esparger ostu precioso sangue por nos quando foy circuncysado, pella persuiçon d'Erodes conveo seer trazido de noite assi como mall feitor nor estranha terra.
28v Quant Pilate ot ouy ce cy l'envoya a Herode...	43r Quando Pillato ouiuo esto enuiuou a Erodes...
Ils respondirent: ceslui crucifie mais Barrabam delivre.	...elles rresponderon: este crucifica e leixa Barrabas livre.
28v A heure de tierce sist Pilate en jugement...	43r Aa ora de terça se asseentou Pilato en juizo...
29r ... Adonc fut la sainte taverne de son precieux corps attorer a quatre broches qui habondemment coururent pour les devos cuers enyvrer d'amour.	43v Entons a santa taverna do seu precioso corpo foy abrita a quatro tornos que avondaisament lançaron sangue por embeveder os devotos coraçoes d'amor.
30r Quant l'eure de nonne aproucha si dist Notre Seigneur: j'ay soit, dont saint Bernard dist...	44v Quando a hora da noa se chegou se disse nosso senhor: eu hei sede. Isto diz sain ¹⁸ Bernardo...

¹⁸ O vocábulo figura dessa forma em Brisson, 1968a.

O paralelo é convincente, não se pode negar uma afinidade de origem entre os dois textos. Entretanto o ms. 199 é menos completo que o ms. 1882, conforme pode ser observado nos exemplos abaixo (leitura de Brisson 1968a: 262):

Ms. 1882	Ms. 199
28r Le fist Pilate... et desrompre de scorgies noees...	falta
29r A heure de midi... Et luy perserent de grans clous ses glorieuses mains et piès. Et comme dient aulcunes escriptures, tellement luy tirent les bras est estendre(nt) que il s'en faloit ung piet que les trous qui estoient fais en la croix pour fichier ses precieuse(s) mains...	falta
44r Comment garder les festes... perdre le temps... aux tables, aux dès ou en lisans romans de batailes...	falta

O manuscrito francês 1882 provém do *Hôpital de Breauve*, duas notas sem data revelam o nome dos possuidores:

Ce livre est a seur Otheline Heliote native d'Ostun. Qui le treuvere ou empruntera si lui rende pour amour de Dieu ou es autres seurs du grant hostel Dieu de Beaune, car on n'a riens en l'autrui; il fault rendre ou la mort d'enfer atendre (ms. 1882, fl. 76v).

Le seur Anne Arthus prie a tous ceulz (quilz) [qui] ce present trouveront leur plaise me le rendre en payant ce qui est de necessité (ms. 1882, fl. 147).

Brisson (1968a: 262) informa que a encadernação rigorosa e a escrita grosseira impedem de identificar as duas filigranas de *Le chastel périlleux* (ms. 1882), não sendo possível datá-lo senão como do fim da segunda metade do século XV.

A versão portuguesa provém da Abadia Cisterciense de Alcobaça. Ora, o manuscrito da *Bibliothèque Municipale de Troyes* (ms. 1877) é originário de Claraval (*Clairvaux*), mas esse último não apresenta nenhum dos detalhes diferentes contidos no ms. 199. Leclercq (1950: 131-9) não o menciona no seu artigo sobre os manuscritos cistercienses de Portugal. Anselmo (1926: 51-2) não dá a procedência.

A permuta de manuscritos entre cartuxos e cistercienses, que começou com as relações de São Bernardo com Guígues, quinto Prior Geral da Grande Cartuxa, continuou além do século XII e prova que as duas Ordens comungavam uma mesma aspiração, estimulavam-se e veneravam-se mutuamente, estimulavam-se e sustentavam-se, comunicando seus escritos espirituais.

Os códices alcobacenses 199 e 214 apresentam sete tratados, conhecidos genericamente como *Castelo perigoso*:

- 1 *Castelo perigoso* (caps. 1-66);
- 2 *Dos benefícios de Deus* (caps. 67-82);
- 3 *Do livro da consciência e do conhecimento próprio* (caps. 83-106);

4 *Da amizade e das qualidades do amigo* (caps. 107-114);

5 *Das penas do Inferno* (caps. 115-139);

6 *Das alegrias do Paraíso* (caps. 140-174);

7 *Livro dos três caminhos e dos sete sinais do amor embebedado* (caps. 175-199).

Martins (1956: 160) lança a hipótese de a numeração seqüencial dos capítulos poder ter causado a alguns pesquisadores a impressão de ser um único tratado. Porém

O Castelo perigoso não passa do primeiro tratado e, após ele, temos ainda seis, todos bem autônomos e com personalidade própria (excepto, talvez, o segundo).

A autoria dos sete tratados é outro ponto acerca do qual Martins (1956: 161) tece comentários. Afirma que os três primeiros pertencem a *Frère Robert*. Quanto aos demais,

embora uma certa dúvida pare, indecisa, sobre o seu autor, podemos contar com uma sólida probabilidade a favor da tese afirmativa. Mas uma probabilidade que marcha a razoável distância da certeza, embora dela tente aproximar-se!

Brisson (1968a: 263) acrescenta que, examinando mais detalhadamente o segundo tratado – *Dos benefícios de Deus* (ms. 199, c. 67-82) –, nota-se que os capítulos 69-81 reproduzem o tratado *Des douze fruits du sacrement de l'autel*, o qual figura nos mss. 1882, 5121 e 1879. Todos os apógrafos citados pertencem ao primeiro grupo, ou seja, à vertente original de *Frère Robert*. A autora anteriormente citada considera esse segundo tratado do códice alcobacense como um apêndice do *Castelo perigoso* e da mão do próprio *Frère Robert*.

Martins (1956: 167), nesse sentido, evoca o próprio texto do segundo tratado para fortificar a posição:

E por isto ainda que primeiro ja os tenha tocado escreverei a aqui os dozes fruytos que este sacramento faz a quem o dinamente rrecebe (ms. 199, c. 69).

Em *Le chastel périlleux* (ms. 1879, fl. 45v-46r), *Frère Robert* enumera sete frutos do Sacramento da Eucaristia e termina assim:

Et pour ce communiez vous souvent, si comme li Saint Esperilz vous enseigner, car tous les prouffiz desseis diz et moult d'autres y sont...

Se o mesmo escriba copiou os dois primeiros tratados em português, esses mesmos tratados são também da mesma mão nos mss. 1882, 5121 e 1879. Entretanto este último apógrafo revela o nome do autor ao fim do tratado dos *Douze Prouffiz que la devote ame reçoit: ... priez por cestui qui ce fist. Ce fu maistre Guymbart de Laon* (ms. 1879, fl. 161v).

Brisson (1968a: 264) conclui que *Frère Robert* não é, pelo exposto anteriormente, o autor desse tratado. Contudo Mestre *Guymbart de Laon* não foi encontrado pela autora nem na *Histoire littéraire de la France*, nem nos repertórios de Ulysses Chevalier.

Todavia os dois tratados dos mss. 1882 e 199 se correspondem. Na sua forma atual, o primeiro é composto de dois volumes, as folhas em branco 98 e 99

são duas páginas de guarda que separam as duas partes de duas mãos diferentes. A primeira parte, após o catálogo, compreende quatro tratados:

- 1 *Le Chastel périlleux* (1r-50v);
- 2 *Les Douze fruits du Sacrement d'Eucharistie* (50v-55v);
- 3 *Le chemin de salut* (55r-72r);
- 4 *Le traictier des joyes du Paradis* (72v-97v).

O ms. 1882 é bastante difícil de se referenciar no texto, uma vez que se apresenta sem transição nem introdução e sem título de capítulo, enquanto que no ms. 199 os capítulos são numerados e os títulos de todos os capítulos são dados cuidadosamente. Se alguém percorrer os fólhos 56r-97v do ms. 1882, será surpreendido ao encontrar os tratados três a sete do ms. 199. Brisson conclui que esses dois manuscritos não se reportam diretamente a nenhum dos outros apógrafos franceses, constituindo, então, uma família à parte:

leurs liens de parenté sont plus profonds que ceux énumérés plus haut à propos du *Castel périlleux*, puisque leur sept premiers traités coïncident, quoique ne figurant pas comme tels dans les catalogues respectifs (Brisson, 1968a: 265).

O ms. 1882 é mais completo que o ms. 199, poderia ser a origem da versão portuguesa, se a escritura não fosse simplesmente posterior, da segunda metade, ou mesmo do fim, do século XV. Há, portanto, um manuscrito desaparecido entre a obra original de *Frère Robert* e os manuscritos 1882 e 199.

Ao fim do *Castelo perigoso*, lê-se: "E foy acabado a noite da Páscoa florida era 1406" (ms. 199, fl. 150v). Conforme esclareceu-se anteriormente, essa data (da Era Hispânica) corresponde a 1368 da Era Cristã; deve ser, provavelmente, do apógrafo que serviu para a tradução portuguesa. Essa seria, então, a noite de Domingo de Ramos, 02 de abril de 1368.

3 Conclusão

Conforme pôde ser observado neste artigo, a questão da autoria de *Le chastel périlleux* está ainda distante de uma solução definitiva, sendo os estudos realizados até o momento ponto de partida para hipóteses. Entre estas a mais provável é a apontada por Brisson (1966) a favor de Robert de Saint Martin como possível autor das epístolas que deram origem ao tratado ascético-místico. O mesmo acontece quanto às obras que podem ser atribuídas a *Frère Robert* e às possíveis fontes por ele utilizadas, são hipóteses que necessitam de um trabalho mais aprofundado para comprová-las ou não.

No que tange ao texto português, ficou claro que se trata de uma tradução de um apógrafo francês ainda desconhecido pertencente ao grupo das adaptações, o qual, ao que tudo indica, também deve ter dado origem ao ms. 1882.

Referências bibliográficas

- BRIQUET, C. M. (1923) *Les filigranes* – dictionnaire historique des marques du papier. 2.ed. Leipzig: Verlag von Karl W. Hiersemann.
- BRISSEON, Marie. (1966) *Frère Robert, chartreux du XIV^e siècle. Romania*, 87. Paris: Société des amis de la Roumanie. p. 543-50.
- BRISSEON, Marie. (1967) The influence of Frère Laurent's *La Somme le Roi* on Frère Robert's *Le Chastel Périlleux*. *Medium Aevum*, 36. p. 135-40.
- BRISSEON, Marie. (1968a) *Castelo Perigoso, version portugaise du Chastel Périlleux. Romania*, 89. Paris: Société des amis de la Roumanie. p. 256-66.
- BRISSEON, Marie. (1968b) Un dictié de la glorieuse Nativité de Jhesu Crist: inédit, dans un manuscrit du Chastel Périlleux. *Le moyen Age*, 3-4. Bruxelles. p. 541-9.
- BRISSEON, Marie. (1974) A Critical Edition and study of Frère Robert (chartreux) – *Le Chastel Périlleux*. In: HOGG, James (editor). *Analecta Cartusiana*, 19-20. Salzbourg. Institut für englische Sprache und Literatur.
- DEVAUX, Augustin. (1987) Robert, chartreux de Bourfontaine. *Dictionnaire de Spiritualité Ascétique et Mystique* (DSAM), 13. Col. 702-4.
- HENDRIX, G. (1983) Le De Doctrina Cordis, source directe du Chastel périlleux. *Recherches de Théologie Ancienne et Médiévale* (RTAM), 50. p. 252-66.
- LA SOMME LE ROI. London, B. M. Add. 28162.
- LE MIROIR DE L'ÂME. Paris, B. N. fr. 562, 1001.
- LE TRÉSOR DE L'ÂME. Corbeil. Bibl. Mun. 2 (104).
- LEITE DE VASCONCELOS, José. (1922) Do "Castelo perigoso". *Textos arcaicos*. 3.ed. Lisboa: A. M. Teixeira.
- MAGNE, Augusto. (1942) Castelo perigoso. *Revista Filológica*. Rio de Janeiro, n. 4.
- MAGNE, Augusto. (1942) Castelo perigoso. *Revista Filológica*. Rio de Janeiro, n. 5.
- MAGNE, Augusto. (1945) Castelo perigoso. *Verbum* – Revista da Universidade Católica. Rio de Janeiro, n. 2.
- MAGNE, Augusto. (1946) Castelo perigoso. *Verbum* – Revista da Universidade Católica. Rio de Janeiro, n. 3.
- MARTINS, Mário. (1955a) O "Castelo Perigoso", na sua forma original e numa adaptação francesa. *Brotéria*. Lisboa, n. 60.
- MARTINS, Mário. (1955b) O "Castelo Perigoso" em português e no original de Frei Roberto. *Brotéria*. Lisboa, n. 60.
- MARTINS, Mário. (1956) Os sete tratados cartusianos do cód. CCLXXVI / 199, de Alcobaça. *Estudos de literatura medieval*. Braga: Cruz.
- PATROLOGIAE LATINAE. (1844-64) *Cursus completus*. Edição de Migne. Paris.
- ROBERT, Frère. [14—] Castelo Perigoso. In: CÓDICE ALC. 199. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- ROBERT, Frère. [14—?] Castelo Perigoso. In: CÓDICE ALC. 214. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- SANTANA NETO, João Antonio de. (1997). *Dois leituras do tratado ascético-místico Castelo perigoso*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo.
- SILVA NETO, Serafim da. (1956) *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa.
- WILMART, A. (1932) *Auteurs spirituels et textes devots du Moyen Age Latin*. Paris, s.n.

Memória cultural e construção do cânone literário brasileiro¹

Luiz Roberto Cairo

Universidade Estadual Paulista/CNPq

A poesia brasileira não é uma indígena civilizada; é uma Grega vestida à francesa e à portuguesa, e climatizada no Brasil; (...) Enfeitiçados por esse nume sedutor, por essa bela estrangeira, os poetas brasileiros se deixaram levar por seus cânticos, e olvidaram as simples imagens que uma natureza virgem com tanta profusão lhes oferecia.

(MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de, 1836. Discurso sobre a História da Literatura do Brasil. *Niterói, Revista Brasiliense*. Paris)

Resumo

Na primeira metade do século XIX, os críticos brasileiros criaram o cânone da história da literatura brasileira, influenciados pelas idéias da crítica romântica européia que contribuíram para a construção da identidade nacional desta literatura. Este cânone permanece vivo, apesar das diferentes leituras e releituras, às vezes, a ele opostas, que os críticos contemporâneos vêm propondo. Isto se explica pelo fato de que, em se tratando de cânone literário, cada período busca redefini-lo em função da tradição que melhor se adequa ao horizonte de perspectivas de quem, no presente, o seleciona. Este texto trata de três possibilidades de interpretação advindas do discurso dos críticos realistas brasileiros que permanecem na memória da crítica contemporânea.

Abstract

During the nineteenth century, the canon of Brazilian Literary History was created by Brazilian Romantic critics based on the European colonizers' Romantic ideas which have contributed to the building of Brazilian national identity. This canon is still alive, even though nowadays Brazilian critics read it in a different way, because each period must define itself looking for the most suitable tradition to explain its present. This paper aims at pointing out these three different interpretations found in the speeches of the realist critics which stay in the memory of contemporary Brazilian criticism.

¹ Texto apresentado, inicialmente, no Rio de Janeiro, numa mesa-redonda do Colóquio Internacional Cultura Nacional, Teoria Internacional: A contextualização dos discursos sobre a literatura, realizado na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 9 a 11 de junho de 1999.

Na primeira metade do século XIX, os críticos brasileiros criaram o cânone da história da literatura brasileira, influenciados pelas idéias da crítica romântica européia que contribuíram para a construção da identidade nacional desta literatura.

Este cânone permanece vivo, apesar das diferentes leituras e releituras, às vezes, a ele opostas, que os críticos contemporâneos vêm propondo. Isto se explica pelo fato de que, em se tratando de cânone literário, cada período busca redefini-lo em função da tradição que melhor se adequa ao horizonte de perspectivas de quem, no presente, o seleciona.

Num momento em que os estudiosos de Literatura Comparada cada vez mais centram seu interesse na questão dos empréstimos culturais, enfatizando principalmente a diferença entre colonizador e colonizado, João Alexandre Barbosa, um dos mais importantes críticos brasileiros contemporâneos, publica *A Biblioteca Imaginária* (BARBOSA, 1996: 13-58), ensaio fundamental para a discussão sempre oportuna da formação do cânone da história da literatura brasileira.

Neste ensaio, ele vai justamente marcar como uma das peculiaridades do caso brasileiro o fato de que:

(...) a formação do cânone literário seguiu, de bem perto, o próprio desenvolvimento de nossas relações de dependência e de autonomia com vistas às fontes metropolitanas. (1996: 23)

Ou seja, na formação do cânone da História da Literatura Brasileira,

(...) contribuíram sobretudo os esforços no sentido de estabelecer um corpus de autores e obras identificados como brasileiros e diferenciados das origens européias, em que se destacavam, como não podia deixar de ser, as portuguesas. (1996: 23)

Ao contrário, portanto, das literaturas européias e norte-americana em que:

(...) a fixação de cânones literários resultou assim do aparecimento de grandes ensaios de interpretação da herança cultural do Ocidente, quase sempre movidos por um forte apelo classicizante, dando como resultado uma rígida hierarquização de gêneros, raças e modelos culturais, que somente será abalada pelos movimentos multiculturais de anos recentes (...) (1996: 23).

As considerações de João Alexandre Barbosa me levam a dizer que os críticos brasileiros fundadores do cânone se anteciparam à crítica contemporânea, ao inventarem um paradigma para a História da Literatura Brasileira centrado muito mais na diferença do que na semelhança em relação à tradição clássica do colonizador. Talvez esta seja a causa da permanência deste cânone, que acabou cunhando como clássica uma tradição identificada pela construção da diferença, ou seja, pela marca da nacionalidade, ao invés de se pautar nos princípios esteticizantes da tradição literária clássica do Ocidente.

Na verdade, isto foi possível graças à relação tensa que, desde o início da colonização, se estabeleceu no Brasil entre colonos e reinóis, de certa forma representada em vários textos literários como, por exemplo, em alguns poemas de Gregório de Matos, verdadeiras crônicas de costumes da sociedade baiana dos tempos coloniais.

O poema satírico de Gregório de Matos intitulado *Descreve o que era realmente naquele tempo a cidade da Bahia* ilustra bem o que estou afirmando:

A cada canto um grande conselheiro,
Que nos quer governar a cabana, e vinha,
Não sabem governar sua cozinha,
E podem governar o mundo inteiro.

Em cada porta um freqüentado olheiro,
Que a vida do vizinho, e da vizinha
Pesquisa, escuta, espreita, e esquadrinha,
Para levar à Praça, e ao Terreiro.

Muitos mulatos desavergonhados,
Trazidos pelos pés os homens nobres,
Posta nas palmas toda a picardia.

Estupendas usuras nos mercados,
Todos, os que não furtam, muito pobres,
E eis aqui a cidade da Bahia.

(BARBOSA, 1997: 24-25)

No século XIX, após as lutas da independência, esta tensão se agravou e se tornou o centro das discussões dos nossos escritores, no empenho de construir a nacionalidade da literatura brasileira.

A variedade de interpretações possíveis sobre o momento de fundação da literatura brasileira propriamente dita é fruto desta tensão.

Com o surgimento do Brasil Nação, pressionados pelos escritores da antiga metrópole, que não admitiam a existência de uma literatura brasileira, pelo fato dos textos aqui produzidos não expressarem de maneira explícita a brasilidade e serem escritos em língua portuguesa, considerada propriedade deles, os escritores brasileiros tiveram que, de alguma forma, idealizar um modelo que viesse a marcar a sua nacionalidade.

Isto se tornou viável através das idéias românticas de Augusto Frederico Schlegel e Madame de Staël, advindas principalmente dos conselhos que o francês Ferdinand Denis e o português Almeida Garrett deram aos jovens brasileiros Domingos José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre e Francisco de Sales Torres-Homem que, estando em Paris, por volta de 1836, criaram a *Niterói-Revista Brasiliense*, considerada o marco inicial das discussões em torno da nacionalidade da literatura brasileira.

As idéias românticas européias favoreceram a difusão do sentimento nacional e, conseqüentemente, a criação do conceito de literatura nacional como expressão maior da evolução espiritual de uma nação, vindo ao encontro dos interesses prioritários dos jovens brasileiros, que passaram então a identificar o modelo da literatura clássica com o Brasil Colônia e buscar na nova proposta romântica outros modelos que pudessem sinalizar para a nação que surgia.

No discurso dos críticos românticos, começam a se esboçar as idéias que, além de fundamentarem as interpretações dos futuros críticos realistas, aqueles que efetivamente inventaram a História da Literatura Brasileira, irão permanecer como centro das discussões de uma eventual teoria da literatura brasileira.

A História da Literatura Brasileira veio construindo-se, portanto, através das tentativas dos críticos românticos, que, inicialmente, buscaram coletar um *corpus* que justificasse a própria existência de uma literatura que se pudesse chamar de brasileira. Nesta fase, marcada por um critério meramente quantitativo, estes críticos, conforme Antonio Candido (CANDIDO, 1971, 2: 349), empenharam-se tanto em escrever os “bosquejos”, panoramas gerais, onde se traçava rapidamente o passado literário, quanto em organizar os “florilégios” ou “parnasos”, antologias dos poucos textos disponíveis. Somente a partir daí, puderam concentrar-se isoladamente nos autores, antes referidos ligeiramente nos “bosquejos”, produzindo então as biografias literárias, que, reunidas, formaram as “galerias” e os “panteões”.

Além desta tarefa árdua, os críticos românticos tomaram a si a preparação de edições e reedições dos textos já coletados, seguidos de notas biográficas e explicativas.

Estas etapas foram da maior importância para o processo de construção da História da Literatura Brasileira propriamente dita, conforme se depreende do texto de Antonio Candido:

Na primeira etapa, são os esboços de Magalhães, Norberto, Pereira da Silva; as antologias de Januário, Pereira da Silva, Norberto-Adet, Varnhagen. Na segunda etapa, as biografias em série ou isoladas, de Pereira da Silva, Antonio Joaquim de Melo, Antonio Henriques Leal, Norberto; são as edições de Varnhagen, Norberto, Fernandes Pinheiro, Henriques Leal etc. Na terceira, os “cursos” de Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis, os fragmentos da história que Norberto não chegou a escrever. (1971, 2: 349)

Ao lado desse trabalho dos críticos românticos brasileiros, não se podem esquecer os textos dos historiadores e críticos estrangeiros do Romantismo que

escreveram sobre o Brasil. Neste sentido, vale ressaltar a importância do livro do crítico e historiador gaúcho Guilhermino César (CÉSAR, 1978), que seleciona os textos mais significativos de Friedrich Bouterwek, Sismonde de Sismondi, Ferdinand Denis, Almeida Garrett, C. Schlichthorst, José da Gama e Castro, Alexandre Herculano e Ferdinand Wolf.

No entanto, para o estabelecimento do cânone, foi essencial o trabalho de compilação empreendido pelos escritores e críticos que escreveram os “florilégios” e “parnasos”. As antologias foram, efetivamente, responsáveis pela recuperação do acervo literário disperso ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX.

Analisando as antologias, Maria Eunice Moreira, num importante trabalho intitulado *Nacionalismo literário e crítica romântica*, chamou a atenção para seus objetivos variados: “divulgar a produção poética, preservar obras, reabilitar textos mais antigos, fornecer dados sobre autores, estimular as novas gerações”. (MOREIRA, 1991: 93)

O *Parnaso Brasileiro* ou *coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas, como já impressas* (BARBOSA, 1829), do Cônego Januário da Cunha Barbosa, datado de 1829, segue o modelo do *Parnaso Lusitano* ou *poesias seletas dos autores portugueses antigos e modernos, ilustrado com notas. Precedido de uma história da língua e poesia portuguesa* (GARRETT, 1826), de Almeida Garrett, publicado em 1826. O *Parnaso Brasileiro* tinha por finalidade “tornar ainda mais conhecido do mundo literário o Gênio daqueles brasileiros, que, ou podem servir de modelos, ou de estímulo à nossa briosa mocidade, que já começa a trilhar a estrada das Belas Letras, quase abandonada nos últimos vinte anos dos nossos acontecimentos políticos”. (1829, 1: 3)

Além disso, buscou reunir numa só coleção as poesias estimáveis dos autores do Brasil e concentrar o maior número possível de dados relativos a todos os poetas do Brasil, desconhecidos ou não.

Vale ressaltar que, dada a abrangência da tarefa, o autor solicitou aos eventuais leitores que colaborassem com ele, encaminhando-lhe informações com *porte pago* para sua residência, “onde se dará recibo para a entrega do original, depois de copiado”. (1829: 4)

A segunda edição é de 1831 e saiu com acréscimos.

Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Emílio Adet, em 1842, publicaram *Mosaico Poético, poesias brasileiras antigas e modernas, raras e inéditas, acompanhadas de notas, notícias biográficas e críticas, e de uma introdução sobre a literatura nacional*. (SILVA e ADET, 1842)

Em 1843, foi lançado o *Parnaso Brasileiro* ou *seleção de poesias dos melhores poetas brasileiros desde o descobrimento do Brasil precedido de uma introdução histórica e biográfica sobre a literatura brasileira* (SILVA, 1, 1843), de J. M. Pereira da Silva, que buscou completar a antologia do Cônego Januário da Cunha Barbosa. Neste sentido, recolheu não só autores de poesia, como de outros gêneros, tendo também coletado autores anteriores ao século XVIII. O critério de

seleção que presidiu esta antologia é o do nacionalismo, desenvolvido em torno da idéia de compromisso patriótico.

Quando Francisco Adolfo Varnhagen, em 1850, publicou o *Florilégio da Poesia Brasileira* ou *coleção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo as biografias de muitos deles, tudo precedido de um ensaio histórico sobre as letras no Brasil* (VARNHAGEN, 1987), o critério da nacionalidade já estava quase firmado como parâmetro estético para a seleção das poesias.

O *Florilégio* teve dois tomos publicados em Lisboa e o terceiro em Madri e foi apresentado como uma antologia do que de “mais americano tivemos” (1987, 1: 14). Rejeitando a denominação de parnaso, Varnhagen se justificou dizendo “estarmos um pouco em briga com a mitologia”, com o propósito de “distingui-la de outra anterior que leva aquele título” (1987: 14), querendo referir-se assim ao Parnaso *Lusitano*, de Almeida Garrett. Com esta referência, deu a sua contribuição para a discussão do tema da separação entre a literatura portuguesa e a brasileira, negada pela via lingüística.

Varnhagen estabeleceu duas condições para que as obras fossem incluídas no *Florilégio*: obras com temas brasileiros e obras de autores nascidos no Brasil. Deste modo, consolidou como critério de identificação da literatura brasileira o nacional que se consagrou como elemento organizador do patrimônio literário. Estava assim constituído o cânone do Romantismo que viria a ser o paradigma tanto para os panteões e galerias, quanto para a história da literatura.

Paralelo a essas publicações, os críticos românticos brasileiros elegeram, como veículo de escoamento de sua produção, os periódicos. Estes tiveram um importante papel na construção da identidade literária nacional, na medida em que divulgaram textos manifestos, alimentaram polêmicas e geraram, conseqüentemente, novos textos que mantiveram viva a chama da nacionalidade.

Dentre os principais periódicos brasileiros do momento romântico, destacaria:

- a *Revista da Sociedade Filomática*, publicada em São Paulo, em 1833. Teve seis números. Nela encontram-se principalmente textos de Justiniano José da Rocha e José Salomé Queiroga;
- a *Niterói, Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes*, publicada em 1836, em Paris, é considerada, juntamente com a publicação de *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Domingos José Gonçalves de Magalhães, o marco do Romantismo brasileiro. Teve apenas dois números. Além do citado Domingos José Gonçalves de Magalhães, atuaram, na *Niterói*, Manuel de Araújo Porto Alegre e Francisco Sales Torres-Homem, dentre outros.
- a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* foi criada em 1839 como veículo de divulgação das idéias nacionalistas do projeto imperial do Instituto, fundado no ano anterior, por iniciativa principalmente de um militar, Raimundo José da Cunha Matos, e do escritor Januário da Cunha Barbosa. O projeto oficial, desenvolvido com o apoio do Imperador Dom Pedro II, tinha por objetivo a pesquisa da história brasileira e a construção paralela de uma literatura nacional.

Nesta revista, foi publicado, principalmente no período compreendido entre os anos de 1839 e 1869, um vasto material literário, composto de biografias de poetas e escritores brasileiros, estudos de obras poéticas e instituições literárias, poesias e composições poéticas de teor laudatório, de autores como Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo, Januário da Cunha Barbosa, Santiago Nunes Ribeiro, João Manuel Pereira da Silva, Francisco Adolfo Varnhagen, Pero de Magalhães, Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Fernandes Pinheiro (PILLAR, 1996).

- *Minerva Brasiliense, Jornal de Ciências, Letras e Artes* foi publicado por uma associação de escritores e circulou no Rio de Janeiro, no período compreendido entre 1843 e 1845. Tratava de uma enorme variedade de assuntos: astronomia, medicina, botânica, zoologia, química, física, geografia, história e literatura. Nele colaboraram Francisco de Sales Torres-Homem, seu primeiro redator-chefe, Santiago Nunes Ribeiro, que assumiu o cargo de redator-chefe, após o primeiro ano, e os escritores Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa, Antonio Francisco Dutra e Melo, Luís Antonio Burgain, Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Joaquim Manuel de Macedo, dentre outros.
- a *Guanabara* foi uma revista mensal artística, científica e literária, redigida por uma associação de literatos e dirigida por Manuel Araújo Porto-Alegre, Antonio Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo. Circulou no período compreendido entre 1849 e 1856 e teve publicados 36 números, distribuídos em três tomos de 12 números. Além dos diretores citados escreveram, neste periódico, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, J. C. Fernandes Pinheiro, dentre outros.
- a *Revista Popular* teve dezesseis números que circularam entre 1859 e 1862. Foi considerada o centro dinâmico na renovação das idéias literárias (1991: 77). A redação da *Revista Popular* esteve entregue a Joaquim Norberto de Sousa e Silva, Luís de Castro, José da Rocha Leão, Duarte Paranhos Schutel, Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, e outros; e teve como colaboradores: Lino de Almeida, Casimiro de Abreu, Luís Antonio Burgain, Luís Delfino, Maciel Monteiro, Macedo Júnior, Juvenal Galeno, Teixeira de Melo, Faustino Xavier de Novais, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Bruno Seabra, Augusto Fausto de Sousa, Augusto Emílio Zaluar, dentre outros. Editada, no Rio de Janeiro, por B. L. Garnier, a revista foi substituída em 1863, pelo *Jornal das Famílias*, do mesmo editor.

Um dos focos de maior interesse desta revista prende-se ao fato de nela terem sido publicados os capítulos daquela que teria sido, caso se concretizasse, a primeira História da Literatura Brasileira, a de Joaquim Norberto de Sousa e Silva. Os famosos capítulos da eventual História davam continuidade às idéias anterior-

mente veiculadas por ele no *Minerva Brasiliense*, ou seja, abordavam “a tendência dos selvagens para a poesia, a questão da nacionalidade e da originalidade da literatura brasileira e a história literária”. (1991: 77)

Aspecto curioso desta História é o fato de ser uma História da Literatura sem literatura, uma vez que não há capítulos onde figurem os autores brasileiros e suas obras.

Outros periódicos circularam no Rio de Janeiro, no momento romântico: *Íris* (1848-1849), *Anais da Academia Filosófica* (1858), *O Espelho* (1859-1860), *Jornal das Famílias* (1863-1878), *Revista Brasileira* (1ª fase, 1857-1860, 2ª fase, 1869-1881, 3ª fase, 1895-1899), *Revista Mensal de Ensaios Literários* (1863-1865, 1872-1874) e vários outros de interesse literário ou eclético.

Através dos bosquejos, antologias e biografias literárias publicadas sob forma de livros ou veiculadas em periódicos, os críticos românticos arquitetaram uma História da Literatura Brasileira que veio a ser posteriormente construída pelos críticos realistas brasileiros que, na verdade, viam a sua elaboração como o ápice do exercício crítico.

Ao lado destas considerações feitas sobre a crítica romântica brasileira, gostaria de acrescentar uma breve releitura de três possíveis interpretações recorrentes na crítica brasileira contemporânea, pinçadas no discurso dos críticos realistas, aqueles que efetivamente publicaram, sob forma de livro, a História da Literatura Brasileira.

A primeira interpretação a que recorro seria a mesológica, que fundamenta a teoria da obnubilação brasílica de Araripe Júnior.

Por obnubilação brasílica, ele entendia a transformação por que passavam os europeus ao atravessarem o oceano Atlântico e a sua conseqüente adaptação ao meio físico e ao ambiente primitivo. Esta transformação ocorria também em nível das idéias, que, ao serem transplantadas, adaptavam-se ao meio ambiente, adquirindo uma certa originalidade, que se traduziu no que ele chamou de *estilo tropical*.

Partindo do pressuposto de que os europeus, ao chegarem no Brasil, perdiam a sua identidade, adquirindo uma outra, por força do fenômeno da obnubilação, os textos por eles produzidos apresentariam, conseqüentemente, marcas de um novo estilo, o *estilo tropical*, característica definidora do *gênero brasílico*, sendo, portanto, textos de literatura brasileira.

Desta forma, Araripe Júnior considerava relevante a inclusão dos textos dos cronistas da época colonial na História da Literatura Brasileira, por constituírem, sem sombra de dúvida, textos de autores brasileiros:

Portugueses, franceses, espanhóis, apenas saltavam no Brasil e internavam-se, perdendo de vista as suas pinças e caravelas, esqueciam as origens respetivas. Dominados pela rudez do meio, entontecidos pela natureza tropical, abraçados com a terra, todos eles se transformavam quase em selvagens; e se um núcleo forte de colonos, renovado para contínuas viagens, não os sustinha na luta, raro era que não acabassem pintando o corpo de jenipapo e urucu e adotando idéias, costumes e até as brutalidades dos indígenas. (ARARIPE JÚNIOR, 1960: 407)

Sob a ótica da obnubilação brasílica, a leitura que Araripe Júnior faz da obra de José de Anchieta chama a atenção pela diluição do misticismo do jesuíta em um curioso naturalismo e a transformação da teologia em fetichismo. Diz ele:

(...) a sua vida entre os selvagens e o seu prestígio contra os sacerdotes índios atestam que este padre, se não por imposição do meio ao menos por arte refinada, se fez um legítimo pajé. A missão do taumaturgo brasileiro, como o chamavam, nas florestas do Sul, não se pode explicar senão pelas feitiçarias, aceitas ou habilmente copiadas, dos piagas, e com que ele catequizou os seus caboclos. (1960: 408)

Curiosamente esta interpretação de Araripe Júnior vai fornecer subsídios não só para uma leitura antropofágica da literatura brasileira, mas também para a crença numa tradição afortunada advinda do processo de descolonização literária como foi pensado por Afrânio Coutinho, o mais refinado leitor do crítico cearense (COUTINHO, 1959).

Ao tentar definir a literatura brasileira, num dos inúmeros textos que escreveu sobre o assunto, Afrânio Coutinho diz que:

Ela é um processo longo, coerente, persistente de afastar-se da européia, na busca de um caráter nacional, em procura da identidade nacional, brasileira. Desde a primeira hora que esse esforço diferenciador se desenvolve, consciente ou inconscientemente, pela pena dos poetas, oradores e ficcionistas, pela mão barroca dos jesuítas. O barroco foi o instrumento, nos dois primeiros séculos, mediante o qual a mente brasileira tomou consciência de sua missão civilizatória, de sua originalidade criadora. (1983: 36)

A busca do caráter brasileiro na literatura, segundo ele:

Esse esforço pertinaz inicia-se mesmo nos albores de nossa vida de colônia lusitana. Se a nossa civilização pode ser caracterizada por um espírito sincrético, esse sincretismo tem começo com o Padre José de Anchieta, nosso primeiro criador de literatura no lirismo e no teatro. (...) Anchieta foi o iniciador da literatura brasileira e sua obra literária é o símbolo do sincretismo lingüístico e cultural brasileiro. (1983:19)

Por conta disso, vale dizer que o maneirismo da obra de Anchieta deve ser entendido como um pré-barroquismo.

A segunda interpretação, a etnológica, tem, em Sílvia Romero, seu principal representante, que vai pensar a literatura brasileira a partir do conceito de mestiçagem. Para ele:

A literatura brasileira, como todas as literaturas do mundo, deve ser a expressão positiva do estado emocional e intelectual, das e dos sentimentos de um povo. Ora, nosso povo não é o índio, não é o negro, não é o português; é antes a soma de todas estas parcelas atiradas ao cadinho do Novo Mundo. (ROMERO, 1980, 2: 371)

Uma literatura tem uma base, tem elementos e tem órgãos. A base da nossa é o sentimento do brasileiro, como nação à parte, como produto étnico determinado; os elementos são as tradições das três raças sem predomínio de uma sobre as outras; os órgãos são os nossos mais notáveis talentos, todos aqueles que sentiram como brasileiros. (1980, 2: 373)

Sílvia Romero não reconhece José de Anchieta como o fundador da literatura brasileira. No máximo pode ser considerado um precursor.

De acordo com o seu ponto de vista:

Uma literatura, além de tudo, nunca tem um fundador; tem órgãos de manifestação, mais ou menos aperfeiçoados, e não passa disto. Uma escola é que pode ter um chefe, um criador. (1980, 2: 373)

Apesar dos índices exageradamente cientificistas, no discurso crítico de Sílvia Romero, já está presente a idéia de formação que deve ter subsidiado o conceito de formação do sistema literário brasileiro, como foi pensado por Antonio Candido, que não fala em processo de descolonização, no sentido como Afrânio Coutinho o coloca. A literatura dos tempos coloniais, de acordo com Antonio Candido, não passa de manifestações esparsas de literatura brasileira.

Isto porque o conceito de literatura pressupõe a existência de

um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é um produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos interatuantes a que se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura, atuando no tempo. (CANDIDO, 1973: 74)

Como nos primeiros séculos de Brasil, é impossível pensar em autores, obras e leitores, os três elementos definidores do sistema, fica difícil imaginar a existência, nesta época, de uma literatura brasileira propriamente dita.

A terceira interpretação, a estética, fundamenta-se na existência de um instinto nacional, expresso muito mais numa linguagem brasileira do que num referencial temático da brasilidade. Esta tendência já se delineia no discurso do crítico romântico Santiago Nunes Ribeiro, concretiza-se na poética de Machado de Assis, sendo talvez a causa da perplexidade de José Veríssimo em relação às teorias cientificistas do século XIX e à construção do conceito de literatura brasileira, da forma como aparece na Introdução de sua *História da Literatura Brasileira*.

Ao contrário de Sílvia Romero, que admitia, à maneira dos alemães, um conceito amplo para o termo literatura, José Veríssimo, apoiando-se nos franceses, vai afunilá-lo na medida em que utiliza-o apenas para os textos com preocupação estética.

“Literatura”, diz ele, “é arte literária”. (VERÍSSIMO, 1969: 10)

Além disso, vale ressaltar que mesmo não havendo grandes divergências em relação aos autores e obras selecionados na *História* de Sílvia Romero, ele percebe um estranhamento no cânone literário proposto e aconselha uma revisão constante do mesmo por parte dos historiadores do futuro.

Com bastante pertinência, observa que:

A literatura brasileira (como aliás sua mãe, a portuguesa) é uma literatura de livros na máxima parte mortos, e sobretudo de nomes, nomes em penca, insignificantes, sem alguma relação positiva com as obras. Estas, raríssimas são, até entre os letrados, os que ainda as versam. Não pode haver maior argumento da sua desvalia.

Por um mau patriotismo, sentimento funesto a toda a história que necessariamente vicia, e também por vaidade de erudição, presumiram os nossos historiadores literários avultar e valorizar o seu assunto, ou o seu próprio conhecimento dele, com fartos róis de autores e obras, acompanhados de elogios desmarcados e impertinentes qualificativos. Não obstante o pregão patriótico, tais nomes e obras continuaram desconhecidos eles e elas não lidas. Não quero cair no mesmo engano de supor que a crítica ou a história literária têm faculdades para dar vida e mérito ao que de si não tem. Igualmente não desejo continuar a fazer da história da nossa literatura um cemitério, enchendo-a de autores de todo mortos, alguns ao nascer. (1969: 12)

É impressionante como em 1912 ele já tivesse percebido o que, quase na mesma direção, o crítico Haroldo de Campos constata, em 1976:

O estatuto do historiador literário brasileiro é, por assim dizer, um estatuto dilacerado e dilacerante. Confrontado com um panorama diacrônico onde são raros os momentos de altitude, este historiador oscila entre a melancolia do profissional que não encontra um objeto satisfatório para o exercício de seu *métier* e a indulgência do fideicomissário que procura valorizar os bens sob sua custódia. (CAMPOS, 1976: 13)

Contra este estado de coisas, Haroldo de Campos vai pensar na possibilidade de uma História Sincrônica da Literatura Brasileira, infelizmente não concretizada, em oposição ao velho paradigma do historiador diacrônico.

Antes de finalizar este texto, na verdade, uma síntese de algumas das possíveis interpretações sobre o momento de fundação da literatura brasileira, fragmento de uma pesquisa que venho desenvolvendo sobre a construção do cânone na História da Literatura Brasileira, convém dizer que a publicação, nos anos 50, de *A literatura no Brasil* (1955), de Afrânio Coutinho, e de *Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos)* (1959), de Antonio Candido, bem como a publicação, nos anos 60, dos três pequenos textos de Haroldo de Campos, intitulados "Por uma poética sincrônica" (1960: 203-223), constitui uma verdadeira divisão de águas na tradição crítica brasileira que, além de "afortunada" (COUTINHO, 1968), tem sido, certamente, como bem definiu João Alexandre Barbosa, uma verdadeira "tradição do impasse" (BARBOSA, 1974).

Referências bibliográficas

- ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar (1960). *Obra Crítica de Araripe Júnior*. (Dir. Afrânio Coutinho) v. 2. Rio de Janeiro: MEC-Casa de Rui Barbosa.
- BARBOSA, Frederico (Sel. e org.) (1997). *Clássicos da poesia brasileira*. São Paulo: Klick Editora.
- BARBOSA, Januário da Cunha (Côn.) (1829-1832). *Parnaso Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional. 2 tomos.
- BARBOSA, João Alexandre (1996). *A Biblioteca Imaginária*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- BARBOSA, João Alexandre (1974). *A Tradição do Impasse*. São Paulo: Ática.
- CAMPOS, Haroldo de (1969). *A Arte no Horizonte do Provável*. São Paulo: Perspectiva.
- CAMPOS, Haroldo de (1976). *A operação do texto*. São Paulo: Perspectiva.
- CANDIDO, Antonio (1971). *Formação da Literatura no Brasil (Momentos Decisivos)*. São Paulo: Martins. 2 v.

- CANDIDO, Antonio (1973). *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- CÉSAR, Guilhermino (1978). *Historiadores e Críticos do Romantismo. I. A Contribuição Européia: Crítica e História Literária*. São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- COUTINHO, Afrânio (Dir.) (1986). *A Literatura no Brasil*. 3 ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: EDUFF. 6 v.
- COUTINHO, Afrânio (1968). *A tradição afortunada (O espírito de nacionalidade na crítica brasileira)*. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: EDUSP.
- COUTINHO, Afrânio (1959). *Euclides, Capistrano e Araripe*. Rio de Janeiro: MES.
- COUTINHO, Afrânio (1983). *O processo da descolonização literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GARRETT, Almeida (1826). *Parnaso Lusitano*. Paris: J. P. Aillaud.
- MOREIRA, Maria Eunice (1991). *Nacionalismo Literário e Crítica Romântica*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro.
- PILLAR, Thanira Chayb de (1996). A literatura na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* de 1839 a 1869. *Letras de Hoje*. v.31, n. 4. Porto Alegre: EDIPUCRS, dez. 1996, p. 37-40.
- ROMERO, Sílvio (1980). *História da Literatura Brasileira*. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL-MEC, 5v.
- SILVA, J. M. Pereira da (1843). *Parnaso Brasileiro*. Rio de Janeiro: Laemmert, 2 tomos.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e ADET, Emílio (1842). *Mosaico Poético*. Rio de Janeiro: s.ed.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo (1987). *Florilégio da Poesia Brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 3 tomos.
- VERÍSSIMO, José (1969). *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Os dialetos e a língua: fragmentos de possíveis interpretações da literatura contemporânea italiana

Silvia La Regina

Universidade Federal da Bahia

Este trabalho é centrado na interferência língua padrão/dialetos na literatura italiana contemporânea e nas implicações culturais e políticas desta estratégia autoral.

This paper deals with the interference between standard language and dialects in contemporary Italian literature, highlighting the cultural and political implications of this authorial strategy.

Resumo

Abstract

Não deixa de ser emblemática a diferença de foco que pode ser observada no debate sobre a literatura nacional, no Brasil e na Itália: se no Brasil freqüentemente o debate volta à questão da origem, na Itália a tônica é sobre a morte da literatura nacional, da qual alguns questionam a relevância, se não até a existência. De fato, numa perspectiva não estritamente local, depois dos grandes êxitos da época que vai até a Renascença, dificilmente escritores de língua italiana têm exercido alguma influência nas letras e no pensamento dos outros países. A partir do século XVIII, “L’Italia diventa un prodigioso cimitero da visitare, ma la sua civiltà presente non ha più voce e dignità viva, nemmeno quella di custode delle proprie memorie, come annotano con precoce disprezzo [...] il marchese de Sade e Giacomo Leopardi”¹.

Neste século a única linguagem artística italiana de maior relevância fora do país foi o cinema; dos escritores, a voz mais significativa e original foi a de Italo Calvino, morto em 1985 e desoladamente sem herdeiros, enquanto o grande sucesso de *O nome da rosa*, de Umberto Eco (1980), gerou só epígonos e pode ser visto como um *unicum*. O começo da década de 90 viu a morte precoce de Pier Vittorio Tondelli, o mais inovador e mais talentoso dos jovens escritores italianos; seus *Altri libertini* e *Camere separate*² – pontos respectivamente de partida e final da curta trajetória do escritor, morto de AIDS em 1991 – representam marcos na literatura do país. Na atualidade, as duas vozes mais significativas da literatura italiana – e estou deliberadamente deixando de lado os modismos impostos pelas editoras – são Antonio Tabucchi, egresso do hábitat universitário e de fato capaz de impor um estilo autônomo e embasado por idéias próprias e vigorosas, e Andrea

¹ Armando GNISCI. La letteratura italiana contemporanea in una prospettiva comparatistica. *Creoli meticci migranti clandestini e ribelli*. Roma: Meltemi, 1998. p. 93-101. Trad. “A Itália torna-se um prodigioso cemitério a ser visitado, mas sua civilização presente não tem mais voz nem dignidade viva, nem a de guardiã das próprias memórias, como anotam com desprezo precoce o marquês de Sade e Giacomo Leopardi”. (p. 97).

² Pier Vittorio TONDELLI. *Altri libertini*. Milano: Feltrinelli, 1980.
Pier Vittorio TONDELLI. *Camere separate*. Milano: Bompiani, 1989.

Camilleri, curiosa figura quase octogenária que conseguiu construir uma linguagem e também uma língua novas na reinvenção do gênero policial, por um lado, e do romance histórico, pelo outro – ambos de ambientação siciliana. Infelizmente Camilleri é um autor quase que completamente intraduzível, porque a saborosa mistura de italiano e dialeto siciliano na qual escreve seus romances e contos (sua marca registrada e sua maior qualidade) se perde na tradução: a regularização e o achatamento da língua, assim como o desconhecimento do contexto siciliano, deixam para o leitor apenas um razoável romance policial³.

A ausência de vozes novas leva grandes italianistas, como Alberto Asor Rosa, a decretar *tout court* a morte da literatura italiana (que outros, como vimos, já consideram quase *natimorta*, pelo menos no que diz respeito à Itália enquanto nação)⁴.

Talvez se possa dizer, então, que a literatura italiana padece da caducidade das literaturas de nações hegemônicas – sem por outro lado quase nunca ter tido o brilho daquelas – que, como as de língua inglesa, só recebem nova vitalidade e, por assim dizer, linfa dos autores das ex-colônias. É noção comum, hoje, que sem autores como Nadine Gordimer, Doris Lessing, Ben Okri, Hanif Kureishi, Salman Rushdie, Derek Walcott, J.M.Coetzee... a literatura escrita em língua inglesa teria muito pouca representatividade. Talvez isso seja natural para uma literatura que tem o polonês Conrad como um de seus maiores escritores.

De fato, na literatura inglesa o novo é multicultural: a mais recente promessa narrativa de língua inglesa é a jovem anglo-jamaicana Zadie Smith, autora de *White Teeth*, romance que, num caldeirão no qual cabem a cultura *rasta*, a Bíblia, Shakespeare, novelas paquistanesas e muito mais, conta a história de um inglês e de um indiano muçulmano na Londres da década de setenta⁵.

No mais, a narração tradicional passa por uma morte lenta, e os autores mais interessantes são, de certa forma, obrigados a lançar mão de linguagens que antigamente caracterizavam as sublitteraturas, os gêneros populares, dos quais tentam tirar nova vitalidade e capacidade de adesão à realidade contemporânea. É o caso do romance ou conto policial: o policial contemporâneo pode ser interpretado, nos seus êxitos melhores, como uma das tentativas mais bem-sucedidas de apreender e descrever (em geral, sem tentativas de explicação) a mobilidade inquieta e inédita da sociedade hodierna. Por vezes, evidentemente, de forma redutiva, enfatizando unicamente, dos vários aspectos contemporâneos, o da violência. Entre os melhores autores há James Ellroy, Manuel Vázquez Montalbán e Andrea Camilleri; surge também um novo tipo de escritor, aquele que não frequenta um gênero específico mas que

³ Isto pode ser comprovado na leitura de *A forma da água*. Trad. de Joana Angélica d'Avila Mello. Rio de Janeiro: Record, 1999. Mais interessante e bem trabalhada a tradução de *Un filo di fumo: Um fio de fumaça*. Trad. de Giuseppe D'Angelo e Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. Sobre a mistura lingüística de Camilleri, v. mais adiante.

⁴ Cf. Mirella SERRI. Scrittori di penna montata. *L'Espresso*, 5 apr. 2000.

⁵ Cf. Alfio BERNABEI. Nel calderone della metropoli. *L'Unità*, 6 apr. 2000.

atravessa vários gêneros sem se prender definitivamente a nenhum, sem poder ser rotulado, e freqüentemente atravessa o território do policial: penso por exemplo em Martin Amis (*The Nightrain*) ou até Antonio Tabucchi, cujo *La testa perduta di Damasceno Monteiro* sem dúvida é um policial, ainda que pouco tradicional.

Além do romance policial, este papel da descrição e projeção da sociedade atual é desempenhado muitas vezes por outro gênero que até, aproximadamente, duas décadas atrás, era considerado marginal: a ficção científica. Escritores como Philip Dick, o autor de *The Man on the High Castle*, *Do Androids Dream of Electric Sheep?*, *Ubik*, e, mais recentemente, William Gibson (criador do *cyberpunk* e autor de *Neuromancer*) são lúcidos e impiedosos analistas da sociedade contemporânea através de suas projeções e possibilidades em futuros próximos ou distantes⁶.

A situação italiana, caldeirão de culturas em que se misturam a pluralidade nativa e a pluralidade da nova e definitiva imigração⁷ – quero dizer enquanto realidade não-transitória mas concreta alteração do *status quo* nacional –, exemplifica algumas das mudanças mais radicais em ato no mundo, inclusive os conflitos decorrentes da xenofobia e da intolerância cultural e religiosa⁸. A Itália, um país do chamado Primeiro Mundo, ao tempo em que goza de uma razoável estabilidade econômica e política, na atualidade enfrenta as múltiplas contradições ligadas não só à imigração e suas conseqüências – racismo, xenofobia em geral, exploração, insegurança social e assim por diante –, como também ao movimento, que hoje em dia parece irreversível, de “desregulamentação universal”, devido ao qual

O desvio do projeto da comunidade como defensora do direito universal à vida decente e dignificada para o da promoção do mercado como garantia suficiente da universal oportunidade de auto-enriquecimento aprofunda mais o sofrimento dos novos pobres, a seu mal acrescentando o insulto, interpretando a pobreza com humilhação e com a negação da liberdade do consumidor, agora identificada com a humanidade.

⁶ Particularmente interessantes e atuais nas obras de Dick são as atmosferas oníricas, o caráter “aberto” da narração, a ambigüidade constante entre realidade e imaginação, habilmente entrelaçadas com as angústias do cotidiano da década de 60 e 70 nos Estados Unidos. Cf. Carlo PAGETTI. Prefácio a *Ma gli androidi sognano pecore elettriche?* Trad. di Riccardo Duranti. Roma: Fanucci, 2000, p. 5-9 (este livro inspirou o roteiro do filme *Blade Runner*, de Ridley Scott) e Sergio COFFERATI. Introduzione. *Ubik*. Trad. de Gianni Montanari. Roma: Fanucci, 1998, p. 7-10. Sobre Gibson, veja Joel SAUCIN. William Gibson o l'avvenire reinventato. In: Raffaele SCELISI (ed.). *Cyberpunk*. Antologia di testi politici. Milano: Shake, 1990, p. 49-64.

⁷ Hoje em dia na Itália estão presentes (em medidas e locais diferentes, é claro) quase todos os grupos étnicos mundiais, em comunidades cuja localização obedece a critérios muito variados, por vezes geográficos, por vezes históricos. Por exemplo, em Turim – cidade muito próxima da França não só geográfica mas também culturalmente – a comunidade marroquina (com presença também argelina e tunisina) é a mais expressiva.

⁸ No ano de 1999, foram registrados em Turim acidentes decorrentes do choque entre a legislação italiana e a tradição religiosa muçulmana da comunidade (especificamente em relação ao uso do *chador*). Em maio de 2000 o ministro italiano da Educação, Tullio de Mauro, autorizou o uso do *chador* na sala de aula, numa atitude que contrasta com a que foi assumida, até pouco tempo atrás, pelas autoridades francesas. A questão, porém, não deixa de ser polêmica, já que o *chador*, se pode ser visto como símbolo de liberdade religiosa, ao mesmo tempo é, ao menos numa perspectiva feminista e, logo, ocidental, símbolo máximo de submissão e escravidão das mulheres muçulmanas. A infibulação é também uma prática religiosa, não por isso menos ignóbil e indigna de aceitação.

⁹ Zygmunt BAUMAN. A criação e anulação dos estranhos. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 34.

Desregulamentação que, evidentemente, afeta mais ainda os novos cidadãos imigrados, que nem chegam a conhecer os direitos que seus novos países estão perdendo aos poucos.

Se, na conhecida formulação de Benedict Anderson, numa nação, enquanto comunidade imaginada, “nella mente di ognuno vive l’immagine del loro essere comunità”¹⁰, pode-se afirmar que a Itália não só não é mais, mas ainda não chegou a ser, de fato, uma nação.

No debate cultural italiano, um assunto nunca silenciado, mas por vezes deixado de lado, volta à tona, invadindo áreas diferentes, ainda que próximas, como a dos lingüistas e a dos críticos e teóricos literários: os dialetos e sua relação com a língua *standard* e a língua literária. Sabe-se que os inúmeros dialetos falados, e por vezes escritos, na Itália, longe de serem meras (quem sabe errôneas) variantes da língua nacional, são na verdade outras línguas com suas gramáticas e seus léxicos, línguas que, como a que hoje chamamos italiano, descendem, na maioria dos casos, do latim e de suas misturas com os vários sub e superstratos, fruto das numerosas misturas de povos que se deram por lá (neste aspecto, podemos considerar o país como um grande laboratório étnico que antecipava e preparava os acontecimentos italianos de hoje, ainda sem ter o nome de multiculturalismo). Além dos dialetos mais conhecidos, sobrevivem, no território nacional, pequenas ou médias ilhas lingüísticas, nas quais se falam ainda hoje línguas que carregam em si a própria história das migrações e emigrações: catalão, no noroeste da Sardenha; *griko*, na Puglia (levado por gregos emigrados no século VIII); croata, em parte do Molise (levado por croatas no século V); *italkian*, antiga língua das comunidades hebraicas da Itália; *titsch*, de origem alemã, falado em pequena área do Piemonte, e assim por diante.

Foi por uma série de conhecidas circunstâncias que a partir do século XIV o *fiorentino* foi alçado à condição de língua culta para a península inteira; este fato, porém, em hora alguma impediu a sobrevivência e o florescimento dos dialetos, nem mesmo quando Mussolini, séculos depois, tentou erradicá-los em nome de uma pretensa uniformidade nacional, na mesma cegueira intelectual, social e política que levou Franco a proibir o catalão e o basco.

De fato, principalmente neste século criou-se, por razões – inclusive práticas – de compreensão mútua na recém-nascida Itália (unificada em 1861 e que só em 1870 passou a ter Roma como capital), o falso mito de que o dialeto seria algo inferior e, por vezes, até vulgar.

São vários os escritores que, ao longo dos séculos, e sobretudo neste que acaba de se encerrar, têm escrito em algum dialeto; sua obra, porém, muitas vezes permanece confinada numa região específica ou precisa de tradução. Sobressaem-se normalmente os autores que escreveram em algum dos dialetos mais conhecidos (o vêneto, o napolitano, o romano), a exemplo de Carlo Goldoni ou Giuseppe

¹⁰ Benedict ANDERSON. *Comunità immaginate*. Origini e fortuna dei nazionalismi. Roma: Il manifesto libri, 1996. p. 27. “[...] na mente de cada um [dos membros da nação] vive a imagem do seu ser comunidade”.

Gioacchino Belli, nos séculos passados; ou o poeta Albino Pierro (morto em 1995), que escreveu num dialeto da região Basilicata.

No século XX emerge como novidade literária a mistura de italiano e dialeto, que adquire novas e específicas finalidades expressivas, como no experimentalismo de Carlo Emilio Gadda, que num *tour de force* lingüístico e estilístico misturou em *Quer pasticciaccio brutto de via Merulana* (1957) *romanesco* (o dialeto de Roma, no qual é escrito o título) e fiorentino, *abruzzese* e napolitano num *pastiche* de extrema habilidade que dá vida ao panorama variado dos personagens, de várias camadas sociais, analisados com o olhar do delegado romano que conduz a investigação sobre um assassinato (o qual porém permanecerá sem solução).

Pier Paolo Pasolini na sua atividade de narrador, paralela à de cineasta, fez seguir à estréia de poemas no incompreensível dialeto friulano os dois romances *Ragazzi di vita* (1955) e *Una vita violenta* (1959), nos quais misturou italiano e *romanesco*, conseguindo retratar de forma mais realista e literariamente convincente a vida e as experiências do subproletariado da periferia de Roma (as chamadas *borgate*) na década de 50. Pasolini queria alcançar através do dialeto e sua interpolação ao italiano médio uma adesão maior à realidade daquele mundo do qual ele fizera um mito pessoal.

Em compensação, Italo Calvino sempre foi contrário ao emprego do dialeto na literatura (nisso polemizando inclusive com Pasolini)¹¹; para Calvino, o dialeto deveria ser “un ricchissimo terreno in cui uno stile affonda le sue radici”¹², e de uma forma geral, ele escrevia,

La ripresa di voga della poesia dialettale e l’esperimento di una narrativa pure in dialetto [...] nascono – noi crediamo – non come movimenti necessari ma come segni di involuzione e stanchezza. La lingua letteraria deve sì continuamente tenersi attenta ai volgari parlati, e nutrirsi e rinnovarsi, ma non deve annullarsi in essi, né scimmiettarli per gioco.¹³

De fato, o escritor tinha vivíssima a noção da diferença de classe também como diferença lingüística (conseqüentemente irreduzível a uma narração lingüisticamente monocórdia como ele considerava a dialetal) e concebia, em seu culto à racionalidade, o mundo como retratado por Pasolini, “un mondo precedente la coscienza, grezzo, accettato nella sua totalità senza inventario [...] con uniforme tranquilla ottusità di giovani bruti”¹⁴.

¹¹ Cf. por exemplo Italo CALVINO. L’italiano, una lingua tra le altre lingue (1965) In: Id. *Una pietra sopra*. Discorsi di letteratura e società. Torino: Einaudi, 1980. p.116-21; e também, sobre o escritor, Giorgio BERTONE. *Italo Calvino*. Il castello della scrittura. Torino: Einaudi, p.69-86. Nas p.79-86 Bertone analisa a polémica sobre o dialeto que contrapôs Calvino e Pasolini.

¹² “Um riquíssimo terreno no qual um estilo finca suas raízes”. Apud BERTONE, op. cit., p. 77.

¹³ Italo CALVINO. Il midollo del leone. In: Id. *Una pietra sopra*, p. 10. “A retomada da poesia dialetal e a experiência de uma narrativa também em dialeto [...] nascem – nós acreditamos – não como movimentos necessários, mas como sinais de involução e cansaço. A língua literária deve, sim, continuamente manter-se atenta aos ‘vulgares’ [aqui no sentido que a palavra desempenha em Dante Alighieri] falados, e dele nutrir-se e através deles renovar-se, mas não deve anular-se neles, nem macaqueá-los por brincadeira”.

¹⁴ Id. *ibid.*, p. 9. “um mundo anterior à consciência, cru, aceito em sua totalidade sem inventário [...] com uniforme tranqüila obtusidade de jovens brutos”.

Nas últimas duas décadas, com o relativo declínio dos experimentalismos, por um lado, e do engajamento político, pelo outro, a literatura produzida na Itália viveu um fenômeno que poderia ser definido como achatamento, numa linguagem média; a produção dos autores mais jovens, como os chamados *cannibali* (que mantêm estritas ligações, e, aliás, se identificam, com os escritores *pulp*), muitas vezes, na tentativa de reproduzir a língua falada e viva, não alcança nada além de uma língua banal, opaca e insossa, incapaz de surpreender e escandalizar, e que guarda fortes semelhanças, por exemplo, com a linguagem de algumas estórias em quadrinhos, inserindo-se numa circularidade autofágica pela qual os quadrinhos se inspiram na fala juvenil que se inspira nos quadrinhos. Os *cannibali*¹⁵, como Enrico Brizzi (que alcançou um razoável sucesso com seu romance *Jack Frusciante è uscito dal gruppo*, 1994), Tiziano Scarpa (autor em 1996 do romance *Occhi sulla graticola*), Niccolò Ammanniti, Daniele Luttazzi, têm como fontes de inspiração, como se dizia, os filmes e a narrativa *pulp* (Tarantino, antes de tudo) e os romances de Stephen King.

Como reação, um fenômeno recente e notável é portanto a volta do dialeto na literatura¹⁶, principalmente na narrativa, não mais como instrumento de pesquisa experimentalista (Gadda) nem como meio de adesão político-sentimental à realidade social (Pasolini), mas como a forma mais adequada de representar a língua viva e atual contraposta à língua engessada e percebida como inadequada tal como é veiculada pela literatura “oficial”. Língua que inclusive, ainda que permeada, entrelaçada de expressões dialetais, é completamente urbana, e retrata exatamente a mobilidade e a fluidez do espaço mais relevante, a cidade, o espaço “da reunião. O retorno do diaspórico, o pós-colonial”¹⁷, nas palavras de Bhabha, e não só para a nova figura cultural e social do migrante, mas também como espaço, de certa forma, alternativo à nação – ou pelo menos à finitude da nação – “no qual identifi-cações emergentes e novos movimentos sociais do povo são encenados”¹⁸.

Na emergência e na urgência do dialeto que prorrompe através e atrás da língua padrão (com todas as demais conotações que esta palavra carrega consigo)

¹⁵ O nome parece sacramentado por uma antologia de 1996, que reúne onze contos destes novos autores: Daniele BROLLI (ed). *Gioventù cannibale*. Torino: Einaudi, 1996. Os contos apresentam uma relativa uniformidade com relação à temática: adolescência cruel, atrocidades do cotidiano, horror e violência, com grandes jorros de sangue e complexas mutilações.

¹⁶ Não só na literatura: o movimento de renovação mais interessante e promissor da música popular italiana hoje vê artistas que compõem e cantam suas músicas no dialeto de sua região com êxitos muitas vezes bastante interessantes; é o caso dos conjuntos Pitura Freska, do Veneto, ou Sud Sound System de Lecce (na Puglia) ou Tazenda, da Sardenha. A diferença com operações parecidas feitas no passado (a Nuova Compagnia di Canto Popolare, por exemplo) é que estes artistas não cantam músicas tradicionais, ligadas ao folclore, mas, pelo contrário, experimentam novos gêneros e ritmos. Igualmente pode-se constatar o retorno do dialeto na linguagem cinematográfica, não mais, como no neo-realismo, como aproximação a uma realidade sociocultural até então ignorada ou escondida (durante o fascismo a obrigação dos cineastas era mostrar uma Itália unida, monolítica, feliz e trabalhadora), mas como tentativa de retratar diferentes ângulos de uma realidade mutável e de certa forma, apesar de inapreensível, mais concreta. Cf., entre os filmes recentes, *La capa gira*, de Alessandro Piva.

¹⁷ Homi BHABHA. *DissemiNação. O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 237.

¹⁸ Id. *ibid.*

– tão freqüentemente no passado, e ainda hoje, sentida como estrangeira e imposta de fora por alguma presença invisível –, deve-se ver principalmente o insurgir de um discurso de liberdade. Liberdade da norma, liberdade da burocracia¹⁹, liberdade do cinzento de uma língua que em sendo literária já é percebida como áulica, e quando não literária parece ter perdido vida e expressividade. Liberdade também de dar voz aos que não dominam o código e aos que o consideram insuficiente.

Que estes fragmentos – no sentido benjaminiano de fragmentos de realidade que averiguam o discurso²⁰ – de dialeto, de língua *outra*, sejam lidos e compreendidos (ainda que por vezes com um certo esforço) por leitores de outras regiões e outras realidades lingüísticas (deixando claro que hoje em dia são raríssimos os italianos que não entendem o registro lingüístico comum nacional²¹), é a confirmação da validade e da ressonância da proposta.

No momento em que o debate crítico é tão centrado no assunto do multiculturalismo, é evidente a importância de uma operação deste tipo, que leva prepotentemente à tona a questão das minorias (lingüísticas, étnicas, sociais) e sua reivindicação do direito a espaço e expressão. Reivindicação também a uma expressão não-totalizante, não-universalizante, mutável e de certa forma irregular.

No que diz respeito ao uso do dialeto como língua de comunicação falada²², a reivindicação dialetal tem valências diferentes ao norte e ao sul da Itália (no centro, a questão não é muito sentida, porque Roma, por um lado, é cidade hoje com pouca identidade cultural, e a Toscana e arredores são o berço do que hoje se chama de “italiano”): nas regiões setentrionais, o uso do dialeto é visto freqüentemente como uma orgulhosa afirmação de independência e (por vezes) até de superioridade em relação ao centro – Roma – e principalmente ao sul, supostamente portador unicamente de atraso, corrupção, decadência dignos da queda do império romano; nas regiões meridionais o dialeto faz parte de um processo de nova cons-

¹⁹ A respeito do italiano burocrático, incompreensível subcódigo paradoxal e por vezes surreal, é imprescindível o ensaio de Calvino “L’antilingua” no, anteriormente citado, *Una pietra sopra*, p. 122-6; ver também o comentário de Pier Vittorio MENGALDO. *Storia della lingua italiana*. Il Novecento. Bologna: Il Mulino, 1994. p. 277-8, que mostra como a “antilingua” da qual fala Calvino, a monstruosidade criada pela burocratização, seja na realidade “l’estrema espressione di un paese in cui le differenze linguistiche fra ricchi e poveri, dominatori e dominati sono sempre state così profonde perché più profonde che altrove sono state le differenze di classe [a extrema expressão de um país no qual as diferenças lingüísticas entre ricos e pobres, dominadores e dominados sempre foram tão profundas porque mais profundas do que alhures foram as diferenças de classe]” (p.278).

²⁰ Cf. Renato SOLMI. Introdução. In: Walter BENJAMIN. *Angelus Novus*. Saggi e frammenti. Torino: Einaudi, 1976. p. xv. Paul DE MAN lembra como em Benjamin “fragmentos são fragmentos [...] se seguem uns aos outros metonimicamente e nunca constituem uma realidade”. Apud BHABHA. *op. cit.*, nota 68.

²¹ Evidentemente o discurso é outro se enfocarmos o fenômeno, relativamente recente, da imigração na Itália. A este respeito é extremamente interessante o aparecimento no país de escritores imigrados, vindos principalmente – mas não unicamente – da África, que adotam o italiano como nova modalidade expressiva, na maioria dos casos inclusive relatando, em suas narrações, fatos ligados à sua experiência de “extracomunitários” no país e a conseqüente violenta discriminação sofrida. O domínio do novo código expressivo e narrativo dá espaço a textos que certamente podem ser considerados *intersticiais*. Veja, por exemplo, o primeiro e mais conhecido destes escritores, o senegalês Pap Khouma, com o seu *Io, venditore d’elefanti*, publicado pela Garzanti de Milão em 1990. Outros autores são Saidou Moussa Ba, Nasserah Chohra, Shirin Ramzanali Fazel, Mohsen Melliti, Salah Methnani.

²² Segundo uma estimativa do ISTAT (o instituto italiano de estatística) hoje na Itália, numa população de cerca de 57 milhões, 28 milhões de pessoas falam, além do italiano, o dialeto de sua região.

cientização quanto às próprias origens e à própria cultura, na tentativa de superar o complexo de inferioridade que, de tão induzido, acabou se arraigando. Poder-se-ia, então, ver o uso do dialeto como uma tentativa de descolonização no próprio território italiano. Hoje em dia, até a história oficial foi forçada a reconhecer o processo que deu forma à unificação italiana como algo talvez menos romântico de quanto foi transmitido pela tradição oficial (Garibaldi, as camisas vermelhas, o afã de pátria que por si juntou o país) e, pelo contrário, como um processo extremamente violento e que, para ser completado, levou à destruição cultural e, por vezes, física de boa parte do Sul da Itália²³. Evidentemente a imposição lingüística foi uma parte importante do processo que podemos definir colonizatório, porque, se ao longo da península os letrados tinham em comum a língua que podia ser chamada de italiano ou *fiorentino*, os demais habitantes falavam outras línguas plenamente estruturadas e que por vezes eram tão distantes do fiorentino como hoje em dia o português do francês.

O discurso, porém, torna-se diferente quando voltado para a questão do emprego do dialeto no código literário. Evidentemente existem duas formas diferentes de utilização dos dialetos na literatura: escrever unicamente em dialeto, sem recorrer à língua nacional (como foi feito no passado por Cesare Pascarella e Salvatore Di Giacomo, e hoje por Andrea Zanzotto), ou, como se dizia antes, interpolar língua nacional e dialeto em misturas novas e por vezes audaciosas, incômodas – ou também, como é o caso de Camilleri, citado acima, capazes de tornar-se quase unanimidade nacional²⁴. Fica a dúvida quanto ao sentido da primeira proposta (que faz lembrar a definição de Calvino, já citada, de “*segni di involuzione e stanchezza*”), se ela também possa ser considerada de certa forma inovadora ou se consista unicamente numa reivindicação, válida porém saudosista, das próprias raízes, em contraposição rígida não só com a noção de unidade nacional como também com todas as demais manifestações dialetais; enfim, o dialeto como instrumento através do qual perseguir e reafirmar a superioridade do patrimônio cultural local, numa dicotomia nós/outros que recalca, numa perspectiva inversa, a da imposição da língua nacional. De fato, mutuando a terminologia de Bhabha, poderíamos considerar a primeira proposta – escrever em dialeto – como *tradição*; a segunda, como (tentativa de) *tradução*²⁵. Sempre utilizando a terminologia de Bhabha, pode-se também pensar no discurso dialetal “puro”, paralela e especularmente àquele realizado na língua “oficial”, como um discurso pedagógico, enquanto o discurso “misturado”, amalgamado, impuro de idioma oficial e dialeto poderia ser visto como um discurso performativo, a-histórico, extemporâneo e contemporâneo.

Por isso parece tentador mas não completamente legítimo comparar a escolha expressiva de quem hoje escreve em dialeto com aquela de, por exemplo, Ngugi

²³ Cf., por exemplo, o clássico estudo de Molfese, que, ao focar o fenômeno do “brigantaggio” após a unificação, ressalta as revoltas contra o novo governo no sul da Itália e a duríssima repressão que as esmagou. Franco MOLFESE. *Storia del brigantaggio dopo l'Unità*. Milano: Feltrinelli, 1972.

²⁴ Unanimidade evidentemente um tanto perigosa no que diz respeito ao aspecto inovador da proposta.

²⁵ Em *Narrating the Nation* (1990), apud Vincenzo BITTI. *Antropologia del movimento. GLOCAL*. Periodico di scienze umane dell'associazione Liberliber. 1999, 1. p. 11.

wa Thiong'o, o escritor queniano que resolveu abrir mão do inglês do colonizador para escrever unicamente em kikuyu²⁶; no caso do escritor africano, a língua-mãe é usada como forma de “descolonizar a mente”, num país no qual o inglês é a língua da elite. Ainda assim, o que poderíamos chamar de nativismo não deixa de ser problemático, como é bem evidenciado por Said (que o define “impasse nativista”)²⁷ em relação à Irlanda e à obra de Yeats e também a alguns estados africanos. Said afirma acreditar na existência de “um universalismo que não seja limitado nem coercitivo, coisa que ele é ao acreditar que todo povo tem apenas uma única identidade” e ser possível “pensar a identidade local como algo que não esgota a identidade do indivíduo ou do povo”²⁸.

Voltando à questão da mistura lingüística, no passado recente, Pier Vittorio Tondelli a realizou em seu *Altri Libertini*²⁹, se bem que com materiais lingüísticos mais variados daquele aqui expostos, e propriamente numa enunciação narrativa de caráter exclusivamente oral, numa linguagem fluida, elástica e como frenética, que engloba palavras estrangeiras transcritas foneticamente (“comsi comsà”)³⁰, termos italianos aglutinados (“bruttodio”)³¹, onomatopéias (“cick-ciack”, o som dos passos de um bêbado na chuva)³², eventuais termos dialetais (“i rifuú de Rez”)³³ e assim por diante. A narração de Tondelli e seu estilo parecem mais querer representar a parábola emocional e sentimental do narrador (em geral, rigorosamente autobiográfico) do que alcançar uma realidade concreta extrapessoal; de qualquer forma a sua prosa, neste livro como no sucessivo *Pao Pao*³⁴, permanece como o exemplo mais inovador e mais contemporâneo, ainda que vinte anos depois, proporcionado pela narrativa italiana³⁵.

Por outro lado, temos hoje o caso de Camilleri, escritor prolífico mas nunca banal, que em seus romances recupera o sabor de uma *sicilianidade* não contraposta a uma inefável italianidade mas de certa forma suplementar³⁶. O escritor inventa e recria um ítalo-siciliano particularmente próximo, às vezes, da oralidade,

²⁶ Cf. Cristina LOMBARDI-DIOP (ed.). *Spostare il mondo*. La lotta per le libertà culturali di Ngugi wa Thiong'o. Roma: Meltemi, 2000. N'gugi inclusive mudou de nome, de James N'gugi a N'gugi wa Thiong'o. Sobre o autor, cf. p. ex. Edward SAID. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 267-68.

²⁷ SAID. op. cit. p. 291.

²⁸ Id. ibid. p. 289.

²⁹ Analisado, juntamente com boa parte da produção narrativa de Tondelli, por Bart VAN DEN BOSSCHE. *Profilo di Pier Vittorio Tondelli*. Lovanio: 1997. *Galleria degli autori contemporanei italiani*. Comune di Bologna. 15 p.

³⁰ TONDELLI. *Altri libertini*, op. cit. (cito porém da edição de 1989). p. 80. O livro, coletânea de contos todos interligados, sofreu um processo por obscenidade, devido não só à utilização do então inusitado turpilóquio, como e sobretudo pela temática, que abordava drogas pesadas e homossexualismo contados com absoluta participação e despreocupação.

³¹ Id. ibid. p. 77.

³² Id. ibid. p. 72.

³³ Id. ibid. p. 35.

³⁴ Milano: Feltrinelli, 1982.

³⁵ Nos livros sucessivos, Tondelli modificou notavelmente seu estilo, às vezes com resultados pouco felizes, como no romance *Rimini*.

³⁶ Penso aqui na definição de suplemento como encontrada em *Glossário de Derrida*. Supervisão de Silvano Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 90.

no qual cabem, numa sintaxe peculiar, termos dialetais, criações do autor – coerentes, porém, com o sistema lingüístico siciliano – e o italiano *standard*. O uso do dialeto é sempre interpolado à língua padrão, de uma forma geralmente compreensível (“L’aviva ditto u parrino Virga che u tiatro è cosa do diavulo” = L’aveva detto padre Verga che il teatro è cosa del diavolo³⁷), ainda que às vezes bastante distante do italiano: “lesma” em italiano se diz *lumaca*, em Camilleri é *babbaluci* (baba de luz); ou por vezes *false friends*: *magari* em italiano é “talvez, tomara”, enquanto em Camilleri *macari* significa “também”; *taliare* não corresponde ao italiano *tagliare* (cortar), mas a *guardare* (este enganador para o leitor brasileiro, pois significa “olhar”). Certas palavras são muito freqüentes: *spiare* significa *chiedere* (perguntar), *trasiri* significa *entrare* (entrar), e assim por diante. Evidentemente Camilleri está perfeitamente inserido no sistema cultural italiano, e diferentemente de Tondelli não carrega conteúdos fortemente inovadores ou revolucionários; ainda assim, a sua proposta se caracteriza como *per se* inovadora, em sua tentativa de retratar uma realidade tão *outra* como a siciliana (em âmbito não só italiano, especialmente complexa³⁸), num movimento que pode se inserir no das narrativas “do sul do mundo”: narrativas de “modernità meridionale”³⁹ de um sul que une o Caribe, o norte da África, a Itália meridional... O Sul como categoria negativa é também fruto de uma análise de Montesquieu: “Aproximem-se dos países meridionais e acharão que estão se afastando da própria moral; paixões mais vivas multiplicarão os crimes; cada um tentará tirar dos outros cada vantagem que possa favorecer estas paixões”⁴⁰, uma categoria cujos estereótipos hoje estão mais vivos do que nunca. Por isso é notável e preciosa a superação desta perspectiva numa tentativa não de comparar as narrativas dos vários locais do sul com as do norte, mas de inseri-las todas – por mais diferentes que sejam entre si – num quadro mais amplo e articulado que não precisa do norte como referente⁴¹.

Para terminar, voltando à questão dos dialetos, não pode ser deixada de lado a questão dos imigrantes na Itália, os “povos errantes” dos quais escreve Bhabha⁴², questão que coloca de forma mais radical a estrangeiridade da língua: minorias diaspóricas que são os novos sujeitos, os “estranhos”. Sempre citando Bhabha,

A nação barrada Ela/Própria, alienada de sua eterna autogeração, torna-se um espaço liminar de significação, que é marcado internamente pelos discursos de minorias, pelas histórias heterogêneas de povos em disputa, por autoridades antagonicas e por locais tensos de diferença cultural⁴³.

³⁷ CAMILLERI. *Il birraio di Preston*. Palermo: Sellerio, 1998. p. 70. “Bem que padre Verga falara que o teatro é uma coisa do diabo”.

³⁸ Sobre a *sicilianidade*, outro autor imprescindível é Leonardo Sciascia.

³⁹ Cf. Marco D’ERAMO. A sud del mondo. *Il manifesto*, 4 jun. 2000.

⁴⁰ O trecho de *Esprit des lois* de Montesquieu é citado em id. *ibid.*

⁴¹ Cf. o recente volume de Filippo LA PORTA. *Narratori di un Sud disperso*. Bari: L’Ancora del Mediterraneo, 2000.

⁴² BHABHA. *DissemiNação*, op. cit. p. 231.

⁴³ Id. *ibid.* p. 209-10.

Nos embates destes “estranhos”, não só com o idioma – e a estrutura – oficial, mas também entre as diferentes comunidades, reside hoje a possibilidade de repensar e renovar a sociedade italiana. Isto, ao passo em que, entre idas e voltas, negociações e negações, a descolonização mental do europeu demora de forma desoladora; a “erradicação do colono que há em cada um de nós” da qual escrevia Sartre ainda parece uma miragem distante⁴⁴.

⁴⁴ Jean Paul SARTRE. Prefácio a *Les damnés de la terre*, de Frantz FANON, apud GNISCI. *Postcolonialismo, decolonizzazione e ribellione*. In: *Creoli...*, op. cit. p. 34.

Livros e revistas

1 Livros

- ALVES, Ívia (Org.). *Amélia Rodrigues: itinerários percorridos*. Salvador: NICSA/Bureau, 1998.
- ANJOS, Krishnamurti Góes dos. *Il Crime dei Caminho Novo*. Salvador: OMNIRA, 1999.
- BALTHAZAR, André, BREUCKER, Roland. *Lexikon*; 1 Le Soulier. La Louvière: Le Daily-Bul, 1999.
- BALTHAZAR, André, BREUCKER, Roland. *Lexikon*; 2 Le Chapeau. La Louvière: Le Daily-Bul, 1999.
- BALTHAZAR, André, BREUCKER, Roland. *Lexikon*; 3 La Culotte. La Louvière: Le Daily-Bul, 1999.
- BALTHAZAR, André, BREUCKER, Roland. *Lexikon*; 4 La Chaise. La Louvière: Le Daily-Bul, 1999.
- BALTHAZAR, André, BREUCKER, Roland. *Lexikon*; 5 La Poire. La Louvière: Le Daily-Bul, 2000.
- BALTHAZAR, André, BREUCKER, Roland. *Lexikon*; 6 Le Nez. La Louvière: Le Daily-Bul, 2000.
- BALTHAZAR, André, BREUCKER, Roland. *Lexikon*; 7 La Pipe. La Louvière: Le Daily-Bul, 2000.
- BARAN, Evrahim. *Pressé immobile: roman*. Bruxelles: Maelström, 1999.
- BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua Portuguesa: história, perspectivas, ensino*. São Paulo: EDUC, 1998.
- BELIC, Oldrich. *Verso español y verso europeo: introducción a la teoría del verso español en el contexto europeo*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 2000. En colab. Com Josef Hrabak.
- BELLI, Carlos Germán. *Trechos del itinerario (1958-1997)*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1998. 308p. (Serie La Granada Entreabierto, 84)
- BENÍTEZ, Otto Morales. *Obras: caminos del hombre em la literatura*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1998. Prólogo de Vicente Landínez Castro
- BLANCHOT, Maurice. *Henri Michaux ou le refus de l'enfermement*. Vendôme: PUF, 1999. Avec quatre dessins d'Henri Michaux.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Projeto Pró-leitura na formação do professor. 2 ed. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CARDOSO, Suzana Alice e FERREIRA, Carlota da Silveira. *O léxico rural*. Glossário. Comentários. Salvador: EDUFBA, 1998.

- CARVALHO, Alfredo Leme Coelho de. *Interpretação da Poética de Aristóteles*. São José do Rio Preto: Rio-pretense, 1998.
- CASTELLANOS, George N. *Modernismo y modernidad en José María Rivas Groot*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1998.
- CATÁLOGO DE TESES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS. Universidade Estadual de Londrina. Londrina: EDUEL, [s.d.]
- CATÁLOGO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO 1995-1996. Universidade Federal da Bahia. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Salvador: EDUFBA, ago. 1995.
- CHARLES, Paul. *Les Cavales de Jean-Claude Pirotte*. Bruxelles: Talus, 1999.
- COBO BORDA, Juan Gustavo. *Borges enamorado*: ensayos críticos, diálogos con Borges, rescate y glosa de textos de Borges y sobre Borges, bibliografía. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1999.
- COLLIN, Françoise. *L'Homme est-il devenu superflu? Hannah Arendt*. Paris: Odile Jacob, 1999.
- COLLIN, Françoise. *Le Différend des sexes*: de Platon à la parité. Mayenne: Floch, 1999.
- CONGRESO NACIONAL DE LITERATURA, LINGÜÍSTICA Y SEMIÓTICA: "CIEN AÑOS DE SOLEDAD", TREINTA AÑOS DESPUÉS, 20; atas. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1998.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE PROFESSORES DE ALEMÃO, 4; anais. Curitiba: ABAPA, 2000.
- CORREIA, João David Pinto. *Os Romances carolíngios da tradição oral portuguesa*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1993. (Literatura, 19).
- CORREIA, João David Pinto. *Os Romances carolíngios da tradição oral portuguesa*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1994. (Literatura, 19).
- COSSON, Rildo (Org.). *Esse rio sem fim*: ensaios sobre a literatura e suas fronteiras. Pelotas: EDUFPEL, 2000. (Col. Anuário PGL-UFPEL).
- COSTA, Luiz Angélico da. (Org.). *Limites da traduzibilidade*. Salvador: EDUFBA, 1996.
- CROMBOIS, Jean-François. *Camille Gutt: les finances de la guerre, 1940-1945*. Bruxelles: CEGES, 1999. Préf. de Jean Godeaux e Michel Vanden Abeele.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado (Org.). *Corpus discurso e gramática: a língua falada e escrita na cidade do Natal*. Natal: EDUFRN, 1998.
- DELMAR, Meira. *Pasa el viento*: antología poética, 1942-1998. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 2000. Prólogo de Fernando Charry Lara.
- DUSAUSOIT, Yvan. *Sur les pas des écrivains de la mer du Nord*. Bruxelles: Octogone, 2000.
- EIRA, António da. *O Romanceiro ou a cantiga das segadas*. [S.l.]: Chaves, 1999.
- ENSOR, James. *Lettres à Emma Lambotte 1904-1914*. Bruxelles: Centre Internationale pour l'Étude du XIX^e siècle, 1999. Éd. ét., introd. et comm. par Danielle Derrey-Capon. Préf. de Philippe Roberts-Jones.
- EPISTOLARIO DE EZEQUIEL URICOECHEA COM JUAN MARÁ GUTIÉRREZ, VARIOS COLOMBIANOS Y AUGUST FRIEDRICH POTT. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1998. Ed., pres. y notas de Mario Germán Romero.
- FAJARDO URIBE, Luz Amparo, MOYA PARDO, Constanza. *Fundamentos neuropsicológicos del lenguaje*. Salamanca: Univ. de Salamanca, Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1999.
- FAJARDO VALENZUELA, Diógenes. *Allí, donde el aire cambia el color de las cosas*: ensayos sobre narrativa latinoamericana del siglo XX. Bogotá: [s.n.], 1999.
- FALLEIROS, Marcos Falchero (Org.). *Scriptoria I*: ensaios de literatura. Natal: EDUFRN, 1998.

- FARIA, Gentil Luiz de. *A Presença de Oscar Wilde na Belle Époque literária brasileira*. São Paulo: Pannartz, 1998.
- FELLINI, Federico, SIMENON, Georges. *Carissimo Simenon, Mon cher Fellini*. Trad. de Jérôme Nicolas et al. Zürich: Diogenes; Paris: Seuil, 1997. Éd. ét. et prés. par Claude Gauteur. Préf. de Jacqueline Risset.
- FERNANDES, Hilda Otálora de (Ed.). *Léxico del habla culta de Santafé de Bogotá*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1997.
- GAMA, Albertina Ribeiro da, TELLES, Célia Marques, ALVES, Ívia (Orgs.). *Memória cultural e edições*. Salvador: EDUFBA, 2000.
- GIVERT, Yvon. *Soudain ce fut dimanche*: poèmes. Namur: L'Acanthe, 2000.
- GOFFIN, Joël, LACROIX, Jean. *Sur les pas des écrivains en brabant*. Bruxelles: Octogone, 2000.
- GONZALEZ, Iliá. *Ôro Obirin*. Rio de Janeiro: Crioula, 1998.
- HAUMONT, Claude. *L'Emporte-pièce*. [S.l.]: Traverses, 2000.
- HELLENS, Franz. *Oeil-de-Dieu*: roman. Bruxelles: Labor, 2000.
- HENRARD, Jacques. *Moi, madame*: roman. Lausanne: L'Age d'Homme, 2000.
- HINCAPIÉ, Olga Cock. *Historia del nombre de Colombia*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1998.
- HUYNEN, Claire. *Une Rencontre*. Paris: Le Cherche Midi, 2000.
- IZOARD, Jacques, DEWINT, Roger. *Inouïe nuit*. Bruxelles: La Pierre d'Alun, 2000.
- JACINTHA, Maria. *Um não sei quê que nasce não sei onde*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1968.
- JOB, Armel. *La femme manquée*: roman. Paris: Robert Lafont, 2000.
- JOBIM, José Luís (Org.). *Literatura e identidades*. Rio de Janeiro: J.L.J.S Fonseca, 1999.
- JONES, Philippe. *L'Instant multiple*: récits. Paris: La Différance, 2000.
- JORNADA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO NORDESTE, 8; resumos. Fortaleza: UFCE, 1999.
- JORNADA DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, 16; anais. Fortaleza: UFCE, 1998. 2v.
- KAVIAN, Eva. *Après vous*; roman. [S.l.]: Hêtre Pourpre, 2000.
- LALANDE, Françoise. *Décortiqueur de mouches et vierges violées*. [S.l.]: Ancrage, 2000.
- LALLEMAND, Roger. *Le Songe du politique*. Bruxelles: Didier Devillez, 2000. Avant propos de Régis Debray.
- LAMBERSY, Werner. *Ecrits sur une écaille de carpe*: eaux noires de Otto Ganz. Coaraze: L'Amourier, 1999.
- LARI, Sayyid Mujtaba Musavi. *Los Fundamentos de la doctrina islámica*. Trad. Haidar Taufiq Brusa e Hasan Abdul Ali Bize. 3 v, [S.l.: s.n, s.d.]
- LOPES, Paulo Eduardo. *A Desinvenção do som*: leituras dialógicas do tropicalismo. Campinas: Pontes, 1999.
- LOZANO RAMÍREZ, Mariano. *Contribución al estudio del apodo en el habla bogotana*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1999.
- MAETERLINCK, Maurice. *Oeuvres*. Bruxelles: Complexe, 1999. 3v.
- MAGOS, Vincent. *Une Saison ailleurs*: roman. Avin: Luce Wilquin, 2000.
- MANUEL BLECUA, José, GUTIÉRREZ, Juan, SALA, Lidia (Ed.). *Estudios de grafemática en el dominio hispánico*. Salamanca: Univ. de Salamanca; Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1998.
- MARTENS, Francis (Ed.). *Psychanalyse, que reste-t-il de nos amours?* Bruxelles: Revue de l'Université de Bruxelles, 2000.
- MEURER, José Luiz. *Aspects of language in self-help counselling*. Florianópolis: EDUFSC,

1998. (Advanced research English series, 4).
- MONTES GIRALDO, José Joaquín et al. *El Español hablado en Bogotá: análisis previo de su estratificación social*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1998.
- MONTES GIRALDO, José Joaquín. *Otros estudios sobre el español de Colombia*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 2000.
- MUTRAN, Munira (Org.). *Os Herdeiros de Poe: uma antologia do conto norte-americano no século XX*. São Paulo: Olavobrás, 1998.
- OBREGÓN, Marina Lamus. *Bibliografía del teatro colombiano: siglo XIX*. Índice analítico e publicaciones periódicas. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1998. (Serie Bibliográfica).
- ORTIZ S. Luz Marilyn et al. *Léxico colombiano de cine, televisión y video*. Vers. aum. y correg. por Luz Marilyn Ortiz S. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 2000.
- PACHON, Ximena, CORREA, François (Coord.). *Lenguas amerindias: condiciones sociolingüísticas en Colombia*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1997. Ed. Dir. por Elsa Benavides.
- PARAENSE, Sílvia. *Cecília Meireles: mito e poesia*. Santa Maria: UFSM/CAL/CML, 1999.
- PARRA, Marina. *Difusión internacional del español por radio, televisión y prensa*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1999. Com la colab. de Carolina Mayoga y Alonso González.
- PASSEGGI, Luís (Org.). *Abordagens em Lingüística Aplicada*. Natal: EDUFRN, 1998.
- PASSOS, Elizete Silva. *Palcos e Platéias: as representações de gênero na Faculdade de Filosofia*, v. 4. Salvador: EDUFBA, 1999. (Col. Bahianas)
- PATIÑO, Víctor Manuel (Comp.). *Faunética: antología poética zoológica panamericana y europea*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1999. Acopio, orden., introd., trad. y notas de Víctor Manuel Patiño.
- PATRICIO, Rosana Ribeiro. *Imagens da mulher em Gabriela de Jorge Amado*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1999.
- PRADA, Antonio Cacua. *Félix Restrepo, S.J.* Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1997. (Filólogos Colombianos, 10).
- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E DIVERSIDADE CULTURAL. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana: EDUEFS, 1999/2000.
- QUAGHEBEUR, Marc. *La Nuit de Yuste*. Courtrai: Le Cormier, 2000.
- QUALIFICAÇÃO E PRODUÇÃO ACADÊMICA NA UFBA. Universidade Federal da Bahia. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Salvador, EDUFBA, 1996.
- RAINE, Jean. *Désordres consentis suivis de l'Enfer de la phobie: proses poétiques, encres*. Lyon: Le Bel Aujourd'hui, 1999.
- RINCÓN, Carlos. *García Márquez, Hawthorne, Shakespeare, de la Veja & Co. Unltd*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1999.
- RODOLPHE, Zoé. *Les Petits matins puants*. Bruxelles: Labor, 2000.
- ROTTSCCHILD, Anne. *Un Châle brodé de larmes: roman*. Avin: Luce Wilquin, 2000.
- RUBIM, Antônio Albino Canelas, BENTZ, Ione Maria Ghislene, PINTO, Milton José (Orgs.). *O Olhar estético na comunicação*. Petrópolis: Vozes/Compós, 2000. (Col. Compós).
- RUFINO JOSÉ CUERVO: EL REENCUENTRO COM LA PALABRA: celebración del día del idioma en el Instituto Caro y Cuervo. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1999.
- SAMBA; mensário moderno de letras, artes e pensamento: Bahia 1928-1929. Ed. Fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do estado da Bahia/Conselho Estadual de Cultura, 1999.
- O ESCRITOR NAS BIBLIOTECAS; DIÁLOGOS E DEBATES. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Bibliotecas Públicas, 2000.

- SARDENBERG, Cecília M.B. (Org.). *Quinze anos de NEIM 1983-1998*. Salvador: EDUFBA, 1998.
- SCHÜTZ, Günther. *Uricoechea y sus socios*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1998. (Series Minor)
- SEMINÁRIO ESTUDANTIL DE PESQUISA, 18; resumos, Salvador: UFBA, 1999.
- SIMENON, Georges. *La Méditerranée en goélette ou mare nostrum (1934)*. Bordeaux: Castor Astral, 1999. Éd. prés. par Alain Bertrand.
- THIERRY, Patrice. *Portrait de l'éditeur en montreur d'ours*. Toulouse: Les Amis de l'Ether Vague, 1999.
- TORRES QUINTERO, Rafael. *Obras; 1 Filología*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1999. Comp., introd., ed. y notas de Jaime Bernal Leongómez e Ignacio Chaves Cuevas.
- VALENCIA, Geraldo. *Teatro*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1998. Ed. y est. preliminar Ernesto Porras Collantes.
- VANDROMME, Pol. *Georges Simenon: romancier russe de langue française*. Lausanne: L'Âge d'Homme, 2000.
- WILLEMS, Sandrine. *Una Voce poco fa: un chant de Maria Malibran*. Paris: Autrement, 2000.
- WIST, Ki. *Amis de la licorne: portraits et souvenirs, 1940-1960*. [S.l.]: Memory, 1999.
- WOUTERS, Liliane. *Le Billet de Pascal*. Luxembourg: Phi, 2000.
- ZUBIRÍA, Ramon de. *La Dignidad del coraje*. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1998. Ed. de Camila Segura y Hermano Carbacas. (Col. El Álamo y el Ciprés, 2)

2 Revistas

- ALEA: Estudos Neolatinos. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas, UFRJ, v. 1, n. 1, set. 1999.
- ALEA: Estudos Neolatinos. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas, UFRJ, v.2, n.2, set. 2000.
- ALFA: Revista de Lingüística. São Paulo: EDUNESP, v. 41, 1997.
- ALFA: Revista de Lingüística. São Paulo: EDUNESP, v. 42, 1998.
- ANNUAIRE DU SPECTACLE DE LA COMMUNAUTE FRANÇAISE DE BELGIQUE, 1998-1999. Bruxelles: Archives et Musée de la Littérature, 2000.
- ANUARIO BRASILEÑO DE ESTUDIOS HISPÁNICOS. Brasília: Embaixada de España en Brasil, Consejería de Educación y Ciencia, n. 9, 1999.
- ANUARIO DE ESTUDIOS FILOLÓGICOS. Cáceres: Univ. de Extremadura, v. 23, 2000.
- AO PÉ DA LETRA: Revista dos alunos de Graduação em Letras. Recife: Univ. Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Departamento de Letras, v. 2, dez. 2000.
- ASAS DA PALAVRA: Revista da Graduação em Letras, Manaus: Univ. da Amazônia, v. 5, n. 11, jul. 2000.
- BIBLIOGRAFIA DO IDOSO. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Bibliotecas Públicas, v. 1, n. 3, 1999.
- BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI: Antropologia. Belém: Ministério da Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, v. 14, n. 1, jun. 1998.
- BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI: Antropologia. Belém: Ministério da Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, v. 14, n. 2, dez. 1998.

- CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS. Campinas: Univ. Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, n. 37, jul./dez. 1999.
- CADERNOS DO CENTRO DE PESQUISA LITERÁRIA DA PUCRS. Porto Alegre: EDPUCRS, v. 3, n. 1, abr. 1997. "Anais do I Seminário Internacional de História da Literatura"
- CADERNOS DO CENTRO DE PESQUISA LITERÁRIA DA PUCRS. Porto Alegre: EDPUCRS, v. 4, n. 1, out. 1998. "Anais do 3º Encontro Nacional de Acervos Literários Brasileiros"
- CADERNOS DO CENTRO DE PESQUISA LITERÁRIA DA PUCRS. Porto Alegre: EDPUCRS, v. 4, n. 2, nov. 1998. "Anais do II Seminário Internacional de História da Literatura"
- CADERNOS DO CENTRO DE PESQUISA LITERÁRIA DA PUCRS. Porto Alegre: EDPUCRS, v. 5, n. 2, ago. 1999. "Crítica literária romântica no Brasil: primeiras manifestações".
- CADERNOS DO GIPE-CIT. Salvador: PPGAC/EDUFBA, n. 1, nov. 1998. "Novos dramaturgos"
- CADERNOS DO GIPE-CIT. Salvador: PPGAC/EDUFBA, n. 4, fev. 1999. "Dramaturgia e o centenário de Brecht".
- CADERNOS UNIABC DE LETRAS. Santo André: Universidade do Grande ABC, ano 2, n. 24, out. 2000.
- CALIGRAMA: Revista de Estudos Românicos. Belo Horizonte: Univ. Federal de Minas Gerais, v. 5, nov. 2000.
- CANADART: Revista do Núcleo de Estudos Canadenses. Salvador: UNEB, v. 5, jan./dez. 1993.
- CERRADOS: Revista do Curso de Pós-Graduação em Literatura. Brasília: Univ. de Brasília, ano 7, n. 7, 1998.
- CERRADOS: Revista do Curso de Pós-Graduação em Literatura. Brasília: Univ. de Brasília, ano 7, n. 8, 1998.
- CURRENT CONTENTS LINGUISTIK: Inhaltsverzeichnisse linguistischer Fachzeitschriften. Frankfurt, 3 Lfg., Juli./Sept. 1997.
- CURRENT CONTENTS LINGUISTIK: Inhaltsverzeichnisse linguistischer Fachzeitschriften. Frankfurt, 4 Lfg., Okt./Des. 1997.
- ENSAIOS: Mestrado e Letras. Santa Maria: Univ. Federal de Santa Maria, v. 2, dez. 1999.
- ENSAYOS 1995. Bogotá: Facultad de Artes, Universidad Nacional de Colombia, ano 2, n. 2, 1996.
- ENSAYOS: Artes Plásticas, Arquitectura, Estética, Música, Cine, Diseño, Bogotá, Facultad de Artes, Universidad Nacional de Colombia, ano 3, n. 3, 1996.
- ENSAYOS; Artes Plásticas, Arquitectura, Estética, Música, Cine, Diseño. Bogotá: Facultad de Artes, Universidad Nacional de Colombia, ano 4, n. 4, 1997.
- ENSAYOS: Artes Plásticas, Arquitectura, Estética, Música, Cine, Diseño, Bogotá: Facultad de Artes, Universidad Nacional de Colombia, ano 5, n. 5, 1998-1999.
- ESTUDOS PORTUGUESES E AFRICANOS. Campinas: Univ. Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, n. 33/4, jan./dez. 1999.
- FRAGMENTA. Curitiba: Univ. Federal do Paraná, Curso de Pós-Graduação em Letras, n. 15, 1998.
- GRAGOATÁ: Revista do Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação. Niterói: UFF, n. 5, 2 sem. 1998. "Linguagem, Língua e Discurso".
- GRAGOATÁ: Revista do Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação. Niterói: UFF, n. 3, 2 sem. 1997. "Figurações do gênero e da identidade".
- GRAGOATÁ: Revista do Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação. Niterói: UFF, n. 6, 1 sem. 1999. "Literatura, História e Memória".
- IARARANA: Revista de Arte, Crítica e Literatura. Salvador: [s.n.], n. 2, ago. 1999.

- INFOCAPES: Boletim Informativo da CAPES. Brasília: CAPES, v. 7, n. 3, jul./set. 1999.
- INFOCAPES: Boletim Informativo da CAPES. Brasília: CAPES, v. 7, n. 4, out./dez. 1999.
- INVESTIGAÇÕES: Linguística e Teoria Literária. Recife: EDUFPE, v. 8, jun. 1998.
- ITINERÁRIOS: Revista de Literatura. Araraquara: UNESP, n. 12, 1998.
- ITINERÁRIOS: Revista de Literatura. Araraquara: UNESP, n. 14, 1999. "Literatura e Artes Plásticas".
- L' OEIL DE BOEUF: Revue Littéraire Trimestrielle. Paris: Centre Nationale du Livre et des Papeteries Clairefontaine, v. 17, avr. 1999. "Entretien avec Henri Bauchau".
- LÁCIO: Revista de Letras do Unicentro Newton Paiva. Belo Horizonte: Centro Univ. Newton Paiva, ano 1, n. 1, nov. 1999.
- LEITURA: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió: UFAL, n. 22, jul./dez. 1998.
- LETRAS & LETRAS: Revista do Departamento de Ciências da Linguagem e do Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas, UFU, v. 15, n. 2, jul./dez. 1999.
- LETRAS DE HOJE. Porto Alegre: CPGL/PUCRS, n. 76, jun. 1989.
- LETRAS DE HOJE. Porto Alegre: CPGL/PUCRS, n. 78, dez. 1989.
- LETRAS DE HOJE. Porto Alegre: CPGL/PUCRS, n. 80, jun. 1990.
- LETRAS DE HOJE. Porto Alegre: CPGL/PUCRS, n. 81, set. 1990.
- LETRAS DE HOJE. Porto Alegre: CPGL/PUCRS, n. 93, set. 1993.
- LETRAS. Santa Maria: Univ. Federal de Santa Maria, n. 16, jan./jun. 1998. "Literatura, Violência e Direitos Humanos".
- LETRAS. Santa Maria: Univ. Federal de Santa Maria, n. 17, jul./dez. 1998. "Escrita como prática social".
- LETRAS. Santa Maria: Univ. Federal de Santa Maria, n. 18-19, jan./dez. 1999. "Edição Especial Quinto Centenário".
- LETRAS. Santa Maria: Univ. Federal de Santa Maria, n. 20, jan./jun. 2000. "Texto: abordagens e perspectivas".
- LITERARY RESEARCH – RECHERCHE LITTÉRAIRE. London/Ontario: Univ. de Western Ontario, v. 17, n. 34, fall-winter, aut./hiver 2000.
- LITTERAE: Revista de la Asociación de Exalumnos del Seminario Andrés Bello. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, n. 7, abr. 1998.
- LITTERAE: Revista de la Asociación de Exalumnos del Seminario Andrés Bello, Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, n. 8, abr. 1999.
- MADRYGAL: Revista de Estudios Gallegos. Madrid: Universidad Complutense, n. 3, 2000.
- MAGNA: Revista. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, n. 6, 1999.
- MARGINALES. Hannut, ano 55, n. 239, aut. 2000. "Wallonie revue, Wallonie révéé".
- MOARA: Revista dos Cursos de Pós-Graduação em Letras. Belém: Univ. Federal do Pará, n. 12, jul./dez. 1999.
- MOARA: Revista dos Cursos de Pós-Graduação em Letras. Belém: UFPA, n. 6, out./dez. 1996. "Estudos de Análise do Discurso".
- O&S: Organização e Sociedade. Salvador: EAUFBA, v. 6, n. 16, set./dez. 1999.
- O&S: Organização e Sociedade. Salvador: EAUFBA, v. 7, n. 17, jan./abr. 2000.
- O&S: Organização e Sociedade. Salvador: EAUFBA, v. 7, n. 18, maio/ago. 2000.
- ORGANON: Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia. Porto Alegre: EDUFRGS, v. 11, n. 25, 1997. "A língua materna; o ensino em processo".

- ORGANON: Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia. Porto Alegre: EDUFRGS, v. 12, n. 26, 1998. "Terminologia e integração".
- PAPÉIS AVULSOS. Assis: UNEP, n. 2, 1999.
- PRÉ-TEXTOS PARA DISCUSSÃO. Salvador: UNIFACS, ano 3, v. 3, n. 4, jan./jun. 1998. "A bagagem... Gestão e Cultura".
- PRÉ-TEXTOS PARA DISCUSSÃO. Salvador: UNIFACS, ano 4, v. 6, n. 4, jan./jun. 1999.
- REPERTÓRIO TEATRO E DANÇA. Salvador: EDUFBA, ano 2, n. 2, 1999/2.
- REVISTA ALICANTINA DE ESTUDIOS INGLESES. Alicante: Universidad de Alicante, n. 13, nov. 2000.
- REVISTA DA ANPOLL. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, n. 8, jan./jun. 2000. "Brasil 500 anos."
- REVISTA DA ANPOLL. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, n. 9, jul./dez. 2000.
- REVISTA DA BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, v. 57, jan./dez. 1999. "O trabalho na metrópole".
- REVISTA DA BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, v. 58, jan./dez. 2000. "Marcas da Colonização".
- REVISTA DA FAEBA. Salvador: UNEB, ano, n. 1, jan./jun. 1992.
- REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 9, n. 1, jan./jun. 2000.
- REVISTA DE FILOLOGÍA ROMÁNICA. Madrid: Universidad Complutense, v. 16, n. 7-8 1999.
- REVISTA DE LETRAS. São Paulo: EDUNESP, v. 15, n. 1/8, jan. 1990; dez. 1993. Número comemorativo dos 25 anos de fundação do Grupo SIN.
- REVISTA DE LETRAS. São Paulo: EDUNESP, v. 16, n. 1/2, jan./dez. 1994.
- REVISTA DE LETRAS. São Paulo: EDUNESP, v. 17, n. 1/2, jan./dez. 1995.
- REVISTA DE LETRAS. São Paulo: EDUNESP, v. 36, 1996.
- REVISTA DE LETRAS. São Paulo: EDUNESP, v. 37-8, 1997-8.
- REVISTA DE LETRAS. São Paulo: UNESP, v. 39, n. 1, 1999.
- REVISTA DO CCHLA. João Pessoa: Univ. Federal da Paraíba, ano 7, n. 1, 1998-1999.
- REVISTA DO GELNE: Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste. Fortaleza: UFC/GELNE, ano 1, n. 2, 1999.
- REVISTA FALA PALAVRA. Aracruz: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz, n. 1, out. 2000.
- REVISTA LETRAS. Curitiba: Univ. Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, n. 21, 1973.
- REVISTA PHILOGUS. Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos/EDUERJ, ano 5, n. 13, jan./abr. 1999.
- REVISTA PHILOGUS. Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos/EDUERJ, ano 5, n. 14, maio/ago. 1999.
- REVISTA SYMPOSIUM: Ciências Humanas e Letras. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, ano 4, n. 1, jan./jun. 2000. "Por uma Igreja seduzida pela beleza de Deus".
- REVISTA SYMPOSIUM: Ciências Humanas e Letras. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, ano 4, n. especial, jul. 2000. "Comunicação Social".
- REVISTA TEMA. São Paulo: Faculdade Teresa Martins, n. 36, jan./jun.
- REVISTA BIBLIOGRÁFICA E CULTURAL. São Paulo: Oficina do Livro, n. 1, maio 1999.
- SEMEAR: Revista da Cátedra Padre Antônio Vieira de Estudos Portugueses. Rio de Janeiro: Instituto Camões/PUC-Rio, n. 3, 1999.

- SEMEAR: Revista da Cátedra Padre Antônio Vieira de Estudos Portugueses. Rio de Janeiro: Instituto Camões/PUC-Rio, n. 2, 1998.
- SEMINÁRIO ESTUDANTIL DE PRODUÇÃO ACADÊMICA, 4. Salvador: Univ. Salvador, Programa de Iniciação Científica, v. 4, n. 4, 1997.
- SENSU: Pós-Graduação em Revista. Caxias do Sul: Univ. de Caxias do Sul, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, v. 1, n. 2, jul./dez. 1998.
- SENSU: Pós-Graduação em Revista. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, v. 2, n. 1, jan./jun. 1999.
- SIGNUM: Estudos da Linguagem. Londrina: EDUEL, n. 1, 1998.
- SIGNUM: Estudos da Linguagem. Londrina: EDUEL, n. 2, out. 1999.
- SÍNTESES TESES. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, v. 1, 1996.
- SÍNTESES TESES. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, v. 5, 2000.
- SOFIA: Revista da Faculdade de Filosofia. Porto: Universidade do Porto, n. 15-6, 1998-9.
- STYLOS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras. São José do Rio Preto: UNESP, v. 1, 2000.
- THESAURUS; Boletín del Instituto Caro y Cuervo. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, n. 1, tomo 48, ene./abr. 1993.
- THESAURUS; Boletín del Instituto Caro y Cuervo. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, n. 2, tomo 48, maio./ago. 1993.
- THESAURUS; Boletín del Instituto Caro y Cuervo. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, n. 3, tomo 48, sep./dic. 1993.
- THESAURUS; Boletín del Instituto Caro y Cuervo. Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, n. 3, tomo 50, 1995.
- THESAURUS; Boletín del Instituto Caro y Cuervo, Santafé de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, tomo 52, 1997.
- TODAS AS LETRAS: Revista de Língua e Literatura. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, ano 2, n. 2, 2000.
- TRABALHOS EM LINGÜÍSTICA APLICADA. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, n. 35, jan./jun. 2000.
- TRABALHOS EM LINGÜÍSTICA APLICADA. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, n. 36, jul./dez. 2000.
- TRAVESSIA: Revista de Literatura. *Constelações*. Santa Catarina: UFSC, n. 34-5, jan./dez. 1997.
- VERBUM: Revista da Faculdade de Letras. São Paulo: Univ. de Santo Amaro, ano 1, n. 1, 2. sem. 2000.
- VERSO E REVERSO; Revista de Comunicação. São Leopoldo: UNISINOS, n. 25, ano 11, 97/2. "Unisinos na Intercom".
- VERSO E REVERSO: Revista de Comunicação. São Leopoldo: UNISINOS, n. 26, ano 12, 98/1.
- VERSO E REVERSO: Revista de Comunicação. São Leopoldo: UNISINOS, n. 27, ano 12, 98/2. "Temas de Semiótica e Comunicação".
- VIA ATLÂNTICA. São Paulo: Univ. de São Paulo, n. 3, 1999.
- VIA ATLÂNTICA. São Paulo: Univ. de São Paulo, n. 4, 2000.
- VIVÊNCIA: Revista do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN. Natal: EDUFRN, v. 11, n. 1/2, jan./dez. 1997.
- VIVÊNCIA: Revista do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN. Natal: EDUFRN, v. 12, n. 1, jan./jun. 1998.

Normas de apresentação de trabalhos

1. *Estudos Lingüísticos e Literários*, periódico publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal da Bahia, aceita originais de artigos e de resenhas na área dos estudos lingüísticos, literários e culturais.
2. O Conselho Editorial emitirá pareceres a propósito dos trabalhos apresentados, podendo recusá-los.
3. Os artigos não poderão ter mais de 25 páginas e as resenhas, 8. Os textos devem ser apresentados em duas cópias impressas (papel A4, 210 x 297mm) e em disquete, digitados no Programa WORD FOR WINDOWS (7.0 ou 6.0) em fonte *Times New Roman*, espaço simples, corpo 12, com a seguinte formatação:
 - Título e subtítulos em **negrito**;
 - Margens de 3cm;
 - Citações recuadas em 2cm, em corpo 11;
 - Títulos dentro do texto, e destaques em *itálico*;
 - Ilustração do fato analisado em **negrito**.
4. Remissões bibliográficas no texto, em duas maneiras (de acordo com a especificação exigida pelo texto) com remissões em nota de rodapé (NB 896) ou pelo sistema autor-data (NB 896).
5. Indicação bibliográfica nas notas de rodapé iniciada pelo nome do autor, seguido do sobrenome.
6. Uso de numeração progressiva na subdivisão dos capítulos, quando necessário (NBR 6024)
 - somente de articulistas estrangeiros se podem aceitar textos em língua diversa do português;
7. Referências bibliográficas ao final do texto, segundo a NBR 6023, com as atualizações necessárias:
 - Repetição do nome do autor (não usar traço);
 - No sistema AUTOR-DATA, a data deve vir logo após o nome do autor.
8. Ilustrações em preto e branco que permitam boa reprodução, identificadas.
9. Resumo em português antecedendo o texto e em inglês ou francês depois do texto.
10. Identificação do autor após o título, em **negrito**, à direita, seguido, na linha seguinte, daquela da instituição de origem, por extenso.
11. Os colaboradores têm direito a dois exemplares da revista.
12. Os trabalhos não aprovados não serão devolvidos.

Assinatura da revista **Estudos Lingüísticos e Literários**

Anual: R\$40,00

Números atrasados:

1-14	R\$5,00 (cada)
16-20	R\$10,00 (cada)
21/22 a 23/24	R\$20,00 (cada)

Desejo fazer uma assinatura ou receber os seguintes numeros atrasados:

Nome:

Instituição:

Endereço:

Cidade: Estado

País: CEP:

E-Mail: Tel/Fax:

Assinatura

Data:

Observação: O pagamento deverá ser feito mediante cheque nominal a FAPEX-Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão, o depósito na conta corrente da FAPEX nº 603.354-7, Banco do Brasil agência 3457-6, e a cópia de recibo de depósito remetida para a revista:

Estudos Lingüísticos e Literários

INSTITUTO DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Rua Barão de Geremoabo, 147
Campus de Ondina, CEP 40.170-290, Salvador, Bahia, Brasil
Telefone: (071) 263-6256, 263-6212
Fax: (071) 263-6208, 263-6212
e-mail: ppletba@ufba.br